Universidade do Porto - Faculdade de Letras

Departamento de Ciências e Técnicas do Patrimônio

De Filipéia à Paraíba

uma cidade na estratégia de colonização do Brasil

Séculos XVI - XVIII



Maria Berthilde de Barros Lima e Moura Filha

Volume I

Porto - 2004

Universidade do Porto - Faculdade de Letras

Departamento de Ciências e Técnicas do Patrimônio

De Filipéia à Paraíba

uma cidade na estratégia de colonização do Brasil

Séculos XVI - XVIII

Maria Berthilde de Barros Lima e Moura Filha

Dissertação para a obtenção do grau de Doutor

em História da Arte, sob a orientação científica do

Prof. Doutor Joaquim Jaime B. Ferreira-Alves

Volume I

Porto - 2004

À minha família:

o "porto seguro" onde sempre estou ancorada, mesmo quando a vida me leva a "navegar" para terras tão distantes.

Meus pais,

Aníbal Moura Filho

Maria Berthilde Moura.

Meu irmão,

Aníbal Moura Neto.

AGRADECIMENTOS

Um percurso acadêmico é construído sobre duas bases fundamentais: a do saber e a do afeto, sem o qual se torna por demais pesado trilhar o caminho do crescimento científico. Ao longo dos quatro anos que dediquei a este trabalho, muito recebi das pessoas que me acompanharam permanentemente, bem como daquelas que tiveram uma passagem breve, marcada pelo compasso próprio da pesquisa nos arquivos e bibliotecas.

Todo caminho tem um ponto de partida. Através do Prof. Doutor Eugênio de Ávila Lins, tive aberta a trilha em direção à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Sempre lhe serei grata.

Assim cheguei a Portugal. No Professor Doutor Joaquim Jaime Ferreira-Alves encontrei um orientador que sabe ser flexível e rígido ao mesmo tempo, dando a liberdade necessária para o desenvolvimento do trabalho, sem deixar de imprimir a marca da sua experiência e sabedoria. Obrigado professor por acreditar no meu trabalho.

Confiança: foi esta a palavra transmitida pela Professora Doutora Natália Marinho Ferreira-Alves que sempre me incentivou com as oportunidades criadas para demonstrar meu trabalho. Reconheço com gratidão.

Aos professores do Departamento de Ciências e Técnica do Patrimônio da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, agradeço o acolhimento afetuoso que me dispensaram ao longo desses anos. Da mesma forma, a Raquel Sampaio e Sandra Carneiro agradeço a amabilidade com que me receberam.

Na secção de Pós-Graduação contei com o apoio de Maria José Ferreira e Fernanda Carla Amaral da Silva, sempre disponíveis no sentido de encontrar solução para os entraves burocráticos.

Entre presente e passado, trago registrado na memória aquele que foi meu mestre nos primeiros passos na investigação científica, a quem nunca deixarei de agradecer o incentivo e a amizade. Obrigado, Professor Doutor Marco Aurélio Andrade de Filgueiras Gomes.

No Brasil, duas instituições viabilizaram a concretização deste percurso. À Capes - Fundação de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - agradeço a concessão da bolsa de estudos que permitiu minha estadia em Portugal. Pelo acompanhamento ao longo desses anos, uma palavra de agradecimento a Marigens Carvalho.

À Universidade Federal da Paraíba sou devedora pela licença dispensada para o cumprimento de mais esta etapa da formação acadêmica. Saberei reconhecer com o meu trabalho.

Aos colegas do Departamento de Arquitetura da Universidade Federal da Paraíba, o meu muito obrigado por acreditarem na minha capacidade de realizar o doutoramento. Mas agradeço, principalmente, a quem não acreditou, pois fez com que esta tarefa ganhasse um sabor de desafio.

Nos arquivos e bibliotecas percorridos sempre encontrei simpatia e disponibilidade para atender às minhas solicitações, fazendo com que a tarefa da investigação ganhasse ares de convivência entre amigos. Entre estas instituições, uma adotei como minha "casa portuguesa": o Arquivo Histórico Ultramarino, onde fiz verdadeiros amigos: Jorge Fernandes Nascimento e Fernando José Pinto de Almeida, sempre simpáticos perante a solicitação dos meus pedidos; D. Maria Pereira Nogueira Amieira e Mário Dias Pires, o amável "boa tarde" cotidiano. Meu particular agradecimento ao Sr. Mário Pires Miguel, meu "mestre e anjo da guarda" na difícil tarefa de decifrar a documentação pesquisada. Lhe tenho grande admiração.

Entre os investigadores habituais dessa casa, recordo com carinho a atenção do General Silvino da Cruz Curado e sua preocupação em compartilhar comigo os livros da sua biblioteca pessoal.

A reunião do acervo cartográfico e fotográfico foi uma etapa específica da investigação que requereu a contribuição de diversas instituições às quais agradeço através das seguintes pessoas: Tenente Coronel Pessoa do Amorim, do Gabinete de Estudos Arqueológicos e Engenharia Militar do Exército. Sra. Aruza de Holanda, da Biblioteca do Instituto Ricardo Brennand, em Recife. Na Paraíba, fico grata à colaboração do Prof. Abelci Daniel, por me permitir acesso ao acervo fotográfico do Dr. Humberto Nóbrega, sob a guarda do Unipê. A Naia Caju, da Oficina Escola de Revitalização do Patrimônio Cultural de João Pessoa; Cláudio Nogueira, da Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa; Hugo Peregrino, do Centro Cultural de São Francisco.

Outras imagens me foram cedidas por Marília Dieb, além das fotografias feitas por Aníbal Moura Neto e pelo fotógrafo Gustavo Moura, aos quais agradeço com especial afeto.

No caminho da pesquisa novos amigos vão surgindo. Marta Páscoa, se tornou minha guia nos labirínticos fundos documentais da Torre do Tombo. Daqui nasceu nossa amizade e a partilha de bons momentos. À minha "amiga portuguesa" obrigado pela sua colaboração no trabalho e pelo seu empenho em me proporcionar boas lembranças da sua terra.

Professor Doutor Alberto Gallo, a quem hoje posso dar um abraço de amigo, nunca esquecerei suas palavras: "*go to the fact point*". Obrigado pelas sugestões e críticas feitas ao meu trabalho, pelas empolgadas conversas onde sempre compartilhou comigo seu grande conhecimento sobre o Brasil.

De colega de doutoramento a amigo, subiu no escalão o Professor Manuel Joaquim Moreira da Rocha, que desde o primeiro momento disponibilizou sua ajuda e muito me incentivou compreendendo a "alma" do meu trabalho. Desculpe por não tratá-lo por Doutor, mas acho que a nossa afinidade e amizade é suficiente para dispensar esta formalidade.

À família, agradeço o carinhoso incentivo e tenho de pedir desculpas pela angústia que causei com a minha ausência e com a partilha das horas de aflição. Dos meus pais recebi o afeto e as orações. Do meu irmão, me alimentei com seu incentivo e admiração, e agradeço a dedicação no tratamento do material gráfico contido nessa tese. A João de Araújo Leite, "irmão por afeto", obrigado por ter assumido muitos dos meus encargos para que eu pudesse estar ausente.

A família não se restringe ao núcleo mais próximo, mas também assim considero os tios e primos que têm por mim o mesmo carinho. A distância e a saudade serviram para reforçar esses laços.

Desculpem pela ausência, no instante em que deixavam o mundo dos homens: Maria do Céu, Ivone, Idalba e Maria José. Minhas tias, obrigado pelas recordações que ficaram do passado.

À Marcelo Almeida Oliveira, companheiro dos "caminhos e descaminhos" dessa jornada lusa, agradeço a certeza de que a amizade é o sentimento mais sólido que pode ser construído entre duas pessoas. Este alicerce que criamos na partilha de muitos anos foi bem fundamentado.

Também tenho por família as pessoas que me adotaram com afeto verdadeiro. Assim, foram minhas "famílias luso-brasileiras"

Sara, Jerônimo e Bruno Silva. Os desconhecidos "baianos" que me abrigaram no dia em que cheguei ao Porto, mas que logo me fizeram sentir em casa.

Érika Dias e José Antônio Fernandes Dias. Estes fizeram crescer a minha crença de que os "anjos da guarda" existem. Obrigado pela partilha dos bons momentos, pelo apoio incondicional nas fases mais difíceis, pelo amparo cotidiano. Vocês me deram segurança na solidão portuguesa.

Josemary e Elzio Ferrare. Recordo a angústia do processo de seleção para a bolsa de estudos, a partilha da casa lisboeta, os sorrisos e as lágrimas ao longo desses anos.

Solange Araújo. Apesar da curta convivência fomos cúmplices em bons e maus momentos. Obrigado por seu apoio.

Os amigos de muitos anos e grandes distâncias não me desampararam. Virtualmente, estiveram sempre presentes na minha solidão e me transmitiram carinho e apoio. Aqui não vou enumerá-los, pois as verdadeiras amizades são guardadas *"no lado esquerdo do peito"*. Sei que entenderam e souberam relevar os prolongados períodos de silêncio impostos pela pressão do trabalho.

A uma pessoa em especial, não posso deixar de abraçar afetuosamente: Mariely Cabral de Santana. A afinidade, quando verdadeira, é eterna.

Christiane Finizola. Mensageira dedicada das informações necessárias ao desenvolvimento da investigação, mas que me estavam inacessíveis nas bibliotecas e arquivos da Paraíba. Obrigado por sua competente colaboração e sincera amizade.

Ivan Cavalcanti Filho e Marta Madruga. Incentivadores desde quando, há quatro anos atrás, iniciei o processo de inscrição para concorrer à bolsa de estudos. Ao longo desse tempo nunca deixaram de estar presentes. Obrigado.

Cruzar o Atlântico e desenvolver meu doutoramento foi um desafio, mas também uma oportunidade de amadurecimento profissional e pessoal. Agradeço a Deus por ter me permitido viver esta experiência e tenho certeza que só mesmo com seu divino amparo consegui suportar os longos e solitários meses dedicados à produção dessa tese. Obrigado "Luz".

RESUMO

O presente trabalho retoma uma questão, há décadas, colocada como base para o estudo das vilas e cidades do Brasil durante o período colonial: perante a "aleatória" produção urbana dos portugueses, até o princípio do século XVII, apenas as cidades de Salvador e São Luís do Maranhão apresentavam uma certa regularidade urbana resultante de planos pré-definidos. Mas observando o traçado urbano da antiga Filipéia de Nossa Senhora das Neves, essas idéias eram postas em causa. Sendo desconhecido um plano prévio para esta cidade, fundada em 1585, qual seria a explicação para a regularidade do traçado das suas primeiras ruas?

Procurou-se uma resposta para esta questão desenvolvendo uma análise da configuração urbana/arquitetônica da Filipéia, fundamentada em fontes documentais que permitem uma melhor aproximação com a realidade da época em estudo. Assim, a Filipéia serviu como parâmetro para uma revisão sobre os procedimentos urbanísticos adotados nos primeiros tempos da colonização, tendo o objetivo de apontar a existência de uma "intencionalidade" por trás das "estratégias" definidas para o povoamento do Brasil, combatendo a generalização da idéia de "acaso". Ao mesmo tempo, ampliando o recorte cronológico da análise até o século XVIII, era possível observar como contextos e políticas distintas se refletiam em formas diferenciadas de "construir" uma mesma cidade, motivo pelo qual se optou por estudar a Filipéia em um tempo longo.

Neste percurso, um fato histórico demarcou o estudo em duas etapas distintas: a presença holandesa na Paraíba entre os anos de 1634 a 1654. Sendo assim, a cidade foi analisada, em um primeiro momento, como parte da "estratégia" para reconquista e ocupação da região setentrional do Brasil, ocorrida entre o final do século XVI e princípio do XVII. Expor este contexto histórico permitiu justificar a fundação da Paraíba como uma capitania de "Sua Majestade" e definir o "caráter" da Filipéia: cidade criada em um ponto estratégico de defesa para ser um "centro do poder" régio na capitania.

Fundada a cidade, logo surgiram as edificações associadas ao poder da Coroa e da Igreja, os dois "baluartes" da colonização brasileira. A partir da presença dessas edificações em associação com os demais elementos morfológicos, foi reconstruída a estrutura urbana da Filipéia se constatando a regularidade do seu traçado. Ficavam duas questões por responder. Primeiro, qual a relação entre a posição de "centro de poder" de uma capitania régia que caracterizou a cidade e a definição de um

traçado regular para a mesma? Esta idéia contida em estudos anteriores foi reiterada na Filipéia.

Não sendo conhecido um plano pré-definido para a cidade, qual seria a origem do "modelo" adotado para a sua construção? Conferiu-se que o traçado urbano da Filipéia em muito se aproximava de um modo de "fazer cidades regulares à portuguesa", vigente no Reino desde a Idade Média e adotado ao tempo da expansão ultramarina em contextos de conquista e colonização. Estava respondida a segunda questão.

Percorrendo os caminhos da história, na primeira metade do século XVII, a presença holandesa na capitania durante 20 anos, representou uma interrupção de quase meio século na trajetória até então decorrida. Quando a Paraíba foi reincorporada ao "Brasil português", o estado de ruína em que se encontrava requereu, em um primeiro momento, que todas as ações fossem voltadas para a "reconstrução" das estruturas edificadas pré-existentes, processo que transcorreu de acordo com os escassos meios disponíveis naquele momento.

Posteriormente, já no século XVIII, teve lugar um período de nova "construção", demarcado por uma linguagem arquitetônica diferenciada e pela introdução de tipologias arquitetônicas que até então não faziam parte da paisagem da cidade. Estes eram os reflexos de um outro tempo, superposto sobre a antiga estrutura urbana da Filipéia para gerar uma imagem compatível com o contexto no qual se desenvolvia a "cidade da Paraíba", como passou a ser denominada.

Ao olhar para esta cidade no final do século XVIII, constatava-se que, enquanto expressão das políticas e estratégias próprias do Brasil colonial, a mesma já estava edificada. Sendo assim, estava encerrado o longo percurso que "de Filipéia à Paraíba" permitira encontrar respostas para as questões inicialmente lançadas.

SUMMARY

This research recaptures an argument which for decades has been put forward as basis for the study of Brazilian towns and cities during the colonial period: for the "aleatory" Portuguese urban production until the beginning of the seventeenth century, only the cities of Salvador and São Luis do Maranhão had some kind of urban regularity which resulted from previously defined plans. Though, observing the urban configuration of the antique Filipéia de Nossa Senhora das Neves, those ideas were put in questions. Once assumed that a previous plan for that city founded in 1585 has never been known, what would justify the regularity of delineation of its first streets?

A reply to that question is searched by analyzing the urban/ architectural configuration of Filipéia, based upon documental sources that permit a better approach to the reality of time under study. Therefore Filipéia served as parameter for a review on the urbanistic procedures adopted during the first years of colonization, with the objective of pointing out the existence of an "intentionality" behind strategies defined for the human settling in Brazil, an argument which fought against the generalization of the "random" idea. At the same time, blowing up the chronological clip of the analysis to the eighteenth century, it was observed how contexts and distinct policies reflected in differentiated ways of building up one city. That evidence consolidated the idea of studying Filipéia for a longer period.

In such journey, a historical event-the Dutch occupation in Paraíba between 1634 and 1654 - demarcated the study in two different stages. So, at a first moment the city was analyzed as part of the strategy for the recon quest and occupation of the northern region of Brazil, which occurred between the end of the sixteenth and beginning of the seventeenth centuries. Showing off that particular historical context made it possible to justhy the foundation of Paraíba as a "your majesty's" province, and to define the character of Filipéia: city created upon a defense strategic spot to be the royal "center of power" in the province.

Once founded the city, soon appeared constructions linked to the crown and to the church, the two bastions of Brazilian colonization. Taking into account those constructions together with the other morphological elements the urban structure was rebuilt, highlighting the regularity of its design. Two questions emerged at that point. First, what was the relation between a royal province's "center of power"

position which characterized the city and the definition of a regular plan for it? Such idea already shown in previous studies was repeated in Filipéia.

Since no previously defined plan for the city was ever known, what would be the origin of the pattern adopted for its construction? It had been always assumed that the urban configuration of Filipéia better approached to a procedure of "making regular cities in a Portuguese way", existing in the kingdom since the middle age and adopted to the ultramarine expansion times in contexts of conquest and colonization. Thus the second question was answered.

Following the paths of history, in the first half of the seventeenth century, the twenty-year Dutch presence in the province represented an interruption of almost half a century in the trajectory already covered. Whiten Paraíba was reincorporated to "Portuguese Brazil", its state of ruin was such that required at a first moment that all the actions should be directed to the reconstruction of the original built structures, a process which occurred according to the scare means available at that time.

Later on, in the eighteenth century, a period of new "construction" happened, being demarcated by a distinguished architectural language and by the introduction of architectural typologies which had never occupied the urban landscape. Those constituted reflections of another period of time, superposed on the old urban structure of Filipéia in order to generate a compatible image with the context in which the newly named city of Paraíba was being developed.

Viewing the city at the end of the eighteenth century, its establishment was confirmed considering it as expression of policies and strategies from colonial Brazil. Hence, the long "from Filipéia to Paraíba" path was over, making it possible to find out answers to the questions initially cast.

RÉSUMÉ

Le présent travail reprend une question qui se trouve, depuis des décades, à la base de l'étude des bourgades et des villes du Brésil durant la période coloniale : devant la production urbaine «aléatoire» des Portugais, jusqu'au début du XVIIe siècle, seules les villes de Salvador et de São Luis do Maranhão présentaient une certaine régularité urbaine résultant de plans pré-définis. Mais l'observation du tracé urbain de l'ancienne Filipéia de Nossa Senhora das Neves, remettait en cause ces idées. Comme on ne connaît pas de plan préétabli de cette ville fondée en 1585, quelle serait l'explication de la régularité du tracé de ses premières rues?

Nous avons cherché une réponse à cette question en développant une analyse de la configuration urbaine et architecturale de Filipéia, basée sur des sources documentaires qui permettent une meilleure approche de la réalité de l'époque étudiée. Ainsi, Filipéia a servi de paramètre à une révision des procédés d'urbanisme adoptés aux premiers temps de la colonisation, l'objectif étant de montrer l'existence d'une «intentionalité» derrière les stratégies définies pour le peuplement du Brésil, qui va contre la généralisation de l'idée de «hasard». En même temps, en amplifiant le découpage chronologique de l'analyse jusqu'au XVIIIe siècle, il était possible d'observer comment contextes et politiques se reflétaient dans des manières différenciées de «construire» une même ville, raison pour laquelle nous avons choisi d'étudier Filipéia sur une longue période.

Dans ce parcours, un fait historique divise l'étude en deux étapes distinctes : la présence hollandaise en Paraíba de 1634 à 1654. Ainsi, la ville a été analysée, dans un premier temps, comme partie de la «stratégie» de la reconquête et de l'occupation de la région septentrionale du Brésil entre la fin du XVIe et le début du XVIIe siècle. L'exposition de ce contexte historique a permis de justifier la fondation de Paraíba comme capitanat de «Sa Majesté» et de définir le «caractère» de Filipéia : ville créée en un point stratégique de défense pour être un «centre du pouvoir» royal dans le capitanat.

Une fois la ville fondée, ont surgi aussitôt les édifications associées au pouvoir de la Couronne et de l'Église, les deux «bastions» de la colonisation brésilienne. À partir de la présence de ces édifications, en association avec les autres éléments morphologiques, a été reconstruite la structure urbaine de Filipéia où se constate la régularité de son tracé. Restaient deux questions qui demandaient une réponse. Premièrement,

quelle était le rapport entre la position de «centre de pouvoir» d'un capitanat royal qui a caractérisé la ville et la définition d'un tracé régulier pour celle-ci. Cette idée que l'on trouve dans des études antérieures a été reprise en Filipéia.

Comme on ne connait pas de plan pré-défini pour la ville, quelle serait l'origine du «modèle» adopté pour sa construction? Nous avons pu vérifier que le traçé urbain de Filipéia se rapprochait beaucoup d'une façon de «faire des villes régulières», en usage dans le Royaume depuis le Moyen-Âge et adoptée au temps de l'expansion outremer dans des contextes de conquête et de colonisation. La seconde question avait sa réponse.

En parcourant les chemins de l'histoire, dans la première moitié du XVIIe siècle, on voit que la présence hollandaise dans le capitanat pendant 20 ans, a représenté une interruption de presqu'un demi-siècle de la trajectoire jusqu'alors suivie. Quand Paraíba fut réincorporée au «Brésil portugais», l'état de ruine où elle se trouvait a demandé, dans un premier temps, à ce que toutes les actions soient destinées à la «reconstruction» des structures préexistentes, processus qui s'est opéré en fonction des pauvres moyens disponibles à ce moment là.

Plus tard, au XVIIIe siècle déjà, il y eut une période de nouvelle «construction», marquée par un langage architectural différencié et par l'introduction de typologies architecturales qui, jusqu'alors, ne faisaient pas partie du paysage de la ville. Reflet d'un autre temps, ces dernières étaient superposées à l'ancienne structure urbaine de Filipéia pour générer une image compatible avec le contexte où se développait la «ville de Paraíba», comme on a commencé à l'appeler.

En regardant cette ville à la fin du XVIIIe siècle, on constate qu'en tant qu'expression des politiques et stratégies propres du Brésil colonial, elle était déjà édifiée. Ainsi prenait fin le long parcours qui, «de Filipéia à Paraíba», avait permis de trouver des réponses aux questions lancées au début.

SUMÁRIO

Lista dos Arquivos e Bibliotecas Consultados..... XV

Lista das Abreviaturas..... XVI

Lista das Imagens.....XVII

Introdução..... 1

I PARTE

Capítulo 1

Estratégias e agentes da colonização e povoamento do Brasil nos séculos XVI e XVII..... 14

1.1. - Os primeiros tempos da colonização do Brasil..... 15

1.1.1. - Povoar e aproveitar a terra - as Capitanias Hereditárias. 20

1.1.2. - Defender e administrar o Brasil - O Governo Geral..... 25

1.1.3. - Consolidação do processo de povoamento do Brasil - As Capitanias Reais..... 29

1.2. - A ocupação da Região Nordeste do Brasil - dois tempos e duas estratégias..... 39

1.2.1. - As expedições de conquista empreendidas pelos donatários 41

1.2.2. - As ações de reconquista ordenadas pelo governo metropolitano..... 46

1.2.3. - As capitanias sob o poder de Sua Majestade - uma avaliação dos resultados..... 62

Capítulo 2

Pragmatismo e conhecimentos aplicados ao povoamento do Brasil nos séculos XVI e XVII..... 74

2.1. - Uma imagem de cidade no universo português..... 75

2.2. - Um modo de fazer cidades regulares "à portuguesa"..... 86

2.3. - Mestres e engenheiros - teoria e prática na fundação de vilas e cidades..... 103

2.4. - Cosmógrafos e cartógrafos - o conhecimento do território brasileiro e o seu povoamento..... 113

Capítulo 3

A Capitania Real da Paraíba e a cidade de Filipéia de Nossa Senhora das Neves. 1585 - 1634..... 131

3.1. - O Rio Paraíba e a cidade Filipéia - fortificar para povoar..... 132

3.1.1. - O sítio a ocupar e os objetivos do povoamento..... 143

3.1.2. - Os homens - conquistadores e construtores..... 148

3.2. - A cidade Filipéia - povoar para colonizar..... 159

3.2.1. - Os baluartes do poder de Deus..... 161

3.2.2. - Os baluartes do poder de Sua Majestade..... 172

3.3. - A construção do urbano - a arquitetura da cidade..... 181

3.4. - A população - da conquista à formação de uma elite..... 207

3.5. - A cidade e o seu território - o centro do poder..... 217

3.6. - Intenção ou acaso - revendo algumas idéias..... 235

II PARTE

Capítulo 4

As guerras e as (re)construções da capitania da Paraíba nos séculos XVII e XVIII..... 248

4.1. - A Paraíba sob o domínio dos holandeses..... 249

4.2. - O fim do período holandês e a ruína da capitania na segunda metade do século XVII..... 259

4.3 - A Paraíba no contexto do século XVIII - reflexos de uma crise de longa duração..... 270

Capítulo 5

Em torno do sistema defensivo da Paraíba..... 282

5.1. - A (re)construção das fortificações - da terra à pedra.... 283

5.2. - A defesa da Paraíba na segunda metade do século XVIII - uma guerra de "conhecimentos" para uma defesa "imaginária"..... 309

Capítulo 6

De Filipéia à Paraíba: uma cidade sob o signo da (re)construção.. 329

6.1. - Renascer das cinzas - reconstruir o pré-existente..... 330

6.2. - Interações entre o patrimônio edificado e a estrutura social - a cidade do século XVIII..... 357

6.2.1. - Um diagnóstico de vitalidade - o papel da Igreja..... 358

6.2.2. - As clivagens dos poderes públicos perante a alteração da estratégia - resistências à decadência..... 394

Conclusão..... 418

Anexo 1

Capitães-mores e Governadores da Capitania da Paraíba com informações sobre os serviços prestados anteriormente à Coroa Portuguesa..... 422

Bibliografia e Documentação..... 430

LISTA DOS ARQUIVOS E BIBLIOTECAS CONSULTADOS

Arquivo Eclesiástico da Diocese da Paraíba

Arquivo Geral de Simancas (Espanha)- A.G.S.

Arquivo Histórico Militar (Lisboa) - A.H.M.

Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa) - A.H.U.

Arquivo Público do Estado da Paraíba - A.P.E.P.

Archivum Romanum Societatis Iesus (Roma) - A.R.S.I.

Biblioteca Central da Universidade de Coimbra

Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa

Biblioteca da Ajuda (Lisboa) - B.A.

Biblioteca da Associação Nacional dos Arquitetos (Lisboa)

Biblioteca da Faculdade de Arquitetura da Univ. Federal da Bahia

Biblioteca da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto

Biblioteca da Faculdade de Arquitetura da Univ. Técnica de Lisboa

Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Biblioteca da Fundação Calouste Gulbenkian (Lisboa)

Biblioteca do Instituto Paraibano de Educação (João Pessoa)

Biblioteca Nacional de Lisboa - B.N.L.

Biblioteca Nacional de Madrid - B.N.M.

Biblioteca Pública Municipal de Évora

Biblioteca Pública Municipal do Porto

Centro Cultural de São Francisco (João Pessoa)

Comissão Permanente de Desenv. do Centro Histórico de João Pessoa

Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar (Lisboa)

Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa) - I.A.N./T.T.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (João Pessoa)

Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba - I.H.G.P.

Instituto Ricardo Brennand (Recife)

Oficina Escola de Revitalização do Pat. Cultural de João Pessoa

Sociedade de Geografia de Lisboa

LISTA DAS ABREVIATURAS

Apud. - referência indireta a uma obra não consultada

c. - cerca de (ano)

Cf. - confrontar

Cód. - códice

Coord. - coordenador

Cx. - caixa

Doc. - documento

Ed. - editora/edição

Fig. - figura

fl. - folha ou folhas

Id. ibid. - mesma obra do mesmo autor supracitado

Liv. - livro

Ms. - manuscrito

Ms. cit. - manuscrito citado

N. - número

n/fl. - manuscrito sem numeração dos fólios

n/p - publicação sem numeração das páginas

Op. cit. - obra citada

Org. - organizador

p. - página ou páginas

s/d. - publicação sem indicação da data de edição

s/e. - publicação sem indicação de editora

s/l. - publicação sem indicação do local de edição

sic. - discordância em relação a algum conteúdo de citação

tb. - também

Trad. - tradução

v. - verso

Vol. - volume

LISTA DAS ILUSTRAÇÕES

Fig. 1 - Vista atual da cidade, evidenciando a regularidade das ruas remanescentes da antiga Filipéia..... 3

FIG. 2 - Carta de Lopo Homens - Reineis, 1519..... 17

Fig. 3 - Mapa da América atribuído à Diogo Ribeiro..... 17

Fig. 4 - Rio de São Francisco que divide a capitania da Bahia da de Pernambuco. c. 1757..... 24

Fig. 5 - Carta geral do Brasil traçada por Luís Teixeira, com a delimitação aproximada da área povoada até 1565..... 36

Fig. 6 - Pontos referenciais de delimitação das capitanias concedidas a João de Barros, Aires da Cunha, Antônio Cardoso de Barros e Fernão Álvares de Andrade, tendo por base o mapa do Brasil de Luís Teixeira..... 42

Fig. 7 - Carta da costa do Brasil, na qual a Paraíba aparece como a última capitania demarcada ao norte do território..... 54

Fig. 8 - Mapa da América do Sul, com delimitação dos domínios de Portugal e Espanha, demarcação das capitanias ao longo do litoral brasileiro e uma linha hipotética da ocupação destas em direção ao sertão..... 61

Fig. 9 - Mapa da Cidade de Lisboa de G. Braun & F. Hogenberg, de 1593..... 79

Fig. 10 - Imagem de Évora, acrescentada ainda no século XVI, ao Foral Manuelino da cidade. (1501)..... 80

Fig. 11 - Sofala, na costa Oriental da África..... 83

Fig. 12 - Fortaleza e cidade de Mombaça..... 84

Fig. 13 - Vilas medievais de traçado regular em Portugal: Viana do Castelo, Caminha e Monsaraz..... 90

Fig. 14 - Cidades de traçado regular nas Ilhas Atlânticas: Horta, Funchal e Angra do Heroísmo..... 95

Fig. 15 - Cidades "indo-portuguesas" de traçado regular: Baçaim e Damão..... 98

Fig. 16 - Cidades de traçado regular no Brasil do século XVI: Salvador e Rio de Janeiro..... 101

Fig. 17 - Baía de todos os Santos..... 115

Fig. 18 - Barra do porto de Pernambuco..... 115

Fig. 19 - Vila de São Jorge dos Ilhéus (1536)..... 120

Fig. 20 - Vila do Espírito Santo (1535)..... 121

Fig. 21 - Cidade de Salvador e a ocupação do entorno da Baía de todos os Santos..... 122

Fig. 22 - Vilas de Olinda, Igarassu e Nossa Senhora da Conceição de Itamaracá..... 124

Fig. 23 - Vila de Caité no Maranhão..... 128

Fig. 24 - Cidade de Salvador com seu sistema defensivo..... 128

Fig. 25 - Cidade do Natal e barra do Rio Grande..... 129

Fig. 26 - Cidade do Porto e barra do Rio Douro..... 129

Fig. 27 - Detalhe da carta da barra do Rio Paraíba, c. 1616, mostrando um núcleo de ocupação na extremidade da Ilha da Restinga..... 137

Fig. 28 - Carta do litoral da Paraíba, com indicação de alguns pontos de referência..... 141

Fig. 29 - Carta da barra do Rio Paraíba, em 1609, segundo o sargento-mor do Brasil Diogo de Campos Moreno..... 146

Fig. 30 - Localização de alguns pontos referenciais da Filipéia, identificados sobre cartografia holandesa de c. 1640..... 180

Fig. 31 - Uma das representações da cidade da Filipéia quando da invasão holandesa, em 1634..... 180

Fig. 32 - A Cidade Filipéia registrada na *Relação das praças fortes e coisas de importância que Sua Majestade tem na costa do Brasil*, feita pelo sargento-mor Diogo de Campos Moreno, em 1609..... 184

Fig. 33 - Detalhe da carta da barra do Rio Paraíba, c. 1616, mostrando na Cidade Filipéia a localização de algumas edificações..... 188

Fig. 34 - Localização de alguns pontos referenciais e das ruas da Filipéia, identificados sobre cartografia holandesa de c. 1640.. 192

Fig. 35 - Parcelamento dos quarteirões compreendidos entre as Ruas Nova e Direita, mostrando a regularidade na dimensão dos lotes... 200

Fig. 36 - A cidade da Filipéia representada quando da invasão da Paraíba pelas tropas holandesas, em 1634..... 203

Fig. 37 - Detalhe da gravura intitulada "*Província di Paraíba*" (1698), destacando o curso do Rio Paraíba e seus afluentes..... 227

Fig. 38 - Forte do Cabedelo, representado na *Relação das praças fortes e coisas de importância que Sua Majestade tem na costa do Brasil*, feita pelo sargento-mor Diogo de Campos Moreno, em 1609.. 230

Fig. 39 - O sistema defensivo da barra do Rio Paraíba em duas épocas distintas..... 234

Fig. 40 - O traçado urbano da Filipéia e de Salvador. Ruas e quarteirões definidos segundo um modo de fazer "cidades regulares à portuguesa"..... 243

Fig. 41 - Cartografia com indicação da estratégia holandesa para ocupação da Paraíba..... 252

Fig. 42 - Detalhe da gravura intitulada "*Parayba*", baseada em desenho de Frans Post que ilustra o livro de Gaspar Barleus..... 256

FIG. 43 - O sistema defensivo da barra do Rio Paraíba, em detalhe da cartografia holandesa datada de c.1640..... 285

FIG. 44 - Muralhas do Forte do Cabedelo..... 303

FIG. 45 - Casa da pólvora e quartéis do Forte do Cabedelo..... 305

FIG. 46 - Casa do capitão-mor, capela e quartéis do Forte do Cabedelo..... 306

FIG. 47 - Planta da Fortaleza do Cabedelo, executada pelo capitão de Infantaria Antônio José de Lemos..... 323

FIG. 48 - Carta da Baía da Traição, feita por Dionízio Ferreira Portugal, c.1755..... 325

FIG. 49 - A Igreja Matriz e o Mosteiro de São Bento, representados pelo Capitão Manuel Francisco Grangeiro, em 1692..... 333

FIG. 50 - Planta executada pelo Capitão Manuel Francisco Grangeiro, em 1692, com o objetivo de demarcar terras pertencentes ao mosteiro de São Bento..... 342

FIG. 51 - Localização de algumas vias em formação no início do século XVIII, identificadas sobre cartografia holandesa de c. 1640..... 347

FIG. 52 - Igreja e mosteiro de São Bento, representados pelo Capitão Manuel Francisco Grangeiro, em 1692..... 365

FIG. 53 - A arquitetura monástica do século XVIII: beneditinos, franciscanos e carmelitas..... 371

FIG. 54 - Conjunto arquitetônico dos jesuítas..... 378

FIG. 55 - Identificação das ruas da cidade no século XVIII, sobre uma cartografia datada de 1855..... 384

FIG. 56 - Identificação das ruas e novos edifícios referenciais da cidade no século XVIII, sobre uma cartografia datada de 1855..... 385

FIG. 57 - As igrejas das irmandades: Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, Nossa Senhora Mãe dos Homens Pardos Cativos e Nossa Senhora das Mercês..... 386

FIG. 58 - Interior da Igreja de Nossa Senhora das Mercês: nave, capela-mor e coro alto..... 387

FIG. 59 - A estratificação dos homens através dos Regimentos Militares e seus fardamentos específicos..... 389

FIG. 60 - A Casa dos Contos edificada no Largo da Câmara..... 410

FIG. 61 - A Fonte do Tambiá, inaugurada em 1785..... 414

INTRODUÇÃO



Fonte: Acervo fotográfico Dr. Humberto Nóbrega - Unipê

"Uma vez terminadas as muralhas circundantes, em seu interior faremos a distribuição de sua superfície, praças e ruas guardando relação com os quatro pontos cardinais. Esta distribuição se traçará corretamente, para que os ventos não afetem de modo prejudicial as ruas (...)

Uma vez realizadas as divisões e direções das ruas e situadas corretamente as praças, devem eleger-se as superfícies de utilidade coletiva da cidade, tendo em conta a situação mais favorável para colocar os santuários, o foro e demais edifícios públicos".

Marco Lucio Vitruvio - Os Dez Livros de Arquitetura.

INTRODUÇÃO

Recordo que ao ingressar no curso de graduação em arquitetura e urbanismo, na Universidade Federal da Paraíba, nas aulas da disciplina "Evolução Urbana no Brasil", muito me intrigou uma idéia colocada como base para o entendimento das vilas e cidades fundadas no Brasil durante o período colonial. Afirmavam os autores então estudados que esses aglomerados urbanos haviam resultado de assentamentos iniciados de forma "espontânea", sem obedecer a qualquer princípio urbanístico determinado pela metrópole. Excetuando os casos das cidades de Salvador da Bahia e São Luís do Maranhão, para as quais eram conhecidos planos pré-definidos, até meados do século XVII, os portugueses não haviam adotado qualquer tipo de planejamento para as demais vilas e cidades.

Em muitos dos livros sobre a matéria constava, invariavelmente, a seguinte citação: "a cidade que os portugueses construíram na América não é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem. Nenhum rigor, nenhum método, nenhuma previdência, sempre esse significativo abandono que exprime a palavra *desleixo*".[1] Esta idéia "semeada" por Sérgio Buarque de Holanda marcou época, e em busca de argumentos para defendê-la, estabelecia um paralelo entre a "aleatória" produção urbana dos portugueses no Brasil e as cidades criadas pelos espanhóis na América, onde as rígidas normas de planejamento determinavam um desenho de quadrícula absolutamente regular, com ruas traçadas em cruz e praças centrais bem definidas.

Contundentes, também, eram as conclusões apresentadas por Robert Smith, afirmando que em termos urbanos "a ordem era ignorada pelos portugueses", e mesmo as principais cidades fundadas no Brasil não haviam obedecido a uma planta prévia, crescendo "na forma de raias apertadas sobre vários níveis com ruas estreitas e íngremes". O resultado deste processo, eram vilas e cidades "desordenadas e extremamente pitorescas".[2]

Mesmo diante do meu pouco conhecimento de "aprendiz de arquiteta", essas idéias me pareciam passíveis de questionamento, quando observava o traçado das primeiras ruas da minha cidade, a antiga Filipéia de Nossa Senhora das Neves, hoje denominada João Pessoa. Fundada no final do século XVI, as quadras formadas pela trama urbana mais antiga da cidade

---

1 - HOLANDA, Sérgio Buarque de - *Raízes do Brasil*. 26ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 110.

2 - SMITH, Robert - Arquitetura colonial. In. *As artes na Bahia*. I Parte. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, 1954. p. 11-12.

Ainda em 1968, Paulo Santos reafirmava que "o aspecto predominante na cidade colonial é de desordem", seguindo assumidamente a idéia defendida por Sérgio Buarque de Holanda e Robert Smith. SANTOS, Paulo F. - *Formação de Cidades no Brasil Colonial*. Coimbra, 1968. Separata do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros. p. 5.

tinham uma regularidade que não me permitia aceitar aquilo que estava nos livros, e que era confirmado pelos meus professores. Se não houvera qualquer planejamento para a Filipéia, qual seria a explicação para a existência daquelas ruas paralelas, cortadas por outras perpendiculares? Como entender a relação entre a organização das vias e a implantação das igrejas e conventos colocados ao fim desses eixos? Seria este desenho urbano fruto do "acaso" e não previsto como produto de uma reflexão?

Bem via que a Filipéia não se assemelhava àquelas cidades da colonização espanhola que ilustravam os livros, mas também não conseguia perceber ali a irregularidade, a desordem e a "confusão pitoresca" a que se referiam os autores estudados na época. Sabia que havia fundamento para o que estes escreviam, pois tinha discernimento para observar que grande parte dos aglomerados urbanos fundados no Brasil colonial não possuía qualquer resquício de regularidade como acontecia na minha cidade. Mas não aceitava aquela generalização imposta pelos referidos autores. Entre tantas outras questões que ficaram sem resposta convincente ao longo da minha formação profissional, esta era periodicamente resgatada na memória.

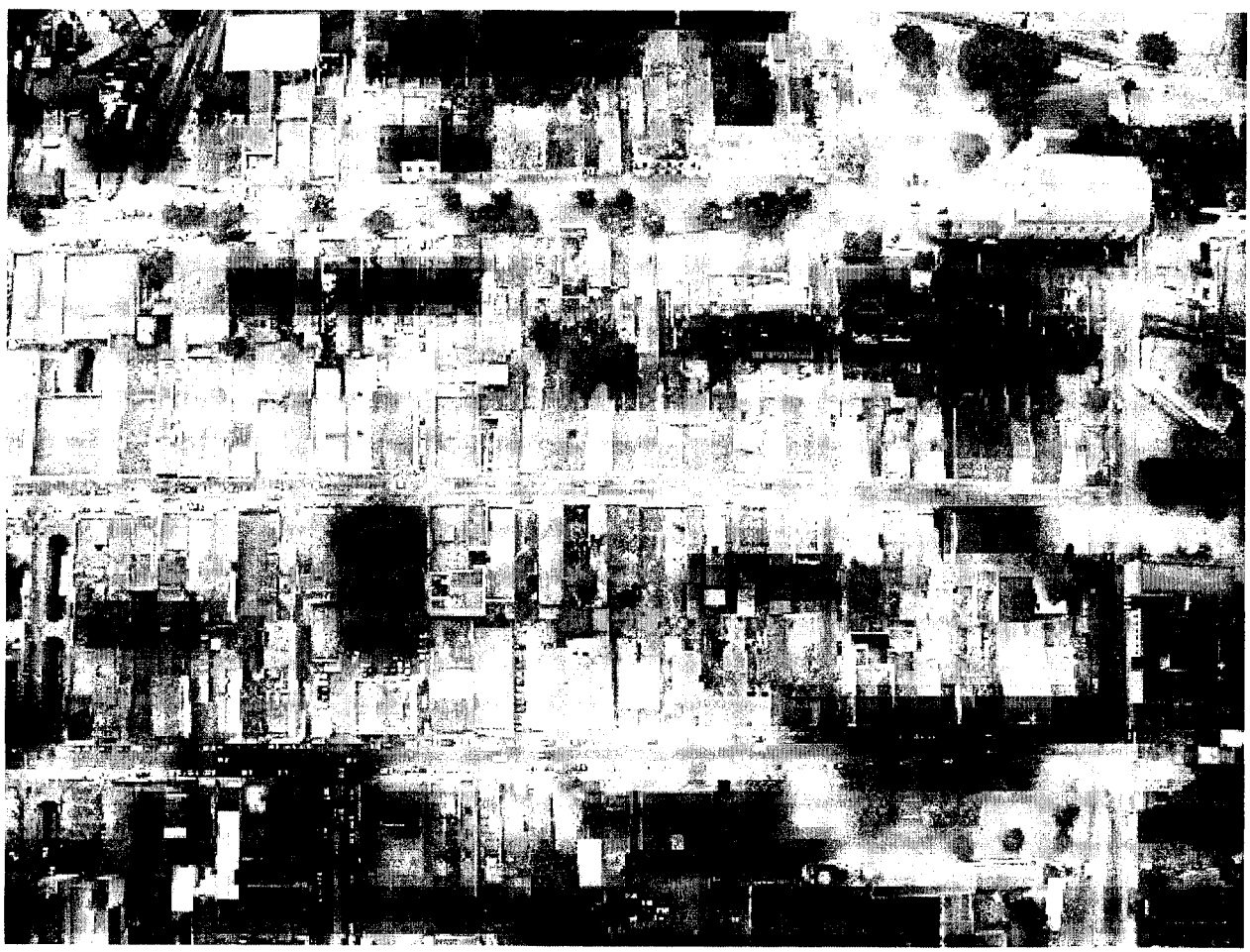


Fig. 1
Vista atual da cidade, evidenciando a regularidade das ruas remanescentes da antiga Filipéia
Foto: Ricardo Paulo

Decorridos alguns anos, um dia em sala de aula tratando sobre a Filipéia, um aluno fez a seguinte pergunta: porque um núcleo populacional tão insignificante havia recebido, no século XVI, o título de cidade? De pronto lhe respondi o que diziam os livros: tal título se devia ao fato daquele núcleo ter sido fundado sob a tutela direta da Coroa portuguesa durante o período do Brasil colonial, se diferenciando das vilas que eram fruto da iniciativa dos donatários das capitanias hereditárias. A resposta foi a contento para ele, mas aguçou novamente a minha curiosidade em torno das indagações que reunia sobre a questão, e sendo chegada a hora de dar mais um passo na minha formação acadêmica, considerei ser este um tema apropriado para explorar em uma tese de doutoramento.

É certo que tive que esperar bastante tempo até surgir a oportunidade de me dedicar a um estudo aprofundado que viesse satisfazer as antigas cogitações de estudante. Mas bem observou Roberta Marx Delson, que pretender, há vinte anos atrás, comprovar a existência de princípios de regularidade e ordenamento urbano para uma cidade fundada no Brasil do século XVI, não constituiria uma tarefa fácil, pois todos os autores da época tendiam a "descartar sumariamente o assunto", e assim, qualquer estudo nesse sentido estaria terminado antes de começar.[3]

Ao longo desses anos, muito se caminhou no conhecimento referente ao urbanismo luso-brasileiro e novas diretrizes surgiram na busca de respostas para as questões em aberto sobre a história das cidades do universo português. Hoje não constituem novidade os trabalhos que tiveram por objetivo demonstrar que os portugueses atentavam para o traçado regular das cidades desde a Idade Média, e que ao tempo da expansão ultramarina construíram cidades regulares nas ilhas do Atlântico, no Oriente e também no Brasil.[4]

Este caminhar do conhecimento científico foi fundamental para alicerçar as idéias que aprofundo e desenvolvo neste estudo específico sobre a cidade da Filipéia. Se muito já foi dito sobre a matéria, é certo que nunca um assunto está esgotado por completo e sempre há informações a acrescentar e outros enfoques que podem ser explorados, surgindo daí novas contribuições. Manuel C. Teixeira ao fazer um balanço sobre os estudos pertinentes à história urbana em Portugal, concluiu que os mesmos

3 - DELSON, Roberta Marx - *Novas vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no século XVIII.* Brasília: Ed. Alva-CIORD, 1997. p. 1.

4 - Sobre esta matéria ver, entre outros: AZEVEDO, Paulo Ormindo de - Urbanismo de traçado regular nos dois primeiros séculos da colonização brasileira - origens. In. *Colectânea de Estudos. Universo Urbanístico Português 1415-1822.* Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998. p. 39-70. TEIXEIRA, Manuel C. - O Urbanismo Medieval, séculos XIII e XIV. In. TEIXEIRA, Manuel C. e VALLA, Margarida - *O Urbanismo Português. Séculos XIII-XVIII Portugal - Brasil.* Lisboa: Livros Horizontes, 1999. p. 25-46.

não são proporcionais à larga produção de cidades nos diversos territórios sob domínio luso, havendo períodos e recortes específicos ainda pouco explorados. Entre estes, considerou que o urbanismo colonial é um vasto campo de investigação ainda por trabalhar.[5]

Ao mesmo tempo, analisando a bibliografia mais recente sobre a matéria, constatava que a Filipéia fora referida por diversos autores, mas todos apenas se remetiam a ela de modo breve, a fim de dar mais um exemplo de cidade com possível traçado regular no Brasil do século XVI. No geral, forneciam exatamente as mesmas informações que há décadas são repetidas, muitas destas equivocadas, mas repassadas de forma acrítica, pois não houve avanço sobre as fontes de pesquisa.[6]

Assim, do somatório de antigas questões e de novos conhecimentos, ganhou forma o presente trabalho, que tem por objetivo analisar sob o aspecto da configuração urbana/arquitetônica a cidade de Filipéia de Nossa Senhora das Neves, fundada em 1585, como parte do processo de conquista da capitania da Paraíba. Através de uma investigação aprofundada sobre essa cidade em específico e com sustentação em fontes documentais que permitem uma melhor aproximação com a realidade da época em estudo - os séculos XVI a XVIII - encontrava-se a possibilidade de confirmar ou "pôr em xeque" alguns aspectos já tratados por outros autores sobre os procedimentos urbanísticos dos primeiros tempos da colonização brasileira.

Tendo por foco central analisar a construção do espaço urbano da Filipéia, está subjacente em todo o trabalho o objetivo de demonstrar a existência de uma "intencionalidade" por trás das ações e das "estratégias" adotadas na colonização e povoamento do Brasil, combatendo a idéia

---

5 - O mesmo pode ser dito para o Brasil, onde os trabalhos sobre as cidades coloniais foram predominantemente produzidos entre o final da década de 1930 e 1960, havendo então um lapso no qual os estudos priorizaram outras temáticas e períodos cronológicos. Aponta Manuel Teixeira que as contribuições recentes apenas surgiram como resultado das comemorações dos quinhentos anos dos descobrimentos marítimos, fato que renovou o interesse do conhecimento sobre as cidades coloniais. TEIXEIRA, Manuel C. - A História Urbana em Portugal: desenvolvimentos recentes. In. *Colectânea de Estudos: Universo Urbanístico Português 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998. p. 555-556.

6 - Entre outros autores, assim procederam: AZEVEDO, Paulo Ormindo de - Op. cit. p. 39-70. ARAÚJO, Renata Malcher de - *As cidades da Amazónia no Século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão*. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 1998. ALCÂNTARA, Dora e DUARTE, Cristovão - O estabelecimento da rede de cidades no Norte do Brasil durante o período filipino. In. *Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.p. 287-298. ROSSA, Walter - A Cidade Portuguesa. In. A Urbe e o Traço: uma década de estudos sobre o urbanismo português. Lisboa: Almedina, 2002. p. 193-360. TEIXEIRA, Manuel C. - O Urbanismo Português no Brasil nos Séculos XVI e XVII. In. TEIXEIRA, Manuel C. e VALLA, Margarida - *O Urbanismo Português. Séculos XIII - XVIII. Portugal - Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999. p. 215-252.

de "acaso" e de "desleixo" apregoada anteriormente, mas sem deixar de lado o caráter pragmático, próprio da cultura portuguesa da época.

Para tanto cabia identificar em que medida o contexto da colonização brasileira, particularmente nos séculos XVI e XVII, permitiu a aplicação do "conhecimento" científico que os portugueses detinham naquela época sobre a construção de cidades, ou se neste processo teve maior peso uma "prática" de fazer cidades transferida para o Brasil quando da ocupação do território, fosse na escolha dos sítios a serem povoados, ou na própria configuração dos aglomerados urbanos.[7]

Na compreensão dos "objetivos" e das "políticas" definidas pela Coroa portuguesa quando da fundação da capitania da Paraíba está contido um outro enfoque desta análise: entender o "caráter" e a "forma" da cidade da Filipéia enquanto resultado do contexto específico da colonização. Ou seja, ver a cidade como um produto dos procedimentos urbanísticos da época conjugados ao cumprimento de "funções" - econômica, religiosa, administrativa, militar - reunidas no meio urbano com o fim de fazer cumprir as metas da colonização.

Diante das questões colocadas e trilhando sobre passos já percorridos por estudos anteriores, foi possível constatar que o ponto de partida da investigação estava na compreensão das políticas de colonização definidas para o Brasil durante o século XVI, motivo pelo qual se recuou a análise ao tempo da repartição do território em capitanias hereditárias, da implantação do governo geral e da fundação das primeiras capitanias reais, pois ao longo desse tempo foram fixadas as principais diretrizes para a "construção" do Brasil.[8]

Neste percurso, cabia atentar para a interseção existente entre as políticas de colonização e as estratégias de ocupação do território, uma vez que era conhecida a relação entre o estabelecimento do governo geral e a introdução de uma forma diferenciada de tratar o povoamento, sendo então fundadas as primeiras cidades brasileiras: Salvador e o Rio de Janeiro, representativas da intenção de centralização do poder metropolitano na colônia. Esta nova estratégia, tendo continuidade no processo

---

7 - Sobre a intervenção de técnicos especializados na realidade brasileira, existem diversos trabalhos. No entanto, estes enfocam, prioritariamente, o final do século XVII e o século XVIII. Ver como exemplo: DELSON, Roberta Marx - O início da profissionalização no Exército Brasileiro: os corpos de engenheiros do século XVII. In. *Colectânea de Estudos. Universo Urbanístico Português 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998. p. 205-224.

8 - Diversos autores adotaram este percurso para iniciar seus estudo sobre a matéria, priorizando enfoques distintos em suas análises, constituindo todos contribuições válidas para alcançar um mesmo objetivo. Ver SANTOS, Paulo F. - Op. cit. p. 71-112 e REIS FILHO, Nestor Goulart - *Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil (1500/1720)*. São Paulo: Livraria Pioneira Ed. / Ed. Da Universidade de São Paulo, 1968. p. 29-65.

de reconquista da região setentrional do Brasil, decorrido entre o final do século XVI e princípio do XVII, determinou a criação das demais capitanias régias e das cidades que possibilitaram a ocupação do litoral até o Maranhão.

Ao expor este contexto, ficava historicamente situado o objeto de estudo da presente tese, apresentado não como um fato isolado, mas como parte dessa "estratégia" de reconquista e domínio de território, permitindo justificar a fundação da Paraíba como uma capitania de "Sua Majestade", e a Filipéia como uma cidade, "centro do poder" militar, administrativo e econômico daquela capitania.[9] Assim, adotando uma classificação definida por Paulo Santos, cabia incluir a Filipéia entre as "cidades de afirmação de posse e defesa da costa", que caracterizaram a política de colonização do Brasil entre o final do século XVI e o início do século XVII.[10]

Apesar da vastidão deste percurso histórico, o mesmo precisava ser abordado de forma sumária e objetiva, pois se procurava, apenas, extrair a correlação entre a política de colonização e o processo de ocupação e povoamento do Brasil no século XVI, bem como identificar as "funções" que eram atribuídas às vilas e cidades a fim de assegurar as metas estabelecidas pelo governo português para aquela colônia: o domínio do território, a exploração econômica e a propagação do catolicismo.[11] Antevendo a significativa influência que estas funções tiveram na definição da espacialidade da cidade Filipéia, tornava-se importante defini-las.[12]

---

9 - Nestor Goulart, apontou que as "cidades reais" fundadas pela Coroa portuguesa em pontos especiais do litoral brasileiro, durante os dois primeiros séculos da colonização, revelavam "as tendências centralizadoras da política portuguesa, que se opunham, ainda que discretamente, à dispersão dominante". Enumerando estas cidades, mencionou apenas Salvador, Rio de Janeiro, São Luís e Belém, as quais considerou como as "cabeças da rede urbana" de suas respectivas regiões. REIS FILHO, Nestor Goulart - *Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil...* Op. cit. p. 85.

10 - SANTOS, Paulo F. - Op. cit. p. 68-69.

11 - Em 1938, o geógrafo Pierre Deffontaines desenvolveu uma análise das cidades brasileiras relacionando-as com as funções determinantes para a formação das mesmas - defesa, catequese, comércio, circulação, etc. Embora tenha sido uma abordagem criticada, o avanço dos estudos sobre a matéria demonstrou que a definição das funções é um fator relevante para compreensão da estrutura de um povoamento. DEFFONTAINES, Pierre - *Como se constituiu na Brasil a rede de cidades*. Brasília: Instituto de Artes e Arquitetura da UNB, 1972. Série Arquitetura e Urbanismo. n. 10. Em estudo realizado trinta anos depois, confirmava Nestor Goulart que a definição das funções era indispensável no conhecimento dos centros urbanos e do processo de urbanização, mas que estas funções são melhor compreendidas quando inseridas no "estudo do sistema social em que se desenvolve o processo de urbanização". REIS FILHO, Nestor Goulart - *Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil...* Op. cit. p. 23.

12 - Para a construção dessa trajetória, foram utilizadas fontes já muito exploradas pela historiografia luso-brasileira: a Carta de Pero Vaz de Caminha, as cartas de doação de capitanias, o Regimento de Tomé de Sousa. No entanto, tratou-se de fazer uma releitura em conjunto destas, recolhendo informações para a definição do percurso a ser seguido no presente trabalho e para a compreensão das estratégias de povoamento do Brasil no século XVI.

Tratando de edificar o segundo "pilar" de sustentação deste trabalho, fazia-se necessário conhecer qual era a bagagem de conhecimento prático ou científico, referente à construção de cidades, que os portugueses detinham quando teve início o povoamento do Brasil. Esta questão ganhava relevância diante das incertezas sobre quais foram os verdadeiros agentes responsáveis pela configuração dada à Filipéia ao tempo da sua fundação, uma vez que são desconhecidas ou contraditórias as informações acerca da participação neste processo de homens com algum domínio técnico sobre a matéria, assim como não foi, até o momento, localizado qualquer plano prévio para a cidade.

Sendo assim, podendo o traçado urbano da Filipéia ser resultado da idealização de um profissional, ou simples intervenção dos seus conquistadores e conseqüentes construtores, cabia identificar todos os possíveis meios através dos quais eram transmitidas as "formas de fazer cidades", desde os meramente visuais até os de domínio técnico e científico, uma vez que todas as hipóteses poderiam ser válidas neste caso específico. Ao abordar estas questões estava-se adquirindo as "ferramentas" necessárias para dar encaminhamento ao objetivo principal da investigação.

Lançando um olhar sobre o campo do conhecimento científico, dois aspectos pareciam fundamentais. Primeiro, saber qual era o domínio que os profissionais portugueses tinham sobre a tratadística e as concepções teóricas do urbanismo e da engenharia militar então vigentes na Europa, observando as possibilidades destes conhecimentos terem sido aplicados na construção das vilas e cidades brasileiras dos séculos XVI e XVII. Segundo, identificar o conhecimento construído pelos cartógrafos e cosmógrafos sobre o território brasileiro e sua utilização como instrumento para a determinação dos sítios a serem povoados, em associação com uma série de outros fatores determinantes, entre os quais estava a necessidade de defender a colônia e de explorar as áreas mais férteis.

Voltando a atenção para a vertente eminentemente prática que caracterizava os homens que se lançavam à conquista de novos territórios, era de interesse tentar reconstruir a "imagem de cidade" que estes deveriam ter em mente e reproduziam quando se deparavam com a necessidade de criar as mínimas condições de vida em sociedade. Explorando os registros do passado referentes às vilas e cidades no universo português, tratava-se de reunir um repertório de imagens próprias do século XVI, algumas captadas no Reino e outras através do contato com distintas realidades percorridas pelos portugueses durante a expansão ultramarina.

Ao apreender essas imagens, cabia atentar para diversos aspectos, observando por exemplo, a implantação no sítio e a forma desses aglome-

rados urbanos. Quanto à forma, especial atenção mereciam as vilas reconstruídas ou fundadas em Portugal, entre os reinados de D. Afonso III e D. Dinis, resultantes de um processo de "colonização interna", uma vez que entre estas vilas não foram estranhos os traçados com tendência à regularidade e à racionalidade.[13]

Munida com estas "ferramentas" era possível dar início às "obras" para reconstrução da configuração urbana da Filipéia em suas origens. Logo se tomou consciência da difícil tarefa a ser cumprida, pois era necessário dar estabilidade aos "alicerces" fincados sobre as fontes documentais de época e sobre a escassa cartografia referente à Paraíba. Mas as informações pulverizadas nessas fontes de pesquisa deixavam a impressão de que seria impossível obter algum resultado satisfatório, dando espaço à inquietação de como proceder para "construir uma cidade com grãos de areia", quando eram necessárias outras matérias primas mais sólidas.

No entanto, dispondo apenas dos grãos, com estes o trabalho teve seguimento, procurando aliar os documentos a outras fontes de informação que dessem fundamento às abordagens exploradas. Como alternativa para sanar as lacunas, havia a possibilidade de apreender o passado através dos fragmentos da cidade que ainda sobreviveram ao tempo, ao progresso e ao "desleixo" dos seus moradores ao longo de tantos séculos. Fragmentos estes também pulverizados, registrados, principalmente, na permanência de algumas ruas e espaços abertos remanescentes do antigo traçado urbano e em edificações pontuais e restritas, quase exclusivamente, os grandes conjuntos de caráter religioso. Por sorte, a Igreja Matriz foi sempre reedificada em seu lugar de origem, pois nela estará ancorada a análise da formação do espaço urbano da Filipéia.

Trabalhando com um recorte temporal muito largo, foi necessário atentar para as diversas fases da história da capitania da Paraíba e da cidade Filipéia, definidas por mudanças estruturais ocorridas. O conhecimento já acumulado sobre a matéria, permitia identificar que os contextos específicos dessas distintas fases haviam condicionado etapas bem demarcadas no processo de construção daquela realidade, tendo cada uma delas o seu "caráter" próprio.[14] Consciente de todos estes aspectos, estabelecendo uma periodização dentro do grande recorte temporal estuda-

13 - GASPAR, Jorge - A morfologia urbana de padrão geométrico na Idade Média. *Finisterra*. Vol. IV - 8. Lisboa, 1969. p. 198.

14 - Este conhecimento sobre a cidade de João Pessoa foi construído ao longo de alguns anos. Ver: MOURA NETO, Aníbal Victor de Lima e; MOURA FILHA, Maria Berthilde; PORDEUS, Thelma Ramalho. *Patrimônio Arquitetônico e Urbanístico de João Pessoa: um pré inventário*. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 1985. Monografia de conclusão da graduação em Arquitetura.

do e tendo um "plano" pré-definido a seguir, estavam por fim reunidas as condições para encaminhar a investigação.

Através das primeiras determinações do Reino para a ocupação da Paraíba, constatava-se que, desde então, a construção de um forte e a fundação de uma cidade eram metas pré-estabelecidas, visando a sustentação do povoamento da Paraíba. A atenção para com a defesa, aspecto fundamental perante os inimigos a enfrentar, indicava o "caráter militar" imposto àquela realidade e identificado na documentação consultada durante quase todo o período em estudo.

Quanto à fundação da cidade, é certo que esta se justificava quando enquadrada em um contexto de disputa entre portugueses e franceses pelo domínio da região. No entanto, não foi apenas o quadro histórico que definiu onde e como a mesma deveria ser implantada, devendo tal decisão ser compreendida em conjunto com alguns procedimentos que os portugueses aplicavam àquela época, observando a necessidade de assegurar a defesa, de implantar as atividades econômicas, de fazer circular homens e mercadorias em suas embarcações. Para tanto contavam as determinações vindas da Metrópole, bem como as decisões tomadas na colônia por outros "agentes" envolvidos no processo, entre os quais estavam os homens do governo, os homens da Igreja e os senhores que na colônia faziam a vida explorando seu potencial econômico. Conhecendo a atuação e o perfil destes homens mais facilmente se encontra respostas para a formação da cidade, diante do desconhecimento de um plano para a mesma.

Fundada a Filipéia, logo surgiram as edificações representativas do poder de Sua Majestade e do poder da Igreja, os dois "baluartes" da colonização brasileira. A partir da presença dessas edificações, situadas cronologicamente, teve início a montagem da teia de relações com os demais elementos morfológicos que constituem a cidade, reconstruindo a estrutura urbana da Filipéia, com suas principais ruas, becos e largos, definindo as quadras ocupadas pelas residências daqueles que davam vida à cidade. Aqui viriam à tona, mais uma vez, as inquietações da juventude, e foram palmilhadas todas as informações disponíveis, levantadas todas as hipóteses possíveis para encontrar respostas para a velha questão: era a regularidade do traçado urbano da Filipéia resultado de uma ação intencional, ou não?

Na seqüência, olhando para a cidade não só enquanto estrutura edificada mas também como o "centro do poder" na capitania da Paraíba, cabia observar a relação entre o núcleo urbano e o seu entorno imediato, avaliando a interdependência econômica, militar e administrativa que havia entre estas duas partes indissociáveis que constituíam a grande "engrenagem" do Brasil colonial. Por fim, fazia-se necessário dar "vida"

àquela realidade, procurando, através de mínimas informações recolhidas e de um cruzamento com um conhecimento genérico sobre a sociedade urbana no Brasil do século XVI e XVII, visualizar como seriam os homens que habitaram a Filipéia, suas atividades e vivências.

Explorando todos estes patamares, tornava-se possível perceber o "caráter" da Filipéia: ponto estratégico de defesa, centro de poder de uma capitania de Sua Majestade, gerindo os interesses do povo e da metrópole. Estaria este "caráter" de cidade associado à adoção de um traçado urbano regular para a Filipéia, o qual há muito tempo via com evidência tanto nos registros cartográficos do século XVII quanto nas antigas ruas que ainda mantêm definido o desenho primitivo da cidade?

Difícil tarefa falar sobre a "vida" e o "caráter" de uma cidade no Brasil dos séculos XVI e XVII. A documentação disponível, além de escassa, é essencialmente administrativa e pouco se pode extrair dela em relação a esses aspectos. Necessário valer-se de todas as obras que se reportavam àquela época, entre as quais o essencial *Summario das armadas*, relato de um padre jesuíta que acompanhou a fundação da Paraíba. Da maior importância nessa reconstrução da Filipéia, eram os *Diálogos das Grandezas do Brasil* e o *Tratado descriptivo do Brasil em 1587*, visto que seus autores residiram na região nordeste do Brasil no século XVI, trazendo portanto, uma visão de quem conviveu de perto com aquela realidade. O mesmo se aplicava à *História do Brasil* do Frei Vicente do Salvador, que por volta de 1603, esteve em missão na Paraíba, segundo ele mesmo fez referência.[15]

Percorrendo os caminhos da história, na primeira metade do século XVII, a invasão holandesa foi o fato que demarcou o fim da primeira fase da construção da Paraíba e da cidade Filipéia. A presença holandesa na capitania durante 20 anos, representou uma interrupção de quase meio século na trajetória até então decorrida, uma vez que este período se caracterizou mais pela "desconstrução" da cidade do que por novas contribuições para o desenvolvimento da mesma. Quando a Paraíba foi reincorporada ao "Brasil português", o estado de ruína em que se encontrava a capitania reclamava, primeiro, que fossem recuperadas as estruturas econômica e administrativa, criando os meios para depois intervir sobre as estruturas edificadas. Durante este processo, ficaram bem definidas mais duas etapas

15 - SUMMARIO das armadas que se fizeram, e guerras que se deram na conquista do rio Parayba; escripto e feito por mandado do muito reverendo padre em Christo, o padre Chistovam de Gouveia, visitador da Companhia de Jesus, de toda a provincia do Brasil. *Iris*. Vol I. Rio de Janeiro, 1848. p. 19-102. BRANDÃO, Ambrósio Fernandes - *Diálogos das Grandezas do Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco / Ed. Massangana, 1997. SOUSA, Gabriel Soares de - *Tratado Descriptivo do Brasil em 1587*. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1825. SALVADOR, Frei Vicente do. História do Brasil. In. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*. Vol. XIII. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger & Filhos, 1888.

distintas: a da "reconstrução" e a da nova "construção" da "cidade da Paraíba", como passou a ser denominada, as quais perfazem o longo espaço de tempo compreendido entre a expulsão dos holandeses e o final do século XVIII.

Sendo assim, em um primeiro momento as ações estariam voltadas para a recuperação das estruturas edificadas pré-existentes, as quais decorriam de acordo com os escassos meios disponíveis naquele momento. Posteriormente, já no século XVIII, teria lugar um período de construção, expressando um "ideário" diferenciado que vinha imprimir novo "caráter" à cidade, demarcado através da identificação de uma linguagem arquitetônica diferenciada, do porte mais "monumental" de alguns edifícios e na introdução de tipologias arquitetônicas, que até então não faziam parte da paisagem da cidade. Estes eram os reflexos de um outro tempo, superposto sobre a antiga estrutura urbana da Filipéia, a qual não apresentou um crescimento muito significativo, pois durante este período a Paraíba enfrentou diversos obstáculos decorrentes do contexto político e econômico da época.

Olhando para a cidade da Paraíba no final do século XVIII, constatava-se que estava aí a baliza final do presente trabalho, pois a cidade enquanto expressão das políticas e estratégias próprias do Brasil colonial já estava edificada e indicativos históricos demonstravam que começavam a ser outros os objetivos que conduziam as decisões do poder metropolitano sobre a Paraíba. Sendo assim, estava encerrado o longo percurso que "de Filipéia à Paraíba" permitira encontrar respostas para as questões inicialmente lançadas.

Cabe registrar que sendo muitos os obstáculos identificados ao longo do processo de construção da cidade entre os séculos XVI a XVIII, outras tantas barreiras precisaram ser rompidas para chegar à concretização deste trabalho.

Diante da opção por realizar o doutoramento no ramo da História da Arte, foi preciso conciliar uma "visão de arquiteta" - formada para perceber espaços, formas, dimensões - com um outro modo de ver o mesmo objeto de estudo, ou seja, a leitura do "historiador da arte", cuja metodologia de trabalho explora as fontes documentais de época como base do conhecimento, fazendo uma intersecção com a observação do próprio objeto artístico, quando possível.

Apreendendo esta metodologia de trabalho e algumas noções de paleografia adquiridas em uma "prática emergencial" forçada pela necessidade de levar adiante a investigação, logo os dados contidos nas fontes documentais permitiram dar contornos mais precisos ao exercício de "reconstrução" da forma da Filipéia, e os documentos passaram a ser um

importante "alicerce" para esta tarefa. Mas uma vez que a elaboração de uma tese não está restrita à reunião de dados novos sobre o objeto em estudo, foi necessário mergulhar na bibliografia e avaliar criteriosamente as opiniões já emitidas sobre a temática, reiterando-as ou questionando-as com olhar próprio e com base em sólido lastro de informações, de forma a avançar com o conhecimento científico.

Vendo sob esta ótica, a bibliografia sobre o urbanismo luso-brasileiro dos séculos XVI a XVIII, foi explorada, na medida do possível, para a construção do "olhar" sobre a Filipéia que ia sendo reconstruída historicamente com as informações coletadas na documentação. Vale esclarecer que esta documentação tendo um caráter essencialmente administrativo, contém poucas informações sobre as questões pertinentes à linha da investigação, exigindo reuni-las "grão a grão" e por vezes subtraí-las das entrelinhas das provisões, alvarás e cartas régias.

Paralelamente, ao recorrer à bibliografia sobre a história local constatava-se que esta apresentava divergências entre os autores e fazia uso de informações já conhecidas e coletadas em obras mais antigas, havendo pouco avanço na pesquisa de documentação primária que permitisse acrescentar novos dados. Recorrendo muitas vezes a esse tipo de bibliografia, houve o cuidado de utilizá-las com um senso crítico, evitando repassar informações que parecessem de pouca credibilidade.

Resta fazer alguns esclarecimentos sobre a forma como está estruturada a tese. Composta de três volumes, o primeiro contém os resultados da investigação realizada, e os outros dois reunem parte das fontes utilizadas para subsidiar a construção da mesma: a documentação manuscrita, a cartografia, a iconografia e uma coletânea de fotografias da cidade que a percorre em dois tempos - passado e presente - registrando as permanências e mutações da realidade aqui estudada.

Uma vez que a tese tem por sustentação fundamental as fontes documentais, houve a intenção de valorizar as informações extraídas nas mesmas, através do uso de "itálico", diferenciando-as das demais citações recolhidas em fontes bibliográficas. A fim de melhor orientar o leitor, os documentos manuscritos explorados ao longo do texto estão identificados em nota de rodapé com o número que lhe foi atribuído no apêndice documental, facilitando o acesso à transcrição do documento em sua íntegra.

Por fim, alerta-se o leitor que na escrita deste trabalho, foi mantida a ortografia "brasileira" com suas especificidades, as quais, acredita-se, não são obstáculo para a plena compreensão do seu conteúdo, uma vez que portugueses e brasileiros têm no seu idioma um "patrimônio" que lhes dá um forte traço de identidade cultural.

CAPÍTULO 1

Estratégias e agentes da colonização e povoamento do Brasil nos séculos XVI e XVII



Fonte: MARQUES. A Cartografia dos Descobrimentos.

"Brasil: vastíssima região, felicíssimo terreno em cuja superfície tudo são frutos, em cujo centro tudo são tesouros, em cujas montanhas e costas tudo são aromas; tributando os seus campos o mais útil alimento, as suas minas o mais fino ouro, os seus troncos o mais suave bálsamo, e os seus mares o ambar mais selecto; (...)

Em nenhuma outra região se mostra o céu mais sereno, nem madruga mais bela a aurora; o sol em nenhum outro hemisfério tem os raios tão dourados, nem os reflexos nocturnos tão brilhantes (...) é enfim o Brasil terreal paraíso descoberto"

Sebastião da Rocha Pita - História da América Portuguesa.

CAPÍTULO 1.1

Os primeiros tempos da colonização do Brasil

A primeiro de maio de 1500, Pero Vaz de Caminha enviava ao rei "a nova do achamento" da terra que naquela navegação haviam aportado. Dava-se início à história escrita daquela Ilha de Vera Cruz, mais tarde denominada Brasil, terra que "só vai tomando existência pouco a pouco", sob a administração da Coroa portuguesa durante cerca de trezentos anos.[1] Essa "construção do Brasil", esteve à mercê dos interesses de Portugal, os quais foram definindo os procedimentos a adotar, e quando era conveniente colocá-los em prática.

A então Ilha de Vera Cruz constituía, na verdade, uma grande incógnita, uma realidade a ser desvendada. Dizia Caminha sobre ela:

> "Esta terra, Senhor, me parece que da ponta mais contra o sul vimos até outra ponta que contra o norte vem, de que nós deste porto houve-mos vista, será tamanha que haverá nela bem vinte ou vinte e cinco léguas por costa. Traz ao longo do mar em algumas partes grandes barreiras altas, delas vermelhas, delas brancas e a terra por cima toda chã e muito cheia de grandes arvoredos. De ponta a ponta é toda praia palma muito chã e muito formosa.
>
> Vista do mar, nos pareceu, pelo sertão, muito grande, porque a estender olhos não podíamos ver senão terra e arvoredos, que nos parecia mui longa terra."[2]

Por esta descrição, sugeria Caminha a vastidão daquela terra, sobre a qual, certamente, Portugal precisava assegurar seu domínio, uma vez que em caráter imediatista e pragmático, a mesma já representava um ponto de apoio para as navegações, além de ter "disposição para se nela cumprir e fazer o que Vossa Alteza tanto deseja, a saber, o acrescentamento da nossa santa fé."[3] Mas tratava-se de uma realidade totalmente nova e desconhecida. E como proceder sobre o desconhecido? Que metas estabelecer para uma realidade sobre a qual pouco se sabia?

Naquela época, Portugal direcionava seus investimentos para a exploração de outras conquistas, estando mais voltado para aproveitar o potencial econômico oferecido pelas Índias. Isto determinou que entre 1500 e 1530, praticamente não atuasse nas terras recém descobertas, a

1 - CRISTÓVÃO, Fernando - Brasil: do "descobrimento" à "construção". *Camões*. n. 8. Jan/Mar. 2000. p. 94-113.

2 - *A CARTA de Pero Vaz de Caminha*. Ericeira: Mar de Letras, 1999. Prefácio de Joaquim Veríssimo Serrão. p. 74-75.

3 - Id. ibid. p. 74-75.

princípio restringindo suas ações a "expedições de reconhecimento e policiamento da costa".[4] Além disso, o Brasil, neste período, se apresentava como um espaço aberto para experiências de colonização, onde era possível repetir-se modelos e estratégias já aplicados em outros domínios de Portugal, ou então desvendar novas alternativas.

Assim, a primeira solução adotada foi o arrendamento da Terra de Santa Cruz a uma associação de mercadores, a exemplo do que havia ocorrido no reinado de D. Afonso I para exploração da costa ocidental da África. Estes mercadores deteriam o monopólio da exploração do território tendo, entre outras, a obrigação de enviar todos os anos "uma esquadra de seis navios destinada a prosseguir o reconhecimento de, pelo menos, 300 léguas de costa, bem como a fundação e manutenção de uma feitoria-fortaleza".[5]

Seguindo um modelo também já implantado, particularmente na Índia, estas feitorias foram os únicos e escassos assentamentos em terras brasileiras durante aquele tempo. Estabelecidas no litoral, eram simples lugares para o abastecimento de embarcações e armazenamento de pau-brasil, agilizando o embarque dessa mercadoria e tornando mais lucrativo o seu comércio.

Mas "a crescente presença de franceses em busca do pau-brasil e as investidas dos castelhanos para ocupação da bacia do Prata, representavam uma ameaça para o domínio português no Brasil. Era cada vez mais necessário tratar de assegurar aquele território".[6] Sendo assim, D. Manuel I resolveu implantar o sistema de "capitanias de mar e terra" pretendendo ampliar as bases terrestres no litoral brasileiro, complementadas por "armadas de guarda-costa" destinadas a policiar o litoral e impedir que outras nações estabelecessem ali trocas comerciais ou postos de resgate.

Segundo o padre jesuíta Simão de Vasconcelos, "Logo que soaram em Portugal as primeiras notícias do descobrimento nunca imaginado, de terras tão espaçosas, e regiões tão férteis", o rei D. Manuel enviou expedições para "reconhecer, sondar e demarcar a terra e costa marítima deste Novo Mundo".[7]

---

4 - TAPAJÓS, Vicente - A união das coroas ibéricas: factor relevante na formação territorial do Brasil. In. IV Congresso das Academias da História Ibero-Americanas. *Actas...* Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1996. p. 418.

5 - COUTO, Jorge - *A Construção do Brasil: ameríndios, portugueses e africanos, do início do povoamento a finais de quinhentos.* Lisboa: Cosmos, 1997. p. 192-194. Este contrato de arrendamento foi firmado em 1502, por um prazo de três anos, mas presumivelmente, teria sido alargado para dez anos, embora alguns autores apontem que a partir de 1505, o monopólio deste contrato já não vigorava, tendo todos os mercadores livre acesso à exploração daquele território.

6 - COUTO, Jorge - *A Construção do Brasil...* p. 199-201.

7 - VASCONCELOS, Simão de - *Notícias curiosas e necessárias das cousas do Brasil.* Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001. p. 49.



FIG. 2
Carta de Lopo Homem – Reinéis, 1519
Fonte : MARQUES. *A Cartografia dos descobrimentos*

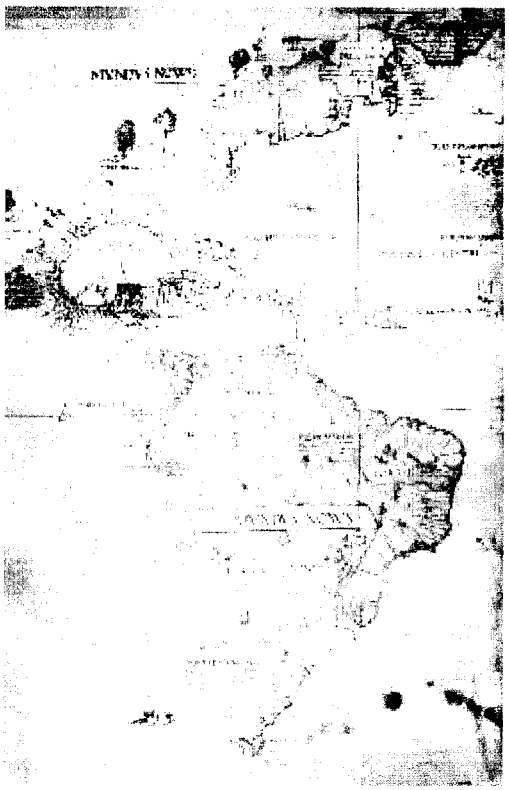


FIG. 3
Mapa da América atribuído à Diogo Ribeiro
Fonte : Oceanos. Nº 39

Iniciou com as expedições de Américo Vespúcio, e depois Gonçalo Coelho que "descobriu diversidade de portos, rios e enseadas; em muitas destas partes saiu em terra e tomou informações da gente delas, metendo marcos das armas del-rei seu senhor, e tomando posse por ele". D. João III, diante das informações já recolhidas, enviou ao Brasil outra esquadra sob o comando de Cristóvão Jacques, que "acrescentou notícias de novos portos, e de novas gentes".[8]

Crescia o conhecimento sobre a realidade brasileira, e se Pero Vaz de Caminha já levantava a hipótese da "vastidão" da terra, ao longo do século XVI esta idéia foi se confirmando, contribuindo para tanto as informações contidas na cartografia que ía definindo os contornos do Brasil. Em atlas de 1519, Lopo Homem já delimitava a "*Terra Brasilis*" como uma "vasta unidade geográfica e humana"[9] compreendida entre as bacias fluviais dos rios Amazonas e da Prata. O mesmo apontavam as cartas de Diogo Ribeiro, traçadas entre 1525 e 1534, assim como toda a cartografia do século XVI, embora somente no século XVII, após as expedições de Pedro Texeira (1637-1639) e de Rapôso Tavares (1647-

8 - Id. ibid. p. 50. Datam de 1501 e 1503, as expedições das quais fez parte Américo Vespúcio, e de 1516 e 1526, as comandadas por Cristóvão Jaques. TAPAJÓS, Vicente - Op. cit. p. 419.

9 - *OCEANOS*. A Formação territorial do Brasil. n. 40. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Out/Dez 1999. p. 6.

1651), os portugueses começassem a ter uma relativa noção da profundidade dos sertões do Brasil.[10]

Se a princípio a Coroa portuguesa se via confrontada com o desconhecimento daquelas terras, em seguida a ênfase da questão recaiu cada vez mais sobre como proceder naquele território cujas grandes dimensões passavam a ser conhecidas. Que metas estabelecer para aquela realidade? Consciente das potencialidades econômicas e das grandes dimensões do Brasil, Portugal via a necessidade de ter uma atuação mais direta sobre aquela colônia.

Assim, a partir da década de 1530, foram tomadas outras iniciativas para a colonização do Brasil. Isto coincidia com uma conjuntura política e econômica desfavorável aos interesses metropolitanos, levando a que D. João III abandonasse os projetos de seu antecessor, mais voltados para as conquistas do Oriente e Norte da África, e concentrasse esforços na "manutenção da hegemonia no Atlântico Sul", com ênfase na ocupação das duas margens atlânticas, ou seja, a costa ocidental da África e o Brasil.[11]

Por esta época, o governo português já estava convencido que a criação de núcleos populacionais ao longo do litoral brasileiro constituiria a medida mais acertada para conter o avanço de franceses e espanhóis sobre seus domínios, vendo que as demais estratégias até então adotadas não se adequavam àquela realidade específica.[12]

Diante dos fatos, nova expedição a cargo de Martim Afonso de Sousa - na função de "Governador da Terra do Brasil" - foi enviada com o objetivo de afastar os franceses, fazer um reconhecimento do litoral, desde o Maranhão até o Rio da Prata, buscar metais preciosos e estabelecer um ou mais núcleos de povoamento ao longo da costa. Em São Vicente, Martim Afonso fundou, em 1532, a primeira vila em terras brasileiras, e a nove léguas do litoral, transpondo a serra de Paranapiacaba, estabeleceu a povoação de Santo André da Borda do Campo. Deu início ao plantio da vinha, do trigo e da cana-de-açucar - trazida da Madeira.

---

10 - Id. ibid. p. 6.

11 - COUTO, Jorge - *A Construção do Brasil*.... p. 202-203.

12 - Sobre a realidade específica do Brasil vale ressaltar alguns aspectos: as dificuldades para sua colonização frente à distância a que se encontrava da metrópole; o estado rudimentar de desenvolvimento dos nativos, não propiciando experiências de intercâmbios comerciais como havia sido adotado, por exemplo, no oriente;a ausência de metais e outras riquezas minerais, reduzindo o comércio com o Brasil apenas ao pau brasil; a.constante ameaça do gentio frente à presença dos portugueses.

É importante perceber que desde a carta de Pero Vaz de Caminha, o caráter agrário do Brasil já estava induzido como possibilidade para explorá-lo. Dizia ele sobre a nova terra :

> "Nela, até agora, não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem nenhuma cousa de metal nem de ferro, nem lho vimos.
>
> Porém, a terra em si é de muitos bons ares, assim frios e temperados como os de Entre-Douro-e-Minho, porque neste tempo de agora assim os achávamos como os de lá.
>
> Águas são muitas, infindas. Em tal maneira é graciosa que, querendo-as aproveitar, dar-se-à nela tudo, por bem das águas que tem.
>
> Mas o melhor fruto que nela se pode fazer me parece que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar."[13]

Portanto, Caminha de forma pragmática já havia deixado evidente aspectos que iriam acabar por direcionar duas das principais estratégias de exploração da Coroa portuguesa no Brasil. A primeira, de caráter religioso, consistia em contribuir para "o acrescentamento da santa fé" através da catequização dos nativos, coincidindo com uma diretriz que era constante em todas as conquistas portuguesas. A segunda estratégia visava rentabilizar a terra, pois, diante do bom clima, abundância de água e qualidade do solo, esta podia ser bem aproveitada, uma vez que sendo cultivada "dar-se-à nela tudo". Definiam-se os percursos para a exploração do Brasil, que como veremos, serão confirmados ao longo do tempo, através das ordens passadas para os agentes da colonização.

Analisando a carta de Pero Vaz de Caminha, diz Margarida Garcez Ventura, que "a descrição nela contida condicionou toda a visão que no futuro os portugueses terão do Brasil e que o Brasil terá de si mesmo".[14] A mesma autora afirma que sobre a realidade encontrada na nova terra, Caminha "formula hipóteses que confirma ou altera, adquire certezas, permanece com dúvidas, e, finalmente, o sentido é dado numa via extremamente pragmática".[15] É importante observar que este caráter pragmático talvez tenha sido um elemento determinante ao longo de todo o processo de colonização do Brasil.

---

13 - *A CARTA de Pero Vaz de Caminha*. Op. cit. p. 74-75.

14 - VENTURA, Margarida Garcez - E como Pero Vaz de Caminha descreve a Terra de Vera Cruz. In. *A CARTA de Pero Vaz de Caminha*. Op. cit. p. 34.

15 - Id. ibid. p. 35-36.

1.1.1. - Povoar e aproveitar a terra - As Capitanias Hereditárias

Na década de 1530, Dom João III resolveu recorrer ao sistema de capitanias hereditárias, a fim de poder ocupar toda a costa do Brasil. Este regime de capitanias - que já havia sido aplicado com resultados nos Açores e na Madeira - "consistia na divisão do território em lotes, cuja governança era entregue a capitães donatários, que gozavam de importantes privilégios e proveitos, integrando-se neles o exercício de parte dos atributos do poder real".[16] A condição fundamental para o rei conceder uma capitania, era a obrigatoriedade do beneficiado arcar com a totalidade do financiamento da empresa colonizadora, que começava por armar navios e recrutar a gente necessária para a concretização do empreendimento.

As primeiras cartas de doação foram emitidas no ano de 1534, e o conteúdo das mesmas reforça os objetivos que estavam sendo definidos para a colonização do Brasil: a disseminação da fé católica, a ocupação e o aproveitamento da terra, confirmando-se sua predominância para a cultura agrícola. A carta de doação da Capitania de Pernambuco, passada para Duarte Coelho, assim como todas as demais que se seguiram, têm estas questões colocadas já em seu primeiro parágrafo:

> "(...) comsyderando Eu quamto servyço de Deus e meu proveyto e bem de meus Reynos e senhoryos e dos naturaes e suditos delles he ser a minha costa e terra do Brazill **mays povoada do que até gora foy** asy pera se nella aver de **selebrar o culto e oficios divynos e se enxalçar a nosa samta fee catolyqua** com trazer e provocar a ella os naturaes da dita terra infieis e idolatras como **pello muyto proveyto que se seguyra a meus Reinos e senhoryos e aos naturais e suditos deles de se a dita terra povoar e aproveytar** ouve por bem de a mandar repartyr e ordenar em capitanias de certas em certas legoas pera dellas prover aquelas pessoas que me bem parecessem (...)".[17]

Achando-se incapacitada de arcar com a ocupação do Brasil, a Coroa portuguesa, através do sistema das capitanias, via a perspectiva de atingir seus objetivos, tanto canalizando para este fim os recursos financeiros de particulares - alguns dos quais obtidos no Oriente - como dividindo com estes as obrigações da colonização, e também os direitos sobre aquilo que a terra produzia. Dom João III delegou aos donatários competência para nomear o ouvidor, o meirinho, os escrivães e tabeliães, toda a jurisdição cível e criminal, mas reservou à Coroa a nomeação dos oficiais ligados à arrecadação dos tributos devidos à

16 - TAPAJÓS, Vicente - Op. cit. p. 420.

17 - I.A.N./T.T. Carta de Doação da Capitania de Pernambuco. In. CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte (org.) - *Doações e Forais das Capitanias do Brasil. 1534-1536*. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1999. p. 11. Grifo nosso.

Fazenda Real - almoxarife, provedor e contador. Para os donatários era transferida a responsabilidade de organizar a defesa das capitanias, edificando as estruturas defensivas, construindo navios para patrulhamento do litoral e dos cursos dos rios, dando munições e dirigindo a formação de milícias.[18]

CAPITANIAS HEREDITÁRIAS E ANO DE DOAÇÃO

Pernambuco	Duarte Coelho	1534
Baía de Todos os Santos	Francisco Pereira Coutinho	1534
Porto Seguro	Pero do Campo Tourinho	1534
Espírito Santo	Vasco Fernandes Coutinho	1534
Rio de Janeiro e São Vicente	Martim Afonso de Sousa	1534
Itamaracá, S. Amaro e Santana	Pero Lopes de Sousa	1534
IlhéusJorge de Figueiredo	Jorge de Figueiredo Correia	1535
Pará e Rio Grande	João de Barros e Aires da Cunha	1535
Maranhão	Fernão Alvares de Andrade	1535
Ceará	Antônio Cardoso de Barros	1535
São Tomé	Pero de Góis	1536

Diante de tantos encargos atribuídos aos donatários das capitanias, a coroa portuguesa considerou ser necessário proporcionar condições mais vantajosas, a fim de tornar atrativo um empreendimento de resultados tão incertos, levando em conta que a distância a que se encontrava a possessão americana e as lutas que teriam de travar com franceses e índios, conferiam à colonização do Brasil um elevado grau de risco. Sendo assim, sobre a exploração da terra, os donatários possuíam direitos que eram somente seus, e que talvez fossem uma recompensa ao que necessariamente tinham que investir neste processo de colonização.[20]

Entre as obrigações que eram repassadas aos donatários, através das cartas de doação das capitanias, também cabia-lhes integralmente a povoação da terra, determinando o rei que o "posam por sy fazer villas

18 - As cartas de doação vinham acompanhadas de um foral, o qual tratava também de questões administrativas, como o comércio interno entre as capitanias, a saída de mercadorias do Brasil para outras partes dos domínios de Portugal, a proibição de comercializar com os gentis, etc. O foral estabelecia ainda os "direitos foros e trebutos" que cabiam ao Reino ou ao "capitam per bem da dita sua doaçam", com cláusulas que se referiam aos metais e pedras preciosas, drogas, pescados, pau-brasil, etc. I.A.N./T.T. Foral da Capitania de Pernambuco. In. CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte - Op. cit. p. 21-25.

19 - Aqui foi adotada a tradicional nomenclatura das capitanias, mas sobre a designação e repartição das mesmas ver o capítulo 1.2.1

20 - Determinava o rei de Portugal que os donatários: "tenham e ajam todas as moendas d'agoa marynhas de sall e quaesquer outros enjenhos de qualquer calydade que seya que na dita capitanya e governança se poderem fazer e ey por bem que pessoa alguma nam posa fazer as ditas moendas marynhas nem enjenhos senam o dito capitam e governador ou aqueles a que ele pera yso der licença de que lhe pagaram aquele foro ou trebuto que se com eles comcertar". I.A.N./T.T. Carta de Doação da Capitania de Pernambuco. In. CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte - Op. cit. p. 14.

todas e quaesquer povoaçoes que se na dita terra fezerem e lhes a eles parecer que o devem ser as quaes se chamaram villas".[21] Isto indicava que a Coroa portuguesa mantinha firme a crença de que "a criação de vilas incentivaria a fixação de uma população mais estável, mais produtiva e mais leal" constituindo um suporte da colonização.[22]

Esta obrigação frente ao povoamento, já era um fato incorporado às medidas que os donatários obrigatoriamente tomavam antes de partirem para o Brasil. Estavam cientes que seguiam para uma terra ocupada por nativos, os quais poderiam vir a ter como aliados, ou poderiam constituir um obstáculo para seus empreendimentos. Por isso, a princípio, contavam apenas com a gente que consigo levavam de Portugal.

Assim, verifica-se que todos aqueles que seguiram para tomar posse de suas donatarias, embarcavam com pessoas, munições, mantimentos e tudo mais que fosse necessário para iniciar a vida em uma terra que de imediato nada podia lhes oferecer.[23] Como exemplo, Duarte Coelho, recebendo a capitania de Pernambuco foi pessoalmente conquistá-la "com huma frota de navios, que armou a sua custa, em a qual trouxe sua mulher e filhos, e muitos parentes de ambos, e outros moradores".[24] Francisco Pereira Coutinho foi povoar a capitania da Bahia acompanhado de "muitos moradores cazados e outros soldados, que embarcou em huma armada, que fez á sua custa, com a qual partio do porto de Lisboa".[25] Para São Vicente, Martim Afonso de Sousa "fez prestes huma frota de navios, que proveo de mantimentos, e munições de guerra como convinha; em a qual embarcou muitos moradores cazados, com os quaes se partio do porto de Lisboa".[26] Através destas citações é curioso perceber como muitos donatários deram a seus empreendimentos um caráter de solidez e continuidade, levando consigo mulheres e filhos, e moradores casados que poderiam procriar e aumentar o número de portugueses fixados no Brasil.

Ainda sobre a questão do povoamento e fundação de vilas, acrescentavam as cartas de doação das capitanias que os donatários podiam "fazer todas as villas que quyserem das povoaçoes que estyverem ao lomgo da costa da dita terra e dos rios que se navegarem porque por

21 - I.A.N./T.T. Carta de Doação da Capitania de Pernambuco. In. CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte - Op. cit. p. 13.

22 - RUSSELL-WOOD, A. J. R. - *Um Mundo em Movimento: portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*. Lisboa: Difel, 1998. p. 278.

23 - Sobre os recursos alimentares dos nativos no Brasil Caminha assim se referia: "Eles não lavram, nem criam. Não há aqui boi, nem vaca, nam cabra, nem ovelha, nem galinha nem qualquer outra alimária que acostumada seja ao viver dos homens." *A CARTA de Pero Vaz de Caminha*. Op. cit. p. 72.

24 - SOUSA, Gabriel Soares de - *Tratado Descriptivo do Brasil em 1587*. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1825. p. 23-24.

25 - Id. ibid. p. 40-41.

26 - Id. ibid. p. 81-82.

dentro da terra fyrme pelo sertam as nam poderam fazer menos espaço de seys legoas de huma a outra pera que posam ficar ao menos tres legoas de terra de termo a cada huma das ditas villas".[27]

Várias podem ser as leituras subjacentes a esta determinação. O que levaria o poder metropolitano a distinguir o sistema de povoação da costa e do interior do território? Certamente, tinha por meta ocupar, prioritariamente, e de forma mais adensada a faixa litorânea, mais sujeita aos inimigos, sendo uma estratégia para defender o território. Quanto a maior ocupação nas margens dos rios, eram estes os únicos meios de comunicação entre as áreas de produção e os portos de mar, fato que justificava o maior aproveitamento das mesmas. Da mesma forma, era a partir do litoral que mantinham o imprescindível contacto com a metrópole, da qual o Brasil de tudo era dependente.

O certo é que a implantação de um núcleo de povoamento, logicamente, constava das primeiras medidas tomadas pelos donatários ao chegarem ao Brasil. Na Bahia, no sítio que depois ganhou o nome de Vila Velha, Francisco Pereira Coutinho logo fez uma povoação e fortaleza sobre o mar e os moradores fizerão suas roças e lavouras.[28] Na capitania de Porto Seguro, Pedro de Campo Tourinho, assentou pouso junto ao rio de mesmo nome "onde desembarcou com sua gente, e se fortificou no mesmo lugar, onde agora está a villa cabeça desta capitania".[29] No Espírito Santo, seu donatário, Vasco Fernandes Coutinho, "desembarcou, e povoou a villa de nossa senhora da Victoria, a que agora chamão a villa Velha, onde se logo fortificou, a qual em breve tempo se fez huma nobre villa, para naquellas partes do redor della se fazerem logo quatro engenhos de assucar mui bem providos e acabados".[30]

Portanto, vê-se que para tomada de posse das capitanias, o processo consistia em estabelecer uma povoação, fortificá-la, fazer roças e lavouras ao redor onde, na seqüência, também surgiriam os engenhos de açúcar. Visando a ocupação e aproveitamento da terra, as cartas de doação já autorizavam os donatários a "dar e repartyr todas as ditas terras de sesmarya a quaesquer pessoas de quallquer calydade e condiçam", as quais não pagariam sobre estas terras, nenhum foro, apenas o "dízimo de Deus" que se destinava à Ordem de Cristo.[31] Desta maneira, era possível aos donatários, atribuir a terceiros a obrigação de tornar a terra produtiva, sem aplicação direta de recursos próprios.

27 - I.A.N./T.T. Carta de Doação da Capitania de Pernambuco. In. CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte - Op. cit. p. 13.

28 - SOUSA, Gabriel Soares de - Op. cit. p. 40-41.

29 - Id. ibid. p. 52-53.

30 - Id. ibid. p. 60-62.

31 - I.A.N./T.T. Carta de Doação da Capitania de Pernambuco. In. CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte - Op. cit. p. 15.

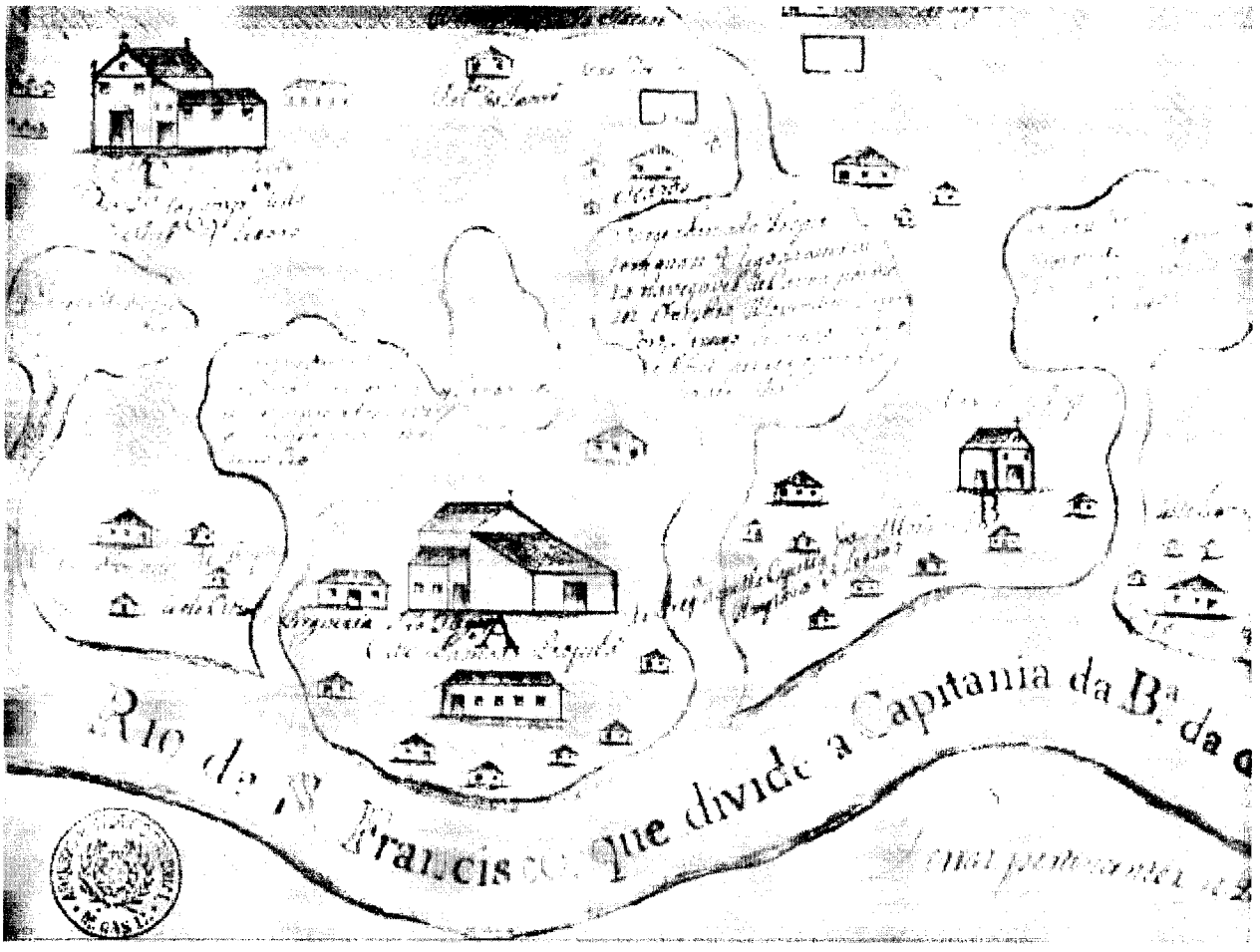


FIG.4
Rio de São Francisco que divide a capitania da Bahia da de Pernambuco. c. 1757.
Fonte : Oceanos n. 40

Em torno da atividade agrícola, confundiam-se os objetivos de ocupar e povoar a terra, pois a longo prazo, tal atividade acabou por constituir um fator de fixação dos colonos no Brasil, embora a princípio, todos sonhassem com o regresso para o Reino. Acerca disso, a obra intitulada *Diálogo das Grandezas do Brasil*, traz a seguinte referência: "Mas os moradores do Brasil toda a sua fazenda têm metida em bens de raiz, que não é possível serem levados para o Reino, e quando algum para lá vai os deixa na própria terra".[32] E tão enraizadas eram essas riquezas, que os próprios colonos para garanti-las passavam a ser parte da terra, afastando de vez a idéia de voltarem para Portugal, uma vez que a maioria deles, tendo vendido os bens que lá possuíam, defendiam suas propriedades no Brasil com todo afinco e incorporavam-se a nova sociedade que na colônia se formava.[33]

32 - BRANDÃO, Ambrósio Fernandes - *Diálogos das Grandezas do Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco / Ed. Massangana, 1997. p. 92. Ao contrário, os portugueses que empregavam recursos no Oriente, faziam riqueza com "coisas manuais" que podiam ser transportadas e comercializadas no Reino.

33 - CRISTÓVÃO, Fernando - Op. cit. p. 99.

Povoar, defender, tornar a terra produtiva, fechava o ciclo de parte das obrigações pertinentes aos donatários e das metas estabelecidas para a colonização do Brasil, considerando-se que, em geral, era a partir desses povoados que se estendia a vertente religiosa com a ação da igreja para a catequese do gentio, sempre sujeita a maior ou menor aceitação das tribos em relação à presença portuguesa. Neste contexto, pode-se considerar que, em meados do século XVI, os núcleos de povoamento começavam a ter um papel definido enquanto "centros" do processo de colonização, embora isso nem sempre se refletisse diretamente no desenvolvimento dos mesmos.

1.1.2. - Defender e administrar o Brasil - O Governo Geral

Ao aproximar-se a metade do século XVI, a Coroa portuguesa já podia constatar os resultados obtidos até então, com a colonização do Brasil. Verificava-se que o sistema das capitanias hereditárias tinha representado um significativo avanço na presença portuguesa no Brasil, com a existência de núcleos de povoamento e áreas produtivas que se estendiam de Itamaracá até São Vicente. Mesmo assim, o saldo tendia a ser bastante negativo, pois apenas Pernambuco e São Vicente apresentavam um certo progresso na economia, enquanto entre as demais capitanias enumerava-se abandono, fracassos e alguns resultados limitados, sobre o que voltaremos a tratar mais adiante. Além disso, diante do excesso de autoridade repassada para os donatários, faltava à Coroa portuguesa um controle sobre a ação dos mesmos. Também constatava-se a inexistência ou ineficiência dos meios necessários para garantir a defesa do Brasil, enquanto crescia o assédio das outras nações, frente à confirmação do potencial econômico da produção açucareira.

Novamente, cabia a Portugal a definição de um "modelo de colonização" mais adequado aos desafios que o Brasil apresentava, pois concluia-se que o sistema das capitanias hereditárias não propiciava uma estrutura que permitisse coordenar ações de conjunto visando resultados mais amplos.[34] Vendo que era preciso ter uma participação mais direta sobre a administração da colônia, em 1548, foi estabelecido o Governo Geral do Brasil, instituindo uma estrutura governativa subordinada ao poder central na metrópole, embora não fosse extinto o sistema das capitanias hereditárias. "O Governo Geral foi um regime misto: capitães-donatários cuidando de suas terras, por um lado; o poder central ajudando-os e fiscalizando-os, por outro".[35] Definitivamente, foi sob o reinado de D.

34 - COUTO, Jorge - *A Construção do Brasil* .... p. 232.

35 - TAPAJÓS, Vicente - Op. cit. p. 421.

João III, que o Brasil deixou de ser um lugar de exploração ocasional e se transformou em uma colônia, cujo potencial agrícola indicava prosperidade e riqueza.

Com a introdução do Governo Geral, a Bahia passou a ser a sede da administração portuguesa no Brasil. Para que estivesse apta a assumir sua nova condição, foi ordenado à Tomé de Sousa que aí fizesse "hua fortaleza e povoação gramde e forte" que serviria de apoio para "dar favor e ajuda as outras povoações e se menistrar justiça".[36]

Através do regimento que foi dado a Tomé de Sousa, datado de 17 de Dezembro de 1548, definindo os procedimentos que deveria adotar enquanto primeiro governador geral do Brasil, confirmava-se, novamente, as estratégias que Portugal ía delineando para a colônia.

Esclarecia este regimento que a introdução do governo geral tinha por objetivo "conservar e nobrecer as capitanias e povoações das terras do Brasil e **dar ordem e maneira com que milhor e mais seguramente se posão ir povoamdo para exaltamento da nosa Samta fee** e proveito de meus Reinos e senhorios e dos naturais deles".[37] Continha, portanto, as mesmas diretrizes que já estavam presentes nas cartas de doação das capitanias hereditárias: afirmação da religião, ocupação e exploração econômica da terra. Mas acrescentava a idéia de maior controle sobre a administração e defesa do Brasil quando se referia a dar ordem e segurança para propiciar o povoamento das capitanias.

Sobre a questão religiosa, reafirmava o rei de Portugal que a principal coisa que o movia para "mandar povoar as ditas terras do Brasil foy pera que a jemte dela se comvertese a nosa samta fee catolica", sendo assim, recomendava "muito que pratiques com os ditos capitaes e oficiais a milhor maneira que pera iso se pode ter".[38] Embora a disseminação da fé entre o gentio constituísse um fato concreto diante da força do catolicismo em Portugal, é certo que se escondiam outros objetivos e interesses por trás dessa medida. Mas a considerar pela constatação que Pero de Magalhães Gandavo fez sobre a língua dos nativos, o governo português encontrava espaço para justificar sua disposição em exercer um maior controle sobre a população nativa. Disse Gandavo: "A lingua deste gentio toda pela costa he huma: carece de tres letras - scilicet, não se acha nella F, nem L, nem R, cousa digna de

36 - REGIMENTO que levou Tomé de Sousa, 1º Governador Geral do Brasil. In. IV Congresso de História Nacional. *Anais* ... Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950. Vol. 2. p. 45.

37 - Id. ibid. p. 45.

38 - Id. ibid. p. 57. Neste regimento, já estava previsto que os gentis que se convertessem à religião católica, deveriam estar reunidos próximo das povoações, incentivando o contato com os cristãos para melhor doutrina e ensinamento.

espanto, porque assi não têm Fé, nem Lei, nem Rei; e desta maneira vivem sem Justiça e desordenadamente".[39] Sendo assim, julgou a Coroa portuguesa que cabia introduzir junto ao gentio a sua soberania, justiça e religião, refletindo o caráter de controle que foi o timbre próprio da implantação do Governo Geral no Brasil.

No campo da administração, das finanças e da justiça, o novo sistema reduziu consideravelmente, os poderes inicialmente atribuídos aos donatários, reservando à Coroa um papel muito mais interveniente no governo do Brasil, através de órgãos da administração régia e de um quadro institucional estabelecido na colônia. Como exemplo, com a criação do cargo de ouvidor-mor, D. João III retirou substanciais poderes aos donatários e aos ouvidores por estes nomeados. Ao provedor-mor da fazenda ficaram submetidos todos os assuntos ligados à Fazenda Real, colocando as alfândegas e as provedorias das capitanias sob a sua jurisdição. Quanto à adequação do sistema administrativo, cabia ao governador geral visitar as capitanias e fazer com que fossem "postas na ordem conveniente ao serviço d'el Rei, e ao bem de sua justiça, e fazenda".[40]

No que concerne a atenção para com a defesa do território, isto era agora uma questão mais evidente, pois além de determinar a fortificação da Bahía, o regimento recomendava que o governador geral, em companhia do provedor-mor da Fazenda Real deveria percorrer todas as capitanias, e juntamente com membros da administração das mesmas, deliberar sobre "a maneira que se teraa na governamça e seguramça della e ordenareis que as povoações das ditas capitanias que não forem cercadas se cerquem e as cercadas se repairem e provejão de todo o necesario pera sua fortaleza e defemsão".[41]

Também atento à questão da ocupação e produtividade da terra, e como incentivo à produção agrícola, mais uma vez reforçava que as ribeiras e terras que tivessem condição para se fazer engenhos de açucar, ou de qualquer outro tipo, fossem dadas de sesmaria, sem foro algum.[42] No entanto, as pessoas que recebessem estas terras, teriam a obrigação de torná-las produtivas dentro de um espaço de tempo estabelecido, bem como garantir a segurança dos engenhos e dos habitantes de seus limites. Para isso, deveriam construir "hua torre ou casa forte de feyção e gramdura que lhe decrarardes nas cartas" de doação das ter-

39 - GANDAVO, Pero de Magalhães - *Tratado da Terra do Brasil. História da Província Santa Cruz*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia ; São Paulo: Edusp, 1980. p. 52.

40 - SOUSA, Gabriel Soares de - Op. cit. p. 99.

41 - REGIMENTO que levou Tomé de Sousa ... Op. cit. p. 55.

42 - Id. ibid. p. 53.

ras.[43] Esses engenhos assim guarnecidos, estavam obrigados também, a ter certo arsenal de munições e armas.

Observa-se que na medida em que o Brasil ía se tornando um importante centro produtivo, crescia a preocupação em defendê-lo, fosse através da intervenção do governo, procedendo à fortificação da costa e das povoações, ou ainda, dividindo essa tarefa com aqueles que exploravam as áreas rurais. Sobre a administração da terra e da produção agrícola também requeria ter um maior domínio, pois:

> "se segue muito perjuizo de as fazemdas e emjenhos e povoações deles se fazerem lomge das vilas de que amde ser favorecidos e ajudados quando diso ouver necesidade ordenareis que daquy em diamte se façam ho mais perto das ditas vilas que poder ser e aos que vos parecer que estam lomge ordenareis que se fortifiquem de maneira que se posão bem defemder quoamdo comprir".[44]

Através dessa recomendação, pode-se apreender outra estratégia do governo: associar a administração e defesa da terra à presença das vilas e cidades, centros nos quais estava seu restrito corpo de funcionários, responsável por assegurar os interesses econômicos, manter a ordem jurídica e a defesa militar, que eram imprescindíveis para garantir tanto à Coroa quanto aos próprios donatários das capitanias, os benefícios que almejavam alcançar com o desenvolvimento da colônia. Por isso, recomendava que as unidades de produção que eram exclusivamente agrícolas e rurais, fossem implantadas, prioritariamente, próximas a estes centros urbanos, os quais embora não tivessem muitas vezes uma maior expressão econômica, detinham a função de fiscalizar e administrar os recursos financeiros gerados na colônia.

Ao fim dos primeiros cinquênta anos da história do Brasil, ficava demonstrado que as especulações e recomendações feitas por Pero Vaz de Caminha na carta que enviara ao rei quando chegaram àquela nova terra, algumas vinham se confirmar. De fato, a bondade da terra e abastança de águas garantiam a produtividade da agricultura, e era infinito o número de almas a serem convertidas para a fé católica.

Mas para assegurar que a colônia cumprisse essas duas funções que desde o início haviam sido definidas - a econômica e a religiosa - fez-se necessário que a Coroa portuguesa introduzisse uma estrutura administrativa, jurídica e militar que garantisse a defesa e maior controle sobre o Brasil, o que era fundamental para que esta terra contribuisse para o enriquecimento e engrandecimento do império português.

---

43 - Id. ibid. p. 52.

44 - Id. ibid. p. 56.

Fazendo um balanço das políticas de colonização adotadas para o Brasil, ao longo da primeira metade do século XVI, verifica-se que a Coroa portuguesa, de forma objetiva e prática, lançou mão das experiências que havia acumulado nos processos de colonização de suas demais possessões, na tentativa de encontrar uma estratégia que se apresentasse compatível com a realidade brasileira. A princípio, essas políticas foram sendo definidas de acordo com as condicionantes do contexto histórico no qual se inseria a metrópole, o que regia o destino do Brasil. Aliava-se a isso as pressões que demandavam das ações de outras nações que cobiçavam aquela colônia, o que muitas vezes precipitou ou direcionou as decisões da Coroa portuguesa.

Mas, progressivamente, um maior conhecimento da realidade brasileira levou à redefinição das diretrizes traçadas para sua colonização, revelando que só era possível manter a posse daquele território povoando-o de forma mais adensada, colonizando-o de fato. Dessa forma, a presença portuguesa no Brasil foi ganhando outros contornos, ficando para trás a idéia de que se tratava de um "simples lugar de passagem, para o governo como para os súditos", e assim perdendo o caráter de "feitorização" e assumindo o de verdadeira "colonização". Direcionando suas ações cada vez mais neste sentido, outras estratégias precisavam ser lançadas.[45]

1.1.3. - Consolidação do processo de povoamento do Brasil - As Capitanias Reais

Considera Afonso Bandeira Melo que "se o sistema das capitanias, foi sob o ponto de vista administrativo, de resultados negativos, o seu alcance político foi enorme, por isso que assegurou preliminarmente à Coroa portuguesa a posse da terra, ao longo de cujo litoral as sedes dessas capitanias eram redutos de defesa exterior, e centros de penetração para o interior".[46]

Mas entre os fatores que determinaram o pouco desenvolvimento, a falência e muitas vezes o abandono das capitanias hereditárias, a

45 - HOLANDA, Sérgio Buarque de - Op. cit. p. 107.

Este autor é de opinião que "mesmo em seus melhores momentos, a obra realizada no Brasil pelos portugueses teve um caráter mais acentuado de feitorização do que de colonização", não sendo realizadas grandes obras na colônia, a menos que produzissem imediatos benefícios. A partir deste argumento justificou a ausência de centros urbanos significaivos no Brasil colonial. Esta imagem foi formada a partir de uma comparação estabelecida com a realidade da América espanhola e não com base numa compreensão das estratégias próprias do modo português de intervir em seus domínios, levando a uma constatação que pode ser contestada, quando vista sob esta outra ótica.

46 - MELO, Afonso Bandeira. O plano de D. João III - Ensaios e desilusões. In. VII Congresso Luso-Brasileiro de História. *Actas* ... Lisboa, 1940. Tomo I. p.142.

hostilidade do gentil compareceu em primeiro plano. Neste aspecto, a hipótese levantada por Pero Vaz de Caminha não se confirmou, porque disse ele: "Parece-me gente de tal inocência que, se homem os entendesse e eles a nós, seriam logo cristãos". Constatação que o levou a sugerir que "Portanto Vossa Alteza, pois tanto deseja acrescentar a santa fé católica, deve cuidar da sua salvação. E prazerá a Deus que, com pouco trabalho, será assim."[47]

Esta sua primeira impressão foi caindo por terra, uma vez que o processo de colonização produziu profundas modificações no quadro das relações a princípio estabelecidas com os indígenas. Na medida em que os portugueses chegavam ao Brasil edificando estruturas de permanência, ocupando territórios que antes eram exclusivamente dos nativos, estes, repartidos em nações e tribos mais ou menos hostis, de um modo geral não se apresentaram muito predispostos a aceitar a implantação dos povoados e unidades agrícolas em suas terras. O progressivo povoamento ameaçava o equilíbrio existente, provocando dois tipos de reação: aceitação pacífica ou resistência armada, havendo grupos que desde o início se opuseram pela força a tal tipo de apropriação de espaço.[48]

Sobre a inumerável população nativa do Brasil e o obstáculo que representavam para a ocupação portuguesa, Pero de Magalhães Gandavo, em data anterior a 1573, comentava:

> "Não se pode numerar nem comprender a multidão de barbaro gentio que semeou a natureza por toda esta terra do Brasil; porque ninguém pode pelo sertão dentro caminhar seguro, nem passar por terra onde não acha povoações de indios armados contra todas as nações humanas, e assi como são muitos permitiu Deos que fossem contrarios huns dos outros, e que houvesse entrelles grandes odios e discordias, porque se assi não fosse os portuguezes não poderião viver na terra nem seria possivel conquistar tamanho poder de gente".[49]

Este fato vinha de encontro à estratégia definida por Portugal, visando aquela "dita terra povoar e aproveytar", como bem expressavam as cartas de doação das capitanias, pois essa resistência do gentio gerou, por exemplo, o despovoamento e abandono das capitanias da Bahia e São Tomé.

Na capitania de Ilhéus, Jorge de Figueiredo Correa teve nos primeiros anos muitos conflitos com os gentis, mas como eram "Tupiniquins, e gente melhor acondicionada, que o outro gentio, fez pazes com elles, e fez-lhe tal companhia, que com seu favor foi a capitania em grande

47 - *A CARTA de Pero Vaz de Caminha*. Op. cit.. p. 72.

48 - COUTO, Jorge - *A Construção do Brasil* ... p. 262.

49 - GANDAVO, Pero de Magalhães - Op. cit. p. 52.

crescimento, onde homens ricos de Lisboa mandavão fazer engenhos de assucar, com que se a terra ennobreceo muito".[50] Da mesma forma, em Porto Seguro, Pedro de Campo Tourinho muito se confrontou com os Tupiniquins, mas depois chegaram às pazes e aqueles passaram a colaborar com os moradores a troco de resgates, e a capitania "floreceo, e foi mui povoada de gente". Mas em ambas as capitanias, os constantes ataques dos índios Aimorés fizeram declinar a produção agrícola e afastaram os moradores. Em Porto Seguro, à época do relato deixado por Gabriel Soares de Sousa, os Aimorés haviam provocado "tamanha destruição, que já não tem mais que hum engenho, que faça assucar, por terem mortos todos os escravos dos outros e muitos portuguezes, pelo que estão despovoados, e postos por terra, e a villa de Santo Amaro, e a de Santa Cruz quasi despovoada de todo, e a villa de Porto Seguro está mais danificada".[51] Vencidos os Aimorés foi que estas capitanias retomaram o processo de crescimento, mas obtiveram resultados limitados, quer na produção do açúcar, quer no povoamento de seus territórios.

Os obstáculos causados pela resistência dos nativos vinha agravar o já difícil e oneroso processo de colonização feito às custas dos donatários, e segundo o mesmo relato de Gabriel Soares de Sousa, foi Vasco Fernandes Coutinho, donatário do Espirito Santo, um dos que encontrou a ruina ao tentar estabelecer-se no Brasil: "No povoar desta capitania gastou Vasco Fernandes o que adquirio na India, e todo o patrimonio, que tinha em Portugal, que todo para isso vendeo, o qual acabou nella tão pobremente, que chegou a darem-lhe de comer pelo amor de Deos, e não sei se teve hum lençol seu, em que o amortalhassem".[52]

O grande investimento que exigiam dos seus donatários foi outro fator que pesou negativamente para a obtenção de melhores resultados com o sistema das capitanias hereditárias. Consta que até mesmo Duarte Coelho, apesar de bem sucedido na colonização de Pernambuco, "lastimava-se de já não conseguir encontrar na Metrópole quem estivesse disposto a emprestar-lhe dinheiro para aplicar no desenvolvimento da Nova Lusitânia".[53]

Mesmo assim, Pernambuco e São Vicente foram as capitanias que apresentaram avanço no século XVI, seja na atividade agrícola ou na fundação de núcleos populacionais. Em Pernambuco, Duarte Coelho assumiu pessoalmente a colonização, pretendendo estabelecer no Brasil a sua Nova Lusitânia. Chegando em 1535, logo fundou a vila de Igaraçu - junto

50 - SOUSA, Gabriel Soares de - Op. cit. p. 45.

51 - Id. ibid. p. 52-53.

52 - Id. ibid. p. 60-62.

53 - COUTO, Jorge - *A Construção do Brasil* ... p. 229.

à antiga feitoria de Christóvão Jaques - e em seguida Olinda, a capital da donataria que obteve sucesso com a produção de açúcar. São Vicente era a capitania que possuía mais vilas e também teve um desenvolvimento com a cultura da cana-de-açúcar. Registrou Gabriel Soares de Sousa, que Martim Afonso sempre a favoreceu "com navios e gente, que a ella mandava, e deu ordem, com que mercadores poderosos fossem, e mandassem a ella fazer engenhos de assucar, e grandes fazendas como até hoje em dia".[54]

Ultrapassando qualquer estratégia previamente definida, estas duas capitanias acabaram por se transformar em pontos de ancoragem do processo de colonização do Brasil, estrategicamente posicionados nos limites sul e norte do território que até finais do século XVI encontrava-se povoado. São Vicente, ao sul, estava vigilante sobre a presença espanhola em torno do rio da Prata e sobre as devastações que os franceses faziam na região de Cabo Frio e Rio de Janeiro, ameaçando a perda daquele território. Enquanto Pernambuco, ao norte, criava um bloqueio contra o avanço dos franceses cujos navios percorriam aquela costa com destino à região dos índios Potiguaras - que se estendia da Paraíba ao Ceará - onde íam se abastecer de pau-brasil.

Entre as demais capitanias, ocorreu que alguns donatários não tomaram quaisquer medidas para a efetiva ocupação, como no Ceará, Rio de Janeiro e Santana. Em outras, as tentativas redundaram em fracasso, a exemplo das iniciativas destinadas a procurar metais preciosos e povoar as capitanias situadas entre o extremo setentrional do Brasil e a atual Paraíba, matéria sobre a qual trataremos adiante e mais detidamente.

Os franceses encontrando muitos destes territórios desguarnecidos de qualquer povoamento português, constantemente assediavam estas regiões. Essa presença francesa constituía mais um obstáculo para o desenvolvimento da colonização, mas ao mesmo tempo, foi o fato que determinou uma intervenção direta - administrativa e militar - da Coroa portuguesa no processo de reconquista daquelas áreas que passaram a ser designadas de "Capitanias Reais", ficando sob domínio e administração exclusiva do poder metropolitano.

Referir-se à intervenção direta de Portugal sobre a colonização brasileira é, em parte, afirmar uma política inversa àquela que havia sido adotada na época da introdução do sistema de capitanias hereditárias, o qual depositava nas mãos dos donatários os direitos e deveres para com a colonização de parcelas do território. Essa nova estratégia teve início com o estabelecimento na Bahia da sede do Governo Geral.

54 - SOUSA, Gabriel Soares de - Op. cit. p. 81-82.

Quando dessa decisão, em 1548, a capitania da Bahia encontrava-se despovoada. Havia sido ocupada por seu donatário, Francisco Pereira Coutinho, que fundou uma povoação no sítio posteriormente denominado Vila Velha, e deu início à cultura agrícola, mas devido aos incessantes ataques dos Tupinambás, acabou por abandoná-la. Isto permitiu à Coroa portuguesa obter o território da Bahia para seu domínio, transformá-la em capitania real e nela instalar a sede do Governo Geral do Brasil. Entre os motivos que teriam levado D. João III a optar pela Bahia, aponta-se o fato de constituir então, um ponto frágil da costa no qual os índios tinham vencido os portugueses e que precisava ser reconquistado.[55] Em termos geográficos, possuía uma posição central em relação ao litoral brasileiro a ser inspecionado e socorrido pelo governo.

Frente ao abandono da Bahia e mediante o maior desenvolvimento que a capitania de Pernambuco apresentava naquela época, questiona-se porque não teria sido esta escolhida para sediar o Governo Geral? Possivelmente, a justificativa encontra-se, exatamente, no fato de ser Pernambuco um núcleo de colonização consolidada, uma parte do Brasil já assegurada e em desenvolvimento, não sendo prudente introduzir-lhe modificações, parecendo mais coerente optar pela Bahia e investir na formação de mais um ponto estratégico de colonização. E citando Frédéric Mauro, referindo-se à resistência que viria da parte de Duarte Coelho frente a uma intervenção em sua capitania, certamente, "era mais fácil substituir um capitão já morto que um capitão ainda vivo".[56]

Como tarefa prioritária, segundo regimento, deveria o governador geral do Brasil, Tomé de Sousa, erguer na Bahia uma fortaleza e povoação para ser a sede do governo português na colônia. Para dar início a essa povoação, contava com o abrigo de uma "cerqua que nela esta que fez Francisco Pereira Coutinho", a qual deveria ser reparada, acrescentada e utilizada.[57] Mas a cidade de São Salvador da Bahia não permaneceria em tal sítio, buscando abrigo no interior da Baía de todos os Santos.

Assim surgia o primeiro núcleo populacional do Brasil que recebeu o nome de "cidade" devido à função administrativa que passaria a acolher. É importante recordar que até então, nas capitanias hereditárias, estavam os donatários autorizados a "por sy fazer villas" nos territórios que tinham sob sua guarda.

---

55 - Sobre o tratamento a ser dado ao gentio, ordenava o Rei de Portugal a Tomé de Sousa que deveria destruir "suas aldeas e povoações e matando e cativamdo aquela parte deles que vos parecer que abasta para seu castiguo e eyxempro de todos e dahy em diamte pedimdo vos paz lha comcedaeis damdo lhe perdão e iso sera porem com eles ficarem reconhecemdo sogeição e vasalajem". REGIMENTO que levou Tomé de Sousa ... Op. cit. p. 48.

56 - MAURO, Frédéric - Do pau brasil ao açúcar, estruturas económicas e instituições políticas, 1530-1580. *Revista de Ciências do Homem*. Vol IV, Série A. Universidade de Lourenço Marques, 1972. p. 202.

57 - REGIMENTO que levou Tomé de Sousa ... Op. cit. p. 46.

Desde o início, era intenção da Coroa portuguesa, que a cidade do Salvador fosse uma grande povoação. Para tanto, o regimento dado ao governador geral já determinava seu termo e limite que deveria ter "seis leguoas pera cada parte", onde ergueria uma "fortaleza da gramdura e feição que a requerer o luguar".[58] Ao final do século XVI, Fernão Cardim dizia:

> "A Bahia é cidade d'El-Rei, e a côrte do Brasil; nella residem os Srs. Bispo, governador, ouvidor geral, com outros officiaes e justiça de Sua Magestade; (...) terá a cidade com seu termo passante de tres mil vizinhos portuguezes, oito mil indios christãos, e tres ou quatro mil escravos de Guiné".[59]

Acrescentou Luís Silveira que Salvador "foi a Lisboa da América e competiu, como empório, com Goa e Malaca".[60] Em termos administrativo e militar, sendo a "cabeça do Estado do Brasil" além de constituir o centro de apoio às capitanias que já se encontravam povoadas, sustentou a tomada do Rio de Janeiro dos franceses - juntamente com São Vicente - e comandou, em seguida, muitas das forças que se destinaram à reconquista dos demais territórios sobre os quais Portugal vinha perdendo o domínio. Pode-se dizer que a fundação da cidade de Salvador, de fato, representou a criação de um novo e poderoso ponto de ancoragem do processo de povoamento do Brasil que entrava, então, em uma fase de consolidação daquela estratégia.

Por representar o Rio de Janeiro um outro ponto vulnerável do território brasileiro, pois havia o antigo donatário perdido o domínio sobre esta área, a Coroa portuguesa lançou-se à tarefa de retomar o poder sobre aquela capitania, reincorporando-a, também, ao patrimônio régio e fundando a cidade de São Sebastião para ser a sede da segunda capitania real do Brasil.

Em 1555, sob o comando de Villegagnon, os franceses haviam chegado à Guanabara para estabelecer a França Antártica. Devido à gradual ocupação do litoral resultante da expansão da colonização portuguesa, viram os franceses que, progressivamente, estavam cada vez mais reduzidas as áreas onde seus navios podiam se abastecer de pau-brasil. Mas a baía da Guanabara os atraiu pelo potencial que oferecia para continuidade daquele comércio, reunindo ainda as vantagens de não haver aí presença de portugueses, e do grupo tribal que a dominava - os Tamoios - ser aliado dos franceses.

---

58 - Id. ibid. p. 50.

59 - CARDIM, Fernão - *Tratados da terra e gente do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed da Universidade de São Paulo, 1980. p. 144.

60 - SILVEIRA, Luís - *Ensaio de Iconografia das cidades portuguesas de ultramar*. Vol. 4. Lisboa: Ministério do Ultramar / Junta de Investigação do Ultramar, s.d. p. 542.

Por razões de ordem defensiva, assentaram-se na pequena ilha de Serigipe - depois denominada Vilaganhão - onde edificaram o forte Coligny. Ficaram confinados àquela ilha que reunia boas condições de defesa, mas não dispunha de água potável e mantimentos, tornando-os dependentes dos suprimentos oriundos do continente, circunstância que reduzia a capacidade de resistência da guarnição francesa em caso de cerco prolongado. Aliado a isso, uma série de fatores externos e questões de divergências religiosas - particularmente pela imposição de condutas morais calvinistas muito severas - enfraqueceram o projeto da França Antártica.[61]

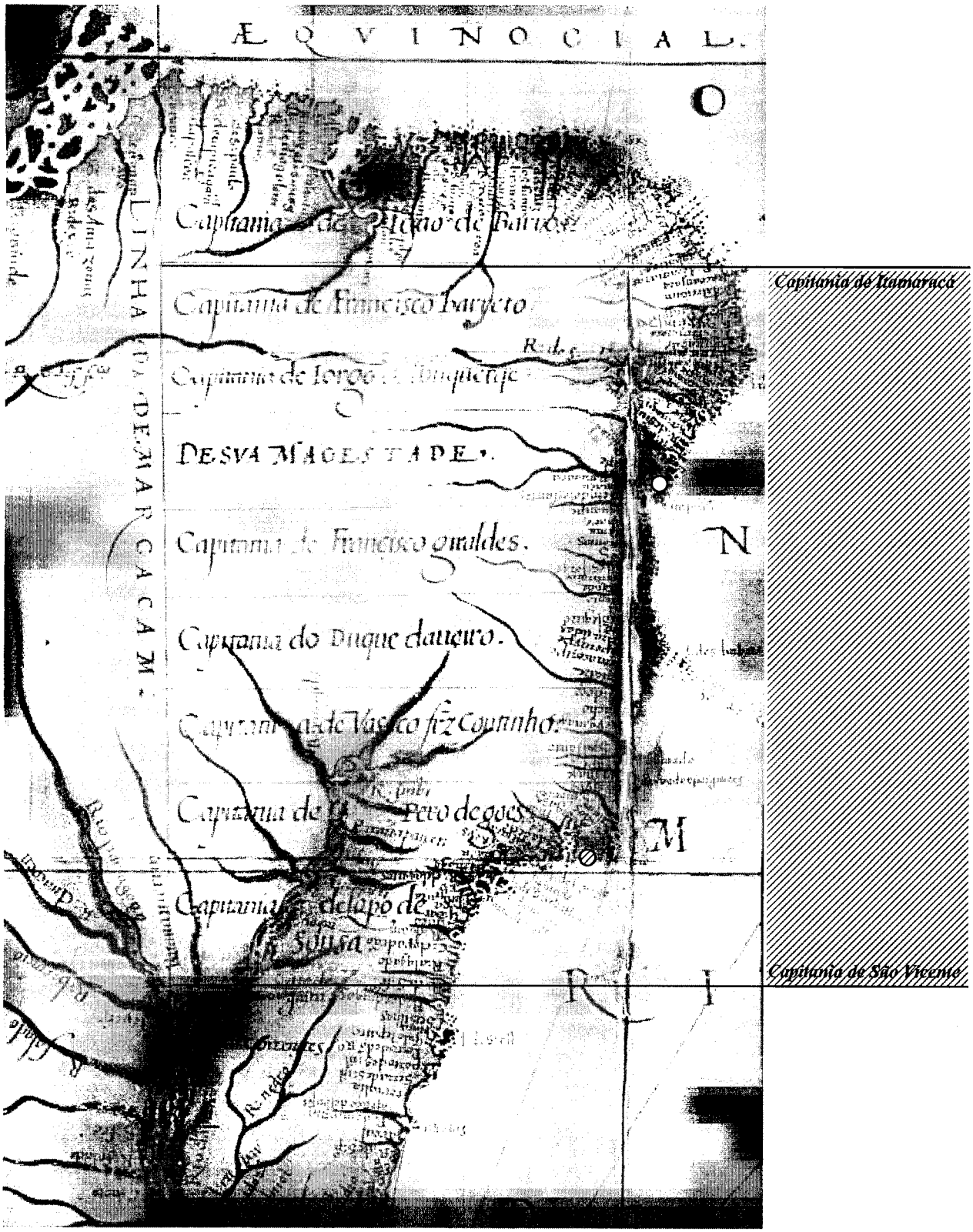
Apesar das adversidades que os franceses enfrentavam, Mem de Sá, nomeado terceiro governador geral do Brasil em 1556, chamou a atenção do poder metropolitano para os riscos que representava a consolidação e desenvolvimento daquela colônia em terras brasileiras, ameaçando um fracionamento da unidade do território sob domínio português. Por sua vez, os jesuítas reforçavam que os franceses também eram uma ameaça para a unidade religiosa da província de Santa Cruz, propagando a heresia na América.

Somente em 1560, Mem de Sá veio a comandar uma operação militar que resultou na demolição do forte Coligny, medida que constituía uma solução transitória, pois não garantia o domínio português sobre a baía da Guanabara. O padre Manuel da Nóbrega, em missiva, defendia o povoamento da região e a edificação de uma cidade no Rio de Janeiro, à semelhança do que se havia feito na Bahia. Justificava que a chave do sucesso da empresa residia, fundamentalmente, no envio de povoadores que aí se fixassem, criando vínculos com a terra, e não de soldados, uma vez que mais facilmente se derrubava uma fortaleza - como ocorrera com a fortificação francesa - do que se expulsariam os moradores profundamente vinculados com a terra.[62]

Em 1565, Estácio de Sá desembarcou na baía da Guanabara, estabeleceu um acampamento militar protegido por uma cerca de taipa e fundou a cidade de São Sebastião, numa faixa de terra situada entre os morros Cara de Cão e Pão de Açúcar, junto à Praia Vermelha. Mas por ainda se constatar a presença francesa na Guanabara, nova esquadra foi enviada, em 1566, para proceder a operações militares que levassem à conquista definitiva da região. Consolidada a vitória portuguesa, o governador geral ordenou que a cidade fosse transferida da localização inicial

61 - COUTO, Jorge - *A Construção do Brasil* ... p. 247/253.

62 - Id. ibid. p. 253/254. Talvez neste aspecto resida uma das principais causas do fracasso dessa implantação francesa no Brasil, pois estes encaminharam suas ações, tendo um caráter militar e comercial e não de colonização e povoamento, pois na medida em que impediram os laços entre franceses e indígenas, não proporcionaram o crescimento de uma população. Também não se dedicaram à agricultura, não tendo criado estreita ligação com a terra.



/// *Delimitação aproximada da área povoada do Brasil até 1565*

O *Cidade de São Salvador da Bahia - 1549* ⊘ *Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro - 1565*

FIG. 5
*Carta geral do Brasil traçada por Luís Teixeira, com a delimitação aproximada da área povoada até 1565.**
Fonte : ROTEIRO de todos os sinaes....

* Nesta carta as capitanias estão indicadas com os nomes daqueles que eram seus proprietários à época, e apresenta imprecisões nas designações e limites das capitanias.

para o alto do morro de São Januário - morro do Castelo - de onde melhor podia-se dominar a vista da baía e do continente. No novo sítio, começaram a ser construídas as estruturas militares, a igreja da Companhia de Jesus, a câmara e a cadeia, a casa da Fazenda, os armazéns e outras instalações.

Privados do contacto com os indígenas, que lhes forneciam as mercadorias com as quais comerciavam, os franceses abandonaram, definitivamente, a costa meridional do Brasil e deslocaram-se para regiões onde havia pau-brasil mas não existiam povoações portuguesas, privilegiando, até finais de quinhentos, as costas da Paraíba e do Rio Grande do Norte, e em seguida o Maranhão, de onde serão sucessivamente expulsos até o início do século XVII.

Observar que enquanto a Bahia foi reconquistada após embates com os indígenas - repetindo-se um processo que já havia acontecido nas capitanias hereditárias - no Rio de Janeiro, assim como em todas as demais capitanias da costa setentrional do Brasil que ainda seriam reocupadas, o conflito vai ser travado não só contra os nativos, mas também entre portugueses e franceses, e tendo um caráter militar que até então não se verificara na colonização do Brasil. Talvez isso justifique o fato das cidades que resultaram da reconquista de territórios a partir da intervenção direta da Coroa portuguesa estarem, desde o início, associadas a um sistema defensivo implantado juntamente com a fundação das mesmas.

Concluindo, vê-se que poucas décadas após a introdução do sistema das capitanias hereditárias, a definição de uma outra política de colonização do Brasil - o Governo Geral - determinou mudanças na estratégia de povoamento do território, tendo início o processo de incorporação ao patimônio régio de muitas das possessões anteriormente concedidas a particulares. Principiando com a ocupação da Bahia e do Rio de Janeiro, e a fundação das duas cidades sedes dessas capitanias reais, a partir destas a Coroa portuguesa vai estender seu domínio sobre o Brasil, sendo uma forma de demonstrar a presença do poder metropolitano na colônia.[63]

A estas duas primeiras capitanias régias criadas no Brasil, se referiu o cartógrafo português Luís Teixeira, em data anterior a 1585: "A que diz de Sua Majestade foi de Francisco Pereira Reimão que morrendo e ficando sem herdeiros ficou à coroa (sic), nesta está toda a Baía de Todos-os-Santos e **cidade do Salvador** onde assiste o governador e

63 - Sobre a relação entre as políticas de colonização do Brasil e as estratégias de povoamento do seu território ver: REIS FILHO, Nestor Goulart - *Contribuição ao estudo da Evolução Urbana do Brasil*... p. 185.

Bispo. **Todas as mais são vilas excepto a cidade de São Sebastião no Rio de Janeiro** capitania de Pero de Gois a qual cidade foi tomada dos franceses pelo governador Mem de Sá."[64]

Mas ainda havia muito a ser povoado do território que oficialmente constituía o Brasil. Ao Norte, estavam por ser ocupadas todas as capitanias situadas para além de Itamaracá, enquanto que para o Sul permanecia um vazio entre São Vicente e o limite meridional do Brasil que chegava ao rio da Prata. O processo de reconquista das capitanias brasileiras estava apenas em seu início.

64 - Legenda da Carta Geral do Brasil contida na obra *ROTEIRO de todos os sinaes, conhecimentos, fundos, baixos, alturas e derrotas, que ha na costa do Brasil, desde o Cabo de Santo Agostinho até ao estreito de Fernão de Magalhães.* Lisboa: Tagol, 1988.

CAPÍTULO 1.2

A ocupação da Região Nordeste do Brasil - dois tempos e duas estratégias

No estudo do passado, é corrente se constatar a indicação de alguns fatos históricos para justificar um dado acontecimento. É certo que os fatos são determinantes no desenrolar da história, mas não se há de esquecer que não somente estes condicionam a construção do passado, pois associados a eles, há objetivos, metas, estratégias e princípios que nortearam as ações e acabaram por encaminhar os acontecimentos em uma direção específica.

Tomando como exemplo o processo de ocupação da porção setentrional do território brasileiro - em particular aquela que atualmente compreende a Região Nordeste do Brasil, realidade na qual se insere o nosso objeto de análise - vê-se que não cabe associá-lo tão somente a um primeiro momento de tomada de posse de uma concessão de donatarias. Na verdade, havia um outro objetivo subjacente que norteou aquele fato. Da mesma forma, é uma visão redutora relacionar a conquista dessa região, em finais do século XVI e início do século XVII, apenas à ameaçadora presença dos franceses naquela área em busca do pau-brasil. Este foi o fato que determinou a ação, mas quais eram as estratégias e princípios que estavam por trás do encaminhamento dos feitos de conquista?

Observando estes dois momentos, cabe fazer a correlação entre os referidos fatos e as respectivas estratégias que lhes estavam subjacentes a fim de melhor compreender como estes resultaram em procedimentos diferentes para ocupação da região, com resultados também distintos no seu processo de povoamento.

Sobre o contexto e os fatos históricos, torna-se relevante o relato e as recomendações contidas no *Tratado Descritivo do Brasil* que Gabriel Soares de Sousa destinou ao então rei D. Filipe II - Filipe I de Portugal - pois apresenta um quadro da situação do Brasil em finais do século XVI.[65]

Era a riqueza identificada por tantos quanto estiveram no Brasil, que levava o autor do *Tratado* a recomendar ao Rei Filipe I: "Em seu reparo, e acrescentamento estará bem empregado todo o cuidado, que S.

65 - Gabriel Soares de Sousa residiu no Brasil durante 17 anos e escreveu estas memórias por considerar a "pouca noticia, que nestes Reinos se tem das grandezas, e estranhezas desta provincia". A Epístola do autor está datada de Madrid a 1º de Março de 1589. SOUSA, Gabriel Soares de - Op. cit. s/p.

Magestade mandar ter deste novo Reino; pois esta capaz para se edificar nelle hum grande Imperio, o qual com pouca despeza destes Reinos se fará tão soberano, que seja um dos estados do mundo".[66]

Ao introduzir seus escritos, historiou a ação dos reis anteriores sobre o Brasil, considerando que estava aquela terra muito desamparada, após a morte de D. João III, monarca que mais havia trabalhado pelo engrandecimento do Brasil, e que "se vivera mais dez annos, deixara nelle edificadas muitas cidades, villas, e fortalezas mui populozas, o que se não efeituou depois do seu falecimento, antes se arruinaram algumas povoações, que em seu tempo se fizerão".[67] De fato, durante o reinado de D. João III, foi fundada a maior parte das povoações em território brasileiro, só se verificando uma retomada deste processo durante o domínio filipino.[68]

Sobre a defesa do Brasil, Gabriel Soares apontava ainda, a urgência em:

> "mandar fortificar e prover do necessario a sua defensão, o qual está hoje em tamanho perigo, que se nisso cahirem os cossarios, com muito pequena armada se senhorearão desta provincia por rasão de não estarem as povoações della fortificadas, nem terem ordem, com que possão resistir a qualquer afronta, que se offerecer, do que vivem os moradores della tão temorizados, que estão sempre com o fato entrouxado para se recolherem para o mato, como fazem com a vista de qualquer nao grande, temendo-se serem cossarios, a cuja afronta S. Magestade deve mandar acudir com muita brevidade, pois ha perigo na tardança, o que não convem que haja, porque se os estrangeiros se apoderarem desta terra custará muito lançalos fora della, pelo grande aparelho que tem para nella se fortificarem".[69]

Se as áreas que naquela época já se encontravam povoadas estavam sujeitas a tamanha ameaça do ataque de corsários e outros inimigos, o que dizer da porção do território situada ao norte da capitania de Itamaracá, estendendo-se até o limite setentrional dos domínios de Portugal, uma vez que até aproximar-se a entrada do século XVII achava-se ainda quase totalmente desocupada? Este constituía um dos pontos mais vulneráveis do Brasil, completamente exposto a todas as ameaças e perigos, ainda mais considerando que em parte desta área havia uma reserva de pau-brasil da melhor qualidade.

---

66 - Id. ibid. s/p.

67 - Id. ibid. s/p.

68 - No período que abrangeu as monarquias de D.Sebastião e D. Henrique - 1557 a 1580 - apenas surgiram a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, e na capitania de São Vicente, as vilas de Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém (1561) e Nossa Senhora das Neves de Iguape (1577). REIS FILHO, Nestor Goulart - *Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil...* p. 85.

69 - SOUSA, Gabriel Soares de - Op. cit. s/p.

No período da união das Coroas Ibéricas, uma descrição das *Capitanias do Estado do Brasil*, assim se referia ao povoamento do mesmo: tomando a Bahia como centro de referência, dizia ser São Vicente *"a derradeira capitania que esta povoada da banda do sul ao longo da costa do mar"*. Sobre a ocupação em direção ao Norte descrevia:

> *"Do rio de São Francisco para a banda do norte esta a capitania de Pernambuco que tem outras sinquoenta legoas de costa ate o rio de Itamaraqua, para a banda do norte esta a capitania de Itamaraqua que tem trinta legoas de costa, e da capitania de Itamaraqua para a banda do norte esta a capitania da Paraiba que ha pouco tempo que se povoou. Estas são as capitanias que ate agora estão pouvadas ao longo da costa do Brasil."*[70]

Porque somente àquela época, com o povoamento da Paraíba, estava tendo início a ocupação em direção ao Norte? Historicamente, verifica-se que toda esta região sempre foi alvo de um processo conjunto de ocupação, desde as primeiras investidas em meados do século XVI, até o povoamento definitivo pelos portugueses, quando em finais do mesmo século, teve início um esforço de conquista que principiou com a ocupação da Paraíba na década de 1580, avançou com a construção do forte dos Reis Magos e cidade do Natal, no Rio Grande do Norte, a fundação da cidade de São Luís do Maranhão, em 1615, findando com o Pará no ano seguinte.

1.2.1. - As expedições de conquista empreendidas pelos donatários

Foi em 1535, que D. João III concedeu a João de Barros, Aires da Cunha e a Fernão Álvares de Andrade, capitanias que abrangiam grande parte da extensão de terras situadas entre os atuais estados da Paraíba e do Maranhão, onde terminava o domínio português oficialmente definido. Entremeando este vasto território estava o quinhão doado a Antônio Cardoso de Barros. As cartas de doação e forais dessas capitanias são, em sua grande maioria desconhecidas, o que deu margem a hipóteses e distorções sobre a delimitação e repartição das mesmas, acabando por criar uma falsa história sobre os primórdios da ocupação dessa região.[71]

---

70 - B.N.L. / Reservados - PBA 644, fl. 8-8v. Este documento data do final do século XVI.

71 - No livro organizado pela Dra. Maria José Mexia Bigotte Chorão, onde reune as cartas e forais das capitanias do Brasil, existentes nos livros da chancelaria de D. João III, entre os anos de 1534 e 1536, constam apenas a carta de doação e foral dados a Antônio Cardoso de Barros e os forais das capitanias de João de Barros e Aires da Cunha. Ver: CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte - Op. cit.

Encontra-se ainda no I.A.N./T.T., no Livro 73 - fl. 27-28v. da Chancelaria de D. João III, a carta da doação de uma capitania no Brasil a João de Barros, a qual não fez parte da referida publicação por se encontrar incompleta.

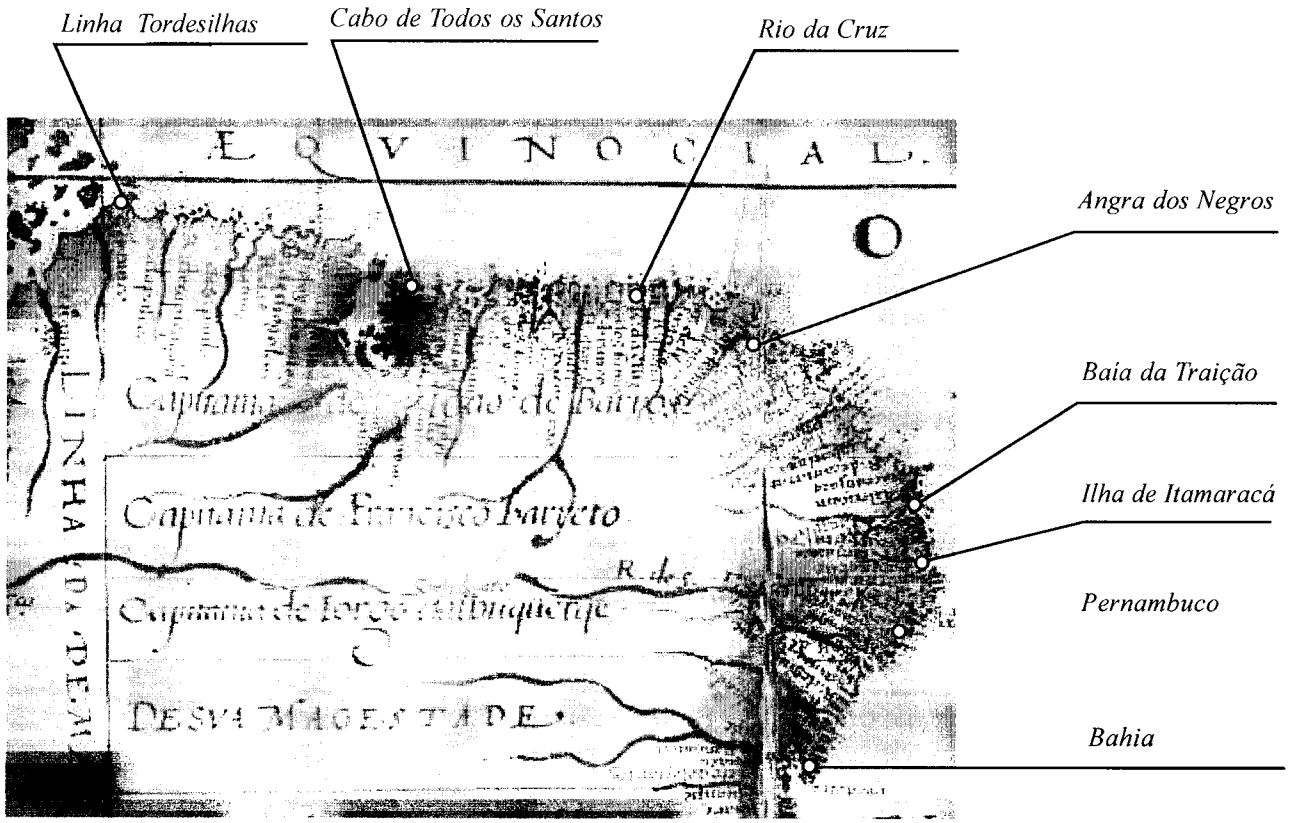


FIG. 6
Pontos referenciais de delimitação das capitanias concedidas a João de Barros, Aires da Cunha, Antônio Cardoso de Barros e Fernão Álvares de Andrade, tendo por base o mapa do Brasil de Luís Teixeira.
Fonte : ROTEIRO de todos os sinaes....

No entanto, em estudo recente, Alberto Gallo demonstrou que havia desde então uma definição dos limites dessas capitanias que estavam assim distribuídas: o historiador e feitor da Casa da Índia, João de Barros, juntamente com Aires da Cunha, teriam recebido uma concessão de 100 léguas de costa que principiava na Bahia da Traição, na Paraíba; a doação feita a Antônio Cardoso de Barros teria 40 léguas "que começão d'Amgra dos Negros (...) e acabam no Rio da Cruz";[72] a Fernão de Álvares de Andrade cabia a área desde o Rio da Cruz à ponta dos Mangues Verdes ou Cabo de Todos os Santos, no Maranhão; e o segundo quinhão concedido a João de Barros e Aires da Cunha abrangia mais 50 léguas a contar do Cabo de Todos os Santos até a Abra de Diogo Leite.[73]

Sendo corrente a idéia de que houve uma doação "conjunta" de capitanias a João de Barros e Aires da Cunha, apontou Alberto Gallo que juridicamente isto não era possível, sendo "verdadeiro é que os dois tinham sido autorizados a repartir entre si as 100 léguas da maneira

72 - I.A.N./T.T. Carta de Doação de capitania a Antônio Cardoso de Barros. In. CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte - Op. cit. p. 121.

73 - GALLO, Alberto - *La divisione del Brasile nel 1534-36*. Firenze: Leo S. Olschki Editore, 2000. p. 335. Ver: STUDART, Barão de - O mais antigo documento existente sobre a história do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*. Tomo 17. Fortaleza, 1903.

que achassem mais conveniente (depois, evidentemente, de ter reconhecido a região doada), contanto que da repartição resultassem dois senhorios de 50 léguas cada um". O mesmo se aplica à segunda concessão que lhes foi feita.[74]

No entanto, a primeira expedição organizada para conquista desta região tratou-se de uma ação conjunta dos donatários daquelas capitanias - João de Barros e Aires da Cunha, aos quais se associou Fernão Álvares. Antônio Cardoso de Barros, por sua vez, não demonstrou interesse sobre as terras que recebera a possessão, constando que em 1549, chegou à Bahia acompanhando Tomé de Sousa na qualidade de provedor-mor da Fazenda, ficando sua capitania sem qualquer investimento.

Tal expedição teve um caráter inusual para a época, pois reunia cerca de 1.500 pessoas entre homens de guerra, marinheiros e colonos, além de estar bem suprida de artilharia e munições. Detinha, portanto, um certo porte de operação militar, que levou o embaixador espanhol em Lisboa, a alertar Carlos V sobre uma possível intenção portuguesa de investir em territórios da América espanhola, observando que até então, os donatários que seguiam para o Brasil levavam apenas "gente para povoar a terra e outras coisas para viver pacificamente", enquanto esta era diferente das demais, "por que levam gente de cavalo e esta outra gente de pé de armas".[75]

É interessante observar que no livro da Chancelaria de Dom João III, no qual se encontram registrados os forais concedidos a João de Barros e Aires da Cunha, há na seqüência uma outra carta cujo conteúdo pode vir a reforçar o interesse sobre a ocupação daquela região. Nesta carta o Rei determinava que os indivíduos que por haverem cometido algum delito buscavam refúgio em outros reinos, poderiam ter por opção ficar "*amtes em a teraa de meus senhoryos*" onde deveriam viver e morrer, "*especialmente na capitania da teraa brasyll de que ora fiz merce a João de Baro fidalgo de minha casa pera que ajudem a morar pouvar e aproveytar a dita teraa*". Lá não poderiam ser presos ou acusados dos crimes que haviam cometido em Portugal, tendo ainda o

---

74 - GALLO, Alberto - Op. cit. p. 336.

Uma segunda questão estudada por Gallo refere-se à nomenclatura dada às capitanias, que considera uma "invenção ou transposição para o passado de denominações modernas", uma vez que na época eram referidas apenas pelo nome dos respectivos donatários. Considerando os referenciais geográficos que balizavam as áreas dessas capitanias, este autor as renomeia da seguinte forma, associando-as a seus donatários: Cumã/Aires da Cunha; Maranhão/João de Barros; Parnaíba/Fernão Alvares de Andrade; Acaraú/ Antônio Cardoso de Barros; Ceará/Aires da Cunha; Rio Grande/João de Barros. Embora reconhecendo a pertinência da nomenclatura proposta por Gallo, no presente trabalho serão mantidas as "tradicionais denominações" das capitanias, pois de outra forma se tornaria difícil lidar com a bibliografia que trata sobre o processo de ocupação desta região.

75 - COUTO, Jorge - As tentativas portuguesas de colonização do Maranhão e o projecto da França Equinocial. In. VENTURA, Maria da Graça. (Coord.) - *A União Ibérica e o Mundo Atlântico*. Lisboa: Ed. Colibri, 1997. p. 176.

direito de a cada quatro anos de residência no Brasil, permanecerem livremente na metrópole por espaço de seis meses.[76]

Embora requeresse um alto investimento de capital por parte dos seus realizadores, esta conquista era por demais atrativa diante da perspectiva de se poder a partir daquele litoral, penetrar o interior e alcançar as riquezas já anunciadas pelas descobertas de ouro e prata em terras da América espanhola. Ao final, era o "brilho dos metais" que atraía aquelas pessoas, justificando porque diante de tão extensa concessão de terra que aqueles donatários receberam optassem especificamente pelo Maranhão como porto final.

A expedição foi comandada por Aires da Cunha, saindo de Lisboa em Outubro de 1535, indo em direção a Olinda onde receberam o apoio do donatário de Pernambuco - Duarte Coelho - para o prosseguimento da viagem. Partindo daí em princípios de 1536, consta que tentaram inicialmente fundar um povoado na foz do Rio Grande, o que não foi possível devido à reação dos índios Potiguaras, obrigando-os a seguir viagem rumo ao destino pretendido.[77]

Embora esta costa já tivesse sido percorrida por algumas expedições exploratórias, ainda eram desconhecidas as dificuldades de navegação na mesma, devido aos fortes ventos e correntes marítimas peculiares, além da existência de um conjunto de rochas subaquáticas que tornavam traiçoeira a navegação. Por conta destes fatores naturais a nau capitânia da armada, comandada por Aires da Cunha, perdeu-se quando já se encontrava próximo à baía do Maranhão, enquanto as demais embarcações da esquadra alcançaram uma grande ilha a que deram o nome de Trindade - atual São Luís. Bem recebidos pelos índios Tapuias, os sobreviventes permaneceram aí durante algum tempo, dando início à construção da povoação denominada de Nazaré, mas diante dos conflitos com alguns grupos nativos da região, do isolamento e da falta de apoio por parte do Reino, acabaram por abandonar o local.[78]

Apesar da imensa dívida que acumulou com o insucesso dessa primeira expedição de conquista do Maranhão, João de Barros e seu sócio Fernão Álvares de Andrade - tesoureiro-mor do Reino e homem de fortuna

---

76 - I.A.N./T.T. - Chancelaria de D. João III - Liv. 10 - fl. 86v.

77 - MOREIRA, Rafael - Desventuras de João de Barros primeiro colonizador do Maranhão. *Oceanos*. n. 27. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Jul/Set. 1996. p. 102.

78 - São muito contraditórias as informações sobre estas primeiras expedições de conquista do Maranhão, havendo divergências entre os diversos autores que trataram do tema. Parece que entremeando as expedições promovidas por João de Barros e seus sócios, aconteceram em 1549 e 1573, outras duas sob o comando de Luís de Melo da Silva, filho do alcaide-mor de Elvas. COUTO, Jorge - As tentativas portuguesas de colonização do Maranhão... p. 180. e MEIRELES, Mário M. - *História do Maranhão*. 3ª Ed. São Paulo: Siciliano, 2001. p. 25/26.

- prepararam, em 1556, outra grande armada, da qual participaram dois filhos de João de Barros. Tendo novamente por destino o Maranhão, lá permaneceram por cinco anos "durante os quais exploraram 500 léguas de costa e fizeram pacificar a terra e lançar as bases de uma colonização produtiva".[79] Gabriel Soares de Sousa e Frei Vicente do Salvador referem-se que nesta época foram povoadas a "Ilha das Vacas" - nome dado a Ilha de São Luís - além de parte da costa e rios, e fundados três sítios ou fortalezas, um deles onde está hoje a cidade de São Luís.[80] Em 1561, encerrava-se esta segunda tentativa de ocupação da região Nordeste do Brasil, pois esgotara-se os recursos de seus donatários para tal empresa, visto o fracasso na busca de metais preciosos, a pouca rentabilidade da atividade agrícola aí introduzida, além de outros fatores.[81]

Até o fim da vida, João de Barros não desistiu da condição de primeiro donatário das suas capitanias, e mesmo após a sua morte, em 1570, esses direitos ainda foram requeridos por seu filho, Jerônimo de Barros, que solicitava ao rei de Portugal homens, munições e licença para ir explorar pau-brasil, provavelmente, no quinhão que lhes cabia à altura da Paraíba e Rio Grande, pois se refere ser terra dos índios Potiguaras. Segundo este documento citado por Câmara Cascudo, naquela época Jerônimo de Barros recomendava à Metrópole que era:

> "necessário povoar esta capitania antes que os franceses a povoem; os quais todos os anos vão a ela a carregar de brasil por ser o melhor pau de toda a costa. E fazem já casas de pedra em que estão em terra fazendo comércio com o gentio (...) E agora tomaram os franceses aos potiguares três mil quintais de brasil que os portugueses tinham na praia feitos a sua custa para carregar e antes que os franceses façam uma fortaleza que obrigue depois a muito, parece que será bom povoar-se por nós e com isso feito lhe não levarão este pau a França e ficará então rendendo mais a Vossa Alteza".[82]

Esta recomendação de Jerônimo de Barros vem reafirmar aquela feita por Gabriel Soares de Sousa, atrás referida.

---

79 - MOREIRA, Rafael - Desventuras de João de Barros ... p. 106.

Também há informações divergentes sobre a participação dos filhos de João de Barros nessas expedições, não havendo consenso entre os autores, se estes embarcaram na primeira ou na segunda armada que seguiu para o Maranhão.

80 - Disse Gabriel Soares de Sousa que do naufrágio que sofreram escapou muita gente que acabou povoando por algum tempo a ilha das Vacas, mas "por se não poderem communicar desta ilha com os moradores da capitania de Pernambuco, e das mais capitanias" depois de muitos anos acabaram despovoando o sítio e retornando para o Reino. SOUSA, Gabriel Soares de - Op. cit. p. 17.

Ver tb. SALVADOR, Frei Vicente do - História do Brasil. In. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*. Vol. XIII. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger & Filhos, 1888. p. 252.

81 - COUTO, Jorge - As tentativas portuguesas de colonização do Maranhão... p. 181-182.

82 - Apud. CASCUDO, Luís da Câmara - *História da Cidade do Natal*. 3ª Ed. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1999. p. 43. O autor não apresenta a origem do documento.

Alguns autores assinalam que após o falecimento de João de Barros, vendo a Coroa portuguesa que seus herdeiros não dispunham de condições para manter os direitos de donatários, concedeu-lhes uma indenização pela cessão daquele território, revertendo-o ao domínio de Portugal, e é nesta condição que, posteriormente, se dará a sua efetiva conquista e povoamento.[83]

O certo é que, por longo tempo, ficou todo este território entregue à própria sorte, ocupado por diversas tribos de gentis, sendo um campo aberto à exploração comercial, especialmente de franceses que muito bem souberam lidar com os nativos e utilizar essa mão-de-obra para obter carregamentos de pau-brasil, fazendo concorrência com o mesmo produto comercializado por Portugal. Assim, ficou a parte setentrional do território povoado apenas até Itamaracá, capitania que resistia precariamente às dificuldades impostas pela terra.

Fatos novos só virão a mudar a história dessa região a partir do final do século XVI, tendo sempre por fator impulsionador a presença dos franceses, o perigo que representavam, mais diretamente, para as capitanias de Pernambuco e Itamaracá, e de um modo geral, por constituírem uma ameaça de perda de todo aquele território.

1.2.2. - As ações de reconquista ordenadas pelo governo metropolitano

Vivia-se então o período da união das Coroas Ibéricas, e segundo Caio Boschi, essa união para além de uma questão de sucessão política, tinha um caráter econômico muito mais forte, estando associado ao "advento do capitalismo comercial e das inerentes disputas mercantis" próprios daquela época.[84]

É importante perceber qual era o papel do Brasil nesse quadro econômico do final do século XVI, pois isto pode, em parte, justificar o esforço de reconquista de porções do seu território. Na década de 1580, verificava-se o arranque do Brasil e com ele a ascensão do Atlântico. "O florescimento da cultura da cana e do fabrico do açúcar espelha-se pelo crescente número de engenhos e, logicamente, de produ-

83 - MARIZ, Marlene da Silva; SUASSUNA, Luiz Eduardo B. - *História do Rio Grande do Norte colonial (1597-1822)*. Natal: Natal Editora, 1997. p. 21-22.

84 - BOSCHI, Caio - O advento do domínio filipino no Brasil. In. VENTURA, Maria da Graça (Coord.) - *A União Ibérica e o Mundo Atlântico*. Lisboa: Edições Colibri, 1997. p.163-164.

Segundo este autor, entre outros interesses que permearam esse processo, a "ânsia da burguesia mercantil portuguesa em ter maior acesso ao mercado espanhol na América" pesou como fator determinante para aceitação de Filipe II no governo de Portugal.

ção, só possível graças ao afluxo da mão de obra negra".[85] Dos 118 engenhos registrados por Fernão Cardim em 1583, passava-se para 200 em 1590. Através de um relatório datado de Agosto de 1588, contendo despesas e rendimentos da economia do império colonial português, era conhecida a importância que o Brasil assumia nesse cenário. Entre as colônias do Atlântico, a economia brasileira comparecia como a segunda maior, abaixo apenas das ilhas açorianas, sendo responsável, em termos percentuais, por 23% dos rendimentos dessas colônias.[86] Em 1593, o Brasil já alcançava o primeiro lugar nessa economia, ultrapassando os Açores.

Esse quadro econômico reforçava a necessidade de combater, de forma mais sistemática, as ameaças de outras nações às terras brasileiras, pois era imprescindível a manutenção do Império e a consolidação da idéia de "exclusivo colonial" sobre aquela economia, fatores que estavam na razão direta da urgência em impedir que países como a Inglaterra, França e Holanda, tivessem participação no próspero comércio marítimo atlântico, particularmente, na comercialização do açúcar.[87]

Foi nesse contexto que decorreram as novas iniciativas para reconquista dos territórios brasileiros que estavam então, sob controle dos franceses. Por um lado, o compromisso filipino de não interferência no sistema administrativo português estendendo-se às colônias, fez com que no Brasil tivesse continuidade a ação individual de cada capitania em busca de seu desenvolvimento econômico e defesa militar, ainda que sob a fiscalização de um governo central. Mas ao mesmo tempo, o propósito era o de consolidar a dominação, conquistando as áreas onde os estrangeiros se tinham fixado.[88]

Em relação ao Sul do Brasil, a penetração do território e o seu reconhecimento foi o resultado do esforço dos bandeirantes paulistas, alheios a determinações do poder central e chegando até mesmo a interferir nos interesses do monarca espanhol para aquela área.[89] Contrari-

---

85 - MATOS, Artur Teodoro de - A importância do Brasil no Império Colonial Português. In. *Revista de História*. Tomo XXXIII. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra/Instituto de História Econômica e Social, 1999. p. 101.

86 - B.N.L. - Cód. 637. Este relatório tratava das colônias: Açores, Brasil, Madeira, Cabo Verde, Angola, São Tomé, Norte da África. Apud. MATOS, Artur Teodoro de - Op. cit. p. 99.

87 - BOSCHI, Caio - Op. cit. p.166.

88 - ALMEIDA, André Ferrand de - *A formação do espaço brasileiro e o projeto do Novo Atlas da América Portuguesa (1713-1748)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001. p. 25.

Segundo este autor, em termos territoriais, a União Ibérica não teve para o Brasil conseqüências negativas. A Coroa da Espanha não procurou alargar as suas colônias na América do Sul à custa do Brasil, enquanto o território brasileiro se expandiu de forma significativa. Longe de ter constituído um entrave ao expansionismo luso-brasileiro a União Ibérica acabou por favorecê-lo.

89 - Id. ibid. p. 25.

amente, ao Norte, os ganhos territoriais se concretizaram com a aprovação da Monarquia Dual que face às ameaças estrangeiras e perante a impossibilidade de realizar a ocupação da região com colonos espanhóis, decidiu apoiar a expansão portuguesa em direção ao Maranhão e ao Pará, contribuindo de forma decisiva para o alargamento territorial da colônia brasileira.[90]

Mas ao contrário das primeiras tentativas para colonização dessa região setentrional do Brasil, que enquadravam-se na ação de particulares para ocupação das capitanias hereditárias, agora confirmava-se a falência daquele sistema e o surgimento de uma nova estratégia, fundamentada na intervenção direta do poder metropolitano, como já ocorrera na Bahia e no Rio de Janeiro, dando prosseguimento ao estabelecimento das capitanias reais e a fundação de cidades aliadas a sistemas defensivos, o que se pode considerar como uma das especificidades da política de ocupação do território brasileiro durante o período da união das Coroas Ibéricas.

O grande objetivo era a efetiva ocupação e incorporação daquela região setentrional ao já povoado território luso-brasileiro, fazendo a necessária "unificação dos dois Brasís", embora permanecesse o sonho de exploração das reservas de metais que ainda acreditavam encontrar na rica região da Amazônia.[91]

Embora repletos de informações contraditórias, são muitos os trabalhos que discorrem sobre a conquista e ocupação dos diversos estados - antigas capitanias - que atualmente compõem a Região Nordeste do Brasil. Em geral, apresentam uma abordagem exclusivamente histórica, questionando fatos e datas, e são estudos fragmentários que tratam isoladamente sobre cada uma dessas unidades político-geográficas.

Até o presente, poucos foram os autores que procuraram abordar sobre a ocupação dessa Região, entre os séculos XVI e XVII, considerando-a enquanto um processo de avanço do povoamento, como parte de uma estratégia de manutenção de um território que legalmente fazia parte do domínio luso-brasileiro, mas que efetivamente encontrava-se ameaçado a ponto de se tornar possessão de outras nações.[92]

Sobre os objetivos da colonização brasileira, durante o período da União Ibérica, questionam Dora Alcântara e Cristovão Duarte: terá

90 - Id. ibid. p. 25.

91 - LEAL, Vinícius Barros - Colonização e povoamento do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*. Tomo XIV. Fortaleza, 1990. p. 64.

92 - Sobre essa questão ver: ALCÂNTARA, Dora; DUARTE, Cristovão - O estabelecimento da rede de cidades no Norte do Brasil durante o período filipino. In. ROSSA, Walter; ARAUJO, Renata e CARITA, Hélder (Coord.) - *Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001. p. 283-298. Ver tb. COUTO, Jorge - As tentativas portuguesas de colonização do Maranhão... p. 171-194.

sido ela fruto de uma clara e consistente política de Castela para o Brasil? Até que ponto os interesses portugueses prevaleceram durante este período?[93]

Reunir dados que permitam afirmar a existência de uma política pré-estabelecida para a colonização brasileira durante o reinado filipino, requereria um investimento de pesquisa que foge ao objetivo do presente estudo. Mas analisando os fatos históricos em seguida apresentados, pode-se apontar que uma estratégia foi lançada visando fundar pontos de apoio com caráter militar, que permitissem o progressivo avanço da conquista e ocupação do litoral nordestino. Esses pontos, constituíam parte do projeto de povoamento, que deveria estender-se até as áreas mais ao norte do Brasil. Para delinear esse astucioso plano, provavelmente, alinharam-se vários fatores, desde as circunstâncias próprias em que se encontrava aquela região na época, até a conjugação dos interesses de Portugal e Espanha para manutenção do domínio sobre o Brasil que prosperava economicamente.

Embora a Bahia fosse a sede do poder metropolitano na colônia, nesse processo de reconquista da Região Nordeste, foi a capitania de Pernambuco que assumiu a posição de centro dos acontecimentos, sendo a princípio, o único ponto de partida das diversas investidas que a longo tempo foram sendo feitas para a ocupação daquela área. Mas na seqüência, novos núcleos fortificados e povoados foram sendo implantados e tendo participação ativa nessa estratégia. Assim, é importante observar que a Paraíba vai servir de base para o avanço de tropas até o Rio Grande, que por sua vez reune-se às forças vindas das demais capitanias para a conquista do Ceará, e assim por diante, até o grande objetivo de alcançar o limite setentrional do Brasil.

A efetiva participação de Pernambuco neste processo, devia-se ao fato dessa capitania já se encontrar bem consolidado e economicamente próspera, destacando-se como um centro "*de muita importancia por ser este porto mais frequentado de navios de todos os outros do Brazil, e ser o trato da terra mui grosso e de grande riqueza por nelle se carregarem a maior parte dos asucares que vem para este reino e todo o pao do brasil*".[94] No *Tratado da Terra do Brasil*, antecedendo o ano de 1573, dizia Pero de Magalhães Gandavo que Olinda era "huma das mais nobres e populosas villas que ha nestas partes" do Brasil.[95]

---

93 - ALCÂNTARA, Dora; DUARTE, Cristovão - Op. cit. p. 283.

94 - B.A. - 51-IX-25 - fl. 134v. Na época deste documento a capitania de Pernambuco era de Francisco Duarte Coelho de Albuquerque.

95 - GANDAVO, Pero de Magalhães - Op. cit. p. 87.

Significativo do poderio que Pernambuco chegou a deter durante o período do domínio filipino é o seguinte Alvará, datado de 21 de Fevereiro de 1620, emitido em conseqüência de ter o poder central o conhecimento de que os governadores do Brasil, iam "*por algus particullares respeitos assistir o mais do tempo de seus governos na capitania de Pernambuco*" resultando em "*dano e dilação*" ao despacho dos negócios da justiça, e fazenda real. Assim, para uma melhor administração, determinava o rei que os governadores deveriam residir pessoalmente na cidade do Salvador e "*que nenhu dos governadores que em daqui por diante enviar ao dito estado do Brasil deixe de residir, enquanto durar o seu governo, na dita Bahia, para onde se embarcará em direitura desta cidade, e dalli se não mudará por acidente algum para Pernambuco sem expressa ordem minha*".[96] Sendo detentora de tamanho poder, a capitania de Pernambuco foi uma peça fundamental no "jogo de xadrez" que se desenvolveu para garantir a posse da região setentrional do Brasil.

Ao norte de Pernambuco, a capitania de Itamaracá havia permanecido sem lograr maior prosperidade, embora tivesse "muitas e boas terras pera se povoarem e fazerem nellas fazendas".[97] Também não tinha meios de garantir sua própria defesa, apontando uma descrição de época, que ali "*não tem fortaleza, nem sitio pera ella*" estando guarnecida apenas por um reduto com "*tres peças pequenas de ferro coado, e hum bombardeiro mas tudo desprovido*".[98]

Estes dois núcleos de ocupação permaneciam ilhados, contando ao Sul e a grande distância apenas com algum apoio vindo da Bahia, fazendo fronteira ao Norte com uma extensa região habitada por tribos indígenas que entre si mantinham acirrados conflitos, estando vulnerável à exploração comercial dos franceses, pois era conhecida a riqueza e fertilidade daquela porção do litoral, sendo a região desde o Rio São Francisco - que marcava o início da Capitania de Pernambuco - até o Rio Paraíba, coberta por vastas matas de pau-brasil, considerado o "mais fino de todo o Estado" do Brasil.[99] Os bons surgidouros, barras e portos que pontuavam toda aquela costa, também era um fator que tornava a região bastante atrativa para navegantes de outras nações.[100]

---

96 - I.A.N./T.T. - Núcleo Antigo - Registro de Leis na Chancelaria. Livro 3 de Leis dos Anos de 1613 a 1637 - fl. 109v.-110.

97 - GANDAVO, Pero de Magalhães - Op. cit. p. 25.

98 - B.A. - 51-IX-25 - fl. 134.

99 - VASCONCELOS, Simão de - Op. cit. p. 61.

100 - A partir do Rio São Francisco indo em direção ao Norte, a cartografia de época enumerava os bons portos situados no rio de São Miguel, o Porto dos Franceses, a barra de Itamaracá, a barra dos rios Paraíba e Mamanguape, da Baia da Traição, e o do Rio Grande que era "hum dos milhores de toda a costa". *DESCRIPÇÃO de todo o maritimo da terra de Santa Cruz chamado vulgarmente, o Brazil*. Feito por João Teixeira cosmographo de Sua Magestade. Anno de 1640. Lisboa: I.A.N./T.T. /ANA, 2000. fl. 67-76.

O somatório de todos estes fatores precipitava a necessidade de reconquistar aquela região, tendo por ponto de partida ações que visavam uma ocupação portuguesa na barra do Rio Paraíba, criando ali um núcleo de apoio que constituiria uma "porta de acesso" aos demais territórios da costa setentrional do Brasil.

Sobre o Rio Paraíba - ou de São Domingos, como também era denominado na época - disse o Frei Vicente do Salvador: "em este rio entravão mais de vinte náus Francezas todos os annos a carregar páu brasil, com ajuda que lhes davão os Gentios Potiguares, que senhoreavão toda aquella terra da Parahiba athé o Maranhão, algumas quatrocentas legoas".[101]

Essa presença francesa no Rio Paraíba, constituía uma ameaça para as capitanias de Itamaracá e Pernambuco, bem como um bloqueio para a ocupação portuguesa naquela área. Sendo assim, era do interesse dessas capitanias contíguas ao Sul, enviar contingentes para expulsar os inimigos e explorar as matas paraibanas, que começavam nas praias e alternavam-se com férteis várzeas propícias para construção de engenhos e fazendas de gado. Portanto, era através de Pernambuco que a Paraíba poderia ter recebido tais colonizadores, mas os recursos locais para isso eram insignificantes, faltava algum auxílio vindo da metrópole.

Ainda assim, a primeira investida para conquista da Paraíba partiu de Pernambuco, quando em 1574, o ouvidor geral e provedor-mor da Fazenda Real, Fernão da Silva, veio da Bahia e reuniu em Olinda, Igaraçu e Itamaracá, uma força de homens a pé e a cavalo, que sob seu comando, entraram a barra do rio Paraíba e ali estabeleceram posse em nome do rei de Portugal. Essa medida pouco durou, pois os Potiguaras "se tornarão a senhorear da terra como de antes, e com mais animo e coragem".[102]

Frente a crise deflagrada no Reino com a morte de D. Sebastião na batalha de Alcácer Quibir em África, tornava-se ainda mais inviável dispor do auxílio de Portugal para proceder a novas investidas de conquista na Paraíba. Mas continuavam os moradores das capitanias de Pernambuco e Itamaracá queixando-se do estado de abandono em que viviam, encontrando na hostilidade do gentio um obstáculo para o desbravamento da terra como pretendiam. Atendendo às reclamações, resolveu o governo metropolitano intervir, e havendo Frutuoso Barbosa - um rico português,

---

101 - SALVADOR, Frei Vicente do - Op. cit. p. 96. Esta potencialidade econômica, certamente, já era do conhecimento dos primeiros donatários das terras da Paraíba, uma vez que João de Barros exercia o cargo de Tesoureiro e Feitor da Casa da Índia. Mas não foi o pau-brasil que moveu os interresses daqueles primeiros conquistadores da região, levando-os a almejar outros objetivos.

102 - Id. ibid. p. 99.

comerciante de pau-brasil e residente em Pernambuco - se oferecido para assumir a ocupação daquela região, desde que recebesse apoio e mercês da Coroa portuguesa, resolveu o Rei D. Henrique nomeá-lo como capitão-mór da conquista da Paraíba.[103]

Foram duas as tentativas que Frutuoso Barbosa fez visando seu intento de conquistar a Paraíba. Em 1579, partindo de Lisboa, alcançou a costa brasileira após algumas desventuras na travessia do Atlântico. Aportou em Pernambuco "com muita gente portugueza, assim soldados como povoadores casados, com muitos resgates, munições, e petrechos necessarios, assim á conquista como á povoação, que logo havia de fazer".[104] Naquele porto uma grande tempestade atingiu e danificou suas embarcações, impedindo-o de seguir para a Paraíba.

Em 1582, refazendo sua expedição em Pernambuco e recebendo por ordem de Filipe I, mantimentos, ferramentas e resgates "*pera dadivas do gentio daquellas partes*",[105] chegou à Paraíba, e apesar da perda de muita gente nos embates com os Potiguaras, ainda tentou levantar ao Norte do Rio Paraíba um pequeno arraial, mas sofrendo sucessivos ataques dos nativos, incitados por franceses, acabou abandonando seu projeto.[106]

Diante de tantos insucessos, mandou o governador geral do Brasil, Manuel Teles Barreto, que fossem para Pernambuco o ouvidor geral, Martim Leitão, e o provedor Martim Carvalho, a fim de reunir gente e recursos para outra expedição. Estando a esquadra catelhana do general Diogo Flores Valdez na Bahia, utilizou-a para a nova investida.[107] Do porto do Recife, partiram em direção à Paraíba, sete navios espanhóis e dois portugueses sob o comando de Diogo Flores, seguindo também, por terra, um numeroso contingente, tendo à frente Filipe de Moura, capitão de Pernambuco. Índios e franceses não tiveram desta vez capacidade para resistir aos adversários.

---

103 - A.H.U. - ACL_CU - Códice 112. - fl. 80-81v. (DOC. 01)

104 - SALVADOR, Frei Vicente do - Op. cit. p. 111.

Embora alguns historiadores ponham em causa a informação de que Frutuoso Barbosa partiu de Portugal, em 1579, para empreender a conquista da Paraíba, há fontes documentais que confirmam sua vinda para o Brasil naquele ano. Ver: I.A.N./T.T. - Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique - Privilégios - Liv. 12 - fl. 93v. (DOC. 02) e B.A. - 49-X-1 - fl. 343 (DOC. 03)

105 - B.A. - 49-X-1 - fl. 344. (DOC. 04) e I.A.N./T.T. - Chancelaria de D. Filipe I - Liv. 3 - fl. 34v-35. (DOC. 05)

106 - PINTO, Irineu Ferreira - Op. cit. p. 14-17 e PRADO, J. F de Almeida - Op. cit. p. 73.

107 - Diogo Flores encontrava-se na Bahia, regressando de difíceis investidas no Estreito de Magalhães, para onde havia sido enviado com o fim de edificar fortificações que combatessem a presença de corsários ingleses naquela região. Ver: SALVADOR, Frei Vicente do - Op. cit. p.108-110 e PRADO, J. F de Almeida - Op. cit. p. 74.

Seguindo instruções que trazia, Diogo Flores tratou logo de levantar um fortim, batizando-o, a 1 de Maio de 1584, com o nome de São Filipe.[108] Ao partir, deixou comandando-o o capitão Francisco Castejon com um exército de soldados espanhóis e portugueses. Foram muitas as dificuldades enfrentadas: desavenças entre o capitão-mor Frutuoso Barbosa e Francisco Castejon, que não aceitava a autoridade do primeiro; o constante cerco de Potiguaras e franceses que acabaram por sitiar o fortim, sendo abandonado pela guarnição.[109]

Neste ataque, os Potiguaras foram auxiliados pelos índios Tabajaras, sob o comando do chefe Pirajibe - ou Braço de Peixe. Os Tabajaras, anteriormente, haviam mantido aliança com os portugueses na Bahia, porém, sentiram-se traídos por estes e passaram para a região de Itamaracá e Paraíba onde muito combateram contra seus antigos aliados. Surgindo desavenças entre os Potiguaras e Pirajibe, os portugueses procuraram o auxílio deste chefe a fim de tentar novamente a conquista da Paraíba. Conseguindo o acordo, venceram os conflitos com os Potiguaras e partiu de Olinda Martim Leitão, acompanhado da gente necessária para fundar uma cidade na Paraíba, que seria a sede da capitania, "cuja creação já havia sido feita na metropole, por Alvará de 29 de Dezembro de 1583",[110] embora efetivamente, sua edificação só ocorra em 1585.

A ocupação da Paraíba envolveu recursos humanos e financeiros, capitães e armadas, numa proporção nunca vista "nas demais conquistas que se fizeram por todo este Estado".[111] Mas estabelecer a capitania real da Paraíba e fundar a cidade de Filipéia de Nossa Senhora das Neves, além de ser parte da estratégia de colonização daquela região, representava o estabelecimento de um primeiro ponto de apoio para a continuidade de um processo que estava apenas começando, pois índios e franceses permaneciam ameaçando aquele núcleo populacional e sendo senhores de todas as imediações. Fazia-se necessário ocupar a região do Rio Grande, avançando com o povoamento em direção ao Norte.

---

108 - Também denominado forte de São Filipe e São Tiago. Assim está referido no Summario das armadas que se fizeram, e guerras que se deram na conquista do rio Parayba; escripto e feito por mandado do muito reverendo padre em Christo, o padre Christovam de Gouveia, visitador da Companhia de Jesus, de toda a provincia do Brasil. *Iris*. Vol. I. Rio de Janeiro, 1848. p. 40.

109 - PINTO, Irineu Ferreira - Op. cit. p. 18-19.

110 - Id. ibid. p. 20. É deste autor a informação de que o referido Alvará mandava criar, na Paraíba, uma "cidade" cujo nome seria Filipéia de Nossa Senhora das Neves. O desconhecimento deste documento, tem dado margem a polêmicas em torno do *status* de cidade dado à sede da Capitania da Paraíba, bem como sobre a definição do seu nome.

111 - BRANDÃO, Ambrósio Fernandes - Op. cit. p. 26.

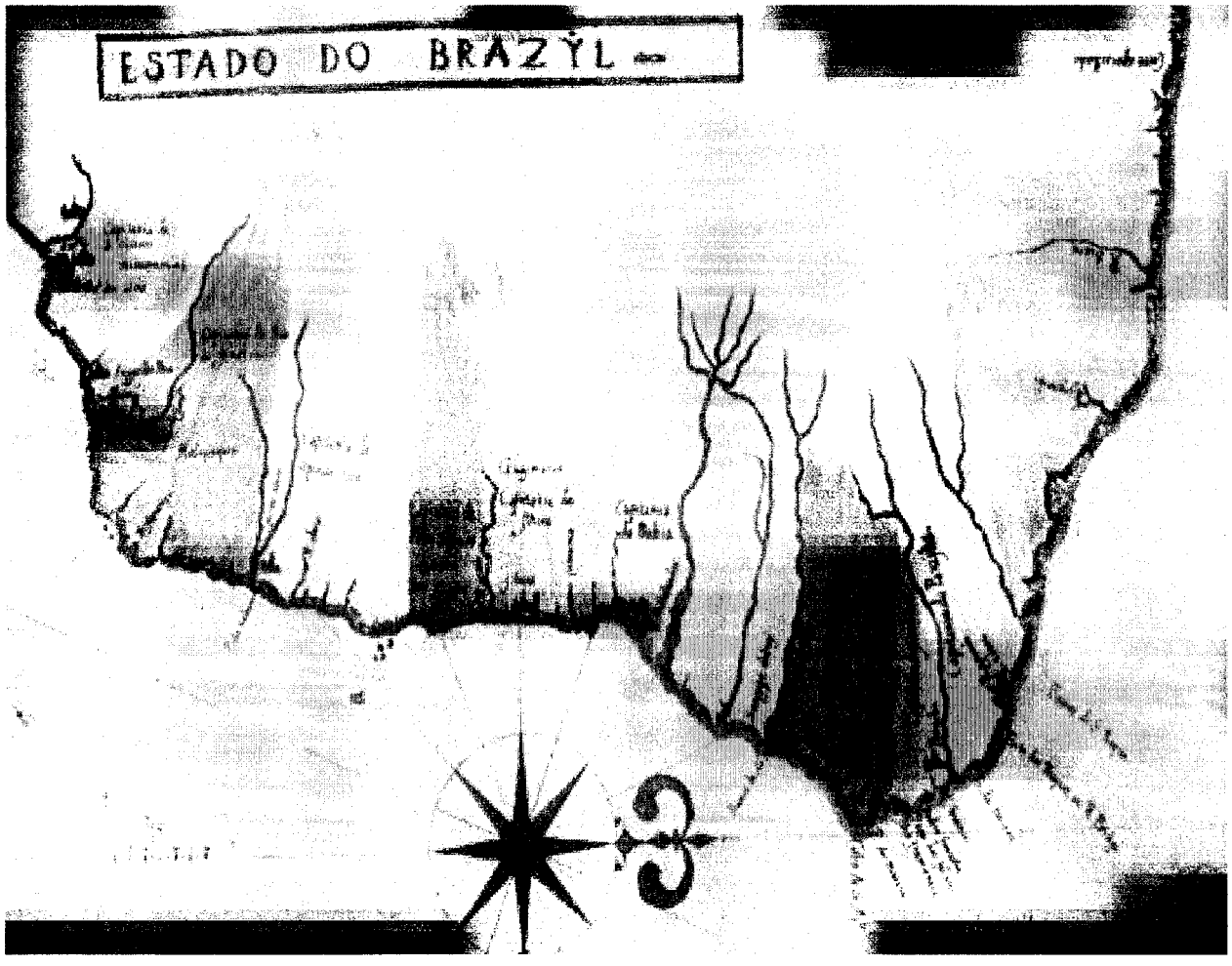


FIG. 7
Carta da costa do Brasil, na qual a Paraíba aparece como a última capitania demarcada ao norte do território.
Fonte: Atlas de las costas y de los puertos de las posesiones portuguesas en América y Africa. Séc. XVII. - B.N.M..

Narrando o padre jesuíta Pero Rodrigues, em 1599, sobre a conquista do Rio Grande, tratou sobre as guerras travadas entre portugueses e Potiguaras, considerando que estes nativos:

> "fizeram esta guerra com maior atrevimento, depois que tiveram comércio com os franceses, os quais recolhendo-se no Rio Grande, deixavam aí suas mercadorias, que traziam de França. E, enquanto o gentio lhe fazia a carga de pau, eles corriam toda a costa e faziam presas muitas vezes de importância. E chegava seu atrevimento a cercar as bocas das barras e saquear as vilas deste estado. (...) E assim, desta amizade dos potiguares com os franceses, nos nasciam a nós dois grandes males. Um era darem os potiguares porto aos corsários para destruírem a costa por mar, e outro darem os franceses ajuda de soldados aos potiguares para nos darem assaltos por terra".[112]

112 - Apud. GALVÃO, Helio - *História da Fortaleza da Barra do Rio Grande*. Rio de Janeiro: MEC/Conselho Federal de Cultura, 1979. p .227.

Diante desse cenário, cartas régias datadas de 1596 e 1597, incubiam o governador geral do Brasil, D. Francisco de Sousa, de dar todo o apoio necessário para que os capitães-mores de Pernambuco e Paraíba - Manuel Mascarenhas Homem e Feliciano Coelho - organizassem uma expedição para conquista do Rio Grande, eliminando a indesejável presença dos franceses, recomendando ainda, que lá deveriam fundar uma povoação e uma fortaleza para sua defesa.[113]

Para esta operação, veio da Bahia uma esquadra composta de seis navios e cinco caravelões acrescida de mais duas naus de Pernambuco. Das guarnições de Pernambuco e da Paraíba, foram destacados os homens para constituir as companhias de infantaria da expedição.[114]

Partindo da Paraíba, os portugueses chegaram à barra do Rio Grande nos últimos dias de Dezembro de 1597, e se estabeleceram fazendo uma trincheira para se protegerem e ter meios para iniciar a fundação do forte dos Reis Magos. Este, certamente, a princípio foi edificado em madeira e terra, tarefa para qual havia seguido na esquadra o jesuíta espanhol Gaspar de Samperes, engenheiro encarregado de traçar o plano da fortaleza que aí planejavam construir.[115] Recebendo reforços trazidos por Feliciano Coelho, após três meses de permanência, intensificaram a ofensiva contra os indígenas, bem como as obras do forte, o qual progressivamente, ía entrando em condições de abrigar a gente da expedição e de resistir às investidas dos inimigos.[116]

Em Junho de 1598, Manuel Mascarenhas e Feliciano Coelho retornaram às suas capitanias, ficando Jerônimo de Albuquerque à frente do comando das obras do forte dos Reis Magos, e com a missão de estabelecer as pazes com os chefes indígenas da região. Para tanto, tiveram papel importante os padres jesuítas Francisco Pinto e Gaspar de Samperes que conseguiram pacificar as aldeias articuladas que ocupavam desde a Sérra da Capaoba, na Paraíba, até os Potiguaras da margem do rio Potengi, no

---

113 - SALVADOR, Frei Vicente do - Op. cit. p. 152 e MARIZ, Marlene da Silva; SUASSUNA, Luiz Eduardo B. - Op. cit. p. 25.

114 - CASCUDO, Luís da Câmara - *História da Cidade do Natal*... p. 46-47. Partindo da Paraíba, foi Manuel Mascarenhas comandando o ataque por mar, enquanto seguiam por terra, subordinadas a Feliciano Coelho, uma tropa paraibana - a qual foi impedida de avançar devido a um surto de varíola - e quatro tropas pernambucanas, entre as quais uma comandada por Jerônimo de Albuquerque, que foi a única a alcançar seu destino reunindo-se às forças de Manuel Mascarenhas.

115 - GALVÃO, Helio - Op. cit. p .14.

O padre Gaspar de Samperes nasceu em Valência, Espanha, em 1551. Foi mestre nas traças de engenharia na Espanha e Flandres antes de entrar para a Companhia de Jesus. PEDREIRINHO, José Manuel - *Dicionário de Arquitectos activos em Portugal do século I à actualidade*. Porto: Ed. Afrontamento, 1994. p. 212.

116 - LYRA, A. Tavares - Sinopse histórica da Capitania do Rio Grande do Norte (1500-1800). In. IV Congresso de História Nacional. *Anais* ... Vol 2. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950. p. 169. Esta primitiva fortificação, provavelmente, não foi erigida no local onde se encontra hoje a fortaleza dos Reis Magos. Seria, certamente, "simples paliçada, na praia, fora do alcance das marés". GALVÃO, Helio - Op. cit. p. 22.

Rio Grande. Esta tarefa resultou em um acordo de paz formalmente firmado na cidade de Filipéia, em Junho de 1599, entre os portugueses e aquelas tribos indígenas.

Somente após este acordo de paz, quando cessaram os assaltos que os índios faziam por toda a região, foi possível consolidar o povoamento daquela capitania. Na seqüência, como referiu o Frei Vicente do Salvador, "se começou logo a fazer huma povoação no Rio Grande huma legoa do forte, a que chamão a Cidade dos Reys, (sic) a qual governa tambem o Capitão do forte, que El Rey costuma mandar cada tres annos".[117] Assim, em 25 de Dezembro de 1599, estava fundada a cidade que recebeu o nome de Natal, cumprindo-se um encargo que desde o início havia sido atribuído ao general da conquista Manuel Mascarenhas, e onde pretendiam permanecer os padres jesuítas "fazendo uma boa residência na nova cidade, que agora se há de fundar".[118]

Novamente era a conjugação entre a implantação de uma estrutura defensiva - o forte dos Reis Magos - e a fundação de uma cidade - Natal - o sistema adotado na expectativa de assegurar a definitiva posse do território, repetindo com muita semelhança o esquema há pouco tempo utilizado na ocupação da Paraíba. Fortificações e cidades pareciam constituir elementos complementares que sustentavam a meta do povoamento e defesa daquela região.

A fortaleza dos Reis Magos nas circunstâncias em que foi planejada e construída, ao mesmo tempo que assegurava a vigilância das terras, representava uma afirmação da ocupação portuguesa neste território. Tinha o objetivo de consolidar a conquista, presidiar a cidade que se fundava, garantir a segurança dos moradores, defender de estranhos a entrada da barra, assegurar a paz para o exercício do poder que aí se instalava. Foi ainda um posto militar de apoio para a expansão setentrional do território, sevindo por exemplo, como base para a armada que seguia para a conquista do Maranhão, onde embarcou o pessoal recrutado por Jerônimo de Albuquerque.

Enquanto os portugueses avançavam em direção ao Norte, reconquistando com muitas guerras o território luso-brasileiro, os franceses, em 1612, fixavam-se no Maranhão dando prosseguimento a um primeiro estabelecimento que havia sido implantado, em 1594, pelo capitão Jacques Rifault.[119] Em plena aliança com gentis da terra, fundaram a "França

117 - SALVADOR, Frei Vicente do - Op. cit. p. 158 e JABOATÃO, Frei Antônio de Santa Maria - Op. cit. p. 167.

118 - Carta do padre Pero Rodrigues, datada de 19 de Dezembro de 1599. Apud. GALVÃO, Helio - Op. cit. p. 234. Ver: CASTELLO BRANCO, José Moreira Brandão - Quem fundou Natal. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Vol. 200. Rio de Janeiro, 1950. p. 65-71.

119 - MEIRELES, Mário M. - Op. cit. p. 28.

Equinocial", principiando com a construção do forte que chamaram de "*Saint Louis*". Edificaram mais três fortes na Ilha Grande e fundaram uma povoação denominada Aguaípe.[120] Se a ameaça francesa já era latente em toda aquela região, com o estabelecimento da "França Equinocial" o perigo era mais iminente, havendo a necessidade inadiável de colonizar o Maranhão.

Mas a meio do caminho havia o território do Ceará, pouco hospitaleiro, onde a aridez do clima, a agressividade do nativo e as correntes marítimas que dificultavam o acesso à região na maior parte do ano, constituíam obstáculos. Se por um lado o Ceará não dispunha de potenciais riquezas, por outro, tinha condições altamente favoráveis a uma ocupação em vista da sua posição estratégica para apoiar as operações que tinham por fim a ocupação das áreas que lhe ficavam mais ao Norte.

A princípio, todas as investidas em direção ao Ceará ainda estavam associadas ao sonho de alcançar os "metais preciosos" a partir daquela região. Assim, a história registra expedições que tendo procedência na Bahia, Pernambuco e Paraíba, dirigiam-se ao Norte, por terra, em busca dessas riquezas. Entre estas cita-se a de Pero Coelho de Sousa - morador na Paraíba e cunhado de Frutuoso Barbosa - designado pelo governador geral do Brasil, Diogo Botelho, como capitão-mor de uma conquista, que segundo o regimento, tinha por meta explorar o Rio Jaguaribe, descobrir minas, impedir o comércio com estrangeiros e fazer as pazes com o gentio daquela região.[121]

Partindo da Filipéia, em 1603, levava em sua companhia o sargento-mor do Brasil Diogo de Campos Moreno e seu sobrinho Martim Soares Moreno, personagens que vão ser de grande relevância em subseqüentes operações de conquista nessa área. Pero Coelho chegou a ter algum domínio sobre as tribos estabelecidas na região da Serra do Ibiapaba - território do Ceará - apesar da forte resistência desses índios apoiados por franceses. Mas padecendo com a fome e a total falta dos recursos básicos para a sobrevivência, enfrentando a animosidade dos índios e a grande seca de 1605-1607, acabou por retornar à Paraíba, após 1606.[122]

---

120 - MEIRELES, Mário M. - Op. cit. p. 47.

121 - GIRÃO, Valdelice Carneiro - Da conquista à implantação dos primeiros núcleos urbanos na Capitania do Siará Grande. In. SOUZA, Simone (Coord.) - *História do Ceará*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995. p. 26.

122 - Na margem do rio Ceará, Pero Coelho fundou o forte de São Tiago e a localidade que chamou de Nova Lisboa. Essa fortificação foi abandonada depois, tendo ido Pero Coelho estabelecer-se na foz do rio Jaguaribe onde levantou o forte de São Lourenço. MEIRELES, Mário M. - Op. cit. p. 26. THÉBERGE, Pedro - Esbôço histórico sôbre a província do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*. Tomo LXXXIV. Fortaleza, 1970. p. 106. CRUZ FILHO - Tempestade em copo d'agua. In. GIRÃO, Raimundo. et. all. - *O Fundador de Fortaleza*. Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza / Secretaria Municipal de Urbanismo, 1960. p. 14.

Em 1607, nova expedição, agora de caráter religioso, seguiu para aquela região. Com licença do governador geral, os jesuítas Francisco Pinto e Luis Figueira, acompanhados de índios cristãos, partiram de Pernambuco e caminharam em direção à Serra do Ibiapaba tendo ordem para seguirem até o Maranhão pacificando as tribos da região. Segundo alguns historiadores, os padres chegaram a levantar igreja e a amenizar as diferenças entre os índios Tapuias e Tabajaras, mas a missão foi encerrada, em 1608, por um ataque dos Tapuias que vitimou o padre Francisco Pinto e muitos outros, fugindo os sobreviventes.[123]

Quando em 1608, a Metrópole dividiu o Brasil em dois governos, Diogo de Menezes, administrando a parte do Norte, foi encarregado de explorar a região até o rio Amazonas, tarefa para qual encaminhou, em 1611, uma expedição sob o comando de Martim Soares Moreno. Partindo da fortaleza dos Reis Magos no Rio Grande, chegou ao Ceará onde edificou uma primeira ermida dedicada a Nossa Senhora do Amparo e, em 1612, deu início à construção de um forte na barra do rio Ceará que denominou de São Sebastião.[124] Em 1613, Martim Soares Moreno seguiu juntamente com Jerônimo de Albuquerque, para combater os franceses no Maranhão.

Reunificado o Brasil, em 1613, o governador geral, Gaspar de Sousa, recebeu recomendação especial para conquistar as terras do Maranhão, desenrolando-se ações que se estenderam até 1615. Essa missão foi encarregada a Jerônimo de Albuquerque, que numa primeira expedição partiu de Pernambuco e recebeu no Ceará o auxílio de Martim Soares Moreno. Numa segunda investida, a estes dois comandantes aliaram-se Diogo de Campos Moreno, enviado de Lisboa, tropas reunidas junto aos índios da Paraíba e outras recrutadas na fortaleza do Rio Grande, que foi ponto de apoio e de partida desse contingente que avançou em direção ao Ceará. Para prosseguir marcha até o Maranhão, também receberam no Ceará novas tropas de índios e utilizaram como base o forte construído por Martim Soares Moreno, e o fortim de Nossa Senhora do Rosário, levantado por Jerônimo de Albuquerque em Jericoacoara, ambos em território cearense.[125]

---

123 - Há informações controvertidas sobre a origem dos índios que atacaram esta missão dos jesuítas, referindo-se alguns autores aos Tapuias, e outros aos Tacarijus. THÉBERGE, Pedro - Op. cit. p. 107 e MEIRELES, Mário M. - Op. cit. p. 27.

124 - GIRÃO, Valdelice - Op. cit. p. 27.

Em carta emitida de Lisboa, a 9 de Outubro de 1612, recomendava o Rei, ao governador geral do Brasil, Gaspar de Sousa, observar a manutenção da "estância" que havia no Ceará, por servir de apoio à conquista do Maranhão. "E hora ultimamente tenho informação que o guovernador Dom Dioguo de Menezes com intento de facilitar esta jornada enviou as terras de Jaguaribe a hum Martim Soares, o qual esta em boa amisade com os da terra onde ja ha igreja levantada (...) e que pera esta jornada he de importancia a estancia em Jaguaribe e a amisade com os indios daly". Documento publicado em: *CARTAS para Álvaro de Sousa e Gaspar de Sousa (1540-1627)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimento Portugueses; Centro de História e Documentação Diplomática/ Ministério das Relações Exteriores, 2001. p. 162.

125 - THÉBERGE, Pedro - Op. cit. p. 110-114 e CRUZ FILHO - Op. cit. p. 15.

Esta ação militar para tomada do Maranhão talvez seja o episódio que melhor ilustre a idéia de que houve de fato, uma estratégia de conquista dessa região setentrional do Brasil, pois para tanto, participaram tropas e comandantes recrutados em todas as fortificações e povoações anteriormente estabelecidas na região, as quais constituíam, naquele momento, os pontos de apoio essenciais para que fosse possível vencer aquele extenso território que mediava entre o antigo limite da ocupação luso-brasileira - a capitania de Itamaracá - e o extremo Norte do território brasileiro o qual urgia reconquistar, povoar e defender.

Chegando ao Maranhão, todo aquele contingente de homens marchou até a Ilha Grande fundando defronte a esta o forte de Santa Maria. Este sítio foi o palco das batalhas travadas contra os franceses que apesar de estarem em condição superior, foram derrotados pelos portugueses, ocorrendo em seguida um período de trégua enquanto representantes de ambas as partes recorreriam às cortes de França e Madrid, para obter decisões sobre a posse daquele território, obrigando-se aquele que saisse vencido a abandonar a terra no prazo máximo de três meses após o resultado do veredito.[126]

A corte francesa, mais atenta às negociações de ligações dinásticas - França e Espanha tratavam do casamento do futuro Luís XIII com a infanta D. Ana de Áustria - não demonstrou maior interesse pela questão. Já a Coroa espanhola discordando do armistício, determinou que Diogo de Campos regressasse ao Brasil com ordens ao governador geral Gaspar de Sousa para a expulsão definitiva dos franceses.[127]

Em cumprimento dessa ordem, sairam de Pernambuco, em Outubro de 1615, tropas comandadas por Alexandre de Moura, Diogo de Campos e outros militares, indo em socorro de Jerônimo de Albuquerque e seus homens, que se encontravam em dificuldades no Maranhão. Em ação para tomada do forte de São Luís acabaram ocupando-o sem resistência dos franceses que se achavam em desvantagem. No final de 1615, os franceses reconheciam a derrota e retiravam-se do forte e da cidade de São Luís, por eles fundada. Firmados os alicerces do domínio português, Alexandre de Moura oficializou a instalação da conquista do Maranhão e confirmou Jerônimo de Albuquerque no posto de capitão-mor daquela capitania.[128]

---

126 - MEIRELES, Mário M. - Op. cit. p.49-56.

127 - Sobre esta ordem, ver a carta enviada de Madrid para o governador geral Gaspar de Sousa, datada de 21 de Março de 1615, publicada em: *CARTAS para Álvaro de Sousa e Gaspar de Sousa (1540-1627)* ... Op. cit. p. 254-257.

128 - Jerônimo de Albuquerque, nos dois anos de seu governo, empenhou-se em cumprir as ordens contidas no regimento que lhe foi entregue, entre as quais: a remodelação do forte de São Felipe, conforme a traça feita pelo engenheiro-mor Francisco Frias de Mesquita, conclusão do forte de São Francisco; arruamento da cidade de São Luís seguindo um plano estabelecido. REGIMENTO que o Capitão Mor Alexandre de Moura deixa ao Capitão Mor Hieronimo Dalbuquerque por serviço de Sua Magestade para bem do Governo desta Provincia do Maranhão. In. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*. Vol. XXVI. Rio de Janeiro, 1905.

Conquistado o Maranhão, os portugueses prosseguiram o seu esforço de ocupação do território, estabelecendo na foz do rio Amazonas o forte do Presépio, que iria dar origem à cidade de Belém, já avançando para além da linha demarcatória de Tordesilhas.

Após lançar um olhar sobre este conjunto de ações que visaram a conquista e ocupação da região compreendida entre as capitanias da Paraíba e do Maranhão, resta pouca dúvida quanto à existência de uma estratégia coordenada pelo poder metropolitano para atingir tal meta. Certamente, sob o sistema de capitanias hereditárias, isto não seria viável, pois este sistema se caracterizava pela fragmentação do poder nas mãos dos donatários, não havendo espaço para uma intervenção coordenada e abrangente, que ultrapassasse os limites das capitanias e envolvesse a todos em torno da meta de assegurar a unidade territorial da colônia.

Em contrapartida, havendo uma política de colonização de caráter centralizador - a qual teve início com a criação do Governo Geral - foi possível reunir tropas e armadas em expedições que cumprindo as ordens do poder metropolitano colocaram em prática as estratégias traçadas para assegurar à Coroa portuguesa a posse do Brasil. Dois aspectos ficam evidentes ao analisar esse processo: o caráter militar do mesmo, expresso na construção de um significativo número de fortificações no litoral nordestino, e a intenção de efetivar a ocupação e povoamento dos territórios conquistados através da fundação de cidades - previstas em conjunto com as estruturas defensivas - que deviam se afirmar como os tentáculos do poder de Sua Majestade no Brasil. Da mesma forma, a articulação das ações, a escolha dos pontos a serem prioritariamente ocupados, as prévias determinações para construção de fortes e cidades, faz distanciar a idéia de "acaso" associada à colonização brasileira e demonstra a "intenção" de atingir metas definidas.

Ao findar este período de conquista e ocupação, que se estendeu entre o final do século XVI e princípios do século XVII, o mapa do Brasil podia ser assim descrito:

> *"Esta a Bahia em altura de 13 graos e meyo entre a linha e tropico Austral. He cabeça de todo o Estado do Brasil; e he este na compostura a modo de hu gigante grande. O braço esquerdo lhe vão formando as capitanias de Sergipe, Pernambuco, Itamaracá, Paraiba, Rio Grande, Seará, Maranham, Gram Para. O braço direito lhe formão as capitanias dos Ilheos, Porto Seguro, Espirito Sancto, Rio de Janeiro, São Vicente".*[129]

129 - B.N.L. / Reservados - CÓD. 475 - 1 vol. fl. 15v.

Sergipe foi território desmembrado da Bahia, tendo sido conquistado e povoado pelos moradores dela, por ser terra propícia à construção de engenhos. Estando em crescimento a fez "Capitania de Sua Majestade" o governador geral do Brasil D. Francisco de Sousa (1591-1602). Ver: BRANDÃO, Ambrósio Fernandes - Op. cit. p. 35.

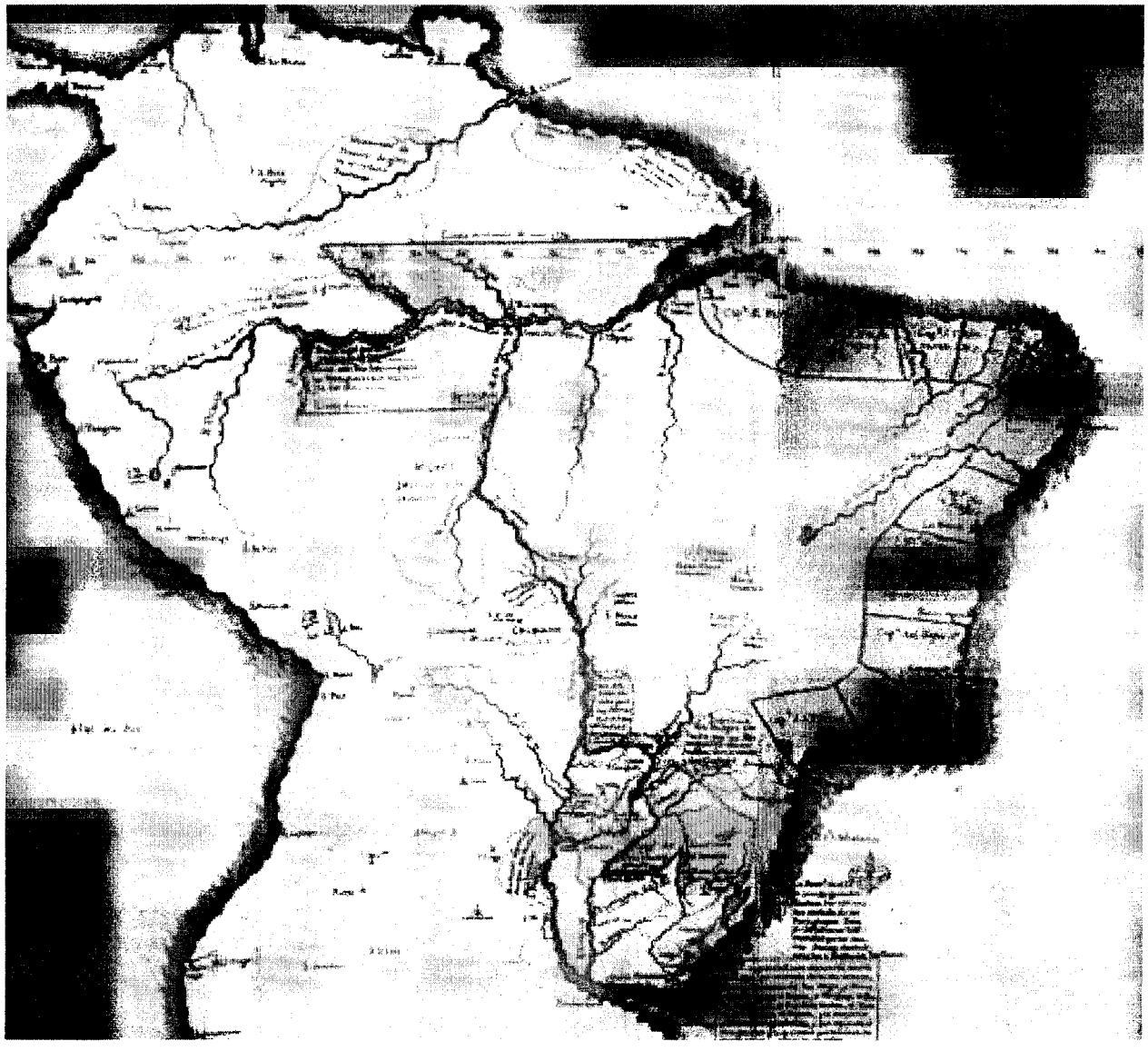


FIG. 8
Mapa da América do Sul, com delimitação dos domínios de Portugal e Espanha, demarcação das capitanias ao longo do litoral brasileiro e uma linha hipotética da ocupação destas em direção ao sertão.
Fonte: Mapa de las Americas del sur, con la linea divisoria de las colonias pertenecientes a España y Portugal. [San Borja, 20 de febrero de 1759] - A.G.S.

Embora este "*gigante*" continuasse, em parte, constituído por capitanias hereditárias, um grande percentual do seu território dividia-se em capitanias reais, cuja fundação, em poucas décadas, havia determinado uma considerável ampliação da área povoada do Brasil. Devido a este alargamento das fronteiras, fazia-se necessário conhecer melhor a nova realidade da colônia, o que permitiria definir um modo de administração que melhor atendesse aos interesses da metrópole. Assim, determinou Filipe II de Portugal, ao governador geral do Brasil, D. Diogo de Menezes (1608-1612), que organizasse um "*Livro do Estado*", contendo informações detalhadas e dados estatísticos, econômicos e militares sobre as capitanias brasileiras.

Um aspecto em específico, chama a atenção na ordem dada para a execução deste *Livro*, pois o mesmo deveria ser organizado de forma a declarar quais as capitanias

> "que são da coroa e as que são de donatarios, com as fortalesas e fortes que cada huma tem, e assy a artelharia que nellas ha com a declaração necessaria do numero das peças, pezo e nomes de cada huma, as armas, monições que nella ou nos meus almazens ouvesse, gente que tem de ordenança, officiais e ministros com declaração dos ordenados, soldos e despesas ordinarias que se fazem em cada huma das ditas capitanias e assy do que cada huma dellas rende pera minha fazenda, pondo se ao dito livro titolo de livro do estado (...)".[130]

Se este *Livro do Estado*, foi proposto com o objetivo de registrar informações que dessem os subsídios necessários para um melhor conhecimento do Brasil, o fato de Filipe II ordenar que fossem especificadas quais eram as capitanias da Coroa e as de donatários, leva a crer que também desejava ter dados concretos que lhe permitisse avaliar as políticas de colonização adotadas até então. Para tanto, foram valiosos não apenas os quantitativos levantados por Diogo de Campos Moreno, mas as críticas que fez sobre as deficiências identificadas em questões primordiais como a justiça, a defesa e a ocupação do território, marcando as diferenças existentes entre o desenvolvimento das capitanias de donatários e as de "Sua Majestade".

1.2.3. – As capitanias sob o poder de Sua Majestade - uma avaliação dos resultados

Entre as capitanias que constituíam o Brasil em princípios do século XVII, este *Livro* dá informações unicamente sobre aquelas situadas entre Porto Seguro e o Rio Grande, pois à época da sua execução, o território brasileiro estava dividido em dois governos e ficaram excluídas as capitanias do sul, entre São Vicente e o Espírito Santo, "ponto por donde se dividio este estado entre Dom Francisco de Sousa e Dom Diogo de Menezes", a quem cabia administrar o norte, povoado somente até o Rio Grande, uma vez que ainda estava decorrendo o processo de conquista e ocupação do Maranhão.

---

130 - *CARTAS para Álvaro de Sousa e Gaspar de Sousa (1540-1627)...* Op. cit. p. 128-129.

A execução deste livro, sendo primeiramente ordenada ao governador geral D. Diogo de Menezes, no regimento passado para o seu sucessor, D. Gaspar de Sousa, fazia referência que o mesmo não havia sido enviado ao Reino, devendo ser providenciada a sua fatura. No entanto, após o despacho desse Regimento, datado de 31 de Agosto de 1612, teria chegado à Portugal, o sargento-mor Diogo de Campos Moreno, com as informações necessárias para escrevê-lo, o que provavelmente fez, entre 1612 e 1613, antes de regressar para o Brasil no ano seguinte, onde participou das guerras no Maranhão.

Cumprindo o que havia sido ordenado por Filipe II, Diogo de Campos Moreno introduziu cada uma dessas capitanias identificando, de imediato, aquelas que eram de donatários e as de "Sua Majestade". Sobre todas elas apresentou dados econômicos referentes às despesas feitas pela Fazenda Real para sustento dos serviços da Igreja - vigários, coadjutores, ordinários - dos oficiais da Fazenda - provedores, almoxarifes, escrivães - e da "gente de guerra", quando cabia à Coroa assumir a responsabilidade do pagamento deste contingente militar. Computou, também, os valores da "redizima do donatário" calculada com base no orçamento total da capitania que lhe pertencia, enquanto nas capitanias reais, registrou os salários pagos "ao Capitão por Sua Magestade" a quem era entregue o governo das mesmas.

Sob o aspecto administrativo, observou que nas capitanias de donatários "nunqua se encontra pessoa respeitavel no governo o que não succede donde servem capitães do dito Senhor, que sem duvida fazem muito no aumento dos lugares, pella esperança de serem reputados dignos de maiores cargos". Ainda que o empenho dos capitães nomeados pela Coroa portuguesa fosse fruto de um jogo de interesses, os resultados obtidos levaram Diogo Moreno a afirmar que, no Brasil, as capitanias que não fossem "de Sua Magestade crescerão de vagar e durarão mui pouco".[131]

Demonstrando o resultado das diferenças administrativas sobre o desenvolvimento econômico do Brasil, disse:

> "gozarão de mais aumento aquellas [capitanias] que o Braço Real tomou mais a sua conta, quando (no povoar e conquistar) faltarão seus donatarios. Neste caso fazem exemplo, a Bahia de todos os Santos, o Rio de Janeiro, Parahiba, o Rio Grande, todas oje de Sua Magestade, nas quaes pello serem cada dia se aumentão povoações e cresem fazendas. Paranambuquo e Tamaraqua podem entrar nesta conta, por quanto as suas mayores necessidades acudio Sua Magestade com capitães, prezidios e fortificações, que ate oje sustenta de Sua Real fazenda".[132]

É certo que outros fatores haviam contribuído para marcar estas diferenças entre as capitanias e, como exemplo, refere-se aos já mencionados casos de Ilhéus e Porto Seguro, empobrecidas devido às guerras com os índios Aimorés. Em contrapartida, a Bahia sendo a sede do poder metropolitano na colônia havia alcançado riqueza e pujança, e assim a descreveu Diogo Moreno: "he este Reconcavo o mais povoado sitio de toda a costa e nelle per suas fazendas vive a gente nobre e passão de tres mil os moradores brancos".[133] Entre as capitanias de donatários, Pernambuco

131 - *REZÃO do Estado do Brasil...* Op. cit. fl. 2.

132 - Id. ibid. fl. 2.

133 - Id. ibid. fl. 51.

era a única que se igualava à Bahia em desenvolvimento, "sendo a mais povoada de toda esta costa por quanto em seu districto moem asuquar noventa engenhos".[134]

A Paraíba, embora fosse de colonização recente quando da execução deste *Livro*, prometia prosperidade, pois "nesta capitania com grande rendimento fazem asuquar doze engenhos, e se fabricão outros", e tendo "huma governança de sustancia" iria em aumento a cidade Filipéia, de modo a se tornar "outra coluna da banda do norte como Pernambuquo na qual ficara bem por ser de Sua Magestade".[135]

Se o grau de desenvolvimento econômico das capitanias estava associado aos fatores administrativos ou às dificuldades encontradas para a colonização, também contavam para isso os investimentos feitos para a defesa das mesmas, uma vez que havendo segurança, havia espaço para prosperar. E, no que se refere à defesa, eram gritantes as diferenças, pois enquanto nas capitanias de Sua Majestade havia a "gente de guerra" paga com recursos da Fazenda Real - o que também se estendia a Pernambuco - este quadro de militares era inexistente naquelas de donatários.

Nestas, o sistema defensivo era extremamente precário, sendo observado por Diogo de Campos Moreno que, para guardar a barra do rio Serinhaem, onde se situava a povoação de Porto Seguro, "se desenhou hum forte de taipa de pilão que não chegou a acabarse sendo importante para a defença daquelles moradores contra os indios da terra, e cosairos do mar". Ilhéus era protegida apenas por um "mui pequeno reduto de pedra e cal sem sustancia" localizado à entrada da barra "ao pee das casas da povoação".[136] Itamaracá, estava "pobre de artelharia e munições de guerra", e também não tinha soldados "por que não ha mister", já que devido à proximidade em que se encontrava de Olinda, "a mesma diligencia" que se fizesse para socorro daquela vila, protegeria, igualmente, esta capitania.[137]

Em Pernambuco, o governo trabalhou para a formação de um sistema defensivo, certamente, por ser esta capitania de fundamental importância para o almejado processo de reconquista da porção setentrional do território brasileiro, e ainda, visando assegurar os lucros obtidos para a Fazenda Real, com a exportação de açúcar, a partir do porto do

134 - Id. ibid. fl. 80.

135 - Id. ibid. fl. 96, 96v e 104.

136 - Id. ibid. fl. 11v e 37.

137 - Id. ibid. fl. 96v. Itamaracá não tinha meios de garantir sua própria defesa, apontando uma descrição de época, que ali "*não tem fortaleza, nem sitio pera ella*" estando guarnecida apenas por um reduto com "*tres peças pequenas de ferro coado, e hum bombardeiro mas tudo desprovido*". B.A. - 51-IX-25 - fl. 134.

Recife, que foi guardado por duas fortalezas, além de ter "prizidio ordinario" pago por Sua Majestade.[138]

Quanto à defesa das capitanias reais, a atenção era constante, prioritariamente, na Bahia, a sede do Governo Geral. Em Salvador, Sua Majestade ordenou a construção de uma "cidadela" para "se asegurar o todo tanto da povoação como do reconcavo", livrando a população da exclusiva obrigação de fazer a defesa "com suas armas e a sua custa", forma como se defendiam as capitanias de donatários, onde não havia recursos para a construção de fortificações e para manutenção de pessoal militar.[139]

O forte da Paraíba, considerado a chave da defesa daquela capitania e da "naveguação daquelle porto", devia ser mantido em boas condições.[140] Maior ainda era a atenção para com o forte dos Reis Magos, no Rio Grande, devido à sua posição estratégica que, "por natureza olha ambas as costas deste estado, asim a do norte a sul, como a de leste a este ate o Maranham donde se acaba nossa conquista pello qual respeito foi este porto o maes demandado, e maes defendido dos cosairos".[141]

Diogo de Campos Moreno também teceu algumas críticas ao predomínio dos interesses privados em detrimento do coletivo, e à falta de mando administrativo diante do povoamento do território brasileiro, quando este se fazia ao "acaso, e não por ordem", implicando, por vezes, em prejuízos para o bem comum, para o desenvolvimento do Brasil, e para o enriquecimento da Fazenda Real. Reportando-se ao litoral de Pernambuco, disse que "os principaes portos desta banda sam os dittos em que he necessario aver povoações pois as terras tem comodo para sustentarem grandes lugares, mas oje como todos os homens fundão acaso, e não por ordem sempre as povoações ficão sendo mais ao particular que ao comum importantes, e he defeitto qual se deixa entender contra a defensão e comercio de toda a costa".[142]

Da mesma forma, na região norte da capitania de Ilhéus, onde moravam muitos homens ricos, eram comuns os conflitos, tanto na demarcação das sesmarias quanto na seleção dos sítios a serem ocupados, "deixando de se povoar o que mais importa" ao bem comum, para satisfa-

---

138 - *REZÃO do Estado do Brasil...* Op. cit. fl. 80v e 81.

139 - Id. ibid. fl. 51v.

140 - Id. ibid. fl. 104v.

141 - Id. ibid. fl. 111. Sobre o forte dos Reis Magos, quando Gaspar de Sousa assumiu o governo geral do Brasil, em 1613, encontrou-o "*quasi nos primeiros fundamentos*", e enviou o engenheiro-mor do Estado, Francisco de Frias de Mesquita, para "*ver a ditta fortalessa, e pella ordem e traça que ally deixou se foi fazendo*". Ao final do seu governo, em 1616, estava "*quasi de todo acabada*". Ver: *CARTAS para Álvaro de Sousa e Gaspar de Sousa (1540-1627)...* Op. cit. p. 299-303.

142 - Id. ibid. fl. 80.

zer aos interesses privados dos homens de poder. Criticando, Diogo Moreno ressaltou: "como estas duvidas acontesem em capitania de donatario donde ninguem trata do remedio geral, não ha governador que possa entenderse que tudo encontrão doações". Ou seja, prevalecia o poder de mando de cada senhor sobre as suas terras, e não havendo a figura de um governante que legislasse em função do "remédio geral", nem sempre eram povoados os pontos mais importantes do território, expondo ao perigo o povo e a terra.[143]

Significativo foi o fato de Diogo Moreno detectar este mesmo tipo de conflito em uma capitania real. Sobre Sergipe del Rey observou:

> "Tem ho Rio Sirigipe hua povoação de casas de taipa cobertas de palha pequena, a qual chamão a cidade de São Christovão primeiro foi fundada no ponto A que se ve na carta desta capitania a fl 52 depois a fundarão no ponto C e logo dahi a poucos annos a situarão no ponto D despovoando-se os demais, e com tudo ate oje não tem tomado asento por que cada hum dos moradores o anno que he da governança loguo trata de levar a cidade a porta do seu curral".[144]

Embora tivesse o *status* de cidade, São Cristovão não passava de um pequeno aglomerado de casas, deslocado segundo a vontade daqueles que assumiam o governo da capitania. Tratando ainda sobre Sergipe, Diogo Moreno apontou, também, conflitos gerados entre o sistema de repartição da terra em grandes sesmarias e a fixação de novas povoações, constatando que como as terras

> "são dadas de sesmaria a homem poderoso que defende a posse não quer ninguem acudir as novas povoações por que não tem donde prantem nem fação fazendas que suas sejão por que lhas empedem os proprietarios das sesmarias os quaes não tem posse para fazerem as dittas povoações antes querem a terra sem gente para bem de seus currais o que he em prejuizo notavel da povoação deste Rio e do trato que nelle fazerse pretende".[145]

Portanto, se as circunstâncias inerentes à colônia já constituíam obstáculos ao processo de povoamento do Brasil, somava-se àquelas, barreiras criadas pela forma de administração do território, implantada pelo poder português. Neste sentido, havia muitos ajustes a fazer na política de colonização, visando um melhor aproveitamento do potencial da terra, e estes passavam por um controle e fiscalização sobre as ações dos indivíduos no poder - quer fossem os donatários das capitanias ou os capitães a serviço da Coroa - e por uma redefinição e restrição da autoridade depositada nas mãos dos mesmos.

---

143 - Id. ibid. fl. 36v. e 37.

144 - Id. ibid. fl. 69.

145 - Id. ibid. fl. 75 a 76.

Para além dos dados solicitados por Filipe II, Diogo Moreno adotando essa forma crítica de observar a realidade brasileira, acrescentou algumas propostas para assegurar os interesses do poder Real, tendo algumas dessas medidas relação direta com a organização do povoamento e repartição do território da colônia.

Como exemplo, propôs a unificação das capitanias da Paraíba e de Itamaracá, que considerava ser "de Sua Magestade como oje vemos que esta de posse". Estando juntas, ficaria "huma governança de sustancia", e com "o trato de ambas feito no Cabedello porto mais capas, e mais forte, e mais conhecido" cresceria a cidade Filipéia se transformando em "hum dos maes particulares povos de toda a costa", aumentando as importações, o número de "moradores ricos" e os recursos disponíveis para as fortificações.[146] Alegava ainda que esta união seria favorável à Fazenda Real, porque ao fazer o embarque do pau-brasil através do porto da Paraíba se carregaria "franco" aquela produção que sendo comercializada nas capitanias dos donatários obrigava "lhes paguar a Redizima".[147]

Além de ter se mostrado um observador atento e crítico da realidade brasileira, e um defensor dos interesses da Coroa portuguesa, Diogo Moreno expôs sua opinião sobre o caminho a ser seguido para melhor governar o Brasil, assumindo ser partidário de um controle cada vez maior do poder central. E assim expressou sua posição:

> "sendo as Capitanias ou provincias do estado do Brazil todas de Sua Magestade como por muitas vezes se lhe tem advertido ou pello menos tendo Capitaes do ditto Senhor como tem Pernambuquo e Tamaraqua que são de donatarios, e avendo nas Aldeas todas de qualquer distrito Capitaes leigos, e Capellaes sogeitos ao ordinario na forma que esta mandado o Anno de seiscentos e des, e na costa e mares da carreira do dito estado avendo galiois de Armada que assegurem as frotas e guardem a costa em mui breves dias sobirão as Rendas Reais a mais de hum milhão de ouro por quanto o Anno de seiscentos e dous se arrendou todo estado junto em cento e seis mil cruzados, e neste Anno de seiscentos e doze se arendou soo o guoverno de Dom Diogo de Meneses em cento e vinte e sinquo mil cruzados em que se prova o que importa a este augmento qualquer pequena ajuda, e pello contrario se ouver descuido em qualquer das cousas ditas cada dia irão a menos, por quanto o aumento natural do pouco que esta povoado tem subido a mais do que se esperava".[148]

Ao longo de todo o *Livro do Estado*, Diogo Moreno foi apontando o crescimento econômico e aumento das povoações nas capitanias reias. Estes dados lhe deram o indicativo que sob uma administração e fiscali-

146 - Id. ibid. fl. 96 e 96v.

147 - Id. ibid. fl 105 e 105v.

148 - Id. ibid. fl. 10v.

zação direta por parte da Coroa, o Brasil se tornaria uma colônia rentável e próspera. Sendo assim, advertiu a Filipe II quanto às vantagens de serem "as Capitanias ou provincias do estado do Brazil todas de Sua Magestade".

Adotando este procedimento, administrando e defendendo suas capitanias, a Coroa teria sempre assegurado o aumento das "rendas reais" no Brasil, e sendo os resultados obtidos até então fruto do "pouco que estava povoado" do território brasileiro, isto era um estímulo para investir na ampliação da área ocupada. Portanto, o povoamento e consolidação dos núcleos urbanos constituía um meio de garantir a posse da colônia e de solidificar as "colunas" para sustentação do poder metropolitano, como exemplificou Diogo Moreno referindo-se à cidade da Filipéia, que estando bem governada, tendia a prosperar e melhor servir aos interesses de Sua Majestade. Sendo assim, parecia evidente a estratégia a ser seguida, ancorada na fundação das capitanias reais e das cidades que começavam a ter seu papel definido na "engrenagem" que movia a colonização do Brasil.

Uma vez que as "capitanias reais" e as "cidades" surgiram em conjuto, como decorrência da ação do poder metropolitano para conquista e povoamento do Brasil, cabe levantar a questão sobre esta designação dada aos núcleos fundados com a função de sediar o poder da Coroa naquelas capitanias. Porque estes não foram denominados de "vilas"? Seria esta diferenciação justificada apenas pelo fato de estarem situadas em capitanias reais? É válido buscar um parâmetro de explicação na idéia de cidade e vila, vigente em Portugal naquela época.

Quando é que, em Portugal, surgiram as primeiras cidades? Que fatores contribuíram para a sua formação ou emergência? No século XVIII, Rafael Bluteau definiu a cidade como uma "multidão de casas, distribuídas em ruas e praças, cercadas de muros e habitadas de homens, que vivem com sociedade e subordinação. Urbs, Civitas".[149]

Historicamente, seguindo o pensamento de Jorge Alarcão, "se uma cidade se definisse por um traçado regular de ruas ou pela existência de edifícios públicos, dificilmente poderíamos falar de cidades na Europa pré-romana, designadamente em Portugal". Mas se a cidade se caracteriza, "pelas funções políticas, econômicas e eventualmente religiosas que exerce, e se ela é ainda centro e motor de um ordenamento territorial, parece-nos que não podemos deixar de admitir a existência de cidades na Europa central e ocidental, antes dos Romanos".[150]

---

149 - BLUTEAU, Rafael - *Vocabulário Portuguez e Latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712. p. 309.

150 - ALARCÃO, Jorge - A Cidade Romana em Portugal. A Formação de "Lugares Centrais" em Portugal, da Idade do Ferro à Romanização. In. *Cidades e História*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992. p. 44.

Por sua vez, José Mattoso, coloca o estudo das funções políticas das cidades como uma hipótese de trabalho para entender o processo de formação da rede urbana em Portugal. Propõe "como critério de distinção entre o rural e o urbano, a função *política* exercida por este e que aquele não pode desempenhar". Confere que "cidade, seria, portanto, o lugar da fixação ou da concentração do poder", especificamente, do poder político, uma vez que os poderes religioso ou militar, podem estar abrigados em um santuário ou em uma fortaleza.[151]

Avança com a idéia de cidade como o centro que exerce o seu poder sobre uma área, e diz: "sem território não há cidades".[152] Jorge Alarcão reitera esta idéia ao dizer: "a formação de uma cidade é um processo que envolve toda uma região: a cidade é *lugar central* que hierarquiza sítios à sua volta e exerce funções de que a população rural do território carece ou beneficia. A cidade estrutura ou ordena o território em que se insere ou de que é capital".[153] Acrescenta que "a primeira das funções desses *lugares centrais* era a capitalidade política"[154], e assim concorda com José Mattoso quando diz: "A cidade é, pois, estruturalmente falando, a sede do poder político. Sede - portanto estabilidade, e sinais externos de permanência. Poder político - portanto força que atrai e fixa à sua roda os homens." Daí a concentração demográfica, a atração econômica, a reunião dos funcionários administrativos, das instituições religiosas, todos atraídos pelo poder e pela imagem de estabilidade que a cidade transmite.[155]

Tendo este entendimento de cidade, é possível dizer que o processo de urbanização em Portugal provém de uma época anterior aos romanos e seus núcleos mais antigos guardam na denominação uma marca desta origem remota: Lisboa, Porto, Braga, Coimbra, Évora, etc.[156] Com os Romanos, houve uma reestruturação que deu nova vida ao território. Enquanto centro de poder e ponto essencial da administração romana, a cidade "não era apenas um pólo, mais ou menos urbanizado, mas, sobretudo, os cidadãos de uma determinada área, com as suas obrigações fiscais, os seus direitos cívicos e o dever de responderem aos serviços da

---

151 - MATTOSO, José - Introdução à História Urbana Portuguesa. A Cidade e o Poder. In. *Cidades e História*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992. p. 14.

152 - Id. ibid. p. 15.

153 - ALARCÃO, Jorge - Op. cit. p. 35.

154 - Id. ibid. p. 39.

155 - MATTOSO, José - Op. cit. p. 16.

156 - Estes núcleos urbanos denominavam-se, respectivamente: Olisipo, Cale, Bracara, Aeminium e Ebora. *DICIONÁRIO de História de Portugal*. Vol. I. Lisboa: Iniciativas Editoriais, s.d. p. 574. (Dirigido por Joel Serrão)

administração romana e ao acatamento da justiça".[157] Ao fim do Império Romano e durante a alta Idade Média, a decadência das cidades decorreu, principalmente, devido à fragmentação do poder político, repartido em pequenas parcelas por senhores privados, leigos ou religiosos, e esvaziado pelos chefes bárbaros com hábitos de curta permanência em um mesmo lugar, contrários à estabilidade que a cidade oferecia.[158]

Sustenta Carlos Alberto Ferreira de Almeida, que:

> "na época românica, a palavra 'cidade' denota, sobretudo, a idéia de uma sede episcopal, mas a partir dos tempos góticos acentua-se também a significação de que ela dispõe de um perímetro defendido e urbanizado e possui um território em redor aonde chegava a sua jurisdição civil e jurídica e administrativa. A partir do século XII, concorre, com ela, a palavra 'vila', com sentido novo, de aglomerado cercado, urbanizado, não-episcopal. A 'vila' dispunha também, em muitos casos, de extenso termo, caso de Guimarães, de Barcelos ou de Santarém. 'Fazer vila' significava, nesse tempo, cercar uma povoação com uma obra defensiva".[159]

Na Idade Média não foram fundadas novas cidades, mas diversas vilas foram muradas e outros aglomerados de fundação régia ou senhorial estabelecidos a partir do século XIII, os quais patenteiam novidades urbanísticas grandes, por vezes com esquema ortogonal.

Durante a primeira metade do século XVI e ainda nos últimos anos do século XV, diversos "lugares" foram elevados a "vilas", sendo para tanto apontadas, quase sempre, duas razões: "a opressão e a dificuldade que os respectivos habitantes sentiam nos foros judicial e administrativo, e o aumento populacional". Se era relativamente fácil passar de lugar a vila, pois "bastava ter população em quantidade e qualidade e uma cinta de muralhas - tornava-se bem mais difícil, pelo menos até ao século XVI, subir de vila a cidade, visto que, por tradição, esta tinha de ser sede de um bispado. Subir na hierarquia correspondia, de facto, a uma nobilitação".[160]

Mas no século XVI esta prerrogativa eclesiástica deu lugar a um outro ideário que orientou a atribuição da mercê do título de cidades

---

157 - ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de - Urbanismo da Alta Idade Média em Portugal. Alguns aspectos e os seus muitos problemas. In. *Cidades e História*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992. p. 130.

158 - Em Portugal, após este declínio, algumas cidades vão ressurgir a partir do alargamento do território sob domínio de um senhor feudal - Guimarães, Viana do Castelo, Aveiro - ou do poder da Igreja - Porto, Braga, Coimbra, Viseu e Lamego. MATTOSO, José - Op. cit. p. 16-17.

159 - ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de - Muralhas Românicas e Cercas Góticas de algumas cidades do centro e norte de Portugal. A sua lição para a dinâmica urbana de então. In. *Cidades e História*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992. p. 138 e 141.

160 - DIAS, João José Alves - *Gentes e Espaços (em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI)*. Vol. I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1996. p. 173 e 183.

atendendo ao interesse da Coroa portuguesa de dispor de núcleos urbanos que fossem centros de representação da política régia, nos quais tivesse sua efetiva presença assegurada.[161] Diversos eram os motivos concretos que justificavam tal titulação. Elvas, foi cidade "tendo em conta os serviços prestados à Coroa pela sua nobreza, cavaleiros, escudeiros e povos, nas guerras antigas contra Castela" e por ser uma vila de considerável porte, muito povoada de fidalgos e gente de merecimento. Motivos semelhantes justificaram o título dado a Tavira e Beja. Por sua vez, a capital da Madeira recebeu a mesma mercê, tendo em conta o seu papel importante de ponto de apoio na navegação do Atlântico e por sua próspera economia açucareira.[162]

Ao tempo de D. João III, são elevadas quatro novas cidades - Faro, Leiria, Miranda do Douro e Portalegre - cada uma delas tendo circunstâncias específicas. Faro alinhava-se aos casos de Tavira e Beja, além de ser um bom porto de apoio para as relações com o Norte da África. As demais tinham uma justificativa de caráter religioso, que seria dar "dignidade civil às vilas promovidas a bispados".[163]

Considera Joaquim Veríssimo Serrão, que no século XVI, a elevação de cidades não obedeceu a um plano de desenvolvimento regional, sendo assim, não se captou em "Portugal uma das grandes linhas que definem o Renascimento político: a de que a riqueza de uma nação depende do número das cidades que possui, ou seja, de centros urbanos capazes de fortalecer o organismo nacional".[164]

Embora sua conclusão seja pertinente, cabe observar que no reinado de D. Manuel, as três cidades - Elvas, Tavira e Beja - situadas ao sul do Tejo, estavam associadas à presença portuguesa em Marrocos, para a qual davam suporte. No tempo de D. João III, as quatro novas cidades criadas em território português, estavam situadas em posição fronteiriça, seja nos limites com Espanha, ou na fachada atlântica. Ao que parece, havia uma intenção de fortalecer o poder em pontos estratégicos do território português, bem como dar suporte àqueles núcleos que serviam de apoio ao processo de expansão para além da península. Embora tivessem evidência as causas mais diretas que justificavam a titulação das cidades, parece que alguma estratégia mais ampla estava subjacente àquelas decisões.

---

161 - SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *História de Portugal [1495-1580]*. 2ª Ed. Lisboa: Verbo, 1988. p. 228.

162 - Id. ibid. p. 228-231.

163 - Id. ibid. p. 231-233. Ver tb. DIAS, João José Alves - Op. cit. p. 186-193.

164 - De acordo com Serrão, "a carência de visão dos governantes não permitiu a criação de três grandes cidades ao longo da costa (Viana, Aveiro, Setúbal) e nos pontos nevrálgicos do interior (Guimarães, Vila Real, Castelo Branco, Tomar, Santarém, Montemor-o-Novo), como focos de irradiação para um país em busca de progresso". SERRÃO, Joaquim Veríssimo - Op. cit. p. 237.

Após esta rápida incursão pela concepção de vilas e cidades em Portugal, talvez seja possível melhor compreender a diferenciação aplicada na realidade brasileira. Quando da repartição da colônia em capitanias hereditárias, ordenavam as cartas de doação das mesmas que cabia aos donatários "fazer villas todas e quaesquer povoações que se na dita terra fezerem". Por sua vez, diz Carlos Alberto Ferreira de Almeida, que desde o século XII, o termo 'fazer vila', significava cercar uma povoação com uma obra defensiva. Talvez fosse este o sentido dado à determinação contida nas cartas de doação das capitanias brasileiras, justificando a adoção do termo vila para designar as povoações que, por ordem régia ou devido às circunstâncias próprias da colonização brasileira, tinham a necessidade de serem cercadas e fortificadas por iniciativa dos seus fundadores, como ficou registrado nos relatos de época.

Quanto às cidades fundadas em conjunto com as capitanias reais, deve ter prevalecido a idéia de que estas seriam os centros do "poder político" diretamente vinculado ao poder metropolitano. Reforça esta hipótese o fato de Salvador ter sido criada para sede do Governo Geral, sendo a "côrte do Brasil", na expressão de Fernão Cardim.[165] Na seqüência, o Rio de Janeiro e as demais cidades resultantes do processo de reconquista das capitanias setentrionais do Brasil, também sediaram desde a origem, um corpo de funcionários que diretamente representavam o poder português, reunindo funções administrativas, econômicas e militares que se alastravam pelo território das capitanias reais. Sendo assim, essas cidades assumiram o caráter de "lugar central", segundo a definição de Jorge Alarcão, atuando sobre a ordenação do território envolvente, ou de forma mais alargada, participando como núcleos de apoio para a ocupação de outras regiões, a exemplo da cidade Filipéia e de Natal. Constituíam, portanto, núcleos de poder que se enquadravam na estratégia de colonização fundamentada na retomada do território brasileiro sob administração direta da Coroa portuguesa. Daí talvez se justifique a aplicação do termo cidade, em substituição àquele de vila ordenado pelas cartas de doação das capitanias de donatários. Vale concluir adotando as palavras de José Mattoso:

> "De qualquer modo, a cidade foi sempre um factor de ordem. Aquela que o homem impõe à natureza. Ordem que supõe exercício do poder. Dominar a natureza, disciplinar a sua irracionalidade, resolver ou suprimir os seus conflitos e contradições, sobretudo os que opõem os homens entre si, quando abandonados às suas paixões, tal foi sempre o sonho do Ocidente europeu. Um sonho que não ficou apenas na imaginação individual ou coletiva. A maior parte das tentativas para o tornar realidade tomaram como modelo a ordenação de um território determinado a partir de um pólo

165 - CARDIM, Fernão - Op. cit. p. 144.

fixo onde se estabelece o poder político. Daí a importância da cidade na história dos homens."[166]

Algumas considerações são pertinentes, após o percurso até aqui trilhado sobre o conhecimento da colonização brasileira e sua associação com o processo de povoamento do território. Constatou-se que embora a ocupação do Brasil tenha tido início sob o sistema de capitanias hereditárias, as circunstâncias em que a mesma ocorreu determinou que a fundação de núcleos de povoamento fosse uma medida essencial para dar princípio a uma vida construída sobre *tábula rasa*. Portanto, mesmo que estes fossem simples vilas irrisórias, não é infundado afirmar que no caso brasileiro, "colonizar" pode ser sinônimo de "povoar".

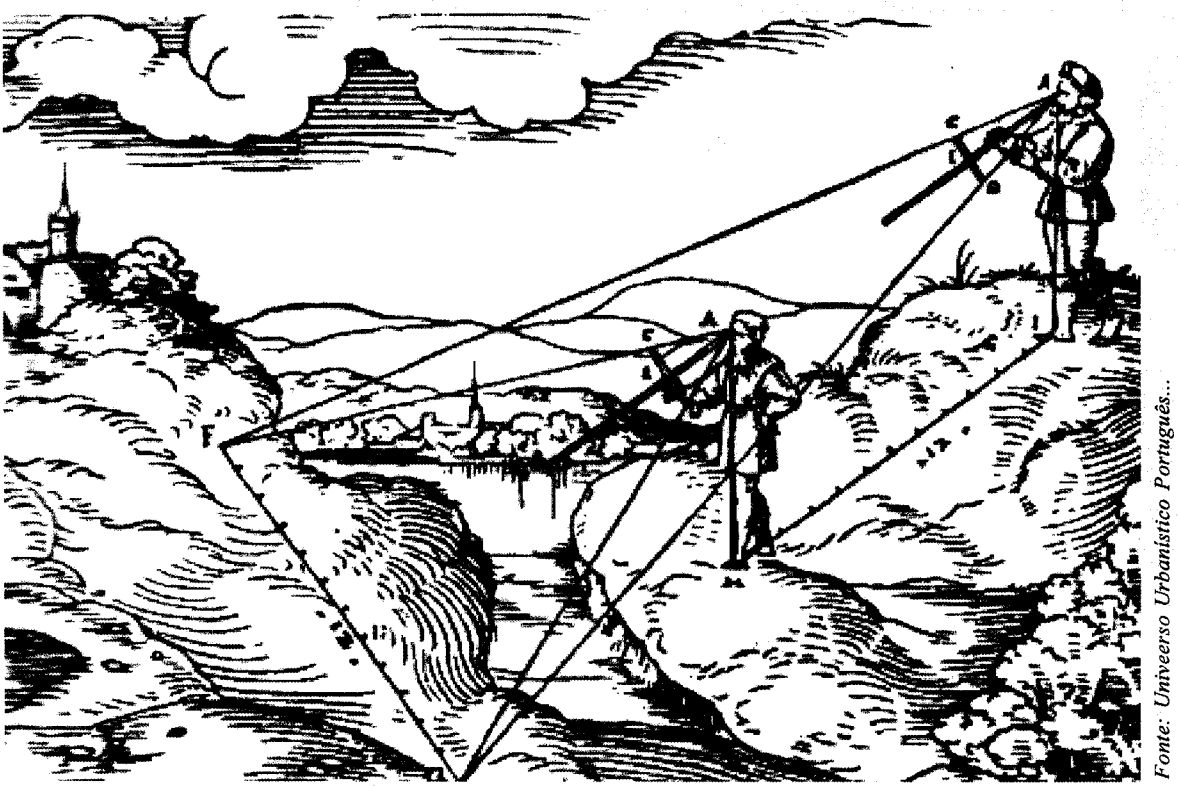
Frente à pressão da ameaçadora presença de inimigos no litoral brasileiro, esta ação de povoar foi sendo incorporada pela Coroa portuguesa que assumiu, em parte, a tarefa de conquistar territórios, fundar cidades e defender a colônia. Neste contexto, as "cidades" ganharam importância por constituírem os "centros" que representavam o poder metropolitano na colônia, desempenhando as funções administrativa e militar, e sendo vigilante sobre os interesses de Sua Majestade.

Nessa condição foi fundada a cidade de Filipéia de Nossa Senhora das Neves, para ser o centro da capitania da Paraíba, polarizando em si e no seu entorno, as estruturas defensivas, as ordens religiosas, as unidades produtoras de açúcar que eram a força motriz da economia da região. É neste contexto que a cidade será analisada, enquanto "centro de poder" da capitania, fundada por iniciativa régia, segundo um "modo de fazer cidade" próprio do universo português, sobre o qual serão reunidos alguns dados no capítulo subseqüente, antes de avançar sobre o estudo da configuração urbana/arquitetônica da Filipéia.

166 - MATTOSO, José - Op. cit. p. 19.

CAPÍTULO 2

Pragmatismo e conhecimentos aplicados ao povoamento do Brasil nos séculos XVI e XVII



Fonte: Universo Urbanístico Português...

"O fim com que escrevi esta obra, ultima de algumas que tenho composto, he para que fique sua noticia conservada entre nós, e possamos ter Engenheiros naturaes, havendo por onde apprendão a Sciencia, pois ainda que a experiencia he muito necessaria para a practica; com tudo os que nesta entrão com lição, facil e brevemente se fazem destros, (...) Assim que deve preceder lição, ou doutrina ao menos das regras practicas, e muito melhor se forem acompanhadas da theorica; pello que nem só a sciencia, nem só a experiencia bastão; huma e outra são necessarias para formar hum bom Engenheiro".

Luís Serrão Pimentel - Método Lusitânico de Desenhar as Fortificações das Praças Regulares e Irregulares.

CAPÍTULO 2.1

Uma imagem de cidade no universo português

"Quase todas as cidades portuguesas (tomando neste sentido também as vilas de fisionomia urbana) ascendem a um passado remoto e conservam, na escolha do sítio, na estrutura ou no aspecto, qualquer marca das várias civilizações que presenciaram a sua longa vida". Assim está introduzido o verbete "Cidade" no *Dicionário de História de Portugal*, organizado por Joel Serrão.[1] E prossegue informando que "algumas evidenciam a preferência 'castreja' pelos lugares altos, escarpados e bem defendidos, outras combinam a colina fragosa e o recesso do litoral, típico dos sítios urbanos mediterrâneos".[2]

A preferência "pelos lugares inexpugnáveis" caracterizou a paisagem em território português, com grande número de núcleos de povoamento coroando morros, situação que ganhava preferência quando associada à presença de um curso de água, assegurando as vias de trânsito necessárias à sobrevivência e ao desenvolvimento do aglomerado. Tal é a imagem de três das mais antigas cidades de Portugal: Porto, Coimbra e Lisboa, na qual a colina do castelo serviu de núcleo à povoação pré-romana e, até o século XIII, a cidade ocupava essa encosta.

Este tipo de implantação que antecedeu à ocupação romana permaneceu sob a presença destes, assim como as aglomerações de origem muçulmana também se adaptavam aos lugares acidentados, sempre favoráveis à indispensável defesa da população, muitas vezes assegurada pelos recintos muralhados.[3] Não pode ser considerada irrelevante essa presença

---

1 - *DICIONÁRIO de História de Portugal* - Op. cit. p. 574. Entre as diversas civilizações presentes em território português há referência: aos Fenícios entre os século XII a VI a.C., aos Gregos e os Cartagineses nos séculos seguintes e, do século II a.C. ao século V d.C., os Romanos. Do século V ao VIII, o território esteve sob o domínio de Alanos, Visigodos e Suevos, e a partir do século VIII os Mouros ocuparam grande parte de Portugal. Em meados do século XII, Portugal constitui-se num estado independente, concluindo-se no século XIII a reconquista cristã do território.

2 - Id. ibid. p. 574. Os castros eram a forma típica de aglomerado populacional no período pré-romano no norte do território hoje correspondente a Portugal, existiram entre os séculos IX a I a.C. e ocupavam o alto de colinas, perto da costa atlântica e ao longo dos cursos dos rios.

3 - As feitorias gregas existentes em território português, mantiveram a tradição quanto à localização na costa marítima, à escolha de sítios elevados. O sistema de ocupação territorial dos Romanos, privilegiava as facilidades de acesso em detrimento da defesa, optando pela implantação de seus aglomerados em cruzamentos de rios e estradas. No entanto, em Portugal muitos dos assentamentos romanos foram resultado de intervenção em estruturas pré-existentes, fator pelo qual se manteve a relação com os sítios elevados durante este período. TEIXEIRA, Manuel C. e VALLA, Margarida - O Urbanismo Português. Séculos XIII-XVIII. Portugal-Brasil. Lisboa: Livros Horizonte, 1999. p. 17.

moura em parte do território português, durante cerca de quatrocentos anos, pois embora fosse um povo com hábito de vida nômade, fixaram-se em aglomerados urbanos sempre que as condições se mostraram favoráveis. Sobre Évora, disse André de Resende: "Parece, porém, que os Mouros se contentarom tanto da terra e solo dela, que a povoarom e assi se entregarom dela, que quase nom há sítio ao redor a que nom posessem seus nomes esses mouros principais".[4]

Sinal do caráter urbano da civilização muçulmana, quando teve início a conquista cristã do território, esta fez-se através da ocupação dos núcleos urbanos de maior importância, não só do ponto de vista estratégico e militar, mas também do ponto de vista político e econômico".[5]

Na época moderna, uma retomada do crescimento da população portuguesa, implicou na consolidação daqueles núcleos já estabelecidos e no surgimento de outros novos, mas ficando patente que este longo percurso de vivência "urbana" estava marcado por uma permanência nesse tipo de situação geográfica priorizada para a implantação dos povoamentos em Portugal, fossem estes as cidades mais desenvolvidas ou simples aldeias, pois "apesar do incremento demográfico apontado, segundo o 'numeramento' de 1527, as cidades e vilas principais, à excepção de Lisboa, eram ainda incrivelmente pequenas".[6]

Tal preferência determinou que fossem exceção em Portugal, cidades situadas em planícies - Aveiro, Faro, Vila Real de Santo Antônio - pois "mesmo as aglomerações desenvolvidas ao longo de uma praia ou da borda dos rios procuram, em lugar alto ou escarpado, um refúgio ou um apoio".[7] Essa implantação sobre sítio elevado, por vezes, imprimiu outra característica à imagem de algumas dessas cidades: uma separação entre as partes alta e baixa da cidade, as quais abrigavam funções distintas, sendo a primeira residencial e a outra, portuária e comercial, a exemplo de Lisboa, quando após a construção do Paço da Ribeira, ao tempo de D. Manuel, esta distinção foi claramente demarcada.

Sem qualquer pretensão de aprofundar uma análise sobre a história urbana em Portugal, apenas contextualiza-se este percurso com o objetivo de colocar a seguinte questão: no século XVI, qual a imagem de cidade que os portugueses tinham e levavam consigo para os novos territórios conquistados? Detendo-se, a princípio, sobre a relação entre o sítio e

4 - RESENDE, André de - História da Antiguidade da Cidade de Évora. In. *André de Resende. Obras Portuguesas.* Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1963. p. 44.

5 - TEIXEIRA, Manuel C. e VALLA, Margarida - Op. cit. p. 21.

6 - *DICIONÁRIO de História de Portugal* - Op. cit. p. 577.

7 - Id. ibid. p. 579.

a implantação dos núcleos de povoamento, considera-se este fator de fundamental importância para compreensão da ocupação inicial do Brasil quinhentista, indagando-se em que medida as primeiras vilas e cidades brasileiras resultaram de uma tradição culturalmente incorporada na realidade portuguesa, ou refletiam uma formulação teórica de base renascentista que vinha tendo espaço em Portugal naquela época.

Para tanto, é fundamental recolher em descrições e relatos coevos, as imagens que ficaram registradas, embora não sejam tantos os subsídios disponíveis para levar a cabo esta tarefa. Entre as obras então produzidas, adota-se o *Elogio da Cidade de Lisboa*, de Damião de Góis, como referência para captar essa visão de cidade portuguesa do século XVI.

Levantando questões sobre a obra de Damião de Góis e outras da mesma época que exaltavam as grandezas de Lisboa, buscando contextualizá-las na realidade econômica e política de Portugal quinhentista, diz Ilídio do Amaral, que sob diversos aspectos, incluindo o urbanístico, Lisboa não podia ser tomada, exatamente, como o espelho do país, pois a realidade era - como ainda hoje é - de uma diversidade que compreendia, desde pequenas aldeias, a cidades de porte como Lisboa, Porto ou Évora.[8] Mas essas diversas imagens 'urbanas' constituíam o repertório que povoava a mente dos portugueses do século XVI.

Embora Lisboa, animada com uma dinâmica econômica e valorizada por monumentos, não surpreendesse Damião de Góis diante da sua vivência por diversas partes da Europa, transmitiu em sua *Descrição*, datada de 1554, a imagem de uma cidade cosmopolita, e com dimensões consideráveis para a época. E principalmente, seu olhar descortinou uma cidade que "sendo rainha dos mares, está implantada num contexto aprazível e favorável à sua grandeza, onde o mar e o rio se confundem para imprimirem amplitude e encanto à paisagem".[9] Sobre a origem de Lisboa disse:

> "Quem tenha sido o primitivo fundador de Lisboa não nos atrevemos nós a assevera-lo como certo, em tão grande vetustez de séculos; todavia, qualquer dos escritores mais recuados no tempo atesta que há que colocá-la entre as cidades mais antigas da Hispânia. Varrão chama-lhe Olisiponem; Ptolomeu, Oliosiponem; Estrabão, por seu lado, dá-lhe o nome de Ulisseam,

8 - AMARAL, Ilídio do - Introdução à edição de GÓIS, Damião de - *Elogio da Cidade de Lisboa*. Lisboa: Guimarães Editores, 2002. Introdução de Ilídio do Amaral. Apresentação, edição crítica, tradução e comentários de Aires A. Nascimento.

9 - NASCIMENTO, Aires A. - Apresentação à edição de GÓIS, Damião de - Op. cit. p. 62.

Damião de Góis era homem de cultura, havendo permanecido ausente de Portugal por mais de vinte anos- 1523 a 1545 - em contacto com outros países da Europa, e convivendo com personalidades da época, como Lutero e Erasmo. Portanto, sua visão de mundo era bastante alargada e sua bagagem cultural o caracterizava como um homem do Renascimento. Retornando a Portugal, fez a *Descrição da Cidade de Lisboa*, dedicada ao infante D. Henrique.

e parece afirmar, a partir das palavras de Asclepíades de Mirleia, que foi fundada por Ulisses".[10]

Em sua recuada origem, Lisboa foi assentada em sítio que, quanto à salubridade, caracterizava-se pela "amenidade e suavidade da terra e do clima", com muitas nascentes de água para o abastecimento da população.[11] Sobre a implantação da cidade disse que a "antiga Lisboa ocupava de antanho apenas uma elevação de colina que se prolongava até à margem do Tejo, mas hoje o seu perímetro abrange vários montes e vales. A sua parte mais importante e mais célebre fica na parte fronteira a oriente; é sobretudo desse lado que o mar, depois de receber as águas do Tejo, se dilata por uma largura de seis mil passos".[12]

Dando um "Panorama de Conjunto" de Lisboa, situou que à exceção do lado da cidade banhado pelo Tejo os três restantes, tendo acesso por terra, estavam resguardados por um extenso perímetro muralhado guardado por setenta e sete torres e com trinta e oito portas de entrada. E continuava sua descrição dizendo:

> "Todavia, a grandeza e magnificência do interior da cidade são de tal ordem que, com razão, pode ela rivalizar com todas as outras cidades da Europa, tanto pelo número de habitantes como pela beleza e variedade das construções. Efectivamente, sabe-se que conta com mais de vinte mil fogos no seu interior: Uma ingente quantidade deles é pertença quer de príncipes e nobres quer de simples cidadãos, estão construídos com tanta elegância e sumptuosidade que mal se pode acreditar".[13]

Da mesma época do relato de Damião de Góis é o *Sumário em que brevemente se contêm algumas coisas (assim eclesiásticas como seculares) que há na cidade de Lisboa*, obra de Cristóvão Rodrigues de Oliveira, guarda roupa do Arcebispo D. Fernando de Vasconcellos e Menezes. De acordo com sua informação Lisboa teria "328 ruas, 104 travessas, 89 becos e 62 postos, 'que não são ruas', de uma maioria de casas com três e quatro sobrados".[14]

---

10 - GÓIS, Damião de - op. cit. p. 103. Segundo Aires A. Nascimento, comentando a obra de Damião de Góis, "As origens míticas têm não pouca importância na constituição da imagem de uma cidade no período renascentista: a dignidade mede-se pela antiguidade do fundador; se Lisboa é fundada por Ulisses, é tão antiga como Roma e por isso ninguém lhe poderá negar prestígio". Id. ibid. p. 102. Nota 31.

11 - Id. ibid. p. 151.

12 - Id. ibid. p. 135.

13 - Id. ibid. p. 149. Entre os monumentos relevantes da cidade, Damião de Góis descreve sete edificações resultantes da "singular sabedoria dos nossos reis e incalculáveis investimentos". Eram estes: a Igreja da Misericórdia, o Hospital de Todos-os Santos, o Palácio dos Estaus, o Terreiro do Trigo, o Arsenal, a Casa da Nova Alfândega, a Casa de Ceuta e a Casa da Índia. Faz ainda referência ao Paço da Ribeira, iniciado pelo rei D. João III, o qual, quando concluído ocuparia "o oitavo lugar entre as maravilhas da cidade e sem dificuldade arrebatará a todos os outros monumentos". GÓIS, Damião de - Op. cit. p. 153-177.

14 - Apud. AMARAL, Ilídio do - Introdução à edição de GÓIS, Damião de - Op. cit. p. 16.

Em sua grandiosidade de centro administrativo e econômico de um rico império ultramarino, a Lisboa do século XVI, representava a sedimentação da sua longa existência, expressa nessa infinidade de ruas, travessas e becos. Mas sua imagem andava muito longe da idéia de cidade construída a partir das concepções urbanísticas do Renascimento, que já circulavam por Portugal naquela época. Em Lisboa, nem mesmo foram postas em prática as intervenções propostas por Francisco de Holanda, fundamentadas em sua vivência com a Itália renascentista, que tinham por objetivo renovar sob alguns aspectos a capital do reino português, que "falecia" sob uma estrutura urbana herdada de uma superposição de passados.[15] Mas algum tempo distanciou estas idéias enquanto utopia e enquanto realidade edificada a partir de planos pré-concebidos.



FIG. 9
Mapa da Cidade de Lisboa de G. Braun & F. Hogenberg, de 1593
Fonte: TEIXEIRA, Manuel C. e VALLA, Margarida - O Urbanismo Português...

15 - HOLANDA, Francisco de - Da Fábrica que falece à Cidade de Lisboa. Lisboa: Livros Horizonte, 1984. Nesta obra, datada de 1571, Francisco de Holanda propôs uma série de melhoramentos para a cidade de Lisboa, particularmente, no que se referia a sua fortificação, abastecimento de água, pontes, etc.

Assim era a maior das cidades portuguesas, e entre as demais aldeias, vilas e cidades, variavam as dimensões do conjunto edificado, o porte e tratamento das construções, mas permanecia a preferência pelas implantações em sítios elevados, por vezes sendo indiferente tratar-se de um povoado litorâneo, ou interiorano. O próprio Damião de Góis fez referência ao "ópido de Santarém, de grande antiguidade e muito famoso de entre diversos outros ópidos da Lusitânia. A seu respeito Plínio testemunha que foi a quinta colônia lusitana e que outrora lhe deram o nome de *Praesidium Iulium*". Santarém, também, foi situada no cimo de um monte muito alto, lançando o olhar por uma extensa planície de terras muito férteis, e dividida ao meio pelo Tejo.[16]



FIG. 10
Imagem de Évora, acrescentada ainda no século XVI, ao Foral Manuelino da cidade (1501)
Fonte:Biblioteca Pública de Évora

16 - GÓIS, Damião de - Op. cit. p. 183.

Tratando sobre a implantação da cidade de Évora na época da ocupação pelos mouros, disse André de Resende: "Como Évora está situada em esta planura eminente e descoberta que de nenhuma parte se lhe pode encobrir cilada senom detrás do outeiro de S. Bento, para obviar a isto fezerom os Mouros ali aquela torre, onde tinham a sua perpétua atalaia, que a outra da cidade continuamente fazia as suas almenaras e sinais entre si conhecidos". Esta torre foi o primeiro ponto a ser tomado por Giraldo Sem-Pavor, na retomada da cidade aos mouros.[17]

A partir do relato resultante da Embaixada do Rei Jorge da Boêmia a D. Afonso V, em 1466, visualiza-se outros núcleos urbanos situados no Alentejo. Assim refere-se: "Apartados da cidade eborense, fomos pernoitar a Évora-Monte, distante quatro léguas, cidade montanhosa, pequena, (...) De Évora-Monte a Estremoz são duas léguas; é uma cidade e fortaleza situadas em altíssima montanha, com muitos olivedos em redor. De Estremoz a Elvas correm seis milhas; é uma cidade grande com castelo, situada numa eminência entrecalada de vales e ribeiras".[18]

Eram estas imagens de cidade que estavam registradas na mente dos portugueses do século XVI, fosse ele um cavaleiro do rei, como Giraldo Sem-Pavor, um humanista como Damião de Góis e Francisco de Holanda, ou um simples morador de qualquer desses lugares. Com a mobilidade decorrente da expansão ultramarina, muitos desses homens circularam de continente para continente, levando seus conhecimentos, idéias e vivências, e por vezes, tais imagens de cidade os fazia recordar a realidade de onde vinham, e acabavam por encontrar um traço de identidade com outras realidades distantes das suas raízes.

A exemplo, cita-se o relato deixado por Duarte Barbosa, o qual havendo nascido em Lisboa no final do século XV, viajou por todas as regiões então descobertas pelos portugueses na Índia, descrevendo os principais lugares e povoados por onde passou, sendo esta a única obra conhecida de sua autoria, concluída em 1516, pois faleceu pouco depois, em 1521. Deparando-se com o desconhecido, registrou: "Entrando por Guandarim, que he pelo rio dentro, estaa hua grande e fermosa cidade que chamaom Cambaya, que he povoada de Mouros e Gentios: tem muy boas casas, muy altas, com janelas, e cobertas de telhas há nosa maneira, muy bem aruadas, com fermosas praças, e grandes edeficios, tudo de pedra e cal".[19] Em outra passagem disse:

---

17 - RESENDE, André de - Op. cit. p. 59.

18 - ESPANCA, Túlio - Visitas de Embaixadores célebres, Reis, Príncipes e Arcebispos a Évora nos Séculos XV- XVIII. In.A Cidade de Évora. *Boletim da Comissão Municipal de Turismo*. n. IX. Jan-Jun, 1952. p. 142.

19 - Livro de Duarte Barbosa. p. 285.

"Saindo asy deste maar roxo, contra Babelmandel, que he ho mais estreito lugar que nele ha, que he por honde todalas náos forçosamente hamde pasar (...) chegaom ha populosa e sumptuosa cidade Dadem, que he de Mouros e tem Rey sobre sy; tem esta cidade muy boom porto de maar de muy groso trato de grandes mercadorias, he muyto fermosa de muy altas casas de pedra e cal, e terados, de muy altas e muytas janelas, muy bem aruada e cercada de muros, tores, cubelos, com suas ameas há nosa maneira; está ha dita cidade em hua ponta entre ha sera e ho maar".[20]

Esclarecendo que se tratavam de povoações de "mouros e gentios", chamava-lhe a atenção tudo que se assemelhava à "maneira" portuguesa de edificar: as casas de pedra e cal, com muitas janelas e cobertas de telhas, as cidades bem arruadas com praças, as muralhas com torres e ameias similares àquelas que guarneciam os núcleos urbanos no reino.[21] Também não lhe passou desapercebido o fato da cidade de "Cambaya" estar situada "pelo rio dentro", pois este era outro traço de identidade com a sua própria realidade, ao qual se referiu por diversas vezes:

"Indo mais adiante passando estas Hucicas caminho da India, ha vinte ou trinta legoas della, **está hum rio,** que nam he muito grande **pelo qual dentro está hua povoaçam de Mouros que chamaom Çofala**, junto com a qual tem elRey N. Sr. Hua fortaleza; estes Mouros ha muyto tempo que povoaraom aqui, por caso do grande trato do ouro que tinhaom com hos Gentios da terra firme".[22]

A situação em que estavam implantados os núcleos de povoamento era um dado sempre observado, talvez sendo despertado pela diversidade de situações que identificava, ou por serem pouco comuns ao seu repertório de imagens. Segue-se um exemplo:

"Indo deste lugar de Moçambique ha ho longuo da costa, **está hua ilha** junto com a terá fyrme que chamaom Quiloa, **em que está hua vila de Mouros** de muy fermosas casas de pedra e cal, com muytas janelas há nosa maneira, muyto bem aruadas, com muytos *terados*; has portas de madeira muy bem lavradas de muy fermosa macenaria, deredor muytas agoas, e pomares, e hortas com muytas agoas doces".[23]

---

20 - Id. ibid. p. 261-262.

21 - Para melhor entender essa associação entre as povoações de "mouros" e a "maneira" portuguesa de edificar cidades, cabe atentar para a seguinte observação feita por Manuel C. Teixeira: a presença muçulmana em Portugal durante mais de cinco séculos, deixou marcas profundas, particularmente, nos núcleos urbanos do Sul, pelo que os portugueses muito se identificavam com outras realidades fora do continente, a exemplo do Norte da África. TEIXEIRA, Manuel C. - O Urbanismo Português no Brasil nos Séculos XVI e XVII. In. TEIXEIRA, Manuel C. e VALLA, Margarida - Op. cit. p. 215.

22 - Livro de Duarte Barbosa. p. 247. A cidade de Chaul, posteriormente conquistada pelos portugueses, encontrava-se, também, situada na margem de um rio, segundo descreveu o mesmo autor: "E entrando asy neste regno Daquem, de longuo da costa estaa hum grande e fermoso rio, dentro do qual estaa hum lugar que chamaom Chaul, de casas cobertas de palha". Id. ibid. p. 289- 290.

23 - Id. ibid. p. 251.

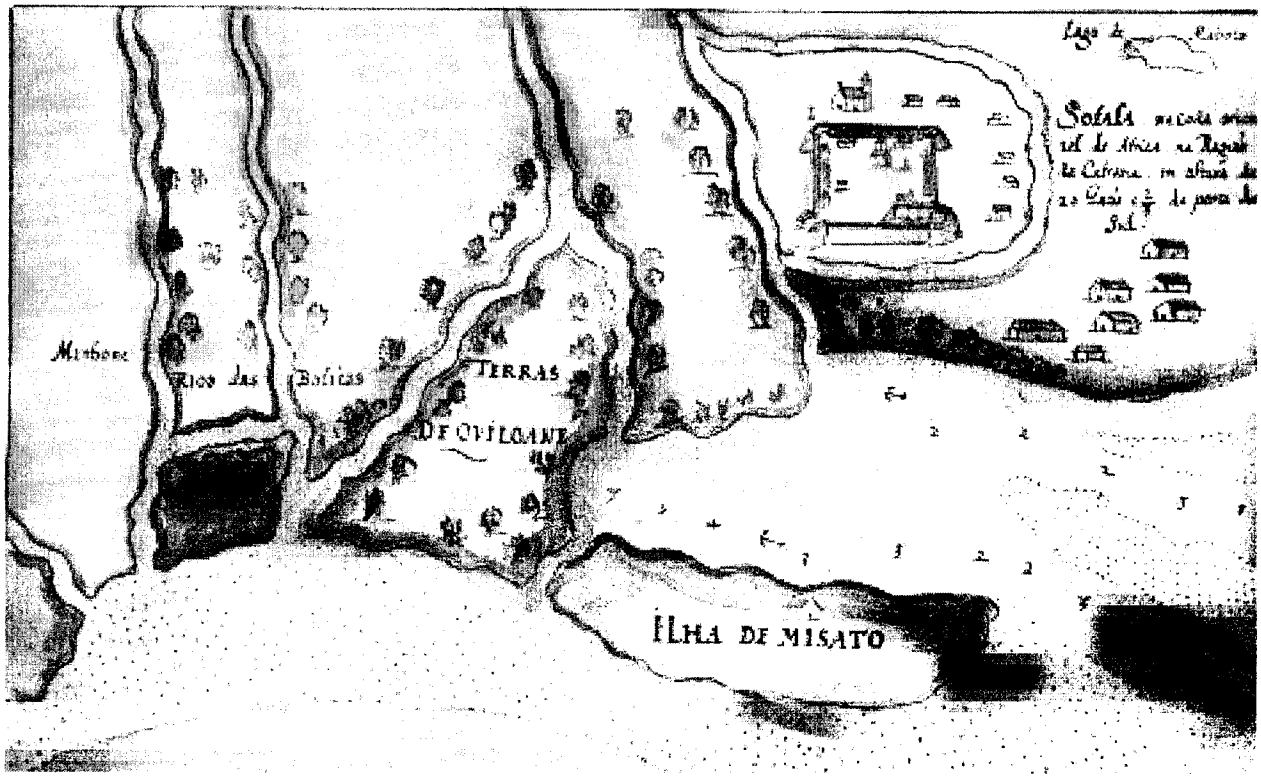


FIG. 11
Sofala, na costa Oriental da África
Fonte: Livro das Plantas das Fortalezas

E continuando o seu itinerário registrou outra situação semelhante: "Indo mais ha ho diante ha ho longo da costa caminho da India; está muyto junto com ha tera fyrme, **hua ilha, em que está hua cidade** que chamaom Mombaça, ha qual he muyto fermosa, de muy altas casas de pedra e cal, e muyto bem aruadas a maneira de Quiloa".[24]

Dentro da diversidade, referiu-se também, a "hua muy fermosa vila asentada em ha terá fyrme, **ha ho longuo de hua praia** que chamaom Melynde, que he de Mouros".[25] Descrevendo o "Reino Dormus", Duarte Barbosa observou o lugar denominado "Masquate, que he hua grande vila honde vive muyta gente honrada", a qual chamou-lhe a atenção por estar implantada no "**interior de uma baía**", situação que se repetia no "lugar de Mouros" denominado Dabul.[26]

Através do seu relato, Duarte Barbosa possibilitou o conhecimento sobre esses núcleos de povoamento construídos por "mouros", que se localizavam adentrando os rios, como ocorria em Portugal, bem como outros implantados em ilhas próximas ao litoral, ou no interior de baías, situações geográficas que não eram peculiares no Reino.

24 - Id. ibid. p. 251-252.

25 - Id. ibid. p. 252.

26 - Id. ibid. p. 266 e 291.

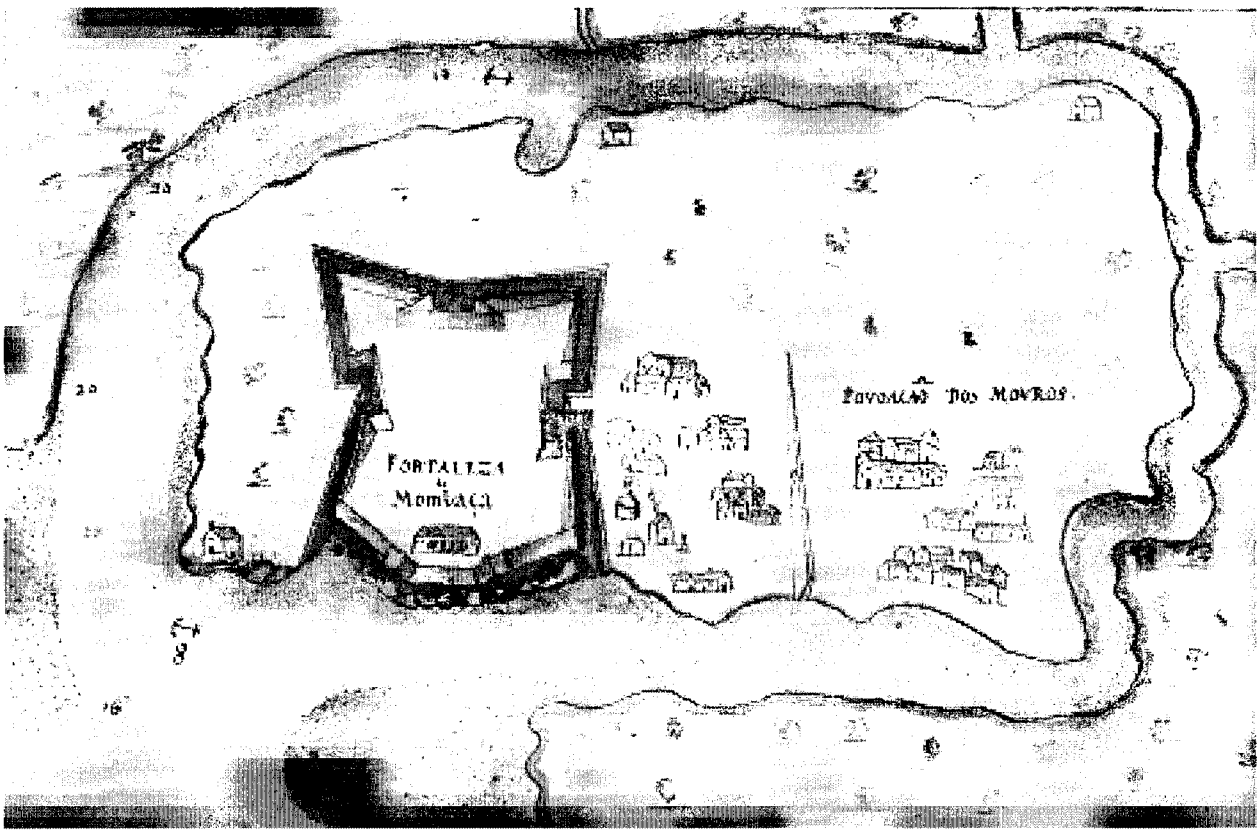


FIG. 12
Fortaleza e cidade de Mombaça
Fonte: Livro das Plantas das Fortalezas...

O acesso a essas novas realidades, associado à circulação das informações vinha ampliar o repertório de imagens, cabendo indagar até que ponto essas situações eram assimiladas e apropriadas pelos portugueses sendo adotadas em outros lugares, a exemplo do Brasil.[27]

É certo que essa realidade de "mouros" que Duarte Barbosa descreveu, foi substrato para a superposição de um modo português de fazer cidade, uma vez que motivados pela conquista de novas rotas comerciais, os portugueses se estabeleceram em diversos pontos da Índia. Dominando alguns núcleos de povoamento já existentes, edificaram estruturas próprias, transformando aquela realidade com a marca da sua cultura e identidade, mas por vezes adaptando-se a um tipo de sítio que não lhes era característico.

Sendo assim, a primeira capital do Estado da Índia portuguesa, assentou-se na "pequena e pouco expressiva cidade" de Cochim, sede de um rajado de modestas dimensões, situada "num território plano a cotas baixas, coberto de palmeiras e caprichosamente recortado por extensas linhas de água". Progressivamente, foram sendo instalados elementos

27 - Alguns anos após a sua conclusão, a obra de Duarte Barbosa foi traduzida para o italiano, pelo "Collector Ramuzio", e foi considerada entre os estudiosos da época, como um livro clássico na matéria. Introdução ao Livro de Duarte Barbosa. p. 237.

característicos das cidades portuguesas - a câmara, o pelourinho, a igreja matriz - transformando a imagem daquela realidade pré-existente.[28]

Processo semelhante ocorreu em Goa, também implantada em sítio excêntrico em relação à tradição de ocupação territorial dos portugueses, o qual foi assim descrito por Duarte Barbosa: "Adiante ha ho longuo da costa, estaa hum muy fermoso rio, que lança dous braços ha ho maar, entre hos quaes se faz **hua ilha, em que estaa ha cidade de Goa**".[29]

Ao mesclarem as imagens de suas próprias cidades com aquelas que íam tomando conhecimento nas mais variadas culturas dos territórios onde se fixaram, os portugueses definiam - ou redefiniam - seu modo de fazer cidade, somando-se a isso os ideais de época regidos por princípios introduzidos com o Renascimento. Assim refazia-se a imagem de cidade que os portugueses transferiam e adaptavam aos demais territórios posteriormente dominados. Diante disso, Russell-Wood considera o urbanismo praticado pelos portugueses nos territórios ultramarinos como parte dessa mobilidade de idéias que caracterizou o processo de expansão do império colonial português, deixando "uma marca urbana indelével nos lugares onde se fixaram".[30]

Mas como esta "imagem" de cidade circulava pelo universo ultramarino, chegando ao Brasil no século XVI e XVII? E em que medida esta "imagem" se assentava sobre um "conhecimento" prévio do território brasileiro, contruído pelos cosmógrafos e cartógrafos à serviço da Coroa portuguesa, sem que fossem descurados os objetivos da colonização definidos pelo poder Régio? Cabe ainda averiguar como se dava a conciliação entre as características naturais do território e um "modo de fazer" cidades levado pelos portugueses para o Brasil.

---

28 - ROSSA, Walter - *Cidades Indo-Portuguesas*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos descobrimentos Portugueses, 1997. p. 35-36.

29 - Livro de Duarte Barbosa. p. 293. No caso de Goa, é preciso atentar para o processo de ocupação e subseqüentes transferências do núcleo urbano, a fim de evitar distorções nas informações. Walter Rossa refere-se à "Velha Goa", a segunda cidade a que chama "a nossa", e a terceira "Nova Goa".ROSSA, Walter - *Cidades Indo-Portuguesas...* Op. cit. p. 42.

30 - RUSSELL-WOOD, A. J. R. - Op. cit. p. 277.

CAPÍTULO 2.2

Um modo de fazer cidades regulares "à portuguesa"

Retomando a idéia introduzida com o verbete "Cidade", referido como ponto de partida da questão aqui abordada, vale observar que as "várias civilizações" que desde o passado mais remoto tiveram uma vivência urbana em Portugal, deixaram suas marcas nas vilas e cidades, também sob o aspecto da forma e estrutura edificada.[31] Assim como ocorreu em diversas partes da Europa, há uma relação entre a presença romana em território português e a existência de núcleos de povoamento que apresentavam um desenho urbano regido pela regularidade, em oposição à intrincada forma dada aos núcleos onde houve a presença de muçulmanos, caracterizados pelos traçados sinuosos das ruelas estreitas.[32] Ficam, portanto, a partida, definidas duas imagens de cidade, sendo a segunda associada à fase do declínio dos centros urbanos na Idade Média e por isso sempre referida como a "irregular" cidade medieval, enquanto a planta regular, clássica, aparece como um ideal que só foi retomado com o Renascimento.[33]

No entanto, dentro deste espaço de tempo que distanciou as cidades regulares romanas dos ideais renascentistas, constata-se uma ruptura dos padrões urbanos mas, também, a permanência de referências da Antiguidade Clássica que vão permitir a formação de cidades medievais planejadas segundo um padrão morfológico geométrico, fato que ocorreu em diversos países da Europa e em Portugal, na Baixa Idade Média. Estas cidades planejadas surgiram em áreas pouco povoadas e politicamente instáveis que precisavam ser "colonizadas" e reestruturadas.

---

31 - *DICIONÁRIO de História de Portugal* - Op. cit. p. 574.

32 - Segundo Manuel Teixeira, em todas as cidades portuguesas se observa a seguinte dualidade: por um lado, a cultura mediterrânica, de origem grega, mais tarde expressa pela influência muçulmana, herdeira da tradição do mundo mediterrânico, associada a uma cultura tradicional e vernácula. Por outro lado a cultura romana, depois reafirmada e consolidada pelo ideário renascentista e iluminista, associada a uma cultura erudita, do poder, com características de regularidade e racionalidade. TEIXEIRA, Manuel C. e VALLA, Margarida - Op. cit. p. 18.

33 - A presença muçulmana mais marcante na região Sul de Portugal, e pouco significativa ao Norte, deu origem a duas realidades urbanas distintas, evidenciadas na estrutura das cidades. Ao Sul, as cidades muçulmanas apresentando estas características de irregularidade, foram mais numerosas, extensas e importantes, embora em Portugal estes não tenham sido responsáveis pela formação de grandes núcleos, como ocorreu na Espanha, pois se apropriaram de assentamentos romanos - Silves, Mértola, Santarém, Coimbra, Lisboa - onde já encontravam traçados regulares. AZEVEDO, Paulo Ormindo de - Op. cit. p. 44-45.

Assim aconteceu com as *bastides* do Sul da França, Leste da Alemanha e em parte do Sul da Itália, Sicília e Espanha, em particular na região fronteiriça de Aragão e Navarra.[34]

Em seu contexto histórico específico e com tênues laços de ligação com a antiguidade romana, estes núcleos medievais planejados vão começar a aparecer em Portugal no século XIII, embora os mesmos pouco se assemelhassem aos tipos de *bastides* de outras regiões da Europa, onde a tradição romana estando mais presente na memória, conduziu à adoção de um rígido geometrismo, por vezes entendido como um "pré-renascimento da planta hipodâmica".[35]

As guerras travadas com os muçulmanos para conquista de territórios, bem como os conflitos com Castela, foram determinantes para que os primeiros reis portugueses tomassem medidas para o repovoamento das áreas conquistadas e para a reorganização do Reino, promovendo a fundação de novas vilas situadas no interior e em posição de fronteira, de modo a que atendessem aos objetivos almejados: a defesa, associada a um maior controle do comércio e da administração civil, religiosa e militar. O período principal deste processo decorreu entre a segunda metade do século XIII e as primeiras décadas do século XIV, correspondendo aos reinados de D. Afonso III (1248-1279) e D. Dinis (1279-1325), em que foram fundadas diversas vilas planejadas com características de regularidade, expressando uma ação de poder que estava na base daquelas iniciativas.

Tratava-se então, de promover uma "colonização interna" no Reino, o que implicava uma idéia de objetivos pré-definidos que abrangia, também, o planejamento da estrutura física desses núcleos de população. Para tanto, a adoção de um traçado urbano com tendência à regularidade e à racionalidade assegurava uma maior rapidez na construção das vilas, facilitava a distribuição de terras pelos colonos e permitia prever seu desenvolvimento posterior. Segundo Jorge Gaspar, nesse contexto, a adoção da planta geométrica estava condicionada a dois fatores essenciais: a existência no local de um número razoável de habitantes a

34 - GASPAR, Jorge - A morfologia urbana de padrão geométrico na Idade Média... p. 198.

35 - Dentro de um contexto histórico que lhe era peculiar, Portugal vivia então um processo que desde o século XII tinha se iniciado em toda a Europa, com a fundação de novos centros urbanos, decorrente do aumento da população, aumento da produtividade agrícola e das áreas cultivadas, da reconquista contra os muçulmanos, da retomada dos circuitos comerciais entre diferentes regiões da Europa, etc. Todos estes fatores vão determinar um renascimento urbano e a tradição dos traçados regulares da Antiguidade vai ser retomada sob a ação dos poderes régios, da nobreza e das ordens religiosas que fundam novos centros urbanos em seus domínios, alargando seu poder sobre o território.

instalar, assegurando a ocupação efetiva do novo núcleo, e um poder central suficientemente forte para impor um plano de conjunto.[36]

Nestas condições, no reinado de D. Afonso III, teve início este ciclo de repovoamento do território e valorização dos núcleos urbanos, particularmente após o Tratado de Badajoz, estabelecido com Castela, em 1267. Foram então construídas a nova Vila Viçosa, de traçado geométrico e Viana do Castelo (1258), cuja planta "delimitada por uma cinta oval, estava constituída por sete ruas orientadas no sentido Leste-Oeste cortadas a 90º por transversais".[37] Essa política teve continuidade com D. Dinis que concluiu as negociações dos limites de território com Espanha, iniciou a fortificação da fronteira e incentivou a ocupação de áreas menos povoadas.

Foi na região oriental do Alentejo onde se concentrou a maior parte das fundações urbanas. Consta que D. Dinis fez de novo, ou quase de novo, cerca de quarenta e quatro vilas, castelos e fortalezas, adotando planos regulares adequados às exigências militares e de administração civil e religiosa.[38] O controle de pontos estratégicos para defesa do Norte de Portugal levou à fundação de outras vilas - Chaves, Caminha, Vila Nova de Cerveira - todas com ruas paralelas cortadas por transversais, aproximadamente perpendiculares.

Considerando o papel defensivo de muitas destas vilas, as mesmas foram implantadas em sítios elevados e mais defensáveis, os quais, embora tendo características topográficas irregulares não inviabilizou a regularidade dos traçados.[39] Outra característica comum a todas estas fundações urbanas de finais do século XIII, era a existência de muralhas, a maior parte das vezes de forma arredondada ou oblonga. Segundo observou Jorge Gaspar, estas vilas apresentavam dois tipos de plantas:

---

36 - GASPAR, Jorge - A morfologia urbana de padrão geométrico na Idade Média... p. 208.

Segundo Glenda Pereira da Cruz, "o mais importante a ressaltar, é que esta simples geometria significa a existência de um *poder*, de um *controle*, que estabelece uma organização na distribuição de terras rurais e/ou urbanas". CRUZ, Glenda Pereira da - Rural & Urbano. Espaços da expansão medieval: origem da organização espacial ibero-americana. In. *Colectânea de Estudos: Universo Urbanístico Português 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998. p. 168.

37 - AZEVEDO, Paulo Ormindo de - Op. cit. p. 46.

38 - Na reconquista dos territórios aos mouros, as principais cidades já existentes foram sendo integradas no espaço cristão e consolidaram sua posição na rede urbana de Portugal, sem que isso implicasse em mudanças em suas estruturas urbanas. Eram estas cidades: Lisboa, Santarém, Coimbra, Porto, Guimarães, Braga, Guarda, Évora, Elvas e Beja.

39 - Diz Amélia Aguiar Andrade que a irregularidade das cidades medievais revela que os homens se preocupavam primeiro, em resolver as questões concretas com que se deparavam, e só depois viria a fixação de regras urbanísticas. Sendo assim, foi preciso que a Idade Média decorresse para possibilitar o surgimento de núcleos urbanos com plantas de características ortogonais. ANDRADE, Amélia Aguiar - A paisagem urbana medieval portuguesa: uma aproximação. In. *Colectânea de Estudos: Universo Urbanístico Português 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998. p. 16.

"Nos casos mais freqüentes temos uma rua central, rectilínea, que liga duas pontas da muralha, como no Redondo, ou a porta principal e o castelo instalado no extremo mais facilmente defensável da aglomeração - caso de Monsaraz ou Alegrete. Sensivelmente, a meio desta rua central, que nos casos mais desenvolvidos é cortada por travessas segundo ângulos rectos, abre-se um largo, ao qual quase já se poderia chamar praça. O eixo central pode ter ainda uma ou duas ruas menos importante e menos largas, que lhe são paralelas, como acontece em Vila Viçosa ou Monsaraz. Note-se que o largo central fica sempre marginal à rua principal, esta nunca o atravessa, apenas o limita de um dos lados".[40]

A inexistência, a princípio, de praças formalmente estruturadas constituía mais uma das características dessas novas vilas. Em muitas destas, na ausência das praças havia os terreiros localizados no interior das muralhas e junto a estas, mas em posição marginal ao tecido construído, onde se desenvolviam as atividades de mercado e outras funções coletivas. Por sua vez os quarteirões tinham, em geral, uma forma retangular alongada e eram constituídos por uma sucessão de estreitos lotes, paralelos uns aos outros e orientados no mesmo sentido, com a frente para uma rua principal e o quintal voltado para uma rua de traseiras.

Nos centros de maiores dimensões, com uma estrutura mais complexa, a exemplo de Viana do Castelo ou Nisa, a regularidade da malha urbana era ainda mais nítida: "as ruas são organizadas hierarquicamente, alternando as ruas principais e as de traseiras, cruzadas por outras ruas secundárias que lhes são perpendiculares, formando um conjunto de quarteirões de perímetro regular e de dimensão idêntica, com uma estrutura de loteamento igualmente regular".[41]

Em algumas dessas vilas foi possível identificar uma regularidade na dimensão da testada dos lotes - variando entre 25 e 30 palmos - bem como na largura das ruas, tendo como exemplo, 20 palmos nas ruas principais e 15 palmos nas ruas secundárias de Nisa, Viana do Castelo e Miranda do Douro. Considera Manuel Teixeira, que apesar da amostragem ser reduzida, isto indica que não havia casualidade nas dimensões encontradas, devendo existir um conjunto de regras e de medidas padrões que eram adotadas, bem como a existência de "povoadores" que percorriam o país aplicando as mesmas em diferentes localidades.[42]

---

40 - GASPAR, Jorge - A morfologia urbana de padrão geométrico na Idade Média... p. 209. Foram analisados pelo autor os seguintes núcleos: Monsaraz, Redondo, Vila Viçosa, Assumar, Alegrete.

41 - TEIXEIRA, Manuel C. - O Urbanismo Medieval, séculos XIII e XIV... p. 26.

42 - Segundo Manuel Teixeira, não se sabe exatamente quem eram os agentes intervenientes que procediam ao traçado dessas vilas, embora documentos de época façam referência à figura do "povoador". Este era um funcionário régio encarregado da fundação dos novos aglomerados, mas se as suas funções eram "fundamentalmente administrativas, relativas ao governo e ao povoamento da cidade, ou se abarcavam também o seu traçado, e quais os seus conhecimentos específicos, não se sabe ao certo". Id. Ibid. p. 30.

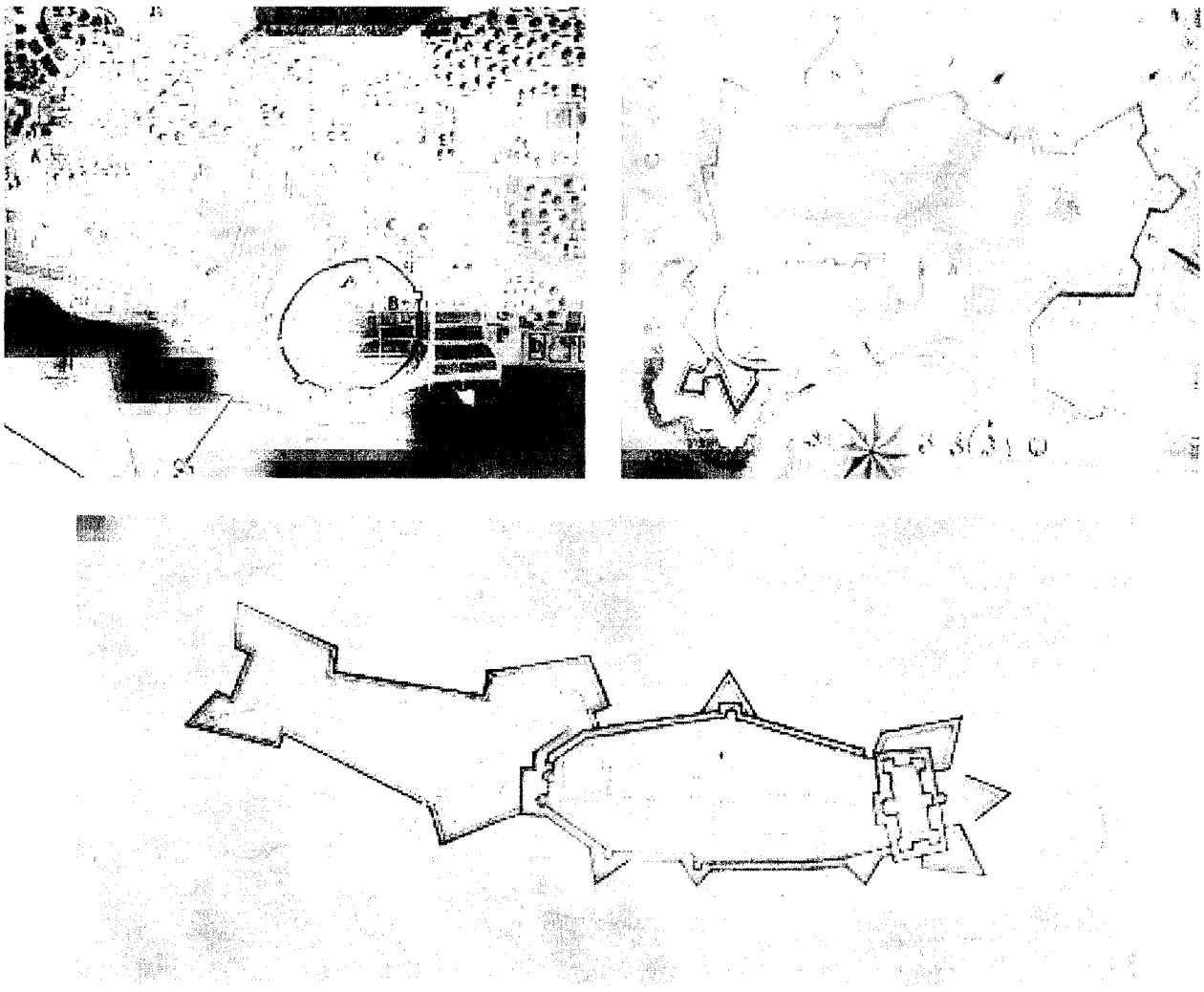


FIG. 13
Vilas medievais de traçado regular em Portugal: Viana do Castelo, Caminha e Monsaraz
Fonte: TEIXEIRA, Manuel C. e VALLA, Margarida - O Urbanismo Português...

Apesar da intencional regularidade dessas vilas fundadas em Portugal entre os séculos XIII e XIV, constata-se que em oposição a outras regiões da Europa, os planos das vilas portuguesas não foram claramente definidos a partir dos princípios do urbanismo romano, por isso a ortogonalidade não foi tão rígida e não houve traçados em quadrículas, nem praças centrais bem definidas. No entanto, Manuel Teixeira apontou a existência de "uma teoria e uma prática urbanística medieval portuguesa, articulada, por um lado, com a cultura européia, e de que é testemunho a identidade entre estas cidades portuguesas e outras européias suas contemporâneas e, por outro lado, com a própria especificidade cultural portuguesa, de que é expressão a peculiaridade dos seus espaços públicos".[43]

43 - Id. Ibid. p. 27.

Mas o urbanismo regular dos últimos séculos da Idade Média não se limitou às pequenas aglomerações que foram então fundadas. Em Portugal, ainda que de forma incipiente, este padrão foi adotado para expansão das cidades maiores. Em Lisboa, aparece no traçado do bairro de Santana, e em Évora, tem-se exemplo na judiaria e mouraria.[44] O desenvolvimento urbano do século XIV é também expresso pela construção de Ruas Novas em várias cidades, nomeadamente Lisboa, Santarém, Porto e Évora. Estas ruas caracterizavam-se pela linearidade, largura e ordenamento. A peste negra de 1348, provocando uma grande queda demográfica, interrompeu o processo de expansão das vilas e cidades, em Portugal e em toda a Europa.

A partir da segunda metade do século XV, detecta-se uma maior atenção para com o ordenamento dos núcleos urbanos revelado através de determinações régias que visavam regular as edificações e áreas de uso público. Leis deste teor vão fazer parte das Ordenações Afonsina e Manuelina, dispondo entre outros assuntos, sobre a limpeza e a saúde pública, as obras públicas e sobre a regularização das construções.[45]

Nos finais do século XV e ao longo do século XVI, ocorreu um movimento de renovação urbanística em Portugal que estava inserido num contexto de concentração do poder real. O objetivo comum destas intervenções era a modernização das cidades do ponto de vista funcional e estético. Este processo de modernização se mostrou com mais evidência através das reformas pontuais em alguns espaços públicos das cidades, sendo freqüente a abertura de praças nas áreas centrais das antigas malhas urbanas, que tinham como edifícios estruturantes as casas de câmara, as igrejas matrizes ou as Misericórdias, os quais muitas vezes foram construídos ou reconstruídos em conjunto com o espaço público.

Algumas intervenções deste período foram: em Coimbra, a abertura da Rua da Sofia provavelmente a rua mais larga de Portugal até ao século XVIII; em Évora, o ordenamento da Praça do Giraldo dominada pelo novo Paço do Concelho; em Tomar, o ordenamento da atual Praça da República com a construção de uma nova casa da câmara, resultando em uma praça fechada, regular, dominada por edifícios institucionais, centrada na malha urbana e articulada com a estrutura de ruas envolventes. Nestas,

---

44 - GASPAR, Jorge - A morfologia urbana de padrão geométrico na Idade Média... p. 213.

45 - Nos reinados de D. Dinis e D. João I, há referências a aplicação de leis e regras com este objetivo. "As preocupações com a salubridade e a segurança da cidade, o entendimento dos espaços urbanos como espaços de vida, de representação social e palco de manifestações culturais, a procura de valorização estética dos espaços da cidade, e a reafirmação da noção de interesse público a que os interesses privados se deviam sujeitar são expressões de uma nova atitude para com a cidade e de um novo conceito de espaço urbano que continuarão a ser desenvolvidos e, na sequência de esforços legislativos anteriores, devidamente regulamentados por D. Manuel". TEIXEIRA, Manuel C. - Os Traçados Urbanos Modernos dos Finais do Século XV e Século XVI. In. TEIXEIRA, Manuel C. e VALLA, Margarida - Op. cit. p. 83.

se identifica a presença de princípios fundamentais utilizados no urbanismo renascentista a partir do século XVI: a rua com um traçado retilíneo e ordenado, as praças fechadas e regulares tirando partido da simetria e das perspectivas urbanas.[46]

A penetração destes princípios vai se revelar também, no plano de abertura do Bairro Alto de Lisboa e nas reformas na cidade de Braga. Em Lisboa, com o crescimento da cidade decorrente da riqueza gerada pelas atividades ligadas ao comércio marítimo, houve o planejamento de um bairro residencial segundo um plano de ruas ortogonais, construído fora dos limites da antiga muralha, que se iniciou no princípio do século XVI e se desenvolveu ao longo do mesmo, ocupando a encosta de São Roque. Tratava-se de um empreendimento que hoje seria enquadrado no "mercado imobiliário" e segundo Paulo Ormindo, "estas são, tipicamente, intervenções de expansão urbana, e o traçado geométrico respondia a uma preocupação de maximização da ocupação do solo. Os quarteirões, ainda retangulares, já tendem para o quadrado e os largos, simples expansões ou convergências de ruas, no período medieval, dão lugar a praças no espírito do Renascimento".[47]

Em Braga, as reformas ocorridas no início do século XVI, foram um exemplo da atualidade do pensamento urbanístico em Portugal, em sintonia com os desenvolvimentos teóricos da Itália. Quando D. Diogo de Sousa, vindo diretamente da Roma de Júlio II, assumiu o arcebispado em 1502, encontrou em Braga uma cidade de feição medieval na qual trabalhou até 1532 para lhe dar a dignidade de uma sede episcopal. No interior da cidade, abriu novas ruas, alargou e alinhou outras, construiu ou regularizou praças e edificou de novo ou recuperou igrejas, capelas e o Paço Episcopal. Enquanto nas intervenções feitas no interior da cidade houve um controle do desenho e dos resultados obtidos, no exterior dos muros, o desenvolvimento posterior foi pré-definido através da implantação de marcos arquitetônicos ou de edifícios significativos em locais estratégicos.[48]

Essas intervenções urbanas em Portugal no século XVI, devem ser vistas no contexto teórico do pensamento urbanístico europeu da época. Embora a realidade não propiciasse a construção de cidades novas vincu-

46 - As praças só vieram a ganhar forma definida nas cidades portuguesas com a retomada da tradição urbana da Antiguidade veiculada pelo Renascimento, e passaram a ser os "lugares nobres" dentro da nova estrutura de espaço urbano. Em Portugal este processo irá corresponder à modernização da vida urbana e à reforma das instituições iniciadas por D. Afonso V e prosseguida por D. João II e D. Manuel I a partir de meados do século XV. TEIXEIRA, Manuel C. - Os Traçados Urbanos Modernos dos Finais do Século XV e Século XVI... p. 83.

47 - AZEVEDO, Paulo Ormindo de - Op. cit. p. 51.

48 - TEIXEIRA, Manuel C. - Os Traçados Urbanos Modernos dos Finais do Século XV e Século XVI... p. 87.

ladas às idéias renascentistas, era do conhecimento dos portugueses a cidade ideal de Vitrúvio, bem como as concepções de Alberti, partidário da cidade "monumentalizada", o que lhe levava a estabelecer que as ruas principais deveriam ser largas e direitas, o mesmo observando para as ruas que conduziam a algum templo ou palácio, tornando-as mais belas, convenientes e grandiosas.[49]

Iniciado o processo de expansão ultramarina, as experiências com os traçados geométricos tiveram continuidade e foram utilizados quando se fez necessário racionalizar a colonização. Tal como ocorrera com as vilas medievais planejadas com o objetivo de promover o povoamento de regiões de Portugal, os núcleos urbanos nas novas possessões tinham idênticos objetivos de povoar, colonizar e defender um território. No entanto, o emprego do padrão geométrico não se fez de uma forma corrente no ultramar, sendo adotado amplamente em algumas circunstâncias, e somente excepcionalmente em outras.

De forma genérica, houve entre os investigadores a tendência a afirmar que "nas Ilhas Atlânticas e no Brasil, que numa primeira etapa foram povoados por iniciativa de donatários, as vilas e cidades desenvolvem-se espontaneamente e só raramente são de traçado regular. No Oriente, para onde a Coroa dirige todo o esforço de conquista e colonização, o padrão geométrico é praticamente a norma".[50] No entanto, esta idéia vem sendo revista segundo dois enfoques: o primeiro, tem surgido a partir de estudos mais aprofundados sobre a estrutura e morfologia urbana dos núcleos de povoamento fundados no ultramar e sua relação com um "modo de fazer cidades" próprio da tradição portuguesa. Quanto ao segundo enfoque, trata-se de uma melhor definição do que foi o "projeto imperial" pensado pela Coroa portuguesa para a expansão ultramarina, bem como o "projeto colonial" adotado apenas em algumas das futuras possessões de Portugal.

A compreensão desses "projetos" se torna fundamental para o estudo dos núcleos de povoamento, pois só se pode falar de uma "política de urbanização nos territórios ultramarinos" quando há intenção de colonização. Neste sentido, a princípio, constituiu exceção a ocupação das ilhas atlânticas que eram as "plataformas de apoio à própria expansão", havendo cidades programadas ainda no reinado de D. Manuel I (1495-1521) bem como a exploração das potencialidades agrícolas. No

49 - VALLA, Margarida - A formação teórica de engenheiros militares e arquitectos portugueses. In. TEIXEIRA, Manuel C. e VALLA, Margarida - Op. cit. p. 122.

50 - AZEVEDO, Paulo Ormindo de - Op. cit. p. 53. Esta idéia remonta ao trabalho de Mário Chicó, datado de 1956. CHICÓ, Mário T. - A "cidade ideal" do Renascimento e as cidades portuguesas da Índia. *Garcia de Orta*. Número Especial. Lisboa: Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar, 1956. p. 321-328.

mais, "será necessário esperar por D. João III para que se ponha de lado as veleidades de conquista de Jerusalém e do mundo muçulmano, se dê ao Brasil importância comparável à Índia, se desista de Marrocos e dos ideais medievais de Cruzada para pensar sobretudo em pimenta, e se comece a cuidar de soberania mais que suserania. O projecto imperial começará assim a volver-se em projecto colonial".[51]

Seguindo este percurso, se observa que os primeiros conjuntos urbanos construídos ainda no século XV pelos portugueses nas ilhas da Madeira e dos Açores, tinham por modelo de referência as vilas planejadas em Portugal nos séculos XIII e XIV. Isto era inevitável, pois no momento em que se iniciou o povoamento das ilhas atlânticas os novos conceitos de cidade e as novas formas urbanas que irão resultar da pesquisa teórica renascentista não estavam ainda sistematizadas.

Sendo assim, encontram-se características morfológicas idênticas a das vilas medievais de traçado regular, na cidade do Funchal, na Ilha da Madeira, construída a partir de meados do século XV; e nos Açores, em Ponta Delgada e na vila da Praia na Ilha Terceira, ambas construídas a partir de finais do século XV. A exemplo, no Funchal, na Horta e em Ponta Delgada, o povoamento inicial era linear e se fazia ao longo de um caminho paralelo ao mar. De um modo geral, numa fase subseqüente, desenvolveram-se uma ou duas outras ruas paralelas àquela primeira que assumia a posição de eixo estruturador do núcleo urbano. Estas ruas sendo cortadas por outras perpendiculares de pequenas dimensões, definiam um pequeno número de quarteirões de forma tendente à retangular. Apesar de serem povoamentos de pequenas dimensões, esta fase de urbanização corresponde já a uma intenção de ordenamento.[52]

Considera Manuel Teixeira que em Angra do Heroísmo, nos Açores, "se inicia a inovação e a experimentação urbanística" que irá ter desenvolvimento ao longo dos próximos séculos, particularmente, no Brasil e no Oriente. Partes da cidade de Angra foram construídas se adaptando ao terreno acidentado e sem grande regularidade no traçado, mas ao contrário, o bairro da Sé, edificado na primeira metade do século XVI, estruturou-se com clara intenção de regularidade e planejamento apresentando "uma ruptura clara com os modelos medievais, explorando traçados e concepções da malha urbana de influência renascentista".[53]

---

51 - THOMAZ, Luís Filipe - *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1994. p. 167. Apud. ROSSA, Walter - *Cidades Indo-Portuguesas*... p. 17-18.

52 - TEIXEIRA, Manuel C. - O Início da Expansão Urbana Portuguesa no Século XV. In. TEIXEIRA, Manuel C. e VALLA, Margarida - Op. cit. p. 48-49.

53 - TEIXEIRA, Manuel C. - Os Traçados Urbanos Modernos dos Finais do Século XV e Século XVI... p. 89. AZEVEDO, Paulo Ormindo de - Op. cit. p. 52.

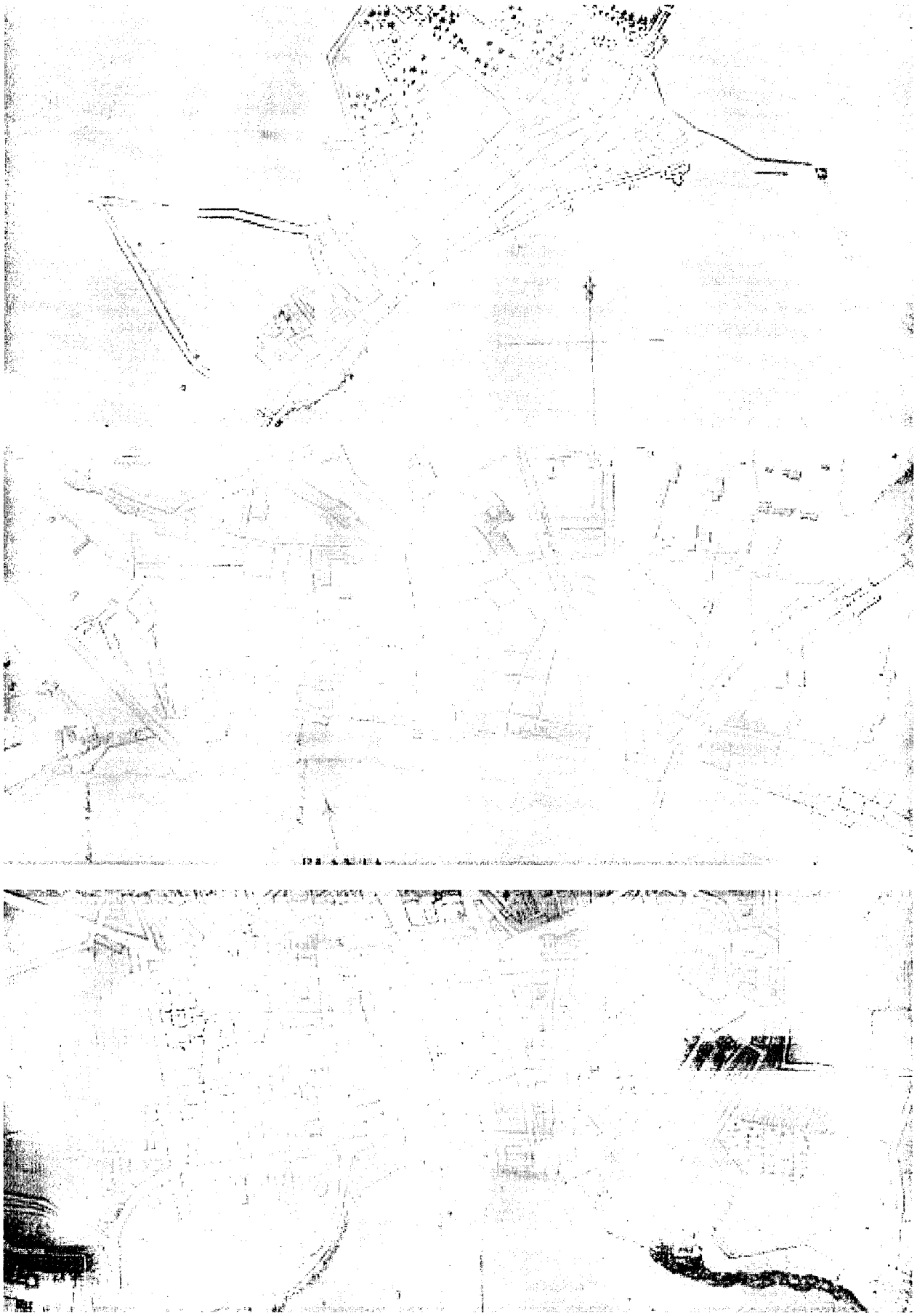


FIG. 14
Cidades de traçado regular nas ilhas atlânticas: Horta, Funchal e Angra do Heroísmo.
Fonte: TEIXEIRA, Manuel C. e VALLA, Margarida - O Urbanismo Português...

Em Angra, assim como na contemporânea planificação do Bairro Alto de Lisboa, se identifica na configuração das ruas e quarteirões uma mudança em relação ao sistema que caracterizava as vilas medievais planejadas. Nos dois casos, houve uma segmentação longitudinal dos quarteirões, "isto é, cada um dos lotes urbanos passa a ter uma única frente virada para a rua, contrariamente à situação anterior, medieval, em que cada lote tinha duas frentes, uma para uma rua principal, outra para uma rua secundária ou de traseiras. Esta é uma das transformações mais significativas da malha urbana então ocorrida e que corresponde ao abandono da estrutura de quarteirões medievais".[54]

Mas uma vez que era escasso o interesse régio pela fixação nos territórios de ultramar no início da expansão, as experiências urbanas foram reduzidas. A Portugal interessava o comércio e não a produção. Na África, as relações pacíficas estabelecidas com os chefes locais não conduziram a um processo de colonização, ficando a presença portuguesa restrita apenas a pequenas fortificações e feitorias que davam apoio ao comércio e à navegação, não ocorrendo então a fundação de cidades e vilas naquele continente. O mesmo não aconteceu no Norte da África, onde os conflitos com os árabes impuseram uma presença mais ostensiva de Portugal, expressa através da fundação da praça-forte de Mazagão.[55]

A princípio, Mazagão era um pequeno reduto fundado em 1514. Entre 1541 e 1542, sofreu uma intervenção na qual foram alargadas e retificadas as antigas ruas, havendo atenção à estrutura pré-existente, mas resultando no primeiro exemplo de aglomerado com certa regularidade de traçado no continente africano. Sua nova muralha quadrangular com baluartes nos ângulos, foi projetada segundo a técnica italiana mais avançada de defesa, por Benedetto di Ravena, Miguel de Arruda e Diogo de Torralva.[56]

Dos planos iniciais da Coroa portuguesa para a empresa da Índia, também não fazia parte a implantação de um sistema que fosse além dos simples entrepostos comerciais e da cobertura das necessidades de defesa. No entanto, o descompasso entre a realidade prevista e a encontrada foi determinante para a implantação de assentamentos mais complexos, uma vez que foi inviável estabelecer um comércio pacífico com os príncipes locais, porque estes já mantinham uma relação com os mercadores árabes que estavam pouco dispostos a ceder seu espaço.

---

54 - TEIXEIRA, Manuel C. - Os Traçados Urbanos Modernos dos Finais do Século XV e Século XVI... p. 86-87.

55 - À exceção do processo norte-aficano, são escassos os indícios de interesse régio pela fixação nos territórios de ultramar. Assim as bases do "império virtual" estavam assentes em uma rede de fortificações e feitorias, que em pequeno número chegaram a se definir como cidades, com extensão e domínio efetivo de território. ROSSA, Walter - *Cidades Indo-Portuguesas*... p. 16-17.

56 - AZEVEDO, Paulo Ormindo de - Op. cit. p. 52. GASPAR, Jorge - A propósito da originalidade da cidade muçulmana. *Finisterra*. Vol. III -5. Lisboa, 1968. p. 19-31.

Após dez anos de presença no oriente, o governo português concluiu que a manutenção daquele comércio apenas se consolidaria com a construção de uma rede de fortificações, feitorias e cidades. Com base na feitoria de Cochim, foram sendo criados estabelecimentos em outros portos do Oriente, aumentando o controle militar e comercial de Portugal: Ormuz, porta do golfo Pérsico; Málaca, entrada para os mares da China; Goa, ponto estratégico para o controle do Índico.[57]

Essa necessidade de estruturas mais sólidas, imposta pelo contexto no Norte da África e na Índia, determinou um avanço da engenharia militar associado a princípios de urbanismo, passando do "experimentalismo" do tempo de D. João II e D. Manuel I, para uma importação de conhecimento, que implicou um salto em poucas décadas para a fortificação moderna, com particular referência às concepções italianas. De pequenos fortes situados em locais de importância naval e comercial, surgiram cidades "indo-portuguesas" como Chaul e Baçaim que na segunda metade do século XVI receberam muralhas já de claro desenho moderno. Núcleos pré-existentes como Goa e Diu, foram reestruturados para atender às necessidades da Coroa portuguesa, tendo resultados condicionados pela estrutura anterior de considerável consistência urbanística.[58]

No Oriente, muitas cidades conquistadas ou fundadas pelos portugueses tiveram planos razoavelmente regulares. A exemplo: Cochim, feitoria fortificada estabelecida em 1503, apresentava quarteirões retangulares; Meliapor (São Tomé) fundada em 1504, tinha as mesmas características; em Chaul, Craganor e Mangalor os traçados tendiam à regularidade. Mas o urbanismo geométrico alcançou sua maior regularidade em Baçaim (1536) e Damão (1559). Baçaim apresentava um traçado de ruas definindo quadrículas regulares, uma praça resultante da eliminação de um quarteirão e estava rodeada por uma muralha poligonal com bastiões. Damão possuía um castelo ao centro, à maneira medieval, mas seus quarteirões eram quadrados e sua muralha disposta com bastiões.

Com base nessas observações diversos investigadores afirmaram que no Norte da África e na Índia, os conjuntos urbanos portugueses construídos a partir do século XVI, adotaram muitas vezes os modelos teóricos de cidades ideais renascentistas. Já em 1956, Mário Chicó observou essa influência no Oriente, dizendo que onde a conquista e a colonização se faziam lentamente - a exemplo dos Açores e do Brasil - seguia-se a tradição medieval portuguesa. Ao contrário, na Índia por ser "preciso caminhar mais depressa e dar monumentalidade aos edifícios públicos, às igrejas e aos conventos", haviam sido implantadas cidades inspiradas nos modelos do Renascimento.[59]

57 - ROSSA, Walter - *Cidades Indo-Portuguesas...* p. 23.

58 - Id. Ibid. p. 29.

59 - CHICÓ, Mário T. - Op. cit. p. 326.

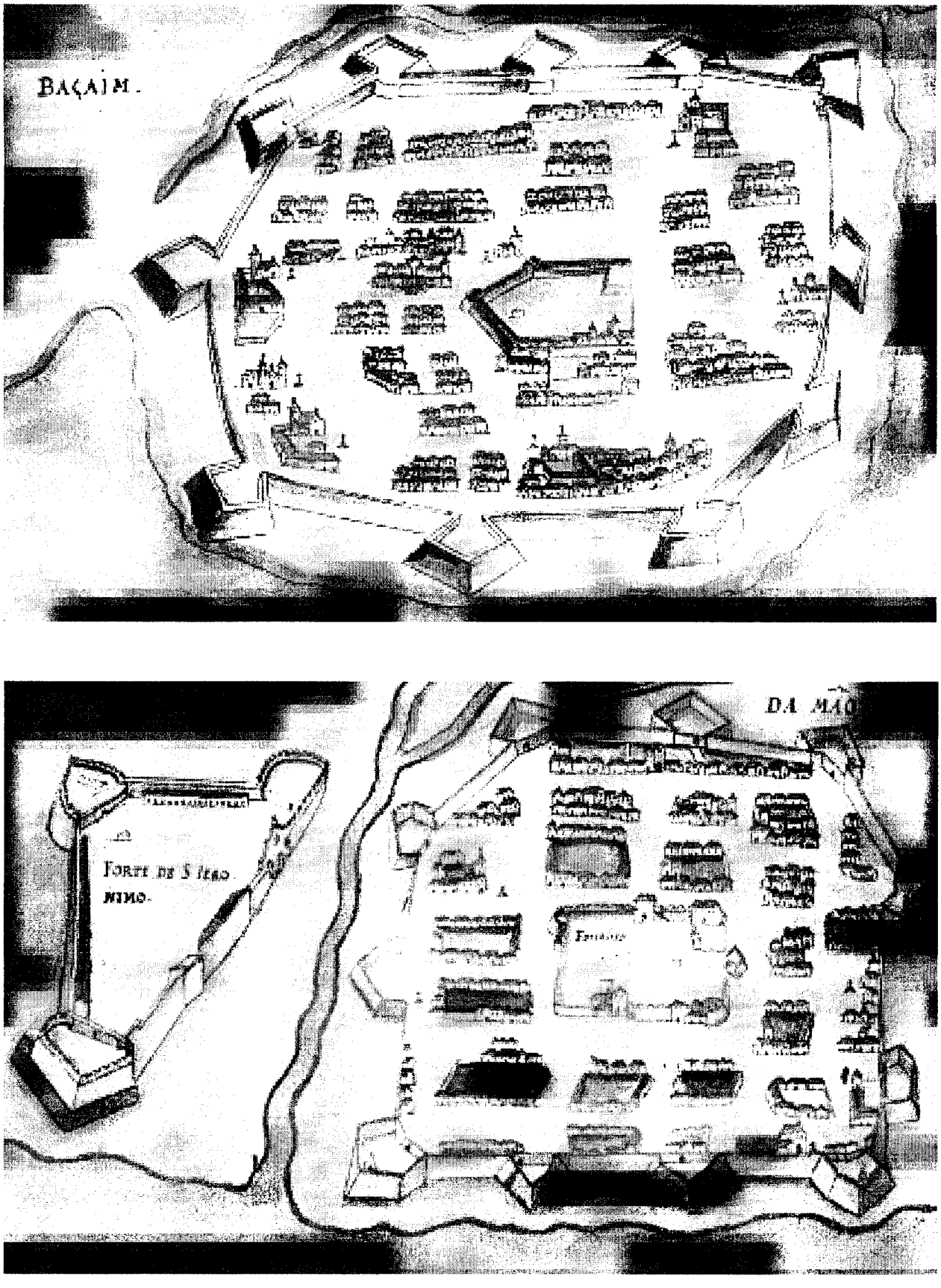


FIG. 15
Cidades "indo-portuguesas" de traçado regular: Baçaim e Damão.
Fonte: Livro das Plantas das Fortalezas...

Esta idéia tem sido questionada em estudos mais recentes, e segundo Paulo Ormindo, Mário Chicó reconheceu, implicitamente, o caráter de "cidade nova" da maioria dos assentamentos portugueses no Oriente, embora não percebesse que nesse fato, e não na influência italiana, estivesse a explicação do seu traçado reticulado.[60] Em concordância, Walter Rossa, observou que as cidades portuguesas do Oriente, pouco tinham a ver com os modelos apresentados pela tratadística que antecedeu a construção das mesmas. Esses tratados, quase em sua totalidade, propugnavam o traçado radial como sendo o mais aconselhável para as cidades ideais, e só posteriormente, Pietro Cataneo (1560) e Vicenzo Scamozzi (início do séc. XVII) propuseram a retícula. Já então Baçaim e Damão estavam consolidadas.[61]

Ainda é levantada a alternativa de que a importação de conhecimentos científico-tecnológicos no universo da engenharia militar teria sido uma referência muito mais marcante para a definição dos modelos adotados nas cidades portuguesas na Índia. Neste sentido, Margarida Valla recordou a intrínseca ligação entre a fortificação baseada em figuras poligonais com baluartes e a concepção de cidades regulares, estas também resultantes das especulações de teóricos italianos do Renascimento. Tais modelos, embora com alterações na organização desses elementos, foram aplicados nas colônias portuguesas.[62]

Por fim, Glenda Pereira da Cruz colocou em questão que trabalhos recentes da historiografia do urbanismo, continuam a associar os assentamentos coloniais ibero-americanos, principalmente os espanhóis, aos padrões urbanísticos renascentistas. Defende a idéia de que "por trás de toda a experiência urbana colonial ibérica, estão as *práticas coloniais* medievais", fundamentando-se pela constatação de que "as práticas sociais sempre antecedem a formulação das teorias e das justificativas, técnicas ou ideológicas, que as referendam".[63]

---

60 - AZEVEDO, Paulo Ormindo de - Op. cit. p. 55.

61 - A cidade ideal de Vitrúvio tinha uma forma poligonal inscrita em um círculo, e com uma estrutura de ruas radioconcêntricas partindo de uma praça central. O tratado de Alberti escrito entre 1443 e 1452, estava mais dirigido para o ideal de cidade "monumentalizada" do que para a cidade geometricamente racionalizada. O tratado de Filarette, escrito entre 1461 e 1464, não propunha nenhum modelo que inspirasse um partido urbanístico como o de Damão ou o de qualquer cidade indo-portuguesa. ROSSA, Walter - *Cidades Indo-Portuguesas...* p. 84 e VALLA, Margarida - A formação teórica de engenheiros militares e arquitectos portugueses... p. 122.

62 - Francesco di Giorgio Martini, considerado um dos grandes especialistas em engenharia militar, desenvolveu várias propostas de cidades ideais. Propunha o esquema de planta centralizada, os traçados urbanos em quadrícula e desenvolvidas técnicas de fortificação. Albrecht Dürer desenvolveu seu modelo de cidade ideal ligada a sistemas de fortificação, apresentado em seu tratado impresso em 1527 e traduzido para o latim em 1535. O tratado de Pietro Cataneo, de 1554, apresentava uma cidade ideal, delimitada por um polígono regular com baluartes, cuja malha urbana baseava-se numa quadrícula onde a praça principal se situa no centro do polígono. VALLA, Margarida - A formação teórica de engenheiros militares e arquitectos portugueses... p. 122-123.

63 - CRUZ, Glenda Pereira da - Op. cit. p. 160.

Diante do exposto e ao que tudo indica, este limite entre a permanência de um "modo de fazer cidade regular à portuguesa" que persistiu desde a Baixa Idade Média e a adoção de modelos de cidades ideais de concepção renascentista ainda se encontra em processo de definição. Afirma Walter Rossa que Damão "não sendo uma cidade ideal do Renascimento" foi contudo a prova de uma evolução em termos de "racionalização pelo desenho", processo que vai ter na fundação da cidade de Salvador na Bahia, "os primeiros indícios inequívocos dessa evolução".[64]

O certo é que quando a Coroa portuguesa decidiu fundar Salvador para ser a sede do governo geral do Brasil, as cidades planificadas com um traçado regular já eram parte de uma prática consolidada na Metrópole e no ultramar português. A princípio, a ação de povoamento coordenada pelos donatários das capitanias, foram associadas às vilas com predominante irregularidade de traçado, uma vez que estas iam sendo construídas lentamente, e muito provavelmente, sem que fosse adotado um "modelo" específico de cidade, havendo uma transferência de uma "imagem" ou de uma anterior "vivência urbana" dos seus fundadores.

Mas quando da construção de Salvador, começava a ser implantado no Brasil um "projeto de colonização" que possibilitava falar de uma "política de urbanização" na ocupação do território brasileiro, como já foi analisado no capítulo anterior. Salvador vai ser uma baliza desse "projeto de colonização" e a "intenção" com que foi construída a cidade está registrada nas ordens contidas no Regimento de Tomé de Sousa, assim como no envio de "traças e amostras" e do mestre Luís Dias para orientar sua execução.

Como resultado, a cidade fundada no alto da encosta tinha uma malha urbana regular mas condicionada à topografia do sítio. Em parte, a ordenação das ruas e os quarteirões de forma retangular e alongada ainda remetiam às vilas medievais planejadas em Portugal. Em outra parte da cidade, os quarteirões mais regulares, a hierarquização das ruas, a presença de praças e terreiros e a articulação entre os elementos da malha urbana, já se assemelhavam a outras soluções contemporâneas, a exemplo do Bairro Alto de Lisboa e de Angra do Heroísmo.

Sob diversos aspectos, Salvador foi um marco importante no processo de construção de cidades de traçado regular no Brasil do século XVI, o qual vai ter seguimento com o Rio de Janeiro e com a Filipéia de Nossa Senhora das Neves, até que no século XVII, São Luís do Maranhão vai aparecer como a mais regular das cidades desta fase de ocupação e definição do território brasileiro.

64 - ROSSA, Walter - *Cidades Indo-Portuguesas...* p. 88.

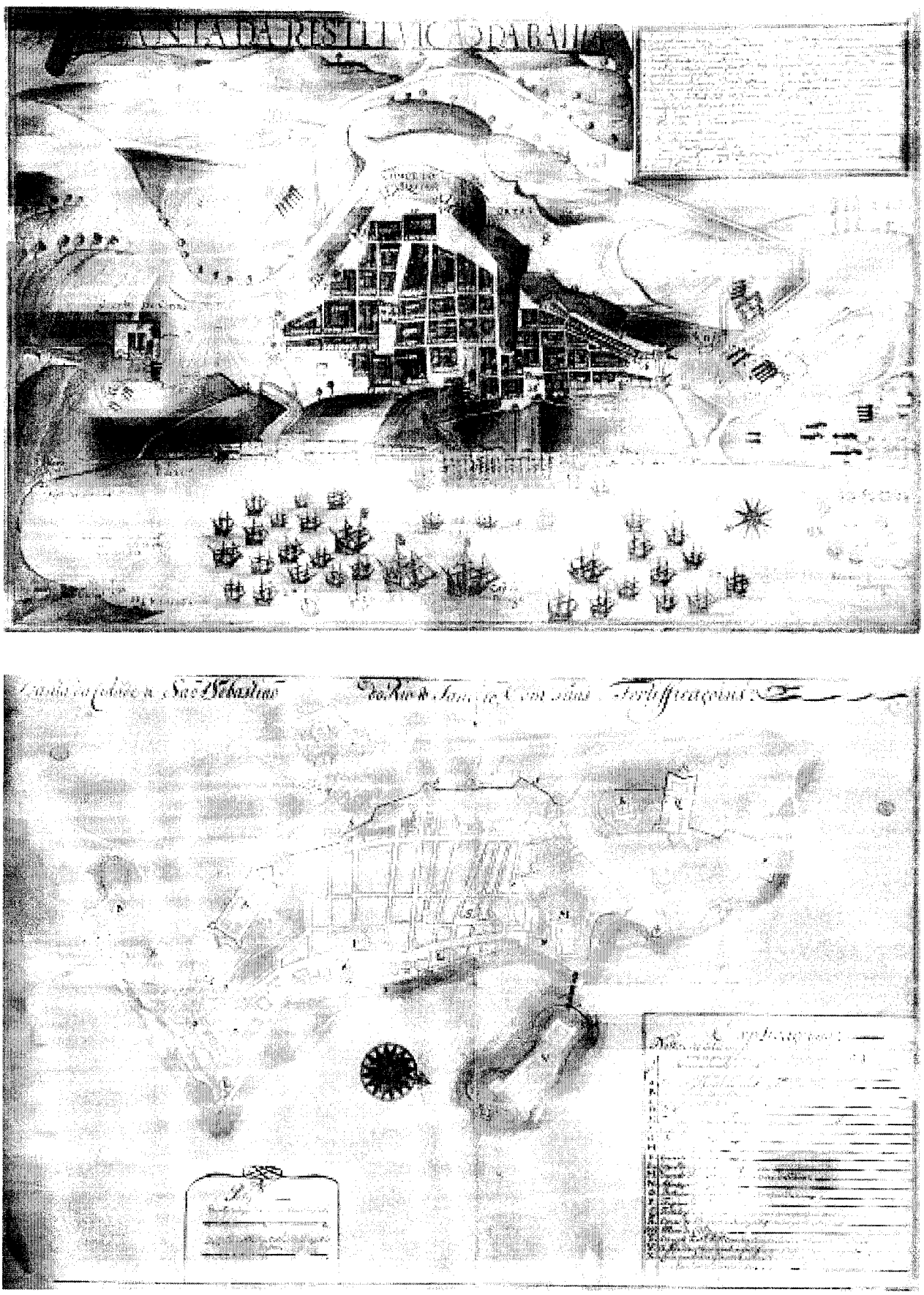


FIG. 16
Cidades de traçado regular no Brasil do século XVI: Salvador e Rio de Janeiro.
Fonte: TEIXEIRA, Manuel C. e VALLA, Margarida - O Urbanismo Português...

Na análise dessas cidades está uma alternativa para identificar o limite entre a permanência do "modo de fazer cidade regular à portuguesa" e a filiação destas ao pensamento urbanístico da época, mas para trilhar este caminho cabe ainda perguntar sobre qual pode ter sido a contribuição do conhecimento científico de engenheiros militares, cartógrafos e cosmógrafos nesse processo.

CAPÍTULO 2.3

Mestres e engenheiros: teoria e prática na fundação de vilas e cidades

"Qual terá sido a bagagem intelectual levada pelos portugueses para além-mar?" Afirma Russell-Wood que ainda são restritos os dados sobre a formação intelectual dos portugueses ao tempo da expansão ultramarina, seja dos homens representantes do poder, como os governadores e eclesiásticos - estando estes, provavelmente, a par com as idéias do Humanismo e do Renascimento europeus - seja dos "marinheiros, soldados e daqueles que constituíam o grosso deste mundo em movimento", cujas atividades específicas estavam centradas em técnicas e modos de fazer já incorporados pela cultura portuguesa.[65]

Também aponta o mesmo autor, que para encontrar respostas para esta questão, um dos caminhos é identificar o nível das informações científicas e da bibliografia disponível em Portugal para subsidiar posturas e práticas, ou fundamentar a construção de um conhecimento próprio.[66] No que se refere aos profissionais diretamente envolvidos com a concepção das estruturas edificadas que constituíam um dos alicerces do domínio da Coroa portuguesa, afirma Margarida Valla que:

> "Os arquitectos e engenheiros militares portugueses estavam a par das novas concepções teóricas renascentistas no campo do urbanismo. A sua formação teórica beneficiava da rica experiência científica e dos conhecimentos profundos desenvolvidos pelos matemáticos e cosmógrafos envolvidos no empreendimento das descobertas marítimas. A necessidade de ocupar e de defender os novos territórios ultramarinos, através da construção de fortes e de novos conjuntos fortificados, levou ao desenvolvimento da engenharia militar desde muito cedo. A fundação de escolas onde a geometria, a cosmografia e a arte de fortificar eram ensinadas, bem como os modernos princípios de fortificação que daí resultavam, foram uma conseqüência natural dessa necessidade".[67]

Mas até que ponto este conhecimento construído no Reino, alcançava os mais extremos territórios sob domínio de Portugal? Considerando o caso específico das vilas e cidades dos primeiros tempos da colonização brasileira, interroga-se qual seria a bagagem de conhecimento - teórico ou prático - que detinham os homens envolvidos com a fundação desses núcleos de povoamento?

---

65 - RUSSELL-WOOD, A. J. R. - Op. cit. p. 310.

66 - Id. ibid. p. 312.

67 - VALLA, Margarida - A Formação Teórica de Engenheiros Militares e Arquitectos Portugueses... p. 121.

Sendo criada a cidade de Salvador, em 1548, estava presente o "mestre Luís Dias", enviado para orientar e executar as "traças e amostras" trazidas do Reino. Esta é a primeira referência sobre um profissional ligado à arquitetura em território brasileiro. Designava-se "mestre", porque em Portugal este título antecedeu o de "engenheiro" ou "arquiteto", pois somente ao longo do século XVI, estes começaram a ser reconhecidos.[68] Mesmo durante a centúria de quinhentos, tal denominação permaneceu, observando-se que, em 1548, Miguel de Arruda foi nomeado "mestre das fortificações do Reino, Lugares de Além e Índia", e Inofre de Carvalho foi enviado ao Oriente, em 1551, "por mestre das obras que lá mandar fazer o Viso-rei e governador das ditas partes".[69] Após a morte de Miguel de Arruda, em 1563, este cargo foi dividido nos de *Mestre das fortificações do Reino*, ou *Mestre-mor*, associado à figura de vários *fortificadores* que eram enviados para trabalhar nos demais territórios do império português.[70]

Entre estes, a fase de aprendizagem, ao modo medieval, limitava-se a uma transmissão de conhecimentos, do mestre para seus discípulos, através da prática desenvolvida em *atelier*, ou no próprio canteiro de obras. Demonstrando perícia, o aprendiz recebia o título de "pedreiro" ou "mestre de obras". Ao lado de Miguel de Arruda, formaram-se alguns dos principais "mestres" portugueses da época, como Afonso Álvares, Jorge Gomes, Inofre de Carvalho, Luís Dias e Francisco Pires, os quais trabalharam como seus colaboradores em planos elaborados, ora para Mazagão, ora para Salvador da Bahia.[71]

Somente no período filipino, com uma emergência dos profissionais ligados à arquitetura, apareceu pela primeira vez a referência a um "engenheiro-mor" do Reino: o italiano Filipe Terzi. Este cargo teve crescente papel de destaque em Portugal e em suas possessões no ultramar, levando Filipe II a estender a figura do engenheiro-mor à Índia, em 1583, e ao Brasil, provavelmente em 1596, provendo os dois grandes espaços coloniais portugueses.[72]

Sendo um ofício a princípio transmitido através de uma prática partilhada entre mestre e aprendizes, durante o século XVI, começou a

68 - CARITA, Rui - Os engenheiros-mores na gestão do Império: a Provedoria das Obras dos meados do século XVI. In. *Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001. p. 394.

69 - Id. ibid. p. 395 e 398.

70 - MOREIRA, Rafael - O engenheiro-mor e a circulação das formas no Império Português. In. *Portugal e Flandres. Visões da Europa (1550-1680)*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura / Instituto Português do Patrimônio Cultural, 1992. p. 100.

71 - MOREIRA, Rafael e BUENO, Beatriz Siqueira - O desenho de arquitectura militar: tipologias e usos. In. Actas do V Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte. Faro: Universidade do Algarve / Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. p. 17.

72 - MOREIRA, Rafael - O engenheiro-mor e a circulação das formas... p. 101.

surgir a "necessidade dum ensino formalizado que levasse ao conhecimento das teorias aplicadas na Europa e que, ao mesmo tempo, desenvolvesse as suas próprias teorias, derivadas duma prática relevante".[73] Este avanço no método de formação era imposto pela premência de construir nos territórios ultramarinos estruturas defensivas e núcleos de povoação, fato que conduziu ao progresso da engenharia militar.

Sucederam a partir de então, iniciativas neste sentido: em 1559, havia a "Aula do Paço" destinada aos jovens fidalgos que iriam servir nos territórios de domínio português; esta aula foi reorganizada, em 1562, com o nome de "Escola dos Moços Fidalgos". A crescente solicitação de técnicos voltados para os métodos de fortificar, levou à criação, em 1590, da "Aula da Esfera" do colégio de Santo Antão, coordenada pelos jesuítas, onde se ensinavam matérias básicas da engenharia militar. Na época filipina, em 1594, surgiu a "Aula do Risco", cujo primeiro mestre foi o italiano Filipe Terzi, sendo esta mais direcionada para a formação de profissionais com um perfil vitruviano. Entre seus alunos, esteve Luís de Frias de Mesquita, posteriormente nomeado engenheiro-mor do Brasil. Em 1647, tendo à frente Luís Serrão Pimentel, verificou-se a fundação da "Aula de Fortificação e Arquitetura Militar", que oficializou o título de "Engenheiros Militares".[74]

A ênfase sobre a arquitetura militar que caracterizou a formação dada na maioria dessas "aulas", criou uma progressiva diferenciação entre o arquiteto de perfil vitruviano e o engenheiro como técnico especializado na fortificação, muitas vezes militares que reuniam estudos específicos com as experiência de guerra.[75] Para ter domínio sobre essa "arte da fortificação", de caráter utilitarista, os profissionais precisavam deter conhecimentos da geometria, da trigonometria esférica, da cosmografia, da perspectiva e da balística, matérias que compunham o currículo das "aulas" e que eram parte dos tratados de fortificação. Este tipo de conhecimento levaria a que tivessem uma ação alargada, que "abrangia desde a fortificação propriamente dita à arquitectura civil e à definição dum traçado urbano, desde o seu desenho à execução no terreno e ainda à elaboração de cartografia de cidades e levantamentos geográficos de regiões".[76]

Considera Beatriz Bueno que "nos tempos da 'Cultura da Longitude' era fundamental a presença de um outro tipo de profissional, menos

73 - VALLA, Margarida - A Formação Teórica de Engenheiros Militares... p. 125.

74 - Id. ibid. p. 125-126.

75 - MOREIRA, Rafael - A arquitectura militar. In. *História da Arte em Portugal*. Lisboa: Publicações Alfa, 1986. p. 149.

76 - VALLA, Margarida - A Formação Teórica de Engenheiros Militares... p. 127.

artista e mais pragmático, capaz de empreender longas jornadas de trabalho em territórios nunca antes percorridos". No processo da expansão portuguesa, tão importante quanto as armas de fogo, foram "a prancheta e o compasso instrumentos eficazes de conhecimento, apropriação e controle dos territórios conquistados", seja através do mapeamento dos mesmos, seja "desenhando" fortificações e cidades, regulares e irregulares, de acordo com as mais variadas circunstâncias.[77]

Entre os conhecimentos necessários ao desempenho dessas tarefas, a geometria era uma ferramenta fundamental para o registro da informação arquitetônica de um modo sistemático e preciso, e para medição de edifícios e sítios, sendo matéria abordada em diversos tratados a exemplo da obra de Cosimo Bartoli, publicado em Veneza, em 1564, sob o título *Del modo di misurare le distantie, le superficie, i corpi, le pianche, le provincie, le prospettieu & tutte le altre cose terrene*. Alguns tratados tinham mesmo por objetivo fazer da geometria um instrumento "prático", de uso dos diversos profissionais, e segundo José Luís Mota Menezes, a "geometria prática" possibilitava idealizar tanto "a conveniente dimensão da muralha", quanto "a segura localização da fortificação e sua relação com outras em um intrincado sistema geométrico".[78]

O conhecimento das técnicas de representação da arquitetura, nos moldes da tradição científica italiana, também era de grande utilidade, principalmente, quando a partir do reinado de Filipe II, começou a existir uma distinção entre a "tarefa projetiva realizada na casa das obras do Paço da Ribeira - e os trabalhos de construção entregues a empreiteiros e operários locais".[79] A exigüidade de recursos, em oposição à vastíssima área sob domínio de Portugal, exigia a criação de um sistema no qual a base diretiva encontrava-se no Reino, centralizando em uma "provedoria de obras" os planos e orçamentos das construções levadas a efeito nos demais territórios. Daí partiam as ordens e decisões, bem como os projetos que no destino eram executados por uma equipe, envolvendo empreiteiros e mestres de obra, quando havia disponibilidade destes.[80]

---

77 - BUENO, Beatriz - De quanto serve a Ciência do Desenho no serviço das obras de el-rei. In. *Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001. p. 280.

78 - MENEZES, José Luís Mota - Instrumentos para a percepção do espaço da "escola portuguesa de urbanismo". Geometria prática. In. *Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001. p. 363.

79 - MOREIRA, Rafael - A arquitectura militar... p. 149.

80 - CARITA, Rui - Os engenheiros-mores na gestão do Império... p. 401.

Diz Rafael Moreira que nesse sistema, a atuação do engenheiro-mor assume um "caráter supra-regional", alargando-se a sua esfera de ação e por isso, "jamais o encontramos trabalhando na execução de uma obra ao nível do mestre, mas só empenhado no controlo e supervisão dos projectos".[81] Este tipo de procedimento passou a ser próprio do exercício profissional, aplicado não só no projetar fortificações, mas na construção de novas cidades, particularmente no ultramar. Assim, a arquitetura militar vinha a exigir um conhecimento prévio "do lugar a ser defendido, o que antecipa o projeto e o torna independente da execução, não obrigando o autor a ser o realizador do empreendimento".[82]

Diante disso, as técnicas de representação da arquitetura, das cidades e do território, constituiriam, cada vez mais, um instrumento de trabalho empregado pelos profissionais portugueses, substituindo as "amostras" - maquetes em madeira ou barro - e os "debuxos" esquemáticos que eram os meios até então utilizados.[83] Segundo Beatriz Bueno, desde o tempo de D. João III (1521-1557), verifica-se a adoção dessas técnicas de representação assimiladas da tradição italiana, tendo sido introduzidas, provavelmente, no reinado de D. Manuel (1495-1521).[84]

Mas o objetivo de registrar as informações, suplantavam as técnicas de representação em obras como o *Livro das Fortalezas* de Duarte d'Armas, a quem foi incumbida a tarefa de avaliar o sistema de defesa do território limítrofe entre Portugal e a Espanha. Embora à primeira vista seus desenhos pareçam primários, as informações que fornecem são relevantes "do ponto de vista estratégico, topográfico e tático, indicando os itinerários entre cada fortaleza, registrando seus nomes e distâncias (em léguas), estado dos caminhos, disposições do terreno, cursos de água, pontes, fontes, poços de água, bombardeiras, etc.".[85] Confirma Margarida Valla que:

> "A experiência que os portugueses adquiriram ao longo de dois séculos com o levantamento de fortes e fortalezas, e com a definição de traçados urbanos, levou à criação duma escola prática que se adaptava às circunstâncias do sítio e se caracterizava pela maleabilidade de inter-

81 - MOREIRA, Rafael - O engenheiro-mor e a circulação das formas... p. 98.

82 - MENEZES, José Luís Mota - Instrumentos para a percepção do espaço... p. 364.

83 - As "amostras" e os "debuxos" esquemáticos, pela precariedade da forma de representação, requeriam o acompanhamento de extensos "regimentos" e "apontamentos" - instruções escritas ou orais - que complementavam as informações necessárias à execução do projeto, sendo as lacunas sanadas por uma certa dose de improvisação no canteiro de obra.

84 - BUENO, Beatriz - Op. cit. p. 267. Esta autora sugere que durante o reinado de D. João III, "a prática de utilização do «desenho», na concepção e orientação das obras, parece consolidada, sobretudo num momento em que as encomendas régias passaram a pautar-se no gosto «ao Romano», sendo essencial para o estudo das medidas e proporções." Id. ibid. p. 275.

85 - Id. ibid. p. 274.

> venção exigida pelo próprio percurso dos engenheiros militares nomeados para diferentes locais. Esta escola prática iria obrigar a definir um método próprio de aplicação dos conceitos teóricos então vigentes na Europa e a criar as suas próprias regras".[86]

Dessa grande experiência prática, resultaram tratados de arquitetura militar. A Antônio Rodrigues, está atribuído o primeiro tratado português, escrito por volta de 1575, o qual nunca foi publicado. Este, por sua vez, faz referência a outra obra anterior à sua: o *Livro Quarto das Instruções Militares*, publicado em 1573, da autoria de Isidoro de Almeida.[87] Rafael Moreira, procedendo a uma análise do trabalho de Antônio Rodrigues, disse que o mesmo demonstra a conjugação de uma "sólida formação classicizante com a cultura matemática dos arquitectos militares", servindo o seu autor de parâmetro para a construção do perfil dos profissionais da época.[88] Seu conteúdo classicizante teve por base os tratados de Vitrúvio e Serlio, o que fica evidente quando, entre outras referências, afirma que para ser um bom arquiteto, não deveria faltar ao profissional a erudição apontada por Vitrúvio, nem conhecimentos práticos como saber identificar uma boa pedra, cal e areia. Beatriz Bueno ainda observa que Antônio Rodrigues estava "sintonizado com o debate internacional referente aos procedimentos de triangulação, necessários para a realização dos levantamentos topográficos e cálculos da longitude".[89]

De um modo geral, considera Walter Rossa que "a cultura portuguesa da segunda metade do século XVI foi profundamente marcada pela influência da tratadística italiana", tendo reflexos na arquitetura militar, a qual assumiu o papel de importante "veículo de um novo gosto, mas também como pressuposto de uma nova forma de projetar. Neste contexto se deverá entender o surto de um urbanismo de espírito novo".[90]

Sobre as teorias aplicadas na Europa, veja-se as informações que estavam ao acesso em Portugal na época. No início do século XVI, cópias manuscritas ou impressas de tratados italianos, especificamente os de Alberti, Giorgio Martini e Serlio, eram divulgadas em Portugal. Em

---

86 - VALLA, Margarida - A Formação Teórica de Engenheiros Militares... p. 128-129.

87 - MOREIRA, Rafael - *Um tratado português de arquitectura do século XVI*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1982. Dissertação de Mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. p. 39. Rafael Moreira enumera outras obras do século XVI, ligadas à engenharia militar: *O Soldado Prático*, de Diogo de Couto (1570-1571); *Instruções das fortificações do Reino do Algarve*, de Afonso Álvares (1571); *Livro da Fábrica das Naos*, do padre Fernão de Oliveira (1570-1572). Id. ibid. p. 70.

88 - Id. ibid. p. 36. O tratado de Antônio Rodrigues teve por base a «apostila» das aulas que ministrava no Paço da Ribeira, a partir de 1572 ou 1573.

89 - BUENO, Beatriz - Op. cit. p. 273.

90 - ROSSA, Walter - A cidade portuguesa. In. *História da Arte Portuguesa*. Vol III. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995. p. 267.

1541, já estava publicado em Lisboa *As Medidas del Romano*, de Diego de Sagredo; o tratado de Vitrúvio foi traduzido pelo matemático Pedro Nunes, em 1542, altura em que o engenheiro Isidoro de Almeida trabalhava na versão do Tratado de Fortificação de Albretch Dürer. Também o *De Re Aedificatoria* de Alberti, foi traduzido por André de Resende, mas não publicado.[91] Talvez estes fossem parte do surto editorial ocorrido no reinado de D. João III, através da divulgação de obras clássicas traduzidas para a língua portuguesa ou divulgadas em castelhano, tornando-as acessíveis aos profissionais, incentivando-os para se converterem em verdadeiros arquitetos, distanciando-os dos procedimentos próprios dos mestres pedreiros.

Vale uma referência a outros tratados portugueses da mesma época, demonstrando o movimento científico e a redefinição de idéias e modos de produção nas diversas áreas de atuação. O pintor Francisco de Holanda foi autor da *Lembrança ao muyto Serenissimo e Christianissimo Rey Dom Sebastiam: De quanto Serve a Sciencia do Desegno e Etendimento da Arte da Pintura, na Republica Christam Asi na Paz como na Guerra*, datado de 1571, enquanto o cosmógrafo-mor João Baptista Lavanha assinou o *Livro Primeiro da Architectura Naval*, por volta de 1580. Beatriz Bueno observa o fato de Baptista Lavanha defender a necessidade de uma "preparação científica para o arquiteto em geral, com destaque para o arquiteto naval, que ele distingue dos simples mestres de carpintaria fabricadores de navios".[92]

De fato, o século XVI, em Portugal, foi um período de ebulição quanto à definição dos papéis desempenhados pelos diversos profissionais e de redefinição de teorias e práticas de trabalho. Foi um tempo de preparação para um conhecimento que se consolidaria nas centúrias seguintes, quando vão surgir obras de caráter didático e formador, mas também com uma visão prática, com o objetivo de conduzir as ações daqueles profissionais. Dando seqüência a este processo, em 1680, o *Método Lusitânico de Desenhar as Fortificações das Praças Regulares e Irregulares*, de autoria do engenheiro-mor do Reino Luís Serrão Pimentel, viria a ser a primeira obra do gênero publicada em Portugal.[93] E Manuel

91 - MOREIRA, Rafael - Arquitectura: Renascimento e classicismo. In. *História da Arte Portuguesa*. Vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995. p. 350, e VALLA, Margarida - A Formação Teórica de Engenheiros Militares... p. 121

92 - BUENO, Beatriz - Op. cit. p. 271.

93 - Disse Luís Serrão Pimentel sobre o seu tratado: "A disposição desta obra he que proponho em primeiro lugar huma facillima practica, tal que por ella saberá qualquer soldado facillima, e brevissimamente desenhar todo o genero de Fortificaçoens, que hoje se practicão, com proporçoens apuradissimas, das quaes resultão aquellas não somente defensivas, e offensivas com todo o militar primor, mas cada huma em sua especie, e segundo sua grandeza solidamente robusta; sem que lhe seja necessario saber Geometria, nem Arithimetica, mais que multiplicar, e repartir por huma, ou duas letras para o desenho, que he em que consiste o acerto, ou erro da obra". PIMENTEL, Luís Serrão - *Método Lusitânico de Desenhar as Fortificações das Praças Regulares e Irregulares*. Lisboa: Direcção da Arma de Engenharia / Direcção do Serviço de Fortificações e Obras do Exército, 1993. s/p.

de Azevedo Fortes, também engenheiro-mor do Reino, apresentou o seu tratado intitulado *O Engenheiro Português*, editado em dois tomos nos anos de 1728 e 1729.

Para além da experiência prática e do desenvolvimento dos métodos de ensino, que permitiram a formulação de teorias próprias, outro aspecto deve ser considerado para avaliar a formação dos engenheiros portugueses do século XVI, e entender a visão que detinham sobre a arquitetura e o urbanismo. Trata-se da circulação desses profissionais por diversas realidades, envolvendo outros países da Europa e os territórios de conquista nos demais continentes.

Ao longo daquele século, uma política de investimento nos profissionais portugueses, incentivou que muitos realizassem viagens de instrução e estudos no estrangeiro. A exemplo, Francisco de Holanda, em 1537, partiu para a Itália, onde ocupou-se em desenhar diversas fortificações; Inofre de Carvalho esteve em Flandres para estudar arquitetura, de onde regressou em 1551, sucedendo Francisco Pires no lugar de mestre das obras da Índia.[94]

Ao mesmo tempo, a expansão do império ultramarino português e as diversas circunstâncias que obrigavam a Coroa a investir na defesa das suas possessões, requeriam a atuação desses profissionais em outras partes: Francisco de Holanda assumiu a autoria da planta e modelo da fortaleza de Mazagão (1541); Isidoro de Almeida foi enviado aos Açores para o planejamento das fortalezas de São Brás em Ponta Delgada e São Sebastião em Angra do Heroísmo; André Rodrigues fortificou os acessos a Tanger (1546); Francisco Pires reformulou a fortaleza de Diu; Miguel de Arruda fez os planos para São Sebastião da Ilha de Moçambique; e Luís Dias executou as muralhas da cidade de Salvador, provavelmente sob a orientação do seu mestre, Miguel de Arruda.[95]

Em sentido contrário, a presença de profissionais italianos à serviço da Coroa portuguesa resultou numa maior assimilação dos procedimentos científicos próprios daquele país. Da Itália vieram: João Baptista Cairato, de Milão, engenheiro-mor da Índia entre 1584 e 1596; Tommazo Benedetto, de Pézaro, que trabalhou primeiramente para Carlos V de Espanha, e depois atuou em Ceuta, em Tânger e Mazagão; da cidade italiana de Pézaro veio, também, o famoso arquiteto Filipe Terzi.

Diz Rafael Moreira que esse trânsito de profissionais entre o Oriente e o Ocidente, a periferia e o centro, "instaurou uma circulação de formas que irá permitir que protótipos italianos tivessem eco quase

94 - CARITA, Rui - Os engenheiros-mores na gestão do Império... p. 399.

95 - Id. ibid. p. 398.

imediato na Índia e no Brasil, ao mesmo tempo que na Península Ibérica. Uma cadeia de contactos e transformações processando-se em ritmo muito rápido à escala mundial".[96]

A ação do engenheiro-mor da Índia, João Baptista Cairato, demonstra um pouco desta transferência, pois lá semeou os modelos italianos de fortificação: as cercas de Damão e Baçaim que lembram Palmanova, e o forte de Jesus em Mombaça, inspirado em Pietro Cataneo. Da mesma forma, a fortaleza de Barém, de Inofre de Carvalho, "revela um conhecimento perfeito das concepções de Pietro Cataneo, cujo tratado foi editado em Veneza, em 1554, colocando assim este fortificador a par dos princípios mais avançados da fortificação da sua época".[97]

Mas considera Rafael Moreira, que "muito diferente é o caso do Brasil. Aí, tanto a natureza como as condições do povoamento criavam uma situação oposta: a transplantação directa das formas européias não era necessária nem possível", apesar de serem também italianos alguns dos primeiros profissionais enviados para aquela colônia.[98]

Sobre a realidade brasileira, as informações são ainda escassas e por vezes conflitantes. Segundo Margarida Valla, "em 1549, Portugal envia para o Brasil alguns mestres de obras e engenheiros militares, colocando-os ao serviço dos governadores para dirigir as obras de implantação de cidades, assim como obras de fortificação".[99] De fato, por esta época, Luís Dias encontrava-se em Salvador, no entanto, não é conhecido o nome de qualquer outro mestre ou engenheiro trabalhando no Brasil no mesmo período.

Sabe-se que, em 1571, Francisco Gonçalves foi enviado para trabalhar como mestre de fortificação do Rio de Janeiro e, em 1588, Alexandre Urbino foi nomeado "Fortificador do Brasil", embora afirme Rafael Moreira que pouco se sabe a respeito do "engenheiro italiano Capitão Alexandre". O primeiro a usar o título de "engenheiro-mor do Brasil" foi Baccio da Filicaia, que teve formação na "Aula da Esfera" de Lisboa e estudou arquitetura militar, artilharia e cosmografia em Florença. No entanto, permanecendo em tal cargo durante cinco anos (1597-1602), é praticamente desconhecida a sua produção enquanto construtor, parecendo que atuou muito mais como conquistador, participando por ordem do governador do Brasil, Diogo de Botelho, da expedição de Pero Coelho de Sousa ao Ceará, e da missão dos jesuítas a Ibiapaba, ambas tentativas

96 - MOREIRA, Rafael - O engenheiro-mor e a circulação das formas... p. 101.

97 - CARITA, Rui - Os engenheiros-mores na gestão do Império... p. 399.

98 - MOREIRA, Rafael - O engenheiro-mor e a circulação das formas... Op. cit. p. 103.

99 - VALLA, Margarida - A Formação Teórica de Engenheiros Militares... p. 133.

mal sucedidas de avançar em direção ao Maranhão. Em 1603, chegaria ao Brasil Francisco de Frias de Mesquita, engenheiro-mor a quem coube, entre outras obras, a traça do forte de São Filipe no Maranhão, e da cidade de São Luís, sendo recomendado ao capitão mor daquela capitania, particular cuidado para que a cidade fosse "bem aruada, e direita conforme a traça, que lhe fica em poder".[100]

Embora não detendo a titulação de engenheiro-mor, faz-se obrigatória a referência a Battista Antonelli, enviado em 1582, para fortificar o Estreito de Magalhães, tarefa que não concretizou, permanecendo no Rio de Janeiro, "a ele devendo-se os fortes da Laje, na entrada da Baía da Guanabara, de S. Vicente, em Santos, e da Barra Grande, junto à praia do Guarujá, podendo atribuir-se-lhe com verosimilhança o traçado ortogonal da cidade do Rio de Janeiro".[101] O seu assistente, Gaspar de Samperes, permaneceu no Brasil, tornando-se jesuíta e trabalhando no Rio Grande na construção do forte dos Reis Magos. Além destes, Tiburcio Spanochi, engenheiro-mor da Espanha, fez o estudo das defesas da Bahia e do porto do Recife de que foi encarregado, em 1605.[102]

As limitadas informações disponíveis indicam que entre as vilas e cidades fundadas no Brasil, no século XVI e princípios do XVII, em poucas se pode, comprovadamente, apontar a presença de algum profissional ligado à construção inicial das mesmas: Salvador, Rio de Janeiro, São Luís do Maranhão. Mas quando faltava a figura destes profissionais, a quem caberia as decisões sobre a implantação e construção das estruturas edificadas daqueles núcleos de povoamento? E a partir de que parâmetros isto se daria?

100 - REGIMENTO que o Capitão Mor Alexandre de Moura... Op. cit. p. 232. e MOREIRA, Rafael - O engenheiro-mor e a circulação das formas... Op. cit. p. 103.

101 - MOREIRA, Rafael - O engenheiro-mor e a circulação das formas... Op. cit. p. 103.

102 - Id. ibid. p. 105.

CAPÍTULO 2.4

Cosmógrafos e cartógrafos: o conhecimento do território brasileiro e o seu povoamento

Dentro de uma visão global, considera Russell-Wood que o fato da expansão e domínio do império ultramarino português ter atingido tamanha proporção deveu-se, em parte, à capacidade que estes tiveram para identificar nas novas terras que alcançavam, aspectos-chave e pontos estratégicos, tanto do ponto de vista militar como econômico e comercial, cujo controle era essencial para os interesses portugueses. Da mesma forma, demonstraram aptidão no reconhecimento de alternativas à posse territorial, optando ora pela implantação de uma feitoria comercial, ora pela construção de um povoado ou de um forte.[103]

Estes procedimentos encontravam sustentação na informação e no conhecimento, que segundo o mesmo autor, constituíram "uma característica notável" da formação do mundo português.[104] Portugal detinha uma riqueza considerável de conhecimentos que obteve e reuniu através de diversos canais, pois assim como esteve em contacto com os avanços tecnológicos de outras partes da Europa, também explorou fontes de informações extra-européias, no que se referia às notícias sobre as novas terras descobertas.

Neste sentido, a ação dos cosmógrafos, cartógrafos, matemáticos e astrônomos a serviço da Coroa portuguesa foi de fundamental importância à época dos descobrimentos, sendo uma das parcelas do domínio científico que possibilitou tais feitos, pois gerou os conhecimentos que permitiram navegar tanto ao longo da costa africana, quanto ir mais além cruzando o Atlântico. Essa produção cartográfica perdurou ao longo de gerações. Luís Teixeira iniciou um conhecimento depois seguido por seu filho João Teixeira, e por seu neto João Teixeira Albernaz. "A produção desta família estende-se desde os finais do século XVI até à penúltima década do século XVII, cobre todo o mundo então conhecido" estando o Brasil largamente presente neste trabalho.[105]

103 - RUSSELL-WOOD, A. J. R. - Op. cit. p. 38.

104 - Id. ibid. p. 28.

105 - ALEGRIA, Maria Fernanda - Representações do Brasil na produção dos cartógrafos Teixeira (c. 1586-1675). In. *Mare Liberum*. n. 10. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Dez. 1995. p. 189.

Embora, posteriormente, tenham sido apontados erros nos trabalhos destes cartógrafos, os mesmos são justificados pela rudez dos meios que possuíam para desenvolver seus levantamentos, ou ainda, por questões de caráter político, pois muitas vezes esta cartografia não representava a realidade, mas aquilo que Portugal desejava "fazer crer a outras potências". Id. ibid. p. 195.

Referindo-se particularmente ao Brasil, pode-se afirmar que estes homens ao "mapearem" seus conhecimentos, em muito contribuíram para a construção territorial e povoamento daquela colônia. Confirma André Ferrand de Almeida que se a figura do espaço brasileiro como um todo teve um conhecimento precoce, isto foi "antes de mais, o resultado do trabalho dos cartógrafos do Estado".[106]

Sobre a imagem do Brasil, disse Pero de Magalhães Gandavo que apresentava-se "á maneira de huma harpa, cuja costa pela banda do Norte corre do Oriente ao Ocidente e está olhando direitamente a Equinocial; e pela do Sul confina com outras Provincias da mesma América".[107] Seu território estava compreendido "entre os dous mayores rios do mundo, a saber o das Amasonas, que entra no mar perto da linha equinocial, e tem de largo na boca 45 ou mais leguas, e o da Prata que dezemboca em 35 graos austraes".[108] Na visão do padre jesuíta Simão de Vasconcelos, estes rios eram "como duas chaves de prata, ou de ouro, que fecham a terra do Brasi" ou ainda, "dois gigantes, que a defendem, e demarcam em comprimento, e circuito".[109] Entretanto, por muito tempo afirmava-se que "sua largura de levante a poente não he ainda bem sabida, nem lhe estão sinalados certos confins",[110] os quais só muito lentamente foram sendo conhecidos, definidos - e redefinidos - e, principalmente, este território custou a ser ocupado.

A produção cartográfica sobre o Brasil no século XVI, foi classificada por Alfredo Pinheiro Marques, como uma "cartografia de ocupação e reconhecimento do litoral", conseqüência do caráter de povoamento e defesa que teve sua colonização quinhentista, exigindo um progressivo reconhecimento geográfico da faixa costeira.[111]

O título de um documento - *Roteiro de todos os sinaes, conhecimentos, fundos, baixos, alturas e derrotas, que ha na costa do Brasil, desde o Cabo de Santo Agostinho até ao estreito de Fernão de Magalhães* - atribuído por Jaime Cortesão ao cartógrafo Luís Teixeira, explicita o tipo de informação que, a princípio, os cartógrafos detinham sobre o litoral brasileiro.[112]

---

106 - ALMEIDA, André Ferrand de - Op. cit. p. 44.

107 - GANDAVO, Pero de Magalhães - Op. cit. p. 81.

108 - B.N.L. - Reservados - Cód. 1552 - fl. 153.

109 - VASCONCELOS, Simão de - Op. cit. p. 51.

110 - B.N.L. - Reservados - Cód. 1552 - fl. 153.

111 - MARQUES, Alfredo Pinheiro - *A cartografia do Brasil no século XVI*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1988. Série Separatas, n. 209. p. 3.

112 - Este documento refere-se a Olinda como sendo a última povoação ao norte da Bahia. Portanto, antecede o ano de 1585, quando foi conquistada a Paraíba e fundada a cidade de Filipéia de Nossa Senhora das Neves. *ROTEIRO de todos os sinaes* ... Op. cit.

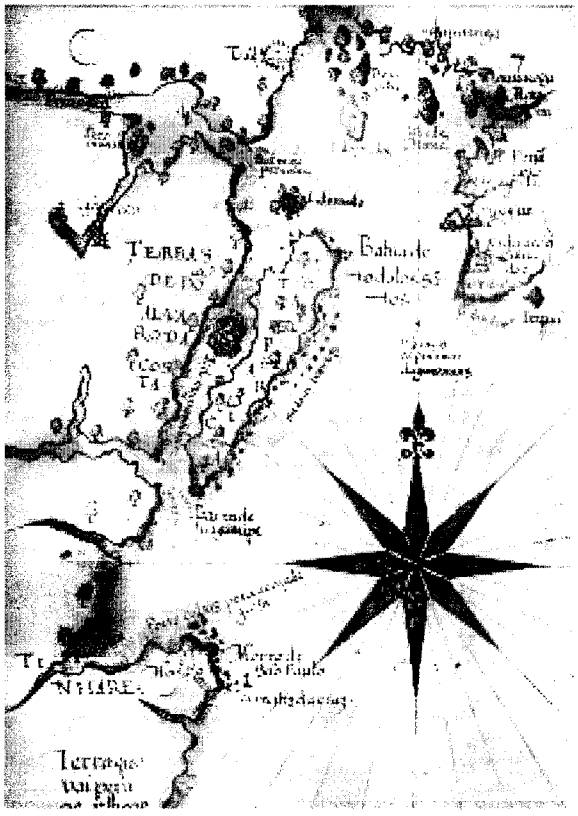


FIG. 17
Baía de todos os Santos
Fonte: ROTEIRO de todos os sinaes ... fl. 7. -



FIG. 18
Barra do porto de Pernambuco
Fonte: ROTEIRO de todos os sinaes ... *fl. 2.*

Neste levantamento, anterior à década de 1580, a ênfase recaía sobre as informações úteis para a navegação próxima à costa, apontando os elementos geográficos que deveriam ser observados para "buscar a terra vindo do mar" e reconhecer estar "bem navegado". Por vezes, demonstrou que o conhecimento sobre o litoral brasileiro ainda era precário, pois tirava partido de associações de imagens para poder situar os navegantes. Assim, falava de ter próximo ao Cabo de Santo Agostinho "por sinal de conhecença pela terra dentro, uma serra Selada como um camelo", e que ao encontrar "umas barreiras de areia branca, que parecem roupa que está a enxugar" aproximava-se de "Itapoam" que distava "três léguas por costa" da Baía de Todos os Santos.[113]

As limitações que havia no conhecimento do Brasil e o caráter náutico da obra, faz com que constem neste *Roteiro* poucas informações sobre as qualidades e potencialidades da terra, bem como sobre as vilas e cidades já existentes, as quais são utilizadas apenas como referência para as rotas de navegação.

Ao longo do século XVI e princípio do XVII, verificou-se que foi sempre crescente a preocupação da Coroa portuguesa no sentido de assegurar o domínio e a ocupação do território brasileiro, exigindo que a

113 - *ROTEIRO de todos os sinaes* ... Op. cit. p. 3v e 4v.

produção cartográfica e outras fontes de informações dessem respaldo a este procedimento de colonização. Isto vai fazer com que o trabalho dos cartógrafos ganhe um cunho de informação mais elaborada sobre a terra.

A *Descripção de todo o maritimo da terra de Santa Cruz chamado vulgarmente, o Brazil*, feita por João Teixeira, no ano de 1640, é representativa desta fase da cartografia brasileira, pois apresenta um avanço na apropriação do território, dando "informação sobre a presença humana, onde ela existia, onde podia desenvolver-se e quais as áreas inóspitas para o povoamento".[114] Em relação ao *Roteiro* elaborado por Luis Teixeira, o trabalho de João Teixeira teve progresso não só no tipo de informação que forneceu, mas também na extensão da área representada, o que se justifica por ser posterior ao primeiro em mais de cinqüênta anos.[115]

Enquadrando-se sob a classificação de Alfredo Pinheiro Marques, como uma "cartografia de ocupação e reconhecimento do litoral", a *Descripção* de João Teixeira servirá, aqui, de base para o desenvolvimento de uma análise, sobre a contribuição da informação cartográfica no processo de povoamento e defesa do território brasileiro àquela época.[116]

João Teixeira principiou sua *Descripção* apontando o Cabo de Santa Maria, "que he a ponta da banda do norte do Rio da Prata" como o local onde tinha início o território brasileiro pela parte austral. A partir daí foi mapeando toda a costa, até a entrada do Grão Pará, "debaixo da equinocial", onde terminava a ocupação portuguesa, sempre apresentando as distâncias, em léguas, entre cada ponto de referência: barras de rios, cabos, ilhas, vilas, cidades.

Ainda mantendo a tradição da cartografia dos séculos XVI e XVII, nesta obra são abundantes as informações náuticas - escritas e gráficas, utilizando uma simbologia que se repete em todas as cartas - necessárias para orientação das embarcações que se aproximavam da costa brasileira, mapeando os surgidouros com boa profundidade, dando as condições de ancoragem junto às ilhas, nas barras dos rios e lagoas,

---

114 - ALEGRIA, Maria Fernanda - Op. cit. p. 202. João Teixeira, filho de Luis Teixeira, foi um dos mais importantes cartógrafos do século XVII, e quem mais contribuiu para o progresso do conhecimento do litoral brasileiro.

115 - Enquanto Luis Teixeira elaborou apenas 12 cartas referentes a pequenas porções do litoral, o trabalho de João Teixeira consta de 31 cartas abrangendo quase toda a costa brasileira. ALEGRIA, Maria Fernanda - Op. cit. p. 196.

116 - Foi utilizada aqui a seguinte edição desta obra: *DESCRIPÇÃO de todo o maritimo da terra de Santa Cruz chamado vulgarmente, o Brazil*. Feito por João Teixeira cosmographo de Sua Magestade. Anno de 1640. Lisboa: I.A.N./T.T.- ANA, 2000. Outro original manuscrito do mesmo autor, datado de 1642, encontra-se na Biblioteca da Ajuda. Sob o título *Descripção de toda a costa da Provincia de Santa Cruz a que vulgarmente chamam Brasil*. Este apresenta diferenças significativas tanto na representação gráfica quanto nas descrições e observações feitas por João Teixeira.

sempre associando-as ao porte das embarcações que ali podiam navegar: caravelas, patachos, "naos groças", ou "barcos da costa".[117]

Mas nela são muitas, também, as informações sobre a faixa litorânea, referentes à fertilidade e salubridade da terra, presença ou ausência de fontes de água, de portos seguros, de tribos indígenas, etc. Dava conhecimento, portanto, daqueles fatores que eram determinantes para o processo de povoamento que estava decorrendo no litoral brasileiro naquela época, sendo também um quadro do estado em que se encontrava este mesmo processo.[118]

Ao longo de toda a costa, indicava extensas áreas sem povoação as quais, em geral, coincidiam com locais com as seguintes características: ausência de portos notáveis, sítios de difícil acesso devido às correntes marítimas, inexistência de rios com boa profundidade para a navegação, infertilidade da terra. Correspondiam, também, com áreas ocupadas por grupos de gentis não amistosos, e que por isso estavam ainda "pouco tratada de portugueses", embora algumas se soubesse que eram férteis em mantimentos. Essas características do território somavam-se às questões de caráter político, econômico e administrativo, determinando, certamente, o processo de ocupação do território brasileiro.[119]

João Teixeira aprofundava o nível das informações sobre as regiões onde havia as principais vilas e cidades, apontando características geográficas e econômicas, que vinham esclarecer sobre a implantação dos aglomerados urbanos naqueles sítios. Segundo Maria Fernanda Alegria, "os troços do litoral mais frequentados e onde a ocupação humana era mais intensa são aqueles onde o levantamento é mais rigoroso e a informação, representada numa escala maior, mais abundante".[120]

---

117 - Sob o aspecto náutico, explorava ainda os pontos da costa brasileira nos quais as embarcações que faziam o caminho para as Índias podiam procurar auxílio para abastecer de água e lenha. Como exemplo, refere-se que próximo a Cabo Frio estava a ilha de "Santa Anna, que tem agoa e lenha, e surgidouro pera naos da India". *DESCRIPÇÃO de todo o maritimo*...Op. cit. fl. 29.

118 - Observa Maria Fernanda Alegria, que "o interior do continente era ainda um grande desconhecido no século XVII e, por isso, a cartografia especificamente terrestre era pobre neste período: representavam-se quase exclusivamente os principais rios, por onde os bandeirantes se aventuravam". Sendo assim, é curioso constatar a forma como João Teixeira apresenta grande parte das suas cartas, como uma "faixa de terra" delimitada pelo oceano e um horizonte marcado por elementos do relevo e da vegetação. ALEGRIA, Maria Fernanda - Op. cit. p. 196.

119 - No sul do Brasil, João Teixeira apontou áreas despovoadas que se estendiam desde o "Rio Grande da Alagoa", só sendo encontrada a primeira povoação de portugueses na capitania de São Vicente, onde disse haver "surgidouros boníssimos, a terra fertilissima, e ares saudaveis". Sendo o primeiro ponto da costa sobre o qual João Teixeira chama a atenção por a terra reunir características favoráveis à exploração e ao povoamento, cogita-se que não por acaso Martim Afonso o escolheu para fundar São Vicente, sendo também a região que concentrou o maior número de vilas no Brasil do século XVI. *DESCRIPÇÃO de todo o maritimo*...Op. cit. fl. 17.

120 - ALEGRIA, Maria Fernanda - Op. cit. p. 198.

É certo que João Teixeira tratou dessas vilas e cidades após estarem implantadas, mas já havia um conhecimento da costa brasileira que vinha sendo construído há décadas e que, certamente, teve uma contribuição na definição dos pontos selecionados para os primeiros estabelecimentos urbanos no Brasil do século XVI.

Em paralelo à produção cartográfica, desenvolvia-se um outro tipo de conhecimento sobre o Brasil. Eram narrativas que tinham a finalidade de expor a história, as riquezas e as qualidades que aquela colônia oferecia a quem quisesse ir povoá-la. Entre as obras deste gênero, constam o *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, escrito por Gabriel Soares de Sousa, por considerar a "pouca noticia, que nestes Reinos se tem das grandezas, e estranhezas" daquela província;[121] e o *Diálogo das Grandezas do Brasil*, de 1618, obra de Ambrósio Fernandes Brandão, dando referências quanto a ser a terra brasileira "disposta para se haver de fazer nela todas as agriculturas do mundo, pela sua muita fertilidade, excelente clima, bons céus, disposição do seu temperamento, salutíferos ares e outros mil atributos que se lhe ajuntam".[122]

O mesmo objetivo tinham as obras de Pero de Magalhães Gandavo - *Tratado da Terra do Brasil* e *História da Província Santa Cruz* - escritas na década de 1570, as quais, segundo Capistrano de Abreu, eram "uma propaganda de imigração" com o objetivo de "excitar as pessoas pobres" da metrópole a irem povoar o Brasil.[123] Isto se confirma quando Gandavo diz que sua intenção era :

> "denunciar em breves palavras a fertilidade e abundancia da terra do Brasil, para que esta fama venha a noticia de muitas pessoas que nestes Reinos vivem com pobreza, e não duvidem escolhe-la para seu remedio; porque a mesma terra he tam natural e favoravel aos estranhos que a todos agazalha e convida como remedio por pobres e desemparados que sejão".[124]

---

121 - SOUSA, Gabriel Soares de - Op. cit. s.p. Gabriel Soares de Sousa residiu no Brasil durante 17 anos. Chegou à Bahia em 1569, interrompendo uma viagem que fazia em busca da Índia. Foi senhor de engenho no recôncavo baiano, transformando-se em um homem poderoso e rico. Em 1586, foi a Madrid onde obteve autorização para fazer uma expedição aos sertões do Rio São Francisco, em busca de prata, ouro e pedras preciosas, na qual faleceu.

122 - BRANDÃO, Ambrósio Fernandes - Op. cit. p. 11. Ambrósio Fernandes Brandão, residiu vinte e cinco anos no Brasil. Foi proprietário de terras em Pernambuco e participou da conquista da Paraíba onde possuiu dois engenhos. Sua obra é composta de diálogos onde Brandônio, um "português com longos anos de residência no Brasil" procura convencer Alviano, "um reinol recém-chegado" sobre as qualidades daquela terra.

123 - ABREU, Capistrano de. Introdução à edição de GANDAVO, Pero de Magalhães - Op. cit. p. 15.

124 - GANDAVO, Pero de Magalhães - Op. cit. p. 22. Gandavo era natural de Braga, insigne humanista e professor de latim. Residiu algum tempo no Brasil, por volta da época do governo de Mem de Sá (1558-1572), não havendo informações precisas sobre os lugares onde esteve, nem sobre o período que aí permaneceu. Escreveu o "Tratado da Terra do Brasil", antes de 1573, mas só foi publicado em 1826. A "História da Província Santa Cruz" foi escrita posteriormente, mas logo publicada em Lisboa em 1576.

A estas narrativas, somavam-se relatos de caráter oficial executados por ordem do poder metropolitano em busca de maiores informações sobre sua colônia. Entre estes cita-se a *Relação das praças fortes e coisas de importância que Sua Magestade tem na costa do Brasil*, datada de 1609,[125] e o já referido livro que dá *Rezão do Estado do Brasil*, ambos da autoria de Diogo de Campos Moreno. Todas estas obras traziam informações sobre os sítios onde estavam implantadas as vilas e cidades do Brasil, bem como sobre aqueles que ofereciam as melhores condições para ocupação. Relacionando-as com os levantamentos cartográficos, torna-se possível obter parâmetros para compor o rol dos fatores que naquela época foram considerados determinantes para a seleção dos pontos a serem povoados no litoral do Brasil, bem como chegar à constatação de que os portugueses priorizaram determinados tipos de situação geográfica para a implantação dos seus aglomerados urbanos.

Tomando como exemplo a capitania de Ilheus, João Teixeira apontou que a porção sul do seu território, apesar de possuir terras férteis e abundantes "agoas para engenhos", estava pouco povoada devido à ausência de portos notáveis. Acrescente-se a esta informação, aquela fornecida por Gandavo sobre a presença dos índios Aymorés nesta região, os quais eram muito ferozes e cruéis, e por isso "muitas terras viçosas estão perdidas junto desta Capitania, as quaes não são possuidas dos portuguezes por causa destes indios".[126] No entanto, mais ao norte da mesma capitania havia uma área que reunia "povoações e villas de consideração", o que estava associado à existência de "muitos rios de boas barras" e à fertilidade da terra, com "citio pera se fazerem grandes fazendas".[127]

Detendo-se na vila de Ilhéus, disse Gandavo: "Esta povoaçam he uma Villa mui fermosa, e de muitos vizinhos, a qual está em cima de uma ladeira á vista do mar, situada ao longo de hum rio onde entrão os navios".[128] A princípio, seu povoamento encontrava-se "em cima no morro de São Paulo, do qual sitio se não satisfez, e como foi bem visto e descuberto do rio dos Ilheos, que assim se chama, pelos que tem defronte da barra, donde a capitania tomou o nome, se passou com toda a gente para este rio, donde se fortificou e assentou a villa de S. Jorge, onde agora está".[129] Com esta mudança de sítio, buscavam talvez, um local que associasse um fácil acesso através de um curso de água, com uma posição relativamente elevada, pois a vila ainda permaneceu a vista do mar.

---

125 - I.A.N./T.T. - Ministério do Reino - Coleção de plantas, mapas e outros documentos iconográficos. *Relação das praças fortes e coisas de importância que Sua Magestade tem na costa do Brasil por Diogo de Campos Moreno. 1609.*

126 - GANDAVO, Pero de Magalhães - Op. cit. p. 34.

127 - *DESCRIPÇÃO de todo o maritimo...* Op. cit. fl. 51.

128 - GANDAVO, Pero de Magalhães - Op. cit. p. 89.

129 - SOUSA, Gabriel Soares de - Op. cit. p. 45.



FIG. 19
Vila de São Jorge dos Ilhéus (1536)
Fonte: DESCRIPÇÃO de todo o maritimo...

Com implantação semelhante foi fundada a vila de Porto Seguro, e sobre o povoamento dessa Capitania, vale resgatar a observação feita por Diogo de Campos Moreno:

> "No rio das Caravellas particularmente donde comessão os Abrolhos como se ve no ponto F na carta que se segue fól. 17 por sua disquirição e sitio forte e fertil se podem fazer grandes povoações e ja nesta parte se principiarão mostrando proveito tanto que se julgou ser este lugar mui a preposito para o fundamento da Capitania por sua fertilidade porem os Antigos fundarão nas mais importantes barras, e maiores portos tendo o sentido no comercio, navegação e grandeza dos navios por que sem comparação fazem diferença os de Santa Crus e Porto Seguro a todos os outros que como vemos são barras de caravellas e de barquos".[130]

Na capitania do Espírito Santo, a vila de mesmo nome situava-se em uma ilha "dentro de hum rio mui grande, de cuja barra dista huma legoa pelo sertam dentro".[131] Na capitania de São Vicente, o mesmo tipo de situação geográfica foi escolhido para a implantação das vilas de São Vicente e Santos.

130 - *REZÃO do Estado do Brasil...* Op. cit. fl. 11.

131 - GANDAVO, Pero de Magalhães - Op. cit. p. 91.

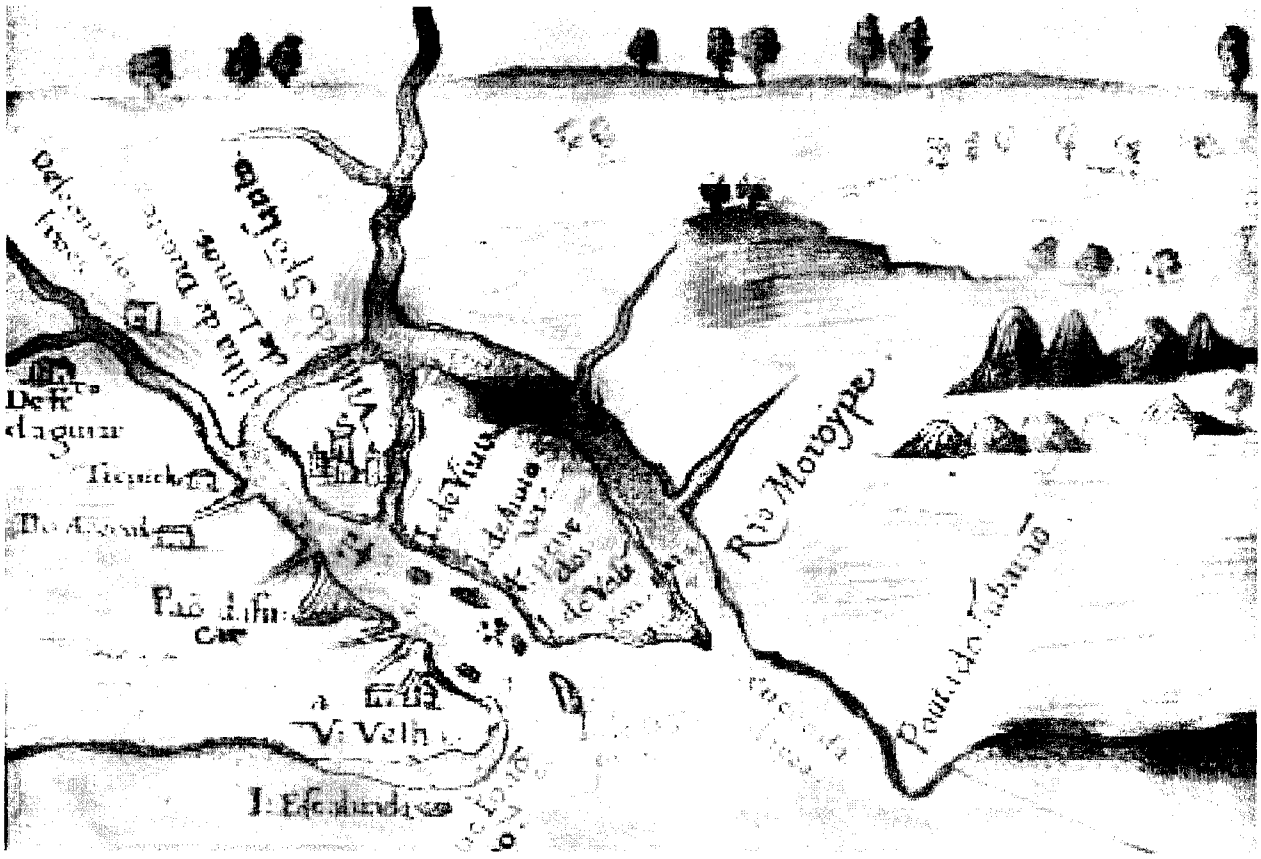


FIG. 20
Vila do Espírito Santo (1535)
Fonte: DESCRIPÇÃO de todo o maritimo...

Nesta análise, constata-se duas situações diferentes, sendo povoada ora a margem de um rio, ora uma ilha, mas em todos os casos, guardando uma certa distância em relação à barra dos rios, não estando as vilas expostas diretamente para o litoral.

Através destes exemplos, cabe atentar para a repetição das formas de implantação de núcleos urbanos anteriormente identificadas - adentrando os rios, em ilhas próximas ao litoral, no interior de baías - tanto no Reino quanto em outros territórios conquistados pelos portugueses, constatando-se a circulação das informações e a assimilação e apropriação destas na realidade brasileira.

É importante ressaltar que nos casos acima referidos, trata-se de vilas implantadas por iniciativa dos donatários das capitanias, ou de seus emissários. Outras informações podem ser acrescidas ao observar os sítios selecionados para a fundação das cidades que, no século XVI e início do XVII, surgiram por intervenção direta da própria administração portuguesa, utilizando, por vezes, a orientação de profissionais que detinham conhecimentos específicos na matéria.

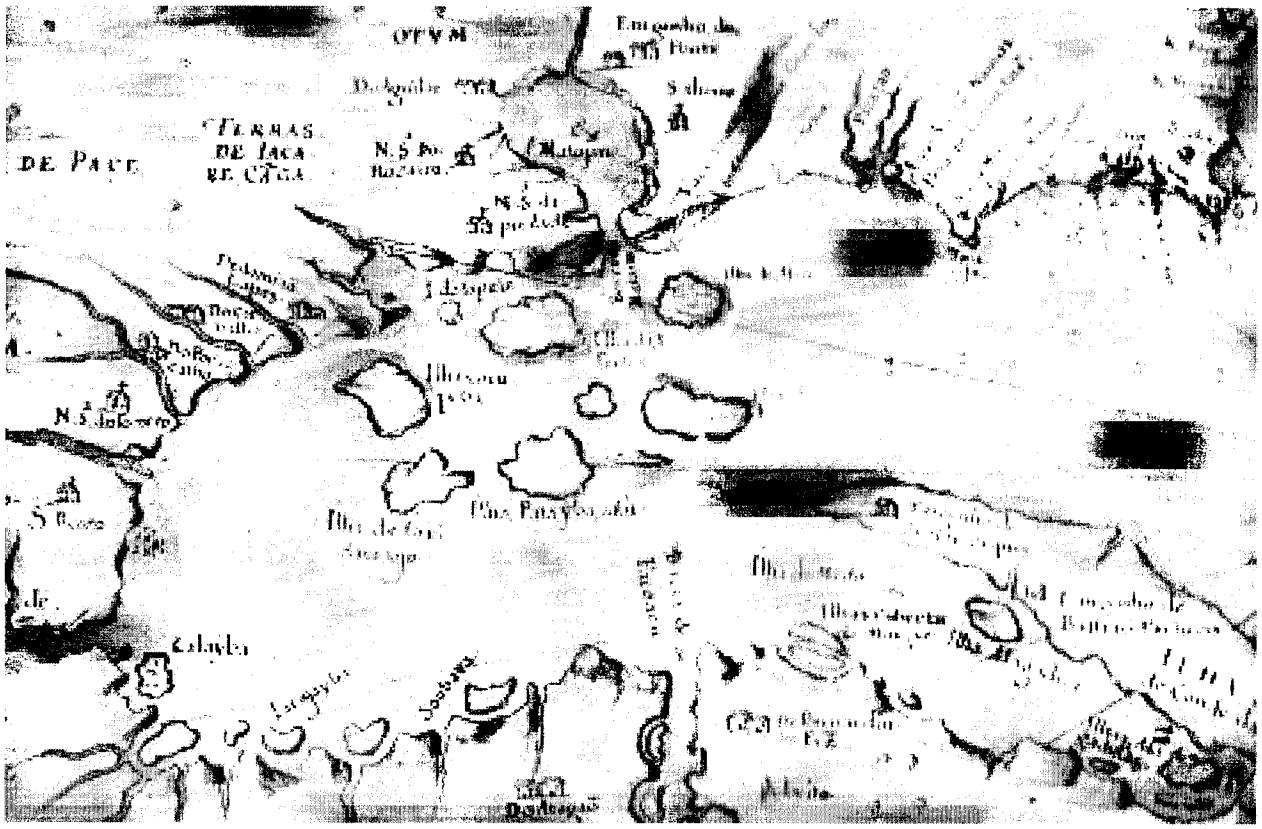


FIG. 21
Cidade de Salvador e a ocupação do entorno da Baía de todos os Santos.
Fonte: DESCRIPÇÃO de todo o maritimo...

A primeira dessas cidades foi Salvador. Quando da sua fundação havia já uma "cerca" construída pelo antigo donatário da capitania da Bahia, que serviu de apoio para Tomé de Sousa dar início à construção da povoação determinada pelo Regimento que trazia consigo. No entanto, estava o rei de Portugal informado "que o luguar em que ora esta a dita cerqua não he comveniente pera se ahy fazer e asentar a fortaleza e povoação que ora ordeno que se faça e que sera necesario fazer se em outra parte mais pera demtro da dita bahia". Recomendava também, que o sitio a ser escolhido deveria ser "sadio e de bons ares e que tenha abastamça de auguoas e porto em que bem posão amarar os navios e vararem se quando comprir por que todas estas calidades ou as mais delas que poderem ser compre que tenha a dita fortaleza e povoação por asy ter asemtado que dela se favoreção e provejão todallas terras do Brasil".[132]

Portanto, o Regimento de Tomé de Sousa já trazia explícitos os fatores que foram determinantes na escolha do local para a fundação de Salvador: a disposição do porto, a salubridade e qualidade da terra, além de uma posição que assegurasse estar a cidade resguardada da observação direta de quem se aproximava pelo mar, sendo por isso,

132 - REGIMENTO que levou Tomé de Sousa ... Op. cit. p. 45-50.

recomendado que fosse colocada no interior da baía.[133] Na verdade, as recomendações contidas no Regimento de Tomé de Sousa, expressavam o resultado daquela longa experiência que os portugueses detinham, vivenciando o tão antigo processo de povoamento de seu próprio território e o estabelecimento das suas bases nos demais lugares por eles conquistados.

No caso do Rio de Janeiro, o interior de uma grande baía também foi o sítio escolhido para a fundação da cidade. João Teixeira fez um relato que esclarece o fato daquela região ter sido tão cobiçada pelos franceses:

> "he o milhor e mais seguro porto da costa do Brasil e dos milhores do Mundo, não soo por sua grandeza e bom fundo, e por ser capaz de muitas, e grandes naos, mas tãobem, por ser de grande trato, assi pela grande abundancia de asucar que nele ha, e de outras fazendas de presso, como tãobem pelo muito que dele se negocea pera o Rio da Prata de que vem a ser a terra riquissima. He tãobem abundante de madeiras e mais cousas nessesarias pera fabrica de navios, he fertelissima de mantimentos de que se tirão pera muitas partes".[134]

À fertilidade e abundância oferecidas pelo sítio, somava-se a excepcionalidade e segurança do porto, onde "ainda que vente tormenta do sul (...) chega o mar tão quebrado aos navios, que apenas os faz mover".[135] Resguardada no interior desta baía estava a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro sobre a qual disse o jesuíta Fernão Cardim: "A cidade está situada em um monte de boa vista para o mar e dentro da barra tem uma baía que bem parece que a pintou o supremo pintor e arquiteto do mundo, Deus Nosso Senhor, e assim é coisa formosíssima e a mais aprazível que há em todo o Brasil, nem lhe chega a vista do Mondego e Tejo".[136]

Estando assim implantada, a cidade se beneficiava sob os aspectos da defesa, da salubridade e aprazibilidade que podia desfrutar daquela paisagem que "he uma das cousas nobres que a natureza creou".[137] Repetiam-se, portanto, os mesmos requisitos que estavam presentes no Regimento de Tomé de Sousa para orientar a fundação da cidade de Salvador.

---

133 - Em sua "descrição", João Teixeira observou que "toda a cercunferencia" da Bahia de Todos os Santos estava "povoada de requissimas fazendas e emgenhos de asucar", havendo sido cumprida uma das recomendações feitas a Tomé de Sousa, que era favorecer a ocupação e aproveitamento econômico das ribeiras dos rios que desaguavam naquela baía. *DESCRIPÇÃO de todo o maritimo* ... Op. cit. fl 54.

134 - *DESCRIPÇÃO de todo o maritimo* ... Op. cit. fl. 26.

135 - RELAÇÃO das Capitanias do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo LXII, Parte I. Rio de Janeiro, 1900. p. 22.

136 - CARDIM, Fernão - Op. cit. p. 170.

137 - RELAÇÃO das Capitanias do Brasil ... Op. cit. p. 22.

Também as vilas e cidades então existentes na região situada entre as capitanias de Pernambuco e Rio Grande, oferecem uma amostra sobre o tipo de situação em que eram colocados estes núcleos urbanos. Na capitania de Itamaracá, a vila da Conceição foi implantada numa ilha, mas em posição resguardada em relação à desembocadura do rio, o qual fazia-se necessário subir para chegar à vila de Igarassu.

Olinda, sede administrativa de Pernambuco, foi fundada mais próxima à costa, em posição topográfica elevada, "em hum alto livre de padrastos, da melhor maneira que foi possivel" onde Duarte Coelho "fez huma torre de pedra e cal, que ainda agora está na praça da villa".[138] Embora sua localização possa ser associada à tradição de se obter defesa através da altura, tal posição acabou por se mostrar desfavorável à construção de um sistema defensivo para proteção da vila, ao mesmo tempo que a privava de um porto mais acessível, o qual estava no Recife. Estes fatores de implantação foram determinantes para que Olinda não alcançasse um desenvolvimento urbano compatível com a prosperidade econômica de Pernambuco.

FIG. 22
Vilas de Olinda, Igarassu e Nossa Senhora da Conceição de Itamaracá.
Fonte: DESCRIPÇÃO de todo o maritimo...



138 - SOUSA, Gabriel Soares de - Op. cit. p. 23.

As cidades de Filipéia, na Paraíba, e do Natal, na capitania do Rio Grande, foram fundadas pela Coroa portuguesa em sítios estrategicamente posicionados a algumas léguas de distância da costa, na margem de rios que faziam a ligação direta ao mar, e cujas barras estavam resguardadas por fortificações.[139]

Após esta análise da cartografia e descrições feitas por João Teixeira, associada às demais narrativas referidas sobre o Brasil, é possível visualizar que, de fato, houve características que foram constantemente observadas quando da implantação das vilas e cidades do Brasil do século XVI e início do XVII. Estes núcleos urbanos foram colocados próximos ao litoral, mas em geral, não estavam diretamente situados na costa, nem expostos à visão daqueles que chegavam pelo oceano, pois sempre que possível, seus fundadores buscaram locais recuados em algumas léguas da linha do mar, e resguardados por algum acidente geográfico. Ao mesmo tempo, tinham acesso direto para o mar, através de rios e baías, uma vez que este contato era imprescindível para sobrevivência dos povoadores. Tal tipo de implantação permitia fazer portos em águas mais tranqüilas, protegidos das correntes e ventos do oceano, o que facilitava a ancoragem e carregamento das embarcações.[140] Sobre isso cabe ainda recordar que nas cartas de doação das capitanias já havia a observação quanto a poderem os donatários fazer vila "das povoaçoes que estyverem ao lomgo da costa da dita terra e dos rios que se navegarem",[141] tendo prioridade os sítios com essas características.

Observavam ainda uma "posição de vigia", pois quase sempre estavam colocados de maneira que tivessem uma ampla visão de todo seu entorno, possibilitando identificar a aproximação de qualquer infantaria ou embarcação. Este era, de fato, um aspecto que requeria grande atenção, embora não fosse o único determinante para a seleção do sítio a ser povoado. Na realidade brasileira daquele período, assegurar a defesa era medida de sobrevivência, e sobre essa questão é curiosa a seguinte recomendação feita ao Governador Geral, Gaspar de Sousa, por carta datada de 17 de Agosto de 1612:

> "Fui informado que estando a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro edificada em hum monte onde a principio se fundou, que he sitio

139 - *DESCRIPÇÃO de todo o maritimo* ... Op. cit. fl. 67-76.

140 - Vale salientar que além das principais cidades e vilas encontradas no litoral, João Teixeira mapeou diversas povoações de menor porte - "Goropary" no Espírito Santo, "Cumã" no Maranhão, "Boipeba" na Bahia - que também estavam implantadas em condições semelhantes - adentrando rios, protegidas por algum elemento geográfico - sendo este mesmo tipo de situação escolhida para diversos aldeamentos de catequese.

141 - I.A.N./T.T. Doação da Capitania de Pernambuco. In. CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte - Op. cit. p. 13.

> defenssavel, se vai passando para baixo ao longo da praia que esta aberta e sem defenssa; e por desejar que se conserve aonde primeiro se edificou mandei passar provisão per que ordeno que os officiais do governo sejão todos os annos de hua e outra parte, como vereis pella mesma provisão, a qual vos encomendo façaes cumprir e ordeneis que a dita povoação se conserve em cima como esta e se não mude para baixo a camara, cadea e pelourinho como sou informado se intentou ja e me avisareis de tudo o que fizerdes nestes particulares".[142]

Mesmo reconhecendo o papel fundamental da questão defensiva para o estabelecimento das vilas e cidades brasileiras, não cabe justificar tal procedimento apenas pelo viés das "velhas preferências medievais pela defesa através da altura", no dizer de Robert Smith.[143] Faz-se necessário uma compreensão mais ampla das condições em que se deu o povoamento do Brasil, e dos objetivos que os portugueses pretendiam alcançar com a sua colonização, para que se possa avaliar os demais fatores que também condicionavam a escolha dos sítios a serem povoados.

É evidente que os objetivos pretendidos com a colonização do Brasil, tiveram influência sobre a implantação desses núcleos urbanos, pois a eles estava associada a estrutura administrativa, jurídica, financeira e militar da colônia, assim como parte da ação religiosa.

Era nas vilas e cidades que estavam os pontos de apoio para a comercialização e embarque da produção agrícola, bem como as instituições que fiscalizavam esta atividade, e recolhiam o quinhão que se destinava à Fazenda Real. A todos interessava povoar as terras de grande potencial econômico, garantindo rendimentos certos e recompensadores diante dos investimentos feitos. Por isso tais características eram sempre das primeiras a serem referidas em todas as descrições de época, fosse para exaltar as qualidades dos sítios - a exemplo da baía da Guanabara e do recôncavo baiano - ou para justificar a não ocupação de determinada região, como o Ceará, que apesar de bom porto e local estratégico para defesa territorial, não passava de uma povoação "pequena de moradores e sítio", e que não prometia "para o diante muita grandeza, por a terra de seus derredores não servir para mais que para mantimentos".[144] Por sua vez, a região do Pará e Maranhão era promissora, com locais excelentes para fazer povoações, pois tinham abundância de água, terra fértil, bons ares, excelentes madeiras, muito mantimento da terra, caça e pesca que se obtinha com pouco trabalho.[145]

---

142 - Documento publicado em: *CARTAS para Álvaro de Sousa e Gaspar de Sousa (1540-1627)*... p. 100.

143 - SMITH, Robert C. - *Urbanismo Colonial no Brasil*. Trabalho originalmente apresentado no II Colóquio Internacional de Estudos Luso-brasileiros (São Paulo, 1954), e publicado na revista Arquitetura, n. 50, 1967. s/p.

144 - BRANDÃO, Ambrósio Fernandes - Op. cit. p. 16.

145 - Id. ibid. p. 16.

Da conciliação entre a escolha do sítio a povoar e as diversas funções relacionadas com os núcleos urbanos, dependia o sucesso ou o fracasso da iniciativa. Como exemplo, vale a observação feita por Diogo de Campos Moreno, para o caso de Itamaracá, onde a vila da Conceição foi colocada na ilha "em que os fundadores setuavão por se valer contra o gentio, e cosairos, e assi elegerão sitio mais conviniente a se defender que a se amplear", e apesar de ser terra fértil, tendo em suas várzeas dez engenhos que faziam fino açúcar, além do pau-brasil que cortavam, "nunqua a povoação creseo cousa consideravel nem passou de trinta vizinhos".[146]

Por sua vez, a atividade religiosa, em geral sediada nos núcleos urbanos, caracterizou-se no Brasil por uma ação fundamental sobre a população nativa residente no entorno dos mesmos núcleos, fazendo com que nas proximidades surgissem outros aglomerados de fins exclusivamente religioso, assim denominados: "curral dos padres", "Aldeia dos padres", "Aldeia dos indios dos padres". E considerando a informação fornecida por Diogo de Campos Moreno sobre a capitania de Porto Seguro, vê-se que a presença da Igreja era tão determinante no processo de povoamento, quanto as questões econômicas ou defensivas. Disse ele:

> "Este Rio das Caravellas se despovoou por falta de quem lhes dicesse missa por quanto o vigario de Porto Seguro pella pobreza da terra nem lhes podia administrar coadiutor nem por elles dezemparar a villa ou darlhes licença que vivessem sem missa antes os obrigava que a viessem ouvir a villa pello que não avendo outro remedio a despovoarão. O governador Dom Diogo de Meneses o anno de 610 mandou que os moradores daquelle citio tornassem a suas casas e lhes deu hum coadiutor que faltava naquella vigairaria".[147]

Por fim, verifica-se que a implantação de um sistema defensivo na costa do Brasil, também estava diretamente relacionada com a presença dos núcleos urbanos. Através das cartas de João Teixeira observa-se que, até aquela época, não havia fortificações dissociadas da existência de uma vila e, mais particulamente, das cidades fundadas pela Coroa portuguesa. Ou seja, vilas, cidades e fortificações faziam parte de um único sistema de ocupação e defesa do litoral.

Assim, à entrada da baía da Guanabara havia todo um sistema defensivo associado à presença da cidade do Rio de Janeiro. Em Salvador, as fortificações estavam muito mais próximas do núcleo urbano, guardando seu entorno imediato, provavelmente, por não ser possível em uma baía de tão grandes dimensões, articular de outra maneira a sua

146 - *REZÃO do Estado do Brasil...* Op. cit. fl. 96.

147 - Id. ibid. fl. 11-11v.

defesa. Na Paraíba e Rio Grande, a construção do sistema defensivo e a fundação das cidades foram parte de uma ação única por parte da Coroa portuguesa e compunham um conjunto implantado para atender diversos objetivos imprescindíveis para a colonização daquela região - defesa, povoamento e expansão do território.[148]

Portanto, verifica-se que havia toda uma "lógica" que orientava a seleção dos sítios onde foram colocadas as cidades, vilas e demais povoados fundados no litoral brasileiro, entre o século XVI e princípio do século XVII. A análise desta *Descripção* feita por João Teixeira, permite observar a existência dessa "lógica", a constância de um "pro-

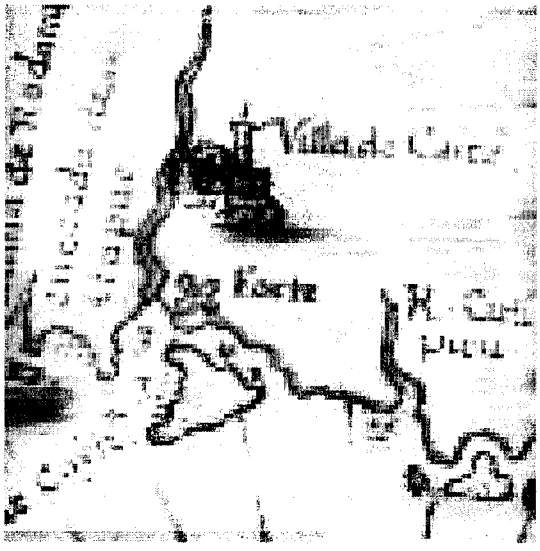
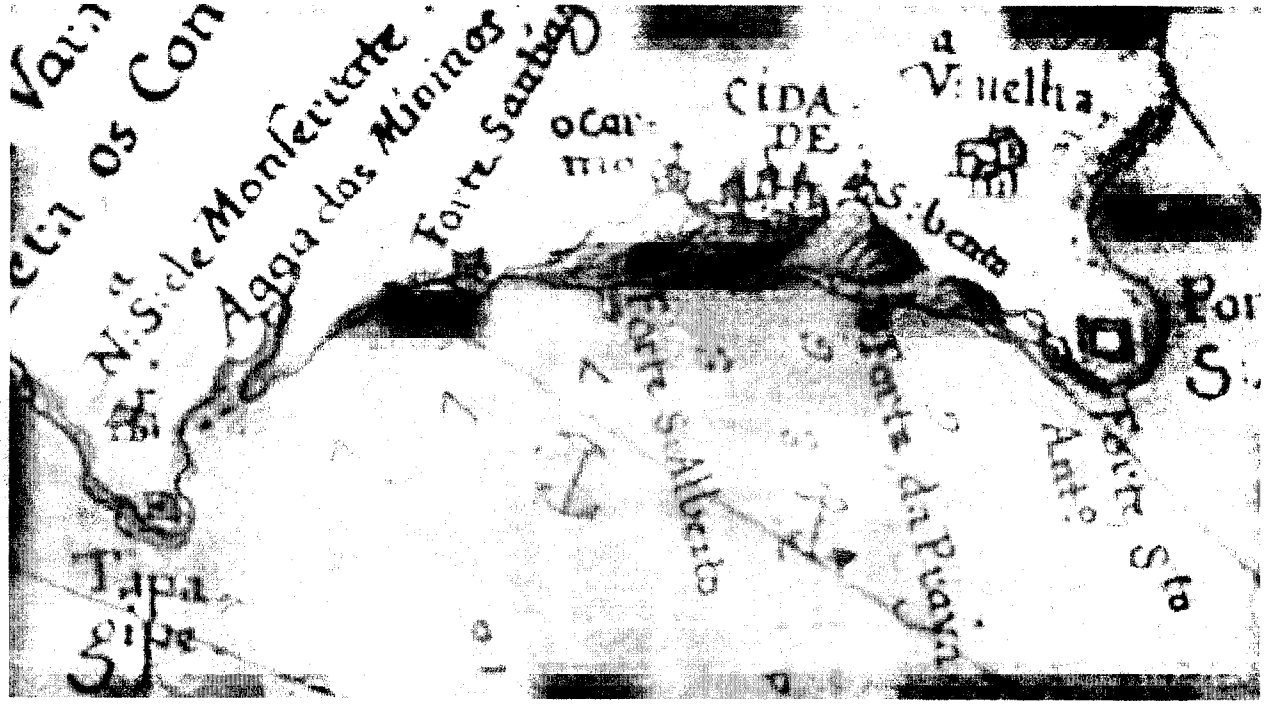


FIG. 23
Vila de Caité no Maranhão
Fonte: DESCRIPÇÃO de todo o maritimo...

FIG. 24
Cidade de Salvador com seu sistema defensivo
Fonte: DESCRIPÇÃO de todo o maritimo...



148 - Segundo Maria Fernanda Alegria, "os fortes espalham-se por todo o litoral, com maior densidade na costa norte, sujeita a incursões de franceses a partir de 1555 até 1620, de ataques dos ingleses entre 1582 e 1595 e, sobretudo, dos holandeses". ALEGRIA, Maria Fernanda - Op. cit. p. 200.

cedimento" e contribui para questionar comentários que por muito tempo foram aceitos sobre essa matéria, mas que, progressivamente, vêm sendo revistos à medida que surgem novos estudos.

Sendo assim, faz-se necessário indagar a partir de que ótica Robert Smith observava o povoamento do Brasil para comentar que os portugueses elegiam "estes sítios incômodos para seus centros de civilização", encontrando justificativa para isso apenas nas "velhas preferências medievais pela defesa através da altura", quando na verdade, havia tantos outros fatores que determinavam esta escolha.[149] Com certeza, os portugueses priorizavam uma posição elevada para estabecer seus aglomerados urbanos, mas a permanência desse procedimento era imposta pela necessidade de dominar tão extenso território, sem que houvesse outros recursos disponíveis para atingir tal fim.

Smith também afirma que "quase a totalidade das povoações primitivas foi localizada na costa, diretamente à beira mar".[150] De fato, a maior parte delas estava na costa, mas dificilmente eram diretamente expostas ao mar. A exemplo, as cidades de Filipéia, na Paraíba e de Natal, no Rio Grande, colocadas a algumas léguas da barra dos rios onde se situaram, levaram séculos até suas malhas urbanas alcançarem o mar.

FIG. 25
Cidade do Natal e barra do Rio Grande
Fonte: DESCRIPÇÃO de todo o maritimo...

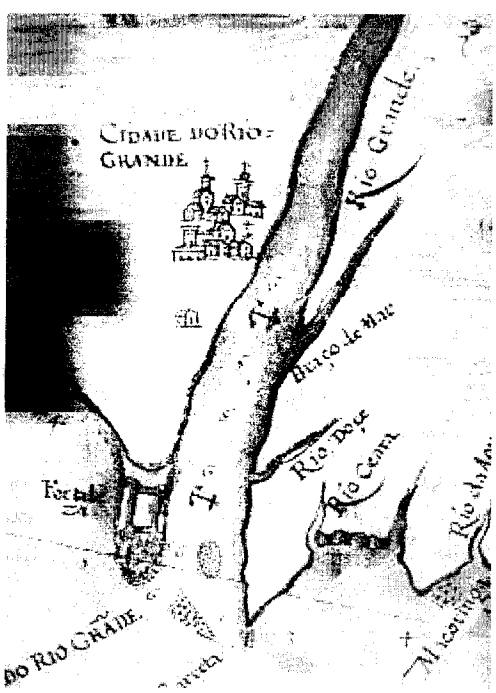
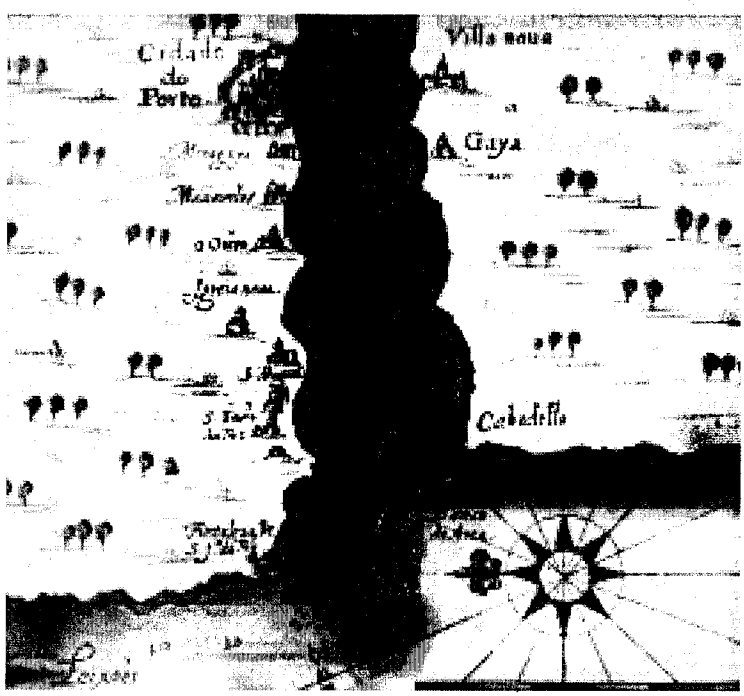


FIG. 26
Cidade do Porto e barra do Rio Douro
Fonte: Atlas de João Teixeira



149 - SMITH, Robert C. - *Urbanismo Colonial no Brasil...* s/p.

150 - Id. ibid. s/p.

Sobre a localização da cidade de Salvador, questiona-se também a seguinte observação feita por Luís dos Santos Vilhena, e comentada por Smith: "Há para sentir o terem os antigos elegido a situação desta cidade em uma verdadeira costa, sobre uma colina escarpada, cheia de tantas quebras e ladeiras, (...) desprezando um sítio talvez dos melhores que haja no mundo". Este sítio seria, segundo Smith, a planície mais perto da barra ou alguma das ilhas da baía, defendendo uma idéia oposta à orientação dada pelo Regimento de Tomé de Sousa, o qual recomendava rejeitar uma estrutura pré-existente situada perto da barra, por não considerar tal posição favorável à cidade sede do governo metropolitano no Brasil.[151]

Fica claro que as informações fornecidas pelos cartógrafos sobre o território brasileiro, foram fundamentais para orientar a seleção das áreas a ocupar. Identifica-se procedimentos que se repetiam constantemente, ao longo dos séculos XVI e XVII, independente da hierarquia - cidade, vila ou povoado - e do agente responsável pela fundação dos aglomerados urbanos - donatários, Coroa portuguesa, Igreja.

Mas quanto à implantação dos núcleos urbanos, qual seria o domínio de conhecimento dos seus fundadores? um conhecimento teórico que balizasse suas ações, ou tão somente uma prática de implantar cidades que se repetia em todo o mundo português?

E principalmente, cabe averiguar como as diversas funções que foram sendo definidas para o Brasil colonial - econômica, religiosa, administrativa e militar - estiveram rebatidas na construção do espaço daquelas vilas e cidades, e qual o papel que estas desempenharam no cumprimento das referidas funções?

As respostas para estas questões buscar-se-á aprofundando o conhecimento sobre uma cidade em específico - a Filipéia de Nossa Senhora das Neves - procurando entender o seu 'caráter e espírito' de cidade colonial brasileira.

Os termos 'acaso e intencionalidade', 'pragmatismo e conhecimento', constituem um pano de fundo para a compreensão do processo de povoamento do Brasil. Questiona-se até onde a colonização brasileira foi tratada apenas pela aplicação de medidas de caráter pragmático, e qual foi a contribuição que um 'conhecimento construído' teve no direcionamento desse processo, seja na escolha dos sítios que eram ocupados, seja na 'forma' que ganharam esses núcleos de povoamento.

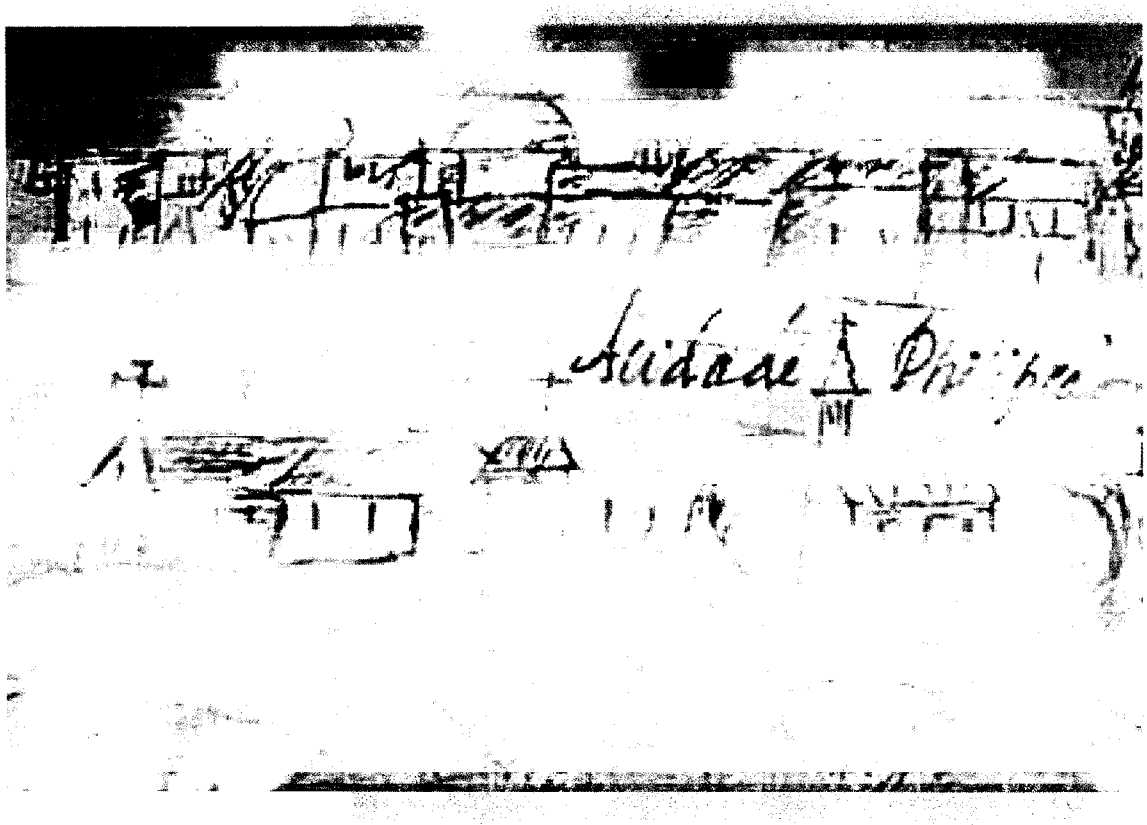
---

151 - VILHENA, Luís dos Santos - Recompilação de notícias soteropolitanas. Vol. 1. Bahia : s.e., 1921. p. 109. Apud. SMITH, Robert C. - *Urbanismo Colonial no Brasil...* s/p.

CAPÍTULO 3

A Capitania Real da Paraíba e a cidade de Filipéia de Nossa Senhora das Neves

1585 - 1634



Fonte: Relação das praças fortes... I.A.N./T.T..

"Del Rio Grande al susueste 40 leguas esta el cabo Blanco y antes del quatro leguas esta el Rio de la Paraiba y en el el fuerte del Cabedelo y del a quatro leguas por el rio arriba la ciudade de Phelipea de Nuestra Senora de las Nieves que es govierno sujeto ao Brazil, y esta em seis grados y dos tercios de grado, y tiene 20 leguas de districto por la marina y dos puertos que se dicen Parayba y Bahia de la Traicion de quatro brazas de fondo de baxa mar"

B.N.M. - MSS 3015 – fl. 1-7. 1629, Setembro, 30, Madrid

CAPÍTULO 3.1

O Rio Paraíba e a cidade Filipéia - fortificar para povoar

Os dias de hoje estão distantes em alguns séculos do tempo da fundação da capitania da Paraíba e da cidade de Filipéia de Nossa Senhora das Neves. Neste percurso, muitas das informações que seriam fundamentais para recriar com mais fidedignidade essa longa história já se perderam. Se a cidade edificada com materiais de maior longevidade, hoje guarda escassos registros daquele tempo, sobreviventes de tantas transformações no meio urbano, o que dizer das informações que tinham por suporte o efêmero papel dos documentos?

Tarefa difícil tentar reconstruir uma cidade do final do século XVI, reunindo fragmentos em uma documentação escassa, e também de escassas informações, pois pouco se atentava, naquela época, para a estrutura edificada que abrigava a vida no Brasil colonial. Na quase totalidade das fontes ainda disponíveis, verifica-se que cabia-lhes muito mais os aspectos administrativos e financeiros referentes à colônia, e quando alguma edificação ou logradouro público era referenciado, em geral, era sobre estas questões que tratavam: solicitavam, ou justificavam e prestavam conta de recursos utilizados na construção daqueles espaços necessários ao andamento de uma vida em sociedade, e ao cumprimento das diversas funções que à cidade cabia desempenhar dentro daquele contexto.

E como ultrapassar essa barreira? Sobre que bases era possível viabilizar a reconstrução da Filipéia? Os caminhos que foram se revelando, demonstraram que era necessário recorrer a uma compreensão mais ampla da realidade da época, buscar parâmetros fornecidos por situações semelhantes, estabelecer comparações, por fim, recriar com alguma solidez documental a história que o tempo, e os próprios homens, não ofereceram as condições de permanência. Todos estes artifícios pareceram válidos para chegar a um melhor conhecimento sobre os meandros percorridos quando da fundação de um núcleo urbano durante a primeira centúria da formação do território brasileiro.

Definiu-se como ponto de partida, identificar os fatores que haviam sido determinantes para a seleção do sítio a ser povoado, e para a implantação das fortificações, procurando respostas para algumas questões levantadas anteriormente. Na seqüência, era preciso conhecer quem foram os homens que desempenharam o papel de agentes da história desse povoamento. E avançando em direção à Filipéia, cabia percorrer, no tempo,

a sua construção, procurando captar a existência de alguma 'lógica' que justifique a estrutura urbana obtida, além de entrever a vivência da sociedade que deu 'alma' àquela cidade. Estas são questões que aguçam a curiosidade e exigem um aprofundamento, e ao abordá-las, lança-se mais um olhar sobre a morfologia e a imagem das vilas e cidades brasileiras do período colonial.

Mas ao procurar uma aproximação com a realidade específica da Filipéia, uma dúvida se apresentou desde o início: qual o caminho a seguir para adentrar aquele espaço urbano? Anteriormente, analisando os objetivos definidos pelo poder metropolitano para a colonização do Brasil, constatou-se que a ocupação e o aproveitamento da terra eram sempre apontados como os pontos prioritários deste processo, mas que para serem atingidos requeria que fossem adotadas outras medidas de caráter defensivo e administrativo.

Da mesma forma, verificou-se que, para a fundação da capitania da Paraíba, fez-se necessário deflagrar todo um processo de reconquista daquele território, que estava sendo explorado por franceses, com o auxílio e proteção dos aliados Potiguaras. Sendo assim, para viabilizar o povoamento e a exploração econômica da região, e lá implantar a religião, a administração e a justiça, impostas pelo Reino, foi preciso, em primeiro lugar, assegurar seu domínio através da criação de estruturas defensivas onde se abrigaram as tropas de portugueses e espanhóis, que enfrentaram constantes assédios dos inimigos, mas que acabaram por implantar ali uma capitania sob a administração direta de Sua Majestade.

Portanto, a origem da capitania da Paraíba e da cidade Filipéia está associada à existência de fortins e fortes, os quais deram guarida aos homens que se aventuraram nessa conquista, constituindo os 'escudos' necessários para guardar aquele embrião de povoamento. Por isso, antes de alcançar o sítio onde, em 1585, acabou por ser fundada a Filipéia, faz-se necessário percorrer a desembocadura do Rio Paraíba e seguir o percurso das fortificações que antecederam o surgimento daquele núcleo urbano.

A existência do Rio Paraíba, ou Rio de São Domingos, como era também denominado na cartografia de época, foi determinante para a história dessa região, pois constituía a via de acesso a uma área de grande potencialidade econômica, tanto pelas ricas matas de pau brasil que possuía, como pelas férteis várzeas propícias ao cultivo da cana-de-açúcar e construção de engenhos. Sobre isto se referiu o Frei Vicente do Salvador, dizendo ter o Rio Paraíba "muito maior porto, e capaz de maiores embarcações, que o de Pernambuco", e ter "huma varzea de mais de quatorze legoas de comprido, e de largo duas mil braças, toda retalhada de esteiros, e rios caudaes de agoa doce", com abundância de mangues que

forneciam "lenha pera se cozer o assucar, e pera cinza da decoada em que se limpa" e depura o mesmo açúcar.[1] O Rio Paraíba ficou registrado, também, no relato de Gabriel Soares de Sousa, datado de 1587:

> "Tem este rio hum ilheo da boca para dentro, que lhe faz duas barras, e pela que está da banda do norte entrão caravelões, que navegão por entre a terra e os arrecifes até Tamaraqua, e pela outra banda entrão as náos grandes, e porque entrão cada anno neste rio náos francezas a carregar o páo da tinta, com que abatia o que hia para o reino das mais capitanias por conta dos portuguezes (...) este rio da Paraíba he mui necessario fortificar-se, a huma por tirar esta ladroeira dos francezes delle, a outra por se povoar, pois he a terra capaz para isso, onde se podem fazer muitos engenhos de assucar. E povoado este rio, como convem, ficão seguros os engenhos da capitania de Tamaraqua, e alguns da de Pernambuco, que não lavrão com temor dos Pitagoares, e outros se tornão a reformar, que elles queimavão e destruião".[2]

Portanto, naquela época, fortificar e ocupar as margens do Rio Paraíba era uma medida estratégica que possibilitaria tanto a exploração econômica, quanto a defesa de toda a região. Para tanto, a barra do rio oferecia boas condições, pois entrando uma légua acima, os navegantes deparavam-se com "huma ilha formosa de arvoredos de huma legoa de comprido, e hum terço de largo, defronte da qual está o surgidouro das náus capaz de grande quantidade dellas, e abrigado de todos os ventos".[3]

Nesta ilha, em 1579, como resultado da expedição capitaneada por João Tavares - escrivão da câmara e juiz dos órfãos de Pernambuco - para conquista da Paraíba, foi erguido "um fortim de madeira".[4] Embora sejam

---

1 - SALVADOR, Frei Vicente do - Op. cit. p. 96.

A esta descrição pode-se acrescentar: "Pois as outras varzeas que ha entre Pernambuco e Parayba, e fazem ao longo dos rios, que, entre estas duas capitanias mais pegadas ao Parayba, entram no mar, não promettem menos proveito, antes muito grande." SUMMARIO das armadas que se fizeram... Op. cit. p. 25. Esta obra foi feita por mandado do padre Chistovão de Gouveia. Este exerceu a função de visitador da Companhia de Jesus, em toda a Província do Brasil, entre os anos de 1583 e 1590, período em que deve ter sido escrito este Summario.

2 - SOUSA, Gabriel Soares de - Op. cit. p. 17-20.

3 - SALVADOR, Frei Vicente do - Op. cit. p. 96.

4 - Sobre este fortim deu notícia o Frei Jaboatão, dizendo ter sido João Tavares enviado à Paraíba, por ordem do Rei D. Henrique, por volta dos anos de 1578 ou 79, "com alguma gente, o qual no lugar, que chamão Ilha da Camboa, entre a cidade, e a barra, levantou hum fortim, que guarneceo com presidio, e não achamos que se seguisse desta empreza outro effeito". Na mesma obra, o autor afirma que tal informação foi extraída "de huma memoria do Convento [franciscano] da Paraiba, onde diz, fallando de Fructuoso Barbosa: pareceo bem ao Capitão Fructuoso Barbosa, passar hum forte, que estava na Ilha da Camboa do tempo de João Tavares, Capitão que fora da Paraiba". JABOATÃO, Frei Antonio de Santa Maria - Op. cit. p. 95 e 98.

Esta informação foi adotada por diversos historiadores, mas posta em causa por outros, sob a alegação de não haver referência ao mesmo fato em obras contemporâneas à fundação da Paraíba, se diante do desconhecimento da fonte documental citada pelo Frei Jaboatão. Ver: LINS, Guilherme Gomes da Silveira d'Avila - *Um primitivo núcleo colonial na Paraíba (1578-1579), situado na ilha da Restinga, que nunca existiu.* João Pessoa: Fabulação, 2003.

contraditórias as informações sobre a existência deste forte, considera-se que não seria pouco provável que tal sítio fosse escolhido para abrigá-lo, pois estando aquela ilha "na ponta fronteira a barra" do rio, apresentava-se como um lugar, ao mesmo tempo seguro, resguardado e de posição estratégica para observação e defesa contra as investidas dos inimigos. Provavelmente, o fato de ter a ilha - atualmente denominada Restinga - uma pequena superfície, podendo ser vigiada por um reduzido número de homens, também seria um fator considerado nessa escolha. Mesmo assim, registram os historiadores que este fortim teve vida efêmera, pois foi desalojado pelo gentil, fracassando a tentativa de ocupação da região.[5]

Na seqüência, entre os anos de 1579 e 1582, esteve Frutuoso Barbosa à frente das expedições que se destinavam a esta região, por ter sido designado como capitão-mor da conquista da Paraíba. Ao assumir esta função, é certo que lhe foi entregue um regimento, pois assim procedia o poder metropolitano, emitindo ordens específicas para cada um dos seus representantes nas colônias, através de cartas e regimentos, uma vez que no Império ultramarino português predominava uma administração de tipo "comissarial".[6]

Embora este regimento não seja conhecido, nele constava a ordem para a construção de um forte - determinação óbvia, diante do contexto histórico da ocupação da Paraíba - o que se confirma em correspondência posteriormente enviada ao ouvidor geral Martim Leitão, que a isto se referia dizendo: "*ja deveis ter sabido como no Regimento que Fruitoso Barbosa levou quando foi deste Reino hia declarado o sitio em que avia de prantar este forte*" e com esta carta "*vos envio a copia do capitulo que levou Fruitoso Barbosa em que lhe foi declarado o sitio e lugar em que se devia fazer este forte*".[7] Este documento é relevante, pois comprova a existência do regimento passado para Frutuoso Barbosa, e demonstra que a defesa da barra do rio Paraíba e a escolha do sítio para a edificação do seu forte eram medidas previamente definidas pela metrópole.

---

5 - PINTO, Irineu Ferreira - Op. cit. p. 14.

6 - Segundo António Manuel Hespanha, no continente predominava uma administração de tipo "regimental ou jurisdicional", em que a cada cargo correspondia um regimento fechado, até ao ponto do rei não lhe poder dar ordens contra o regimento. Já no Império ultramarino português, predominava o funcionário "comissarial" que era aquele que recebia, em cada caso, em cada conjuntura, instruções para o desempenho de uma tarefa, mas que não tinha um regimento fixo para os cargos em específico. Isso acontecia inclusive, com os vice-reis. Esse tipo de administração vai permanecer no território português durante o período da união das Coroas Ibéricas, embora a Espanha não o adotasse. HESPANHA, António Manuel - Os modelos institucionais da colonização portuguesa e as suas tradições na cultura jurídica europeia. In. VENTURA, Maria da Graça (Coord) - *A União Ibérica e o Mundo Atlântico*. Lisboa: Edições Colibri, 1997. p. 70-71.

7 - I.A.N./T.T. - Corpo Cronológico - Parte 1 - Maço 112 - Doc. 3. (DOC. 07)

Recorde-se que em 1574, ainda ao tempo do reinado de Dom Sebastião, temendo a presença de franceses no Rio Paraíba, havia aquele monarca encarregado o governador geral do Brasil, Luiz de Brito, de ir à Paraíba para "eleger sitio pera huma forte povoação, donde se pudessem defender delles, e dos Potiguares"[8], tarefa que foi assumida pelo ouvidor geral Fernão da Silva, mas não obteve sucesso. Havendo um conhecimento prévio daquela região, justifica-se que constasse do regimento dado a Frutuoso Barbosa a referência ao sítio onde deveria edificar o forte.

Atente-se que esta questão ganhava grande evidência, porque do forte dependia, em muito, o sucesso ou o fracasso do empreendimento da conquista, e mesmo tratando-se, certamente, de uma construção precária e provisória, nas circunstâncias em que se daria sua edificação, exigia um grande investimento material e esforço humano que não podiam ser desperdiçados.

Relatou o Frei Vicente do Salvador, que Frutuoso Barbosa em sua segunda tentativa de ganhar a Paraíba, no ano de 1582, após sangrentos conflitos com os Potiguaras, ainda permaneceu pouco tempo ancorado com sua gente na barra do rio, e tentaram "de se fortificarem da banda do Norte, porque pareceo impossivel da banda do Sul, no Cabedello, por ser máu o sitio, e não ter agoa, o que não fizerão de huma parte nem de outra, antes fugirão á maior pressa, por verem da banda dalém muito Gentio".[9]

Por fim, em Maio de 1584, como resultado da expedição organizada pelo ouvidor geral Martim Leitão, tinha princípio a construção da primeira fortificação na capitania, para "que á sua sombra" pudessem se resguardar seus conquistadores, "porque o principal que se pretendia, e verdadeiro effeito, era povoar-se a terra, chegado e alojado ao arraial".[10] Foi neste "forte de terra e faxina onde se recolherão" os cento e dez soldados espanhóis e cinquenta portugueses, que o general Diogo Flores Valdez aí deixou sob o comando do capitão Francisco Castejon.[11] Novamente, a margem norte do rio Paraíba foi o local escolhido para a fundação do forte de São Filipe, que ficava "defronte da extrema occidental da Restinga" por considerar o general Diogo Flores, ser este o melhor sítio para aquela construção.[12]

---

8 - SALVADOR, Frei Vicente do - Op. cit. p. 98 e SUMMARIO das armadas que se fizeram... Op. cit. p. 33-34.

9 - Id. ibid. p. 112 e Id. ibid. p. 36-37.

10 - Id. ibid. p. 113 e Id. ibid. p. 40.

11 - SOUSA, Gabriel Soares de - Op. cit. p. 19.

Embora Frutuoso Barbosa requeresse naquele momento ser reconhecido como capitão da Paraíba, isto não foi atendido, considerando que pelas provisões que possuía, "el-rei o fazia capitão, quando elle a conquistasse (o que elle não fizera)". No entanto, foi então eleito como capitão da tropa portuguesa que permaneceu no forte, e como "governador da povoação" quando esta se concretizasse. SUMMARIO das armadas que se fizeram... Op. cit. p. 40.

12 - PINTO, Irineu Ferreira - Op. cit. p. 17.

No entanto, em uma carta posteriormente dirigida ao ouvidor Martim Leitão, tratando sobre outras questões relativas à defesa da capitania da Paraíba, o poder metropolitano solicitava justificativa quanto "*a causa que ouve*" para Diogo Flores Valdez ordenar a execução daquele forte em "*tão diferente lugar do que era o em que o mandava fazer*" o rei de Portugal "*como vereis pelo capitulo de Regimento que levou Fruituoso Barbosa*".[13] Estaria sendo questionado o fato de ter sido o forte de São Filipe erguido na margem norte do Rio Paraíba? Seria a margem sul daquele rio, no Cabedelo - local desde o princípio rejeitado por Frutuoso Barbosa - o sítio pré-estabelecido pelo referido regimento? Sobre isso opinou Varnhagen: "Imaginando Diogo Flores que o sítio do Cabedelo, á foz do rio, e á sua margem direita (onde hoje está assentada a fortalezà desse nome), fixado pela Corôa no regimento de Fructuoso Barbosa, não era o mais apropriado a um nucleo de povoação, preferiu situar o forte dali a uma legua, mas do outro lado; sobre o continente, e defronte da extrema occidental da ilha da Restinga."[14]

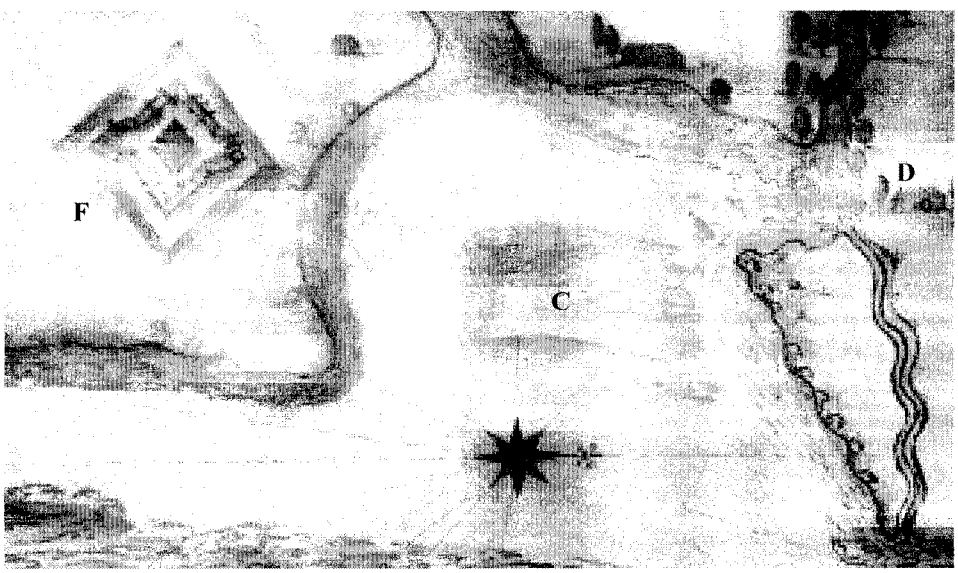


FIG. 27
Detalhe da carta da barra do Rio Paraíba, c. 1616, mostrando um núcleo de ocupação na extremidade da Ilha da Restinga. Contém as seguintes indicações na legenda:

C - *"Bayxo de area que descobre todas as mares"*
D - *"O cithio onde esteve o primeiro forte", na margem norte do rio.*
F – *"Forte que chamão do Cabedello que guarda a barra", na margem sul do rio*

Fonte – REZÃO do Estado do Brasil...

13 - I.A.N./T.T. - Corpo Cronológico - Parte 1 - Maço 112 - Doc. 3. (DOC. 09)

14 - VARNHAGEN, Francisco Adolfo - *História Geral do Brazil antes da sua separação e independência de Portugal*. 2ª Ed. Tomo I. Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert, [18-]. p. 349.

O certo é que eram por demais precárias as condições daquela fortificação, pois escreveu Diogo Flores Valdez a Filipe II de Espanha, dizendo:

> *"En lo que toca a la Paraiba, sera Vossa Magestade servido de mandar se ymbie alli com brevedad algunos bastimentos y municiones y des pieças grandes de artilleria y alguna gente (...) y se Vossa Magestade no los socorre con brevedad resultara mucho dano en el servicio de Vossa Magestade y todo lo que alli se ha hecho no seria de provecho no siendo socorrido, y sera Vossa Magestade servido de acordarse del alcaide Francisco de Castejon que alli quedo y de la gente de guarnicion que quedo a su cargo, que tienen hasta necesidad de ser socorridos de bestidos, camisas y çapatos que quedaron desnudos".*

Para que não houvesse incúria quanto à advertência que apresentava, enfatizava as vantagens que oferecia aquela conquista, pois considerava que a Paraíba era *"una de las cosas mas ymportantes que Vossa Magestade tiene en aquellas partes y de maes provecho y de mucho acrecentamiento a la Real hazienda de Vossa Magestade"*. [15]

Doenças "por respeito do máu sitio, fomes, e ruim agoa", mortes, desavenças, severos ataques de Potiguaras e franceses, eram parte do cotidiano daquela corporação que permaneceu no forte de São Filipe. Mas apesar da sua precariedade, este foi por cerca de um ano, o ponto de apoio para as guerras travadas com o gentio, e também para as tentativas de estabelecer as pazes com os chefes indígenas da região. Ao fim de Janeiro de 1585, Francisco Castejon avisava a Martim Leitão sobre a difícil situação do forte, diante da proximidade e crescente número dos inimigos, pelo que partiram de Pernambuco todos os homens que puderam ser reunidos para irem em socorro da Paraíba. Foram sangrentas as batalhas com os índios, e ao chegarem ao forte "era cousa piedosa de vêr, assim o damnificamento, como as pessoas dos soldados, que bem mostravam as fomes, e miserias que tinham passado, como as ruinas, que, por ser de taipa, havia tudo mister reparado".[16]

Nessa ocasião, ainda propôs o ouvidor Martim Leitão à Frutuoso Barbosa, que a partir daquele forte, subindo o rio duas léguas, "junto das marés, onde havia muitos mantimentos da parte do Sul do rio da Parayba", tentasse fazer uma povoação, para o que lhe daria o apoio de "oitenta homens brancos, e indios os mais que pudesse, e se offerecia estar com elle seis mezes, e outros seis seu cunhado Francisco Barreto". Mas ainda não era a ocasião para a fundação da cidade, pois Frutuoso Barbosa não aceitando o encargo "desistio de toda a pertenção da Parayba". Martim Leitão repassando para o Capitão Pero Lopes a incumbência de

15 - A.G.S. - Guerra Antiga - Legado 165 - Doc. 244. (DOC. 06)

16 - SUMMARIO das armadas que se fizeram... Op. cit. p. 57.

"fazer no dito sitio, que a todos pareceo bem, a povoação", também não alcançou sucesso.[17]

Apesar do auxílio militar e do escasso socorro de suprimentos que chegavam de Pernambuco e de Itamaracá, o que ía prolongando a vida daquele embrião de povoamento, em finais de Junho de 1585, o forte de São Filipe foi abandonado pelo capitão Castejon e seus homens, que antes de partirem trataram de jogar "a artilharia ao mar, e huma náu que lá estava ao fundo, e pôr fogo ao forte, e quebrar o sino".[18]

Fazia-se necessário agir com brevidade e retomar o forte arruinado antes que os inimigos se apoderassem dele. Em 12 de Julho do mesmo ano, o ouvidor Martim Leitão comunicava ao rei sobre a situação em que se encontrava a Paraíba, e em resposta datada de 1º de Outubro, recebia ordem para arrecadar a artilharia que lá havia ficado e reedificar o forte, mas observando erguê-lo no sítio onde desde o princípio, Frutuoso Barbosa *"avia de prantar este forte"*. Assim, mandava ao ouvidor que trabalhasse *"per se fazer nelle elegendo o lugar em que se ouver de fundar com o parecer de Dom Felipe de Moura, e das mais pessoas desas partes que o bem entendão, e sejão praticas nella depois de bem visto tudo, o que nisto se deve conciderar, de tal maneira que não somente se posa bem defender, mas ofender os inimigos e fazer todos aquelles efeitos que se delle pretende"*.[19]

Por outra carta da mesma data, Martim Leitão também era informado que do Reino, *"com o primeiro tempo"*, seriam enviados *"cincoenta soldados castelhanos a cargo de Francisco de Morales para residirem no novo forte da Paraiba"*, voltando a recomendar que este *"se faça no sitio e logar que vereis por minha carta com as munições e polvora que por certidão dos officiaes dos armazens vereis"*.[20] E considerando que Frutuoso Barbosa ainda detinha o título de Capitão da conquista da Paraíba, o rei comunicou-lhe sobre as ordens enviadas ao ouvidor geral, referentes ao resgate da artilharia que havia sido abandonada e à construção do novo forte, alertando-o que por serem as coisas da Paraíba *"tanta de vosa obrigação encomendovos e mando que acudeis nestas cousas como convem ao meu serviço"*. Mais uma vez, o poder central enfatizava sobre a observância das suas determinações quanto ao sítio onde deveria situar-se o forte da

17 - SALVADOR, Frei Vicente do - Op. cit. p. 121-122 e SUMMARIO das armadas que se fizeram... Op. cit. p. 57.

18 - Sobre a história da capitania da Paraíba neste período ver SALVADOR, Frei Vicente do - Op. cit. p. 110 a 124.

19 - I.A.N./T.T. - Corpo Cronológico - Parte 1 - Maço 112 - Doc. 3. (DOC. 07)

20 - I.A.N./T.T. - Corpo Cronológico - Parte 1 - Maço 112 - Doc. 3. (DOC. 09)

Em Fevereiro de 1586, o Capitão Francisco Morales estava no Brasil, e em Abril de 1586, seguiu para a Paraíba onde deveria estar sob o comando de João Tavares, capitão do novo forte. No entanto, criou desavenças com João Tavares e com os soldados portugueses, "alvoroçou tudo e amotinou o gentio das aldêas" colocando em risco aquele princípio de povoamento da Paraíba. SUMMARIO das armadas que se fizeram... Op. cit. p. 80.

Paraíba, e dizia que para isso fossem ouvidas as opiniões de Dom Filipe de Moura - capitão de Pernambuco por seu donatário Jorge de Albuquerque - e das demais "*pessoas de experiencia dessas partes*".[21]

As ordens para fortificar a barra do rio Paraíba não foram obedecidas de imediato, pois coincidindo estes fatos com o tempo em que foi travado o acordo de paz entre os portugueses e o chefe indígena Pirajibe - de que já tratamos em capítulo anterior - surgiram as condições necessárias para enfrentar os Potiguaras e finalmente fundar a cidade de Filipéia de Nossa Senhora das Neves, cumprindo o objetivo de povoar aquela região, o que há tantos anos era almejado. O princípio desse povoamento foi marcado por "hum forte de madeira com as costas no rio" onde se recolheram os portugueses e espanhóis que acompanharam o Capitão João Tavares, a quem havia sido confiada esta missão.[22]

A notícia desta vitória colocou em festa os moradores de Itamaracá e de Pernambuco, pois com isto vislumbravam alguma paz e viam-se recompensados dos investimentos que haviam feito para conquista da capitania da Paraíba. Relatou o Frei Vicente do Salvador: "Pera se perfeiçoarem estas pazes pareceo necessario não se perder tempo, antes ir-se logo fazer hum forte, recuperar a artilharia do outro, e assentar a povoação". Partindo de Pernambuco, dirigiu-se Martim Leitão, mais uma vez, "pera a Parahyba a quinze do mez de Outubro do mesmo anno com alguns amigos seus, Officiaes, e creados, fazião numero de vinte e cinco de cavallo, e quarenta de pé, levando pedreiros e carpinteiros, e todo o recado necessario pera fazer o forte, e o que mais cumprisse, e chegou lá aos vinte e nove, onde foi grandemente recebido dos Indios e brancos, que ahi estavão".[23]

Sobre o nascimento da cidade de Filipéia, o *Summario das armadas* constitui o relato mais fidedigno, pois confirma seu autor ter sido "testimunha de vista" desta "empresa do Parahyba".[24] Da mesma forma, o Frei Vicente do Salvador - que por volta de 1603, missionava na Paraíba - reiterou tal narrativa que aqui vai ser citada acreditando-se na veracidade da mesma.

Prioritariamente, a atenção estava voltada para a escolha do sítio onde deveria ser implantada a cidade, para o que havia Martim Leitão recomendado a alguns de seus homens, que buscassem identificar aqueles

21 - I.A.N./T.T. - Corpo Cronológico - Parte 1 - Maço 112 - Doc. 3. (DOC. 08)

22 - SALVADOR, Frei Vicente do - Op. cit. p. 125.

23 - Id. ibid. p. 125 e SUMMARIO das armadas que se fizeram... Op. cit. p. 66.

24 - SUMMARIO das armadas que se fizeram... Op. cit. p. 38.

locais que tivessem "todas as commodidades necessarias pera povoação".[25] Atendendo à ordem, o "mestre de obras de El Rey", Manoel Fernandes, Duarte Gomes da Silveira, João Queixada, e o Capitão João Tavares indicaram os pontos selecionados, e estavam todos "incontrados nos pareceres dos sitios".[26]

E continuou Frei Vicente a sua narrativa, dizendo que no outro dia Martim Leitão foi:

> "ver alguns sitios, e á tarde a cavallo, athe o ribeiro de Jaguaribe, pera o Cabo Branco, e outras partes, com que se recolheo á noite resoluto ser aquelle em que estavão o melhor, onde agora está a Cidade, planicie de mais de meia legoa, muito chão, de todas as partes cercado de agoa, senhor do porto, que com hum falcão se passa além, e tam alcantilado que da prôa de navios de sessenta toneis se salta em terra, donde sahe hum formoso torno de agoa doce para provimento das embarcações, que a natu-

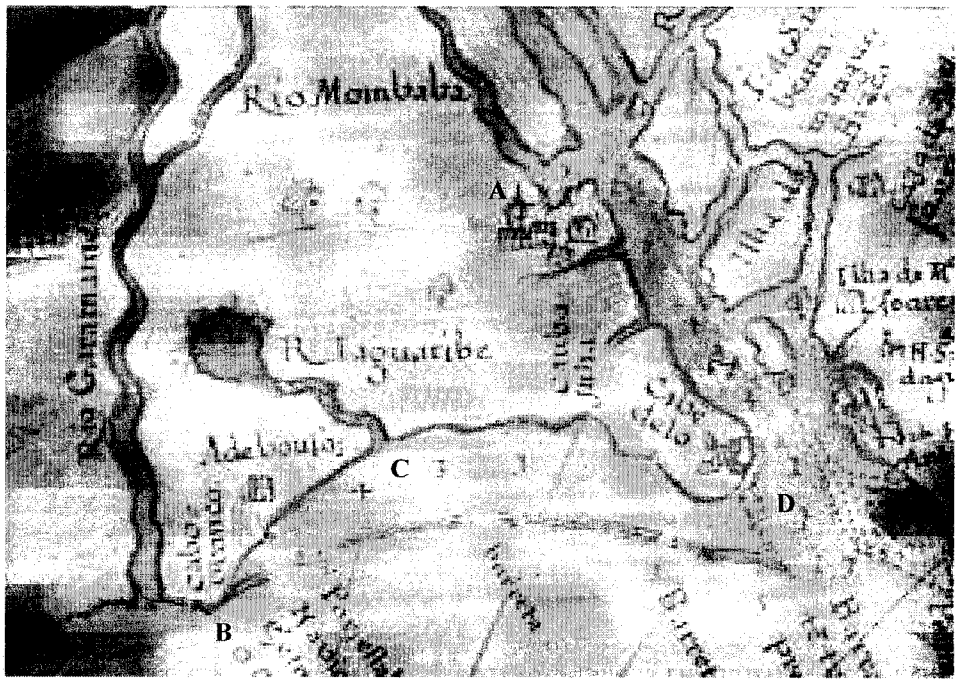


FIG. 28
Carta do litoral da Paraíba, com indicação de alguns pontos de referência.

A - *Rio Sanhauá e Cidade Filipéia* **B** - *Cabo Branco* **C** - *Rio Jaguaribe* **D** - *Rio Paraíba*

Fonte – DESCRIPÇÃO de todo o maritimo... *fl. 68.*

25 - Sobre o sítio para a implantação da cidade, Varnhagen faz referência que a capital da Paraíba deveria encontrar-se "junto ao mesmo [forte do] Cabedelo, como a Fructuoso Barbosa havia primitivamente sido ordenado pelo rei que a construisse, no regimento que lhe deu. Em uma peninsula defensavel, de melhor porto, não dependente das marés, e lavada dos ares do mar". VARNHAGEN, Francisco Adolfo - *História das Lutas com os Hollandezes no Brazil desde 1624 a 1654*. Lisboa: Typographia de Castro Irmão, 1872. p. 114.

26 - SUMMARIO das armadas que se fizeram... Op. cit. p. 66 e SALVADOR, Frei Vicente do - Op. cit. p. 125.

reza ali pôz com maravilhosa arte, e muita pedra de cal, onde logo mandou fazer hum forno della, e tirar pedra hum pouco mais acima; com o que visto tudo muito bem, e roçado o matto, a quatro de Novembro se começou o forte de cento e cincoenta palmos derão em quadra com duas guaritas, que jogão oito peças grossas huma ao revez da outra, no qual edificio trabalhavão máus e bons com o seu exemplo, (...) e assim em duas semanas de serviço chegou o estado de se lhe pôr artilharia, que neste meio tempo com muito trabalho e industria, por buzios, que pera isso levou, se havia tirado do mar sem se perder peça, que foi cousa milagrosa, só as Cameras faltarão, mas com seis, que levou de Pernambuco, e dous falcões, que forão nos caravellões da matalotagem, se remediou tudo".[27]

Com a construção deste forte teve início a cidade, assentada em uma planície, cercada de água, com um porto de excelentes condições de ancoragem situado ao seu pé, onde a natureza se encarregara de oferecer fonte de água doce, pedra para cantaria e produção da cal necessárias à fábrica das edificações que abrigariam a população daquele nascente núcleo urbano. Aquele sítio - na margem direita do Rio Sanhauá, o qual confunde suas águas com o Paraíba - foi preferido por reunir estas, e certamente outras vantagens, pois era conhecida a fertilidade das terras do seu entorno, representando a cidade e as fortificações ali implantadas, os pontos de apoio para avançar com a exploração econômica da região, ao mesmo tempo que asseguravam, por fim, a incorporação daquela capitania aos domínios da Coroa portuguesa.

Mas os inimigos não davam paz. Eram as notícias de estarem naus francesas na Bahia da Traição, e o gentio reunido na serra da "Copaoba", a dezoito léguas do mar. Determinou Martim Leitão que João Tavares e Pero Lopes fossem com toda gente fazer-lhes guerra na serra, e decidindo ir pessoalmente ao encontro daqueles, concluiu "com a maior brevidade que poude a obra do forte, casa pera o Capitão, e armazem", para ao partir a 20 de Novembro, deixar ali "Christovão Lins, Fidalgo, Allemão de nação, com os Officiaes e gente necessaria" a fim de darem continuidade àquela construção.[28] Nestas investidas, foi destruído um forte que os franceses tinham na Bahia da Traição, e tomada uma aldeia de Potiguaras que começavam a refugiar-se na direção do Rio Grande do Norte, onde ainda não sofriam pressão dos portugueses. Mas nem por isso cessavam as ameaças à Paraíba, ocorrendo periódicos confrontos.[29]

---

27 - SALVADOR, Frei Vicente do - Op. cit. p. 125-126 e SUMMARIO das armadas que se fizeram... Op. cit. p. 66-67.

28 - SALVADOR, Frei Vicente do - Op. cit. p. 126-127.

Segundo o *Summario das armadas* permaneceram no forte "Christovão Luiz e Gregorio Lopes d'Abreu". SUMMARIO das armadas que se fizeram... Op. cit. p. 68.

29 - Consta que o forte francês da Bahia da Traição era "muito forte, que cuido nunca se fez outra tal no Brasil, e bem mostrava ser obra de francezes, porque tinha 3 muito grandes guaritas de 40 palmos de alto, de cima das quaes de cada uma podiam pelejar 40 homens". SUMMARIO das armadas que se fizeram... Op. cit. p. 72.

Retornando ao forte, "continuou o Ouvidor Geral as obras em que Christovão Lins com officiaes havia bem trabalhado, e de todo acabou o forte, torres, e casas de armazens com seus sobrados pera morada do Capitão e Almoxarife".[30] Permaneceu João Tavares como capitão do forte, "com 35 homens de peleja providos para 4 mezes" e retornou Martim Leitão para Pernambuco, a 20 de Janeiro de 1586.[31]

Portanto, o lugar e os homens definiam o que viria a ser a futura cidade de Filipéia, e neste percurso histórico comparecem indivíduos como Christovão Lins, que tomou a frente da obra do forte durante a ausência do ouvidor geral. Seu nome vem somar-se aos de outros - o mestre de obras de El Rey Manoel Fernandes, Duarte Gomes da Silveira, João Queixada, e o Capitão João Tavares - que também tiveram papel relevante, uma vez que a história registrou seus nomes, entre tantos outros que ficaram anônimos. Isto faz cogitar: quem eram essas pessoas, qual a real participação e contribuição que deram para a construção da Filipéia?

Por isso, aqui se interrompe a narrativa sobre a fundação da cidade abrindo espaço para buscar respostas para esta indagação, e também para melhor analisar as características do sítio onde a mesma foi implantada, tomando por parâmetro as questões já levantadas anteriormente, quanto aos fatores que eram observados, e os conhecimentos que fundamentavam tal tipo de procedimento no processo de povoamento do Brasil, conciliando isso com os objetivos almejados para a colonização da Paraíba.

3.1.1 - O sítio a ocupar e os objetivos do povoamento

Que qualidades as margens do Rio Sanhauá oferecia que não havia nos demais locais que também foram apontados para a fundação da Filipéia, como a ribeira do Jaguaribe e o Cabo Branco?

Uma descrição da Paraíba, datada de 1630, feita por um piloto português, com visão mais aguçada para a observação dos sítios, vem confirmar algumas décadas após a fundação da cidade, que de fato, havia sido acertada a escolha do local onde a mesma foi implantada. Dizia: "*A cidade da Paraiva tem hum Rio que vem decendo do certão do rumo de loes sudueste en este rumo desemboca no mar a les sordeste. A cidade da Paraiva esta situada em hum monte alto tres legoas da bocca da barra ao rumo do*

30 - SALVADOR, Frei Vicente do - Op. cit. p. 129.

31 - SUMMARIO das armadas que se fizeram... Op. cit. p. 68 e 79.

loes sudueste ate o sudueste que fica em hua paraje ao pee da mesma cidade".[32] Ou seja, em uma escala geográfica, a cidade beneficiava-se da presença do rio, tanto sob o aspecto da acessibilidade, quanto da existência de um bom porto situado ao seu pé. Ao mesmo tempo, localizava-se em um alto de onde tinha a visibilidade de todo o seu entorno, o que já lhe proporcionava uma boa condição de defesa. E continuava a descrição:

> "*Por este rio podem entrar navios com aguas vivas de ate trecentas tonelladas carregadas, e vão surgir junto a mesma cidade tam longe della como de San Roque ao mar, ou mais perto e daqui para cima nan podem passar senão barcos de carga de cem caixas de asucar, que servem no trato da mesma costa do Brasil e estes van asima da cidade tres legoas aonde esta o pateo donde recolhem os asucares, que vem dos engenhos pera se meterem nos navios*".[33]

Sob o aspecto da administração econômica da capitania a localização da cidade era estratégica. Estava a três léguas da barra do rio que oferecia condições para a navegação das embarcações de grande porte que ancoravam junto à cidade, onde carregavam o açúcar a ser levado para o Reino. Da mesma forma, o seu entorno próximo era de áreas propícias à construção de engenhos, e a cidade distava também três léguas do "*pateo*" onde era recolhido o açúcar que vinha para ser embarcado em seu porto. Assim, estava bem situada tanto em relação à área produtora quanto ao acesso das embarcações que levariam a produção para o Reino, permitindo que a cidade cumprisse sua função de centro de fiscalização e administração dos interesses econômicos da Fazenda Real.

Quanto à defesa, a mesma descrição apontava que a localização da cidade também era conveniente. A natureza encarregara-se de dotar a barra do rio com uma extensa barreira de seis léguas de "*arrecifes*", de forma que os grandes navios não podiam ancorar "*senão afastados ao mar dos ditos arecifes fora hum tiro de mosquetes e com muito grande risco*". Os mesmos arrecifes, e a disposição entre as margens do rio Paraíba e a ilha da Restinga definia um único canal de acesso para as grandes embarcações, com o que a defesa da barra ficaria assegurada com apenas duas fortificações colocadas uma na margem sul - que viria a ser o forte do Cabedelo - e a outra na dita ilha, o que assim dizia: "*Este he o canal por onde sobem as embarcaçoes porem todas as podem alcansar a artelharia da dita*

---

32 - B.N.M. - MSS 1.185 - fl. 131-133. (DOC. 16)

Este documento trabalhado aqui em seu original, foi publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba*. n. 3. Paraíba, 1911. p. 367-371.

33 - B.N.M. - MSS 1.185 - fl. 131-133. (DOC. 16)

fortalesa [do Cabedelo] *por quanto della a Ilha não avera mais distancia como de San Roque ao outo da Boa Vista".*[34]

Para além desses referidos fortes que posteriormente foram edificados, o sítio naturalmente oferecia ainda outras barreiras defensivas para a cidade, as quais eram reconhecidas pelo piloto português que assim descrevia:

> *"Passando os navios a fortaleza pera cidade pode desembarcar gente athe hua paragem que chamão o Jacare, que fica da parte do sul da banda da cidade porque tudo o demais de hua parte e da outra são mangais e arvoreda serrada com o mesmo rio onde se não pode desembarcar por repeito dos muitos braços que faz o rio com muito grandes lamas.*
>
> *E ainda em caso que os enemigos desembarquem na paragem asima dita não podem chegar a cidade por respeito de hua grande alagoa que a cerca que de inverno esta chea de agoa, e de verão de lodo, e não tem mais que hua passagem en hum areal que he o caminho por onde se vay por terra a fortaleza e ao cabo branco que com hua trincheira se pode defender o passo".*[35]

Sendo assim, todo o entorno do rio estava protegido pelos mangues, arvoredos e alagadiços, havendo apenas um ponto possível de desembarque de inimigos - o Jacaré - que podia ser defendido com uma trincheira. Continuava o autor de forma conclusiva: *"Por maneira que por terra nam podem os enemigos tomar a Paraiva porque com pouca gente se defendera os passos e sera forçado pera averem de tomar ir com os navios pelo rio asima ate surgirem de fronte da cidade".*[36]

Portanto, a única hipótese para invadir a Filipéia era navegar até ela. Mas os inimigos seriam percebidos quando estivessem ainda ao longe, pois do alto da colina, onde estava a cidade, tinha-se uma visibilidade ampla de todo o entorno, e seriam alertados os contingentes disponíveis para assegurar a sua defesa. E encerrava, apontando que para a segurança da capitania da Paraíba, exigia-se pouco investimento em fortificações pois o próprio sítio oferecia grande parte do que era necessário para bloquear o acesso de inimigos.

Considerando as funções econômica e defensiva, esta descrição deixa bem claro que o local onde foi implantada a Filipéia era extremamente favorável. Mas será que os seus fundadores, na época, tinham conseguido observar todas as características positivas daquele sítio, da

---

34 - B.N.M. - MSS 1.185 - fl. 131-133. (DOC. 16)

Refere-se a *"São Roque"* e ao *"outo da Boa Vista"* de Lisboa, cidade que o autor adotou como parâmetro para todas as relações de distância que estabeleceu.

35 - B.N.M. - MSS 1.185 - fl. 131-133. (DOC. 16)

36 - B.N.M. - MSS 1.185 - fl. 131-133. (DOC. 16)

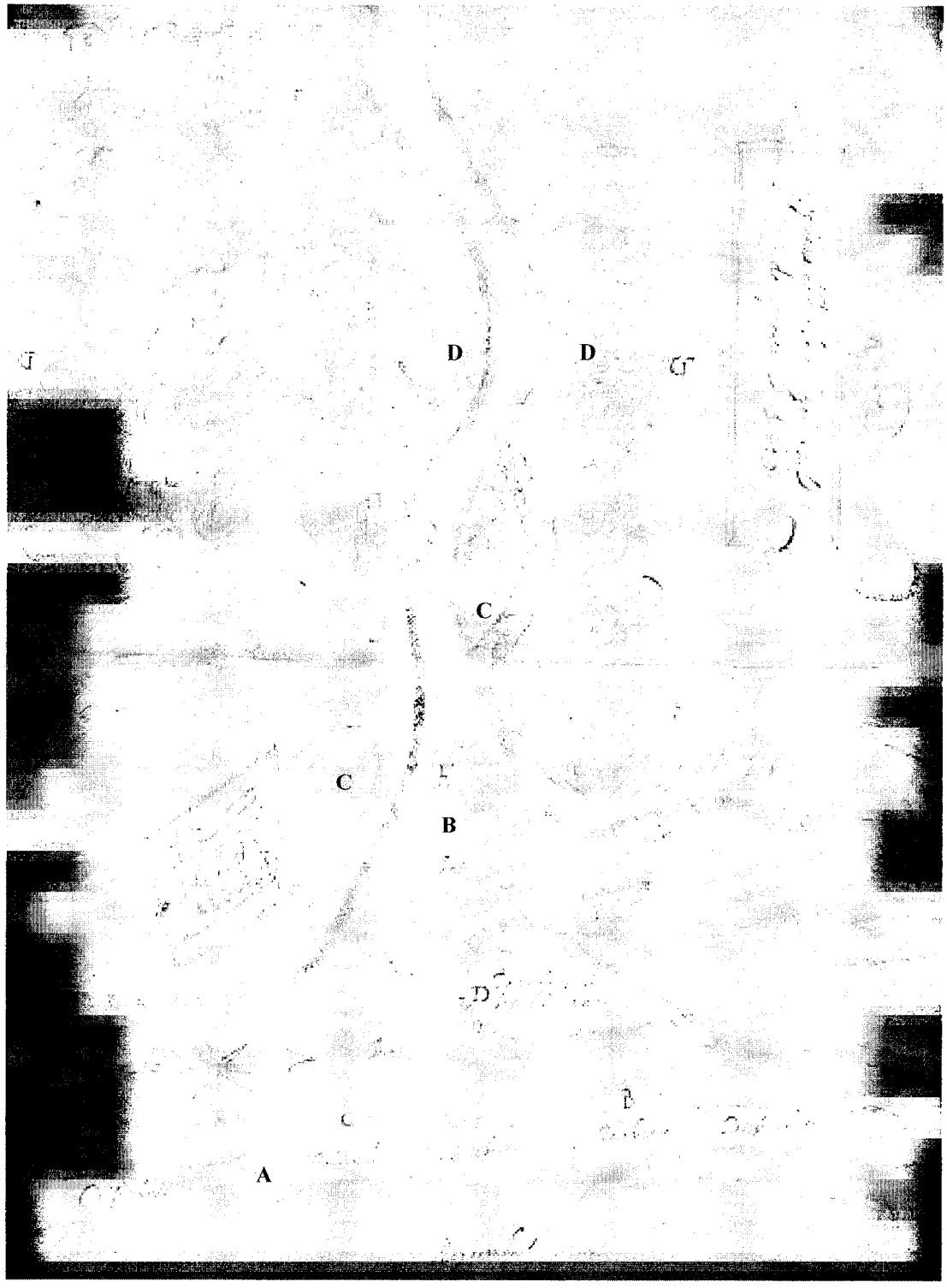


FIG. 29
Carta da barra do Rio Paraíba, em 1609, segundo o sargento-mor do Brasil Diogo de Campos Moreno. Sua legenda reforça as observações feitas pelo autor da "Descripção da cidade e barra da Paraíba", no tocante à defesa da capitania e cidade Filipéia.

A - *Barreiras de arrecifes*

B - *Canal de acesso para as grandes embarcações*

C - *Sistema defensivo estabelecido entre o forte da margem sul do Rio Paraíba e a Ilha da Restinga*

D - *Mangues e arvoredos nas margens do rio, dificultando o desembarque de tropas*

Fonte – I.A.N./T.T. – Ministério do Reino – Coleção de plantas, mapas...

forma como posteriormente foi avaliado nesta descrição? Ou teria o tempo demonstrado que estando a cidade naquela posição, melhor se adequava às funções que lhe cabia desempenhar? São questões de difícil resposta.

Mas há de ser levado em conta que existiram fatores que previamente condicionaram uma aproximação entre a cidade e o Rio Paraíba. Este era a grande porta de acesso para aquele território, sendo necessariamente, o primeiro ponto a ser conquistado em detrimento dos franceses que o usavam para exploração do pau Brasil. Na seqüência, veio da Metrópole, a prévia definição sobre o sítio onde deveria ser construído o forte que guarneceria a barra do Paraíba, encaminhando para que a ocupação ocorresse naquelas imediações. No entanto, tudo isso definia apenas uma aproximação com o rio, pois se verifica que a seleção do sítio onde a cidade acabou por ser fundada tratou-se de uma opção dos seus conquistadores, preferindo-o em meio a outros possíveis locais apontados.

O certo é que ao surgir como resultado de um processo deliberado de ocupação e exploração econômica da região, a Filipéia além de passar a ser o abrigo dos homens que representavam a administração e a justiça Real naquela capitania, vai ter enquanto cidade e "centro do poder", o papel de polarizar o subseqüente surgimento dos engenhos de açúcar no seu entorno e promover a disseminação do catolicismo levado até as aldeias de indígenas das proximidades, através da ação catequética das ordens religiosas. Esta interligação entre o mundo rural e a cidade era considerada necessária tanto sob o aspecto da defesa quanto do melhor controle da circulação das mercadorias que alimentavam a Fazenda Real, ocorrendo que essas relações vão se consolidar ao longo do tempo, e ainda serão melhor analisadas quando chegar o momento.

Ao proceder a esta análise, associando a escolha do sítio para a fundação da Filipéia com os objetivos pretendidos com a ocupação da capitania da Paraíba - ou seja, os objetivos próprios da colonização brasileira - fica parecendo cada vez mais sem propósito, comentários como aquele feito por Robert Smith, quanto a elegerem os portugueses "estes sítios incômodos para seus centros de civilização", justificando isso somente em relação à preferência que davam ao modo de "defesa medieval através da altura".[37]

Observando a Filipéia, vê-se que para a defesa de uma cidade, era requerido muito mais que um local alto onde posicioná-la. E que ao fator defensivo fazia-se necessário conciliar os objetivos administrativos e econômicos - produção, comercialização, transporte e fiscalização de mercadorias - além da disseminação da religião. Portanto, é redutor

37 - SMITH, Robert C. - *Urbanismo Colonial no Brasil...* s/p.

pensar a implantação das vilas e cidades apenas sob o aspecto da defesa, quando na verdade, havia tantos outros fatores que determinavam a fundação destes verdadeiros "núcleos de apoio" da colonização brasileira.

E no caso da Paraíba, do somatório de "todas as commodidades necessarias pera povoação" e para cumprimento dos objetivos da sua colonização, resultou que a Filipéia foi implantada em uma posição semelhante a de outras vilas e cidades do Brasil da mesma época. Enquanto a cidade do Salvador está situada na "Bahia de todos os Santos huma legoa da barra para dentro em hum alto, com o rosto ao poente sobre o mar da mesma Bahia",[38] a Filipéia dista três léguas da barra do Rio Paraíba, e está em um alto, à margem do Rio Sanhauá, cujas águas refletem os raios do pôr do sol. Próximo ao porto de ancoragem dos navios, havia um "formoso torno de agoa doce para provimento das embarcações" e em suas proximidades muita pedra para cantaria e fabrico da cal.[39] Da mesma forma, em Salvador tinham "grandes desembarcadouros com tres fontes na praia ao pé della, em os quaes os moradores, e os mariantes fazem sua aguada" e convinha para sua fortificação a existência de "pedra de alvenaria e cantaria, de que há em todo o seu circuito muita comodidade, e grande quantidade".[40]

Essas semelhanças não resultavam do acaso, mas certamente, de uma deliberada busca de condições essenciais para suprir as necessidades básicas para a construção e sobrevivência de aglomerados urbanos que surgiam de '*tábula rasa*', e para alcançar os objetivos almejados com a colonização do Brasil. Se este 'procedimento' se repetiu ao longo dos séculos XVI e XVII, deve ter sido o resultado da permanência daqueles objetivos e necessidades, enquanto o maior ou menor caráter pragmático embutido nessas ações, devia ficar por conta dos homens que estavam à frente da fundação desses núcleos de povoamento, das condições materiais de que dispunham, ou ainda, das ordens, instruções e "planos" que lhes chegavam da Metrópole.

3.1.2. - Os homens – conquistadores e construtores

Durante todo o processo de conquista e consolidação do povoamento da Paraíba, o palco das decisões e a origem das ações estiveram em Pernambuco. A partir de 1584, quando Martim Leitão, assumiu o papel de protagonista desta história, deparando-se com qualquer novo acontecimen-

38 - SOUSA, Gabriel Soares de - Op. cit. p. 102.

39 - SALVADOR, Frei Vicente do - Op. cit. p. 126.

40 - SOUSA, Gabriel Soares de - Op. cit. p. 106 e 301.

to, logo reunia o "capitão de Pernambuco, camara, e officiaes da fazenda, e os mais nobres e ricos da terra" a fim de deliberarem sobre as medidas a serem tomadas.[41] Assim, aliavam-se os representantes oficiais do poder português aos homens influentes da região cabendo-lhes não só as iniciativas, mas também as ações.

Na prática, quando era necessário "dar guerra e socorro" à Paraíba, acorriam esses homens pelas vilas e engenhos de Pernambuco, em busca de reunir um exército - caso se possa aplicar este termo - enfrentando o fato de que a gente "nestas partes é muito dificultosa cousa de junctar para a guerra".[42] Mesmo assim, era de Igarassú, Olinda e Itamaracá que saíam as companhias constituídas por "portugueses, mamelucos e outra gente miuda", contando com homens brancos em menor número, entre os quais estavam "as pessoas de qualidade" que em geral seguiam em seus cavalos, e a "a gente a pé" que era a grande parte do povo comum. Além destes, havia os "índios frecheiros", que eram a maioria da força de combate arregimentada entre os "indios dos nossos de paz".[43]

Assim fazia-se a guerra no Brasil do século XVI, pois já nos forais emitidos para os donatários das capitanias hereditárias, tomando por exemplo o caso de Pernambuco, estava estipulado que "os moradores e povoadores da dita capitania seram obrigados em tempo de guerra a servir nella com o capitão se lhe necessario for".[44]

Referindo-se aos homens que em 1585, foram em socorro do forte de São Filipe, disse o autor do *Summario das armadas* que ajuntaram "a mais formosa cousa que nunca Pernambuco viu, nem sei se verá". Estando à frente Martim Leitão, e por segunda pessoa deste exército o seu cunhado Francisco Barreto, "foram mais os capitães das companhias de ordenança da terra, Simão Falcão, Pedro Cardigo, Jorge Camello, João Paes, capitão do Cabo de S. Agostinho, muito rico, que o fez nesta jornada por cima de todos em tudo, com muitas avantagens, levando sempre á retaguarda, e João

41 - SUMMARIO das armadas que se fizeram... Op. cit. p. 81.

42 - Id. ibid. p. 64.

43 - Id. ibid. p. 40.

Segundo a "Provisão das Ordenanças", de 1574, as pessoas de qualidade que não tivessem meios para possuir cavalo não seriam obrigadas a misturar-se com a gente do povo - a gente a pé - e com elas se constituiriam esquadras especiais. JOHNSON, Harold e SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (coord.) - *O Império Luso-Brasileiro 1500- 1620.* Lisboa: Editorial Estampa, 1992. p. 378. Coleção Nova História da Expansão Portuguesa. Vol. VI.

44 - I.A.N./T.T. Foral da Capitania de Pernambuco.- Chancelaria de D. João III, Livro 7, fol. 182v-183v. In. CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte - Op. cit. p. 25.

45 - SUMMARIO das armadas que se fizeram... Op. cit. p. 49.

Velho Rego, capitão de Igaraçu, e todos os da ilha de Tamaracá, com seu capitão Pedro Lopes". Nesta ocasião, estavam presentes ainda "Ambrosio Fernandes, e Fernão Soares, que se chamavam capitães dos mercadores".[45]

A partir de alguns nomes é possível traçar o perfil desses homens que conquistaram a Paraíba. A exemplo, o referido "Capitão de mercadores" Ambrósio Fernandes Brandão, autor do *Diálogo das Grandezas do Brasil*, era proprietário de terras em Pernambuco e residiu em Olinda, onde trabalhou no recolhimento dos "dízimos do açúcar" e como mercador - atividade que deu origem àquele título - além de exercer o posto de "capitão de sua companhia de infantaria", sob o qual acompanhou Martim Leitão em uma das expedições à Paraíba. Antes de 1613, estabeleceu-se nessa capitania, indo duas vezes à guerra contra os Potiguaras e franceses.[46] Portanto, esses homens desempenhavam ao mesmo tempo diversos papéis, dividindo-se entre as funções de proprietário rural, funcionário da administração portuguesa, comerciante, comandante das conquistas, e demais encargos que as circunstâncias exigissem, e para os quais estivessem minimamente preparados para assumir, incluindo entre estes, muitas vezes, o de construtores de fortificações e demais estruturas edificadas que se fizessem necessárias.

Este caso específico, entre tantos outros, vem reforçar a opinião de Russel-Wood quanto a ser incorreta a idéia de que todos que deixavam Portugal e passavam para o ultramar eram aventureiros desenraizados. Muitos detinham estatuto social e poder aquisitivo elevado, eram mercadores e investidores que tinham acumulado riquezas, e iam a busca de novas oportunidades. Para o Brasil, vinham ser donos de plantações de cana e engenhos de açúcar, de fazendas de gado ou de minerações.[47]

Talvez seja interessante entender um pouco melhor quem eram estes homens que se aventuravam na difícil conquista do território brasileiro, conscientemente enfrentando as mais adversas situações e os perigos que vinham da própria terra, e dos nativos ou estrangeiros que a ocupavam. Vinícius Barros Leal, assim os caracterizou:

> "O homem colonial na época do domínio luso tinha algo de Cruzado da Idade Média, de aventureiro dos descobrimentos, de missionário da catequese, de produto da Renascença, de fundador de nacionalidades, de patriarca e de simples carreiro. Caminhava tenazmente por atalhos, veredas, vadeava rios, levando trastes e família, sofria os infortúnios no corpo e na alma, mas tinha a mente povoada de castelos e fantasias. E era

46 - BRANDÃO, Ambrósio Fernandes - Op. cit. p. IX. Prefácio da edição de Leonardo Dantas Silva.

47 - RUSSELL-WOOD, A. J. R. - Op. cit. p. 158.

48 - LEAL, Vinícius Barros - Op. cit. p. 66.

> o que os sustentava. Tinha, também, as suas paixões: a do rápido enriquecimento, a da disputa inglória que, muitas vezes se sobrepunha à Razão, tirando-lhe a lucidez, vencendo-o no arrebatamento da cólera, na parcialidade do litígio e na afetividade intensa e sensual."[48]

Acrescenta ainda Russel-Wood, que entre estes "aventureiros dos descobrimentos" dos séculos XVI e XVII, era freqüente a presença de nobres portugueses que ganhavam os seus galões nos campos de batalha do Norte da África ou na Índia, viajavam ao Oriente para tratar de negócios oficiais, regressavam a Portugal e tendo adquirido as duas qualificações mais importantes para o desempenho de um cargo público - experiência militar e nobreza - eram nomeados para um importante posto no Brasil.[49]

Configura-se novamente a idéia, que esta "mobilidade" era uma característica das pessoas que se encontravam ao serviço da Coroa portuguesa, independente do cargo que ocupavam, desde os mais elevados postos, aos soldados ou marinheiros. O mesmo dava-se com aqueles que exerciam ofícios mecânicos, com os artesãos e também, com os religiosos. Todos circulavam de posto para posto, e de continente para continente, e esse movimento de pessoas era um importante agente na transmissão de idéias, de costumes e de modos de fazer. Formavam-se homens que independente da erudição ou de uma bagagem cultural, tinham uma larga visão do mundo, acumulavam conhecimentos através da vivência em realidades diferentes e do exercício de funções diversas. Esse conhecimento dava um traço de unidade ao mundo português.[50]

No caso específico da Paraíba, acredita-se que os fundamentos da cidade Filipéia deveram-se muito mais a homens com este tipo de formação pragmática, pois é desconhecida, até o momento, qualquer referência à existência de uma traça ou plano pré-estabelecido para essa cidade. Algumas têm sido as hipóteses levantadas pelos investigadores em torno das pessoas que teriam tido papel determinante na construção dos seus primeiros edifícios ou na definição do traçado das suas ruas. Mas quem foram esses homens, e quais as probabilidades de acerto das hipóteses já formuladas?

---

49 - Duarte Coelho, foi um exemplo disso. Serviu à Coroa como soldado no Marrocos e na África Ocidental. Em 1509, viajou para a Índia onde passou vinte anos a serviço de Portugal. Foi à China, Indonésia, presenciou a conquista de Malaca, foi duas vezes embaixador no Sião. Regressando a Portugal, foi embaixador na corte francesa. Ao fim deste trajeto, estava preparado para investir sua fortuna como donatário da capitania de Pernambuco. RUSSELL-WOOD, A. J. R. - Op. cit. p. 101.

50 - RUSSELL-WOOD, A. J. R. - Op. cit. p. 134.

Para Afonso Arinos de Melo Franco, o universo cultural do ultramar era o resultado de duas vertentes aparentemente antagônicas, pois à "homogeneidade" da cultura portuguesa, juntava-se a "disparidade" das contribuições não portuguesas, com influências distintas de lugar para lugar. FRANCO, Afonso Arinos de Melo - *Desenvolvimento da civilização material no Brasil.* Rio de Janeiro: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1944. p. 14.

O *Summario das armadas*, sendo uma crônica de época sobre a fundação da Filipéia, não permite questionar o fato de ter o ouvidor Martim Leitão confiado a "Manuel Fernandes, mestre das obras d'el rei, Duarte Gomes, João Queixada e outros" a escolha dos possíveis sítios para a implantação da cidade. Da mesma forma, fica inequívoca a participação de Christovão Lins na construção do forte da cidade.[51] No entanto, estas informações foram por vezes interpretadas de forma distorcida por alguns investigadores e continuaram a ser reafirmadas em trabalhos subseqüentes.

Disse Afonso Arinos de Melo Franco, em 1944: "Cristóvão Lins foi o primeiro arquiteto urbanista da Filipéia".[52] Esta mesma informação foi repetida por Paulo Santos, em 1968, ao tratar sobre a formação das cidades no Brasil colonial.[53] Dora Alcântara e Cristovão Duarte, em trabalho recente, confirmam que vários autores são unânimes na afirmativa de que "o engenheiro militar alemão" Cristovão Lins, além da construção do forte "teria orientado o surgimento da primeira rua da cidade", sendo-lhe atribuída também, a obra do forte do Cabedelo.[54] Da mesma forma, diz Renata Malcher de Araújo que na Filipéia foi "o trabalho de urbanização da vila feito por Cristóvão Lintz, um oficial alemão que era também engenheiro".[55] E por fim, Roberta Marx Delson, após referir-se que na fundação de Salvador esteve presente o "engenheiro Luís Dias", complementa: "Da mesma forma, Christovão Lintz (Lins) e Francisco Frias de Mesquita incumbidos de fazer o esboço de Filipéia (João Pessoa) e de São Luís do Maranhão eram também engenheiros militares".[56]

Sobre Christovão Lins - ou Lintz, seu sobrenome alemão - Capistrano de Abreu dá a seguinte informação, ao tratar sobre o processo de ocupação da parte Sul da capitania de Pernambuco: "No mesmo sentido trabalharam particulares como João Paes, que fundou oito engenhos junto ao cabo de Santo Agostinho, como o fidalgo alemão Christovam Lins, cuja viuva, D.

---

51 - SUMMARIO das armadas que se fizeram... Op. cit. p. 66 e 68. Ver tb. VARNHAGEN, Francisco Adolfo - *História Geral do Brazil...* Op. cit. p. 353.

52 - FRANCO, Afonso Arinos de Melo - Op. cit. p. 45.

53 - SANTOS, Paulo - *Formação de cidades no Brasil colonial*. Coimbra, 1968. Separata do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros. p. 97.

54 - ALCÂNTARA, Dora e DUARTE, Cristovão - Op. cit. p. 287.

55 - ARAÚJO, Renata Malcher de - Engenharia Militar e Urbanismo. In. MOREIRA, Rafael. (dir.) - *História das Fortificações portuguesas no mundo*. Lisboa: Alfa, 1989. p. 263.

56 - DELSON, Roberta Marx - O início da profissionalização no exército brasileiro: os corpos de engenheiros do século XVII. In. *Colectânea de Estudos. Universo Urbanístico Português 1415-1822*. p. 209.

57 - ABREU, J. Capistrano de - *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. s/l.: Sociedade Capistrano de Abreu, 1930. p. 56-57.

Adriana de Olanda, vivia ainda na era de 1640, com 110 anos de idade (...) A tendência de todos esses povoadores era evidentemente o rio de São Francisco, que o primeiro donatário se offerecera a conquistar, seduzido pelas riquezas delle fabuladas".[57] Da mesma forma, Frei Vicente do Salvador, informando sobre as guerras feitas em Pernambuco para desalojar o gentio das terras que Duarte Coelho de Albuquerque pretendia povoar, refere-se à participação da "gente da Vargea de Capiguaribe", entre os quais, "Christovão Lins, Fidalgo Allemão".[58]

Confirmam as fontes documentais que por gerações os membros da família Lins "*vivem e viverão sempre neste curado de Camaragibe distrito da villa de Porto Calvo* [na capitania de Pernambuco] *em seos engenhos e fazendas*", sendo considerados como homens "*nobres e principaes*" daquela capitania, tendo muitos dos seus parentes ocupado "*postos honrozos da Repúbliqua asim da justisa como da milicia*".[59]

Portanto, não resta dúvida quanto a ter sido Cristovão Lins um fidalgo alemão, proprietário de terras em Pernambuco, e que como tantos outros "*homens brancos de qualidade*", participou e investiu na conquista do território paraibano. A ele foi encarregada a obra do forte da cidade, no entanto, não há qualquer referência quanto à sua formação como arquiteto, urbanista ou engenheiro militar, tratando-se provavelmente, de uma pessoa mais esclarecida a quem podia ser confiada tal obra.

Este tipo de procedimento parece ter sido comum nas colônias portuguesas, pois se em diversos campos do conhecimento - como já apontado para a cartografia, cosmografia, náutica, etc. - Portugal sempre deteve grande avanço, por outro lado, no século XVI, ainda contava com poucos engenheiros, não disponibilizando de mão-de-obra especializada capaz de abarcar a demanda nos territórios do ultramar. Diante disso, tornou-se uma prática a contratação de estrangeiros, bem como a utilização dos serviços de pessoas com algum conhecimento prático e com capacidade para assumir tarefas que, em condições mais favoráveis, caberiam a engenheiros e arquitetos.[60] Em geral, entre as primeiras fortalezas e cidades feitas na África, Índia e Brasil, dificilmente constata-se a presença de um 'técnico especializado', que só depois iria surgir. A

58 - SALVADOR, Frei Vicente do - Op. cit. p. 83-84.

59 - I.A.N./T.T. - Habilitação da Ordem de Cristo - Letra C, Maço 1, Doc. 5. e I.A.N./T.T. - Registro Geral de Mercês - D. Pedro II - Liv. 10 - fl. 356.

60 - TELLES, Pedro Carlos da Silva - *História da Engenharia no Brasil séculos XVI a XIX*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Clavero, 1994. p. 9.

61 - ARAÚJO, Renata Malcher de - Engenharia Militar e Urbanismo... p. 255.

função deste, muitas vezes, confundia-se com a "figura polivalente do capitão, ao mesmo tempo conquistador, comerciante e construtor".[61]

Quanto à participação ativa do "mestre das obras d'el rei" Manuel Fernandes, diante da decisão da escolha do sitio para a fundação da cidade Filipéia, mais uma vez, o *Summario das armadas*, constitui sem dúvida, a fonte original e segura desta informação. No entanto, os trabalhos posteriores não avançaram com novos dados sobre este homem, e todos não vão além da confirmação do seu nome e do título que detinha, sem qualquer indicação sobre sua orígem ou outros serviços prestados para a Coroa portuguesa.[62] Assim, procederam por ordem cronológica das respectivas obras, o Frei Vicente do Salvador, Francisco Adolfo Varnhagen, Irineu Ferreira Pinto, Anibal Barreto, Paulo Santos, e por fim Dora Alcântara e Cristovão Duarte.[63] É curioso também, o fato de Sousa Viterbo não fazer referência ao nome de Manuel Fernandes, no seu *Dicionário histórico e documental dos arquitectos, engenheiros e construtores portugueses ou a serviço de Portugal*.[64] Infelizmente, neste

62 - O título de "mestre de obras de el-rei" era dado à pessoa "responsável pelas fortificações antes da criação do cargo de Engenheiro-mor em 1596 por Filipe II". NUNES, António Lopes Pires - *Dicionário temático de arquitectura militar e arte de fortificar*. Lisboa: Estado Maior do Exército/Direcção do Serviço Histórico Militar, 1991. p. 148.

63 - SUMMARIO das armadas que se fizeram... Op. cit. p. 66; SALVADOR, Frei Vicente do - Op. cit. p. 125; VARNHAGEN, Francisco Adolfo - *História Geral do Brazil...* Op. cit. p. 353; PINTO, Irineu Ferreira - Op. cit. p. 20; BARRETO, Anibal - *Fortificações do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958. p. 114; SANTOS, Paulo - Op. cit. p. 97; ALCÂNTARA, Dora e DUARTE, Cristovão - Op. cit. p. 287.

64 - VITERBO, Francisco Marques de Sousa - *Dicionário histórico e documental dos arquitectos, engenheiros e construtores portugueses ou ao serviço de Portugal*. 2 vol. Lisboa: Imprensa Nacional, 1894 e 1914.

65 - Acerca dos dois outros homens que o *Summario das armadas* faz referência quando trata da escolha do sítio para a fundação da cidade - Duarte Gomes da Silveira e João Queixada - tem-se as seguintes informações. Duarte Gomes da Silveira, vai continuar tendo um papel importante na história da Paraíba. Seu pai foi Pedro Álvares da Silveira, natural do Alentejo, que por volta de 1560, foi residir em Pernambuco, acompanhado por sua mulher D. Maria Gomes Bezerra, natural de Viana do Castelo. Trouxeram um filho - Domingos da Silveira que foi Procurador da Coroa e Fazenda Real na capitania de Pernambuco - e no Brasil tiveram mais dois descendentes, sendo um deles Duarte Gomes da Silveira. BUENO, Antônio Henrique da Cunha; BARATA, Carlos Eduardo de Almeida - *Dicionário das Famílias Brasileiras*. 2 vol. São Paulo: s/e., 2000. p. 1.112.

Sobre João Queixada apenas cogita-se que, provavelmente, era um espanhol, pois daquele país veio a origem deste sobrenome que no Brasil predominou como uma nobre família no Rio de Janeiro. A família Queixada fez linhagem também em Pernambuco, onde há referência a Cristóvão Queixada e seu filho João Queixada. BUENO, Antônio Henrique da Cunha; BARATA, Carlos Eduardo de Almeida - Op. cit. p. 1.856 e *PRIMEIRA Visitação do Santo Officio ás partes do Brasil pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça, capellão fidalgo Del Rey nosso Senhor e do seu Desembargo, deputado do Santo Officio. Denunciações de Pernambuco, 1593-1595*. São Paulo: Homenagem de Paulo Prado, 1929. p. 37.

66 - SANTOS Paulo F - Op. cit. p. 96.

Para construir esta hipótese, o autor utilizou as seguintes fontes bibliográficas: IÑIGUEZ, Diego Angulo - Bautista Antonelli. Las fortificaciones Americanas del siglo XVI. Madrid, 1942. (Discurso de ingresso do Autor na Real Academia de História); IÑIGUEZ, Diego Angulo - *Historia del Arte Hispanoamericano*. Tomo I. Barcelona: Salvat Editores, 1945.

caso as fontes documentais não contribuíram para acrescentar novas informações.[65]

Por fim, cabe ainda contestar a hipótese levantada por Paulo Santos - tendo por referência bibliográfica a obra de Diego Angulo Iñiguez - sobre ter o engenheiro italiano, Batista Antonelli, "feito no Brasil um 'castelo' com o nome da 'Caparaiba'", cogitando Paulo Santos se "esse castelo (nome comumente dado às praças fortes e às cidades) não teria sido o *Ca. Paraíba*, isto é: *Castelo Paraíba* ou *Cidade Paraíba*".[66]

Batista Antonelli trabalhou na Espanha a serviço de Filipe II, desde 1570, até que lhe foi confiada a importante missão de acompanhar a esquadra, que sob o comando de Diogo Flores Valdez, se dirigiu para o estreito de Magalhães para fortificá-lo, segundo plano traçado por Tiburcio Spanoqui. O freqüente ataque de piratas ingleses e holandeses às costas americanas sob domínio espanhol, levaram Filipe II a empreender um plano de fortificação de toda a região que abrangia desde a Flórida, Havana, México, até o estreito de Magalhães. Para realizar este extenso programa de obras, não dispunha de técnicos qualificados em número suficiente, indo buscá-los na Itália, tendo lugar preferencial a família dos Antonelli, "verdadeira dinastia de engenheiros militares e civis", oriunda da Romagna.[67]

A expedição de Flores Valdez partiu de Cadiz, em 1581, mas não obteve sucesso em sua missão, e segundo Diego Iñiguez, "a nau em que viajava Antonelli encalhou ao sair da Ilha de Santa Catarina em princípios de 1583, e não pode chegar ao seu destino". O fracasso foi tamanho que Flores Valdez chegou a responder a um processo perante a corte espanhola pela perda daquela esquadra.[68] Somente em 1586, o engenheiro italiano voltou a disponibilizar-se para o trabalho nos territórios americanos, seguindo em nova esquadra para Cartagena.[69] A partir de então, trabalhou em Porto Rico, Santo Domingo, Havana e em diversas partes do México e Panamá, permanecendo na América durante dez anos. O último período da vida de Antonelli transcorreu na Espanha, com exceção da viagem que fez a América, em 1604, para estudar a defesa das "salinas de Araya". Informa Iñiguez que nesta mesma viagem Antonelli fez "el proyecto

---

67 - IÑIGUEZ, Diego Angulo - *Historia del Arte Hispanoamericano*... p. 498-499.

68 - Foi em meio a esta expedição fracassada, que Diogo Flores Valdez acabou por aportar na Bahia, sendo designado pelo governador geral do Brasil, Manuel Teles Barreto, para seguir para a conquista da Paraíba, em 1584, acompanhando o ouvidor geral, Martim Leitão.

69 - IÑIGUEZ, Diego Angulo - *Historia del Arte Hispanoamericano*... p. 500.

70 - Id. ibid. p. 522.

O autor repete esta mesma informação à página 592, acrescentando: "hizo un castillo en el puerto de Caparayba, en la costa del Brasil, para evitar que los holandeses traficaran con el palo de tinte, y regresó a España".

de fortificación de la isla Margarita", e o "castillo de Caparaiba en el Brasil".[70]

Portanto, ainda que fosse correta a associação feita por Paulo Santos entre o "castillo de Caparaiba" e a cidade da Paraíba, a passagem de Antonelli por esta capitania só teria ocorrido em 1604, e não à época da atuação de Diogo Flores Valdez na conquista daquela região. Sobre esta hipótese, observa-se ainda, que o padre jesuíta autor do *Summario das armadas*, afirmando ter sido "testimunha de vista" desta "empresa do Parahyba, depois que o general Diogo Flores a começou", não fez qualquer referência à presença de Batista Antonelli em sua narrativa,[71] e as fontes documentais disponíveis, datadas do século XVI e princípio do XVII, também não mencionam o seu nome. Esta hipótese formulada por Paulo Santos já foi contestada por Dora Alcântara e Cristovão Duarte, utilizando os mesmos argumentos aqui levantados, no entanto, a mesma informação foi retomada por Renata Malcher de Araújo em trabalhos recentes, afirmando que "em Filipeia consta ter sido o engenheiro Batista Antonelli o autor do primeiro forte".[72]

Tratando sobre "a empresa urbanizadora e colonizadora para o norte" do Brasil, afirma Renata Araújo, que todas as expedições enviadas para as cidades de Filipéia, Natal e São Luís, "contaram com profissionais de engenharia habilitados".[73] De fato, o traçado de São Luís está associado ao "engenheiro-mor do estado do Brasil" Francisco de Frias de Mesquita, e em Natal, é comprovado o trabalho do padre jesuíta Gaspar de Samperes na construção do forte dos Reis Magos, embora seja incerto qual foi o alcance da sua atuação na estruturação daquela cidade.[74] No entanto, diante do exposto, considera-se que no caso específico da Paraíba, as informações que se tem conhecimento, até o momento, são questionáveis ou insuficientes para afirmar a participação de um profissional qualificado na definição da espacialidade da cidade Filipéia.

No que se refere à fundação de vilas e cidades no Brasil, o tempo que medeia entre a construção de Salvador - para a qual foi enviado o

---

71 - SUMMARIO das armadas que se fizeram... Op. cit. p. 38.

72 - ALCÂNTARA, Dora e DUARTE, Cristovão - Op. cit. p. 287; ARAÚJO, Renata Malcher de - Engenharia Militar e Urbanismo ... Op. cit. p. 263.; ARAÚJO, Renata Malcher de - *As cidades da Amazónia no Século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão*. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 1998. p. 32.

73 - ARAÚJO, Renata Malcher de - Engenharia Militar e Urbanismo ... p. 263.

74 - Sobre São Luís ver: REGIMENTO que o Capitão Mor Alexandre de Moura deixa ao Capitão Mor Hieronimo Dalbuquerque ... Op. cit. p. 232-233.

Sobre Natal ver: GALVÃO, Helio - *História da Fortaleza da Barra do Rio Grande*. Rio de Janeiro: MEC/Conselho Federal de Cultura, 1979.

mestre Luís Dias - e o princípio do século XVII, pode ser considerado como um período de mudança de procedimentos e redefinição de papéis, entre a figura exclusiva do "capitão conquistador e construtor", e a presença dos engenheiros a serviço da Coroa portuguesa, com os quais aqueles capitães vão passar a compartilhar a tarefa de fazer o povoamento do território brasileiro. Mas como terá decorrido essa mudança de procedimentos diante da realidade colonial?

Já no final do século XVII, registra-se o caso da fundação de um povoamento no Ceará, que ilustra como deve ter sido lento, e por vezes conflituoso, este período de transição entre uma forma de fazer exclusivamente pragmática, que foi própria dos primeiros tempos da colonização do Brasil, e a introdução e aceitação da orientação técnica especializada.

Segundo um documento do ano de 1686, por ordem do governador do Maranhão, partiram da cidade de São Luis, em uma canoa, "*quatro cidadoes de milhor notta e experiencia com hum capitão que tem luz da forteficação*", a fim de percorrerem a costa do Ceará à procura de um sítio conveniente para povoar. Descobriram a dez léguas daquela cidade, no rio denominado Icatú, um sugidouro "*ainda que de poucos navios, tão seguro e abrigado que de terra se lhe pudia metter a carga por pranchões*", além disso, era terra boa para todo gênero de cultura, com boas matas e quantidade de madeiras, bons pastos para os gados, boas águas, e ainda o podiam "*forteficar contra o gentio*". Era unanime a opinião de que aquele era um lugar adequado para a implantação do povoado, para onde deveria ser deslocado um bom número de moradores de São Luís, sendo do interesse da Fazenda Real que ali houvesse salinas, engenhos de água e o cultivo da terra, com o que aumentaria o recolhimento dos seus dízimos.

Como era próprio dos procedimentos burocráticos do Brasil colonial, o Procurador da Fazenda Real foi consultado sobre a questão, respondendo ser necessária nova avaliação da "*qualidade do cittio em que se intentava fazer esta colonia, mandandosse engenheiro*", pois considerava que o capitão anteriormente enviado para esta tarefa "*não tinha aquella intelligencia que se requer*". Diante deste impasse, em uma Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, encontra-se a seguinte resposta:

> "*Tambem se deo vista a* [carta] *da Coroa, e respondeo que se para todas as povoações que tem o mundo, houvessem os primeiros fundadores buscado cittios regulares e engenheiros peritos, muito poucas haveria nelle, sendo que pello contrario o que a experiencia mostrava desde o diluvio universal hera que os homens que se ajuntavam em sociedade politica buscavam os cittios mais acomodados para suas habitações, ainda*

75 - A.H.U. - ACL_CU_009, Cx. 7, Doc. 761.

ficações, mas que o próprio povo detinha o conhecimento necessário para identificar o melhor lugar para sua habitação.

No caso específico da Paraíba, constata-se que a Coroa portuguesa sempre foi determinante e vigilante sobre o sítio onde deveria ser edificado o forte para guarnecer a barra do rio, enviando constantes recomendações para que fossem obedecidas as ordens contidas nos Regimentos. Mas diante da fundação da cidade, coube aos 'homens da conquista' a decisão sobre o local onde implantá-la. E aquele local propiciou a reunião desses homens em 'sociedade política', deu-lhes a comodidade necessária para as suas habitações, e naquela planície foi crescendo a Filipéia.

CAPÍTULO 3.2

A cidade Filipéia – povoar para colonizar

Antes de chegar à Filipéia de Nossa Senhora das Neves, percorreu-se o Rio Paraíba, acompanhando o surgimento das estruturas edificadas para a defesa inicial daquela capitania, imprescindíveis para viabilizar a fundação da cidade e o povoamento do território. Seguindo rio acima por três léguas, deparando com a Filipéia, novamente busca-se a base sólida das edificações para alicerçar o entendimento desta cidade que, pouco a pouco, foi ganhando sua fisionomia através da arquitetura.

Volta-se a afirmar que colonizar e povoar, se tornaram sinônimos na realidade brasileira, pois em cidades como a Filipéia, todas aquelas funções detectadas na origem dessa colonização, de alguma forma, vão estar representadas através da arquitetura. A concretização dessas funções no espaço da cidade vai caracterizar-se como uma expressão de poder, ou dos diversos poderes que deram fundamento à sociedade brasileira. Estes se espelhavam através da presença da Coroa portuguesa, a quem cabia defender e administrar o território sob seu domínio - nas vertentes política, jurídica e econômica. No mesmo patamar estava a Igreja Católica, portadora dos ensinamentos de Deus, imprescindíveis aos portugueses que povoavam a colônia, e fundamentais para catequizar e dominar uma população nativa.

Assim, retoma-se a idéia da cidade entendida como "centro de poder" político, econômico e religioso, com domínio sobre um território, e constituída por edifícios que são a concretização e a representação desses diversos poderes e funções nela instituídos. Edifícios, a princípio, de modestas proporções e erguidos com materiais perecíveis, mas que em breve tempo vão ser renovados em "pedra e cal", ganhando maiores dimensões, alguns avançando em qualidades estéticas, merecendo dos observadores da época, adjetivos como 'suntuosos' ou 'nobres'.

Referindo-se à Paraíba, Ambrósio Fernandes Brandão, indiretamente deu informações sobre o poder do Rei e da Igreja estabelecidos na cidade Filipéia, sobre a qual, disse:

> "Governa-se por um Capitão-mor que de três em três anos é provido por Sua Majestade; tem na boca da barra uma fortaleza provida de soldados pagos de sua fazenda, com seu Capitão. Não está bem fortificada por culpa dos Governadores-gerais, que se descuidam de o mandarem fazer. A cidade, que está situada pelo rio acima, ao longo dele, posto que pequena,

todavia é povoada de muitas casas, todas de pedra e cal e já enobrecida de três religiões que nela assistem com seus conventos, a saber, o da Ordem do Patriarca São Bento e os religiosos de Nossa Senhora do Carmo com os do Seráfico Padre São Francisco da Província Capucha de Santo Antônio, que têm um convento suntuoso, o melhor dos daquela Ordem de todo o Estado do Brasil. No espiritual é esta Capitania da Paraíba cabeça das demais da parte do norte, de Pernambuco adiante, porquanto se intitula o prelado Administrador da Paraíba. É capaz a Capitania de lançar de si todos os anos vinte naus carregadas de açúcares".[76]

Assim, iniciou sua descrição, demonstrando a presença da Coroa portuguesa, através dos funcionários e militares por ela designados para zelar pelos interesses da metrópole, bem como a assistência da Igreja, através das ordens religiosas. Por ser a Paraíba uma capitania de Sua Majestade, cabia ao rei arcar com o sustento de grande parte dessa estrutura, estando registrado nesta *Relação abreviada sobre a Capitania da Paraíba*, quanto isto custava aos cofres da Fazenda Real, nos primeiros anos do século XVII:

"*Valeu o rendimento desta capitania da Paraíba dos dízimos no ano de 1601, 2 contos e 400 mil réis.*

Valem os ordenados que se pagam por conta de Vossa Majestade aos oficiais da capitania em que entram o provedor e capitão e mais oficiais 144 mil réis.

Encargos com os ministros eclesiásticos 351 mil e 270 réis

Encargos com gente de guerra 1 conto 759 mil e 800 réis

Os gastos totais que saíam da Fazenda Real eram de 2 contos 255 mil réis".[77]

Embora estas despesas fossem elevadas, se confrontadas com os rendimentos obtidos na Paraíba, eram justificadas pela certeza da manutenção do território em mãos do poder português, bem como pela perspectiva de crescente aumento nos lucros com a produção do açúcar, demonstrando o mesmo Ambrósio Fernandes Brandão, que estes eram bons para Portugal, sendo recolhidos na alfândega de Lisboa, direitos que importavam entre 250 e 150 réis por arroba, dependendo do tipo do açúcar.[78]

---

76 - BRANDÃO, Ambrósio Fernandes - Op. cit. p. 30.

77 - A.G.S. - Secretaria Provincial - Liv. 1575 - fl. 22.

78 - BRANDÃO, Ambrósio Fernandes - Op. cit. p. 90.

Segundo Stuart B. Schwartz, "Até o fim do século XVI, o Brasil representava um déficit para o tesouro real, consumindo mais em salários e despesas de defesa do que arrecadava em taxas e impostos", quadro que tendia a se inverter com o crescimento da produção açucareira. SCHWARTZ, Stuart B. - *Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial.* São Paulo: Perspectiva, 1979. p. 78.

Nesta *Relação*, vale observar o significativo percentual gasto com os "*ministros eclesiásticos*", comparando-o com a folha de pagamento dos oficiais e com a "*gente de guerra*". Sobre esta questão, lembra Rui Carita que tendo sido a expansão portuguesa "assumida pela Ordem de Cristo, com a integração da mesma na Coroa, quando da subida ao trono de D. Manuel", ficaram os reis de Portugal investidos não só da defesa específica militar das suas possessões, mas também da proteção da fé católica. E acrescenta que "dentro do espírito da Contra-Reforma, liderada pela Península Ibérica de D. João III e de Carlos V, a defesa era primeiro da "*fé e da religião*" católica do Concílio de Trento e só depois da "*pátria*". Sendo assim, era da responsabilidade dos reis católicos, para além das fortalezas e alfândegas, a construção e manutenção das sés e matrizes e o amparo da maior parte dos conventos. Por iniciativa régia, também ocorreu, muitas vezes, a edificação das casas de câmara.[79]

Igreja matriz e conventos, alfândega e fortificações. Era a arquitetura exercendo seu duplo papel de lugar de abrigo para estas diversas funções, e de elemento de representação do poder temporal e religioso da época. E considerando o caso específico da cidade Filipéia, é imprescindível atentar que o processo de construção dessa realidade, compreendido entre o final do século XVI e as primeiras décadas do XVII, decorreu dentro dos limites permitidos por um contexto de recente conquista e constantes conflitos, mas onde era fundamental implantar os baluartes e os símbolos do poder do conquistador, com estruturas edificadas que ali estavam para proteger a força humana responsável por colocar em funcionamento a máquina da colonização.

3.2.1 - Os baluartes do poder de Deus

Atentando para o que disse Rui Carita sobre a primazia da "defesa da fé católica" assumida pelos reis de Portugal, na Filipéia, especial atenção mereceu a fundação da igreja matriz e o amparo às ordens religiosas que chegaram à Paraíba juntamente com seus conquistadores.

Sobre a igreja matriz pouco se sabe. Sua origem está associada aos fundamentos da cidade, tendo por princípio uma capela edificada por Frutuoso Barbosa, em sítio por ele definido, no alto da colina. São os "historiadores unânimes em afirmar que a obra primitiva foi feita de taipa de fila (sic) e que o seu mestre foi João Queixada, auxiliado por Manuel Fernandes. Era bem pequena e, provavelmente, rebocada por fora. O piso de terra batida".[80]

79 - CARITA, Rui - Os engenheiros-mores na gestão do Império... p. 393.

80 - LEAL, Wills - *Memorial da Festa das Neves*. João Pessoa: Gráfica Santa Marta, 1992. p. 38.

Brevemente foi elevada à posição de Matriz, estando documentado que no "*Anno de 1586 em 30 de outubro foi nomeado o primeiro vigario da vigararia da Capitania da Paraiba*". Seu nome: João Vas Sallem.[81] Em 1605, entre as despesas feitas pela Fazenda Real na Paraíba, constavam os "*Encargos com os ministros ecclesiásticos*".[82] Em 1616, dos cofres de Sua Majestade saía "*pera a fabrica da dita igreja oito mil reis*", além dos ordenados do vigário e do seu coadjutor, e mais uma ordinária - ajuda financeira, em geral, destinada à compra de azeite, vinho de missa, cera e farinha de trigo, essenciais para a manutenção do culto divino.[83]

Maiores informações sobre a Igreja Matriz foram dadas pelo provedor-mor da capitania, Francisco Nunes Marinho de Sá, em carta enviada ao rei D. Filipe II, em 1618, prestando conta da sua atuação, e dizendo sobre a cidade: "*não tinha Igreja matriz mais que de taipa muito velha procurei fazer se de pedra e cal e estando ja a capella mór acabada toda de abobeda com seu retabolo e os altares colaterais do mesmo modo, continuandose com o corpo da Igreja*".[84]

Cronologicamente, na seqüência da primitiva igreja matriz, deve ter surgido a pequena capela de São Gonçalo, único marco edificado que registrou a breve trajetória dos padres da Companhia de Jesus na Paraíba do século XVI. Sobre esta, em posterior documentação do ano de 1729, há uma referência dizendo ser "*hua ermida do gloriozo São Gonçalo, que, como foi a primeira igreja que houve nesta terra estava tão aruinada que quazi estava cahindo*".[85]

Se em sua expedição para conquista da Paraíba, Frutuoso Barbosa trazia consigo religiosos de São Francisco e de São Bento, nas posteriores tentativas a cargo do ouvidor Martim Leitão, os jesuítas passaram a estar presentes, "d'aqui por diante, como testimunha de vista" como disse

81 - A.G.S. - Secretaria Provincial - Liv. 1575 - fl. 6v.-9.

Confirma Irineu Pinto: no ano de 1586, ocorre a criação da freguesia de Nossa Senhora das Neves, tendo sido o primeiro vigário o padre João Vaz Sarlem dos Santos. PINTO, Irineu Ferreira - Op. cit. p. 23.

82 - A.G.S. - Secretaria Provincial - Liv. 1575 - fl. 22.

83 - Folha de todas as despesas feitas nas capitanias do Brasil, para pagamento do eclesiástico e mais ministros da justiça, milícia e fazenda.1616, Outubro, 22, Lisboa. Documento publicado em: *LIVRO 2° do Governo do Brasil.* Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses/Museu Paulista/ Universidade de São Paulo, 2001. p. 42.

84 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 1, Doc. 10. (DOC. 15)

Em sua obra datada de 1618, dizia Ambrósio Fernandes Brandão sobre a posição da capitania da Paraíba na organização eclesiástica do Brasil: "De pouco tempo a esta parte a dividiu Sua Santidade, com as mais Capitanias de Tamaracá, Paraíba e Rio Grande, do Bispado da Bahia de Todos os Santos, criando nelas novamente por Administrador, Antônio Teixeira Cabral, prelado mui consumado nas letras e virtudes, com título de Administrador da Paraíba". BRANDÃO, Ambrósio Fernandes - Op. cit. p. 32.

85 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 7, Doc. 560. (DOC. 95)

o autor do *Summario das armadas*. Os padres da Companhia de Jesus, Jerônimo Machado e Simão Tavares, foram atuantes durante grande parte da guerra para ocupação da Paraíba, enquanto seus companheiros Baltasar Lopes e Manoel Correia, acompanharam a jornada à Serra da Copaoba, em Dezembro de 1586.

Serafim Leite, ressaltando o papel dos jesuítas nessas guerras, coloca-os como protagonistas nas negociações de paz com os índios e nos combates, caminhando à frente dos soldados para encorajá-los, enfrentando todos os perigos.[86] Apesar dessa participação ativa, foram estes religiosos os que menos condições encontraram para construir o 'baluarte' da sua presença na Paraíba.

Em 1589, a documentação jesuítica "já fala expressamente da Paraíba; e nomeia os Padres Pero de Toledo e Baltazar Lopes", dando-lhes a primazia na ação de catequese.[87] Reiterando esta primazia, o Frei Jaboatão disse que ficaram os índios "desta Aldeia do Braço de Peixe [Piragibe] não só em paz com os nossos e à obediência do Rei, mas também admitidos ao grêmio da Igreja, e entregues à doutrina dos Padres Jesuítas, sendo a primeira Aldeia do gentio que recebeu a fé nesta Capitania".[88]

Em função dessa atividade, se fixaram nas proximidades daquela aldeia dos Tabajaras e iniciaram a construção da referida capela de São Gonçalo, a qual marcaria o limite sul da cidade até meados do século XVII.[89] Os jesuítas tinham, então, a intenção de fundar uma residência na Paraíba e encaminharam processo neste sentido, apresentando Serafim Leite uma correspondência sobre esta matéria, datada de 5 de Setembro de 1588, enviada ao padre Provincial do Brasil, com o seguinte teor: "Na Paraíba podem continuar a estar alguns dos Nossos *per modum missionis*. Entretanto, escreve-se a Portugal que façam diligência para haver de Sua Majestade o sustento necessário para os que ali tiverem de estar. E assim que tiverem sustento, se porá ali residência formada". Por sua vez, o governador, Frutuoso Barbosa, ia mais além, pretendendo que se fizesse um colégio, animado com os resultados da ação dos jesuítas.[90]

---

86 - LEITE, Serafim - *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo I. Lisboa: Livraria Portugália; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938. p. 501-502. Ver tb. *RELAÇAM annual das cousas que fezeram os padres da Companhia de Jesus nas partes da Índia Oriental & no Brasil, Angola, Cabo Verde, Guine, nos annos de seiscentos & dous & seiscentos e tres, & do processo de conversam & christandade daquellas partes, tirada das cartas dos mesmos padres que de lá vieram pelo Padre Fernam Guerreiro da mesma Companhia, natural de Almodóvar de Portugal*. Lisboa: por Jorge Rodrigues impressor de livros, 1605.

87 - LEITE, Serafim - *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo I. p. 503.

88 - JABOATÃO, Frei Antonio de Santa Maria - Op. cit. p. 98.

89 - PINTO, Irineu Ferreira - Op. cit. p. 20.

90 - LEITE, Serafim - *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo I. p. 504.

Mas os padres da Companhia ficaram restritos àquela pequena capela de São Gonçalo, pois em 1589, chegaram à Paraíba os franciscanos, aos quais Frutuoso Barbosa incumbiu a responsabilidade por todas as aldeias da capitania, sendo exceção a de *Piragibe*, que já estava sob a tutela dos jesuítas.

Vindo os franciscanos para o Brasil, à instância de Jorge de Albuquerque, senhor de Pernambuco, foi instituída a Custódia de Santo Antônio e fundada a casa sede em Olinda, em 1585, detendo esta o poder de criar outros conventos dentro da área sob sua jurisdição, desde que fosse requisitada e justificada a presença dos mesmos.[91]

Alegando a necessidade de combater a hostilidade do gentio, "o povo e o senado da Paraíba, apoiados pelo cardeal Alberto, regente de Portugal, pediram ao Padre Custódio Frei Melchior de Santa Catarina fundasse um convento na Filipéia",[92] solicitação que foi logo atendida, com o objetivo daquele passar a ser o centro da ação missionária que se estenderia por diversas aldeias, marcando a fase "eminentemente catequética e de pacificação dos indígenas".[93]

Em fins de 1588 ou princípios de 1589, veio à cidade o "Frei Melchior para examinar pessoalmente as condições do terreno oferecido para a fundação, anuindo em seguida ao pedido".[94] Além das terras para construção do convento, os franciscanos receberam esmolas concedidas pela Câmara e moradores, e uma "ordinária" que a pedido do Frei Melchior, a Coroa portuguesa reservava para cada convento fundado no Brasil. Segundo registro, no "*Ano de 1590 em 10 de Janeiro fez mercê e esmola ao mosteiro dos frades da ordem de Santo Antonio*", estando computada na folha de pagamentos da Fazenda Real da capitania da Paraíba, no ano de 1605.[95]

---

91 - SALVADOR, Frei Vicente do - Op. cit. p. 138.

92 - Introdução do Frei Venâncio Willeke, O.F.M. ao LIVRO dos Guardiães do Convento de Santo António da Paraíba (1589-1885). *STVDIA*. n. 19. Dez/1966. p. 174. O fato da execução deste livro só ter sido ordenada na Congregação do ano de 1745, justifica a existência de muitos lapsos cronológicos quanto às três primeiras fundações dos franciscanos no Brasil, cuja história foi recolhida em documentos avulsos reunidos para fatura do mesmo.

93 - BURITY, Glauce Maria Navarro - *A presença dos Franciscanos na Paraíba através do Convento de Santo Antônio*. Rio de Janeiro: G. M. N. Burity, 1988. p. 29.

94 - Introdução do Frei Venâncio Willeke, O.F.M. ao LIVRO dos Guardiães do Convento de Santo António da Paraíba... p. 174.

95 - A.G.S. - Secretaria Provincial - Liv. 1575. fl. 6v.-9.

WILLEKE, Frei Venâncio - As relações entre o governo português e os franciscanos do Brasil durante o século XVI. *Revista do Instituto do Ceará*. Tomo LXXXVI. Ano LXXXVI. Fortaleza, 1972. p. 224.

Segundo Frei Jaboatão, "um anno com pouca differença se deteve na Parahyba o Padre Custodio [Frei Melchior], no cuidado de ordenar e dispôr aquelle primeiro recolhimento e acceitar algumas Aldeias do gentio". Nesta ocasião, foi eleito para primeiro Prelado da Paraíba o Frei Antônio do Campo Maior, enquanto o Frei Francisco dos Santos ficou responsável pelo traçado da primeira planta dessa casa religiosa, e "foy isso pelo mês de junho de 1590", demorando-se o Frei Francisco na Filipéia, até fins do mesmo ano.[96]

Assim, "juntos os materiaes necessarios se deu principio á obra, se concluiu em breve tempo uma casa ou recolhimento com doze cellas, claustro e officinas, com seu oratorio. Neste se recolheram os Religiosos, tratando de levantar Igreja que acabarão brevemente, dedicada ao glorioso Santo Antonio, que se havia escolhido por Patrão da Custodia e era a segunda casa que lhe consagravão".[97]

Ficaram os franciscanos sediados em seu convento na Filipéia, mas também na "caza, que tinhão em as fronteiras", ou seja, na aldeia do *Almagre*, situada "além das marés, aonde vivia, que he nos limites do gentio, que tem a cargo", de onde seguiam para doutrinar nas outras aldeias, sobre as quais lhes foi entregue a responsabilidade logo que chegaram à Paraíba: *Praia*, *Guiragibe* (ou Assento de Pássaro), situada ao Sul do rio Tibiri; e a três léguas da cidade, as de *Joanne* e *Mangue*.[98]

Em 1593, os franciscanos assumiram a aldeia de *Piragibe*, até então sob os cuidados dos jesuítas, e mais as de *Ipopoca* (ou Assunção), *Jacoca* (ou Conceição) e Santo Agostinho.[99] A retirada dos jesuítas da aldeia de *Piragibe*, deflagrou um conflito entre estes e os franciscanos, determinando o Cardeal Alberto, em nome do rei Filipe II, que assim se procedesse:

> "Por quanto por Fructuoso Barbosa fuy avisado, que entre os Religiosos de S. Francisco, enviados a estas partes por meu mandado, e os

96 - JABOATÃO, Frei Antonio de Santa Maria - Op. cit. p. 138 e WILLEKE, Frei Venâncio - Dois Arquitectos Franciscanos do Brasil Quinhentista. *Itinerarium*. Ano 13. n. 55. Lisboa, 1967. p. 71.

97 - JABOATÃO, Frei Antonio de Santa Maria - Op. cit. p. 138.

Diz Frei Jaboatão "Sobre estes principios que deixamos aqui assentados desta casa, se offerece advertir, que pondo na taboa das fundações de todas as casas, esta da Parahyba no anno de 1590, se deve entender, que o fizemos assim, porque neste anno teve formalidade de casa com prelado e subditos, sendo a sua acceitação como aqui dizemos no de 1589". Id. ibid. p. 228.

98 - JABOATÃO, Frei Antonio de Santa Maria - Op. cit. p. 34 e ILHA, Frei Manuel da - *Narrativa da custódia de Santo Antônio do Brasil 1584/1621*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1975. p. 116.

99 - Além destas, em 1603, foram entregues aos franciscanos mais 16 ou 18 aldeias, cujos nomes não são conhecidos. Na região Nordeste do Brasil, a capitania da Paraíba era a que tinha maior número de missões. WILLEKE, Frei Venâncio - Atas Capitulares da Província Franciscana de Santo Antônio do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Vol. 286. Rio de Janeiro, 1970. p. 92-93.

> Padres da Companhia, havia differenças, do que resultava escândalo entre os novos christãos, vos mando, que tirada inquirição, e achando que os Padres de São Francisco são os culpados, os concertareis, em forma que não haja materia de escandalo; e se os Padres da Companhia, os despedireis, para nunca mais tornarem a morar a essa Capitania, e os ditos Religiosos de S. Francisco doutrinarão todo o Gentio, o que favorecereis em tudo o que vos for possível, etc.".[100]

Estava evidente a proteção dada aos franciscanos, em detrimento dos jesuítas. A situação tornava-se mais grave, quando somada ao desentendimento havido entre o governador Feliciano Coelho de Carvalho (1592-1596) e os jesuítas, devido à transferência da aldeia de *Piragibe* para uma região mais ao interior da capitania, "decisão que foi interpretada pelos padres como um desapreço à ação catequética e religiosa, sobrepujada pelas preocupações materiais, de ordem militar e econômica".[101] Diante destas desavenças, os jesuítas foram afastados da Paraíba, em 1593.

Feliciano Coelho também teve problemas com os franciscanos que o acusavam de governar visando mais as próprias vantagens materiais do que o bem espiritual do gentio. Por sua vez, o governador não aceitava o fato daqueles religiosos terem o "privilégio de nas suas missões exercerem a jurisdição espiritual e temporal" e reconhecia-lhes apenas o "foro espiritual".[102] Apesar de tanta discórdia, um aspecto positivo teve o governo de Feliciano Coelho: a paz definitiva com os índios Potiguaras, que tanta inquietação causavam aos moradores da Filipéia.

Diante deste contexto, os franciscanos decidiram retirar-se, temporariamente, de algumas das aldeias que administravam e interromperam a construção do seu convento na Filipéia, apesar de ser o guardião desta época o Frei Antônio da Ilha (1594-1596), "tão inclinado às obras", que tinha a função de arquiteto junto à Custódia do Brasil.[103]

Sobre a paralisação das obras do convento franciscano, as informações são recolhidas através de registros da Ordem de São Bento, a qual, na tentativa de angariar maiores vantagens em troca dos serviços que

---

100 - Documento transcrito por JABOATÃO, Frei Antonio de Santa Maria - Op. cit. p. 35.

101 - BURITY, Glauce Maria Navarro - Op. cit. p. 35.

102 - WILLEKE, Frei Venâncio - As relações entre o governo português e os franciscanos... p. 228.

103 - WILLEKE, Frei Venâncio - Dois Arquitectos Franciscanos do Brasil Quinhentista... p. 74.

Embora seja conhecida a alegação dos padres de São Bento, quanto a terem os franciscanos largado "*o Servisso de Sua Magestade e a doutrina dos Índios*" na capitania da Paraíba, afirmam os cronistas da ordem que a missão de catequese destes foi contínua, desde o ano de 1589 até 1619, quando por decisão do Prelado de Pernambuco, toda a catequese dos índios foi entregue a representantes do Clero Secular, ficando os franciscanos afastados dessa atividade para terem uma vivência especificamente conventual, voltada para o culto divino e administração dos sacramentos. BURITY, Glauce Maria Navarro - Op. cit. p. 29.

viria prestar na Paraíba, alegava que "*por se hirem daquy os padres de Sam Francisco e dezempararem seos Mosteiros e Igrejas*", vinha solicitar ao capitão-mor "*que visto ajudarem a ellez todoz aos Padrez de Sam Francisco a fazer o Mosteyro Novo que está por acabar, que dezempararam, e nelle está alguma madeira ainda em pé por não se acabar de perder, e alguma telha que está no chão danificada, aja por bem em servisso de Sua Magestade se aproveyte e se dê aos ditos Padres de Sam Bentto por se não acabar de perder*".[104]

Foi no ano de 1595, que o Frei Damião da Fonseca, presidente dos beneditinos de Olinda, chegou à Filipéia. Vinha a mando do padre geral da congregação de Portugal, que lhe ordenara fundar uma casa na Paraíba, para o que pediu ao governador, Feliciano Coelho de Carvalho, um terreno destinado a construção de um mosteiro.[105] Por lhe parecer "o mais conveniente",[106] escolheu um lote situado "*junto das terraz de João Neto no arebalde e termo desta cidade*" tendo "*oytenta bracaz em coarda no alto para a banda do Sul, e para a serca abaixo da varge com as agoaz vertentes do OEste, e Leste, e Sul*".[107]

Recebeu a carta de doação deste, na condição de "*que dentro em doiz annos comece o Mosteiro, e não o começando asim mesmo fiquem devolutaz para se darem a quem as aproveyte como Sua Magestade manda*".[108] Como isto não se concretizou, e achando-se a capitania pouco assistida de padres para a catequese do gentio, devido ao afastamento dos jesuítas e desavenças com os franciscanos, o governador Feliciano Coelho e a Câmara da cidade solicitaram ao Abade dos beneditinos de Olinda que viessem, novamente, tentar se estabelecer na Paraíba.

Em 1599, chegou o Frei Anastácio com mais três religiosos para cumprir a missão que lhes era solicitada, atendendo ao "*Servisso de Deoz e de Sua Magestade, e do bem Comum desta terra*".[109] Visando obter um novo

---

104 - CARTA de data de terras e sítio para a fundação do Mosteiro, concedida ao Frei Damião da Fonseca da Ordem de São Bento. 1599, Setembro, 19, Filipéia de Nossa Senhora das Neves. LIVRO do Tombo do Mosteyro de Sam Bento da Parahyba. Liv. 2. *Revista do Arquivo Público Estadual de Pernambuco*. Ano II. N. III. Recife: Imprensa Oficial, 1948. p. 7-13.

105 - CASTRO, Joaquim José da Silva (org.) - Chronica do Mosteiro de N. S. do Mont-Serrat da Parahyba do Norte. *Almanach do Estado da Parahyba*. Ano X. 1912. p. 61.

106 - Id. ibid. p. 61.

107 - CARTA de data de terras, concedida ao Frei Damião da Fonseca da Ordem de São Bento, para a edificação do Mosteiro de São Bento. 1595, Janeiro, 23, Filipéia de Nossa Senhora das Neves. LIVRO do Tombo do Mosteyro de Sam Bento da Parahyba. Liv. 2. p. 04-07.

108 - CARTA de data de terras, concedida ao Frei Damião da Fonseca... LIVRO do Tombo do Mosteyro de Sam Bento da Parahyba. Liv. 2. p. 04-07.

109 - CARTA de data de terras e sítio para a fundação do Mosteiro... LIVRO do Tombo do Mosteyro de Sam Bento da Parahyba. Liv. 2. p. 7-13.

terreno para construção do mosteiro, encaminhou ao governador uma "*petição*", datada do dia 19 de Setembro, na qual expunha que "*por ter visto por sy, e por paresser de algumaz pessoaz bem inclinadas ao Serviço de Deoz, que o milhor lugar, e cômodo para este effeito era a caza que foi de João Vaz Salem com a terra que corre para agoa, pede a Vossa Magestade lhe mande dar a dita caza com a terra*", pois as mesmas estavam expostas à venda em pregão, e visto que "*algumaz pessoaz com suas esmollaz querem lançar nellaz para o dito mosteyro e dando lhaz comesará logo aver convento nesta Cidade do Patriarcha Sam Bento*".[110]

Também solicitava que "*por quanto os Religiozoz desta Ordem não pedem pellaz porttaz, nem aquy tem rendaz, pedem outro sy a Vossa Senhoria que a conta de El Rey ou por outro meyo algum se lhe mande asinar couza com que se possão por entretanto sustentar trez, ou coatro religiozoz*".[111]

Por despacho à petição obtiveram resposta positiva, ordenando Feliciano Coelho que "*se lhe dê as ordinarias que Sua Magestade por sua provizão dava aos Padres Capuchoz para bem da sachristia, e assim mais cem mil para sustentação dos ditos coatro padrez visto não terem outro remidio por estar a terra pobre por as continuaz guerraz que esta cappitania athe agora teve*".[112] Também receberam as "*terraz que cabem do dito citio do Padre Joam Vaz*",[113] arrematadas a 11 de Agosto de 1600, tendo início no mesmo ano a construção do convento e igreja sob a invocação de Nossa Senhora do Montsarrat.[114] Os beneditinos então se dedicaram à assistência espiritual, ao socorro dos pobres e enfermos e à catequese dos índios, criando em Jacoca e Utinga duas aldeias para a doutrina destes.[115]

Em 1609, o sargento-mor do Brasil, Diogo de Campos Moreno, referiu-se à Filipéia dizendo: "*nesta povoação a que chamão cidade há tres mosteiros de padres a saber hu de São Francisco que bastava muy ben acabado e capas de muitos religiosos hu do Carmo que se vay fazendo e hun*

---

110 - CARTA de data de terras e sítio para a fundação do Mosteiro... LIVRO do Tombo do Mosteyro de Sam Bento da Parahyba. Liv. 2. p. 7-13.

111 - CARTA de data de terras e sítio para a fundação do Mosteiro... LIVRO do Tombo do Mosteyro de Sam Bento da Parahyba. Liv. 2. p. 7-13. Ver tb. CASTRO, Joaquim José da Silva (org.) - Op. cit. p. 62.

112 - A 13 de Março de 1600, Feliciano Coelho autorizou ao feitor e almoxarife da Fazenda Real na Paraíba, que pagasse ao Frei Anastácio a quantia de quarenta e seis mil réis, como "*cota da esmola que se lhe prometeo que se lhe daria da Fazenda do dito Senhor*", enquanto não obtivessem resposta do rei sobre a doação daquela esmola. Em 1614, o governador foi sentenciado por ter feito "*a dita despeza por não ter ordem de Sua Magestade para ella*". A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 1, Doc. 2. (DOC 14)

113 - CARTA de data de terras e sítio para a fundação do Mosteiro... LIVRO do Tombo do Mosteyro de Sam Bento da Parahyba. Liv. 2. p. 7-13.

114 - PINTO, Irineu Ferreira. - Op. cit. p. 31-32.

115 - CASTRO, Joaquim José da Silva (org.) - Op. cit. p. 64.

de São Bento que se fabrica e hua caza de Mizericordia muy ben lavrada e a see mais pobre que todas porque não he de particulares".[116]

Sua observação é um indicativo concreto de que no início do século XVII, estava em construção a fisionomia da Filipéia. E de fato, este foi o período em que os edifícios mais significativos da cidade começaram a ganhar nova proporção e um caráter de maior solidez, embora só seja possível visualizar este cenário através de informações fragmentadas e dispersas no tempo.

Assim, em 1604, para *"açituar o seu mosteiro com idifficios de pedra e cal"*, os beneditinos solicitaram a posse de chãos *"devolutos e desaproveitados"* localizados junto a gleba na Rua Nova que já lhes pertencia, por considerarem que *"os chãos que para isso tem não sam bastantez"* para a nova edificação.[117] Em 1611, o capitão-mor Francisco Coelho de Carvalho, preparava um altar colateral da igreja, da parte da epistola, para receber a imagem de São Mamede, sendo esta uma das condições impostas pelo mesmo para poder doar à ordem de São Bento os chãos em que estava edificada a sua casa, na Rua Nova.[118]

Também no início do século XVII, os franciscanos retomaram a construção do seu *"Mosteyro Novo"* que estava suspensa. Entre os anos de 1602 e 1606, era guardião dos franciscanos o Frei Francisco dos Santos - que havia traçado o plano inicial do conjunto - e embora as informações sobre este período sejam vagas, há a referência que "se fez muita parte nesta casa".[119] Em 1608, o guardião Frei Francisco dos Anjos, "termina no seu tempo o antigo convento e igreja de Santo Antônio", e seu sucessor, o Frei Cosmo de São Damião, em 1609, apesar da oposição de seus superiores, fez o muro de pedra e cal, guardando o convento de Santo Antônio.[120]

Os carmelitas, por sua vez, estavam encaminhando a construção do seu convento, o qual, segundo as *Memórias Históricas* do Frei Manuel de Sá, foi iniciado após o ano de 1600, embora estes padres já estivessem presentes na Paraíba, provavelmente desde 1591, dedicando-se à catequese

---

116 - I.A.N./T.T. - Ministério do Reino - Coleção de plantas, mapas e outros documentos iconográficos. RELAÇÃO das praças fortes e coisas de importância que Sua Majestade tem na costa do Brasil por Diogo de Campos Moreno. 1609. fl. 10.

117 - CARTA de data de terra por trás da rua Nova, concedida ao Mosteiro de São Bento para construção do dito Mosteiro com edifícios de pedra e cal. 1604, Setembro, 24, Filipéia de Nossa Senhora das Neves. LIVRO do Tombo do Mosteyro de Sam Bento da Parahyba. Liv. 2. p. 37-39.

118 - PINTO, Irineu Ferreira - Op. cit. p. 36.

119 - WILLEKE, Frei Venâncio - Dois Arquitectos Franciscanos do Brasil Quinhentista... p. 72 e BURITY, Glauce Maria Navarro - Op. cit. p. 32.

120 - PINTO, Irineu Ferreira - Op. cit. p. 35.

dos índios.[121] Seguindo um percurso inverso ao das demais Ordens estabelecidas na Filipéia, tudo indica que os carmelitas, primeiramente, se instalaram na aldeia de Nossa Senhora da Guia, situada ao norte do rio Paraíba, e só depois trataram da construção do convento da cidade.[122]

Sobre os carmelitas as informações são mínimas. Frei Manuel de Sá, refere-se a uma "patente que trouxeram os primeiros Carmelitas com destino à Capitania da Paraíba", a qual foi escrita em Lisboa, a 26 de Janeiro de 1580, estando assinada pelo Provincial da Ordem de Nossa Senhora do Carmo em Portugal. Segundo consta, por decisão do Cardeal D. Henrique, os carmelitas deveriam acompanhar Frutuoso Barbosa "na viagem que se hade fazer para edificar a Cidade da Paraiba, aonde poderão fundar Mosteyro desta Ordem, a que intitularão Nossa Senhora da Victoria; e não só nesta terra, mas tambem em Pernambuco, e em todos aquelles lugares que lhe offerecerem, sendo conveniente ao serviço de Deus e das almas dos proximos, e bem da Religião".[123]

Indo pessoalmente ao convento carmelita de Lisboa tratar sobre a indicação dos padres que o acompanhariam à Paraíba, Frutuoso Barbosa partiu de Portugal levando o Fr. Domingos Freire, o Fr. Alberto, o Fr. Bernardo Pimentel e o Fr. Antonio Pinheiro. No entanto, por ter sido interrompida esta sua primeira viagem de conquista da Paraíba, os carmelitas permaneceram em Pernambuco e fundaram em Olinda o seu primeiro convento. Sendo enviados especificamente à Paraíba por vontade do rei, determinou o destino que os carmelitas não se estabelecessem de imediato naquela capitania.[124]

---

121 - SÁ, Frei Manoel de - *Memórias Históricas dos Illustrissimos Arcebispos,Bispos, e Escritores Portuguezes da Ordem de Nossa Senhora do Carmo, reduzidas a Catalogo Alfabetico*. Lisboa: Officina Ferreyriana, 1724. p. 40.

Segundo Frei Manuel de Sá, não é possível confirmar o ano de fundação dos conventos carmelitas do Brasil, visto que toda a documentação mais antiga foi perdida ao tempo da invasão holandesa, e os registros posteriores são ilegíveis por estarem corroídos pelo tipo de tinta utilizada ou por danos causados por "hum bixo denominado forquilha". Id. ibid. p. 40.

122 - PINTO, Irineu Ferreira - Op. cit. p. 32 e PRADO, J. F de Almeida - Op. cit. p. 76.

123 - Este documento refere-se à ida dos carmelitas para a Paraíba, como o cumprimento da "obrigação do nosso Officio, e do obsequio que devemos fazer ao nosso Christianissimo Rei Dom Henrique a quem é muito agradavel a extenção do nosso nome nas partes do Brazil, como nos fez presente, e ao seu insigne capitão Fructuoso Barbosa, encommendou que solicitasse com todo o cuidado o levarnos em sua companhia como elle com tanto affecto tem feito; mandamos aos Religiosissimos Padres Fr. Domingos Freire, Fr. Alberto, Fr. Bernardo Pimentel e Fr. Antonio Pinheiro, todos varões da provada Religião, Sacerdotes professos da nossa Ordem". O Frei Domingos Freire seria o superior, a quem os demais deviam obediência, estando o mosteiro da Paraíba diretamente ligado ao convento de Lisboa "emquanto no Capitulo Provincial senão determinar o contrario". SÁ, Frei Manoel de - Op. cit. p. 34.

124 - Até o ano de 1595, estavam fundados no Brasil, apenas os conventos carmelitas de Olinda, Salvador, Rio de Janeiro e Santos. SÁ, Frei Manoel de - Op. cit. p. 38.

Por fim, a Santa Casa da Misericórdia da Paraíba, foi fundada sob o patrocínio de Duarte Gomes da Silveira, rico senhor de engenho da capitania, com um investimento considerado "de grandíssimo custo pela grandeza e nobreza do edifício do templo".[125] Não é conhecido o ano em que teve início a construção dessa igreja, no entanto, em 1595, surge uma referência documental sobre a "*rua da Misiricordia*", indicando que a mesma já existia, e segundo registro contido no *Diálogo das Grandezas do Brasil*, o templo encontrava-se "já quase acabado", em 1618.[126] Anexo à igreja foi erguido também "*o hospital della que se conservou athé a tomada do olandez*" quando foi destruído.[127]

A Santa Casa da Misericórdia foi uma instituição surgida em Portugal, a partir das obras promovidas pela rainha D. Leonor.[128] Esta irmandade ganhou um grande dinamismo nas primeiras décadas do século XVI, e se multiplicou por todo o Reino e territórios do ultramar, caracterizando-se por ações que reuniam "o assistencial e o religioso", com evidente cunho de obra social. Por lhe ser permitido possuir bens de raiz e desenvolver patrimônios formados, principalmente, a partir de doações, muitas Casas da Misericórdia, a exemplo da Paraíba, surgiram devido à iniciativa de particulares.[129]

Detendo este caráter assistencial, a presença da Santa Casa da Misericórdia na Filipéia, é um indício de que a cidade possuía, em princípios do século XVII, uma população que justificava e necessitava tal tipo de amparo. Por informação de Diogo de Campos Moreno, em 1609,

---

125 - BRANDÃO, Ambrósio Fernandes - Op. cit. p. 109-110.

126 - *PRIMEIRA Visitação do Santo Officio ás partes do Brasil pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça, capellão fidalgo del Rey nosso Senhor e do seu Desembargo, deputado do Santo Officio. Denunciações de Pernambuco, 1593-1595.* São Paulo: Homenagem de Paulo Prado, 1929. p 411

Juntamente com a fundação da Casa da Misericórdia, Duarte Gomes instituiu o morgado do "Salvador do Mundo" para custeio de uma capela com esta invocação, situada na mesma igreja. BRANDÃO, Ambrósio Fernandes - Op. cit. p. 109.

127 - A.H.U._ACL_CU_014, Cx. 18, Doc. 1437. (DOC. 146)

128 - SOUSA, Ivo Carneiro de - *Da Descoberta da Misericórdia à Fundação das Misericórdias (1498-1525)*. Porto: Granito Editores e Livreiros, 1999. p. 7.

A Santa Casa da Misericórdia teve em sua origem, realizações como a criação do hospital de Santa Maria do Pópulo, em Caldas da Rainha, e a instituição da irmandade da Virgem da Misericórdia, erguida em uma capela da Sé de Lisboa, no ano de 1498, com o apoio e proteção de D. Leonor, esposa de D. João II e irmã de D. Manuel I.

129 - SOUSA, Ivo Carneiro de - Op. cit. p. 112.

As irmandades da Misericórdia "tornaram-se ainda no século de Quinhentos presença confraternal activa, praticamente oficial", cumprindo suas muitas atividades de apoio a encarcerados, condenados, pobres, órfãos e desprotegidos, administrando hospitais e recolhimentos, arrecadando esmolas, promovendo funerais e enterros dos indigentes, e também organizando procissões e outras solenidades religiosas. Segundo este autor, "A Misericórdia fundada por D. Leonor, em 1498, inaugura, de facto, um movimento confraternal verdadeiramente moderno, procurando combinar uma dimensão fraternal com uma ampla colecção de tarefas assistenciais, em comunicação com as características e os problemas específicos da pobreza e da marginalidade da sociedade renascentista portuguesa". Id. ibid. p. 134-135.

tinha aquela "*povoação oitenta vizinhos branquos*", cômputo que excluía alguns estratos da população.[130] Outra referência apresenta números aproximados para a cidade que "*Tem ate cem vizinhos portuguezes*", mas acrescenta dados mais completos, observando que "*em seu destrito habitão mais de outocentos portuguezes*" além do grande número de nativos, somando "*ao redor de quatorze mil Pitagares he gentio da terra, e outras naçoens que aqui habitão repartidos por suas aldeas*".[131]

Somente perante a organização de uma sociedade, justificava-se a presença dessas ordens religiosas e a constituição da irmandade da Misericórdia, pois a função destas era servir aos moradores da cidade e do seu entorno, fossem estes os brancos colonos portugueses, os índios distribuídos pelas aldeias de catequese, ou ainda, aquela nova sociedade, que se formava a partir da presença desses elementos.

Em paralelo com a formação dessa sociedade, a Filipéia ia assumindo seu caráter de centro urbano, com os "edificios nobres de pedra e cal que cada dia se aumentão", conforme registrou, também, Diogo de Campos Moreno, no ano de 1616.[132]

3.2.2 - Os baluartes do poder de Sua Majestade

Entre os poderes detidos pela Coroa portuguesa, estava em maior evidência a defesa, que se materializava nas fortificações e demonstrava sua importância no considerável contingente de *homens de guerra* mantidos com recursos da Fazenda Real. Mas nesta estrutura de poder, tão relevante quanto a defesa, era o corpo de funcionários administrativos designados para zelar pelos interesses de Sua Majestade. A presença dos mesmos justificava uma das funções da cidade em seu papel de centro de ligação entre a metrópole e a realidade colonial, que no Brasil tinha um caráter eminentemente rural. Como observou Pero de Magalhães Gandavo, o número de povoações por todas as capitanias brasileiras era superior àquelas que foram alvo da sua observação, mas somente as vilas e cidades tinham

---

130 - I.A.N./T.T. - Ministério do Reino - Coleção de plantas, mapas... Ms. cit. fl. 10.

Nas *Ordenações Manuelinas*, o termo "*vizinho*" está definido a partir de algumas condições requeridas do "*chefe de família*". Entre estas, considerava-se: haver o indivíduo nascido na localidade; exercer algum ofício com rendimento necessário para viver no lugar; ter casado com mulher nascida na localidade e fixado residência, morar continuadamente com sua família e ter os seus bens na localidade por mais de quatro anos. DIAS, João José Alves - Op. cit. p. 33.

131 - B.A. - 51-IX-25 - fl. 133-133v.

132 - *REZÃO do Estado do Brasil*... Op. cit. fl. 105-105v.

"officiaes de justiça e jurisdiçam sobre si como qualquer Villa ou Cidade destes Reinos".[133]

Embora a função administrativa fosse imprescindível à organização colonial, o contexto de instabilidade em que vivia a capitania da Paraíba - enquanto um território recém conquistado e freqüentemente assediado por seus inimigos - não era favorável à aplicação dos minguados recursos da Coroa para a construção de edifícios relevantes, destinados ao abrigo daquela atividade. Por isso, ela estava representada muito mais pelos homens que a exercia do que pelos seus edifícios. Vai ficar patente, o quanto os 'baluartes' do poder real, a princípio, eram reduzidos e precários, e até mesmo as indispensáveis fortificações, por vezes, resultavam do investimento de particulares, que obviamente, tencionavam obter posteriores recompensas.

Talvez este processo de construção da cidade possa ser mais facilmente entendido, fazendo-se uma apropriação do pensamento de Carlo Aymonino, segundo o qual, a arquitetura justifica-se a partir de uma "necessidade a ser atendida". Mas a sua materialização só é requerida a partir do momento em que as novas atividades "atingem uma fase da sua organização mais complexa e articulada, com a conseqüente tendência para se tornarem definitivas, ou seja, estáveis, em relação a um determinado período de tempo". Nesse momento, essas atividades exigem sua "validação numa construção", e a arquitetura passa a representá-las perante a sociedade e a compor a imagem da cidade.[134]

Assim decorreu na Filipéia, onde algumas funções, presentes desde a fundação da cidade, só em um segundo momento vão ter abrigo em edifícios que minimamente expressavam a importância das mesmas. Isso, provavelmente, justifica as poucas notícias que chegaram aos dias de hoje sobre aquela arquitetura, efêmera em sua existência material e pouco referida pela escassa documentação de época.

Observando a princípio o sistema defensivo, verifica-se que este, em parte, estava associado à cidade, mas também distribuído em seu entorno, com os fortes do Cabedelo, Restinga e Santo Antônio situados na barra do Rio Paraíba, ou os fortes de São Sebastião e do Inhobi levantados mais no interior do território. Atente-se que alguns destes fortes tiveram uma vida útil muito breve, e uns já haviam desaparecido quando outros ainda estavam para ser edificados. Por uma questão de método, no momento serão estudados apenas aqueles que diretamente guarneceram a Filipéia: o "forte da cidade", que provavelmente, não mais existia quando veio a ser construído o forte do Varadouro.

133 - GANDAVO, Pero de Magalhães - Op. cit. p. 92.

134 - AYMONINO, Carlo - *O Significado das Cidades*. Lisboa: Editorial Presença, 1984. p. 144-145.

Consta no *Summario das armadas* que em 1587, a Paraíba tinha "cincoenta moradores casados portuguezes, e outros tantos solteiros, postos todos lá á custa de Martim Leitão, como também foram os fortes que fez, porque em tudo isto se não gastou um real da fazenda de Sua Magestade, como claramente se pode ver, e consta dos livros da alfandega de Pernambuco".[135]

Deste mesmo relato, depreende-se que o "forte da cidade" - já referido ao tratar da fundação da Filipéia - teve cerne a partir do trabalho empenhado do ouvidor Martim Leitão, com sua construção iniciada a 4 de Novembro de 1585. Em sítio por ele definido, o forte foi erguido sobre "alicerces de pedra e cal, para cujo princípio se fez de ostra e pedra, com 2 junctas de bois, e com uma dúzia de vaccas, que levou para inçar a terra". Liderando seus homens,

> "repartia uns na cal, outros no matto com os carpinteiros, outros nos pedreiros, e uns nos serradores, barro, e taipas, porque os alicerces e cunhaes só eram de pedra e cal, e o mais de taipa de pita, de quatro palmos de largo; para o que mandou logo fazer oito taipaes para todos trabalharem; e para ver a porfia, e inveja em que os metia, cevando-os com sua affabilidade, e com trabalhar mais que todos, com o que duravam na obra de sol a sol, sem descançar mais que a hora de comer; em que o trabalho e continuação vieram a ser tantos, que todos desejavam adoecer, para ter repouso".[136]

O resultado deste empenho foi um forte de "150 palmos de vão em quadra, com duas guaritas" possuindo "a obra e tôrre, que fazia para o capitão, sôbre a porta do forte com duas varandas, cousa nobre, e uma grande casa para armazem, sobradada, para gasalhado do almoxarife".[137] Por algum tempo, permaneceu este edifício servindo de sede para os governadores da Paraíba, segundo demonstra este registro: "*Anno do Nascimento de Noso Senhor Jesu Cristo de mill e seisssentos e tres annos aos vinte e seis dias do mes de Abrill do dito anno no fforte desta sidade cazas da morada do senhor capitam-mor Francisco de Sousa Pereira*".[138]

No entanto, uma observação feita por Diogo de Campos Moreno, leva a crer que o "forte da cidade", em 1609, encontrava-se em processo de ruína, pois na Filipéia tinha "*pera defensa daquelle sitio tres pessas pequenas junto as cazas do capitão mor donde antigamente ouve hu forte de terra contra o gentio*". Provavelmente, o forte declinava, permanecendo alguma edificação destinada a morada do capitão-mor.[139]

---

135 - SUMMARIO das armadas que se fizeram... Op. cit. p. 99.

136 - SUMMARIO das armadas que se fizeram... Op. cit. p. 67.

137 - Id. ibid. p. 68.

138 - B.A. - 51 - V - 48 - fl. 78-79. (DOC. 12)

139 - I.A.N./T.T. - Ministério do Reino - Coleção de plantas, mapas... Ms. cit. fl. 9.

Somente na década de 1630, surgiu o forte do Varadouro. Embora edificado por ordem do capitão-mor Antônio de Albuquerque, para defesa direta da Filipéia quando das invasões holandesas, foi resultado do investimento pessoal de Manuel Pires Correia, a quem Filipe III se referiu como "*fidalgo de minha casa*". Antes de chegar ao Brasil, Manuel Pires havia "*servido na Ilha da Madeira quatorze annos*", permanecendo ali até 1612, quando "*passou ao Brazil adonde servio na Parahiba ate o anno de seiscentos e vinte e seis*" ocupando, de início, o posto de soldado, durante quatro anos.[140] Na seqüência registra-se que esteve,

> "*desde o ano de seiscentos e vinte e seis ate o de seiscentos e trinta e seis no cargo de capitão do forte do Varadouro da cidade de Felipea da Paraiba que avia feito a sua custa sostentando sempre o prezidio delle e a mais gente que nas ocaziões de guera que se ajuntavão. E acrecentando o mesmo forte e fazendo outro pera lhe dar a mão com grande despeza de sua fazenda. E acodindo ás fortificações da dita capitania com seus criados e escravos*".[141]

Por estes investimentos, e por sua atuação durante a invasão holandesa na Paraíba, Filipe III decidiu recompensar Manuel Pires Correia, fazendo-lhe "*merce da capitania da Parahiba depois de cobrada do poder do inimigo*", cargo que foi depois confirmado por D. João IV, em 1645.[142] Não obtendo tal posto, lhe foi dada a "*propriedade do dito cargo de capitão do dito Forte de Varadouro da cidade da Parahiba em sua vida*" recebendo o soldo de capitão de infantaria, além de usufruir "*das preheminencias de que gozão os capitães de semelhantes fortes*".[143]

Descrevendo a Filipéia em 1630, o piloto de Peniche, dizia ter:

> "*junto ao mar dous fortes hum com des pessas e outro com oito de ferro coado ficando hum sobre o outro a modo de duas andaimos* (?) *de artilharia afastado hum do outro trinta passos de modo que, o de dez pessas que he de pedra de cantaria com suas trincheiras fica ao cume dagoa, e outro que he terrapleno de barro fica por sima senhoreando o de baixo, e cada hum destes fortes tem seu capitão e artilheiros mas não pagos por El Rey porque o de baixo fez hum senhor de emgenhos chamado Manoel Pires Correa a sua custa há cinco ou seis annos e o sustenta, e o*

---

140 - I.A.N./T.T. - Chancelaria de D. João IV - Liv. 21 - fl. 85 a 86. (DOC. 18)

141 - I.A.N./T.T. - Chancelaria de D. Filipe III - Liv. 36 - fl. 49 e 49v. (DOC. 17)

A época da construção deste forte, é confirmada através de outro documento, datado de 1630, que diz haver Manuel Pires Correia construído-o há cinco ou seis anos. B.N.M. - MSS 1.185 - fl. 131-133.

142 - I.A.N./T.T. - Chancelaria de D. Filipe III - Liv. 36 - fl. 49-49v. (DOC. 17)

143 - I.A.N./T.T. - Chancelaria de D. João IV - Liv. 21 - fl. 85-86.

outro fez o capitão mor a custa del Rey havera hum anno que esta acabado com pessas mandadas de Lisboa".[144]

Portanto, para guardar a cidade contra a iminente invasão dos holandeses, havia um "*terrapleno de barro*" situado em posição mais elevada e guarnecido com oito peças de ferro, sendo uma obra financiada a "*custa del Rey*". Por sua vez, o denominado Forte do Varadouro - tantas vezes confundido com o "forte da cidade" - encontrava-se numa cota mais baixa, construído "*de pedra de cantaria*" e guarnecido com dez peças de ferro.

Verifica-se que a cidade sempre foi pouco guarnecida de fortes, porque na barra do rio Paraíba, situava-se a principal estrutura defensiva da capitania. Há de levar em conta que estes edifícios exigiam considerável investimento financeiro para sua construção, bem como para manutenção dos homens de guerra, custando muito aos cofres do rei sustentar aquele sistema, em geral, deficiente perante as ameaças que rondavam a costa brasileira. Este era o quadro dos gastos que a Fazenda Real despendia com os seus funcionários na Paraíba do século XVII:

"*O capitão e governador de Paraiba tem de ordenado cem mil reis por ano por provisão de Sua Magestade.*

O sargento mor tem noventa e seis mil reis por provisão dos governadores que he oito mil reis por mez.

O alferes outros noventa e seis mil reis.

O sargento dos soldados tem sesenta mil reis.

Os vinte soldados que residem na cidade por mez tem a seis cruzados.

O capitão do forte do Cabedello tem cem mil reis de ordenado por provisão de Sua Magestade.

O alferes do dito forte noventa e seis mil reis.

O sargento sesenta mil reis.

Dous atambores hum no forte outro na cidade a sete mil reis por mez cada hum.

Os vinte soldados do forte do Cabedello tem de mantimento e ordenado sete cruzados cada mez cada hum.

Hum condestable que reside no forte, tem tres mil e duzentos reis por mez.

144 - B.N.M. - MSS 1.185 - fl. 131-133. (DOC 16)

Ao tempo da invasão holandesa, o Varadouro foi "bem provido de artilheria e munições, como também de soldados, donde há dous redutos, de hum dos quais, e do mais principal he Capitão Manoel Pires Correa, e do outro Jerônimo Cadena". *RELAÇAM breve e verdadeira da memoravel victoria que ouve o Capitão mor da Capitania da Paraiba...* Op. cit. p. 3v.-4.

Quatro bombardeiros tem de ordenado e mantimento a seis cruzados cada mez.(...)

Os officiaes da fazenda de Sua Magestade que são provedor, escrivão e almoxarife tinhão ate gora ordenado a dous por cento de tudo o que se arrecadava por a fazenda de Sua Magestade e agora se reduzem a ordenados certos e o provedor da fazenda tem agora sesenta mil reis de ordenado.

Esta capitania he de Sua Magestade e rendera aos dizimos de seis pera sete mil arrobas de asuquar as miuncas e vai sempre em crescimento".[145]

Soldados, sargentos, bombardeiros, mosqueteiros, alferes e capitães militares recheavam esta folha de pessoal, na qual surgem também alguns oficiais da Fazenda Real: provedor, escrivão, almoxarife. Estes funcionários faziam parte de uma estrutura administrativa bem desenvolvida, resultado, segundo Stuart Schwartz, dos "processos vagamente contemporâneos da expansão ultramarina e da burocratização do Estado" com reflexos no governo e na vida das colônias americanas.[146] Nestas, a autoridade real enfrentava as tarefas de recolher os impostos, manter a força militar e promover a lei, valendo-se de instituições oficiais modeladas a partir de formas originárias de Portugal, bem como do sistema judicial da metrópole.

A prática administrativa portuguesa conservou a divisão entre os setores fiscal e judicial da burocracia, e estes quando possível, estavam sediados em edifícios distintos: a alfândega e a câmara. Porém nas áreas mais pobres, por vezes dividiam um mesmo teto, assim como os magistrados reais com freqüência exerciam a função de fiscal da fazenda e também assumiam obrigações militares.[147] Na fazenda, os cargos básicos eram os de provedor, escrivão, almoxarife e porteiro da alfândega. O Conselho, exercia as funções administrativas e judiciais necessárias à vida urbana, com um corpo de funcionários constituído pelo tabelião, o almotacel, o alcaide, o meirinho e o juiz ordinário, que era o oficial de justiça local mais importante.[148]

Na Filipéia, são vagas as informações sobre as estruturas edificadas para o abrigo destas funções administrativas, levantando-se a hipótese de terem estado, por algum tempo, alojadas no próprio "forte da cidade", a exemplo do que ocorreu com a residência do governador.

145 - B.A. - 51-IX-25 - fl. 133-134v.

146 - SCHWARTZ, Stuart B. - Op. cit. p. XI.

147 - Id. ibid. p. 28.

148 - Id. ibid. p. 4.

Uma "*Alfândega nova*" é mencionada em uma escritura de terras adquiridas na "*rua do Varadouro*", pela ordem de São Bento, em 1601.[149] Da folha das despesas feitas na capitania da Paraíba, para o pagamento do "Provedor e oficiais da fazenda", em 1616, consta que para as "casas em que se faz a dita alfândega se pagarão dez mil reis", dando a entender que se tratava de uma edificação alugada para esta finalidade.[150]

Em documento datado de 1600, localiza-se uma primeira referência à existência da "*caza da Câmera, Cadea, e asougue*", embora não se tenha dados que permitam precisar quando teve início a sua construção.[151] Situada próximo à Igreja Matriz, a casa da câmara era o símbolo local do poder metropolitano, reunindo as funções administrativas, judiciárias e também a carceragem. Em 1610, foi transferida para um novo edifício, situado em um largo, à margem da Rua Direita.

Informações sobre umas "*cazas que serviram de palácio*", estão em alguns documentos do século XVIII, havendo dúvidas se este palácio e as "*cazas do capitão mor*" a que se referiu Diogo de Campos Moreno, seria a mesma edificação.[152]

Portanto, denota-se que a princípio, o poder de Sua Majestade estava pouco representado pela arquitetura, fundamentando-se mais no seu corpo de funcionários. Mas reunindo-se os baluartes do poder temporal aos do poder da Igreja, ia se formando a imagem da Filipéia de início do século XVII, expressa através desses edifícios que pontuavam o núcleo da cidade, e se diferenciavam por suas funções, proporções e tipologias arquitetônicas. Segundo a concepção atual, seriam estes os 'monumentos' possíveis de erigir, perante a modesta realidade da época.

Situar cronologicamente esta arquitetura foi o percurso escolhido na busca do conhecimento da Filipéia. Mas considerando a analogia estabelecida por José Lamas, entre a linguagem arquitetônica e a literatura, estes 'monumentos' são apenas algumas das palavras que compõem o texto da cidade, pois assim como aquelas são reunidas para formar frases

---

149 - ESCRITURA de venda de umas braças de terra na Rua do Varadouro, feita por Manoel Lopes da Praia ao Frei Cipriano, Abade do Mosteiro de São Bento de Pernambuco. 1601, Novembro, 23, Filipéia de Nossa Senhora das Neves. *LIVRO do Tombo do Mosteyro de Sam Bento da Cidade de Olinda*. Recife: Imprensa Oficial, 1948. p. 521-524.

150 - Folha de todas as despesas feitas nas capitanias do Brasil, para pagamento do eclesiástico e mais ministros da justiça, milícia e fazenda. 1616, Outubro, 22, Lisboa. Documento publicado em: *LIVRO 2° do Governo do Brasil*. Op. cit. p. 44.

151 - ESCRITURA de doação de terra na Rua Nova, concedida por Duarte Gomes da Silveira e sua mulher, Fulgência Tavares, a Antônio Cavalcante de Albuquerque e sua mulher, Izabel de Gois. 1600, Agosto, 14, Filipéia de Nossa Senhora das Neves. LIVRO do Tombo do Mosteyro de Sam Bento da Parahyba. Liv. 3. *Revista do Arquivo Público Estadual de Pernambuco*. Ano II. n. IV. Recife: Imprensa Oficial, 1949. p. 6-9.

152 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 14, Doc. 1218. (DOC. 137)

e pensamentos, também os edifícios se articulam para transmitir as idéias vigentes em uma sociedade.[153]

A fim de prosseguir com a análise da estrutura urbana/arquitetônica da Filipéia, adota-se como opção metodológica selecionar algumas edificações da cidade como balizas a partir das quais se vai nortear a organização dos demais componentes da forma urbana e avançar no entendimento da cidade, vista como um complexo somatório de lotes e edifícios, que se distribuem em quadras, por sua vez inseparáveis das ruas, becos, terreiros e demais espaços públicos.[154] Da articulação de todos estes elementos resulta a estrutura urbana da cidade.

CRONOLOGIA DE FATOS ASSOCIADOS AOS PRINCIPAIS EDIFÍCIOS DA FILIPÉIA ENTRE OS ANOS DE 1585 A 1626	
1585	Construção do "forte da cidade"
1585	Os jesuítas se estabeleceram na Filipéia juntamente com os seus fundadores
1586	Foi nomeado o primeiro vigário da capitania
1589	Chegada dos franciscanos à Paraíba
1590	Frei Francisco dos Santos executou a traça para o convento franciscano
1593	Os jesuítas foram expulsos da capitania
1594/96	Foram paralisadas as obras do convento franciscano
1595	Primeira doação de terras para o mosteiro dos beneditinos, que não foi iniciado
1595	Primeira referência sobre a Santa Casa da Misericórdia
1600	Fundação do mosteiro de São Bento
1600	Início da construção do convento dos carmelitas
1600	Primeira referência sobre a casa de câmara e cadeia
1601	Primeira referência sobre uma casa de alfândega
1602/06	Reinício das obras do convento franciscano
1603	O "forte da cidade" continuava em atividade
1604	O mosteiro dos beneditinos estava sendo construído em pedra e cal
1609	O "forte da cidade" estava em ruína
1610	A casa de câmara e cadeia foi transferida para um novo edifício
1616	Havia na Filipéia uma casa para alfândega
1616	Foram feitas despesas na "fábrica" da Igreja Matriz
1618	A igreja da Misericórdia estava "quase acabada"
1618	Estava construída em pedra e cal a capela mor da Igreja Matriz
1626	Construção do Forte do Varadouro

153 - LAMAS, José M. Ressano Garcia - *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*. 2ª Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia / Ministério da Ciência e da Tecnologia, 2000. p. 80. "O monumento é um facto urbano singular, elemento morfológico individualizado pela sua presença, configuração e posicionamento na cidade e pelo seu significado". Id. ibid. p. 104.

154 - Id. ibid. p. 84-88.

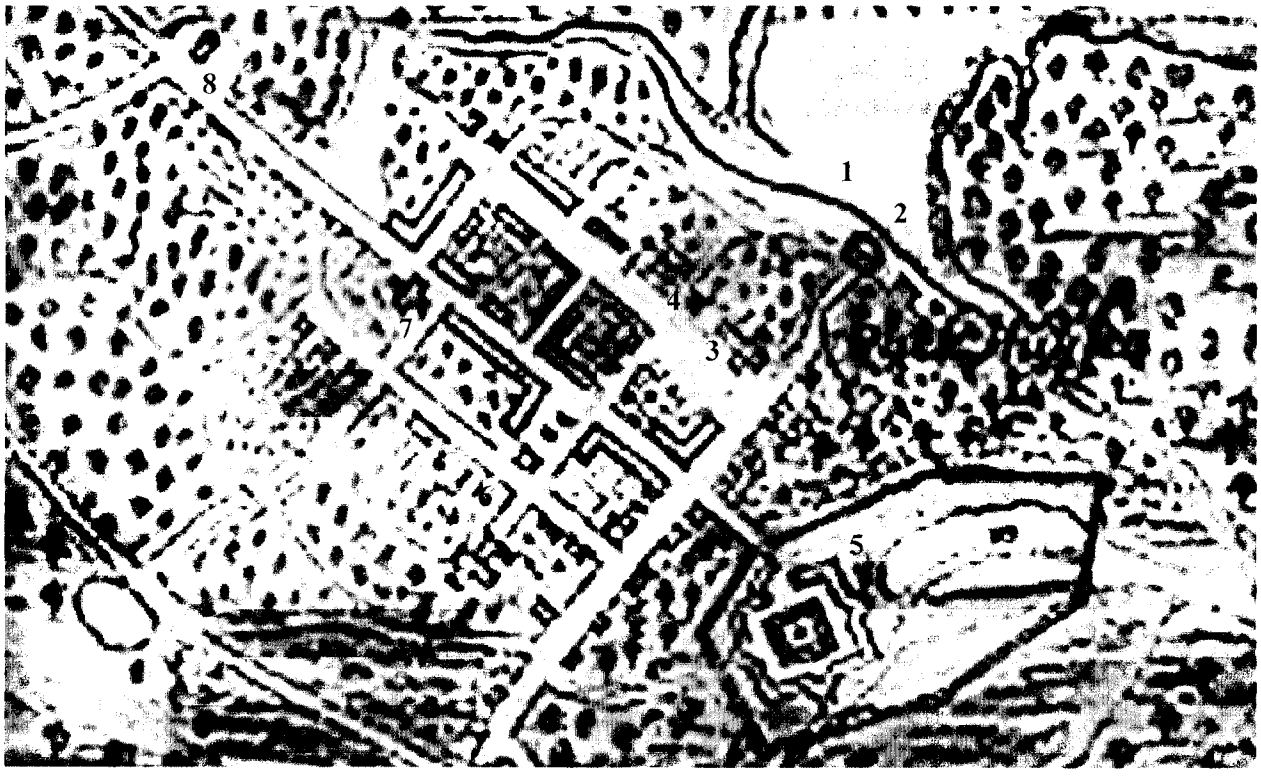


FIG. 30
Localização de alguns pontos referenciais da Filipéia, identificados sobre cartografia holandesa de c. 1640.

1 – *Varadouro* **2** – *Forte do Varadouro* **3** - *Igreja Matriz*
4– *Mosteiro de São Bento* **5** – *Convento Franciscano* **6**- *Convento Carmelita*
7– *Casa da Misericórdia* **8** - *Capela de São Gonçalo e casa dos jesuítas*

Fonte: REIS FILHO, Nestor Goulart – Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial

FIG. 31
Uma das representações da cidade da Filipéia quando da invasão holandesa em 1634.
Fonte: A.H.U. - Cartografia Impressa - n. 6.



CAPÍTULO 3.3

A construção do urbano – a arquitetura da cidade

Em um Alvará datado de 1581, já constava que deveria Frutuoso Barbosa "*acentar a pouvação da Parayba nas partes do Brasil*" como condição essencial para ter direito às mercês que lhe foram concedidas em recompensa dos serviços que prestaria à Coroa portuguesa.[155] Reportando-se à realidade daquele lugar no ano de 1586, Ambrósio Fernandes Brandão personagem que assistiu *in loco* à conquista da capitania, dizia que "alembra haver visto o sítio onde está situada a cidade, (..) coberto de matos".[156]

Mas decorridas algumas décadas, o expresso interesse metropolitano no povoamento da Paraíba, vai estar retratado em carta datada de 1618, enviada ao rei D. Filipe II pelo provedor-mor da capitania, Francisco Nunes Marinho de Sá, ressaltando os mosteiros e igrejas existentes nesta "*cidade Filipea do inclito nome de Vossa Magestade*".[157] Mas estes 'baluartes do poder', já situados cronologicamente no percurso histórico da Filipéia, constituíam apenas uma parcela daquela realidade, a qual Ambrósio Fernandes Brandão, no mesmo ano de 1618, acrescentava a outra face, dizendo que estava a cidade "agora cheia de casas de pedra e cal".[158] Assim, no conjunto das suas casas, ruas, caminhos e largos, a Filipéia ganhava 'alma' e 'estrutura'. Mas como se deu a construção dessa realidade?

Sendo elevados os gastos iniciais com as armadas e soldados enviados pela metrópole para a conquista da Paraíba, o ato de povoá-la também exigia consideráveis recursos oriundos dos cofres reais, somados a um grande investimento humano e financeiro feito pelos 'homens da terra', que vão assegurar a sua defesa, dar início à sua atividade econômica e, particularmente, edificar "dia a dia" a Filipéia. É certo que os primeiros tempos não foram fáceis para esta "povoação do Parahyba, a que os moradores chamam cidade de Nossa Senhora das Neves", pois continuavam as guerras com o gentio que somente na Serra da Copaoba possuíam "50 aldêas de petiguares, todas umas pegadas nas outras".[159]

---

155 - I.A.N./T.T. - Chancelaria de D. Filipe I - Liv. 3 - fl. 34v.- 35. (DOC 05)

156 - BRANDÃO, Ambrósio Fernandes - Op. cit. p. 25.

157 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 1, Doc. 10. (DOC 15)

158 - BRANDÃO, Ambrósio Fernandes - Op. cit. p. 25.

159 - SUMMARIO das armadas que se fizeram... Op. cit. p. 82 e 85.

Em meio a estas guerras iam os colonizadores buscando as condições básicas para avançar com a construção da cidade, cujos 'baluartes' iniciais foram o já referido "forte da cidade" implantado por Martim Leitão, e a pequena capela edificada por Frutuoso Barbosa, sob a invocação de Nossa Senhora das Neves. Junto com a defesa, surgia em simultâneo a religião, por constituir um referencial imprescindível para aqueles colonizadores que traziam como bagagem uma severa formação católica.[160] Se a fortificação defendia o corpo, a Igreja amparava o espírito. Era o espaço e o símbolo da fé que depositavam em Deus e onde buscavam a proteção e a força que necessitavam para suportar todas as agruras daquela terra, ao mesmo tempo promissora e inóspita.

As 'necessidades' básicas daquela nascente sociedade iam, pouco a pouco, se concretizando em edificações: o forte, a igreja matriz, e em seguida os mosteiros das ordens religiosas. Estes eram os sustentáculos materiais necessários para prosseguir com os objetivos que estavam na base da colonização da capitania da Paraíba, e ao mesmo tempo, viriam a constituir as balizas da construção do espaço 'urbano' da Filipéia.

A cidade do século XVI, ainda hoje pode ser entendida tomando por referência a implantação de algumas dessas primeiras edificações. Mas se a arquitetura é entre as artes uma das mais duráveis, soma-se a ela o traçado urbano que também tende a ser perene. E no caso da Filipéia, a malha urbana se mantém como uma forte 'memória' da cidade, apesar de diversas retificações e alterações que sofreu ao longo dos anos. Por isso pode-se ter afirmativas como a seguinte: "E foi, justamente do lado ocidental da hoje denominada praça D. Ulrico que se começaram as primeiras edificações da cidade, tendo, no ponto mais elevado do terreno, se levantado a igrejinha matriz".[161]

Observa-se que a Igreja Matriz vai constituir o elemento ordenador da espacialidade inicial da cidade, em torno da qual irão gravitar as demais edificações que progressivamente surgiram. Diante dessa constatação, a mesma vai ser adotada como ponto de partida para desenvolver uma leitura da construção da Filipéia, pois este símbolo maior da fé católica da sociedade colonial ocupa até hoje o mesmo sítio da sua origem, embora a primitiva edificação em taipa, tenha sido alvo de diversas reconstruções e ampliações ao longo dos séculos, de forma a adequar-se ora ao crescimento da população, ora aos novos gostos estéticos.

---

160 - LEAL, Willis - *Memorial da Festa das Neves*. João Pessoa: Gráfica Santa Marta, 1992. p. 38.

161 - JACOB, Salomão - A praça D. Ulrico. *Revista do Gabinete de Estudinhos de Geografia e História da Paraíba*. Ano III, n. 3. João Pessoa, Dez. 1933. p. 34-35.

Numa escala mais alargada, a Matriz também serve de referencial para entender a relação entre o sítio onde foi implantada a Filipéia e a sua organização espacial. Escreveu o já referido piloto natural de Peniche: "*A cidade da Paraiva esta situada em hum monte alto*". A exemplo desta descrição, todos os demais registros dos séculos XVI e XVII, sempre designavam por *cidade* aquele núcleo situado no alto da encosta, onde estavam a Igreja Matriz e o "forte da cidade", o qual segundo informou José Leal, ocupava o local onde hoje se encontra a Casa da Pólvora, na Ladeira de São Francisco.[162]

E não é de estranhar esta associação entre a *cidade* e as edificações que marcaram os primeiros fundamentos da nascente povoação, as quais atuavam como um centro de poder. Na Matriz a população se reunia para fazer as suas orações, enquanto o forte, para além da sua função defensiva, também era o espaço de assembléia daquela sociedade, quando convocada para tomar as decisões que eram do interesse de todos. A exemplo, aos 19 dias do mês de Setembro de 1599, encontravam-se na "*fortaleza desta dita cidade*", a população, o governador, os oficiais da câmara "*com os mais da governança*", a fim de despacharem a petição feita pelo Frei Anastácio solicitando um terreno para a construção do mosteiro dos beneditinos.[163] Por isso, logo se imagina a população buscando se aglomerar "nas proximidades do forte e da matriz, abrigando-se com segurança para poder responder ao possível fogo partido de naus francesas ou dos índios, das águas do Paraíba, abaixo da colina".[164]

Era abaixo da colina onde se encontrava o porto, e para situá-lo, o piloto de Peniche reportou-se à imagem de Lisboa, dizendo que o "*porto de desembarcação dos navios*" na Filipéia se encontrava afastado da cidade, tanto quanto em Lisboa, distava "*do Terreiro do Passo ao Castello ladeira asima*".[165] Estabelecendo esta relação, deixava evidente não apenas uma idéia de distância, mas a existência de uma divisão espacial marcada pelo desnível do relevo, ficando a *cidade* no alto da encosta e o *porto* em baixo, na margem do Rio Sanhauá. À semelhança de cidades portuguesas como Lisboa e o Porto, ou brasileiras - Salvador e Rio de Janeiro - a Filipéia definia-se com uma diferença entre a cidade alta e a baixa, que era o Varadouro.

---

162 - LEAL, José - Op. cit. p. 12.

163 - CARTA de data de terras e sítio para a fundação do Mosteiro... LIVRO do Tombo do Mosteyro de Sam Bento da Parahyba. Liv. 2. p. 7-13.

164 - LEAL, Wills - Op. cit. p. 52.

165 - B.N.M. - MSS 1.185 - fl. 131-133. (DOC 16)

A mesma descrição, ainda reportando-se a Lisboa, estabeleceu uma outra relação entre a Filipéia e seu porto que se encontrava "tão longe della [a cidade] como de São Roque ao mar, ou mais perto".

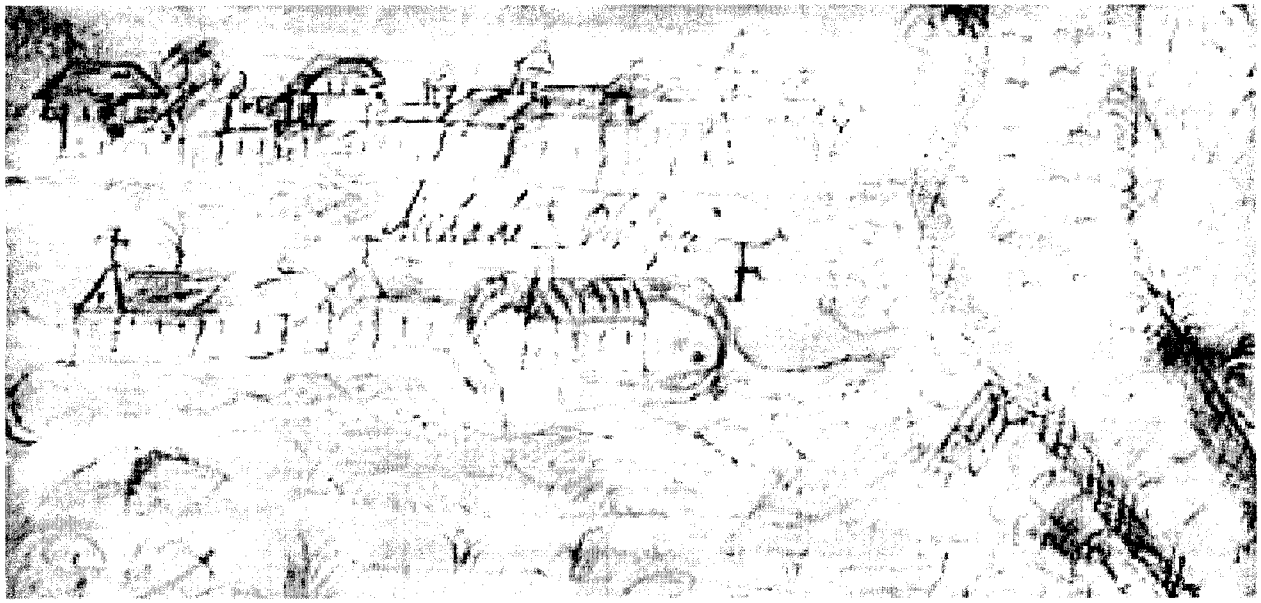


FIG. 32
A Cidade Filipéia registrada na Relação das praças fortes e coisas de importância que Sua Majestade tem na costa do Brasil, feita pelo sargento-mor Diogo de Campos Moreno, em 1609. Nesta observa-se a indicação de um caminho em direção à cidade alta.
Fonte: I.A.N./T.T. – Ministério do Reino – Coleção de plantas, mapas...

Sendo o Rio Sanhauá o único canal de entrada para a Filipéia, fazia-se necessário uma comunicação entre o porto do Varadouro e a *cidade*, onde se concentrava a vida da comunidade, pois para lá seguiam os homens, alguma mercadoria e até mesmo os materiais necessários à construção daquelas estruturas que inicialmente abrigaram a população.

Esta via de ligação está referida pela documentação sob diversos termos: em 1599, era a "*rua que vay para a gente e Varadouro*",[166] em 1604, "*caminho de pé que vay para o Varadouro*"[167] e em 1612, "*rua publica que vay para o Varadouro*".[168] Travessa, caminho, rua, eram denominações correntes no registro documental de época, devendo-se levar em conta que os mesmos, nem sempre eram utilizados como um critério de diferenciação ou qualificação.

O acesso ao Varadouro, quer se tratasse de um caminho de pé ou rua pública, era de existência imprescindível, e a forma como foi referido em 1599, deixa claro que se encaminhando para o porto, esta via também

166 - CARTA de data de terras e sítio para a fundação do Mosteiro... LIVRO do Tombo do Mosteyro de Sam Bento da Parahyba. Liv. 2. p. 7-13.

167 - CONFIRMAÇÃO de datas de terras nos arrabaldes da cidade, pertencentes ao Mosteiro de São Bento. 1604, Novembro, 21, Filipéia de Nossa Senhora das Neves. LIVRO do Tombo do Mosteyro de Sam Bento da Parahyba. Liv. 3. p. 93-97.

168 - ESCRITURA de venda de chãos na Rua Nova, comprados pelo Mosteiro de São Bento a Duarte Fernandes de Aragão. 1612, Agosto, 07, Filipéia de Nossa Senhora das Neves. LIVRO do Tombo do Mosteyro de Sam Bento da Parahyba. Liv. 3. p. 21-24.

passava pela fonte de água que abastecia a cidade - "*a gente de que ora se serve esta Cidade*"[169] - a qual provavelmente, era aquele "poderoso tôrno d'agua para provimento das embarcações, que a natureza alli poz com maravilhosa arte", como consta no *Summario das armadas*, sendo hoje associada à existente Bica dos Milagres.

Em 1601, em nome da Ordem de São Bento, o Frei Cipriano comprou a Manoel Lopes da Praia um lote de oito braças com quinze de quintal, "*na rua do Varadouro, indo pera a caza de Gaspar Figueira*". Tal lote foi demarcado a partir do "*vallado do dito Gaspar Figueira, vindo rua direita para a Alfândega nova*".[170] São indícios de que a rua ou caminho que levava até o Varadouro não era propriamente um ermo. Nesta área também residiu Francisco Gonçalves - serralheiro a serviço de Sua Majestade - que recebeu, em 1587, um lote de cinqüenta braças de terra "*da banda dos manguez no Varadouro para cazas e quintal*".[171] Portanto, nestes primórdios da Filipéia a função portuária havia determinado a construção de uma "*Alfandega nova*" na área do Varadouro, onde também foram concedidas terras a colonos que ali desejassem se instalar.

Os investigadores têm levantado muitas dúvidas sobre qual das vias existentes na malha urbana atual seria aquele primeiro caminho de ligação entre o Varadouro e a cidade alta: alguns apontam para a Ladeira de São Francisco, cogitando outros ser a Ladeira da Borborema. É preciso considerar que ocorreram mudanças no traçado das antigas ruas, fato que aliado às imprecisões das informações documentais, gera tais dúvidas. Estas mudanças podem ser observadas comparando a cartografia produzida no século XVII, com a "Planta da Cidade da Parahyba levantada por Alfredo de Barros e Vasconcellos 1º Tenente do Corpo de Engenheiros em 1855", adotada como uma base importante para esta análise devido à sua criteriosa execução. (ver Vol. II - FIG. 30)

Deve-se levar em conta que se estava construindo uma cidade em terreno virgem, onde os caminhos podiam ser definidos em função dos pontos referenciais de destino que se desejava alcançar, os quais estavam relacionados com as necessidades do cotidiano da população, sendo este um dado importante a atentar para procurar entender o percurso das vias de comunicação da época. Portanto, talvez a melhor forma de visualizar o

169 - CARTA de data de terras e sítio para a fundação do Mosteiro... LIVRO do Tombo do Mosteyro de Sam Bento da Parahyba. Liv. 2. p. 7-13.

170 - ESRITURA de venda de umas braças de terra na Rua do Varadouro, feita por Manoel Lopes da Praia ao Frei Cipriano, Abade do Mosteiro de São Bento de Pernambuco. 1601, Novembro, 23. LIVRO do Tombo do Mosteyro de Sam Bento da Cidade de Olinda. Recife: Imprensa Oficial, 1948. p. 521-524.

171 - SESMARIA de 50 braças de terra no Varadouro, dada a Francisco Gonçalves. 1587, Fevereiro, 8, Filipéia de Nossa Senhora das Neves. LIVRO do Tombo do Mosteyro de Sam Bento da Parahyba. Liv. 2. p. 13-15.

antigo acesso que levava ao Varadouro, seja seguir o seu percurso, considerando a ligação entre os elementos essenciais ao funcionamento da cidade, como o porto, a alfândega, a fonte de água, seguindo em direção ao alto da encosta para o "forte da cidade" e a Igreja Matriz.[172] Cogita-se também, se haveria apenas um caminho até o Varadouro, pois em cartografia executada por volta de 1640, há indicativo de já estarem definidas outras ligações entre a cidade alta e baixa, sendo bem evidente um percurso que muito se aproxima da atual ladeira de São Francisco.

Deixando a área do Varadouro e retornando à *cidade*, no alto da encosta, centra-se novamente a atenção na Igreja Matriz. As construções religiosas daquela época estavam regidas pelos preceitos que o Concílio de Trento, nos anos quinhentos, uniformizara e precisara para a vida e o culto católico. São Carlos Borromeo, em 1577, aplicando os preceitos tridentinos à arquitetura sacra, através das *Instructiones fabricae et supellectilis ecclesiasticae*, determinava que para se edificar uma igreja, deveria ser escolhido um sítio mais apropriado para esta edificação observando "se faça em um lugar algo mais elevado", afastado de "toda classe de imundices" como estábulos, tavernas e mercados, tendo ainda a cautela de a manter "separada com um intervalo de alguns passos desde as paredes de outras casas", de modo que apareça isolada, "semelhante a uma ilha". Estando assim implantada, haveria em seu entorno um espaço amplo, capaz de conter não só a população da cidade, mas também a concorrência de homens que a ela se dirigiam para participar das festas religiosas.[173] Suas instruções foram a base das posteriores constituições sinodais, sendo codificadas no Brasil através das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, somente no ano de 1701.[174]

Quer estas normas tridentinas fossem do conhecimento dos fundadores da Filipéia, ou se tratando apenas da repetição de um traço cultural que traziam consigo, o fato é que quando o entorno da Igreja Matriz foi

---

172 - Há certo consenso entre os historiadores em apontar a atual Ladeira de São Francisco como sendo aquele primitivo caminho, cogitando outros ser a Ladeira da Borborema. Na referida cartografia, surge ao lado do Mosteiro de São Bento a indicação de um caminho que corresponde, aproximadamente, ao início da Ladeira da Borborema, embora seu trajeto se distancie do atual. No entanto, considerando os pontos referenciais acima apontados para justificar o traçado desta via, acredita-se que a Ladeira de São Francisco aproxima-se mais da realidade da época, cabendo reconhecer, também, as transformações ocorridas na malha urbana do lugar.

173 - BORROMEO, Carlos - *Instrucciones de la Fábrica e del Ajuar Eclesiásticos*. México: Universidad Nacional Autônoma de México, 1985. p. 4-6.

174 - Estas Constituições recomendavam que as igrejas paroquiais fossem implantadas "em sítio alto e lugar decente, livre da umidade e desviado, quando for possível, de lugares imundos e sórdidos, e de casas de particulares, e de outras paredes, em distância que possam andar as procissões ao redor delas e que se faça em tal proporção que não somente seja capaz dos fregueses todos, mas ainda de mais gente de fora, quando ocorrer as festas". CONSTITUIÇOENS primeiras do Arcebispado da Bahia. Lisboa: Officina de Miguel Rodrigues, 1765. Constituição 687. Apud. MARX, Murilo - *Cidade no Brasil. Terra de quem?* São Paulo: Nobel : Edusp, 1991. p. 22.

sendo ocupado, definiu-se um largo que a antecedia e distanciava das demais edificações, onde a população, certamente, se aglomerava para o cumprimento dos rituais religiosos.

Hoje, é temerário pretender reconstruir como era a ocupação do entorno imediato dessa Igreja nos primeiros tempos da Filipéia, pois as informações remanescentes não asseguram uma visualização correta daquele espaço. No entanto, reforça-se a idéia de que ali estava 'o coração' da cidade, ao constatar-se que à volta da Matriz foram surgindo as edificações mais relevantes ligadas à função administrativa e à função religiosa, bem como as residências de alguns 'homens nobres'.

Na vizinhança, os franciscanos construíram o seu convento, depois que o Custódio da Ordem, em 1589, examinou pessoalmente e aprovou o terreno que havia sido oferecido para esta fundação.[175] Bem junto à Matriz, os beneditinos se assentaram, no ano de 1600, após obterem a doação das terras que haviam pertencido ao padre João Vas Sallem, primeiro vigário da freguesia. Esse pároco residira em "*cazas que estão de fronte da fortaleza desta cidade*" ocupando um lote que "*da banda do Norte parte com a cerca dos padrez de Sam Francisco, e da banda do Sul com a rua que vay para o Varadouro, e para a banda de Leste com a Igreja desta Capitannia, e por a banda do Oeste com os manguez da Parayba*".[176]

A construção desses mosteiros, reforçava o caráter religioso da ocupação da cidade alta, atentando Françoise Choay que, historicamente, o processo de cristianização privilegiou "o quadro construído como garantia do funcionamento do modelo social", sendo este mesmo ideário adotado no sistema de colonização portuguesa, que tinha na Igreja Católica um esteio fundamental.[177] Neste contexto, era de grande importância a implantação das construções religiosas, colocadas nos pontos mais altos e privilegiados do relevo, evidenciadas perante as demais edificações, apontando Murilo Marx que este procedimento vai resultar em um traço característico da paisagem das cidades coloniais do Brasil.[178]

175 - BURITY, Glauce Maria Navarro - Op. cit. p. 27.

176 - AUTO de rematação das casas e sítio que foram do padre João Vaz Salém, e que a Câmara comprou para dar aos padres de São Bento. 1600, Agosto, 11, Filipéia de Nossa Senhora das Neves. LIVRO do Tombo do Mosteyro de Sam Bento da Parahyba. Liv. 2. p. 27-30.

177 - CHOAY, Françoise - *A Regra e o Modelo*. São Paulo: Perspectiva, 1985. p. 65-66.

178 - MARX, Murilo - *Nosso chão: do sagrado ao profano*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1988. p. 112.

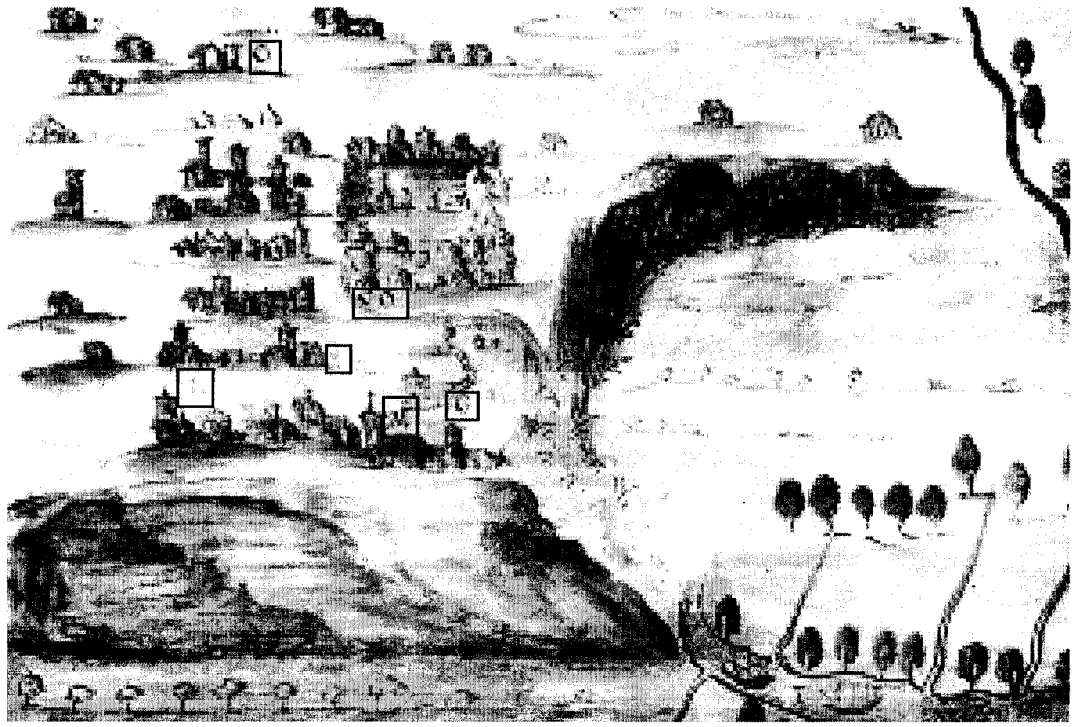


FIG. 33
Detalhe da carta da barra do Rio Paraíba, c. 1616, mostrando na Cidade Filipéia a localização de algumas edificações.

G - *Cidade Phellippea de N. Senhora das Neves*
L – *O mosteiro de Nossa Senhora do Carmo*
M – *O mosteiro dos Capuchos de São Francisco*
N – *A Igreja Matriz*
O – *A Casa da Misericórdia*
OO – *A Casa de São Bento*

Fonte: *REZÃO do Estado do Brasil....*

Quanto à formação da estrutura urbana da Filipéia, é importante observar que com a doação das terras para os mosteiros dos franciscanos e dos beneditinos, definiram-se duas grandes áreas de propriedade privada dentro da cidade: as cercas conventuais desses mosteiros. Sobre a cerca dos beneditinos, sabe-se que para o Oeste, estendia-se até ao mangue, na margem do Rio Sanhauá, "*e dos ditos mangues hira correndo athe emtestar com os chãos e terra que foy dada aos Padrez Capuchos*".[179] Também pela "baixa dos mangues do rio", corria o muro da cerca dos franciscanos, que segundo registro do Frei Jaboatão, era "das mais amplas que tem as casas da província [sendo] tradição que dentro desta cerca se tirou toda a madeira para a formatura do primeiro conventinho e por muitos annos a lenha para o gasto commum da casa".[180]

Estabelecendo mais um paralelo com as idéias lançadas por Murilo Marx sobre a organização dos aglomerados urbanos nos primeiros tempos do

179 - CARTA de data de terras e sítio para a fundação do Mosteiro... LIVRO do Tombo do Mosteyro de Sam Bento da Parahyba. Liv. 2. p. 7-13.

180 - JABOATÃO, Frei Antonio de Santa Maria - Op. cit. p. 189.

Brasil colonial, vê-se que era habitual o fato dos poucos edifícios públicos então existentes, serem instalados "a reboque das opções anteriormente feitas pelos edifícios religiosos", e o casario aglomerar-se "disputando os pontos privilegiados que, à falta de outros, eram aqueles mesmos terreiros" fronteiriços às igrejas.[181]

Na Filipéia, esta concentração aconteceu em torno do largo da Matriz, estendendo-se pela Rua Nova, logradouro que marcou o início da ocupação da cidade alta, tendo esta igreja por ponto de partida.[182] Em "*huns chãos no canto da rua Nova desta Cidade defronte da Igreja e cerca delles Padrez*" de São Bento, foi "*aonde esteve a Caza da Câmera, Cadea, e asougue velho desta Cidade: que partem da banda do Norte com a rua publica que vay para o Varadouro*".[183]

Sem que seja possível precisar a localização, havia também, nessas imediações, umas "*cazas que serviram de palácio junto a Igreja Matriz*",[184] a que já se fez referência, cogitando alguma relação entre este edifício e "*as cazas do capitão mor*" que Diogo de Campos Moreno, disse existir, em 1609.[185] Um documento datado de 1701, faz a doação de um lote situado "*na rua, que vai deste Palacio para o Carmo da parte do nascente*".[186] Estariam todos tratando sobre um mesmo palácio?

Diante do frontispício da Igreja Matriz, tinha início a Rua Nova, posicionada na cumeada da encosta seguindo um eixo orientado no sentido norte-sul, de modo que os ventos predominantes da direção sudeste não eram canalizados pela calha da via. Recuando no tempo, sabe-se que foi característica das cidades romanas uma organização balizada a partir de dois eixos, o Cardo no sentido norte-sul, cortado perpendicularmente pelo Decumanus. Por sua vez, Vitruvio recomendava em seu tratado, que as praças e ruas fossem ordenadas "guardando relação com os quatro pontos cardinais (...) de modo que os ventos não afetem de modo prejudicial as

---

181 - MARX, Murilo - *Nosso chão: do sagrado ao profano*... p. 110-112.

182 - A associação do qualificativo novo/nova a um topônimo, podia ser indicativo de tempos diferentes de formação de um aglomerado urbano, mas o nome de "rua nova" também era indicativo de uma artéria diferente "a mais nobre e cuidada do centro urbano, aquela que tinha merecido todo o desvelo no seu embelezamento, que era o orgulho e a vaidade de toda a comunidade e especialmente dos homens das vereações que tinham promovido a sua abertura". ANDRADE, Amélia Aguiar - A paisagem urbana medieval portuguesa: uma aproximação. In. *Colectânea de Estudos. Universo Urbanistico Português 1415-1822*. Op. cit. p. 26.

183 - ESCRITURA do lote de chão na Rua Nova que Duarte Fernandes de Aragão vendeu ao Mosteiro de São Bento, o qual havia comprado à Câmara. 1612, Abril, 5, Filipéia de Nossa Senhora das Neves. LIVRO do Tombo do Mosteyro de Sam Bento da Parahyba. Liv. 3. p. 21-24.

184 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 14, Doc. 1218. (DOC. 137)

185 - I.A.N./T.T. - Ministério do Reino - Coleção de plantas, mapas... Ms. cit. fl. 9.

186 - A.P.E.P. - Doc. Manuscritos - Sesmarias Liv. 6 111 - fl. 113-115v.

ruas".[187] No século XVI, essas idéias vitruvianas foram retomadas em Portugal, sendo um dos seus portadores o tratado de arquitetura atribuído a Antônio Rodrigues.

Ao contrário do que se apontou para a definição da via de ligação entre o Varadouro e a cidade alta - fundamentada na necessidade cotidiana de circulação da população - acredita-se que a Rua Nova vai ser intencionalmente "traçada" com o fim de constituir um eixo ordenador do núcleo principal daquele germe de cidade, tendo também o objetivo de agregar ali a população. Ao longo deste logradouro, já em Novembro de 1588, se tem notícia sobre a doação de glebas para construção de residências.

Mas seria a Rua Nova, fruto da intervenção de um daqueles homens considerados como os 'urbanistas' da Filipéia? Teria Cristovão Lins, orientado o seu surgimento, como referiram diversos autores? Não se encontra sustentação para comprovar a autoria do traçado dessa rua, da mesma forma que não foi possível afirmar que aqueles homens fossem 'profissionais qualificados' para assumirem a condição de arquitetos ou urbanistas. Entretanto, parece evidente que a Rua Nova não resultou do acaso, sendo no mínimo uma intervenção fundada em uma cultura prática, ou a retomada de modelos registrados a partir de outras realidades vividas pelos fundadores da Filipéia. Mesmo diante do desconhecimento de um plano prévio para organização da cidade, defende-se que a regularidade do seu traçado foi intencionalmente orientada, tanto na definição desta primeira via, quanto no subseqüente desenvolvimento da malha urbana.

Diante dessas considerações, toma-se o caminho para identificar quais foram os elementos que nortearam a construção desse traçado urbano, procurando encontrar uma 'lógica' a partir da qual se possa justificar a sua regularidade.

Entre as casas que desde a origem foram surgindo na Rua Nova, definiu-se um logradouro com uma largura superior ao que era usual para a realidade do Brasil colonial, até mesmo para a cidade de Salvador, a sede do Governo Geral. Tal fato pode ser entendido como um indicativo da importância que foi atribuída àquela rua, pelos homens que fizeram nascer a Filipéia.

São conhecidos alguns documentos referentes a "*datas de chãos*" na Rua Nova, entre o final do século XVI e os primeiros anos do XVII, contendo informações relevantes sobre a sua ocupação e a formação do seu entorno. A Gaspar Gonçalves - filho de Gaspar Manuel Machado que fora dos primeiros moradores da cidade - foi concedido por Frutuoso Barbosa, um lote "*no lugar onde diz que he no cabo da rua Nova hindo para as Aldeyas da banda do Loeste em parte que não seja dado*". Curioso observar que já

187 - VITRUVIO, Marco Lucio - *Los diez libros de Arquitectura*. Madrid: Alianza Editorial, 1995. p. 81.

em 1588, fosse dito que este lote encontrava-se no fim da Rua Nova "*correndo da dita rua para o sul*", juntando-se aos "*maiz vizinhoz*" ali instalados.[188] Seu "Auto de Demarcação", datado de 1602, vem confirmar que o mesmo tinha por limite o "*canto das derradeiras cazas que estam na dita rua que fez Pedro de Liao*",[189] indicando que a ocupação da rua já se afastava das imediações da Matriz, indo em direção ao sul. Também chama a atenção o motivo pelo qual Gaspar Gonçalves recebia a doação: "*nas vigiaz que nesta Cidade se fizeram vigiara sempre sem nunca elle ter soldo de Sua Magestade, e nem lhe ter feito merce alguma de dada de terra, nem de chãos para cazas*".[190]

Em 1604, os beneditinos requisitaram a mercê de novas terras para serem acrescidas ao seu mosteiro, as quais iam "*correndo das cazas de Pedro Alvrez ao Sul pella rua que vay dar a Mezericordia athe emtestar com os chãos delles ditos Padres*".[191] Registra-se aqui, mais uma via definida na cidade, posicionada perpendicularmente à Rua Nova, e tendo a Santa Casa da Misericórdia por ponto referencial.

O "Auto de Demarcação" dessas terras fornece outro dado importante. Afirmaram os oficiais da demarcação: "*fomos a rua de Jesus limite desta cidade da Paraiba*", onde na companhia do padre Frei Mateus, foram lançados os marcos daquele lote.[192] Reunindo os dados, vê-se que este lote situado na Rua Nova, corria em direção ao sul até encontrar a "*rua que vay dar a Mezericordia*" onde interceptava com a "*rua de Jesus*" considerada o limite da cidade. Coincidiria este limite com as imediações da casa de Gaspar Gonçalves, uma vez que esta também estava localizada "*no cabo da rua Nova hindo para as Aldeyas*"? Afinal, porque tão precocemente, em 1588, haveria esta referência ao "*cabo da rua Nova*"?[193] Indicativo de que era pré-definido o seu início à porta da Igreja Matriz e também o seu fim?

---

188 - CARTA de data de chãos na Rua Nova concedida a Gaspar Gonçalves. 1588, Novembro, 11, Filipéia de Nossa Senhora das Neves. LIVRO do Tombo do Mosteyro de Sam Bento da Parahyba. Liv. 2. cit. p. 30-33.

Sobre as primeiras sesmarias dadas na capitania da Paraíba ver tb. TAVARES, João de Lyra - *Apontamentos para a história territorial da Paraíba*. Vol. 1. Coleção Mossoroense. João Pessoa, 1982. p. 29-43.

189 - AUTO de demarcação dos chãos doados a Gaspar Gonçalves por carta de data anterior. 1602, Setembro, 11, Filipéia de Nossa Senhora das Neves. LIVRO do Tombo do Mosteyro de Sam Bento da Parahyba. Liv. 2. p. 33-35.

190 - CARTA de data de chãos na Rua Nova concedida a Gaspar Gonçalves... LIVRO do Tombo do Mosteyro de Sam Bento da Parahyba. Liv. 2. p. 30-33.

191 - CARTA de data de terra por trás da Rua Nova, concedida ao Mosteiro de São Bento... LIVRO do Tombo do Mosteyro de Sam Bento da Parahyba. Liv. 2. p. 37-39.

192 - AUTO de demarcação da terra por trás da Rua Nova, concedida ao Mosteiro de São Bento para construção do dito Mosteiro com edifícios de pedra e cal. 1604, Setembro, 27, Filipéia de Nossa Senhora das Neves. LIVRO do Tombo do Mosteyro de Sam Bento da Parahyba. Liv. 2. p. 39-41.

193 - Em 1595, em uma denúncia feita quando da visitação do Santo Ofício à Paraíba, surge novamente o nome de Gaspar Gonçalvez, dizendo ser o mesmo um "soldado morador aqui no cabo da Rua Nova". *PRIMEIRA Visitação do Santo Officio ás partes do Brasil*... Op. cit. p. 414.

Não se trata de uma hipótese absurda, pensar que a Rua Nova enquanto um espaço intencionalmente aberto para a 'ordenação e urbanização' da Filipéia, tivesse ali o seu limite final, gerando uma maior concentração da população nas proximidades da Matriz.

E quanto a Rua de Jesus, seria um prolongamento da Rua Nova, seguindo em direção ao local onde se encontravam instalados os padres jesuítas? Estes, por opção própria, haviam se fixado próximo à aldeia de *Piragibe*, situada ao sul e a alguma distância do núcleo inicial da cidade, onde construíram a capela de São Gonçalo.

Em cartografia produzida por volta de 1640, está evidente a existência dessa capela dos jesuítas, mostrando também, que a partir da esquina da Rua da Misericórdia, a Rua Nova estreitava-se, parecendo que ali se chegava ao seu fim e ao "*limite desta cidade da Paraiba*". A partir daí deveria transformar-se em um caminho que levava até a aldeia de *Piragibe*, o qual provavelmente, entrou em desuso quando esses padres



FIG. 34
Localização de alguns pontos referenciais e das ruas da Filipéia, identificados sobre cartografia holandesa de c. 1640.

1 – *Varadouro* **2** – *Forte do Varadouro* **3** - *Igreja Matriz*
4– *Mosteiro de São Bento* **5** – *Convento Franciscano* **6**- *Convento Carmelita*
7– *Casa da Misericórdia* **8** - *Capela de São Gonçalo e casa dos jesuítas*

A - *Rua do Varadouro* **B** - *Rua Nova* **C** - *Rua da Misericórdia*
D - *Travessa do Carmo* **E** - *Rua Direita*

Fonte: REIS FILHO, Nestor Goulart – Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial

foram expulsos da capitania, em 1593, ou devido a formação da Rua Direita. Neste caso não é possível ir além das hipóteses, pois as vagas informações documentais aliadas às transformações urbanas ocorridas na cidade, não permitem avançar para certezas. Mesmo assim, são cogitações que lançam perspectivas sobre a configuração da Filipéia naquele tempo tão recuado.

Voltando à ocupação da Rua Nova, sabe-se que o rico senhor de engenho Duarte Gomes da Silveira e sua mulher, no ano de 1600, doaram a Antônio Cavalcante de Albuquerque e esposa, uns chãos que "*tinhão e pesuiam na rua Nova desta Cidade da banda do Leste*" os quais tinham a seguinte delimitação: "*partem da banda do Sul com cazas de mim Tabalião, e da banda do Norte com as cazas da Camera, e da banda de Loeste com a dita rua Nova, e para a banda de Leste corrião os quintaiz de Miguel Alvrez, e outros com que de dereito deve partir*".[194]

Em 1612, Antônio Cavaltante de Albuquerque vendeu este mesmo lote ao capitão-mor da Paraíba, Francisco Coelho de Carvalho, que por sua vez o doou ao Mosteiro de São Bento através de escritura que assim o descreve: "*uns chãos que estão defronte do dito Mosteyro que está na rua Nova desta dita cidade os quaiz partem de hua banda com cazas do concelho, e Caza de Câmera, e da outra com cazas de Lopo do Barco*".[195] No mesmo ano, a Câmara pôs a pregão para venda:

> "*os chãos no canto da rua Nova desta Cidade defronte da Igreja e cerca delles Padrez* [de São Bento], *aonde esteve a Caza da Camera, Cadea, e asougue velho desta Cidade que partem da banda do Norte com a rua publica que vay para o Varadouro, e do Sul com chãos delles Padres que ouveram do Capitão Mor desta Capittania Francisco Coelho de Carvalho e de este com os chãos de Alvoro Ferreira Lagarto, e com quem maiz de direito devão e hajão de partir, e doeste com a rua Nova, e com todas as maiz confrontacoiz*".[196]

Formavam-se os quarteirões da Rua Nova, tendo do lado Oeste a presença marcante do Mosteiro de São Bento, enquanto à sua frente, "*da banda do Leste*" da rua, situavam-se os lotes em questão, compondo a quadra que tinha a Casa da Câmara na esquina da rua que vai para o

---

194 - ESCRITURA de doação de terra na Rua Nova, concedida por Duarte Gomes da Silveira... LIVRO do Tombo do Mosteyro de Sam Bento da Parahyba. Liv. 3. p. 6-9.

195 - ESCRITURA de terras doadas por Francisco Coelho de Carvalho ao Mosteiro de São Bento. 1611, Outubro, 29, Filipéia de Nossa Senhora das Neves. LIVRO do Tombo do Mosteyro de Sam Bento da Parahyba. Liv. 3. p. 13-17.

196 - ESCRITURA do lote de chão na Rua Nova que Duarte Fernandes de Aragão vendeu ao Mosteiro de São Bento, o qual havia comprado à Câmara. 1612, Abril, 05, Filipéia de Nossa Senhora das Neves. LIVRO do Tombo do Mosteyro de Sam Bento da Parahyba. Liv. 3. p. 21-24.

Varadouro, ou como refere outro documento, em lote situado na "*parte do Norte da travessa que vai para o Carmo*".[197]

Este 'mercado imobiliário' de época, envolvendo transações de compra, venda e doações, permite duas constatações: a primeira, verificar que no início do século XVII a Rua Nova já se encontrava com um considerável índice de ocupação, e em seus imóveis residiam homens da administração pública e ricos proprietários rurais. Inserindo-se neste meio, a Ordem de São Bento comparecia como a instituição que detinha a posse de um grande percentual dos lotes situados na Rua Nova, bem como de propriedades em outros logradouros urbanos e na área rural - adquiridos por compra ou doações - cumprindo os beneditinos um importante papel enquanto agente promotor da ocupação territorial na Capitania da Paraíba.[198]

ALGUNS IMÓVEIS LOCALIZADOS NA RUA NOVA

1588	Gaspar Gonçalves	Recebia um lote de sete braças de testada com quinze de quintal no lado oeste da Rua Nova.
1588	Pedro de Lião	Proprietário da derradeira casa do lado oeste da Rua Nova, tendo ao sul o lote de Gaspar Gonçalves.
1600	Duarte Gomes da Silveira	Possuía um lote de oito braças e meia de testada e quinze de quintal, no lado leste da Rua Nova, o qual doou a Antônio Cavalcante de Albuquerque e esposa.
1600	João de Heredia	Tabelião da cidade, com casa vizinha ao referido lote de Duarte Gomes da Silveira, no lado leste da Rua Nova.
1600	Câmara da Cidade	A Casa de Câmara e Cadeia estava vizinha ao lote que Duarte Gomes da Silveira doou a Antônio Cavalcante de Albuquerque.
1604	Pedro Álvares	Sua casa é tomada como referência na demarcação de nova data de terra feita para a construção do Mosteiro de São Bento, no lado oeste da Rua Nova.

197 - Estando correta esta leitura, a Casa da Câmara situava-se no lado oposto ao Mosteiro de São Bento, quando é corrente a informação que o terreno da mesma, foi incorporado ao do Mosteiro no lado Oeste da Rua Nova.

198 - Sobre esta questão ver LINS, Eugênio de Ávila - *Arquitectura dos mosteiros beneditinos no Brasil: século XVI a XIX*. Porto: Universidade do Porto/Faculdade de Letras, 2002. Tese de doutoramento em História da Arte. p. 623. Em 1602, os beneditinos adquiriram terras onde formaram o sítio chamado "Tambiá Grande", e em 1610, a Ilha da Restinga. Em 1624, Duarte Gomes da Silveira fez doação a Ordem de duas léguas de terra em quadro, junto as que já possuíam, no Candú. PINTO, Irineu Ferreira - Op. cit. p. 38.

Observando o processo de formação da Filipéia, verifica-se que desde os primeiros tempos, houve uma vigilância da Câmara limitando os direitos privados para garantir os interesses públicos, e assegurando algum ordenamento da cidade. Quando em 1587, o governo concedeu a Francisco Gonçalves um lote de terra de *"sincoenta braçaz da banda dos manguez no Varadouro para cazas e quintal"* acrescentou a recomendação: *"não prejudicando aos caminhoz e serventias desta povoação"*.[199] A mesma atenção manteve em 1604, ao confirmar a posse de terras que o Mosteiro de São Bento detinha nos arrabaldes da cidade, determinando que fosse passada a *"carta aos padres como pedem ficando as ruas e travessas livrez e serventiaz que estam em custume"*.[200]

Além dos caminhos havia o cuidado de garantir o acesso público à fonte de água e à pedreira de onde era provida a população, pois constituíam matérias vitais para a sobrevivência e desenvolvimento da cidade. Novamente a recomendação era dirigida aos beneditinos, ao receberem a data de terras para a construção do mosteiro da Ordem, nas quais tinham a liberdade de fazer qualquer benfeitoria, com a condição de que *"a pedreira de cantaria que o dito Padre João Vaz descobrio ficará liberta para o povo com caminho para serventia della fora da cerca, a qual em tempo algum talharão"*, pois a Câmara não lhes daria este direito considerando ser aquela pedreira de interesse para o *"servisso de Sua Magestade"*.[201] Da mesma forma, a gleba que possuíam tendo por limite a fonte de água que servia à população, a Câmara dava-lhes o uso da *"3ª partte da agoa do posso que esta feito, com comdição que em tempo algum não façam outro posso mais fundo nem outra bemfeytoria que faça prejuízo a dita agoa nem tolhao ao povo, salvo a dita terça parte que lhe cober servindosse do dito posso somente com caldeirão"*, de modo que estivesse assegurada e em boas condições, a água para abastecimento da população.

Vale referir o comentário feito, em 1639, pelo governador holandês Elias Herckman, reconhecendo o papel que o almotacé desempenhava na ordenação da cidade sob a administração portuguesa. Tinha este funcionário, entre outros encargos, o de "intendente ou fiscal dos edifficios,

---

199 - SESMARIA de 50 braças de terra no Varadouro, dada a Francisco Gonçalves. 1587, Fevereiro, 08, Filipéia de Nossa Senhora das Neves. LIVRO do Tombo do Mosteyro de Sam Bento da Parahyba. Liv. 2. p. 13-15.

200 - CONFIRMAÇÃO de datas de terras nos arrabaldes da cidade, pertencentes ao Mosteiro de São Bento. 1604, Novembro, 21, Filipéia de Nossa Senhora das Neves. LIVRO do Tombo do Mosteyro de Sam Bento da Parahyba. Liv. 3. p. 93-97.

Sobre as regulamentações das Câmaras para assegurar alguma ordenação nos núcleos urbanos ver: REIS FILHO, Nestor Goulart - *Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil*... Op. cit. p. 118-121 e p. 141-144.

201 - CARTA de data de terras, concedida ao Frei Damião da Fonseca... LIVRO do Tombo do Mosteyro de Sam Bento da Parahyba. Liv. 2. p. 04-07. CARTA de data de terras e sítio para a fundação do Mosteiro... LIVRO do Tombo do Mosteyro de Sam Bento da Parahyba. Liv. 2. p. 7-13.

vigiando que as ruas e estradas fossem conservadas em bom estado para uso dos viajantes, e tinham autoridade sobre os predios, para impedir que a casa de um não chegasse mui perto da de outro".[202]

Observando ainda a atenção da Câmara para com o ordenamento urbano, outra questão a ser levantada é a dimensão dos lotes. Em 1601, foi adquirido pelo Mosteiro de São Bento um terreno na rua do Varadouro, medindo "*oito braças de chaons com quinze de quintal*".[203] Gaspar Gonçalves recebeu na Rua Nova uma data com "*sete braças de testada com quinze de quintal*"[204], e na mesma rua Duarte Gomes da Silveira possuía lote com testada de "*oito braças e meya de dez palmos a braça*" e quinze de quintal.[205] Identifica-se uma constante na dimensão dos quintais e uma pequena variação na largura das testadas, indicativo de que havia uma regularidade no tamanho dos lotes urbanos, provavelmente definido por alguma determinação da Câmara e sempre fiscalizado pelo Tabelião, pelo Meirinho e outros oficiais, aos quais cabia fazer a demarcação das terras concedidas.[206] Em contrapartida, as dimensões das glebas variavam muito nas áreas de arrabaldes possuindo desde "*oytenta braças em coadra*"[207] até trezentas braças de terras, de acordo com a finalidade a que se destinavam: residência, cultivo de roças, etc.[208]

---

202 - HERCKMAN, Elias - Descripção Geral da Capitania da Parahyba. *Almanach do Estado da Parahyba*. Ano IX. Parahyba, [Imprensa Official], 1911. p. 90.

O cargo do almotacé foi definido nas Ordenações Manuelinas, de 1521, estando ligado à Câmara e tendo, entre outras, as seguintes funções: fiscalizar o abastecimento de víveres para a localidade, processar as penas pecuniárias impostas pela Câmara aos moradores, repartir a carne dos açougues, aferir os pesos e medidas, fiscalizar os profissionais de ofício, zelar pela limpeza das vilas e cidades, fiscalizar as obras. SALGADO, Graça (coord.) - *Fiscais e Meirinhos. A Administração no Brasil Colonial*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p. 134.

203 - ESCRITURA de venda de umas braças de terra na Rua do Varadouro, feita por Manoel Lopes da Praia... LIVRO do Tombo do Mosteyro de Sam Bento da Cidade de Olinda. p. 521-524.

204 - AUTO de demarcação dos chãos doados a Gaspar Gonçalves... LIVRO do Tombo do Mosteyro de Sam Bento da Parahyba. Liv. 2. p. 33-35.

205 - ESCRITURA de doação de terra na Rua Nova, concedida por Duarte Gomes da Silveira... LIVRO do Tombo do Mosteyro de Sam Bento da Parahyba. Liv. 3. p. 6-9.

206 - Sobre o ato de demarcação de terras é curioso o registro seguinte: "*a requerimento de Gaspar Cardozo morador nesta dita cidade fuy eu Tabaliam e o Meyrinho Antonio Fernandez ao Siruy, limitez desta cidade (...) conforme a dita carta e aucto de demarcação fazendo todas as sollemnidades que he uso e custume fazeremse ao dar das ditaz possez, cavando e rossando o dito Gaspar Cardozo na dita terra, e o dito Meyrinho metendo-lhe terra na mão dizendo em altas vozes por muitaz vezes se havia ahy quem lhe contradicesse a tomar a dita posse, e por não aver quem lhe contradicesse, em nome de Sua Magestade e ouvemos por metido e emvestido da dita posse de hoje para sempre*". AUTO de demarcação de terras no Siruy, dadas a Gaspar Cardoso. 1598, Dezembro, 11, Filipéia de Nossa Senhora das Neves. LIVRO do Tombo do Mosteyro de Sam Bento da Parahyba. Liv. 3. p. 102-104.

Sobre isto ver: REIS FILHO, Nestor Goulart - *Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil*... Op. cit. p. 113.

207 - CONFIRMAÇÃO da Câmara de datas de terra do Mosteiro de São Bento. 1604, Novembro, 21, Filipéia de Nossa Senhora das Neves. LIVRO do Tombo do Mosteyro de Sam Bento da Parahyba. Liv. 3. p. 93-97.

208 - AUTO de posse dada a Gaspar Cardoso de trezentas braças de terra no Rio Siruy. 1598, Dezembro, 11, Filipéia de Nossa Senhora das Neves. LIVRO do Tombo do Mosteyro de Sam Bento da Parahyba. Liv. 3. p. 101-102.

Sendo o lote a menor parcela da organização urbana e havendo homogeneidade na dimensão dos mesmos, o somatório destas unidades vai resultar em quarteirões de relativa uniformidade, porque o lote, entre outros elementos morfológicos, não só é um condicionante da forma do edifício, mas também, da forma da cidade.[209] Em se tratando das cidades brasileiras, herdeiras do sistema luso de edificações geminadas, esta relação entre o edifício e o lote é ainda mais significativa, uma vez que estes vão ser uma 'unidade' na organização de outro elemento morfológico: o quarteirão, por sua vez associado ao traçado das ruas e das praças.[210]

Considerando que na Filipéia os primeiros quarteirões formaram-se a partir do agrupamento de lotes mais ou menos homogêneos, situados na margem da Rua Nova, estes vão reproduzir a original intenção de regularidade que determinou o traçado dessa rua enquanto eixo ordenador da espacialidade da cidade alta. Ao que parece, a regularidade era um princípio que regia as partes - edifícios, lotes e quadras - com o objetivo de obter um conjunto urbano ordenado.[211]

Sobre a formação desses quarteirões da Rua Nova, também se observou que em sentido transversal, eles foram delimitados por ruas secundárias que surgiram condicionadas à implantação de edifícios de caráter religioso, os quais deram-lhes as respectivas denominações - Rua da Misericórdia e Travessa do Carmo. Mas estas mantiveram a regularidade da malha urbana, uma vez que foram abertas corretamente perpendiculares à Rua Nova, situadas em consonância com aqueles edifícios referenciais.

Diante dessas constatações, aponta-se que na Filipéia, a área da cidade alta teve um desenvolvimento urbano determinado a partir de duas vertentes: por um lado, a intenção de ordenação imposta pela Rua Nova e propagada com a vigilância da Câmara sobre a distribuição dos lotes urbanos, e por outro, a presença de edifícios referenciais os quais também balizaram essa organização espacial, pois constituíam pontos focais que atraíam o crescimento da cidade.

A partir desta 'lógica', a Rua Direita seria uma conseqüência da gradual construção dos quarteirões localizados no lado nascente da Rua Nova, e da reunião de edificações de caráter religioso - a Santa Casa da Misericórdia, os conventos dos carmelitas e dos franciscanos e a capela dos jesuítas - também implantadas à leste daquele logradouro.

---

209 - LAMAS, José M. Ressano Garcia - Op. cit. p. 84-86.

210 - Id. ibid. p. 84-86.

211 - Segundo José Lamas, "O sistema do quarteirão é muito antigo. É um processo geométrico elementar, e como tal começou a sua existência. A partir desse processo elementar , foi adquirindo estatuto na produção da cidade, como unidade morfológica. Agrupa subunidades, mas pode também constituir a parte mínima identificável na estrutura urbana". LAMAS, José M. Ressano Garcia - Op. cit. p. 88.

Dois importantes pontos referenciais marcam a Rua Direita: ao Norte, o convento dos franciscanos, e ao Sul a capela jesuítica de São Gonçalo, sendo o seu traçado uma linha reta e paralela à Rua Nova. A intrigante relação entre a rua e estas edificações, suscita mais uma vez, a possível existência de algum plano previamente definido para a Filipéia, o qual teria determinado a localização daqueles 'baluartes' da religião. No entanto, ao analisar o surgimento destes, detectou-se que aos jesuítas coube a escolha do sítio onde se implantaram, condicionada pelo trabalho de catequese junto à aldeia Tabajara de *Piragibe*.[212] Por sua vez, foi o governo da capitania que ofereceu aos franciscanos o terreno para a fundação do convento, sendo o mesmo submetido ao exame e aprovação do padre Custódio, Frei Melchior de Santa Catarina. A Santa Casa da Misericórdia, incita a curiosidade pela estreita relação entre a sua implantação e o traçado da Rua Direita: a fachada da igreja dessa irmandade está construída sobre o alinhamento da rua, voltada para o poente, desenvolvendo-se o corpo da edificação em direção ao leste. Tendo sido a mesma fundada por iniciativa de Duarte Gomes da Silveira, que fatores poderiam ter determinado a localização desta igreja?

Questiona-se: estas casas religiosas teriam sido implantadas em sítios escolhidos de forma aleatória, tendo prioridade os interesses dos respectivos proprietários? Ou caberia retomar a hipótese da existência de um plano pré-concebido para a cidade, baseado em ruas regulares, condicionando a escolha daqueles sítios? Em contrapartida, supondo a existência de um plano, como se justifica que o convento dos franciscanos esteja deslocado em relação ao eixo da Rua Direita, e não alinhado com a cabeceira da mesma, assim como estavam a Igreja Matriz e a Rua Nova? Ou ainda, a Igreja da Misericórdia e o convento do Carmo em relação às ruas que lhes dão acesso?

Novamente esbarra-se no desconhecimento de um plano urbano para a Filipéia, o qual poderia elucidar os princípios adotados para a sua configuração espacial. No entanto, reafirma-se: houve intenção de regularidade para o traçado da cidade, sendo este um procedimento que se enquadrava no contexto do pensamento urbanístico da época, assentado sobre uma vertente renascentista, ou como permanência de um modo de organizar as cidades que não ficou totalmente esquecido no Portugal medieval. E na Filipéia esta busca estaria favorecida pela fundação de um povoamento em *tábula rasa*, pela comodidade do sítio, pela delineação de

212 - Observou Manuel Teixeira, que os jesuítas optaram, em geral, por implantar sua igreja ou colégio em terrenos estrategicamente bem situados mas ainda não urbanizados, vindo a condicionar a expansão das cidades na sua direção. Isto se verificou em algumas cidades quer no continente quer no Brasil. Assim, os colégios dos jesuítas constituíam muitas vezes um dos limites da área urbana consolidada, e no limite do previsível crescimento urbano das cidades. TEIXEIRA, Manuel C. - Os Traçados Urbanos Modernos dos Finais do Século XV e Século XVI... p. 88.

uma estrutura inicial regular e regulamentada por uma Câmara atenta à manutenção deste ordenamento.

Portanto, desconhecendo um plano para a cidade, resta continuar perseguindo uma 'lógica' que justifique a regularidade do traçado da Rua Nova. Essa intencionalidade pode ser reforçada pelo seguinte raciocínio: se os lotes que constituíram os quarteirões situados na Rua Nova tinham uma profundidade pré-estabelecida e constante, isto indica que havia o desejo de rebater este esquema, criando a outra face da quadra posicionada em sentido inverso ao anterior e definindo o alinhamento de uma nova rua. Assim, a localização da Rua Direita teve por condicionante a dimensão dos lotes voltados para a Rua Nova, cuja profundidade - somada duas vezes - determinou a distância entre estas duas ruas.

A Rua Direita seria resultado da 'intenção de regularidade', que caracterizou a espacialidade da cidade alta, desde a fundação da Filipéia, e estaria em formação por volta do ano de 1600, quando para esta rua encontrava-se voltada, supostamente, a fachada principal da casa pertencente a Miguel Álvares, uma vez que o seu quintal era o limite leste do lote pertencente a Duarte Gomes da Silveira, situado no lado nascente da Rua Nova.[213]

Mas pouco se sabe sobre o início da ocupação dessa rua, pois os registros de época não favorecem esse conhecimento. Valendo-se de uma documentação posterior, é possível constatar que nas primeiras décadas do século XVII, muitas casas estavam aí edificadas, no entanto, a invasão holandesa, a partir de 1634, veio interromper o processo de formação de toda a cidade.

No princípio do século XVIII, constata-se uma retomada da ocupação da Rua Direita com a doação de lotes que estavam devolutos. Assim, em 1707, ao ser solicitada uma data de terras situadas junto ao "*morgado que instituio Duarte Gomes da Silveira*" - ou seja, junto à Misericórdia - a mesma foi concedida mediante a seguinte observação: "*não consta que houvesse senhorio dos chãos que os Supplicantes tratão mas parece que o tiveram porque n'elles se veem algumas paredes arruinadas de pedra e cal*".[214] Nas imediações havia "*huns chãos de trinta e dous palmos de vão com humas ruínas de casas sitos na rua direita, que vai da Igreja da Mizericordia para São Francisco*", disponibilizados para construção de nova casa, em 1725.[215]

213 - ESCRITURA de doação de terra na Rua Nova, concedida por Duarte Gomes da Silveira... LIVRO do Tombo do Mosteyro de Sam Bento da Parahyba. Liv. 3. p. 6-9.

214 - A.P.E.P. - Período Colonial - Doc. Manuscritos - Sesmarias Liv. 6 108 - fl. 122v.-124v.

215 - A.P.E.P. - Período Colonial - Doc. Manuscritos - Sesmarias Liv. 6 109 - fl. 29-32.

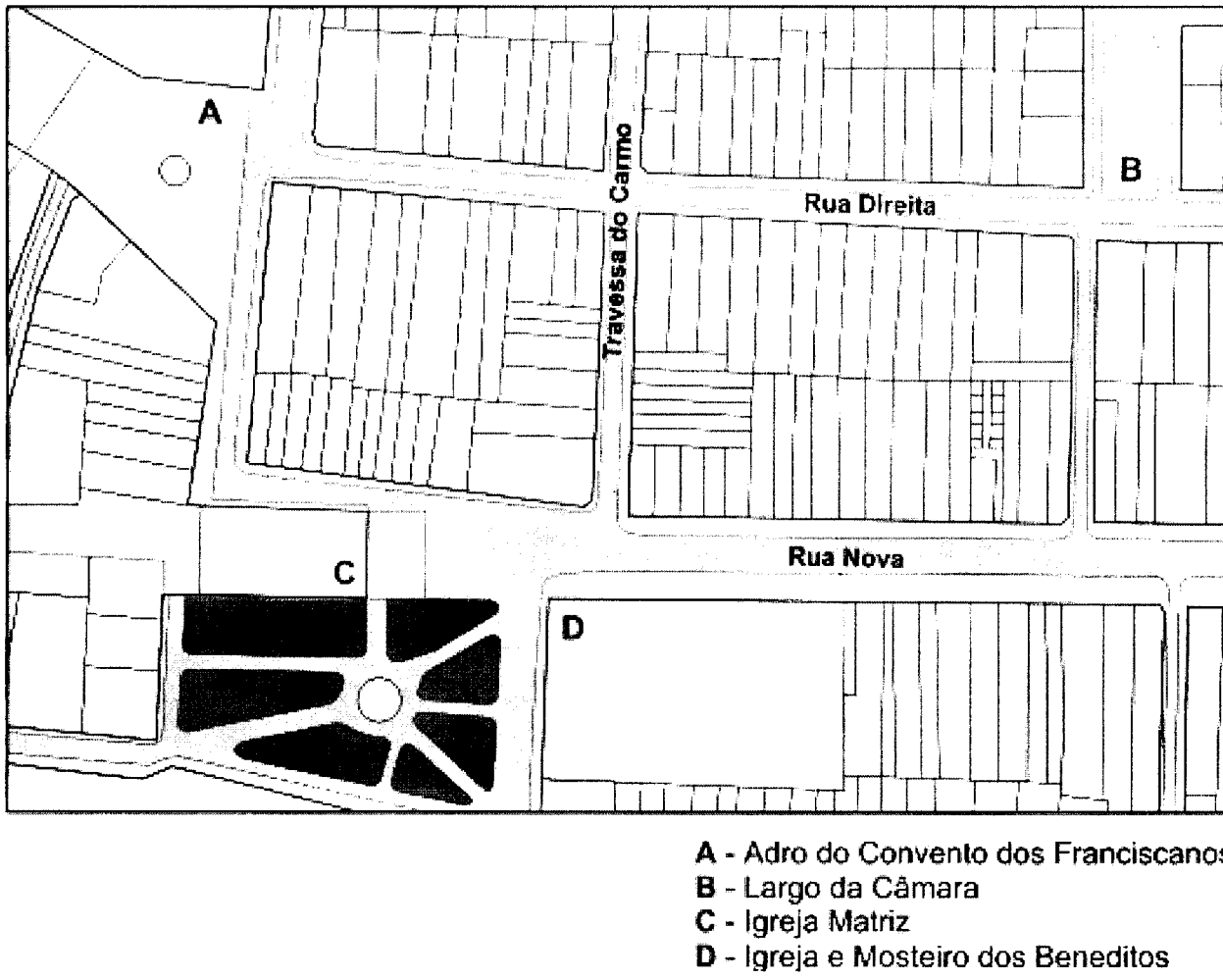


FIG. 35
Parcelamento dos quarteirões compreendidos entre as Ruas Nova e Direita, mostrando a regularidade na dimensão dos lotes. Observa-se que a face da primeira quadra da Rua Nova, voltada para a Igreja Matriz, possui lotes de pequena profundidade, por se tratar de uma ocupação posterior, constando na cartografia de século XVII, que a princípio havia aí um largo lateral à igreja.

Fonte: Mapa digital da cidade de João Pessoa – Prefeitura Municipal de João Pessoa

Com situação semelhante deparou-se o "*oficial de pedreiro*" Domingos Fernandes ao solicitar um lote no lado leste da mesma rua, obtendo a seguinte resposta: "*he certo que os chaos de que o Supplicante faz menção tem donno pois nelles houverão cazas como ainda se vê porem não se sabe nem consta de quem fossem e assim se podem conceder ao Supplicante quatro ou cinco braças pela parte da rua com as que tiver de quintal com condição que aparecendo donno abra mão dellas*".[216] Este tipo de observação era uma constante nas cartas de doação de lotes da época, indicando que a Rua Direita, em princípios do século XVII, havia tido uma ocupação significativa, ao menos no trecho compreendido entre a Igreja da Misericórdia e o convento dos franciscanos.

216 - A.P.E.P. - Período Colonial - Doc. Manuscritos - Sesmarias Liv. 6 108 - fl. ?.

José Luiz Mota Menezes, analisando a evolução urbana da Filipéia, defende uma opinião bastante pessoal, ao considerar a Rua Direita como a mais antiga da cidade. Concorda ser o núcleo inicial de ocupação aquele próximo à Igreja Matriz, que no entanto, não passaria de um largo. Argumenta ser a Rua Direita um eixo axial mais relevante, oferecendo melhor circulação entre edifícios principais e em situação topográfica mais favorável do que a Rua Nova.[217] Esta hipótese é questionável, pois já se constatou, que no ano de 1588, foi feita a doação de um lote "*no lugar onde diz que he no cabo da rua Nova*" seguindo pela "*dita rua para o sul*", demonstrando claramente que a ocupação daquele lugar já não estava restrita apenas ao largo da Matriz, ocorrendo a formação da Rua Nova.[218]

Diogo de Campos Moreno, em 1609, registrou que já se via formada na Filipéia "hua rua de muy boas cazas de pedra e cal que se vão acabando e outras de taipa que tudo promette aver de ser lugar formozo ben asentado muito sadio".[219] Resta saber se estaria ele referindo-se à Rua Nova ou a Rua Direita.

O certo é que estas duas ruas foram os eixos da ocupação da cidade alta, e toda a cartografia do século XVII, deixa evidente um adensamento de edificações nos quarteirões definidos por elas, e na extensão compreendida entre o convento franciscano e a Igreja da Misericórdia. Embora um estrangeiro, como o holandês Elias Herckman, achasse que a Filipéia, em 1639, parecia "escassamente edificada e com muito terreno desoccupado",[220] o sargento-mor Diogo de Campos Moreno, conhecendo as dificuldades enfrentadas para o povoamento daquela capitania, havia anteriormente emitido uma opinião contrária, identificando um percurso de desenvolvimento da cidade, que com o tempo se tornaria "hum dos maes particulares povos de toda a costa" do Brasil.[221]

Em princípios do século XVII, crescia a produção açucareira, registrando Ambrósio Fernandes Brandão, que a Paraíba usurpava "o terceiro lugar em grandeza e riqueza das demais capitanias deste Estado", antecedendo-lhe apenas Pernambuco e a Bahia.[222] Com isso a capitania viveu um período de prosperidade, o que possibilitava a construção de alicerces mais sólidos para a Filipéia, que certamente, não fugia à regra da

---

217 - MENEZES, José Luiz Mota - *Algumas notas a respeito da evolução urbana de João Pessoa.* Recife: Pool Editora, 1985. p. 4.

218 - CARTA de data de chãos na Rua Nova concedida a Gaspar Gonçalves... LIVRO do Tombo do Mosteyro de Sam Bento da Parahyba. Liv. 2. p. 30-33.

219 - I.A.N./T.T. - Ministério do Reino - Coleção de plantas, mapas... Ms. cit. fl. 10.

220 - HERCKMAN, Elias - Op. cit. p. 90.

221 - *REZÃO do Estado do Brasil*... Op. cit. fl. 105-105v.

222 - BRANDÃO, Ambrósio Fernandes - Op. cit. p. 24-25.

observação feita por Pero de Magalhães Gandavo, quanto ao caráter de durabilidade que as vilas e cidades do Brasil começavam a ganhar ainda no século XVI. Disse ele:

> "quanto ás casas em que vivem cada vez se vão fazendo mais custosas e de melhores edificios: porque em principio nam havia outras na terra sinam de taipa e terreas, cobertas somente com palma. E agora ha já muitas sobradadas e de pedra e cal, telhadas e forradas como as deste Reino, das quaes ha ruas mui compridas, e formosas nas mais das povoações de que fiz mençam".[223]

Com o intuito de ver prosperar a cidade, o senhor de engenho Duarte Gomes da Silveira tomou a iniciativa de investir recursos próprios, e "ousou prometer a todas as pessoas que fizessem casas na cidade, que então de novo se fabricava, sendo de pedra e cal de sobrado a 20$ por cada morada de casas, e a 10$ se fossem térreas. E assim o cumpriu por muito tempo, com se haverem alevantado muitas moradas, sem disso se lhe conseguir algum proveito mais do desejo que tinha de ver aumentar a cidade". Ele mesmo construiu sua residência na Rua Nova.[224]

A taipa, técnica construtiva em geral empregada nos primeiros tempos, começava a dar lugar a materiais mais duradouros, sendo renovadas algumas das edificações rudimentares do início da cidade. Neste processo, a velha Igreja Matriz "*de taipa muito velha*" foi substituída por uma nova edificação em pedra e cal, marcando o caminho que esta igreja vai trilhar através de séculos, sempre dominante perante a paisagem da Filipéia.[225] Adotando as palavras de Murilo Marx, a Igreja Matriz estava sendo confirmada e renovada, mas mantinha assegurada a sua "presença dominante" enquanto ponto focal do pequeno ajuntamento humano.

Novos edifícios e intervenções sobre o espaço urbano, também expressavam este tempo de prosperidade. Em 1610, estava criado um largo, exclusivamente destinado a sediar a casa de câmara e cadeia, estando este espaço situado à margem da Rua Direita, obedecendo a regularidade que vinha caracterizando a construção da malha urbana da cidade. Foi para angariar os recursos necessários para a construção da sua nova sede, que a Câmara colocou a venda em pregão, o lote de terra na Rua Nova, onde se encontrava "*a Caza da Camera, Cadea, e asougue velho desta cidade*".

---

223 - GANDAVO, Pero de Magalhães - Op. cit. p. 93.

224 - BRANDÃO, Ambrósio Fernandes - Op. cit. p. 109-110 e PINTO, Irineu Ferreira - Op. cit. p. 21.

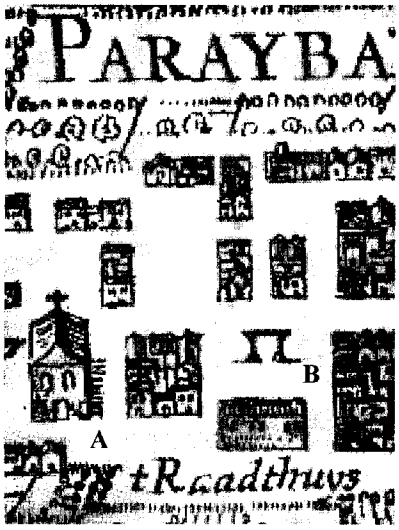
Apontando os motivos pelos quais as cidades não possuíssem estruturas edificadas que demonstrassem a riqueza da terra, o autor do *Diálogo das Grandezas do Brasil*, disse "ser culpa de seus moradores, que apenas pensavam em produzir aquilo que fosse de consumo ou lucro imediato, não investindo esforços numa construção a longo tempo, uma vez que em geral tinham por meta o retorno para o Reino". Id. ibid. p. 12.

225 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 1, Doc. 10. (DOC 15)

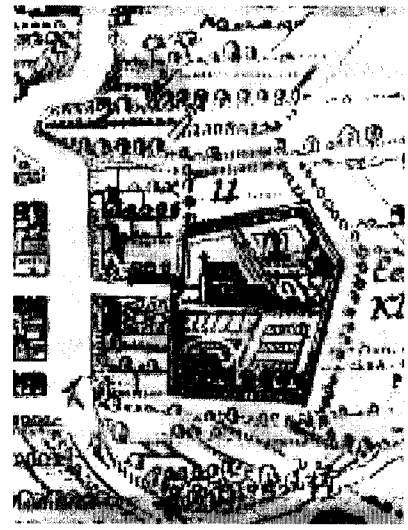


FIG. 36
A cidade Filipéia representada quando da invasão da Paraíba pelas tropas holandesas, em 1634. Seu autor observou a formação regular dos quarteirões, enfatizou a presença do novo largo da câmara e da Santa Casa da Misericórdia, a formação de uma terceira rua paralela à Rua Nova e a cerca conventual dos franciscanos. Também representou o parcelamento dos lotes no entorno imediato da cidade, e junto ao rio, a existência do Forte do Varadouro.

Fonte: Imagens da formação territorial brasileira...



A igreja da Santa Casa da Misericórdia (A) e o Largo da Câmara (B)



A igreja, convento e cerca dos franciscanos, compartimentada em espaços e sub-espaços de recreio e produção.



O Forte do Varadouro, indicado com a seguinte legenda: "Baterye van de Portugesen met 2 stucken"

No Largo da Câmara, foi erguido o pelourinho: "uma columna de forma oitavada, terminando por uma bandeirola armada sobre um cutello e pouco abaixo, dois braços de ferro cruzados com argolões na extremidade".[226] Segundo Stuart Schwartz, o pelourinho, sendo um símbolo da justiça e da autoridade real, estava presente na maior parte das cidades portuguesas do século XVI, e "à sua sombra as autoridades civis liam proclamações e puniam criminosos. Sua localização, no centro da comunidade, ilustrava a crença ibérica de que a administração da justiça era o atributo mais importante do governo".[227]

Esta referência à centralidade preferida para a colocação do pelourinho, leva a pensar o deslocamento da Câmara para a margem da Rua Direita, como um indicativo de que a Filipéia tomava novo sentido de crescimento, afastando-se do Largo da Matriz, onde a princípio aglomeravam-se todas as funções vitais da cidade. Agora, distanciavam-se espacialmente os representantes dos poderes que regiam a colônia - a Igreja Católica e a Coroa portuguesa - cada qual assumindo um espaço exclusivo, reforçando a presença desses poderes. No contexto das vilas e cidades brasileiras daquela época, pode-se dizer que isto era uma evidente demonstração da prosperidade da Filipéia, pois foram poucas as sedes urbanas que tiveram espaços distintos para abrigo da câmara e da matriz.

Esse lento processo de crescimento da cidade, decorrido nas primeiras décadas do século XVII, vai estar registrado na cartografia posteriormente produzida durante o período da ocupação holandesa, na qual se identifica o início da formação de uma nova rua, paralela à Rua Direita, principiando diante do adro do convento dos carmelitas e passando pelas traseiras da casa da câmara, edifícios que marcaram o avanço da Filipéia em direção ao Leste. Novamente, detecta-se a ocorrência de uma estreita relação entre os 'baluartes do poder' e o traçado das ruas, bem como a permanência da regularidade, podendo-se aplicar neste caso a mesma 'lógica' construída para justificar a localização da Rua Direita, fundamentada em um somatório de lotes e quarteirões, associados aos edifícios referenciais.

Na tentativa de justificar a regularidade do traçado urbano inicial da Filipéia, procura-se ajuda nas conclusões obtidas por Murilo Marx em seu estudo sobre as transformações ocorridas em um arraial até chegar à hierarquia de cidade, trajetória esta percorrida pela maior parte dos aglomerados urbanos do Brasil colonial. Murilo Marx conclui que, enquanto imagem, o resultado desse processo é o reflexo de uma "incipiente ordenação jurídica" materializada em uma "frouxa disposição física inici-

226 - PINTO, Irineu Ferreira - Op. cit. p. 36. O autor não cita a fonte da informação.

227 - SCHWARTZ, Stuart B. - Op. cit. p. 3.

al",[228] repetindo-se a predominante "disposição irregular", com "ruas mal delineadas, tortuosas e inconstantes na largura, de pequenas travessas, de terrenos que parecem escorregar desalinhadamente".[229]

Perante este quadro, vê-se um diferencial em relação ao regular traçado da Filipéia. Isto talvez resida no fato de que esta em breve tempo foi nomeada cidade, teve sua câmara instituída com os oficiais acompanhando a demarcação dos lotes e o ordenamento dos caminhos. Hoje, embora dispondo de informações tão escassas, se reúnem dados que demonstram ter havido alguma normatização e fiscalização sobre o ordenamento da cidade, mesmo perante a falta de respaldo em leis urbanísticas rígidas, uma vez que estas, como regra geral, eram inexistentes no Brasil colonial.

Talvez por isso, o produto urbano da Filipéia se diferencie, e ao observar o traçado das suas primeiras ruas, logo se percebe que não houve aqui o "significativo abandono" e o "desleixo" que Sérgio Buarque de Holanda apontou ser uma característica das cidades portuguesas construídas no continente americano.[230] Houve sim, uma intenção de regularidade, resultando que as peças deste *puzzle* urbano se encaixam de tal maneira que leva a acreditar na possibilidade da existência de um plano pré-definido para a cidade, apesar de não haver qualquer indicativo concreto sobre o mesmo.

No entanto, é o mesmo Murilo Marx quem observa que, as "sedes municipais, quando dedicavam algum empenho" para melhor ordenamento urbano, tratava esta ação de forma restrita, aplicada às áreas urbanas mais importantes, dificilmente tendo alcance nos "arrabaldes modorrentos".[231] No caso da Filipéia, essa atenção recaiu apenas sobre o núcleo desde sempre apontado como a *cidade*, não se estendendo ao Varadouro.

Ultrapassando os limites daquela 'cidade ordenada' que se desenvolveu no alto da encosta a partir da presença da Igreja Matriz, a população ia ocupando os espaços disponíveis e construindo a vida de acordo com suas necessidades cotidianas. Um registro dessa vivência encontra-se em uma carta de confirmação de posse de diversas glebas pertencentes à Ordem de São Bento, documento que se transforma, sob o olhar da atualidade, em uma descrição da ocupação da Filipéia, no ano de 1604.

Cabe citá-lo, embora o mesmo não tenha consistência para auxiliar na reconstrução daquela realidade, pois os pontos referenciais da época

228 - MARX, Murilo - *Cidade no Brasil. Terra de quem?* Op. cit. p. 17.

229 - Id. ibid. p. 54.

230 - HOLANDA, Sérgio Buarque de - Op. cit. p. 76.

231 - MARX, Murilo - *Cidade no Brasil. Terra de quem?* Op. cit. p. 30.

que permitiam assentar as informações em terreno firme, eram efêmeros e se perderam com o passar dos séculos. Ainda assim, demonstra que a cidade estava bem viva, com suas terras sendo parceladas e apropriadas por indivíduos e instituições que iam lhe dando nomes, definindo espaços, forçando o surgimento de outras vias de comunicação. Essas diversas terras que os beneditinos solicitavam a confirmação da posse, estavam distribuídas entre a cidade alta e o Varadouro, sendo assim descritas:

> *"nos arrabaldez desta cidade juncto as terras que foram de João Netto, comvem a saber oytenta braçaz em coadra no alto e no praino, e a varge que esta abaixo com todas as agoaz vertentes de Oeste e Leste, Norte e Sul, athe contestar no rio Siruy ficando dentro da dita demarcação a fonte que está juncto a rossa que fez Francisco Pinto, a qual fonte fica por demarcação da banda de Leste, assim maiz o citio em que de prezente tem seu Mosteiro que parte ouverão de compra da Câmera appostollica, e parte de data, a qual vay pello caminho de pé que vay para o Varadouro athe a serca dos Padres de Sam Francisco athe aos mangues; e assim maiz trinta braças de terra para cazas com quinze de quintal que houveram de Sebastiam Perez morador nesta Cidade, convem a saber quinze na rua dos Castilhanos de frente aos quintaiz de Luiz Gomes, na testada de João Affonço Pamplona, e quinze na rua de Sam O.os (?) na testada que amtao pesuhia João de Padilha da banda do Norte, e assim maiz tem outra data da testada dos chãos que tem Manoel Marquez juncto a Gaspar de Almeida em the emtestar com a terra da Mizericordia de Norte, a Sul, e para a banda do Leste cento e sincoenta braçaz que começarão a demarcar da testada dos chãos de Manoel Vaz, e assim maiz tem outra data na rua Real, e a dos Castelhanos da testada de Pedro Alvez digo, de Pedralvez athe a terra da Santa Mizericordia da banda de baixo, segundo maiz largamente se comtem em suaz cartaz de dataz".*[232]

A fonte de água, as roças, as casas, os quintais, a "*rua dos Castilhanos*", a "*rua Real*", e uma enigmática "*rua de Sam O.os*"[233], eram parte da vivência da população da Filipéia no século XVII. Hoje, são elementos perdidos no passado, não sendo possível reconhecê-los. Mas qual seria o perfil da população da cidade naquela época?

---

232 - CONFIRMAÇÃO da Câmara de datas de terra do Mosteiro de São Bento. 1604, Novembro, 21, Filipéia de Nossa Senhora das Neves. LIVRO do Tombo do Mosteyro de Sam Bento da Parahyba. Liv. 3. p. 93-97.

233 - Levanta-se a hipótese de um erro nesta abreviatura, podendo tratar-se de 'Sam Dos.' numa referência a São Domingos, nome pelo qual era conhecido, também, o Rio Paraíba. Uma vez que se está trabalhando com uma cópia do documento original, ainda mais se justifica um erro cometido pelo copista, ao fazer a transcrição para o LIVRO do Tombo do Mosteyro de Sam Bento da Parahyba.

CAPÍTULO 3.4

A população – da conquista à formação de uma elite

Recentemente, Nestor Goulart Reis Filho chamou a atenção que grande parte dos estudos desenvolvidos sobre as cidades do Brasil colonial, têm relegado a segundo plano as abordagens sobre a vida urbana, vertente que deve ser explorada, considerando particularmente o século XVIII, quando ocorre um maior crescimento das cidades.[234]

Esta vertente do conhecimento não constitui o enfoque do presente trabalho, mas procurando dar uma contribuição neste sentido, apresentam-se alguns dados recolhidos sobre a vida urbana na Filipéia, embora reconhecendo a impossibilidade de aprofundar a questão diante das restritas informações disponíveis. Com isto, tem-se a intenção de apontar que já havia nessa pequena cidade do século XVI e início do XVII, um rudimentar princípio de atividades e manifestações coletivas que vão caracterizar a vida nas cidades brasileiras do século XVIII.

A Paraíba, "com se haver começado a povoar por poucos e pobres moradores, posto que mui valorosos soldados", foi um espelho da lenta e difícil formação da sociedade colonial brasileira.[235] A fundação da Filipéia enquadrada em pleno período da União Ibérica, coincide com uma fase em que o Brasil sofreu um significativo aumento da população. O declínio do comércio no Oriente e a percepção do potencial da economia brasileira, elevou o número de imigrantes portugueses para essa colônia, processo incentivado por uma "literatura apologética da terra" que exaltava a possibilidade de alcançar ali sucesso e riqueza.[236]

Ao mesmo tempo, o desenvolvimento da produção açucareira requisitava a presença de um número cada vez maior de pessoas e gerava um tipo de povoamento com tendência a ser mais enraizado e estável, com formas de convívio mais sedimentadas e aprofundadas. Sendo assim, essa atividade acabou por influenciar na formação da sociedade e dos padrões de vida

234 - REIS FILHO, Nestor Goulart - Importância da vida urbana no Brasil colonial. In. V Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte. *Actas*... Faro: Universidade do Algarve/Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2002. p. 171.

235 - BRANDÃO, Ambrósio Fernandes - Op. cit. p. 25.

236 - BOSCHI, Caio - Op. cit. p.166 e SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *O Tempo dos Filipes em Portugal e no Brasil (1580-1668)*. Lisboa: Ed. Colibri, 1994. p. 25-27.

local, assumindo toda a região sob domínio daquela economia um perfil diferenciado.[237]

Neste quadro, dois aspectos foram relevantes. Primeiro, o incremento do tráfico de escravos africanos visto como a alternativa mais imediata para suprir a grande demanda de força de trabalho para os engenhos, após a constatação da inviabilidade de utilização da mão-de-obra indígena. E segundo, a congregação de um grande número de pessoas - brancos, negros e índios - em torno dessa atividade econômica, estabelecendo relações propícias à multiplicação daquela população. Nesta realidade a princípio segmentada entre os senhores e os escravos, foi surgindo, progressivamente, uma gama de novos personagens inseridos entre aqueles pólos opostos, marcando a formação de um novo estrato da sociedade brasileira.[238]

O aumento da população e a proximidade entre o mundo rural e o urbano, permitiram à cidade atingir alguma estabilidade e solidez, sendo transferida para ela parte dessa vivência, sempre sob o jugo dos interesses dos mais abastados senhores brancos. Estes formavam uma aristocracia que usava sua riqueza e influência para proteger seus interesses e angariar junto à Coroa portuguesa novos benefícios. Assim ocorreu na Paraíba, desde o início da sua conquista e ocupação, quando diversos proprietários rurais se engajaram neste processo. Havendo participado em duas ocasiões da conquista daquela capitania, com "*muito risco da vida e despeza da sua fazenda*", João Afonso Pamplona, requereu e obteve, em 1595, uma sesmaria na várzea do Rio Paraíba. Consta na carta de doação que estando em princípios o povoamento da terra, havia "*nececidade de moradores ou de pessoas riquas que a posão povoar*", sendo o suplicante um desses homens porque era "*riquo e afazendado e tem cabedal com que muito bem posa sustentar a povoação deste forte com seus escravos e boiadas e criações com que posa fazer muitos serviços a Sua Magestade com povoar e cultivar esta terra e fazer nella fazenda*".[239]

---

237 - NOVAIS, Fernando A. - Condições da privacidade na Colônia. In. SOUZA, Laura de Mello e (org.) - *História da vida privada no Brasil.* Vol I. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 24.

238 - Nos primeiros tempos do povoamento do Brasil, havia entre os colonos portugueses uma predominância de homens, e em contrapartida, um grande número de índias, cuja cultura diferia dos conceitos de moralidade estabelecidos na tradição portuguesa. Desde o início estas constituíram uma atração, havendo o próprio Pero Vaz de Caminha, expressado a sua perplexidade ao confrontar-se com uma índia "tão bem feita e tão redonda", cuja "vergonha" exposta pelo hábito de andarem nuas, era "tão graciosa, que a muitas mulheres de nossa terra, vendo-lhe tais feições, fizera vergonha por não terem a sua como ela". *A CARTA de Pero Vaz de Caminha* - Op. cit. p. 64. Sobre as relações entre homens brancos e mulheres índias, vale consultar: SILVA, Maria Beatriz Nizza da - *História da família no Brasil Colonial.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 11-18.

239 - I.H.G.P. - Documentos Coloniais, Imperiais e Republicanos - A3 G4 P1 - 1.1.

Estando estruturada a cidade Filipéia, procurava esta classe ocupar e controlar os cargos da administração municipal e da organização militar, dando sua contribuição ao sistema colonial, mas sempre esperando alguma 'mercê' que viesse recompensar os investimentos feitos. A exemplo, retoma-se o caso de Manuel Pires Correia, proprietário dos engenhos Santo Antônio e Espírito Santo, mas também atuante na cidade, à frente do comando do forte do Varadouro por ele edificado.

É corrente a idéia de que os proprietários rurais só afluíam aos centros urbanos a fim de assistirem aos festejos e solenidades religiosas, sendo a vertente agrária da economia colonial um fator determinante do "anti-urbanismo" do Brasil.[240] No entanto, dedicados aos seus engenhos, estes senhores não desviavam a atenção da cidade, pois ali estava o centro do poder e das decisões, sobre as quais certamente, lhes interessava manter certo controle. Para a cidade convergiam as informações e as ordens provenientes do governo central, e quando o capitão-mor da Paraíba reunia na Filipéia a população, os oficiais da câmara e outros homens "*da governança*" para opinar sobre questões importantes para a capitania, aí deviam estar alguns daqueles senhores.[241]

Por sua vez, os oficiais da câmara e da Fazenda Real formavam mais uma pequena parcela da população da Filipéia. No século XVI, esses cargos burocráticos eram ocupados por portugueses, sendo depois comprados ou dados pela Coroa a colonizadores como recompensa por uma boa folha de serviços, cheia de méritos ou participação em ações militares. Eram também uma dádiva para fidalgos sem recursos ou para as velhas viúvas e órfãs sem dote, e constituíam "um patrimônio real, um recurso que possibilitava à Coroa assegurar lealdades e recompensar bons serviços".[242]

O preenchimento destes cargos, por vezes, estava conciliado a outros objetivos. No intuito de fazer crescer a população de brancos no Brasil, desde o tempo de D. João III, eram enviadas "donzellas de nobre geração" provenientes do recolhimento do Castelo de Lisboa, as quais recomendava o rei, aos governadores do Brasil, "para que as cazasse com pessoas principaes daquelle tempo, a quem mandava dar em cazamento os officios do governo da fazenda, e justiça".[243]

---

240 - Sobre esta questão trataram: HOLANDA, Sérgio Buarque de - Op. cit. p. 121-125. AZEVEDO, Aroldo de - Op. cit. p. 83-88. REIS FILHO, Nestor Goulart - *Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil*... Op. cit. p. 91-102.

241 - Diz Nestor Goulart: "Os centros urbanos representavam uma justiça, uma ordem, um conjunto de instituições, aos quais se ligavam os colonos, por suas origens, por sua situação social. Essa identificação era fundamental para a sobrevivência do sistema colonial, tanto no que se refere aos interesses da Coroa, como no que se refere aos interesses do colono nesse processo. Todas as suas atenções estão voltadas para os centros urbanos, neles faz sua afirmação individual, perante o grupo, como empresário e como branco". REIS FILHO, Nestor Goulart - *Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil*... Op. cit. p. 100.

242 - SCHWARTZ, Stuart B. - op. cit. p. 57-58.

243 - SALVADOR, Frei Vicente do - Op. cit. p. 62 e SOUSA, Gabriel Soares de - Op. cit. p. 98.

A 18 de Julho de 1612, João Rebelo de Lima era nomeado capitão-mor da Paraíba sendo escolhido por seus méritos pessoais enquanto "*cavaleiro fidalgo da casa Real*", com boa folha de serviços prestados à Coroa portuguesa, mas também devido ao fato de haver casado com D. Luisa de Figueiroa, proveniente do recolhimento do Castelo de Lisboa.[244] Da mesma forma, "*Avendo respeito a João de Brito Correia casar com D. Isabel de Sequeira, orfã do Recolhimento do Castelo da cidade de Lixboa, e aos serviços prestados no Brasil, particularmente na capitania de Tamaracá*", lhe foi dado o cargo de capitão-mor, por carta de 28 de Janeiro de 1616.[245] Mas estes casos não eram freqüentes, sendo mínimo o número de mulheres órfãs enviadas para o Brasil pela Coroa portuguesa.

À presença dos capitães nomeados por Sua Majestade e demais funcionários ligados à Coroa, estava atribuído um maior comprometimento com o "aumento dos lugares".[246] Reconhecendo o papel ativo desses homens, o autor da "*Relaçam breve e verdadeira*" das batalhas empreendidas contra os holandeses pelo capitão-mor da Paraíba Antônio de Albuquerque, no ano de 1631, chamou a atenção que:

> "Pera se poder proceder nesta guerra, foy de grande consideração ter Sua Magestade tam zelosos ministros do serviço de Deos, e do seu, assi na sua fazenda, como na Câmara desta Cidade, porque todos como a porfia andavão a quem se esmeraria mais, e com mores conhecidas ventagens, em mandar o provimento necessário pêra o nosso quartel de vinho, farinha, pão, carne, peixe sequo, e do mais que na terra avia; e como á cabeça seguem os membros, assi a hum Ministro superior seguem os inferiores no zello, como vimos nesta occasiam, porque todos com grande cuidado acudião as suas obrigaçoens a prover o nosso quartel, aos quais deve Sua Magestade fazer muitas mercês, porque todos a merecem, pello muito que trabalharão".[247]

---

244 - I.A.N./T.T. - Chancelaria de D. Filipe II - Liv. 25 - fl. 159.

A fim de melhor situar este processo de casamento de órfãs com homens a serviço da Coroa portuguesa no Brasil, vale citar parte do referido documento: "*Avendo respeito aos serviços e merecimentos de Lourenço Homem Pinto, que foi estribeiro do Rei D. Henrique, e gastar neles muito de sua fazenda, ficando sua mulher e filhos na pobreza e por este motivo sua filha D. Luiza de Figueiroa se recolher na casa do recolhimento dos orfãos do Castelo de Lisboa, para daí ser dotada como as mais orfãs e tendo respeito às qualidades e serviços de João Rebelo de Lima, cavaleiro fidalgo da casa Real, no reino e nas armadas com homens à sua custa e servir de capitão de uma das companhias de gente e de ordenança com que assistiu em Cascais, e de casar com a dita D. Luisa de Figueiroa*".

245 - I.A.N./T.T. - Chancelaria de D. Filipe II - Liv. 31 - fl. 223.

246 - Diogo de Campos Moreno, ao tratar dessa questão, disse que nas capitanias de donatários "nunqua se encontra pessoa respeitavel no governo o que não succede donde servem capitães do dito Senhor, que sem duvida fazem muito no aumento dos lugares, pella esperança de serem reputados dignos de maiores cargos". *REZÃO do Estado do Brasil*...Op. cit. fl. 2.

247 - *RELAÇAM breve e verdadeira da memoravel victoria que ouve o Capitão mor da Capitania da Paraiba*... Op. cit. p. 8v.

ALGUNS CARGOS ADMINISTRATIVOS DA CAPITANIA NO INÍCIO DO SÉCULO XVII

Nome	Cargo	Data	Serviços Prestados
Miguel Álvares	Escrivão das execuções e descargas da Alfândega	Set. 1602	Serviços prestados na Bahia e Porto Seguro
Fulgêncio Pereira	Provedor e contador da Fazenda da capitania	Out./1602	Serviços prestados nas armadas do Reino e partes do Brasil
Manuel Fernandes do Amaral	Almoxarife da Paraíba	Jul. 1604	Serviços prestados nas armadas do Reino e na Ilha da Madeira.
Lopo Delgado	Provedor e contador da Fazenda da capitania	Mar./1605	Serviços prestados no reino de Angola e no Brasil
Diogo Rodrigues	Meirinho da correição da capitania	Set./1607	Serviços prestados nas guerras do Brasil
Antônio de Couto	Tabelião do público, judicial e notas da capitania	Mar./1611	Serviços prestados nas armadas do Reino e na Paraíba
Vasco Fernandes da Costa	Escrivão da câmara e almotaçaria da cidade de Filipéia	Ago./1611	Serviu na guerra de conquista da Paraíba contra os franceses
Francisco Pereira	Tabelião do público e notas da cidade de Filipéia e seu termo e escrivão das demarcações da Paraíba	Set./1611	Serviu na batalha de Alcacer com o Rei D. Sebastião e na guerra de conquista da Paraíba contra os franceses
Paulo Vaz Cacere	Juiz dos órfãos da cidade de Filipéia e seu termo, e da capitania	Set./1611	Serviu na conquista da capitania da Paraíba
Antônio Lopes de Oliveira	Provedor das fazendas dos defuntos e ausentes da capitania	Out./1612	Serviços prestados no Brasil, mas não especificados
Francisco de Barros	Meirinho do campo da capitania	Nov./1612	Serviços prestados na fortaleza do Rio Grande do Norte
Manoel de Souza d'Eça	Provedor e contador da Fazenda da capitania	Mar./1613	Serviços prestados no Brasil, mas não especificados
Domingos da Silveira	Escrivão da Fazenda da capitania	Ago./16 - -	Serviços prestados no Brasil, mas não especificados
João Machado Fagundes	Meirinho da ouvidoria da capitania	Jul./1616	Serviu como piloto de caravela, na conquista do Maranhão e Rio Grande

Este comentário reforça a idéia que a presença na Filipéia daqueles "ministros de Deus e de Sua Majestade", constituía a base da organização daquela sociedade, alinhando "a cabeça e os membros", em torno de objetivos comuns. Deliberando os homens do poder, suas ordens chegavam ao povo através dos pregões, que tinham lugar nas ruas e praças da cidade.

Em 1617, sendo necessário fazer obras no forte do Cabedelo, o escrivão da câmara da Paraíba entregou o "*auto de pregoins*" ao porteiro do conselho, para que o tornasse do conhecimento da população. Cumprindo sua obrigação, foi o porteiro andando e "*afrontando pella prassa e ruas*

poucas desta cidade e apregoando a dita obra" durante mais de vinte dias, em busca de quem a quisesse arrematar por menor valor.[248]

Repetia-se o procedimento do pregão para informar à população que havia uma ordem do rei, obrigando todos os estrangeiros a se retirarem do Brasil em tempo máximo determinado pela partida da frota que seguiria para o Reino em Maio de 1618, pois os mesmos representavam perigo para a colônia, perante o iminente ataque de inimigos. Diante desta resolução, foi o tabelião do público judicial e notas da capitania, juntamente *"com o porteiro desta cidade Francisco Martis por as ruas e prassas publicas desta cidade com caixa tanjida e lhe ler o dito mandado atrás de berbo ad berbum en todos os lugares públicos e acostumados e o dito porteiro apregoho en altas vozes pêra vir a notisia de todos"*.[249]

As ruas já analisadas como eixos de ligação e de definição da estrutura urbana, tinham também a função de palco para divulgação das decisões vindas do rei ou dos oficiais da câmara, e dirigidas àquela parcela da população da qual faziam parte os escravos e os homens livres que na cidade residiam e exerciam suas atividades.

Dando crédito às informações fornecidas pelo *"Breve discurso sobre o estado das quatro capitanias conquistadas"*, enumera-se a presença naquela região de "muitos carpinteiros, pedreiros, ferreiros, caldeireiros, oleiros, alfaiates, sapateiros, seleiros, ourives, alguns (mas mui poucos) tecelões, que fiam algodão", aos quais somavam-se também os soldados, os marinheiros e os mercadores.[250] Confirma-se a presença desses profissionais na Filipéia, através das denunciações do Santo Ofício, ocorridas na Paraíba em Janeiro de 1595, de onde é possível extrair dados sobre a procedência e atividades dos moradores da cidade.

Das Denúncias do Santo Ofício, se resgatam mais informações sobre a população da Filipéia, como a presença de mulheres provenientes de Portugal e residentes na cidade - Ana Ferreira, natural de Lisboa e Maria Salvadora, da cidade do Porto; e as relações de casamento entre os mestiços brasileiros - Francisco Barbosa, mameluco natural de Pernambuco era casado com a mameluca Francisca de Freitas.

---

248 - TRASLADO da visita que o capitão-mor e oficiais da câmara da Paraíba fizeram ao forte do Cabedelo. 1617, Dezembro, 12, Paraiba. *LIVRO Primeiro do Govêrno do Brasil 1607-1633*. Op. cit. p. 152-153.

249 - ORDEM do governador geral do Brasil, Luis de Sousa, para que se retirassem da colônia todos os estrangeiros ali residentes. 1618, Janeiro, 8. *LIVRO Primeiro do Govêrno do Brasil 1607-1633*. Op. cit. p. 201-202.

250 - BREVE discurso sobre o estado das quatro capitanias conquistadas... Op. cit. p. 175.

MORADORES IDENTIFICADOS NA FILIPÉIA EM JANEIRO DE 1595

Nome	Naturalidade	Atividade
Antônio Tomás	Mesão Frio	—
Manuel Gonçalves	—	Mestre de fazer engenhos
Brás Francisco	—	Carpinteiro
João Fernandes	Vila da Ribeira Grande / Ilha de São Miguel	Sapateiro
Antônio Gomes	Maçarelos, termo da cidade do Porto	Marinheiro
Gonçalo Francisco	—	Marinheiro
Marçal Vaz	Santestevão de Ponte de Lima	Lavrador
Pedro Álvares	Freguesia de Betorinho dos Piãis	Carpinteiro
Baltazar de Macedo	Guimarães	—
Francisco Rodrigues	Elvas	—
Bartolomeu Dias	—	Pedreiro, morador na rua Nova
Domingos Ortega	Castelhano	Soldado
Manuel de Albuquerque	Lisboa	—
Francisco Luis	—	Sapateiro

Sobre a atividade dos mercadores, não foi encontrada qualquer referência à existência de lojas na Filipéia, como ocorria em Olinda e Salvador, no entanto, estes faziam comércio na cidade, pois a ela não deixavam de chegar os tafetás e as sedas usadas nas indumentárias das mulheres. É difícil determinar a procedência desses mercadores e seus produtos, os quais podiam vir nos navios que faziam a ligação com a metrópole devido ao transporte do açúcar produzido nos engenhos, ou utilizar os pequenos barcos provenientes de Pernambuco, dada a proximidade desta capitania onde haviam mercadores estabelecidos. Exemplo dessa ligação comercial era a parceria dos marinheiros Gonçalo Francisco e Antônio Gomes, que da Filipéia andavam "barqueando" para "Olinda e de Olinda pêra aqui".[251]

Cabe ainda observar o modo como a população organizava seu espaço privado de moradia. Registraram os relatos dos séculos XVI e XVII, que grande parte da população tinha "suas casas de moradas nas vilas e cidades", mas não residiam nelas, "porque no campo é a sua ordinária habitação, aonde se ocupam em granjearem suas fazendas e fazer suas lavouras".[252] Este hábito estava justificado pela predominância da atividade agrária, embora decorridas apenas algumas décadas da fundação da Filipéia, fosse observada a existência de "*hua rua de muy boas cazas*".[253]

251 - *PRIMEIRA Visitação do Santo Officio ás partes do Brasil...* Op. cit. p. 396.

252 - BRANDÃO, Ambrósio Fernandes - Op. cit. p 213.

253 - I.A.N./T.T. - Ministério do Reino - Coleção de plantas, mapas... Ms. cit. fl. 10.

Datado de 1638, o "*Breve discurso sobre o estado das quatro capitanias conquistadas de Pernambuco, Itamaracá, Parahyba e Rio Grande*", transmite o olhar de um holandês sobre os hábitos portugueses de morar, o qual em diversos aspectos, pouco difere dos registros de Gabriel Soares de Sousa e Ambrósio Fernandes Brandão sobre o modo de vida da população de Salvador ou Olinda.

Considerou que "os portuguezes, sem distincção de pessoas, são pouco curiosos com relação ás suas casas e economia domestica, contentando-se com uma casa de barro, comtanto que vá bem o seu engenho ou a sua cultura".[254] Aos holandeses não passou desapercebida esta precariedade das habitações, falando Gaspar Barleus que as mesmas eram levantadas com esteios de madeira tendo "um ripado sobre o qual armam o telhado coberto de telhas ou de folhas de coqueiro. Vivem nessas habitações. O andar térreo serve-lhes de armazém e despensa. As paredes laterais são formadas de varas rebocadas, sem capricho, nem elegância".[255]

Para o recheio das casas possuíam "poucos moveis, além daquelles que são necessários para a cosinha, cama e mesa, e não podem ser dispensados; o seu maior luxo consiste em servirem-se á mesa de baixella de prata", e quanto aos "quadros e outros ornatos para cobrir as paredes, os portuguezes são destituidos de toda a curiosidade, e nenhum conhecimento tem de pinturas".[256]

No trato pessoal observou o holandês: "Os homens usam pouco de vestidos custosos, vestem-se de estofos ordinários ou ainda de panno, trazendo os calções e o gibão golpeados com grandes cortes por onde se deixa ver um pouco de tafetás. As mulheres porém vestem-se custosamente e se cobrem de ouro; trazem poucos diamantes ou nenhum, e poucas perolas boas, e se ataviam muito com jóias falsas. Só sahem cobertas, e são carregadas em uma rede, sobre a qual se lança um tapete, ou encerradas em uma cadeira de preço (palanquim), de modo que ellas se enfeitam para serem vistas somente pelos seus amigos e amigas. Quando vão visitar, primeiramente mandam participar; a dona (da casa) senta-se sobre um bello tapete turco de seda estendido sobre o soalho e espera as suas amigas, que

---

254 - BREVE discurso sobre o estado das quatro capitanias conquistadas... Op. cit. p. 173. Relato datado de 14 de Janeiro de 1638, estando assinado pelo Conde Maurício de Nassau, M. Van Ceulen e Adriaen van de Dussen.

255 - BARLEUS, Gaspar - Op. cit. p. 72-73.

Sobre a construção de casas no Brasil, disse Ambrósio Fernandes Brandão que embora já existissem "casas de pedra e cal bem lavradas" ainda predominavam as casas feitas com "cousas que se colhem pelo campo." De madeiras "se alevantam casas de duas águas" e em lugar de pregos usavam os cipós com que "amarram e seguram as tais madeiras". Para a cobertura utilizavam "uma erva a que chamam sapé, que serve em lugar de telha, e tem de bondade ser mais quente que ela; e também de uma árvore, como palma, a que chamam *pindova*". BRANDÃO, Ambrósio Fernandes - Op. cit. p. 151.

256 - BREVE discurso sobre o estado das quatro capitanias conquistadas... Op. cit. p. 173.

tambem se sentam a seu lado sobre o tapete, á guisa dos alfaiates, tendo os pés cobertos, pois seria grande vergonha deixar alguem ver os pés".[257]

Sobre os hábitos de alimentação, percebeu não haver uma "profusão nos seus alimentos, pois podem sustentar-se mui bem com um pouco de farinha e um peixinho secco, comquanto tenham gallinhas, perús, porcos, carneiros e outros animaes, de que também usam de mistura com aquelles mantimentos, sobretudo quando comem em casa de algum amigo". No entanto, dispunham de uma diversidade de frutas e legumes, de uma abastança de milho e arroz que disponibilizavam para a alimentação, bem como dos doces e bebidas que produziam com os mesmos frutos.[258]

É possível concluir que se os portugueses não dedicavam maior atenção ao trato de suas casas no cotidiano, quando se apresentavam a terceiros adotavam toques de requinte como as baixelas de prata, os vestidos de tafetá e as jóias das senhoras, os tapetes turcos de seda sobre os quais se acomodavam durante as visitas entre amigos. Esses requintes pessoais eram mínimos, mas significativos, considerando a época e o contexto do lugar, e ganhavam vulto quando se tratava da demonstração do sentimento que mais valorizavam: a fé em Deus.

Sendo muito religioso e devoto da "Mãe Santíssima", o capitão-mor Antônio de Albuquerque, fez grandes gastos pessoais com a igreja, presenteando a Confraria do Santíssimo Sacramento com uma "rica e fermosa peça da Custodia", e à Virgem das Neves, padroeira da capitania, deu uma coroa de ouro e diversas peças de prata que mandava trazer do Reino, além de "hum ornamento mui custoso e perfeito pêra a sua Confraria".[259] Além dos bens materiais que custeou, expressou sua devoção a Nossa Senhora das Neves, com dias de festa que devem ter ficado marcados na lembrança de toda a população:

---

257 - Id. ibid. p. 173.

Este comportamento identificado pelo olhar holandês corresponde ao que foi descrito por observadores portugueses: "As mulheres se trajam muito bem e custosamente, e quando vão fora caminham em ombros de escravos, metidas dentro em uma rede (...) e também costumam de levar consigo, para seu acompanhamento, além dos homens que levam de pé ou de cavalo, duas ou três escravas do gentio de Guiné ou do da terra, que se não desviam de ir sempre ao redor da rede, a que acomoda uma alcatifa por baixo. Os homens têm seus cavalos em que costumam andar, com os trazerem bem ajaezados, principalmente quando entram com eles em algumas festas." BRANDÃO, Ambrósio Fernandes - Op. cit. p. 214.

258 - BREVE discurso sobre o estado das quatro capitanias conquistadas... Op. cit. p. 173-174.

No Brasil colonial, a base da alimentação era a mandioca, da qual se extraía a "farinha de pau", o feijão e o milho que dava origem a uma diversidade de pratos. Cultivavam várias espécies de frutas e legumes também consumidos no reino, como as abóboras, laranjas, limões, figos, oferecendo a natureza muitos frutos da terra, com destaque para o cajú, maracujá, goiaba, ananás, mamão, mangaba, jabuticaba, cajá, araçá. BRANDÃO, Ambrósio Fernandes - Op. cit. p. 129 e 166.

259 - *RELAÇAM breve e verdadeira da memoravel victoria que ouve o Capitão mor da Capitania da Paraiba...* Op. cit. p. 2v.

"Por 8 dias contínuos a festejou com muitas festas tendo pêra este efeito por muito e cantidade de hospedes de calidade, que vierão festejar a Virgem, com grandes festas de cavallo, em que se jugarão canas, correrão manilhas, e fizerão os mais jogos alegres, que os homens deste exercício têm inventado pêra alegar o povo. Nestas festas não faltou nada pêra ser de todo perfeita, porque o concerto da musica, a disposição do sermão, a suavidade dos cheiros e variedade da armação da igreja estiverão tanto em seu ponto, que não houve mais que desejar".[260]

Os jogos, a música e os aromas eram componentes que deveriam fazer recordar a todos os moradores que haviam nascido no Reino, alguma festa lá presenciada, pois em tudo guardava semelhança com uma típica festa portuguesa. Em contrapartida, para os luso-brasileiros, ficava no imaginário um pequeno registro do que seria a vida junto à Corte.

Esta festa, certamente constituiu um excepcional acontecimento dentro do limitado cotidiano de privações e conflitos que continuavam marcando a capitania da Paraíba em princípios do século XVII, mas em contrapartida, dá uma demonstração de que naquela realidade predominantemente voltada para o meio rural, a população começava a encontrar espaço para desenvolver uma vida de caráter urbano na pequena Filipéia.

Portanto, essa pequena cidade atuava como um "centro" atraindo todos que gravitavam em seu entorno: os homens que tinham seu cotidiano ligado às fortificações que defendiam a capitania; índios e padres das aldeias de catequese, as quais eram uma extensão da religião sediada nos mosteiros; senhores e serviçais que moravam nos engenhos de açúcar. Ultrapassando os limites da cidade, vale percorrer este entorno observando como as duas faces daquele mundo colonial - o urbano e o rural - tinham uma relação de complementação, constituindo um sistema único, direcionado ao cumprimento das metas definidas para a colonização do Brasil.

260 - Id. ibid. p. 2v.

CAPÍTULO 3.5

A cidade e o seu território – o centro do poder

Deixando a cidade Filipéia e seguindo em direção ao Rio Paraíba, os colonizadores deparavam-se com uma paisagem assim descrita pelo holandês Joan Nieuhof: "À medida que se aproxima do rio, a região se vai tornando baixa e plana, mas não muito distante da calha fluvial o solo de novo se enruga em colinas e vales, oferecendo à vista interessantes paisagens".[261] No século XVII, este lugar concentrava muitos engenhos de açúcar, erguidos na medida em que avançou o processo de colonização e povoamento da capitania. Mas para que esta ocupação do território se tornasse viável, foi preciso ultrapassar um obstáculo sempre presente: a falta de segurança. Apenas as fortificações e suas guarnições não eram suficientes para proteção dos povoadores e fazia-se necessário criar outros meios de defesa, requerendo uma 'união de forças', envolvendo os colonos portugueses com o apoio da Igreja, cujos ministros portando a palavra de Deus, arregimentavam aliados junto à população nativa.

Para prover a segurança e alargamento do povoamento que iniciara, decorrido pouco tempo da fundação da Filipéia, em Janeiro de 1587, Martim Leitão se deslocou ao Rio Tibiri, um afluente do Paraíba, distante duas léguas da cidade, onde foi fazer o forte de São Sebastião que serviria de defesa para o "engenho de assucar d'El-Rei, que elle lá tinha começado" e para a aldeia do "Assento de Pássaro", um dos chefes aliados dos portugueses. Acreditava que com a presença deste forte "se segurava tudo, e se povoaria a varzea do Parahyba".[262] Em breve tempo o fez, tendo

> "cem palmos de vão, de muito grossas vigas muito juntas, e forradas de entulho de cinco palmos de largo, e de altura de nove, donde podia pelejar a gente amparada com o muro de fora, que era mais de vinte e dous em alto, de taipa dobrada de mão muito forte, e do alto vinha o tecto cobrindo o andamo, e casas que se fizerão á roda pera agasalho da gente, com duas grandes guaritas em revez sobradadas, e huma torre no meio com grandes portas pera o rio Tybiry".[263]

---

261 - NIEUHOF, Joan - *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*. 2ª Ed. São Paulo: Livraria Martins, 1951. p. 56. Nieuhof trabalhou como agente comercial para a Companhia das Índias e permaneceu no "Brasil holandês" entre os anos de 1640 a 1649.

Sobre o território da Paraíba, sua hidrografia e avanço do povoamento ao tempo dos holandeses ver: CASCUDO, Luís da Câmara - *Geografia do Brasil Holandês*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956. p. 217-228.

262 - SUMMARIO das armadas que se fizeram... Op. cit. p. 98.

263 - SALVADOR, Frei Vicente do - Op. cit. p. 136.

Observou o autor do *Summario das armadas*, que "ficava o forte por casa de ingenho; porque este foi o estilo do Brasil, ir assim ganhando a terra aos inimigos, a quem o forte mais visinho ficava em padrasto, e os nossos povoadores e moradores por valhacouto, que assim se iam estendendo seguros, e agasalhavam mais á sua vontade".[264]

Apenas duas léguas, era a distância entre o forte de São Sebastião e a Filipéia. Ao mesmo tempo, atuavam em conjunto, o forte, o engenho e a aldeia do gentio, ou seja, defendia-se a implantação da economia com o auxílio dos nativos catequizados pelos religiosos. Sob o comando do ouvidor geral, cumpria-se um dos itens previsto, desde 1548, no regimento dado ao primeiro governador geral do Brasil - Tomé de Sousa - o qual recomendava quanto à proximidade que deveria ser observada entre os núcleos urbanos e as fazendas e engenhos, de modo a poderem ser "favorecidos e ajudados" quando disso houvesse necessidade, e que os engenhos fossem fortificados "de maneira que se posão bem defemder quoamdo comprir".[265]

Estando João Tavares por capitão da Paraíba, e vendo o quanto a terra era propícia para o plantio da cana-de-açúcar, começou a ser construído um outro engenho, próximo àquele de ElRey, com que os moradores "mui contentes começarão logo a plantar as cannas, que nelle se havião de moer, e a fazer suas roças - que assim chamão cá ás granjas ou quintas dos mantimentos, fructas, e mais cousas, que a terra dá". Neste tempo, retornou Frutuoso Barbosa, requerendo o posto de capitão da Paraíba de que tinha provisão real.[266]

Com Frutuoso Barbosa, a construção de um forte na margem Sul da barra do Rio Paraíba, como lhe fora determinado anteriormente por regimento, voltou a ser matéria de correspondência enviada da Metrópole, em 1589.[267] Por esta, informava o rei ter conhecimento que Frutuoso Barbosa

264 - SUMMARIO das armadas que se fizeram... Op. cit. p. 98.

265 - REGIMENTO que levou Tomé de Sousa... Op. cit. p. 56.

266 - SALVADOR, Frei Vicente do - Op. cit. p. 145-146.

João Tavares teria assumido o governo da Paraíba no período em que Frutuoso Barbosa ausentou-se para Portugal, a fim de reclamar seu direito de capitão-mor que havia sido desrespeitado pelo capitão Francisco Castejon. Nesta época, aparece João Tavares assinando documentos sob o cargo de capitão-mor, retornando depois Frutuoso Barbosa, provavelmente, só em 1588. PINTO, Irineu Ferreira - Op. cit. p. 18.

267 - José Luís Mota Menezes, situando o início da construção do forte do Cabedelo no ano de 1586 diz ter sido o mesmo erguido por ordem do general espanhol D. Diogo Flores Valdez, sob a orientação do engenheiro alemão Cristovão Lintz. "Estava situado na margem direita do rio Paraíba, perto da foz, num lugar conhecido como Cabedelo" e a princípio denominava-se forte de São Filipe. Ou seja, o autor confunde as informações sobre os fortes de São Filipe e do Cabedelo, acreditando tratar-se de uma única edificação. MENEZES, José Luiz Mota e RODRIGUES, Maria do Rosário - *Fortificações portuguesas no Nordeste do Brasil, séculos XVI, XVII e XVIII*. 2ª Ed. Recife: Pool Editora, 1986. p. 73. Carlos Lemos, provavelmente fundamentado em Mota Menezes, fornece as mesmas informações em artigo sobre as fortificações brasileiras contido na seguinte publicação: LEMOS, Carlos - O Brasil. In: MOREIRA, Rafael (org) - *História das Fortificações portuguesas no Mundo*. Lisboa: Alfa, 1989. p.244-245.

havia assumido o governo da capitania, no lugar de João Tavares, levando adiante seu intento de construir a fortaleza da barra do Paraíba, recomendando que "*por ser materia de tanta importancia como tereis entendido*" deveria proceder de maneira que "*se fique conseguindo com esta fortaleza todos os bons effeitos que são necessarios pera a segurança desa povoação*".[268] A ocupação da capitania, associada ao Rio Paraíba como principal via de acesso, continuava dependendo da existência de fortificações, como previsto desde o início da conquista.

A década de 1590 vai ser marcada pela construção e destruição de fortes ao longo do Paraíba. O forte do Cabedelo por fim veio guarnecer a margem Sul da barra do rio e mais acima, passando para além da Filipéia, foi construído em taipa o forte de Inhobim, junto ao rio de mesmo nome. Frutuoso Barbosa remanejou para o Inhobim muitos soldados do Cabedelo, o qual desguarnecido, foi arrasado pelos índios que também destruíram na Ilha da Restinga as propriedades de Manuel de Azevedo.[269] Este havia construído na Restinga "*hum forte a sua custa, e assim fez a camboa na dita ilha em que pescavão*", e enquanto manteve a ilha povoada não ocorreram assaltos de inimigos. Mas ao atacarem o forte do Cabedelo, os índios queimaram tudo que acharam e mataram a gente que habitava na Restinga.[270] Entre os anos de 1591 e 1592, os fortes do Cabedelo e Inhobim foram reconstruídos, o primeiro por ter sido arrasado pelos índios, o segundo por ser de taipa e estar caindo.[271]

Enquanto Frutuoso Barbosa esteve à frente do governo da capitania, verificou-se um período de instabilidade e constantes ataques dos Potiguaras que salteavam as fazendas dos brancos e as aldeias dos índios aliados.[272] Quando Feliciano Coelho de Carvalho veio assumir o governo, em 1592, "achou a cidade posta em tanto aperto com os continuos assaltos que os Potiguares fazião nas suas roças e arrebaldes, que determinou de correr a terra, e enxotal-os della". Sucederam-se novos conflitos com o gentio, que saiu em desvantagem, com a destruição de aldeias e grande matança.[273]

---

268 - I.A.N./T.T. - Corpo Cronológico - Parte 1 - Maço 112 - Doc. 3. (DOC. 10)

269 - PINTO, Irineu Ferreira - Op. cit. p. 25.

270 - CARTA de data da Ilha da Restinga, concedida a Isabel Caldeira, viuva de Manuel de Azevedo, para casamento de uma ou mais de suas filhas. 1596, Abril, 11, Filipéia de Nossa Senhora das Neves. LIVRO do Tombo do Mosteyro de Sam Bento da Parahyba. Liv. 2. p. 66-69.

271 - MENEZES, José Luiz Mota - *A Fortaleza de Santa Catarina do Cabedelo*. Recife: Pool Editora, 1984. p. 9. e FRANCO, Afonso Arinos de Melo - Op. cit. p. 45.

272 - SALVADOR, Frei Vicente do - Op. cit. p. 145-146.

273 - Id. ibid. p. 150.

Por seu turno, os rivais europeus da Espanha e de Portugal não davam trégua. Eram os corsários capturando os navios cargueiros, ou ameaçando a costa do Brasil, chegando o pirata James Lancaster a ter tomado conta de Pernambuco, durante um mês, em 1585. Em 1597, o forte do Cabedelo defendeu valentemente a Paraíba do ataque de uma armada francesa de treze navios.

Índios por um lado e rivais estrangeiros por outro. Estas lutas eram ameaçadoras para o pequeno território conquistado e pontualmente guarnecido até aquele momento, que se estendia da barra do Rio Paraíba ao forte de São Sebastião no Rio Tibiri e ao Rio Inhobi, onde à sombra do forte, na várzea, floresciam os engenhos pertencentes a Duarte Gomes da Silveira e Ambrósio Fernandes Brandão. Estes fatos reforçavam o tema predominante do período em volta da manutenção das milícias, da construção de fortificações e do suprimento de armas. Adotando as palavras de Stuart Schwartz, "ataque e medo de ataque determinaram em grande parte as atividades dos brasileiros do século XVII".[274]

Diante deste quadro, era fundamental que a Fazenda Real na Paraíba empregasse recursos para manter seu efetivo militar. Entre as despesas referentes ao ano de 1603 e retroativos, consta que sustentava 25 praças no "*Forte Inhobi*", a saber:

"*Um capitão com 8.000 réis/mês*

Um cabo de esquadra com 2.800 réis/mês

Um atambor com 2.400 réis/mês

Um capelão com 2.000 réis/mês

21 soldados - 11 mosqueteiros com 2.800 réis/mês e 10 arcabuzeiros com 2.000 réis/mês".[275]

No mesmo ano de 1603, diante das notícias de virem armadas de inimigos sobre aquela costa, o capitão-mor da Paraíba, Francisco de Sousa Pereira, juntamente com os oficiais da câmara e o sargento-mor do Brasil Diogo de Campos Moreno, deliberavam que o forte do Cabedelo "*que estava*

274 - SCHWARTZ, Stuart B. - Op. cit. p. 81.

A questão da defesa era de tamanha importância que, em 1607, o rei Filipe II, estando informado dos riscos sobre a cidade da Bahia e o porto do Recife, decidiu mandar investir na fortificação destas duas praças, "*hua imposição que os moradores da ditta cidade da Bahya, e os da ditta capitania de Pernambuco tinhão posta sobre sy pera a fabrica das igrejas, e outras obras publicas*". Perante a ameaça dos inimigos, a construção da igreja era colocada em segundo plano, embora fosse a religião um baluarte da cultura portuguesa. A referida ordem foi questionada pelos oficiais da Câmara e população de Olinda, levando o rei a determinar que os oficiais da câmara fizessem "*a repartição do que se ouver de despender assy na igreja como na fortaleza por partes igoaes*". A.H.U. - ACL_CU_015, Cx. 1, Doc. 26.

275 - A.G.S. - Secretaria Provincial - Liv. 1575 - fl. 6v.-9. Ms. cit. fl. 7.

comesado a ffortefficar pello senhor Francisco de Sousa Pereira capitam-mor desta capitania se acabase pella orde e modello que o dito sargento-mor do Estado deu pera se fazer". Mas por ser obra de custo elevado, não dispondo a Fazenda Real de meios para arcar com a mesma, adotaram a seguinte estratégia:

> "*apellidamdo o gentio pera amdarem a ffazer a dita obra pera que os ditos offisiais da Camara se offereseram de darem ajuda tirando de si e dos mais moradores da capitania durante a dita obra sasenta pesas de escravos com fferamentas nesesarias pera trabalharem na obra e mantimentos pera elles e asim mais seis carros aparelhados pera acaretarem as madeiras que nesesarias fforem por ser asim serviso de Sua Magestade e bem da dita capitania que vistas as mollestias e emffortunios que am pasados nam esta capas de dar mais de si*".[276]

Envolvendo os diversos escalões da estrutura colonial, desde as ordens emitidas pelo poder metropolitano até a mão-de-obra do gentio, estavam todos reunidos na tarefa de assegurar a defesa da capitania. Nessa 'forçada' união alicerçava-se a colonização do Brasil, posto que a ausência de um desses elementos, podia implicar em um comprometimento da ação global.

A participação do gentio neste sistema era assegurada pela intervenção da Igreja, a quem sempre esteve entregue a missão de apaziguar e ganhar a amizade dos naturais da terra. O "acrescentamento da santa fé" entre os nativos, ação sempre tão recomendada pelos Reis de Portugal, era posta em prática na Paraíba, por ser imprescindível granjear a colaboração dos mesmos para o povoamento da capitania que não se concretizaria contando apenas com a reduzida população portuguesa disponível. Segundo a visão do padre jesuíta autor do *Summario das armadas*, este era o caminho para que aquela capitania ficasse "assim mais segura que todas as capitanias do Brasil, porque o verdadeiro sangue, e substancia de se povoar, e sustentar o Brasil, é com o mesmo gentio da terra, ganhado por amisade".[277]

Jesuítas, franciscanos, beneditinos e carmelitas, todos estabelecidos em suas casas e mosteiros na Filipéia, faziam desta o centro de disseminação do catolicismo levado até as aldeias de indígenas situadas nas proximidades da cidade. Os jesuítas argumentavam que catequizando o gentio adquiriam controle sobre eles, o "que beneficiava a consciência real e reforçava a estrutura de defesa da colônia ao fornecer uma força auxiliar de arqueiros índios que poderia ser usada contra invasores estrangeiros, índios hostis e escravos que se rebelassem".[278]

---

276 - B.A. - 51-V-48 - fl. 78-79. (DOC. 12)

277 - SUMMARIO das armadas que se fizeram... Op. cit. p. 99.

278 - SCHWARTZ, Stuart B. - Op. cit. p. 105.

Os franciscanos também alegavam que ao conquistarem a amizade do gentio, o faziam não apenas no cumprimento de sua missão, mas para satisfação do serviço de Portugal, dando uma grande contribuição para a economia do governo colonial, pois uma vez obtida a confiança dos índios, os empregavam na construção de fortes, na defesa de fazendas e aldeias, sem que houvesse outra despesa que o sustento nos dias de serviço.[279]

Na Paraíba, a atuação do Frei Antônio de Campo Maior serve de exemplo: este trabalhou "com a sua pessoa, com os seus subditos, e com os índios das suas doutrinas por quatro vezes distinctas nas fabricas dos fortes do Cabedello, e Inhobi, por outra na de huma casa forte para defeza de fazendas, e engenhos das fronteiras", sem que recebessem qualquer pagamento.[280] Mas a utilização da mão-de-obra nativa suscitava a grande polêmica em torno da escravização do gentio que gerou tantos desentendimentos e conflitos no Brasil colônia, e na Paraíba marcou as discórdias entre o governador Feliciano Coelho de Carvalho e os franciscanos.[281]

Contudo, reunir os índios em aldeias ainda era o melhor meio para os proteger, catequizar e também incorporá-los ao objetivo da colonização, mantendo-os juntos pela doutrina da religião. Frei Venâncio Willeke, referindo-se especificamente aos franciscanos, considerou que em certas zonas, as missões desses padres prestavam maiores serviços na defesa das fazendas, engenhos e cidades do que as grandes fortalezas. Assim, as aldeias paraibanas de Almagre, Assunção, Guiragibe, Jacoca, Joane, Mangue, Piragibe, Praia e Santo Agostinho foram fundadas a pedido dos colonos portugueses que viviam em perigo constante de serem mortos pelos índios inimigos.[282]

Isto determinava que as aldeias dos índios eram remanejadas de acordo com os interesses dos colonizadores, pois diz o Frei Jaboatão que "conforme ao parecer dos Governadores, para melhor defêza dos moradores, e situação das suas fazendas e engenhos, se forão mudando de huns para outros lugares, variando nos sítios, já dividindo-as, já ajuntando-as,

279 - WILLEKE, Frei Venâncio - As relações entre o governo português e os franciscanos... p. 226.

280 - JABOATÃO, Frei Antonio de Santa Maria - Op. cit. p. 186.

281 - As relações entre colonizador e nativos sempre foi um assunto em pauta durante a expansão ultramariana portuguesa. Em 1570, Dom Sebastião promulgou a primeira lei visando proibir a captura e escravização de índios a menos que fosse durante uma "guerra justa". A 30 de Julho de 1609, uma nova lei vinha limitar os excessos e abusos da escravização dos nativos do Brasil, declarando que todos os índios, cristãos ou pagãos, eram livres por natureza e tinham direito a serem pagos por seu trabalho. Esta lei sendo mais rígida, causou muitos protestos entre os colonos, o que levou a metrópole a substituí-la pelo estatuto de 10 de Setembro de 1611, que reiterava a liberdade dos índios mas permitia a escravização sob certas condições. Também estabelecia que as aldeias seriam governadas por capitães leigos, com total poder judicial sobre os índios. Sobre esta matéria, nenhuma outra lei foi promulgada até 1647, permanecendo válido este estatuto. SCHWARTZ, Stuart B. - Op. cit. p. 104-111.

282 - WILLEKE, Frei Venâncio - As relações entre o governo português e os franciscanos... p. 226.

sendo a principal de todas a chamada da jacóca, ás beyras do Rio Guaramame, quatro legoas da cidade, caminho de Goyana para os Engenhos".[283] A localização das aldeias revelava um outro aspecto da difícil integração do gentio no sistema, e enquanto os colonizadores defendiam as vantagens obtidas com a presença dessas aldeias, os religiosos argumentavam contra a quebra dos padrões existentes de povoamento indígena.

Manter a harmonia entre estes diversos segmentos da população e assegurar a colaboração de todos, constava entre as obrigações do capitão-mor da Paraíba, estando expressas no regimento entregue a Francisco Coelho de Carvalho, quando veio assumir tal cargo. Assim, recomendava o rei que deveria dar "*ajuda e favor*" aos religiosos que trabalhavam para "*dilatar e promulgar o sagrado evangelho naquellas partes*", e com o gentio proceder de maneira a que "*entendam que tenho eu contentamento de seu bom tratamento e de elles virem a conhecimento de nossa santa fee catholica*". Em relação aos soldados, deveria cumprir com o "*bom pagamento de seus soldos e ordenados*", sendo extensiva a "*afabilidade e cortesia*" a todos os moradores e povoadores da capitania, de modo que "*folguem de vos acompanhar e ajudar quando a necessidade o pedir para milhor comprirdes com vossa obrigação*".[284]

A "*necessidade*" maior era nos momentos de ataque dos inimigos, quando perante o sempre insuficiente contingente militar mantido pela Fazenda Real, deveria o capitão-mor poder contar com a população da cidade e dos engenhos, articulando todos em uma grande 'engrenagem' de defesa da capitania. Esta participação da população, estava prevista no *Regimento das Ordenanças*, de 1570, o qual determinava que sob o comando de um capitão-mor de ordenanças, os habitantes de cada cidade ou vila com seus respectivos termos, deveriam ser organizados em esquadras de 25 homens, as quais seriam reunidas para formar uma companhia de 250 soldados, ou seja, uma companhia de 10 esquadras.[285]

E de fato assim acontecia. O sargento-mor Diogo de Campos Moreno, com sua experiência nos assuntos referentes à defesa, avaliou da seguinte forma o sistema montado na Paraíba. O forte do Cabedelo embora estivesse, em geral, pouco assistido de pessoal, recebia socorro dos moradores da cidade "da qual por mar, e por terra podem vir facilmente", já que estava situada a apenas quatro léguas do forte. No entanto, o auxílio maior provinha da área rural, da "gente da capitania que he a mais importante e vive maes longe por suas fazendas", mas que poderia também dar resposta ao "rebate conforme a vontade que tiverem de peleiar". Sobre esta popu-

283 - JABOATÃO, Frei Antonio de Santa Maria - Op. cit. p. 360.

284 - I.A.N./T.T. - Alfabeto de Leis Modernas e Ordenações Antigas - Liv. 2 - fl. 164-166. (DOC. 13)

285 - JOHNSON, Harold e SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (coord.) - Op. cit. p. 377-378.

lação dos engenhos e fazendas estimou em "maes de settecentos moradores brancos que com seus escravos e familias fazem grande numero", havendo em ocasião de "alardo" ocorrido em ano anterior a este relato, reunido "trezentos arcabuzeiros em duas companhias de ordenança ficando os demais a guarda das fazendas, e trinta de cavalo que assim parecerão no ditto alardo de lanças, e adargas".[286]

Na Paraíba, essa articulação das partes para assegurar o todo, também está detalhadamente descrita no importante relato do piloto de Peniche, de 1630:

> "*Esta fortaleza* [do Cabedelo] *pode ser socorrida de dentro da cidade por terra de gente de pee e cavallo dentro em tres horas per que quando há ocasião de inimigos se tira hua pessa de rebate que se ouve muito bem na cidade, e se pode conhecer per ella que há inimigos na barra, e da mesma maneira com outra pessa de rebate que se tira na cidade podem os moradores de engenhos que estão a tres e a quatro leguas acudir a cidade.* (...)
>
> *Tem a cidade dentro em si cem homens que podem tomar armas, e no reconcavo de hua até quatro legoas havera quinhentos homens brancos que dentro em meio dia estarão todos na cidade, e dentro em hua hora podem ter na cidade 800 até 900 indios frecheiros com seus capitães indios, que estão situados até hua legoa da cidade, esta gente branca esta repartida em tres companhias com tres capitães de Infantaria e hua companhia de gente de cavallo, isto a fora os capitães de cavallo que tera de 60 ate 70 homens gente lucida com seu capitão e boa gente de cavallo, e isto a fora os capitães dos fortes.*
>
> *Por maneira que não havendo descuido no capitão mor nem na gente da terra não se podera tomar a Paraiva pellos inimigos por ser muy defensavel e ter gente pera se defender".*[287]

Para todos, essa união de esforços tinha origem na necessidade de assegurar a própria vida e para alguns, acrescia o interesse em não por em risco os investimentos feitos na capitania, particularmente, nos engenhos de açúcar. O número de engenhos era crescente na Paraíba, e isto se justificava pela fertilidade do seu solo, e também, pelas vantagens oferecidas por se tratar de uma capitania de Sua Majestade, estando os proprietários livres de pagar a "pensão das águas a três e a quatro por cento de todo o açúcar que fazem", taxa estabelecida para os engenhos que estavam nas capitanias de donatários. Tal vantagem, "que não é pequeno privilégio", provavelmente, tornava atrativo aos senhores de engenho da época buscarem instalar-se em terras realengas.[288]

---

286 - *REZÃO do Estado do Brasil...* Op. cit. p. 104v-105.

287 - B.N.M. - MSS 1.185 - fl. 131-133. (DOC 16)

288 - BRANDÃO, Ambrósio Fernandes - Op. cit. p. 107.

Por sua vez, tinha o poder metropolitano o mesmo interesse em ver sua capitania povoada e produtiva, fazendo ao capitão-mor a seguinte recomendação: "*Sabereis quantos moradores há na dita capitania e se tem todos terras pera cultivar que lhe fossem dadas de sesmarias e se as tem aproveitadas e os engenhos que são feitos e procurareis por os ajudardes e favorecerdes para effeito de se hir abrindo e cultivando a terra*".[289]

Diante do interesse comum de explorar a terra, ela era repartida em sesmarias considerando a disponibilidade financeira do adquirinte para a cultivar e quando possível, levantar um engenho. Calculou Ambrósio Fernandes Brandão, que "um engenho dos de água, como até agora se costumava de fazer, e ainda dos que chamam trapiches, que moem com bois, fazem de despeza, feito e fabricado, ao redor de dez mil cruzados, pouco mais ou menos." A construção dos edifícios, o maquinário, a compra e manutenção de trabalhadores requeria um grande investimento de capital, mas obtendo sucesso seu proprietário "se enobrece e faz rico".[290]

Até meados do século XVII, estes engenhos estavam distribuídos dentro do território desde o princípio balizado pelos fortes implantados nos rios Paraíba, Tibiri e Inhobim, verificando-se um avanço para o sertão de no máximo dez léguas. Mas desta pequena faixa de terra tiravam os portugueses "das entranhas dela, à custa de seu trabalho e indústria" todo o açúcar que produzia a capitania. [291]

Ao tempo do domínio holandês, esta concentração de engenhos no entorno da Filipéia, motivou o governador Elias Herckman a fazer uma minuciosa descrição sobre os mesmos, particularizando aqueles situados ao longo do Rio Paraíba e seus afluentes. Entre estes engenhos, estava mais próximo da cidade o *Barreiros*, situado "quasi confronte" a desembocadura do Rio Inhobi, nas margens do qual havia os engenhos do *Meio* ou *São Gabriel*, o *São Cosme e Damião* ou *Inhobi*, o engenho *Velho*, com uma casa "alta e grande, com uma galeria ao redor", e o engenho *Novo* situado rio acima.[292]

---

289 - I.A.N./T.T. - Alfabeto de Leis Modernas e Ordenações Antigas - Liv. 2 - fl. 164-166. (DOC. 13)

290 - BRANDÃO, Ambrósio Fernandes - Op. cit. p. 97.

Nos engenhos, o trabalho feito a princípio por índios escravizados, foi sendo substituído, durante o século XVII, por negros africanos requerendo crescentes investmentos. "Em 1600, na Bahia, uma escrava negra era vendida por volta de 30 mil réis e um escravo por 40 a 45 mil réis. Assim, um engenho com 150 escravos tinha 6000 mil réis aplicados em mão-de-obra". SCHWARTZ, Stuart B. - Op. cit. p. 92.

291 - BRANDÃO, Ambrósio Fernandes - Op. cit. p. 89.

Luís da Câmara Cascudo, estudando a ocupação territorial do Nordeste ao tempo dos holandeses, observa através das sesmarias concedidas até então na Paraíba, que apenas uma faixa estreita de terra junto à costa estava ocupada e ainda não havia investidas sobre o sertão. CASCUDO, Luís da Camara - *Geografia do Brasil Holandês*... p. 213-214.

292 - HERCKMAN, Elias - Op. cit. p. 93-94.

No Rio Tibiri, havia os engenhos de *Catharina* e o *São Felippe*. Continuando no Rio Paraíba, estavam os engenhos *Santo André*, o *São João Baptista*, o *Três Reis*, o *São Gonçalo* "que moe com bois", o de *São Francisco*, e mais acima o "engenho d'agua" chamado *Santa Lucia* e o *Santo Antônio*, cujo proprietário era Manuel Pires Correia, que havia construído o forte do Varadouro.[293] Na margem meridional do mesmo rio, estava o engenho *Espírito Santo* e por fim o engenho *Tapoá* "o ultimo e o que se acha situado mais acima no território desta Capitania". A partir daí o Rio Paraíba prolonga-se, mas já não era habitado "notando-se apenas alguns curraes situados sobre as suas margens", e mais adiante a terra era ainda desconhecida.[294]

ENGENHOS EXISTENTES NAS MARGENS DO RIO PARAÍBA E SEUS AFLUENTES EM 1634

Engenho Barreiras	Domingos Carneiro
Eng. Do Meio ou São Gabriel	Ambrosio Fernandes Brandão
Engenho Inhobi ou São Cosme e Damião	Ambrosio Fernandes Brandão
Engenho Velho	Duarte Gomes da Silveira
Engenho Novo	Duarte Gomes da Silveira
Engenho Santa Catarina	Jorge Homem Pinto
Engenho Santo André	Jorge Homem Pinto
Engenho São Felipe	Manuel Quaresma Carneiro
Engenho São Jacob	Manuel Quaresma Carneiro
Engenho São João Batista	Jerônimo Cadena
Engenho dos Três Reis Magos	Francisco Camelo de Valcacer
Engenho de São Gonçalo	Antônio Pinto de Mendonça
Engenho São Francisco	Ventura Mendes de Castela
Engenho São Thiago Maior	André Dias de Figueiredo
Engenho Santa Lúcia	João de Souto
Engenho Santo Antônio	Manuel Pires Correia
Engenho Espírito Santo	Manuel Pires Correia
Engenho Itapoá	Antônio de Valadares
Engenho Miriri	Francisco Álvares da Silveira

293 - Id. ibid. p. 94-97.

294 - Id. ibid. p. 99. Elias Herckman dá notícia, também, dos caminhos de ligação por terra que já existiam em 1639. Das proximidades do engenho Velho, nas margens do Rio Inhobi, havia um caminho que seguia para o Norte, na direção do Rio Mamanguape. Próximo aos engenhos Tapoá e Espírito Santo, havia a Lagoa Salgada, tendo origem um caminho que levava para Pernambuco e outro em direção aos currais que estavam na nascente do Rio Mombaba. Id. ibid. p. 94 e 99.

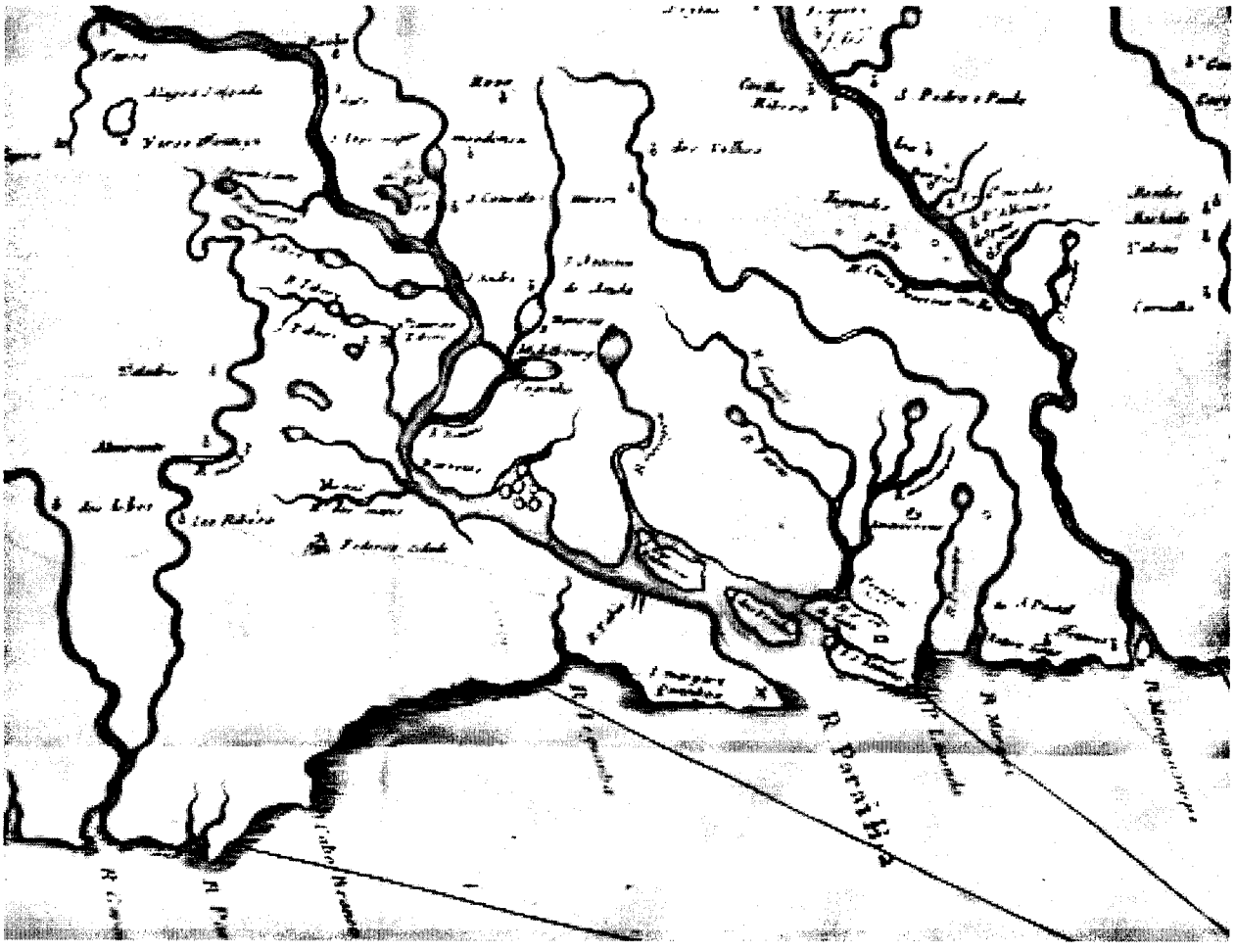


FIG. 37
Detalhe da gravura intitulada "Provincia di Paraiba" (1698), destacando o curso do Rio Paraíba e seus afluentes. Nas margens dos rios, estão situados os engenhos de açúcar, indicando através de símbolos diferentes o tipo de força motriz: àgua ou a bois.

Fonte: SANTA TERESA, Giovanni Gioseppe de - Istoria delle guerre...

Foi também de um holandês, Gaspar Barleus, a observação de que embora na Paraíba não houvesse outra povoação a não ser a Filipéia, esses engenhos "pela multidão dos trabalhadores, constituem verdadeiras aldeias".[295] Mas os senhores de engenho e seus escravos não eram os únicos moradores da área rural. Havia os proprietários de pequenas glebas, trabalhando como lavradores na produção de cana-de-açúcar a ser processada nos engenhos, e também "varios portugueses que se occupam com o negocio da madeira e taboado", outros que viviam de "plantar roças e fabricar farinha" e os que estabeleciam seus currais de gado.[296] Na costa,

295 - BARLEUS, Gaspar - *História dos feitos recentes praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do ilustrissimo João Maurício Conde de Nassau.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1940. p. 71.

Agregados aos engenhos, havia ainda um outro grupo de trabalhadores, em geral assalariados, que detendo habilidades e técnicas especializadas, dava assistência à produção do açúcar, trabalhando como tanoeiros, calafetadores, encaixotadores, vaqueiros e pescadores bem como mecânicos e administradores. SCHWARTZ, Stuart B. - Op. cit. p. 95.

296 - HERCKMAN, Elias - Op. cit. p. 112.

em toda a sua extensão habitavam pescadores, "que fazem vida somente da pesca, e nella empregam escravos". Produziam um peixe seco e salgado que servia de alimento a todos os moradores e "sem isto os engenhos não poderiam manter-se".[297]

Além dos portugueses, alguns estrangeiros desenvolviam essas mesmas atividades: "Nicolao Sylvestre" de nacionalidade francesa, "he lavrador de canas vive nas fronteiras quatro ou sinco legoas distante do mar"; "Jaques Fernandez" "filho de flamengo porem nascido em Lisboa ha 24 ou 25 annos que reside neste estado he lavrador de canas vive nas fronteiras". E mais um homem francês chamado "Luis", "casado com hua índia vive naquella capitania ha muytos annos reside na costa onde pesca e tem cuydado no defender aos cossairos hua agoada com os índios de hua aldeã sircunvesinha".[298]

Esses lavradores, roceiros, pescadores e criadores, formavam um estrato numericamente importante da sociedade rural, exercendo atividades que não tendo a relevância econômica do açúcar, certamente se encaixavam na 'engrenagem' do sistema, contribuindo para a subsistência dos engenhos e da população que residia na Filipéia.[299]

Observa-se que sob todos os aspectos, esta 'engrenagem' que movia o sistema colonial, trabalhava por complementação de funções, visto que em uma estrutura iniciada de *tabula rasa* e com tantos obstáculos, nenhum dos segmentos tinha alicerces para alcançar plena autonomia. Sendo assim, para a defesa, fazia-se necessário reunir os soldados aos moradores da cidade e dos engenhos, e ainda aos índios arregimentados pelos religiosos. Na economia, era dos engenhos que saía o grande recurso da terra, o açúcar que dava origem aos lucros que a Coroa portuguesa almejava obter no Brasil, sendo por isso um comércio administrado e fiscalizado por seus funcionários reunidos na Filipéia. Permeando esta economia, havia as funções de menor evidência, mas de importância para sustentação do conjunto que dependia da "farinha da terra" para a subsistência cotidiana.

Com o passar do tempo, as vertentes definidas para a colonização do Brasil foram sendo consolidadas e demonstrando que só mesmo pela articulação das mesmas era possível colocar em funcionamento aquela grande

297 - Id. ibid. p. 116.

298 - MEMORIAL de todos os estrangeiros que vivem nas capitanias do Rio Grande, Paraiba, Tamaraca, Pernambuco e Bahia dos quais se não pode ter sospeita. 1618. *LIVRO Primeiro do Govêrno do Brasil 1607-1633*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1958. p. 183.

299 - Considera Glenda Pereira Cruz, que "o urbano e o rural, sejam quais forem seus estágios de desenvolvimento de vida material e cultural, integram uma única realidade". Ainda que exista essa oposição entre urbano e rural, ocorre que "há apenas um peso maior, um grau maior ou menor de uma ou outra instância do mesmo espaço sociocultural, mas dentro da mesma realidade: não são mundos diferentes, são mundos complementares e a sua unidade é indissolúvel". CRUZ, Glenda Pereira da - Op. cit. p. 163.

máquina, que tinha nos centros urbanos um ponto chave. Acredita-se que a análise até aqui desenvolvida sobre a Filipéia já permite demonstrar que as cidades fundadas no Brasil do século XVI, através da intervenção do poder português, estavam de fato destinadas a atuar como os centros do poder, de onde os representantes de Sua Majestade ordenavam e vigiavam o funcionamento de toda essa estrutura.

Na Paraíba a sustentação dessa 'engrenagem' esteve sempre, em grande parte, ancorada nas frágeis e efêmeras estruturas defensivas que as circunstâncias da época permitiam erigir. Entre estas, permaneceu como protagonista de muitas batalhas apenas o Cabedelo, por muitas vezes referido como a "chave principal" da defesa da capitania. Este forte, juntamente o de Santo Antônio e o da Restinga construídos na década de 1630, foram os principais 'baluartes' na guerra contra os holandeses, cabendo melhor situá-los historicamente.

Diz José Luiz Mota Menezes não ser possível determinar com segurança como seria o primeiro traçado do forte do Cabedelo, uma vez que os documentos conhecidos não precisam com maiores detalhes sua forma.[300] É de 1609, a representação gráfica mais antiga que se conhece, a qual acompanha a *Relação das praças fortes e coisas de importância que Sua Majestade tem na costa do Brasil*, feita pelo sargento-mor Diogo de Campos Moreno.

Outro documento, permite saber que no mesmo ano, foram arrematadas obras no Cabedelo, visualizando-se o forte através da discriminação das mesmas. Entulho de areia, madeira, taipa, telha e assoalhos eram os materiais a serem utilizados, pois já predominavam na edificação que requeria reforma nas "*garitas do forte duas de esteos e taipa por fora*", execução ou reparo de "*hu para peito ao redor do dito forte e goaritas de altura de sete palmos e de largura seis palmos entulhado de areia com suas taipas por dentro e por fora*". Precisava ainda ser "*reformado todo o redor da banda de fora e da banda de dentro de taipas onde for nesesario*", e as "*cazas dos soldados acabadas de fazer e reparadas de taipas*", devendo o forte ser guarnecido com uma porta "*muito forte pêra se fechar e abrir e servirem por ela os soldados que hão de abitar no dito forte*".[301]

Em Outubro de 1612, outras obras foram arrematadas, demonstrando a constante necessidade de manutenção e reparo da estrutura de taipa muito vulnerável às condições do sítio, havendo também a atenção em prover o Cabedelo de elementos estratégicos para sua subsistência, como eram a casa da pólvora e a abertura de "*hu poso de fora do forte para beberen os soldados e gastos do serviso do forte tudo muito bem acabado*".[302]

300 - MENEZES, José Luiz Mota - *A Fortaleza de Santa Catarina do Cabedelo...* p. 9.

301 - CERTIDÃO do Escrivão da Câmara da Paraíba, referente as obras arrematadas para o forte do Cabedelo, nos anos de 1609 e 1612. 1617, Maio, 01, Paraíba. *LIVRO Primeiro do Govêrno do Brasil 1607-1633* - Op. cit. p. 149.

302 - Id. ibid. p. 149-150.

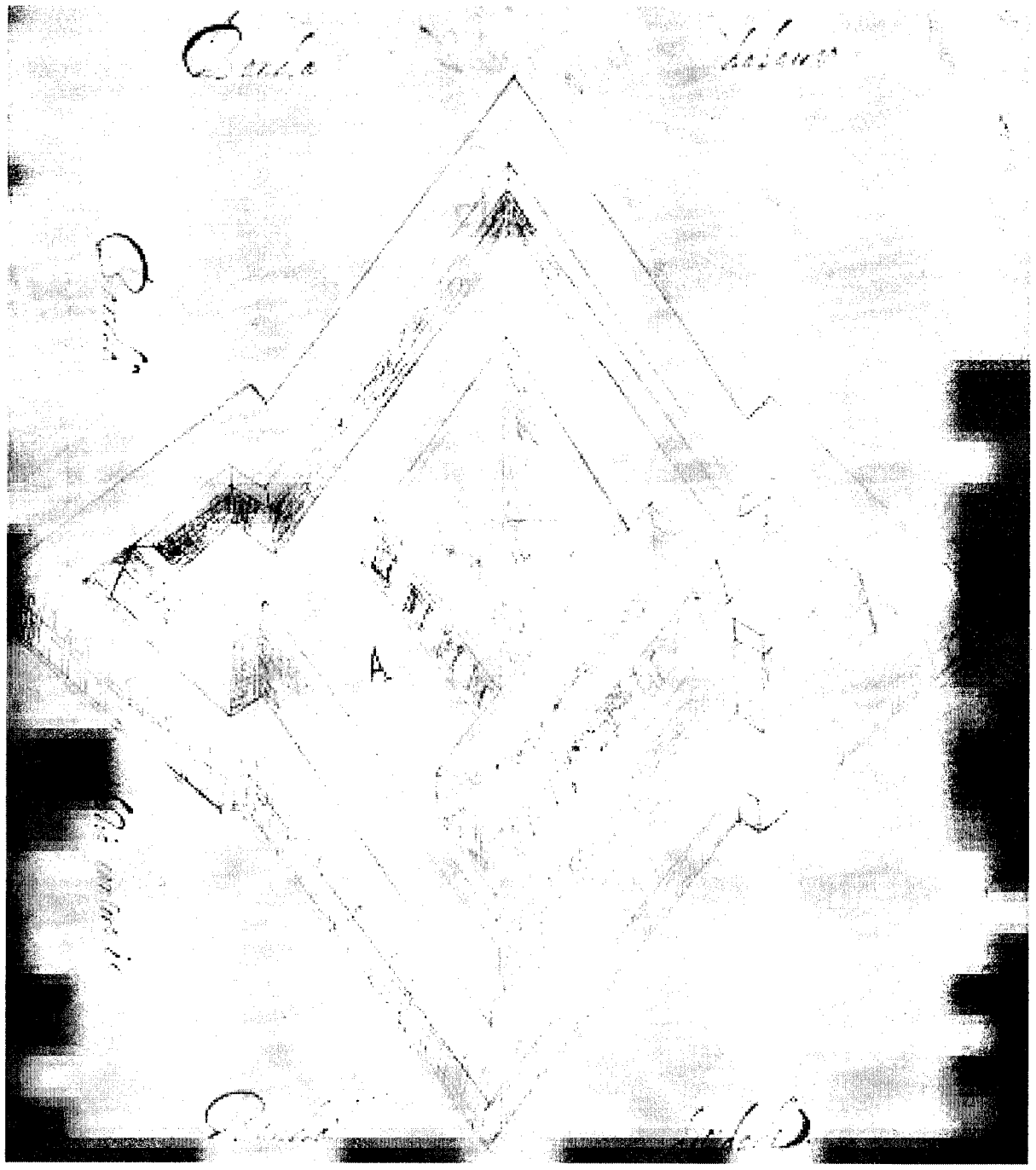


FIG. 38
Forte do Cabedelo, representado na Relação das praças fortes e coisas de importância que Sua Majestade tem na costa do Brasil, *feita pelo sargento-mor Diogo de Campos Moreno, em 1609.*

Fonte: I.A.N./T.T. – Ministério do Reino – Coleção de plantas, mapas...

Apesar dessas obras, o capitão do Cabedelo, João de Matos Cardoso, em Dezembro de 1617, comunicava que o mesmo "*estava desbaratado de todo e o madeiramento de sima em estado que se não acudisse a reparar antes da entrada do enverno viria ao chão com nottavel detrimento e perda e que hera necessário acudir e fazello de maneira que seja capaz de se deffender aos imigos*". Como era de costume na época, o capitão-mor e os oficiais da

câmara foram avaliar o estado de conservação do forte, estando acompanhados por "*André Alvarez carpinteiro mestre de obras*". Visto que a Fazenda Real não disponibilizava de recursos para os reparos, estes ficaram restritos ao essencial de cobertas, assoalhos e recuperação de paredes de taipa, sendo a obra posta a pregão pela cidade em busca de quem a executasse pelo menor valor. A 2 de Maio de 1617, foi arrematada pelo capitão do forte João de Matos.[303]

Devido à sua posição estratégica, a defesa da Paraíba requeria contínua atenção, motivando a ida do governador geral do Brasil até a capitania, em 1618, a fim de cumprir a seguinte determinação do rei:

> "mandar acodir fora a fortificasão do dito porto da Paraíba por ser de muita importância e a poca defenção que tinha em rezão do dito forte do Cabedello que goardava ser fabricado de huas taipas fraquíssimas em área solta sem modo ou regra algua da arte de fortificasão pelo que não podia rezistir a qualquer encontro de inemigos que se offeresece ao que avendo respeito sua magestade fora sevido mandarlhe a elle dito governador que com toda a posivel deligencia ordenasse que o dito forte da Paraíba se forteficasse e se fizesse para o tal efeito hum forte na parte onde comforme ao sitio paressece mais conveniente segundo se continha em hua carta que o dito Senhor lhe mandara escrever escrita em Madrid a seis de junho de 1607".[304]

A matéria exigia cuidado, motivando a participação do governador geral, do engenheiro-mor do Brasil Francisco de Frias, de todos os homens da governança local e pessoas nobres, além da visão prática de "João Pires patrão da barra do porto da dita Paraíba". Cabia a estes opinar sobre o local mais acertado para um novo forte e apresentar "as rezois mais eficazes pelas pessoas que tinhão experimentado em alguas ocaziois de enemigos a parte donde ao entrar se lhe poderia fazer maior dano". Em conclusão, houve consenso para "que o dito forte se fizesse pegado ao que ora esta feito do Cabedello comesandoo mais pera a barra poca distancia no qual o dito senhor governador mandou logo arvorar hua grande crus".[305]

---

303 - TRASLADO da visita que o capitão-mor e oficiais da câmara da Paraíba fizeram ao forte do Cabedelo. 1617, Dezembro, 12, Paraiba. *LIVRO Primeiro do Govêrno do Brasil 1607-1633* - Op. cit. p. 150-151.

304 - AUTO que mandou fazer o senhor governador e capitão geral deste Estado do Brasil, Dom Luis de Sousa, sobre o forte novo que Sua Majestade ordena se faça, para fortificação do porto da Capitania da Paraíba. 1618, Novembro, 23, Paraíba. *LIVRO Primeiro do Govêrno do Brasil 1607-1633* - Op. cit. p. 254-255.

305 - Id. ibid. p. 254-255.

Diz Carlos Lemos que nesta ocasião Francisco Frias de Mesquita planejou uma nova construção, sendo esta a que "hoje ombreia em importância arquitectónica com os Reis Magos de Natal". Trata-se de um equívoco do autor, pois o desenho do forte do Cabedelo vai ser totalmente alterado duranteo período da dominação holandesa na Paraíba. LEMOS, Carlos - O Brasil. In: MOREIRA, Rafael (org) - *História das Fortificações portuguesas no Mundo...* p. 245.

Nesta época, as ameaças de invasão eram cada vez mais iminentes, e por carta escrita em Madrid a 15 de Janeiro de 1619, o governador geral, Dom Luis de Souza, recebia do Rei a notícia que na Holanda estavam armando navios para atacar o Brasil, recomendando prevenir a todas as capitanias para que se "os enemigos forem ter a algua achem resistencia bastante".[306] A 23 de Março do mesmo ano, o governador geral encaminhava à Paraíba ordem para que "se accabe e ponha em forma deffensavel o forte novo da Parahiba a que tinheis dado principio".[307]

As informações contidas nos documentos não permitem afirmar com segurança qual foi o andamento das obras desse "forte novo da Paraíba", sobre o qual tratavam os homens do governo, desde 1618. Em contrapartida, é dado como fato concreto que o capitão-mor Antônio de Albuquerque (1622-1631), "vendo que a força do Cabedelo era tão piquena, e limitada" resolveu:

> "fazer hum forte novo de 4 baluartes fabricado de torrão e faxina, que são as mesmas matérias de que vião os Rebeldes nas fortificações que fizerão no Recife, e Ilha de Itamaraqua, com que esperão resistir ao poder de nossas Armadas de Espanha, tudo com a ordem do Capitão Diogo Paes, engenheiro militar de Sua Magestade pera o por em execução arrazou tudo o que era forte velho e com tanto valor, industria e assistencia pessoal, e cantidade de trabalhadores se ouve nesta obra que em menos de seis meses acabou as muralhas e baluartes, e os terraplenou, e fez suas esplenadas, e lhe pos toda artilheria que tinha sem despeza nenhuma da fazenda Real, senão que à custa dos moradores, e com o serviço dos índios se pos no estado referido (...) A planta desta fortaleza he em forma quadrada, ficando nos cantos della 4 cavaleiros, ou baluartes, em que joga a artilheria, e defendem as cortinas da força que com a estrada encuberta que tem em redor da quadra, e esta quadra por fora fica mui defensável".[308]

"*Posta a artilheria*" deste forte, era já o tempo em que o superintendente da guerra na Capitania de Pernambuco, Matias de Albuquerque, mandava avisos sobre estarem os holandeses preparando a ocupação da praça da Paraíba.[309] Fazia-se necessário reforçar a defesa da barra do Paraíba,

---

306 - CARTA do Rei, a Dom Luis de Souza, governador geral do Brasil, sobre a prevenção que deve haver por respeito dos inimigos. 1619, Janeiro, 15, Madrid. *LIVRO 2° do Governo do Brasil* - Op. cit. p. 123.

307 - CARTA do Rei, a Dom Luis de Souza, governador geral do Brasil, sobre o provimento do Maranhão. 1619, Março, 23, Madrid. *LIVRO 2° do Governo do Brasil* - Op. cit. p. 148.

308 - *RELAÇAM breve e verdadeira da memoravel victoria que ouve o Capitão mor da Capitania da Paraiba Antonio de Albuquerque, dos Rebeldes de Olanda, que são vinte naos de guerra e vinte e sete lanchas: pretenderão occupar esta praça de Sua Magestade, trazendo nellas pera o effeito dous mil homens de guerra escolhidos, e fora a gente do mar.* Composta pello Reverendo padre Frey Paulo do Rosario Comissario Provincial da Provincia do Brazil da Ordem do Patriarcha Sam Bento, como pessoa que a tudo se achou presente. Lisboa: Jorge Rodrigues, 1632. p. 2v-3.

309 - Id. ibid. p. 3v.

aproveitando para tanto, um reduto levantado na margem Norte do rio, o qual, em 1631, estava sob o comando "do velho morador Duarte Gomes da Silveira". Conhecendo o capitão-mor, Antônio de Albuquerque, que o ponto onde estava esse reduto se prestava para levantar um forte, teve ordem para isto da metrópole e iniciou, em 1633, a edificação do forte de Santo Antônio. Foi seu construtor o engenheiro Diogo Paes, estando o mesmo, no ano seguinte, artilhado com dois baluartes, faltando construir os parapeitos.[310]

Na folha de serviços prestados no Brasil por mais de quarenta anos, pelo capitão Domingos de Almeida, consta ter ele combatido e contribuído com sua fazenda para sustentar a guerra contra os holandeses, desde o ano de 1624 até 1654, tendo feito "*na Parayba à sua custa o forte de Santo Antonio para o que emprestou mais de 60 cruzados em dinheiro que foi o que ajudou a defender aquella praça as vezes que foi cometida dos olandeses*".[311]

Defendidas as margens Norte e Sul do rio, faltava imprimir maior poder de ataque sobre os navios inimigos que pretendessem avançar para o interior da capitania pelo único canal de acesso das grandes embarcações, situado entre o forte do Cabedelo e a Ilha da Restinga. Por isso foi edificado um reduto naquela ilha, sempre considerada como um ponto estratégico para defesa da barra do Rio Paraíba, que assim ficava acobertada por este triângulo fortificado.

Depois de 1630, após a tomada de Pernambuco pelos holandeses, o forte do Cabedelo, juntamente com Santo Antônio e Restinga, vão oferecer grande resistência à ocupação da Paraíba, comprovando os relatos de época as derrotas sofridas pelos invasores, pois o sistema defensivo montado na barra do Rio Paraíba dificultava a ocupação da cidade Filipéia.

Se desde o início da ocupação dessa capitania, foi necessário "fortificar para povoar" e "povoar para colonizar", diante do assédio dos holandeses a partir de 1631, novamente estava em evidência a questão defensiva, imprimindo o "caráter" do projeto de colonização e povoamento da Paraíba. Caráter este que vai se confirmar tanto sob a presença dos holandeses na capitania durante trinta anos, quanto na subseqüente reconstrução que se fez necessária, quando em 1654, a Paraíba foi reincorporada ao "Brasil português".

A presença holandesa vai representar um "intervalo" no processo de formação dessa realidade que transcorria sob a tutela do poder régio português, e lançando um olhar sobre os tempos que estavam por vir,

---

310 - PINTO, Irineu Ferreira - Op. cit. p. 40 e 42. Cf. VARNHAGEN, Francisco Adolfo - *História das Lutas com os Hollandezes no Brazil...* Op. cit. p. 79.

311 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 1, Doc. 35. (DOC. 19)

constata-se que a posterior retomada da construção da cidade vai transcorrer com base em "conhecimentos e procedimentos" pertinentes a outro momento histórico, e em parte, atendendo a um "ideário" que começava a germinar no Brasil de finais do século XVII. Sendo assim, considera-se pertinente apresentar na seqüência, uma breve avaliação sobre as estratégias de povoamento e sobre os procedimentos urbanísticos próprios dos primeiros séculos da colonização brasileira, tendo por base as observações feitas ao longo da análise urbana/arquitetônica da Filipéia. Ao retornar à história dessa cidade, novamente sob o comando de Portugal, serão outros os tempos.



FIG. 39
O sistema defensivo da barra do Rio Paraíba em duas épocas distintas. Acima, em 1616, quando havia apenas o Forte do Cabedelo, e a indicação do sítio onde fora o primeiro forte (D). Abaixo, representado na época da invasão holandesa, tendo o conjunto acrescentado dos fortes da Restinga e Santo Antônio.

Fonte: REZÃO do Estado do Brasil... e Atlas de las costas y de los puertos... B.N.M.

CAPÍTULO 3.6

Intenção ou acaso – revendo algumas idéias

Diante de uma realidade - hoje um fato histórico - a presença francesa no litoral do Nordeste brasileiro explorando o pau-brasil e ameaçando a soberania portuguesa na colônia, o poder metropolitano tomou a decisão de intervir na região. Este "fato histórico" foi a alavanca que deflagrou um "processo" cuja meta era conquistar e povoar aquela região a fim de assegurar sua posse, estando o mesmo inserido em um "projeto de colonização" que já se encontrava em curso no Brasil.

Observa-se que são contraditórias as opiniões sobre a existência desse "projeto de colonização" para o Brasil no século XVI. Diversos autores apontam que sob o regime das capitanias hereditárias a ação do poder régio português era restrita e ocorria de forma indireta, inviabilizando um projeto mais abrangente de colonização. Outros consideram que a introdução do Governo Geral foi o marco inicial desse "projeto" que, no entanto, só se consolidou em meados do século XVII, resultando de mudanças na política metropolitana, direcionada para a centralização comercial e administrativa.[312] É bem verdade que tal "projeto" se apresentou com mais evidência a partir dessa época, no entanto, pode-se dizer que em finais do século XVI seus objetivos já estavam delineados e em função destes foram definidas as metas do processo de conquista e ocupação do Nordeste brasileiro, fundamentado na criação de capitanias reais e de uma série de fortificações e cidades.[313]

Entre estas metas, a defesa da costa brasileira era ação prioritária e a Coroa portuguesa passou a investir na construção de fortes em pontos estratégicos do litoral impondo um "caráter militar" à ocupação dessa região. Por isso, quando da fundação da Capitania da Paraíba, estava definida a edificação de um forte no lugar do Cabedelo. A documentação de época não deixa dúvidas que um "conhecimento" prévio do litoral com seus principais rios e barras permitiu antecipar a indicação do sítio para a construção desse forte, o qual já estava especificado no regimento dado

312 - Sobre esta questão trabalharam, direta ou indiretamente, quase todos os autores que analisaram o processo de urbanização do Brasil colonial. Cita-se: DELSON, Roberta Marx - *Novas vilas para o Brasil-Colônia*... p. 1-7 e REIS FILHO, Nestor Goulart - *Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil*... Op. cit. p. 66-77.

313 - Na segunda metade do século XVII, com a implantação na colônia de uma política centralizadora econômica e administrativa, tornou-se necessária a ampliação da ação urbanizadora da Metrópole e do Governo Geral do Brasil. Nesta época, ocorre a criação de novas capitanias e a atividade mineradora, entre outros fatores, determinou uma maior ocupação do interior do território e um controle mais intenso sobre a colônia.

a Frutuoso Barbosa ao ser designado como o capitão-mor da conquista da capitania. Parece evidente, que nesse processo de conquista, envolvendo um significativo investimento financeiro e humano, não havia lugar para medidas tomadas ao "acaso". Portanto, se o Rio Paraíba constituía um ponto chave do comércio francês nessa região, a ação da Coroa portuguesa não foi guiada apenas pelo combate a essa presença, mas constituía parte de um "projeto" de certa abrangência, visando efetivar a posse do território colonial, estando o mesmo fundamentado em conhecimento e estratégias pré-definidas.

No âmbito desse "projeto", fundamentado numa ação direta do poder metropolitano, constava a associação entre a defesa e o povoamento, visto que era nas vilas e cidades onde estavam assentadas as bases da colonização.[314] Sendo assim, no processo de ocupação do litoral nordestino que transcorreu a partir das últimas décadas do século XVI, constata-se que já havia uma "estratégia" de povoamento para aquela região obedecendo a uma prévia definição dos pontos a serem ocupados em função dos planos de conquista e colonização. Havia neste caso uma "intenção" que guiava as ações, não se procedendo ao "acaso".[315]

Nesse contexto, as "cidades" fundadas por Sua Majestade eram parte desse "projeto de colonização". Na Paraíba, a Filipéia constituiu um meio para consolidar a ocupação da capitania, alicerçada, em grande medida, nas instituições instaladas no espaço urbano: a Alfândega, a Fazenda, a Câmara, bem como os conventos das ordens religiosas que abrigavam o grande aliado de Portugal naquela época, a Igreja Católica. Dessa forma, a cidade reunia "funções" que a afirmava como um "centro de poder" dentro da "engrenagem" colonial, alimentada pela riqueza produzida na área rural, mas administrada, inspecionada e regulamentada pelos representantes do poder régio sediado no meio urbano.

---

314 - Novamente as opiniões sobre esta questão são conflitantes e alegam diversos autores que não havendo um "projeto de colonização" para o Brasil naquela época, não havia também, um "projeto de urbanização". O povoamento do território brasileiro resultando, basicamente, do sistema de capitanias hereditárias e da ação dos donatários ocorria de forma "aleatória", pois não havia um plano de ocupação definido pela Coroa portuguesa. Esta realidade foi sendo alterada, progressivamente, com a criação das capitanias reais. Sobre a relação entre as fortificações e os povoados já atentava Simão Estácio da Silveira: "Ha hoje no Maranhão, quatro fortalezas, e ao longo dellas mais de trezentos vizinhos portugueses. A Cidade de S. Luis a sombra das fortalezas, S. Phylippe, e S. Francisco. Itapari, á sombra da fortaleza de S. Joseph, e os que estão no Itapicorú, á sombra da fortaleza chamada Nossa Senhora da Conceição". SILVEIRA, Simão Estácio da - Op. cit. p. 17.

315 - Nestor Goulart considera que a urbanização é parte de um processo social que determina o aparecimento ou transformação dos núcleos de população, tendo particular peso os fatores econômicos, os quais são o fundamento principal do seu raciocínio. Sendo assim, a urbanização do Brasil colonial estava em consonância com a política de colonização imposta por Portugal. Analisando as linhas mestras da política de colonização chega-se à compreensão da decorrente política específica de urbanização. REIS FILHO, Nestor Goulart - *Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil*... Op. cit. p. 15.

Sob diversos aspectos, era a cidade que geria essa "engrenagem". Nela eram mantidos com recursos oriundos da Fazenda Real, os homens que organizavam a defesa, aplicavam as leis, recolhiam os impostos, fiscalizavam a circulação das mercadorias. Também era na cidade que a sociedade se reunia, fosse para vivenciar os dias de festa ou para buscar amparo nas obras assistenciais da Santa Casa da Misericórdia, e onde as ordens religiosas recebiam benesses para se instalar e disseminar a "fé católica", observando-se que a ação da Igreja entre os nativos não teve um cunho apenas religioso, sendo um meio de assegurar o aumento no número de homens disponíveis para manter o sistema colonial. Portanto, a cidade era um "centro" que coordenava e fiscalizava o funcionamento do sistema, reduzindo as margens de "descaminho" das metas da colonização.

Observando as cidades do Brasil do século XVI enquanto parte componente da "engrenagem" colonial, se tem um outro entendimento desses núcleos, e o fato de ser sempre apontada a "modéstia que caracterizou o meio urbano naquela centúria"[316] não deve ter por justificativa a pouca importância das cidades no conjunto daquela realidade. Pesavam para isso outros fatores, entre os quais comparece o inegável caráter agrário que teve a colonização brasileira, ou ainda, a desproporção que havia entre a capacidade empreendedora de Portugal e a vastidão do território a ser povoado.

Sobre essa questão, acrescentou Aroldo de Azevedo que à exceção das cidades de Salvador e do Rio de Janeiro que tiveram alguma expressão urbana naquela centúria, "os demais aglomerados urbanos seriam bastante modestos, inclusive a cidade de Filipéia ou Paraíba, que evidentemente não deveria ter recebido semelhante honraria, não fossem motivos fortuitos e ocasionais".[317] A referida "honraria" diz respeito ao título de "cidade" dado a Filipéia.

Aqui se coloca em causa o entendimento do termo "cidade" adotado entre os autores que analisaram o processo de urbanização do Brasil colonial. A exemplo, Aroldo de Azevedo utilizou um conceito definido a partir de características culturais, sociais, estruturais e de valores demográficos estabelecidos pelos geógrafos da época em que desenvolveu o seu estudo, não buscando o conhecimento do mesmo termo no universo português de quinhentos. Sendo apreendida a terminologia segundo era vigente naquele tempo, compreende-se porque a Filipéia de Nossa Senhora das Neves recebeu o título de "cidade", o qual estava associado à condi-

316 - AZEVEDO, Aroldo de - *Vilas e Cidades do Brasil Colonial: ensaio de geografia urbana retrospectiva*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letas/Universidade de São Paulo, 1956. Boletim n. 208. Geografia n. 11. p. 20.

317 - Id. ibid. p. 20.

ção de ser um centro do poder régio na colônia desempenhando múltiplos papéis na "máquina" do sistema colonial.

Sendo assim, se justifica que estes "centros de poder" criados para atender "ao bem do serviço" da Coroa portuguesa fossem fundados observando um certo planejamento da estrutura edificada dos mesmos. Paulo Ormindo de Azevedo, em trabalho recente, retomou a idéia de que no Brasil, "o surgimento de vilas e cidades de traçado regular está associado, fundamentalmente, a razões sociopolíticas. Sem uma decisão sustentada por um forte poder político, não se fundam, nem progridem, cidades criadas artificialmente e, na maioria dos casos, em sítios virgens ou hostis. O traçado geométrico não é só a expressão desta decisão férrea, como um requisito de racionalidade indispensável à economia, controle e êxito do empreendimento".[318]

Esta idéia se enquadra com coerência ao caso da Filipéia: cidade de traçado regular, criada sobre *tábula rasa* por decisão régia, tendo por objetivo dar suporte ao processo de colonização da Capitania da Paraíba e da região setentrional do Brasil.[319] Cabe lembrar que esta era uma estratégia de colonização experimentada em Portugal já nos séculos XIII e XIV.

Mas há alguns anos atrás, esta afirmativa sobre a Filipéia seria retrucada com veemência, pois durante décadas, houve o consenso de que nos primeiros tempos do processo de povoamento do Brasil não havia lugar para "cidades novas" e planejadas para atender ao objetivo da colonização.[320] Os estudos desenvolvidos por historiadores, geógrafos, urbanistas e arquitetos, apresentavam sempre por conclusão que as vilas e cidades luso-brasileiras tinham um caráter "medieval" ou "espontâneo" e sendo

---

318 - AZEVEDO, Paulo Ormindo de - Op. cit. p. 63.

Segundo Paulo Ormindo, "Temos que reconhecer, porém, que a grande maioria das cidades de padrão geométrico, especialmente em quadrícula, são cidades novas, ou seja, fundadas para satisfazerem objetivos políticos bem definidos. Devido ao seu caráter artificial e, em muitos casos, localização em territórios despovoados, estas cidades requerem um plano de desenvolvimento prévio, com a realização de grandes investimentos públicos e oferecimento de vantagens e privilégios a novos moradores, que lhes permitam atingir uma dimensão mínima, em pouco tempo, tornando-se viáveis e irreversíveis. A satisfação de todas essas condições exige que as cidades novas sejam apoiadas em uma decisão política muito forte, sem a qual elas não vingam". Id. ibid. p. 42.

319 - Dora Alcântara e Cristovão Duarte em estudo sobre o povoamento dessa mesma região concluiram que as cidades de fundação real eram uma expressão do rigor militar que a ação de conquista requeria, gerando traçados com linearidade e regularidade. Embora essa conclusão seja plausível, observa-se que Paulo Ormindo obteve uma resposta mais consistente para tal fato. ALCÂNTARA, Dora e DUARTE, Cristovão - Op. cit. p. 289.

320 - Segundo Sérgio Buarque de Holanda, a colonização espanhola na América caracterizou-se pelo que faltou à portuguesa: a imposição de um predomínio militar, econômico e político sobre as novas terras conquistadas, mediante a criação de "grandes núcleos de povoação estáveis e bem ordenados". HOLANDA, Sérgio Buarque de - Op. cit. p. 95-96.

assim, não era possível constatar qualquer intenção de racionalização no traçado das mesmas.[321]

Muitos autores compartilharam a idéia de que excluindo a fundação da cidade de Salvador, somente com a construção de São Luís do Maranhão, em 1615, teve início um ciclo de povoamento no qual o planejamento das vilas e cidades seria alvo de maior atenção. Paulo Santos, por exemplo, considerou que até mesmo Salvador possuía um traçado "informal, à moda medieval", e no Rio de Janeiro apenas ocorreu alguma regularidade quando a cidade se expandiu para a várzea, em princípios do século XVII.[322] Ainda que admitisse a existência de uma "regularidade relativa" nessas três cidades, logo acrescentava serem as mesmas uma exceção, justificando que a grande parte dos núcleos urbanos da colônia não teve fundação, "simplesmente nasceram".[323]

Nos séculos XVI e XVII, a predominância dessa "cidade espontânea" foi um fato que não se pode negar, mas é inaceitável que esta idéia seja generalizada para a totalidade dos núcleos urbanos do Brasil durante este período. Estudos mais recentes são contrários a esta posição e, entre outros autores, Roberta Marx Delson concluiu que embora um "plano diretor" abrangente para o povoamento do Brasil só tenha ocorrido no século XVIII, desde que Tomé de Souza chegou à Bahia trazendo consigo "a traça" da cidade de Salvador, havia indícios da atenção da Coroa portuguesa para com a estruturação dos centros urbanos mais importantes da sua colônia.[324]

Se em grande parte, a "política urbanizadora" de Portugal, até meados do século XVII, consistia em repassar para os donatários das capitanias a obrigação de fundar vilas, ficando a cargo destes a organização espacial das mesmas, procurou ao contrário, na fundação das cidades situadas nas capitanias reais, exercer uma influência mais direta. Por isso dotou-as de um "quadro urbano" que segundo Nestor Goulart pode "ser comparado com as experiências de maior importância, da mesma época, na Índia ou com as obras de urbanização colonial de outras nações".[325] Assim, a atenção dada ao planejamento das cidades reais no Brasil equiparava-se àquela de algumas cidades portuguesas da Índia, motivo pelo qual se encontra uma aproximação dos esquemas de regularidade do traçado das cidades situadas em ambos os continentes, ou ainda, na Madeira e nos Açores.

---

321 - Entre os autores que trabalharam esta idéia, cita-se as obras já referidas de: HOLANDA, Sérgio Buarque de; SMITH, Robert; SANTOS, Paulo; AZEVEDO, Aroldo de.

322 - SANTOS, Paulo F. - Op. cit. p. 39-40.

323 - Id. Ibid. p. 41-63.

324 - DELSON, Roberta Marx - *Novas vilas para o Brasil-Colônia...* Op. cit. p. 95.

325 - REIS FILHO, Nestor Goulart - *Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil...* Op. cit. p. 73.

Com o estudo da Filipéia, parece não restar dúvida que havendo os mínimos recursos materiais e humanos, ocorria a fundação de cidades de traçado regular, sempre que na origem estava a ação do poder régio português. Um simples olhar sobre os registros iconográficos de Salvador e da Filipéia permite ver que as imagens dessas cidades não são compatíveis com a idéia de "confusão pitoresca" e de "desleixo" apregoada por Sérgio Buarque de Holanda.[326] Observou Paulo Ormindo, que a regularidade das cidades de Sua Majestade em contraste com as vilas "criadas pelos donatários e colonos, demonstra, claramente, que a morfologia dos dois tipos de núcleos urbanos está, fundamentalmente, associada à vontade política de colonizar".[327]

No entanto, a regularidade do traçado dessas cidades, por muito tempo, foi um dado visto sob uma ótica deformada, por ser sempre estudado em comparação com as cidades hispano-americanas. Disse Robert Smith que "nada inventaram os portugueses no planejamento de cidades em países novos", e no Brasil reproduziram o tipo de urbanismo que "sobreviveu da Idade Média" impondo a repetição das "plantas das velhas cidades portuguesas". Seu parâmetro de regularidade buscou nas experiências de urbanização da América espanhola.[328]

Com esta afirmativa Robert Smith negou toda uma "experiência" de racionalização e planificação de cidades que estava acontecendo no universo português e que se estendia, também, ao Brasil. Roberta Marx Delson criticando a relação estabelecida por Robert Smith entre as "cidades medievais" e os centros urbanos do Brasil colonial, disse: "uma analogia

---

326 - Cabe observar que no processo de conquista da região setentrional do Brasil, com a criação das capitanias do Rio Grande e Ceará não ocorreu a fundação de cidades de traçado regular. Certamente, isto foi motivado tanto pelas dificuldades encontradas para consolidar a conquista dessas capitanias, quanto pela "pobreza da terra" que não justificava investimentos por parte do governo nem de particulares. O Rio Grande e o Ceará tinham grande interesse para as estratégias militares, mas poucos recursos a serem explorados.

327 - AZEVEDO, Paulo Ormindo de - Op. cit. p. 56.

Para Nestor Goulart, "não existe um urbanismo espontâneo e outro dirigido. Qualquer uma das formas é determinada socialmente, sendo sempre configurações espaciais, da estruturação das relações sociais. As formas do urbanismo são produtos das ações de agentes sociais. São determinadas portanto pela vida social e, por sua vez, determinam as condições de apropriação, produção, uso e transformação do espaço. Qualquer uma das formas reproduz as condições de estruturação da própria sociedade. Ambas, espontâneas ou dirigidas, confirmam ou negam os projetos dos grupos sociais hegemônicos. A diferença entre essas formas reside no grau de elaboração técnica e teórica e no grau de consciência e coerência dos atores envolvidos, dependendo dos objetivos fixados nos programas, em planos e projetos. Para nós o urbanismo não pode ser apenas descrito em suas formas, mas deve ser explicado em seus fundamentos sociais, isto é, políticos, econômicos e culturais, em situações históricas concretas". REIS FILHO, Nestor Goulart - Notas sobre o urbanismo no Brasil. Primeira parte: período colonial. In. *Colectânea de Estudos. Universo Urbanistico Português 1415-1822*. p. 485-486.

328 - SMITH, Robert - Arquitetura colonial. In. As artes na Bahia. I Parte. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, 1954. SMITH, Robert C. - *Urbanismo Colonial no Brasil*. Op. cit. s/p.

como essa lança uma sombra nefasta sobre todo o processo de urbanização do Brasil, pois induz o estudioso a considerar os centros urbanos brasileiros historicamente retrógrados e artisticamente atávicos".[329]

É certo, que as cidades regulares do Brasil de quinhentos foram uma exceção no conjunto do povoamento do seu território. As mesmas não tiveram o rigor do traçado renascentista, não foram resultado de um planejamento urbano regido por leis nem por planos pré-definidos como ocorreu na América espanhola. Mas uma intencional busca de racionalidade e regularidade de traçado urbano houve tanto em Salvador quanto na Filipéia.

Hoje se pode dizer que muitos dos investigadores que analisaram a construção das cidades no Brasil dos séculos XVI e XVII, incorreram no equívoco de não atentar para a compreensão deste processo dentro da realidade específica do universo português, observando as políticas e os procedimentos definidos para a colonização dos seus territórios. Faltou a estes, procurar entender a produção urbana dos portugueses no Brasil a partir da própria idéia de regularidade da cultura lusa, ou seja, ver a existência de um modo de traçar "cidades regulares à portuguesa", que constava entre as práticas urbanas no Reino e nos domínios ultramarinos.

Tomando por parâmetro as experiências urbanas da América espanhola e por regularidade a rigidez imposta pelos princípios renascentistas, as conclusões eram invariavelmente as mesmas: não havia cidades de traçado regular no Brasil naquele tempo.[330] Nestor Goulart Reis Filho, na década de 1960, demonstrava que a explicação para os diferentes procedimentos urbanísticos adotados por espanhóis e portugueses na América estava nas políticas de colonização definidas para as duas realidades, não tendo cabimento estabelecer comparações entre "formas" de cidades que refletiram contextos políticos, sociais e culturais distintos.[331]

Direcionando a atenção para os conhecimentos teóricos e as experiências urbanísticas pertinentes ao universo português do século XVI, coloca-se uma questão crucial: no que toca especificamente ao "desenho" de cidades como Salvador e a Filipéia, qual seria a origem do "modelo" de

329 - DELSON, Roberta Marx - *Novas vilas para o Brasil-Colônia*... Op. cit. p. 1.

330 - Por diversas razões não é possível comparar o urbanismo colonial brasileiro com o hispano-americano. A conquista e a colonização da América Espanhola foi "um processo de subjugação de um povo com elevado desenvolvimento cultural e político", visando obter resultados imediatos e compensadores para a Coroa espanhola na extração de recursos minerais. Daí requerer um outro tipo de política urbana. Em oposição, na América portuguesa a intervenção do governo só ocorreu "em casos extremos, para viabilizar o sistema privado e evitar a invasão da colônia por outras potências européias. A urbanização oficial se fazia, menos como forma de controle político da escassa população local, do que para vigiar uma costa muito extensa e cheia de tocaias". AZEVEDO, Paulo Ormindo de - Op. cit. p. 63.

331 - REIS FILHO, Nestor Goulart - *Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil*... Op. cit. p. 127-131.

traçado adotado? Estaria este "modelo" fundamentado em concepções renascentistas então disseminadas em Portugal? Estaria nas vilas medievais planejadas de Portugal, ou nas cidades da Índia e das ilhas atlânticas? Ao proceder à análise da morfologia urbana da Filipéia no século XVI e nas primeiras décadas do XVII, observa-se que seu "desenho" apresentava uma maior aproximação com os traçados regulares "à portuguesa" havendo pouca referência às idéias renascentistas.

Na Filipéia a necessidade cotidiana de ligação entre pontos essenciais como o porto e a cidade alta, gerou vias com um traçado, de fato, "espontâneo".[332] Mas em grande parte, a malha urbana foi definida por ruas retas e paralelas entre si, cortadas por outras transversais e perpendiculares, definindo quarteirões regulares.

Os quarteirões em muito se assemelhavam àqueles encontrados nas vilas medievais planejadas no Reino e em várias cidades portuguesas do ultramar. Tendiam a ter uma forma retangular e alongada, evidenciando que o "modelo" de referência não era a quadrícula regular da cidade hipodâmica. Por sua vez, a distribuição dos lotes no interior das quadras era semelhante ao esquema considerado por Manuel Teixeira como uma "inovação" na experimentação urbanística portuguesa: os lotes estreitos tinham a frente para as ruas e os quintais voltados para o interior das quadras, não havendo distinção entre as ruas principais e as "ruas de traseiras", como ocorria no planejamento das vilas medievais. Sendo assim, os eixos principais da malha urbana eram paralelos entre si, possuíam a mesma importância e tinham a calha definida pela fachada das casas conjugadas.[333]

Ocorreu, também, uma constância na dimensão dos lotes urbanos, se repetindo um procedimento identificado por Manuel Teixeira, tanto nas vilas medievais quanto em Angra do Heroísmo. Nestas, as dimensões mais ou menos padrão dos lotes, definia casas com três vãos na fachada - uma porta e duas janelas - tipologia predominante na Filipéia.[334] Esta organização, certamente, não era aleatória nem espontânea e a observância da Câmara na distribuição dos lotes e na manutenção dos caminhos e "serventias" públicas não demonstrava haver "desleixo".

---

332 - A regularidade do traçado, quando existia, se restringia à mancha matriz. Ainda que as ruas principais da cidade fossem alinhadas, havia pouca preocupação de manter as mesmas diretrizes para toda a extensão do núcleo urbano e a regularidade não era observada na área periférica. Na Filipéia, o ordenamento e a regularidade do desenho urbano estavam restritos ao núcleo principal. No arrabalde periférico ao centro, a ocupação não obedecia a uma padronização de lotes e de quadras, perdendo o "caráter" de urbanidade. Na medida em que eram superadas as dificuldades de implantação e o assentamento deixava de ser uma "cidade nova", iam desaparecendo os cuidados com a regularidade das ruas. REIS FILHO, Nestor Goulart - *Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil...* Op. cit. p. 131 e AZEVEDO, Paulo Ormindo de - Op. cit. p. 65.

333 - TEIXEIRA, Manuel C. - Os Traçados Urbanos Modernos dos Finais do Século XV e Século XVI... Op. cit. p. 86.

334 - Id. ibid. p. 89.



FIG. 40
O traçado urbano da Filipéia e de Salvador. Ruas e quarteirões definidos segundo um modo de fazer "cidades regulares à portuguesa".

Fonte: Imagens da formação territorial brasileira... e TEIXEIRA, Manuel C. e VALLA, Margarida - O Urbanismo Português...

Trabalhos recentes têm indicado que a regularidade urbana que os portugueses mantiveram nos núcleos fundados durante os séculos XV e XVI, era uma permanência do "modo de fazer" vilas vigente em Portugal já na Idade Média, que teve continuidade ao tempo da expansão ultramarina. Mesmo quando estas cidades foram planejadas desde a fundação, o "modelo" de referência podia ser antes os traçados regulares das vilas medievais de Portugal e não as cidades renascentistas.[335]

335 - Ver os trabalhos já referidos de: AZEVEDO, Paulo Ormindo de; CRUZ, Glenda Pereira da.

A ausência de praças centrais com desenho regular constitui outro traço de semelhança com este modo de fazer cidades "à portuguesa". Na Filipéia foram definidos largos associados, principalmente, às igrejas e conventos, sem maior atenção ao desenho dos mesmos ou aos artifícios de simetria e perspectiva explorados nas praças renascentistas. No entanto, estes se ajustavam ao traçado retilíneo e regular da malha urbana sem interferir na intencional racionalização da estrutura da cidade. O único espaço formalmente definido foi o Largo da Câmara, no entanto, este só foi criado no início do século XVII, podendo talvez, ter sua forma associada às inovações pertinentes às intervenções de renovação urbana ocorridas no Reino no século XVI.

Talvez seja esta a idéia que sintetiza o modo de fazer "cidades regulares à portuguesa", na qual uma intencional busca de racionalizar o traçado urbano não apagou alguns traços próprios da cultura lusa. A "planificação" e as "tradições" se fundiram na construção de espaços urbanos que precisavam se adequar a objetivos específicos de contextos de conquista e colonização, sem que a "imagem" resultante fosse destoante ao universo português. Sobre este aspecto são pertinentes as palavras de Manuel Teixeira:

> "Cada cidade colonial tinha características particulares, que as diferenciavam umas das outras, e que resultavam dos papéis específicos que estavam destinadas a cumprir e das diferentes condições materiais e culturais com que se confrontavam. Ao mesmo tempo, porém, todas estas cidades partilhavam os mesmos *modelos de referência*, o que lhes dava uma identidade comum e um inquestionável caráter português. Apesar do modo aparentemente casual como muitos dos novos aglomerados urbanos eram estruturados e se desenvolviam, os modelos e a tradição urbana em que se baseavam eram suficientemente fortes para assegurar a sua identidade formal e estrutural".[336]

As cidades mesmo quando planejadas, tinham ao mesmo tempo a "racionalidade" dos modelos de referência e a "não-racionalidade" das tradições culturais, resultando em núcleos que mantinham um "caráter português" identificado tanto nas vilas e cidades do Reino quanto naquelas do ultramar, concluindo Manuel Teixeira que "na construção de cada cidade a adopção de determinadas formas arquitectónicas e urbanas é feita tendo por referência a cultura, os espaços e as formas de vida tradicionais daqueles que a constroem. Cultura, espaços e formas de vida de que eles próprios são parte integrante, de que não estão conscientes racionalmente, e que tomam por referência e reproduzem".[337]

---

336 - TEIXEIRA, Manuel C. - O Urbanismo Português no Brasil nos Séculos XVI e XVII... Op. cit. p. 215. (grifo nosso)

337 - TEIXEIRA, Manuel C. e VALLA, Margarida - *O Urbanismo Português. Séculos XIII-XVIII*... Op. cit. p. 14.

Sendo assim, era natural que algumas das características próprias das "velhas cidades portuguesas" - remetendo às palavras de Robert Smith - se mantivessem nas cidades de ultramar. Entende-se que estas "permanências" além de resultarem da tradição da cultura, também eram devidas a condições que continuavam sendo imprescindíveis para o "funcionamento" do sistema português de colonização.

A opção por povoar sítios dotados de bom porto era natural, numa expansão que teve por base a navegação. Na Filipéia, a implantação da cidade em sítio elevado seguia uma estratégia de defesa ainda vigente naquela época, embora associada a outros condicionantes, como era o aproveitamento das barreiras naturais oferecidas pelo lugar, para bloquear a aproximação dos inimigos.

A semelhança era evidente, também, na segmentação da cidade em dois níveis - cidade alta e baixa - fato que despertou no "piloto de Peniche" as comparações que estabeleceu com Lisboa ao descrever a Filipéia. A implantação das igrejas e conventos em posição de destaque na cidade alta - além de obedecer a princípios eclesiásticos - constituía outra permanência da "imagem" das cidades de tradição portuguesa, sendo reforçado na colônia o sentido "simbólico" de impor a ordem e o poder da Igreja perante aquela sociedade em construção.

Resta ainda abordar uma outra questão que pode acrescentar esclarecimentos sobre os procedimentos do urbanismo colonial português dos séculos XVI e XVII. Os já referidos estudos comparativos apontavam que enquanto para a América portuguesa não havia um código legislativo que orientasse a fundação dos núcleos de povoamento, a regularidade das cidades espanholas era assegurada pelos rigorosos procedimentos urbanísticos definidos pelas "Leis de Índias".[338]

Cabe observar que a ausência de um código legislativo que regulasse a fundação das cidades nas colônias portuguesas está coerente com o sistema jurídico aplicado no ultramar na época, no qual eram emitidas instruções específicas para cada caso em particular, não havendo leis rígidas e abrangentes, como no âmbito espanhol.[339]

---

338 - SANTOS, Paulo F. - Op. cit. p. 31-37. Alguns autores ainda levantam a hipótese de ter havido influência das ordenações espanholas para o ordenamento de cidades fundadas no Brasil durante o período da união das Coroas Ibéricas. TEIXEIRA, Manuel C. - O Urbanismo Português no Brasil nos Séculos XVI e XVII... Op. cit. p. 222. No caso específico da Filipéia, não parece ter havido influência dos princípios urbanísticos espanhóis, nem das Ordenanças de Povoação de Filipe II (1573), e para São Luís, considera Paulo Ormindo ser esta associação uma conclusão simplista, que não leva em conta as anteriores experiências urbanísticas dos portugueses na Índia e nas ilhas atlânticas. AZEVEDO, Paulo Ormindo de - Op. cit. p. 60.

339 - HESPANHA, António Manuel - Os modelos institucionais... Op. cit. p. 70-71.

Assim, o regimento de Tomé de Sousa continha algumas recomendações para a fundação de Salvador, da mesma forma que foi determinado, por regimento, ao capitão-mor do Maranhão, Jerônimo de Albuquerque, que tivesse um "particular cuidado do acrescimento desta cidade de São Luis fazendo que fique bem arruada e direita conforme a traça, que fiqua em poder, e para seu exemplo o fação todos os moradores, fará hua caza, e viverá nella".[340] Para a fundação de uma cidade na Paraíba deveriam constar diretrizes no regimento de Frutuoso Barbosa ou dos capitães que o sucederam, pois este era o procedimento comum na forma administrativa de Portugal.

Mas se observa que tanto no regimento de Tomé de Sousa quanto no de Jerônimo de Albuquerque, são vagas e escassas as recomendações sobre a forma das cidades. Esta deficiência, certamente, devia ser sanada com os planos específicos feitos para cada uma das cidades, os quais, provavelmente, eram acompanhados com instruções adicionais. Em Salvador, o mestre Luís Dias fez uso de "traças e amostras" para conceber a cidade e para São Luís houve um plano executado pelo engenheiro-mor do Reino Francisco Frias de Mesquita. Na Filipéia, acredita-se estar demonstrado que houve uma "lógica" que orientou a regularidade do traçado da cidade, ainda que continue sendo uma incógnita a existência de um plano pré-definido para a mesma.

Perante o desconhecimento desse possível plano, restou a alternativa de identificar a origem do "modelo" ou da "imagem" de cidade que chegou à Paraíba quando da sua fundação, trilhando o conhecimento sobre os prováveis "agentes" de transmissão das idéias no século XVI: os homens.

Infelizmente, a documentação disponível pouco permitiu avançar com as informações sobre os homens que podem ter tido alguma participação na definição da estrutura urbana da Filipéia. O "mestre de obras d'el rei" Manuel Fernandes não passou de um nome registrado na história. A atuação de Cristóvão Lintz ficou referida nos registros de época, embora seu papel de "engenheiro e urbanista" deva ser visto como fruto das releituras posteriormente feitas pelos investigadores sobre aqueles registros. Mas qual pode ter sido a contribuição dada pelo ouvidor Martim Leitão,[341] pelo senhor de engenho Ambrósio Fernandes Brandão, pelos capitães Frutuoso Barbosa e João Tavares e por outros tantos homens que fizeram parte da conquista da capitania? Em que medida a Filipéia resultou da repetição de

340 - REGIMENTO que o Capitão Mor Alexandre de Moura deixa ao Capitão Mor Hieronimo Dalbuquerque... Op. cit. p. 235.

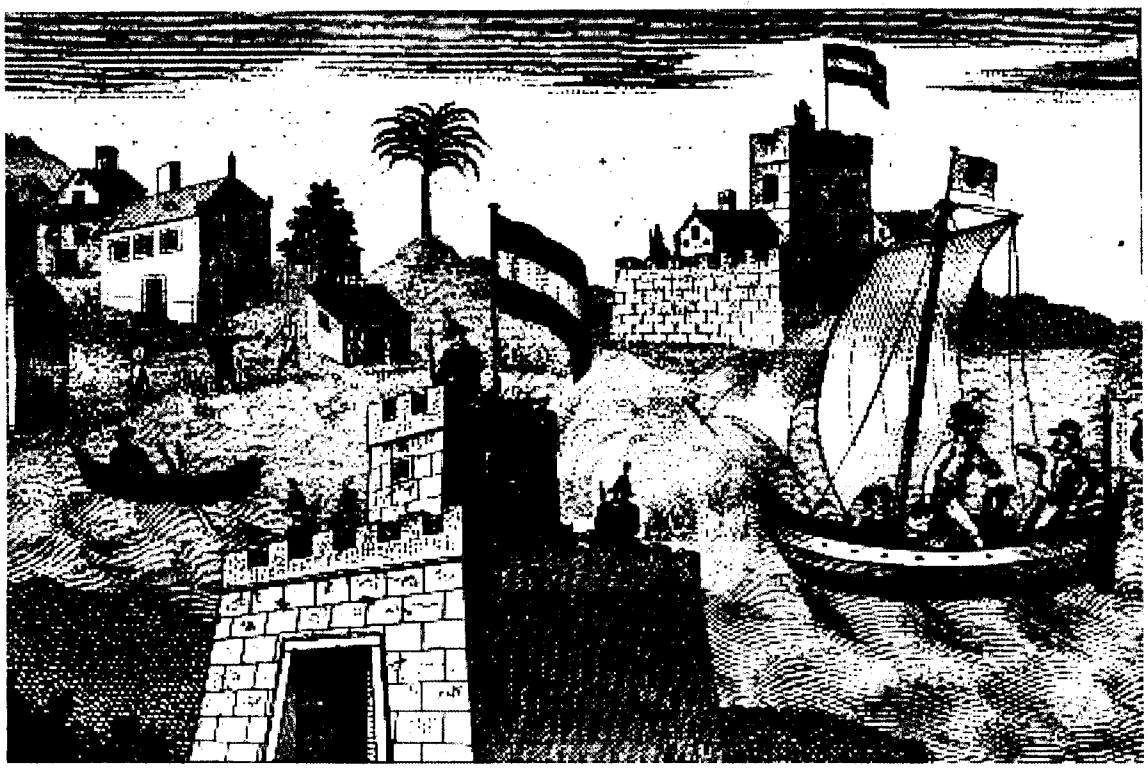
341 - Sobre a participação dos ouvidores na planificação de cidade ver: FLEXOR, Maria Helena. E o Ouvidor da Comarca também planejava... In. 6º Seminário de História da Cidade e do Urbanismo: cinco séculos de cidades no Brasil. *Anais*... Natal: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2000. s/p. (cd-rom)

uma "forma de cidade" vivenciada por estes "agentes" no Reino, nas ilhas atlânticas ou na Índia? Ou existiu uma "traça" - hoje desconhecida - elaborada na Metrópole por um profissional à serviço da Coroa portuguesa? Alguma dessas hipóteses pode vir a ser comprovada. Por hora, ficam estas interrogações.

No presente, apenas é possível ver a Filipéia como uma cidade de "caráter português" construída ao longo de algumas poucas décadas, "planejada" para atender a "funções" requeridas pela sua inserção na "estratégia" de conquista de territórios no contexto da colonização brasileira dos séculos XVI e XVII. Foi esta a cidade que os holandeses encontraram em 1634 quando a invadiram. E vai ser sobre esta mesma estrutura urbana que a cidade da Paraíba vai ser reconstruída após a expulsão dos holandeses, em 1654, e continuará sendo construída para atender a um ideário, a funções e a padrões estéticos pertinentes a um outro momento histórico.

CAPÍTULO 4

As guerras e as (re)construções da capitania da Paraíba nos séculos XVII e XVIII



Fonte: A.H.U. - Iconografia Impressa - n. 5.

"A Paraíba esta entre as quatro capitanias setentrionais. Tomou o nome de um rio que a banha, assim como um outro - Mamamguape. Segue-lhe logo a colônia de Itamaracá. Ocuparam outrora a Paraíba os franceses e, expulsos estes, os portugueses e por ultimo os holandeses. Não possue outras povoações senão os lugarejos dos engenhos, que, pela multidão dos trabalhadores, constituem verdadeiras aldeias. Na margem meridional do rio há uma cidadezinha - Filipéia - assim chamada em honra do rei Filipe. Agora, mudadas as partes, recebeu o nome de Fredericópole ou Frederica, em honra de Frederico, príncipe de Orange".

Gaspar Barleus - História dos feitos recentes praticados durante oito anos no Brasil.

CAPÍTULO 4.1

A Paraíba sob o domínio dos holandeses

Ao se aproximar a década de 1620, estava iniciado o instável período das investidas holandesas sobre a região Nordeste do Brasil. Este tem por marco inicial a ocupação de Salvador, ocorrida em 1° de Maio de 1624, sendo a cidade retomada pelos portugueses, em 1626. Por esta mesma época, os holandeses rondavam a capitania de Pernambuco e na Paraíba aportaram na Bahia da Traição, em 1625, mas daí se retiraram pela intervenção de tropas portuguesas. Estes episódios despertaram a atenção de Filipe III e seus ministros sobre a necessidade de reforçar a segurança das possessões americanas, sendo implementados novos impostos no Brasil e em Portugal, para pagar as despesas feitas com fortificações, tropas e artilharias necessárias para guardar a colônia.[1]

Mas os holandeses foram persistentes e acabaram por obter o domínio sobre grande parte das capitanias do Nordeste do Brasil, onde permaneceram até que foram definitivamente expulsos, em 1654. Este tempo, bem como as posteriores repercussões que o mesmo trouxe para a região durante quase toda a segunda metade do século XVII, impôs um redirecionamento na trajetória que até então vinha sendo construída sob as diretrizes do governo português. Com o objetivo de enquadrar a Paraíba neste contexto, cabe percorre-lo brevemente, observando-o sob a ótica das "desconstruções" e "reconstruções" das estruturas econômica e administrativa, bem como das estruturas edificadas na capitania, decorrentes das sucessivas guerras travadas entre holandeses e portugueses na disputa pela posse da região.

Determinados em atingir sua meta, entre Fevereiro e Março de 1630, os holandeses se apoderaram de Olinda e do Recife. Conquistaram na seqüência o forte dos Reis Magos no Rio Grande, a Paraíba em Dezembro de 1634, e por fim a capitania de Itamaracá. As tropas de resistência dos portugueses foram compelidas a recuar cada vez mais em direção ao Sul da capitania de Pernambuco, e em 1637, após sucessivas derrotas foram obrigados a admitir a consolidação do domínio holandês em todo o território compreendido entre o Ceará e o Rio São Francisco.[2]

São divergentes as posições dos historiadores ao avaliarem os motivos subjacentes a esta decisão holandesa de ocupar o Nordeste do

1 - SCHWARTZ, Stuart B. - Op. cit. p. 175.

2 - MELLO, Evaldo Cabral de - Os Holandeses no Brasil. In. HERKENHOFF, Paulo (org.) - *O Brasil e os Holandeses*. Rio de Janeiro: Sextante Artes, 1999. p. 20-41.

Brasil. Defendem alguns, que estando unidas as Coroas Ibéricas, o conflito existente entre a Espanha e as Províncias Unidas não deixou de ter repercussões significativas em quase todo o Império Português refletindo-se, particularmente, no Brasil.[3] Argumentam outros, ser necessário relativizar esta idéia e associar tais ataques aos interesses mercantis que estavam em jogo em um universo econômico que se ampliava nos finais do século XVI, no qual o Brasil afirmava sua potencialidade com o vertiginoso aumento da economia açucareira, fato que o tornava alvo da cobiça das diversas potências européias.[4]

Para além dos motivos que justificaram o interesse dos holandeses em se estabelecer no Brasil, cabe observar a estratégia por eles adotada para ter a posse daquele território. Desde o princípio, trataram de dominar os maiores centros urbanos existentes no litoral brasileiro, incidindo os ataques sobre Salvador e Olinda, as sedes das capitanias de mais relevância política e econômica da região. Não por acaso, mas pelo poder que detinham, estes mesmos centros haviam sido os pontos de apoio da estratégia montada pelo governo português para a reconquista dos territórios setentrionais do Brasil, na segunda metade do século XVI. Entretanto, se os portugueses levaram décadas para estender seu domínio entre Pernambuco e o Ceará, o inimigo o fez em poucos anos, pois para isto se beneficiaram de toda uma estrutura já criada, trilhando seus passos sobre as cidades e fortificações anteriormente fundadas para o estabelecimento do poder luso no Nordeste brasileiro, as quais acabaram por servir aos holandeses diante de objetivos idênticos.

Seguindo princípios de eficácia historicamente demonstrada, os holandeses se apropriaram das estruturas edificadas que lhes eram favoráveis, e aniquilaram as que poderiam favorecer seus antigos ocupantes: incendiaram Olinda, e na Paraíba se estabeleceram nos fortes e nos mosteiros, em busca de segurança, adotando procedimentos que confirmam o

---

3 - ALMEIDA, André Ferrand de - Op. cit. p. 26.

Defende este autor que mesmo sem a União Ibérica, é provável que o Império Português tivesse sido igualmente atacado pelas forças holandesas, mas a união dos dois reinos peninsulares fornecia o pretexto que legitimava as iniciativas bélicas das Províncias Unidas. Sobre esta questão ver também: MELLO, Evaldo Cabral de - *Olinda Restaurada. Guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

4 - BOSCHI, Caio - Op. cit. p.169.

Acrescenta Stuart Schwartz, que na geopolítica imperial espanhola, o Brasil se tornara a pedra fundamental do império, por causa da sua localização estratégica. "Planejadores militares em Lisboa, Madri e Amsterdã reconheciam que o controle holandês da costa brasileira proporcionaria uma base de operações contra os tendões do império ibérico. Uma força hostil entrincheirada em Recife ou Salvador poderia atacar os portos das costas do Atlântico e do Pacífico, interceptar as frotas espanholas carregadas de prata no mar das Caraíbas e os navios portugueses com escravos índios no oceano Atlântico". Isto representava o fim do "império Atlântico dos Habsburgo". SCHWARTZ, Stuart B. - Op. cit. p. 173.

quanto as guerras sempre foram uma ameaça para as cidades. Dominá-las e destruí-las, sempre constituiu uma forma de neutralizar e abater o poder do inimigo, e de dispersar a força que tinha uma população encastelada nos centros urbanos.

Por sua posição estratégica dentro do território que pretendiam dominar e por sua situação econômica privilegiada, a Paraíba era cobiçada pelos holandeses, que em 1631, tentaram pela primeira vez conquistá-la, mas foram repelidos. Os ataques do inimigo, obrigaram a sucessivas alterações e reforços do sistema defensivo da capitania. Além dos fortes do Cabedelo, de Santo Antônio e da bateria da Ilha da Restinga, todo o entorno destes fortes da barra foi sendo guarnecido com trincheiras e foram construídos pequenos redutos na costa, em possíveis pontos de desembarque. Na Filipéia, também edificaram trincheiras, baterias e os dois fortes erguidos no Varadouro para proteção da cidade, foram "bem providos de artilheria e munições, como também de soldados".[5]

Todas essas estruturas defensivas alteravam a configuração do lugar, dando-lhe ares da guerra que continuava no ano de 1634, quando os holandeses investiram por duas vezes sobre a capitania. Na primeira tentativa foram vencidos, embora a ação do capitão do forte de Santo Antônio, Lourenço de Brito Correa, demonstre as dificuldades enfrentadas pelos portugueses para repelir os inimigos que "*acometerão aquella praça em dezeseis de Janeiro do dito anno de seiscentos e trinta e quatro com vinte e duas vellas e muitas lanchas e barcaças com tres mil infantes, avendo-se com muito esforço caçado na defensão do dito forte, fazendo officio de soldado e artilheiro ate os inimigos se retirarem*".[6]

Em Dezembro de 1634, a ação dos invasores recaiu sobre o Cabedelo, mas como o forte da Restinga lhes atacava pelo flanco, investiram sobre este que foi o primeiro a render-se. Em seguida capitulou o forte do Cabedelo, depois de quinze dias de sítio. O forte de Santo Antônio apenas resistiu mais quatro dias e também foi entregue. Diante do rendimento dos fortes, os moradores da capitania tiveram que defender suas famílias e bens como lhes foi possível, porque as tropas portuguesas não garantiam mais a segurança.

---

5 - *RELAÇAM breve e verdadeira da memoravel victoria que ouve o Capitão mor da Capitania da Paraiba...* Op. cit. p. 3v-4 e VARNHAGEN, Francisco Adolfo - *História das Lutas com os Hollandezes no Brazil...* Op. cit. p. 113.

6 - I.A.N./T.T. - Chancelaria de D. João IV - Liv. 20 - fl. 28.

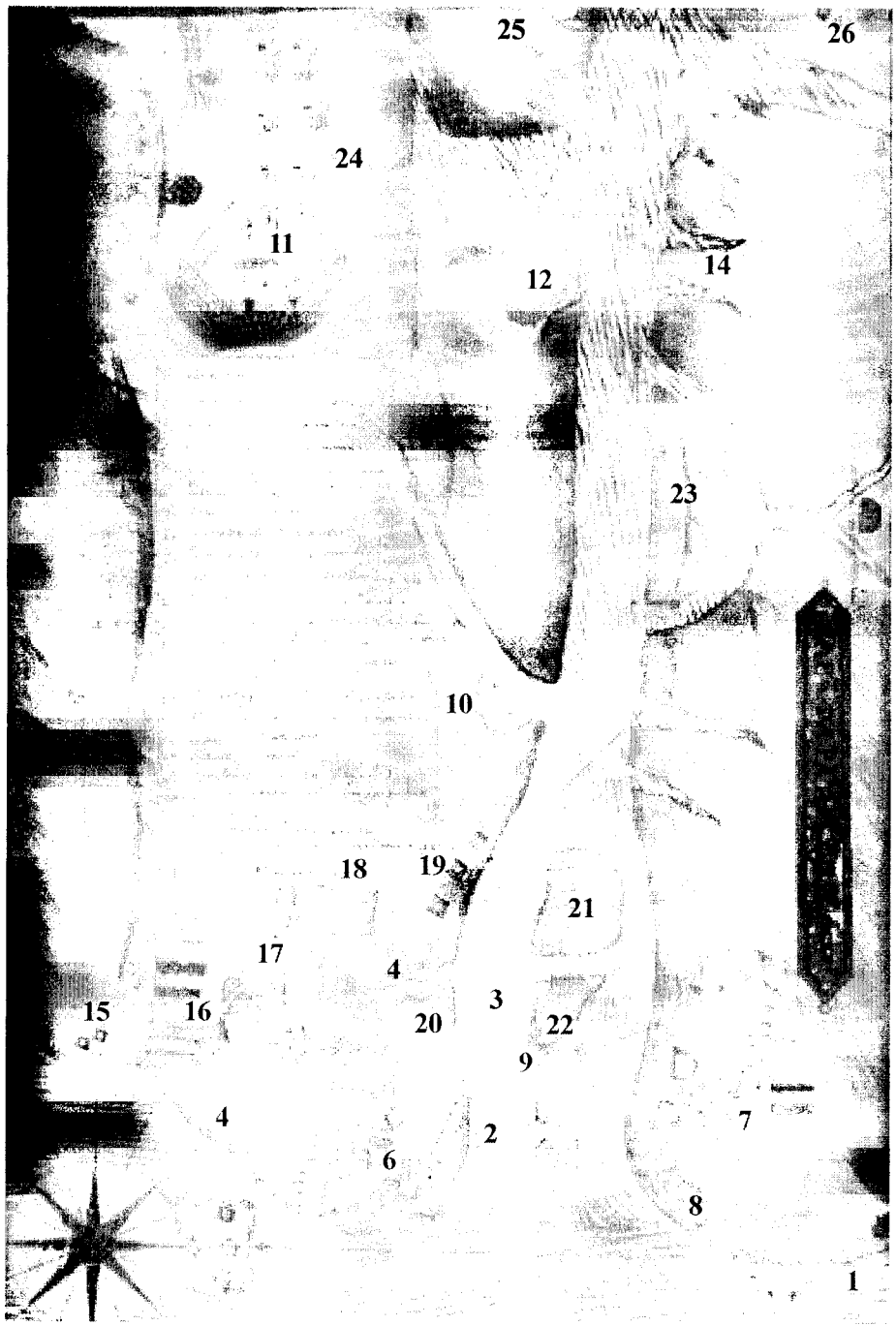


FIG. 41 - *Cartografia com indicação da estratégia holandesa para ocupação da Paraíba.*

1 – onde desembarcaram
2 – por onde entraram navios dos inimigos
3 – um navio holandês deu a seco
4 – trincheira e alojamento do inimigo
5 – trincheira (**)
6 – forte de S. Catarina do Cabedelo
7 – forte de Santo Antônio
8 – trincheira dos portugueses
9 – navios holandeses que estão de guarda
10 – daqui foram os holandeses cometer a vila
11 – mosteiro cerca de dentro de muralha
12 – bateria dos portugueses da vila...
13 – armazém de açúcar e dois navios carregados que os portugueses queimaram
14 – aqui chegaram dois navios holandeses
15 – reduto que holandeses fazem chegando
16 - quartel de munição
17 – quartel do coronel
18 – quartel do governador
19 – redutos
20 – corpo da guarda
21- ilha dos padres
22 – forte de São Bento
23 – mata grande (**)
24 – cidade Filipéia N. S. das Neves...
25 – bateria dos portugueses
26 – outra bateria nossa
27 – navio de açúcar que nós queimamos

OBS. Não foram localizados na cartografia a indicação dos números 5, 13 e 27.
Fonte: Atlas de las costas y de los puertos de las posesiones portuguesas en América y África. B.N.M.

Um relato de época dá um quadro do caos que se instalou na cidade:

> *"los mercadores que de la Parahiba avian sacado sus mercadorias, conociendo que todo yba a cair en manos de los olandeses lo querian dar todo para que los defendiessen y amparassen con las armas, y en la esperança de que en algun tiempo se les pagaria lo que daban, (...) y desenganados los moradores, y puestas sus familias en parte segura, saliran todos a pelear como leones pues ya sabian que la guerra era suya, y no solo del Rey".*[7]

A população abandonou a cidade e refugiou-se no campo, deixando queimadas algumas casas, os depósitos de mantimentos e os navios, para que não fossem úteis ao inimigo. A 24 de Dezembro, os holandeses entraram na Filipéia sem encontrar resistência, visto que a acharam desmantelada e sem nenhuma guarnição, pois estas haviam se retirado de lá.[8]

O inimigo tomou posse da cidade, mas seu grande interesse era manter ativa a produção do açúcar, para o que precisava encontrar aliados entre os portugueses, não ficando a terra desamparada e os engenhos abandonados. Com este intuito, oferecia à população "salvos- condutos" e prometia garantir a liberdade, a paz, o uso livre da religião e o direito de propriedade àqueles que jurassem fidelidade ao domínio holandês e se obrigassem a manter os mesmos tributos que antes pagavam à Coroa portuguesa.[9]

Alguns engenhos continuaram na posse de seus antigos proprietários, enquanto outros, por terem sido abandonados quando da invasão da capitania, foram confiscados para a Companhia das Índias Ocidentais e vendidos a mercadores holandeses.[10] Com isto mantiveram a produção do açúcar, cuja qualidade foi representada - com seis pães de açúcar - no brasão de armas que o Conde Maurício de Nassau deu a Paraíba.

Era essencial, também, para a manutenção da Paraíba, investir na reconstrução do sistema defensivo, considerando principalmente, que dos vinte e quatro anos de domínio holandês, pelo menos dezesseis foram de guerras. De verdadeira paz, o Brasil holandês só conheceu os anos de 1641

---

7 - B.N.M. - MSS 2.365 - fl. 9-12v.

8 - B.N.M. - MSS 2.365 - fl. 9-12v.

9 - VARNHAGEN, Francisco Adolfo - *História das Lutas com os Hollandezes no Brazil...* Op. cit. p. 115-116.

10 - A documentação de época registra muitos casos semelhantes ao do capitão Domingos de Almeida, que participando ativamente dos combates contra os holandeses na Paraíba e vendo estes se apoderarem da capitania, *"largou sua fazenda que valia mais de 150 cruzados por não querer ficar entre os inimigos e acompanhou aos generais Mathias de Albuquerque e o Conde Banhollo em que andarão na Capitania assentando praças de soldado, achandose em todas as occazionis e encontros em que se pelejou com o inimigo, e no sitio que os olandeses puzerão a Bahia o anno de 1638 e nas mais occazionis que the agora se offerecerão sem largar nunqua o serviço da guerra".* A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 1, Doc. 35. (DOC. 19)

a 1645.[11] Neste sentido, seguiram a mesma estratégia dos portugueses e investiram no Cabedelo, reconstruindo-o e fazendo dele um forte grande e sólido com "fosso, trincheira, parapeito, quatorze canhões de bronze e quarenta e dois de ferro".[12] Estando os holandeses, há cerca de três anos, na Paraíba, sobre o Cabedelo diziam:

> "O forte do sul foi inteiramente feito por nós: arrasou se o velho forte de Santa Catharina, que era mui pequeno, acanhado e de pouca resistência, e no mesmo logar e por fora delle levantou-se est'outro. Para o lado de terra tem um bonito bastião, cujas cortinas correm para a praia do mar, tendo de um e de outro lado um meio bastião que se ligam por uma tenalha; a sua circumferencia é bastante espaçosa, e as suas muralhas bellas e altas; mas por causa das areias movediças, como succede em todas as praias, não pôde ter fossos profundos; actualmente é de grande resistência".[13]

Na mesma época, o forte de Santo Antônio ainda continuava no estado em que os holandeses haviam encontrado: "quadrangular com quatro bastiões". Havia sofrido apenas algumas alterações nos muros, porque "como lhe deram muita inclinação, quando o levantaram, e por isso ameaçava cahir, foi necessário adelgaçal-o por fora, para dar se-lhe mais revestimento".[14] O Conde Maurício de Nassau, após examinar a situação dessa fortaleza, "mandou que a deixassem cahir em ruínas e a demolissem", observando Gaspar Barleus que o mesmo estava "quase sorvido pelo mar, e que se reduz a uma torre protegida por uma cerca e sua artilharia".[15] Mas em 1639, resolveu "S. Exc. levantar de novo o dito forte, dando-se-lhe um circuito ou âmbito menor".[16] Sobre o forte de Santo Antônio, acrescentou Nieuhof: "fôra construído sobre uma ilhota separada da Ponta Norte por estreito braço (...) é cercado de paliçadas e de um fôsso abastecido pelo já citado braço de rio. As muralhas são fortíssimas e, numa bateria, instalaram-se seis peças de ferro".[17]

---

11 - MELLO, Evaldo Cabral de - *Olinda Restaurada*... Op. cit. p. 15-16.

12 - BARLEUS, Gaspar - Op. cit. p. 154.

13 - BREVE discurso sobre o estado das quatro capitanias conquistadas... Op. cit. p. 188.

Segundo José Luiz M. Menezes, esta descrição e as representações gráficas conhecidas da fortificação, "indica-nos, se bem que sem total segurança, que o traçado irregular da fortaleza teve origem quando da reedificação holandesa. Tal irregularidade melhor atendia às exigências de defesa e ao que nos parece segue aqueles princípios onde o traçado resultava da defesa requerida e no qual a fortificação era fruto do local onde ela se situava e do sistema ao qual fazia parte". MENEZES, José Luiz Mota - *A Fortaleza de Santa Catarina do Cabedelo*... Op. cit. p. 11.

14 - BREVE discurso sobre o estado das quatro capitanias conquistadas... Op. cit. p. 188.

15 - HERCKMAN, Elias - Op. cit. p. 84 e BARLEUS, Gaspar - Op. cit. p. 154.

16 - HERCKMAN, Elias - Op. cit. p. 84.

17 - NIEUHOF, Joan - Op. cit. p. 54.

Reconstruindo os fortes de Cabedelo e Santo Antônio, os holandeses optaram ainda por manter o sistema de triangulação entre as fortificações da barra do Rio Paraíba, e para isto "a velha obra dos portuguezes na Restinga, que fica no meio do rio, foi destruída, e substituída no mesmo logar por um bom reducto com meios bastiões, tendo uma bella bateria na cortina que dá para o lado do canal do rio, por onde os navios devem passar".[18] Registrou Gaspar Barleus que por ordem de Maurício de Nassau o forte da Restinga foi cercado com uma paliçada, e munido com quatro peças de bronze e duas de ferro.[19]

Assegurada a produtividade dos engenhos e a defesa da capitania, nada mais despertava o interesse dos holandeses na Paraíba. Nem mesmo a Filipéia, onde estabeleceram a sede do seu governo, foi alvo de investimentos, pois apenas fizeram algumas obras necessárias à segurança e para dar apoio à comercialização do açúcar.[20]

Sobre a cidade que encontraram, os holandeses deixaram registradas algumas impressões. Disse Joan Nieuhof: "Por essa época a cidade era de construção recente e ostentava diversos prédios imponentes, com colunas de mármore, sendo o restante da construção de pedra comum".[21] Confirmava esta imagem as palavras de Gaspar Barleus: "A cidade propriamente contém alguns edifícios bonitos, feitos de pedra, cujos cantos e janelas são de mármore branco, sendo o resto das paredes de alvenaria".[22] Por sua vez, o olhar de Adriano Verdonck foi direcionado apenas para as questões econômicas: "Ha pouco negocio nesta cidade, que é pequena e situada n'uma planície; os principaes habitantes residem na maioria fora, no campo a 3 e 4 milhas da cidade; ali plantam mandioca e cereaes, mas cousa de pouca consideração".[23]

Quando Elias Herckman foi nomeado para o governo da Paraíba (1636-1639), a descreveu minuciosamente, e acompanhando a visão desse homem "conhecido na republica das letras", é possível percorrer a Filipéia, em

---

18 - BREVE discurso sobre o estado das quatro capitanias conquistadas... Op. cit. p. 188.

Segundo Elias Herckman, o forte da Restinga era "pequeno e quadrado como um reducto, e forma um triangulo com os fortes de Santo Antonio e Margarida". HERCKMAN, Elias - Op. cit. p. 84.

19 - BARLEUS, Gaspar - Op. cit. p. 154.

20 - Durante o domínio holandês, foram governadores da Paraíba: Servaes Carpentier, nomeado diretor das capitanias de Paraíba e Rio Grande (1634-1636), vindo em seqüência Ippo Eysens (1636), Elias Herckman (1636-1639), Gylbert With (1639-1645) e Paulus de Linge (1645-1654). NIEUHOF, Joan - Op. cit. p. 58.

21 - NIEUHOF, Joan - Op. cit. p. 53-54.

22 - BARLEUS, Gaspar - Op. cit. p. 73.

23 - VERDONCK, Adriano - Descripção das Capitanias de Pernambuco, Itamaracá, Parahyba e Rio Grande. Memória apresentada ao Conselho Político do Brasil, em 20 de Maio de 1630. *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*. N. 55. Ano XXXIX. Recife, 1901. p. 225.

1639), identificando a permanência da cidade construída pelos portugueses em oposição às intervenções pontuais que os holandeses haviam feito até então na cidade, a que deram o nome de Frederica.

Ao aproximar-se da cidade a partir do rio, Elias Herckman observou: "Ella está circumdada pelo bosque, e não póde ser vista por quem se approxima, senão quando se está nella, excepto si se sobe ou desce o rio, porque em se chegando á bocca ou entrada da Bahia chamada Varadouro, se pode avistar perfeitamente o convento de S. Francisco e alguns edifficios do lado septentrional".[24]



FIG. 42
Detalhe da gravura intitulada "Parayba", baseada em desenho de Frans Post que ilustra o livro de Gaspar Barleus. Contém as seguintes indicações: Convento de São Francisco (C), cidade (B), "conditorium mercium" (D), forte do Varadouro (E).

Fonte: REIS FILHO, Nestor Goulart - Imagens do Brasil Colonial...

A Frederica estava "situada ao comprido sobre a eminencia do monte que fica defronte da Bahia do Varadouro. Contam-se n'ella seis egrejas e conventos, que são os seguintes. O convento de S. Francisco é o maior e o mais bello: está cercado de um muro, e por dentro foi construído mui regularmente". Deste se apoderaram os holandeses expulsando os franciscanos da Paraíba porque mantinham correspondência com o capitão da resistência portuguesa, Matias de Albuquerque. O convento foi então "fortificado para servir de asylo ou refugio aos mercadores neerlandezes em occasiões de necessidade. Fez-se pois uma trincheira em torno delle com uma bateria que se collocou deante da egreja para dominar a entrada ou avenida.

24 - HERCKMAN, Elias - Op. cit. p. 92.

Presentemente alojam-se nesse convento o director da Capitania e os soldados que estão ahi de guarnição".[25]

Os frades carmelitas permaneciam no seu convento até a época deste relato, mas o mesmo não estava "ainda de todo acabado, porque somente há poucos annos que este logar é cidade, e em grande parte lhes faltaram os meios".[26] Estava inacabado, também, o convento de São Bento, e:

> "quando os Neerlandezes o occuparam, estavam levantadas as suas paredes, mas não tinha coberta, e muito menos se achava interiormente construído. Elles o teriam construído convenientemente; mas como por occasião do cêrco achou-se que esse logar estava mui bem situado para servir de fortificação deante da cidade, levantou-se uma trincheira em tôrno do convento. Conservou-se essa trincheira até o anno de 1636, em que se dispoz o convento de S. Francisco para servir de fortificação; demoliu-se então a trincheira, e entregaram aos frades as paredes do convento, como estavam. Mas até esta data elles nada mais teem ahi construido".[27]

Além dos conventos, Elias Herckman relatou sobre as três igrejas existentes na cidade, dizendo ser a Matriz a principal delas e "uma obra que promette ser grandiosa, mas até o presente não foi acabada, e assim continua, arruinando cada vez mais de dia em dia". A Igreja da Misericórdia estava "quase acabada; os portuguezes servem-se della em logar da matriz". Por fim, referiu-se "a sexta e última egreja, que assignala também o limite extremo da cidade, é uma egrejinha, ou, para melhor dizer, uma simples capella com a denominação de São Gonçalo".[28]

A cidade se estendia desta capela até o convento dos franciscanos, com um comprimento de aproximadamente "um quarto de hora de viagem", mas se achava "escassamente edificada e com muito terreno desocupado". Entre os demais edifícios apenas chamava a atenção que "pouco mais ou menos no meio da cidade e do lado do sul fica a casa do Concelho com a praça do mercado; ahi está o pelourinho, que assignala o logar das execuções".

---

25 - HERCKMAN, Elias - Op. cit. p. 88. e BREVE discurso sobre o estado das quatro capitanias conquistadas... Op. cit. p. 188.

Outro testemunho deixou Adrien van der Dussen, em relatório também datado de 1639: "Em Frederica o Convento dos Franciscanos foi cercado por um muro em quadrângulo, tendo em cada face uma meia-lua ou revelim, dentro da muralha". DUSSEN, Adrien van der - Relatório sobre as capitanias conquistadas no Brasil pelos holandeses (1639); suas condições econômicas e sociais. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Álcool, 1947. p. 116. Apud. BURITY, Glauce Maria Navarro - Op. cit. p. 42.

26 - HERCKMAN, Elias - Op. cit. p. 89.

27 - Id. ibid. p. 89.

28 - Id. ibid. p. 89.

Como símbolo da justiça, havia também a forca, colocada fora da cidade "um tiro de mosquete" para além da Capela de São Gonçalo.[29]

Até aquele ano de 1639, as intervenções realizadas pelos holandeses na cidade restringiam-se à fortificação do convento dos franciscanos e à construção de "um armazem grande e capaz com um bonito mole ou dique no Varadouro, onde atracassem as embarcações, e se embarcasse ou desembarcasse o assucar, para commodo e utilidade dos mercadores". Este se encontrava no local onde ao tempo dos portugueses havia "um reducto de pedra" que se achava acabado e "servia para a guarda dos armazéns de assucar. Por occasião da conquista deste logar, esses armazéns foram queimados e abrazados até o chão por acto dos próprios Portuguezes, afim de que os Neerlandezes não pudessem utilisar-se dos seus assucares".[30]

Esta era a cidade Frederica, uma herança portuguesa que os holandeses se apropriaram por 20 anos sem deixar marcas significativas da sua presença. Ao contrário, este foi um período de "desconstrução" dos "baluartes" anteriormente edificados naquele lugar, pois quando os holandeses deixaram a capitania, em 1654, entre obras inacabadas e outras danificadas pela ação da guerra ou pelo abandono do tempo, a imagem da cidade era de ruína.

29 - Id. ibid. p. 90.

30 - Id. ibid. p. 87.

CAPÍTULO 4.2

O fim do período holandês e a ruína da capitania na segunda metade do século XVII

Em 1645, a denominada "Insurreição Pernambucana" intensificou os conflitos que periodicamente ocorriam com o objetivo de livrar o Nordeste brasileiro do jugo holandês. A este movimento alinharam-se homens de cabedal, como André Vidal de Negreiros e João Fernandes Vieira, ambos proprietários de engenhos, com recursos obtidos no comércio com os holandeses, que contribuíram para armar os combatentes. Estes também tomaram o comando de tropas em defesa daquela causa que arregimentou, entre outros, colonos recrutados por Antônio Dias Cardoso, Henrique Dias e seus negros, Filipe Camarão e seus índios, além de tropas enviadas da Bahia pelo governador português, Antônio Teles da Silva.

Pela ação dos rebeldes, os holandeses foram perdendo, sucessivamente, alguns dos seus pontos de domínio. Fundamental foi a ocupação do Cabo de Santo Agostinho, ganhando os luso-brasileiros um porto de mar bem fortificado para as comunicações com Portugal. Em Alagoas, reconquistaram as praças de Porto Calvo e Penedo, e também São Cristóvão em Sergipe, ficando toda parte ao Sul da capitania de Pernambuco na posse dos rebeldes, embora ao Norte, fracassassem as primeiras tentativas de recuperar Itamaracá, Paraíba e Rio Grande. Próximo ao Recife, onde se concentravam os holandeses, foi fundado o Arraial Novo, centro do movimento de insurreição, sob a liderança de João Fernandes Vieira. Em 1646, Olinda e a Vila da Conceição em Itamaracá também foram reconquistadas.

Avançava a guerra no Brasil e as negociações diplomáticas na Europa, sem que houvesse qualquer acordo entre as nações envolvidas nesse conflito ou um vencedor nos campos de Pernambuco. Por um tratado assinado em 1641, a Holanda apoiava Portugal na manutenção da sua independência, e quando eclodiu a Insurreição Pernambucana, D. João IV recebia ajuda militar da Holanda na guerra que travava com a Espanha. Isto gerou complicadas negociações entre as duas nações, pela difícil conciliação da ajuda holandesa a Portugal e a guerra entre holandeses e luso-brasileiros em Pernambuco.[31]

31 - VIANNA, Hélio - *História do Brasil*. 15ª Ed. São Paulo: Melhoramentos, 1994. p. 160-161.

Em 1647, D. João IV, receando que os luso-brasileiros, lutando por conta própria, pudessem tornar as capitanias restauradas em um território independente de Portugal, decidiu enviar para Pernambuco um militar experiente para assumir a direção da guerra, chegando o mestre de campo Francisco Barreto de Meneses, que reforçou os nomes da liderança.[32]

Entre 1646 e 1648, o comando do movimento restaurador decidiu evacuar toda a população do Rio Grande, Paraíba, Itamaracá e Igaraçu, transferindo-a para os distritos do Sul de Pernambuco, reduzindo assim, o perímetro sobre o qual teriam que manter defesas. Ao mesmo tempo, concentravam suas forças no assédio ao Recife, isolando e sitiando os holandeses. As tentativas de romper este cerco, deram origem nos anos de 1648 e 1649, às duas batalhas dos Guararapes, decisivas para derrota final dos holandeses, pois a partir de então, estes desistiram de empreender ataques e se limitaram a proteger as praças fortificadas que ainda possuíam.

No mesmo ano de 1649, o governo português criou a Companhia Geral de Comércio do Brasil, visando o abastecimento regular das capitanias, o escoamento de suas produções, e proteção ao seu tráfego marítimo. Paralelamente, a Companhia trazia algum auxílio aos insurgentes, fazendo chegar até estes os gêneros que necessitavam para continuar a guerra. Os holandeses, por seu turno, estavam cada vez mais desfalcados de tropas e víveres para seu sustento. Por isso, mantinham suas praças fortificadas mal guarnecidas de soldados, e também lhes faltavam homens para as expedições de ataque ao território, as quais eram militarmente inúteis em toda a região evacuada ao Norte de Olinda, transformada em um vazio demográfico. De Olinda para o Sul, estes ataques eram impraticáveis, pois os luso-brasileiros tinham o domínio sobre a área, e utilizando os bosques e veredas como suas fortalezas, obtinham vantagem sobre os holandeses. Por estarem ambas as partes sem maiores recursos de homens e armamentos, ia a guerra se prolongando.

Ao mesmo tempo, o contexto político e econômico em que se encontravam as duas nações envolvidas nesta disputa sobre o território nordestino, não favorecia o desfecho da guerra. Por um lado, Portugal enfrentava limitações que o impedia de apoiar o Brasil, pois continuava envolvido

32 - Este temor de Portugal se confirma pela decisão de autorizar o restabelecimento da navegação entre Pernambuco e o Reino, encerrada em cumprimento a acertos diplomáticos com os Estados Gerais. Ocorria que "na inexistência de relações comerciais com o Reino, que lhes permitissem custear a guerra, os rebeldes se veriam na contingência de procurar romper o isolamento mediante o contrabando com a França ou com a Inglaterra, que teriam a oportunidade de se implantarem no vácuo criado pela impotência holandesa em dominar o movimento". Isto representava tamanho risco para a colônia como um todo, que Portugal se viu obrigado a ceder à exigência dos pernambucanos. MELLO, Evaldo Cabral de - *Olinda Restaurada*... Op. cit. p. 118-121.

com seu próprio processo de Restauração, iniciado em 1640.[33] Por outro, estavam os Países Baixos em guerra com a Inglaterra (1652-1654), devido a questões comerciais e coloniais, limitando os recursos da Companhia das Índias Ocidentais que sofreu, então, perdas substanciais em sua marinha mercante.

Sendo assim, por falta de um maior apoio externo, prosseguia a luta entre holandeses e luso-brasileiros em Pernambuco, até que em Dezembro de 1653, os chefes do exército restaurador e o comando da Companhia Geral do Comércio do Brasil colocaram em prática um plano articulado contra o Recife, bombardeando-o pelo mar a frota da Companhia e invadindo-o por terra as tropas da insurreição. A 26 de Janeiro de 1654, foi assinado o acordo de capitulação dos holandeses, vindo na seqüência a ocupação das praças da Paraíba e Rio Grande, que já estavam abandonadas, bem como as do Ceará, Itamaracá e Fernando de Noronha.[34]

Para tomar posse da capitania da Paraíba, foi designado o mestre de campo Francisco de Figueirôa. Saindo do Recife a 1º de Fevereiro de 1654, com uma tropa de 850 homens, não encontrou no forte do Cabedelo o seu comandante, coronel Hautjin, que havia deixado aquele posto ao ser informado sobre o acordo de rendição assinado no Recife. Sem ter um comandante a quem se dirigir, Francisco de Figueirôa ocupou a cidade e as fortalezas, em nome do rei de Portugal. Segundo Maximiano Lopes Machado, as praças entregues foram as seguintes: "Cabedelo (ou Margarida) com trinta e três canhões, Restinga com dez, Santo Antônio com seis, Aldeia Schonemborh com sete e Garaú com três".[35]

---

33 - Receando contestar a Holanda, não era interessante para Portugal enviar apoio ao movimento de revolta em Pernambuco. Segundo Maria do Socorro Ferraz Barbosa, "Consultas do Conselho Ultramarino ao Rei D. João IV e despachos e respostas reais esclarecem a posição do governo português acerca do destino do Pernambuco holandês. Em uma das cartas enviadas ao Conselho Ultramarino, o Rei reclama dos conselheiros por terem acolhido as petições de João Fernandes Vieira e Vidal de Negreiros sobre a necessidade de receberem reforços militares no sentido de expulsar os holandeses. Em seu despacho avisa aos conselheiros que estes senhores fazem um 'desserviço à Coroa' desde que os acordos com os holandeses já estavam bastante adiantados." BARBOSA, Maria do Socorro Ferraz - O Arquivo Histórico Ultramarino: uma passível revisão historiográfica. *CLIO*. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. n. 17. Recife: UFPE, 1998. p.107. Ver consulta em A.H.U. - ACL_CU_015, Cx. 5, Doc. 363.

34 - Sobre este período ver: PRADO, J. F de Almeida - Op. cit. p. 259-268; MELLO, Evaldo Cabral de - *Olinda Restaurada*... Op. cit. p. 70-86; VIANNA, Hélio - Op. cit. p. 155-162; MACHADO, Maximiano Lopes - *História da Província da Paraíba*. Vol I. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 1977. p. 233-260. COSTA, Cláudio Santa Cruz - A Paraíba holandesa: aspectos econômicos e sociais. In. MELLO, José Octávio de Arruda (org.) - *A Paraíba das origens à urbanização*. João Pessoa: Fundação Casa de José Américo/Editora Universitária-UFPB, 1983. p. 55-64. MARCADÉ, Jacques - O Brasil e os Holandeses. In. MAURO, Frédéric (coord.) - *O Império Luso-Brasileiro 1620-1750*. Lisboa: Editorial Estampa, 1991. p. 32-37.

35 - PINTO, Irineu Ferreira - Op. cit. p. 62. e MACHADO, Maximiano Lopes - Op. cit. p. 257-258.

Encerrava-se o período de batalhas de campo no Nordeste brasileiro, o que não significava o final da contenda entre Portugal e os Países Baixos, episódio que se prolongará até 1661.[36] Mas, de imediato, estava assegurada a integridade territorial do Brasil, até então comprometida por aquele núcleo de domínio holandês, cuja consolidação representaria a ruptura da América portuguesa. Restava então, avaliar os danos causados, tanto pela presença holandesa quanto pela guerra de restauração, e tratar de remediá-los.

Numa avaliação mais imediata, a imagem apreendida era de uma total ruína: plantações devastadas, povoações e engenhos destruídos, escravos dispersos ou refugiados em quilombos. O estado de caos já indicava que seria necessário muito tempo para retomar a ordem. Na Paraíba, quando João Fernandes Vieira chegou, em 1655, para assumir o governo da capitania, a encontrou "completamente devastada pela guerra, pelo incêndio e pela seca dos últimos anos".[37] Este cenário também foi visto, em 1657, por seu substituto interino, o capitão Antônio Dias Cardoso.[38] Naquele ano, os oficiais da Câmara e o povo da Paraíba, em carta dirigida ao rei D. Afonso VI, resumiam o que havia sido os últimos tempos, desde que deixaram a capitania durante a guerra de restauração, até aquele momento em que a ela retornavam. Disseram:

> *"que tomando elles as armas juntamente com os moradores da Capitania de Pernambuco e vendo que sem se encorporarem com elles contra os olandezes, nem hus, nem outros, poderião rezestir ao grande poder desses enimigos, se deliberarão todos como fieis vassalos de Vossa Magestade, de se retirarem para Pernambuco, e primeiro que o fizessem queimarão e arrazarão suas fazendas, cazas, engenhos e canaveaes de assucar, e unidos com os moradores da dita capitania continuarão a guerra por espaço de muitos anos a sua custa, de tal maneira que foi Nosso Senhor servido se recuperassem todas aquellas praças com tanta reputação das armas portuguezas, com o que se tornarão de novo para a sua capitania, a fabricar e cultivar suas fazendas com grandes imposebelidades e apertos sem serem socorridos de outra parte".*[39]

---

36 - Ver: MELLO, Evaldo Cabral de - *O negócio do Brasil. Portugal, os Países Baixos e o Nordeste (1641-1669).* Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

37 - MACHADO, Maximiano Lopes - Op. cit. p. 263.

38 - A provisão de 29 de Abril de 1654, determinava que aos comandantes da guerra pernambucana, fossem confiados os melhores cargos das capitanias restauradas. Assim, Francisco Barreto de Menezes foi nomeado capitão-general de Pernambuco, André Vidal de Negreiros, além de outras honras, assumiu o governo do Maranhão, João Fernandes Vieira foi designado capitão-general de Angola, mas assumiu o governo da Paraíba, em 1655, enquanto vagava aquele posto. Foi depois substituído por Antônio Dias Cardoso, elevado ao posto de mestre de campo pelos serviços prestados na guerra. MACHADO, Maximiano Lopes - Op. cit. p. 258.

39 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 1, Doc. 40. (DOC. 20)

Portanto, o saldo de tão prolongada guerra tinha sido a destruição de quase tudo o que haviam edificado os colonizadores na Paraíba, ao longo das cinco décadas que antecederam o domínio holandês, e já se antevia o quão difícil seria a reconstrução, pois "a cicatrização das feridas profundas deixadas pelos anos de guerra terão lugar numa fase de retração da economia européia, de queda ou de estagnação do preço do açúcar, de concorrência crescente no mercado internacional, de progressiva subordinação da economia portuguesa à do norte da Europa e, particularmente, da Inglaterra".[40]

Assim como o apoio de Portugal na guerra de reconquista do Nordeste brasileiro fora limitado, também seria restrito o auxílio para reconstrução dessa região, pois naquele momento, continuava o Reino empenhado no reconhecimento internacional da sua autonomia, lutando contra os ataques da Espanha às suas fronteiras e negociando a posse das colônias que no ultramar, haviam sido perdidas para os Países Baixos, fato que comprometera o controle que possuía sobre o comércio do açúcar, dos escravos africanos e das especiarias, minando as bases do império português.[41]

Nestas circunstâncias, cabia encaminhar esse processo de reconstrução acompanhando o ritmo marcado pelo contexto da época e tendo por ponto de partida o restabelecimento da economia e a reorganização administrativa da capitania, criando os meios para intervir sobre as estruturas edificadas, assunto que será tratado no capítulo subseqüente, por ser o alvo principal desta análise.

De imediato, era preciso recuperar a produção açucareira, atividade que continuaria sendo a força motriz da economia nordestina.[42] Apesar das muitas dificuldades que enfrentava, o açúcar movimentava o comércio, a navegação e outras atividades subsidiárias, alimentando a economia colonial, razão pela qual Portugal e Holanda tanto se empenharam em manter o domínio sobre o Nordeste brasileiro.

Mas os engenhos e canaviais tinham sido o principal alvo das estratégias de combate entre holandeses e luso-brasileiros, por considerarem que a destruição da economia açucareira enfraquecia o motivo principal da ocupação da região, além de ser um meio de restringir a supre-

40 - MELLO, Evaldo Cabral de - *Olinda Restaurada*... Op. cit. p. 15.

41 - MELLO, Evaldo Cabral de - *O negócio do Brasil*... Op. cit. p. 29.

42 - Sobre estes primeiros tempos da reconstrução da Paraíba, ver: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al. - *Estrutura de Poder na Paraíba*. Vol. 4. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1999. p. 26-30; AQUINO, Aécio Vilar de - *Filipéia, Frederica, Paraíba - os cem primeiros anos de vida social de uma cidade*. João Pessoa: Fundação Casa de José Américo, 1988. p. 59-61.

macia de qualquer das partes durante a guerra.[43] Quando ocorreu a evacuação das capitanias do Norte de Pernambuco, a partir de 1646, os engenhos ali situados ficaram desativados até o final da guerra, encerrando a produção de 55 fábricas das 149 existentes naquele tempo.[44] Ao retornar a população à Paraíba, a realidade era desoladora, o que denota o seguinte relato:

> *"chegou este povo a esta Capitania depois de restaurada a Coroa de Vossa Magestade e cada qual dos moradores querendo tratar de suas fazendas as acharão em estado que duvidarão serem aquelles os sitios onde havião vivido, que nem as ruinas havia do passado, mais que hum matto tão espesso, como se sempre houvesse sido campo inhabitavel, e ainda oje apenas tem huma limitada caza em que se recolhão os mais delles".*[45]

Nestas circunstâncias, reativar a produção do açúcar era tarefa que exigia grande investimento, com o qual os senhores de engenho não estavam aptos a arcar, pois já não possuíam *"a decima parte do que em algum tempo tiverão"*. Os incêndios a que haviam sido submetidos os canaviais, provocavam uma perda imediata e uma recuperação onerosa e demorada. Disponibilizando de muitos recursos e um excessivo número de trabalhadores, um canavial poderia ser restituído em um ano ou dois, mas esta condição estava muito distante da realidade daquele momento.

Os senhores de engenho solicitavam o apoio de Portugal para reconstrução de suas fábricas, requerendo a concessão de moratórias e isenções na taxação dos preços do açúcar, sempre fazendo recordar os esforços que haviam empreendido e a lealdade que tiveram à causa da guerra contra os holandeses. Em 1658, o Conselho Ultramarino analisava a solicitação dos oficiais da Câmara da Paraíba, a fim de que os moradores da capitania tivessem provisão para não serem executados em suas dívidas, durante seis anos, e assim, *"dentro nesse tempo tenhão lugar de hir administrando suas fazendas, e fabricando seos engenhos, por haverem ficado muy danificados"*.[46] Estes pedidos, feitos de forma coletiva ou

---

43 - Notifica Horácio de Almeida, que na época da invasão holandesa, a economia açucareira estava em pleno florescimento, mas iria cair a produção que perduraria por anos seguidos. Entre as várias causas que geraram essa queda, se apontam o abandono de alguns engenhos, que passaram a mãos inábeis, de quem não tinha experiência no ofício, e a voragem dos incêndios na fúria devastadora das guerrilhas. ALMEIDA, Horácio de - *História da Paraíba.* Vol. I. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1978. p. 208.

44 - MELLO, Evaldo Cabral de - *Olinda Restaurada...* Op. cit. p. 116.

Segundo um relato holandês da época, citado pelo mesmo autor, a Paraíba foi tão devastada "que se custa a achar uma laranja a seis, oito e dez léguas na vizinhança; todos os engenhos foram destruídos e incendiados; todos os utensílios de cozinhar o açúcar foram enterrados, carregados ou destruídos". Id. ibid. p. 116.

45 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 1, Doc. 41. (DOC. 21)

46 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 1, Doc. 43.

individual, pelos proprietários que comprovavam a reedificação dos seus engenhos, foram sendo atendidos e renovados, e "*na forma do estillo*", perduraram durante muitos anos, sempre justificados pela "*esterilidade e falta de comércio*" na Paraíba.[47]

Em meio a tantas dificuldades, outro fator pesou negativamente para a reativação da economia regional. Por acordo assinado em 1661, ficaram concluídas as negociações entre Portugal e os Países Baixos, reconhecendo estes a soberania portuguesa no Nordeste brasileiro em troca de concessões comerciais e financeiras, que incluíam o pagamento de uma indenização de 4 milhões de Cruzados, em prestações anuais de 250.000 Cruzados. Sobre os produtores da Bahia, e principalmente, de Pernambuco e da Paraíba recaiu o encargo de pagar mais da metade desse enorme tributo, além de mais 20.000 de contribuição para o dote de casamento de D. Catarina, filha de D. João IV, que contraiu matrimônio com o príncipe Carlos II da Inglaterra, de quem Portugal passou a ter proteção militar.[48]

No ano de 1662, o capitão-mor da Paraíba, Matias de Albuquerque Maranhão, sendo informado sobre a parte que cabia à capitania para o dote da rainha e paz de Holanda, comunicou ao Reino: "*fico tratando com essa camara e povo o melhor modo com que se aja de acudir a obrigação*". Um ano depois, os oficiais da Câmara solicitavam a D. Afonso VI, que a Paraíba fosse isenta dessa contribuição anual no valor de três mil Cruzados, alegando o estado de miséria e a improdutividade de muitos engenhos.[49]

Para além das dificuldades financeiras, a Paraíba também se viu ameaçada de perder sua autonomia administrativa, quando em 1661, o governador de Pernambuco reclamou o direito de ter sob sua jurisdição todas as capitanias do Norte, por entender que assim havia sido ordenado a seus antecessores. O governo paraibano recusou tal submissão, e afirmou "*não conhecer nunqua aos Governadores de Pernambuco por superiores, aceitando só a Infantaria, pelo que tocca a defensa, mas não para se sogeitar a suas ordens*". Os oficiais da Câmara reforçaram esta decisão, dizendo que a

47 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 2, Doc. 118 e I.A.N./T.T. - Chancelaria de D. Afonso VI - Liv. 52 - fl. 269.

A participação dos senhores de engenho na guerra contra os holandeses pode ser avaliada sob duas óticas distintas. O argumento de que estavam lutando pela defesa dos interesses da Coroa portuguesa, engrandecia a ação. Em contrapartida, esta era denegrida quando vista como artifício para camuflar interesses pessoais, uma vez que, com a expulsão dos holandeses do Brasil, se esquivavam os proprietários rurais do pagamento das grandes somas que deviam àqueles. A insurreição, se vitoriosa, seria uma saída honrosa para os proprietários rurais e asseguraria os bens adquiridos. Esta dupla faceta deve ter sido levada em conta pelo poder régio quando tratou de julgar os pedidos de moratória dos senhores de engenho.

48 - Este intrincado processo de negociações entre Portugal, os Países Baixos e a Inglaterra está minuciosamente trabalhado em MELLO, Evaldo Cabral de - *O negócio do Brasil...* Op. cit. p. 217-274.

49 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 1, Doc. 50 e A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 1, Doc. 55.

Paraíba por ser uma capitania de Sua Majestade, com sede em uma cidade por ele fundada, nunca tivera outra sujeição a não ser a do governo geral da Bahia, e não podia o governador pernambucano, com sede em "*hua villa*", ter a pretenção de "*se querer fazer superior daquella cidade, que hé das primeiras e mais principaes do Brazil*". Sendo assim, poderiam ser consideradas anexas de Pernambuco outras vilas e freguesias da região, mas não as capitanias reais "*da Parahiba e Rio Grande que são cidades, e Itamaraca que se unio a Coroa*".[50]

O Conselho Ultramarino interviu na questão, ponderando que Pernambuco sempre havia sido de donatários, fato que impossibilitava serem submissas àquele governador "*as Capitanias da Parahiba e Rio Grande, que sempre forão de Vossa Magestade, e sogeitas e sobordenadas ao seu governador do Brazil*". Confirmavam os conselheiros do rei que após a expulsão dos holandeses, ao tempo do governo de João Fernandes Vieira, apenas houve ordem para que a Paraíba fosse socorrida pela infantaria de Pernambuco, por estar a Fazenda Real sem recursos para assegurar a defesa da capitania, não implicando isto em uma anexação jurídica. Este conflito se encerrou com a ordem para o governador pernambucano não interferir na jurisdição da Paraíba que deveria continuar sujeita apenas ao governo da Bahia "*como sempre esteve desde seus principios*".[51]

A supremacia de ser uma capitania de Sua Majestade, protegia a Paraíba naquele momento, assegurando-lhe a autonomia administrativa. Dando seqüência a este processo de reestruturação, os oficiais da Câmara, em 1662, solicitaram a D. Afonso VI, que restituísse à Paraíba a antiga condição de ter "*ministro Ecleziastico com poderes de Provizor e Vigario geral, e vizitador desta Cappitania e do Rio Grande*", assim como fora até o tempo em que a população deixou a capitania. Retornando, viam-se sujeitos ao vigário geral de Pernambuco, pelo que rogavam "*nos faça Vossa Magestade Merce de mandar passar carta pera o Cabido da Bahia fazer esta separassão na forma antiga, pera que assim fiquemos restituidos ao primeiro estado, logrando a Merce de Vossa Magestade tambem no Ecleziastico*".[52] Nesta questão, a Paraíba também foi atendida.

Aos poucos, a capitania ia reavendo antigos direitos e alcançando novos benefícios. Em 1676, os Irmãos da Santa Casa da Misericórdia solicitaram ao rei que lhes fizesse mercê de ter os mesmos privilégios

---

50 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 1, Doc. 47. (DOC. 22)

51 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 1, Doc. 47.

Ver tb. PINTO, Irineu Ferreira - Op. Cit. p. 64. ALMEIDA, Horácio de - *História da Paraíba*. Vol II. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1978. p. 17-18.

52 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 1, Doc. 51. (DOC. 24)

dados à Misericórdia da Vila de Olinda, pedido que achavam justo de ser atendido, por "*ser a Parahyba cidade, e muyto antigua, cabeça de hua Capitania Mor nomeado o Capitão mor della por Vossa Alteza e dos de bom procedimento e predicamento do Estado, e ora lhes tinha Vossa Alteza concedido Ouvidor letrado e novo Regimento, com que aumentandose em tudo esperavão para aquella Mizericordia os ditos previlegios*". No mesmo ano, D. Afonso VI concedeu àquela Santa Casa, as prerrogativas que tinham as da Bahia e Pernambuco.[53]

Retomava-se a produção do açúcar, refaziam-se as estruturas administrativas e eclesiásticas, mas as dificuldades daquela capitania ainda eram muitas. Um dos fatores que tinha relevante peso neste momento era a falta de comércio na Paraíba, obstáculo sempre combatido pelos seus governadores. Sobre esta questão, em 1675, o capitão-mor Inácio Coelho da Silva, justificava que a miséria daquela capitania residia "*no pouco comercio que ha na terra*", pois era o seu açúcar de boa qualidade e tinha a cidade um bom porto. No entanto, "*não vão aly navios buscar cargas, com o receo de a não acharem*", visto que a grande parte do açúcar paraibano era transportada para o porto do Recife. Considerava que não sendo permitido este comércio por intermédio de Pernambuco, e vendo os mercadores que os navios que fossem à Paraíba encontrariam carga, "*logo o negocio crescera, e os moradores terão tudo o que lhe for necessario*".[54]

Por sua vez, alegavam os senhores de engenho que sem fazer comércio com Pernambuco não poderiam os engenhos moer, porque devido a falta de navios, não chegavam à Paraíba "*os generos necessarios pera se aver de fazer o asucar, como sam fazendas, cobres, ferro, asso, breu, e escravos do gentio de Guiné*".[55] De tudo isto eram providos através do Recife, reduzindo o comércio da Paraíba e agravando cada vez mais a falta de navios no seu porto. Em decorrência, criava-se um círculo que beneficiava Pernambuco em detrimento da Fazenda Real da Paraíba, pois nesta não ficavam recolhidas as taxas sobre o açúcar produzido na capitania.

Esta polêmica em torno da liberação do comércio do açúcar através do porto do Recife, vai perdurar por décadas. A princípio, o mesmo foi proibido, havendo determinação régia, datada de 13 de Março de 1665, obrigando que os gêneros produzidos na Paraíba fossem embarcados diretamente para o Reino, evitando sujeitar a capitania ao monopólio dos

53 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 1, Doc. 99. (DOC. 32) e I.A.N./T.T. - Chancelaria de D. Afonso VI - Liv. 31 - fl. 279-279v. (DOC. 33)

54 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 1, Doc. 96. (DOC. 30)

55 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 1, Doc. 79.

mercadores pernambucanos.[56] No entanto, em 1685, os moradores e a Câmara da Paraíba solicitaram ao rei D. Pedro II, que autorizasse o comércio com Pernambuco, porque "*a experiencia mostrara no discurso de todo este tempo que se não frequentara aquelle porto de navios*". O pedido foi atendido por carta régia de 23 de Novembro do mesmo ano, e reiterado em 1692, considerando os prejuízos causados aos moradores e à Fazenda Real da Paraíba, uma vez que muito açúcar se perdia por não ser possível embarcar toda a produção "*nessa capitania em hua so embarcação que a ella vay cada anno*".[57] Durante o século XVIII, esta dependência econômica em relação à próspera capitania de Pernambuco vai ser um fato cada vez mais opressor para a Paraíba, até a ponto de tornar-se determinante para retirar-lhe a autonomia administrativa que sempre tivera.

Vivendo nesta condição econômica tão débil, a situação da Paraíba se tornou ainda mais grave quando o comércio do açúcar brasileiro foi afetado na Europa, na década de 1680, pela forte concorrência da produção açucareira nas Antilhas, dinamizada a partir da introdução das técnicas de fabrico aprendidas pelos holandeses no Brasil. Durante a segunda metade do século XVII, "o preço do açúcar brasileiro no mercado internacional enveredou por um prolongado período de queda e de estagnação, do qual só se recuperaria em finais de Setecentos".[58]

Todos estes obstáculos impedindo que a Paraíba alcançasse alguma estabilidade econômica também vão ter reflexos no demorado processo de reconstrução das suas estruturas edificadas. Em 1670, os oficiais da Câmara da Paraíba notificavam o abandono em que se encontrava a cidade, não mais denominada Filipéia, observando que há "*mais de dezoitto meses que a maior parte da nobreza deste povo não vinhão a esta cidade nem ainda aos cultos devinos*", por ser tamanha a desordem em que a mesma se achava. Três anos depois, agradeciam a Deus e ao capitão-mor Inácio Coelho da

---

56 - PINTO, Irineu Ferreira - Op. cit. p. 64.

Nova ordem régia, de 1675, reitera esta decisão. Por esta, "*ordena Vossa Magestade que se não divirtão os asucares da ditta Capitania para a de Pernambuco, e que se possão vir todos os que aly se fabricam em direitura a este Reyno, salvo não havendo navios no ditto porto, que hajão de tomar a carga*". A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 2, Doc. 136.

57 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 2, Doc. 136 e A.H.U. - ACL_CU - Códice 256 - fl. 143v.

58 - MARCADÉ, Jacques - Op. cit. p. 36.

Segundo Evaldo Cabral de Mello, a "guerra de Pernambuco" provocou o surto do açúcar nas colônias francesas, inglesas e em outras cedidas pela Inglaterra aos Países Baixos. "A concorrência do gênero das Antilhas revelou-se devastadora, ao beneficiar-se de capitais da comunidade judaica de origem portuguesa de Amsterdão e de Londres, da maior proximidade caribenha do mercado europeu e, finalmente, da proteção aduaneira dispensada pelos governos inglês e francês ao produto de suas colônias". MELLO, Evaldo Cabral de - O açúcar. In. RODRIGUES, Ana Maria (coord.) - *A Construção do Brasil 1500-1825*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000. p. 26.

Silva, por lhes permitir assistir missa na Igreja Matriz, reconstruída *"com toda perfeição que o estado da terra deu lugar"*.[59]

A reconstrução de edificações fundamentais, como a Igreja Matriz e o Forte do Cabedelo, vai denotar a difícil trajetória da capitania da Paraíba durante o final do século XVII e todo o século XVIII. No decorrer deste período, a igreja e o forte foram alvos de intermináveis obras, que de tão demoradas, se confundiam com uma imagem de ruína, dando espaço à nova empreitada de construção. A história destas e de outras edificações da cidade, como será visto a seguir, vai refletir o empobrecimento da capitania e a sua perda de importância no contexto do Brasil colonial. A Paraíba, enquanto fora uma "chave" fundamental na estratégia de reconquista e ocupação de territórios em finais do século XVI, recebera atenção e investimentos por parte do poder metropolitano. Mas quando esvaziada desta função e sem alcançar meios de se afirmar com uma economia fortalecida, vai ser progressivamente reduzida à condição de uma pobre capitania de Sua Majestade, situação na qual vai atravessar todo o século XVIII.

59 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 1, Doc. 86.

CAPÍTULO 4.3

A Paraíba no contexto do século XVIII:

reflexos de uma crise de longa duração

O século XVIII, denominado por muitos historiadores como o "século do ouro" para Portugal e o Brasil, devido a riqueza que por fim foi encontrada no interior da colônia, não teve o mesmo brilho para todos. As antigas áreas de produção açucareira vão pagar uma fatura decorrente da descoberta e exploração das minas, fato que entre outros desdobramentos, deslocou para a região centro-sul o pólo dinâmico da economia brasileira, retirando do Nordeste parte da evidência que detinha, desde o século XVI.

Em Portugal tinha início um período de estabilidade administrativa, abrangendo os dois longos reinados de D. João V (1706-1750) e D. José (1750-1777). Com D. João V a estabilidade foi alcançada em virtude da longa permanência dos seus principais ministros, sem haver mudanças significativas na política do seu governo, e pelo fato de não ter sua soberania contestada por nenhuma das grandes nações européias. A prosperidade econômica foi assegurada pelo ouro e os diamantes, e pela produção do açúcar e do tabaco do Brasil, além do comércio de escravos da África, que permitiam um intenso tráfico colonial.

Com D. João V, Portugal viveu marcadamente um tempo de fausto, pois o ouro brasileiro deu "ao soberano e à maioria dos nobres a possibilidade de ostentarem opulência como nunca anteriormente. Por toda parte, se construíram igrejas, capelas, palácios e mansões em quantidade".[60] Diz Oliveira Marques que neste contexto, se pode afirmar, "com algum exagero", que o Brasil "constituía a essência do próprio Portugal", proporcionando-lhe prosperidade durante o século XVIII e fazendo-o "respeitado uma vez mais entre as nações civilizadas da Europa".[61]

No entanto, ao lado da riqueza, eram constantes as notícias de pobreza no Reino, fruto da má administração dos recursos e dos gastos excessivos, entre os quais, enumeram-se os generosos donativos à Santa Sé, os incalculáveis gastos com as obras de Mafra, as grandiosas festas promovidas por D. João V, como demonstração do seu poder ilimitado e

60 - MARQUES, A. H. de Oliveira - *História de Portugal. Do Renascimento às Revoluções Liberais*. Vol. II. 13ª Ed. Lisboa: Editorial Presença, 1998. p. 365.

61 - Id. ibid. p. 387.

soberano, triunfando com o cerimonial do duplo casamento entre membros das casas reais de Portugal e Espanha, em 1728.[62] Em parte, era através destes artifícios que o Estado português demonstrava sua força e seu poder, ganhando prestígio perante as grandes potências européias do século XVIII, embora essa afirmação política e prosperidade econômica, tenham custado o elevado preço de uma maior dependência comercial e industrial em relação à Inglaterra.

Por tudo isso, D. José herdou uma coroa em crise política e financeira, que se refletia no "aumento do contrabando, na ineficácia dos organismos estaduais e no comportamento da nobreza ultramarina e do clero, muitas vezes carecido de diretrizes do poder central", situação esta vigente no final do governo de D. João V.[63] Sob o aspecto econômico, constatava-se que Portugal havia se beneficiado das riquezas sem administrá-las para prover seu desenvolvimento, e enfrentava, naquele momento, uma crise decorrente da queda na extração do ouro e dos diamantes, da baixa na produção de açúcar e no mercado de escravos.[64] O terremoto de 1755, abalou ainda mais a estrutura econômica portuguesa, sobrecarregando as finanças com as obras de reconstrução de Lisboa.

Este quadro levou D. José, a adotar medidas centralizadoras e reformistas, conduzindo a uma necessária reformulação da máquina administrativa do império português. No plano político, houve um reforço do Estado absoluto, levando às últimas conseqüências a idéia de que a autoridade do rei não tinha limites. Na economia, a política monopolista foi um dos aspectos desse reforço, e a instituição das companhias de comércio combateu o livre tráfico - que beirava ao contrabando - tendo como um dos seus objetivos salvar o comércio brasileiro que estava em grande decadência. Como parte dessa nova orientação, fazia-se necessário reformular não só os setores da administração e da economia, mas também a sociedade portuguesa, com medidas que implicaram em significativas mudanças nos domínios da cultura, da religião, da educação, e principalmente, da própria sociedade, adotando restrições sobre os grandes poderes detidos pela nobreza e pelas ordens religiosas. Essa política, comumente

---

62 - Ver: PIMENTEL, António Filipe - D. João V e a Festa Devota: do espectáculo da política à política do espectáculo. In: *Arte Efêmera em Portugal*. Lisboa: Museu Calouste Gulbenkian, 2000. p. 151-174.

63 - MOITA, Susana da Nóbrega Brites - *O Conselho Ultramarino no Brasil (1750-1777) Contributo para o estudo do sistema administrativo no Brasil colonial*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2002. Dissertação de Mestrado em História apresentada à Faculdade de Letras. p. 25.

64 - Segundo Elza Regis de Oliveira, Portugal vivia então, uma crise econômica "estrutural e não conjuntural". Era uma crise decorrente do seu próprio sistema econômico, dependente do comércio e da produção colonial, uma vez que no resto da Europa, após 1750, ocorreu uma retomada da expansão e estava em marcha a Revolução Industrial. OLIVEIRA - Elza Regis de - *A Paraíba na crise do século XVIII: subordinação e autonomia (1755-1799)*. João Pessoa: Banco do Nordeste do Brasil, 1985. p. 53.

denominada pombalina, devido à influência do principal secretário de D. José, Sebastião José de Carvalho e Melo, teve grandes repercussões no Brasil.

Desde o final do século XVII, mudanças significativas já vinham ocorrendo no Brasil, pois a descoberta das jazidas de ouro e dos diamantes, atraiu para a região centro-sul a atenção de todos, desde os aventureiros ao governo metropolitano, provocando o já referido deslocamento do pólo dinâmico da economia brasileira para aquela região, uma vez que estas riquezas estavam concentradas no território que veio a ser as capitanias de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, e também na Bahia. O ouro sendo um grande sustentáculo da economia colonial durante quase todo o século XVIII, teve crescentes remessas para Portugal a partir de 1720, entrando em declínio lento e contínuo em 1725, e com uma baixa acelerada entre as décadas de 1770 e 1780.[65]

Mas no conjunto da economia brasileira, o açúcar não perdeu seu lugar, situando-se acima do ouro e dos diamantes combinados durante muitos anos. Atravessando uma crise no final do século XVII, a economia açucareira recuperou-se e durante toda a primeira metade do século XVIII foi crescente a exportação para a Europa.[66] Na segunda metade da centúria, apesar da oscilação dos preços, o açúcar continuou a ser o principal produto da colônia.[67] A atividade mineradora, bem como a indústria do açúcar tinham por base a mão-de-obra escrava, mantendo o comércio de negros como o terceiro pilar de sustentação da economia brasileira daquela época.

Além do grande brilho do ouro, as mudanças a nível econômico eram decorrentes, também, da diversificação dos gêneros produzidos. Entre estes estava o tabaco, que tinha mercado em crescimento por ser utilizado na comercialização de escravos. Na segunda metade do século XVIII, o algodão passou a ter destaque, abastecendo as indústrias da Europa, particularmente a inglesa, durante a guerra de independência dos Estados Unidos (1776-1783).

---

65 - PRADO JÚNIOR, Caio - *História econômica do Brasil*. 41ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 56-64.

66 - MARQUES, A. H. de Oliveira - Op. cit. p. 399.

Embora a queda do açúcar seja por vezes associada ao início da mineração, há na verdade uma coincidência de fatos. Por um lado, ocorre um processo de êxodo de capitais e escravos para a região das minas, o que agrava a crise açucareira que já decorria da queda dos preços, da dificuldade de aquisição de escravos devido ao elevado preço, e da concorrência holandesa com o açúcar das Antilhas, gerando a concorrência e quebrando o monopólio português neste mercado. OLIVEIRA, Elza Regis de - Op. cit. p. 47.

67 - ARRUDA, José Jobson de Andrade - A circulação, as finanças e as flutuações econômicas. In. SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.) - *O Império luso-Brasileiro 1750-1822*. Lisboa: Editorial Estampa, 1986. p. 172.

Na mesma época, o couro nordestino constava na pauta das importações para o Reino e os atanados, não supriam as necessidades da metrópole.[68] Outros produtos ganhavam evidência, "como é o caso do arroz do Maranhão, das drogas do Pará, do cacau do Maranhão e da Bahia, erva mate do Rio Grande, sal e salitre do litoral, além das madeiras que continuaram a ser exportadas para o reino durante todo o período colonial".[69]

Muitas dessas produções foram resultado das reformas impostas pelo Marquês de Pombal, que se assentavam sobre a intensificação da agricultura comercial do Brasil e do tráfico negreiro, e sobre o incentivo à indústria no Reino, através de uma aliança da burguesia metropolitana com a monarquia, atraindo alguns elementos representativos da economia colonial.[70] Dentro desta linha de pensamento, as companhias de monopólio foram parte relevante do programa de reestruturação da economia portuguesa, tendo como finalidade expandir e integrar os mercados metropolitano e colonial.[71]

Da mesma forma que a economia brasileira se diversificou e expandiu, mudanças significativas também ocorreram no mapa da colônia. Novos territórios foram ocupados e explorados, e em meados do século XVIII, havia terras produtivas em todas as capitanias costeiras, até ao Piauí. Grandes extensões do Maranhão e do Pará tinham povoamentos assentados, alcançando o Amazonas. No interior, Minas Gerais foi alvo de um acelerado processo de ocupação, e boas parcelas de Goiás e Mato Grosso foram conquistadas. Em 1750, o Tratado de Madrid oficializou uma demarcação de território que a realidade da colônia já determinara, e em 1777, o

---

68 - Um ofício do governador da capitania de Pernambuco, enviado em 1757, demonstra a importância do couro para as exportações daquela região. No documento, consta o pedido do governador por um mestre curtidor para o tratamento dos couros e o estabelecimento de uma fábrica de atanados na Paraíba, pois conforme o governador, a capitania possuía suficiente gado vacum, antas e veados para tal empreendimento. CARLOS, Érika Simone de Almeida - *O Fim do Monopólio: a extinção da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1770-1780)*. Recife: Centro de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade Federal de Pernambuco, 2001. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História. p. 25-26.

69 - CARLOS, Érika Simone de Almeida - Op. cit. p. 26-27. ARRUDA, José Jobson de Andrade - Op. cit. p. 174.

70 - CARLOS, Érika Simone de Almeida - Op. cit. p. 39.

71 FAORO, Raimundo - *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. Vol 1. Rio de Janeiro: Globo, 1987. p. 228.

No reinado de D. José foram criadas seis companhias portuguesas nos moldes das antigas companhias européias: Companhia do Comércio Oriental e Companhia do Comércio de Moçambique, para o índico; Companhia da Agricultura das Vinhas do Alto Douro e Companhia das Pescas do Algarve, atuando na metrópole; Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão e Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, destinadas ao comércio atlântico. CARLOS, Érika Simone de Almeida - Op. cit. p. 39.

Tratado de Santo Ildefonso definiu o limite Sul do Brasil, depois de prolongados embates entre Portugal e Espanha.[72]

O crescimento do território implicou na criação de novas capitanias: Minas Gerais (1720), Goiás (1748), Mato Grosso (1748), Rio Grande de São Pedro (1730) e Santa Catarina (1737), todas desmembradas de São Vicente, e ainda São José do Rio Negro (1757) desmembrado do Pará. Nesta mesma época a Coroa portuguesa resolveu exercer seu poder direto sobre todas as capitanias que ainda estavam sob a posse de herdeiros dos donatários do século XVI, e por volta de 1761, não havia mais no Brasil capitanias hereditárias.[73]

Como resultado das mudanças administrativas e medidas centralizadoras do Marquês de Pombal, em 1763, a sede do governo geral do Brasil foi transferida da Bahia para o Rio de Janeiro, devido ao deslocamento do centro econômico provocado pela atividade mineradora, mas também, para proporcionar uma intervenção mais eficaz sobre os conflitos na defesa do limite sul do território. Da mesma forma, em 1772, foi extinto o Estado do Maranhão, unindo definitivamente os dois Brasis, que passaram a constituir um único vice-reinado.[74]

Com a mesma intenção reformista, mudanças foram feitas na organização das capitanias, sendo criadas nove capitanias-gerais, as quais tinham as suas subalternas. Assim ficava organizado o Brasil: Grão-Pará (com São José do Rio Negro, hoje o Amazonas), Maranhão (com Piauí), Pernambuco (com Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba), Bahia (com Sergipe e Espírito Santo), Rio de Janeiro (com Santa Catarina e Rio Grande de São Pedro), São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Estas mudanças tinham por objetivo enxugar a máquina administrativa da colônia, facilitar a comunicação e os mecanismos de fiscalização das capitanias, e melhor explorá-las economicamente. [75]

---

72 - Ainda no reinado de D. Pedro II, devido à intenção dos franceses de expandir seus domínios na direção do Amazonas, foi ordenada a construção, em 1687, do forte de Macapá. Esta região entre os rios Amazonas e Oiapoque esteve, ora nas mãos de Portugal, ora da França, até que em 1713, pelo Tratado de Utrecht, foi definido o limite norte do Brasil, demarcado pelo Rio Oiapoque. Ao Sul, as questões de definição de limite foram mais complicadas, devido à importância que tinha para Portugal e para a Espanha o estuário do Rio da Prata. Após uma longa história que envolveu a fundação da Colônia do Sacramento, no final do século XVII, períodos de guerra entre as duas nações, e a assinatura de diversos acordos, somente com o Tratado de Santo Ildefonso, em 1777, ficou definido o limite do Brasil pelo Rio Chuí. MARTINIÈRE, Guy - A implantação das estruturas de Portugal na América (1620-1750) In. MAURO, Frédéric (coord.) - *O Império Luso Brasileiro 1620-1750*. Lisboa: Editorial Estampa, 1991. p. 93-94. MARQUES, A. H. de Oliveira - Op. cit. p. 416-420.

73 - MARQUES, A. H. de Oliveira - Op. cit. p. 389.

74 - COUTO, Jorge - O Brasil Pombalino. *Camões*. n. 15-16. Jan / Jun. 2003. p. 70-71.

75 - Id. ibid. p. 70-71.

Diante de todas estas mudanças estruturais no Brasil do século XVIII, resta averiguar qual era a posição da Paraíba neste contexto. Elza Regis de Oliveira, assim sintetizou a condição da capitania, dizendo que a mesma, desde a expulsão dos holandeses, viveu mergulhada em uma "crise de longa duração", a qual se projetou até os meados do século XVIII, e em 1755, se agravou com a anexação da Paraíba à capitania de Pernambuco, devido às dificuldades econômicas em que se encontrava.[76]

No início do século XVIII, a Paraíba continuava tentando recuperar sua indústria açucareira, no entanto, esse processo foi dificultado não só pela conjuntura geral como pelas secas e enchentes que marcaram este tempo. Com cinco anos de seca, entre 1710 e 1715, foram incalculáveis os prejuízos e houve grande mortandade de escravos. Em 1712, a produção do açúcar não chegou a 150 caixas. Ressentia-se a capitania da falta de mão-de-obra, e apesar de haver escravos à venda, não existiam recursos entre os proprietários rurais para adquiri-los, estando quase todos os engenhos de fogo morto pela escassez de trabalhadores. Entre outros motivos, isto ocorria por causa da elevação do preço dos escravos desencadeada pela crescente procura de homens para a exploração das minas no Brasil, região de onde vinham compradores que esvaziavam o mercado das capitanias do Nordeste.[77]

Em 1724, teve início novo período de seca, seguido por uma praga de lagartas que destruiu a agricultura. Diante de tamanha devastação, o capitão-mor, João de Abreu de Castelo Branco, encaminhou ao Reino a seguinte informação:

> *"Os fructos da terra assi de mandiocas como legumes e frutas das arvores se extinguirão quazi de todo, de sorte que a maior parte dos moradores se tem sustentado de rayzes do mato improprias para o alimento, e por esta cauza tem perecido grande numero de pessoas, e particularmente escravos, desamparando os seus donos na impossibilidade de os sustentar. Alguns generos comestiveis que raramente aparecem se tem vendido por preços exorbitantissimos".*[78]

Ao mesmo tempo, tratava de comprar mantimentos na Bahia, em Alagoas, e até mesmo em São Tomé, mas pouco conseguia obter, enquanto a fome e a miséria geravam furtos e violência, o que o capitão-mor combatia através

---

76 - OLIVEIRA, Elza Regis de - Op. cit. p. 67.

77 - Id. ibid. p. 76

Nesta época, o capitão-mor da Paraíba, "João de Abreu de Castelo Branco, em carta ao Rei, expõe a difícil situação da capitania, pela falta de comércio, pela decadência dos engenhos, e do negócio da Costa da Mina, que, infestada por piratas e ameaçada pelos holandeses, fez subir o preço de escravos a tamanha exorbitância, que não tem proporção o custo deles com o lucro do seu trabalho". Id. ibid.. p. 76.

78 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 5, Doc. 416.

de "*bando*" determinando as punições para os faltosos. Por não conseguir conter o roubo de gado e os assaltos às roças de mandioca, temendo com isso "*exterminar se a semente da mandioca que he o pão da terra*", tinha a intenção de agir com mais severidade, chegando a "*executar ate a pena de arcabuziar na forma do castigo militar*" vendo ser o "*único meio de evitar o despovoar se a terra*".[79]

A seca tendo continuidade no ano seguinte, levou o capitão-mor da Paraíba a solicitar ajuda a D. João V, porque a capitania "*se achava aruinada pella falta e carestia de escravos para fabricarem os engenhos, e as mais fazendas, de cujos fructos rezultão as commodidades dos moradores, o aumento dos dizimos e rendas de Vossa Magestade, o pagamento dos filhos da folha, e a subsistencia das companhias desta guarnição*". Informava que os senhores de engenho haviam perdido mais da metade dos seus escravos e não possuíam recursos para adquirir outros, motivo pelo qual, recorriam para que "*Vossa Magestade seja servido mandar introduzir nesta capitania alguas embarcaçoens de escravos, com cujo trabalho, possão restabellecerse os engenhos e partidos delles*" na condição de serem pagos somente dali a quatro ou cinco anos.[80]

Sendo esta solução inviável, no ano de 1725, não se fez nos engenhos da capitania nenhuma caixa de açúcar. Como se não bastasse tanta miséria, em 1729, uma grande cheia inundou as várzeas da Paraíba, destruindo os engenhos, as plantações de cana e matando gado. Em 1731, informava o governo que foram produzidas apenas 95 caixas de açúcar, ficando prejudicada a Fazenda Real pela diminuição na arrecadação dos dízimos.[81]

Por tudo isso, o período que antecedeu a anexação da Paraíba à capitania de Pernambuco, foi sem dúvida, marcado por uma crise prolongada e de difícil recuperação. Antes mesmo de ser oficializada a anexação, havia na prática uma sujeição econômica, decorrente do já referido envio do açúcar paraibano para embarque no porto do Recife, e devido a arrematação em conjunto do contrato da dízima das alfândegas das duas capitanias. Este contrato era arrendado em Lisboa, com a condição de Pernambuco

---

79 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 5, Doc. 416.

80 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 6, Doc. 452.

O único meio que o capitão-mor encontrava para viabilizar o atendimento deste pedido, sem onerar a Fazenda Real, era fazendo a nomeação de um governador para a capitania que "*por cabedaes, ou por credito pudesse transportar de Angola para este porto o numero de oitocentos, ou mil escravos, e ajustado antecedentemente o preço delles com a camara e moradores da capitania o que poderia arbitrarse de noventa athé cento e vinte mil reiz, repartiremse pellas pessoas mais capazes de os pagar dentro no tempo referido, concedendo Vossa Magestade ao mesmo capitão mor que chegado o tempo do pagamento pudesse cobrar executivamente dos devedores*".

81 - OLIVEIRA, Elza Regis de - Op. cit. p. 78-79.

enviar anualmente, vinte mil cruzados à Provedoria da Paraíba, o que dificilmente ocorria, não gerando esta arrematação conjunta nenhum benefício para a Paraíba.

A esse propósito argumentou Horácio de Almeida: "Pernambuco não devolvia o dinheiro porque tinha o plano de levar a capitania vizinha à exaustão para anexá-la ao seu território". Tratava-se de uma atitude intencional, segundo cogita este autor.[82] No entanto, em documento de época, ficou registrado que o provedor da Fazenda de Pernambuco chegou a enviar desculpas ao Rei por não cumprir o estabelecido no contrato, justificando que por não haver frotas anuais, sucedendo "passarem-se cinco anos com três frotas", não era possível "pagar por ano o que se cobra por frota, acumulando-se, assim, dívidas, por esse descaso".[83]

Apesar das iniciativas dos governadores paraibanos para reerguer a economia da capitania, encontravam todos estes entraves, e quando apelavam para o apoio da metrópole, não havia resposta. Portugal atravessava uma das suas grandes crises, com o fim do reinado de D. João V.[84]

Sendo assim, a Coroa portuguesa isentando-se de assumir a responsabilidade de recuperar a economia da Paraíba, em 1756, transferiu para Pernambuco essa pesada tarefa, anexando o governo das duas capitanias através do seguinte decreto:

> *"Dom Jozé por graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves daquem e dalem mar em Africa Senhor de Guiné etc. Faço saber a vos Coronel Governador da Paraiba que por se ter conhecido os poucos meios que há nessa Provedoria da Fazenda da Paraiba para sustentar hum governo separado. Fui servido por rezolução de vinte e nove de Dezembro proximo passado tomada em Consulta do meu Conselho Ultramarino extinguir esse governo da Paraiba, e que acabado o vosso tempo fique essa mesma Capitania sugeita ao governo de Pernambuco, pondose, nessa da Paraiba hum Capitam mor com igual jurisdição e soldo ao que tem o Capitão mor da Cidade do Natal do Rio Grande do Norte. De que vos avizo para que assim o tenhaes entendido".*[85]

Mesmo sendo apontada a decadência econômica da Paraíba para justificar a sua anexação à capitania de Pernambuco, esta medida fazia parte da política pombalina de conter gastos, concentrar recursos e não dispersá-los numa época de crise como a dos meados do século XVIII em Portugal e no Brasil. Por sua vez, Pernambuco tinha seus interesses nessa subordinação, visando os lucros que poderia obter.

---

82 - ALMEIDA, Horácio de - *História da Paraíba*. Vol II... Op. cit. p. 74.

83 - OLIVEIRA, Elza Regis de - Op. cit. p. 85.

84 - SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et. all. - Op. cit. p. 29-30.

85 - I.H.G.P. - Doc. Coloniais Manuscritos - Ordens Régias - Liv. 05 - fl. 157.

Diante de tal decisão, a Câmara solicitou ao Reino para reconsiderá-la, pois a Paraíba sempre fora dependente única e exclusivamente do poder central, e "*em todo tempo forão os moradores desta capitania com grande utilidade publica leaes vassallos de Vossa Magestade*". Alegavam que a pobreza da capitania não era um argumento sustentável, porque ainda há pouco tempo, os paraibanos "*com animo liberal, excedendo aos limites do seo poder, voluntariamente offerecerão cem mil cruzados para ajuda do reparo das ruínas dessa Corte*" após o terremoto. Por fim, demonstravam os oficiais da Câmara, que o processo de anexação não implicaria em uma significativa economia de recursos, como justificava o poder metropolitano, além de trazer benefícios apenas para Pernambuco. Diziam:

> "*as congruas ecclesiasticas do Clero, das Religioes, e dos Missionarios sempre hão de ser as mesmas, os soldados são sempre precizos, os Menistros como se hão de extinguir. As obras da fortalleza como hão de parar. Os consertos publicos de fontes, e cadeas são inevitaveis, e tudo isso se ha de tirar desta Capitania, quanto mais que se Pernambuco não consumira em sy as rendas que nos pertencião em virtude da arrematassão de ambas as Alfandegas em hum so contracto, não nos ouviria Vossa Magestade queixas das faltas que exprimentamos; e que farão levando agora juntamente as nossas izençoes, as nossas rendas, e as nossas regalias*".[86]

Cerceado o poder de mando do governo paraibano perante a anexação das duas capitanias, esta passou a depender completamente das decisões impostas pelos governadores pernambucanos. Mas estavam certos os oficiais da Câmara quando apontavam que Pernambuco não tinha condições, nem interesse de auxiliar a Paraíba, em face do monopólio que exercia sobre a mesma. O tempo demonstrou que tal medida, além de não constituir uma solução para o problema, retardou ainda mais o desenvolvimento da economia paraibana e contribuiu para agravar o estado de ruína da capitania.

Novo golpe foi deflagrado sobre a capitania com a criação da Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba, instituída por alvará de 13 de Agosto de 1759. Esta Companhia, inserida na política econômica do Marquês de Pombal, tinha a finalidade de estimular a economia nordestina favorecendo-a com um melhor suprimento de mão-de-obra e com a manutenção de frotas regulares para Portugal, ao mesmo tempo em que abria o mercado colonial para as manufaturas do Reino.[87]

---

86 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 19, Doc. 1495.

87 - Havia um critério na escolha das áreas em que o comércio seria liberado e nas outras em que haveria o monopólio. Tal critério definia que regiões secundárias e abastecedoras do comércio central seriam liberadas, ao mesmo tempo em que se reforçariam os privilégios das vias principais, como as capitanias brasileiras, objetivando o reforço do lucro e da sua segurança. CARLOS, Érika Simone de Almeida - Op. cit. p. 40-43.

Criada com um capital de 1360 contos, um monopólio de 20 anos e tendo a maioria dos acionistas no Reino, foram questionáveis os resultados obtidos pela Companhia. Seus defensores apontavam que, por algum tempo, esta reanimou o estagnado comércio de açúcar das duas capitanias. Afirmavam outros, que a Companhia não trouxera vantagens para a região, uma vez que visava mais explorar o potencial da colônia do que beneficiá-la. Houve grande insatisfação e a acusação de que com o regime de monopólio, foram elevados os preços das mercadorias introduzidas nas capitanias e desvalorizados aqueles retirados da produção local.[88]

A falta de autonomia política e as poucas vantagens oferecidas pelo sistema do monopólio comercial a que estava submetida a Paraíba, não dava muitos meios para seu desenvolvimento. Mesmo assim, houve algum aumento na economia, entre os anos de 1765 a 1775, embora um novo período de seca fizesse declinar novamente a produção.

As mudanças viriam nas duas últimas décadas do século XVIII, já no reinado de D. Maria I. Principiou com a extinção da Companhia de Comércio, em 1780, justificada em parte, pela queda do Marquês de Pombal e as mudanças introduzidas pelo ministério que o sucedeu, mas também, porque os lucros obtidos foram abaixo do esperado.[89] Em 1787, o governador da Paraíba, Jerônimo José de Melo e Castro, demonstrava ao poder metropolitano que cresciam as rendas e o comércio, fatores que deveriam ser considerados para uma revisão sobre a medida de anexação das capitanias.[90]

Mas entre os anos de 1791 e 1793, outra seca arrasou a Paraíba, apontando o governador Fernando Delgado Freire de Castilho, que além daquela calamidade, tal quadro de pobreza resultava da sujeição que "*não tem feito mais do que sufocar a indústria e a agricultura e aumentar o monopólio de Pernambuco, para onde se faz a exportação dos gêneros da Capitania*", tornando inviável qualquer política econômica para recuperação da mesma.[91]

Ao fim, D. Maria I concedeu novamente a autonomia à Paraíba, por carta datada de 9 de Janeiro de 1799, considerando os inconvenientes que tal sujeição acarretava para o bem do seu Real Serviço e para os moradores da capitania. No entanto, a autonomia, de fato, só seria consumada muito depois, uma vez que os vínculos que ligavam a Paraíba à Pernambuco resultavam de um processo de longa duração e não podiam ser quebrados de uma só vez.[92]

---

88 - MARQUES, A. H. de Oliveira - Op. cit. p. 405. OLIVEIRA, Elza Regis de - Op. cit. p. 95-96.

89 - CARLOS, Érika Simone de Almeida - Op. cit. p. 112.

90 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 30, Doc. 2175.

91 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 33, Doc. 2409.

92 - OLIVEIRA, Elza Regis de - Op. cit. p. 114.

Com o fim da submissão a Pernambuco, foi concedido à Paraíba o direito de fazer comércio direto com o Reino, mas eram poucos os navios que iam ao seu porto, bem como era reduzida a produção exportada pela capitania, porque a maior parte desta continuou escoando pelo porto do Recife. Da mesma forma, sendo recuperado o poder político dos governadores paraibanos, estes voltaram a administrar suas próprias rendas, a cobrar impostos e a executar as obras de que a capitania necessitava, embora sempre presos às limitações dos cofres da Fazenda Real. No entanto, não se pode afirmar que a Paraíba entrou em um processo de rápido desenvolvimento, visto que ainda enfrentou dificuldades.[93]

Esta trajetória da Paraíba, marcada por tantos percalços de ordem política, econômica, e outros decorrentes da própria natureza do lugar, caracterizada por penosos tempos de estiagem, justifica a constatação feita anteriormente, quanto ao demorado processo de reconstrução das estruturas edificadas da capitania, e particularmente, da cidade de Nossa Senhora das Neves, ou cidade da Paraíba, como passou a denominar-se desde que retornou ao domínio luso.

Embora sem muita precisão cronológica, considera-se que este longo tempo pode ser dividido em duas etapas distintas. A primeira, se caracterizou pela reconstrução de praticamente tudo o que havia sido perdido durante o tempo dos holandeses, se refazendo os engenhos, as fortificações, as igrejas e conventos, e tudo de mais essencial para o reinício da vida coletiva. Em meio a este processo, foram progressivamente surgindo as condições que propiciaram uma fase de nova construção.

Durante a primeira metade do século XVIII, teve início a fase da construção de edifícios mais "modernos" e enquadrados na linguagem arquitetônica da época, e de outros que até então não eram requeridos pela estrutura da sociedade: igrejas de irmandades, colégio, seminário, casa dos contos. Estes edifícios refletiam as mudanças e demonstravam a formação de uma outra ordem social. Ao mesmo tempo, erigí-los era uma forma de dar à cidade uma nova imagem, talvez, como uma tentativa de afirmar e manter sua condição de centro de poder diante do contexto pouco favorável que a capitania atravessava, devido ao seu empobrecimento e a sua perda de importância no contexto do Brasil colonial.

Algumas das edificações propostas nessa segunda fase nunca chegaram a se concretizar. Em 1782, o governador Jerônimo José de Melo e Castro pedia que fosse erguida uma nova casa para sua residência, a qual deveria "*aformuziar com sua perspectiva*" o largo da casa de câmara, aberto em 1610.[94] A partir deste dado, se antecipam dois aspectos que devem ser

93 - Id. ibid. p. 135.

94 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 28, Doc. 2115. (DOC. 169)

considerados ao observar a cidade daquela época: renovavam-se ou propunham-se novas edificações, mas estas se assentavam, em geral, sobre a estrutura urbana definida desde a fundação da cidade, a qual também foi determinante para definição do limitado crescimento que a malha urbana teve durante o século XVIII.

Diante destas questões aqui colocadas, tem seguimento o estudo da formação da cidade da Paraíba, observando-a nesses dois tempos - o da "reconstrução" e o da "construção" - e sob dois aspectos: as permanências e as renovações, ou seja, as iniciativas de dotar a cidade com uma imagem própria do século XVIII, embora permanecendo as características urbanas definidas desde o final do século XVI. Mais uma vez, antecedendo a análise da cidade, volta-se um olhar sobre a arquitetura militar, porque a função defensiva vai continuar sendo o foco da atenção do poder público, assim como fora quando da criação da Filipéia.

CAPÍTULO 5

Em torno do sistema defensivo da Paraíba



Fonte: Acervo fotográfico Dr. Humberto Nóbrega - Unipê

"Fortifficar he cercar huma Cidade, Villa, ou qualquer outro citio, de forte que poucos deffençores de dentro possão resistir, e deffender-se de muitos inimigos de fóra, que he oppor hum exercito poderoso (...)

A ressitencia consiste materialmente nas muralhas, terraplenos, parapeitos, orelhoens, e de algum modo na suffeciente abertura do angulo flanqueado, e em tudo aquillo que serve para cobrir os citiados do fogo dos citiadores, mas formalmente consiste a resistencia em huma certa disposição das partes da fortificação, que procura aos citiados o modo de fazer aos citiadores o maior damno possivel".

Manoel de Azevedo Fortes - O Engenheiro Português

CAPÍTULO 5.1

A (re)construção das fortificações: da terra à pedra.

Em 1654, os holandeses deixaram a Paraíba. Em Maio do ano seguinte, o governador de Pernambuco, Francisco Barreto, dava notícias sobre os reparos que já estavam sendo feitos nas esplanadas e artilharias do forte do Cabedelo para remediar "*alguas ruynas do fogo que lhe puzerão quando fugirão*".[1] Para estas obras, foram enviados carpinteiros e ferreiros do Recife, e ainda regressavam os moradores à capitania quando de Pernambuco, também chegaram seiscentos soldados para a infantaria, sem que houvesse recursos na Paraíba para os sustentar.[2] São dados que demonstram a urgência imposta para a reconstrução do sistema defensivo de toda aquela região que havia estado sob o domínio dos holandeses, visto que o fantasma do inimigo pairava no ar.

Tão recentes conflitos com um desfecho que ainda estava por acontecer na esfera das negociações políticas entre as nações envolvidas, justificavam tal urgência. Decorrendo até 1661, os acordos diplomáticos entre Portugal e os Países Baixos, ao longo de todos estes anos, a possibilidade de novo ataque ao Brasil constituía uma preocupação constante, que na Paraíba era reforçada pelo fato da capitania estar completamente desprotegida, tornando-se um ponto vulnerável, onde "*facilmente podem os inimigos fazer alguas entradas*".[3].

Mas estando a Fazenda Real da Paraíba sem rendas, devido à ruína e improdutividade dos engenhos da capitania, determinou a Coroa portuguesa que a recuperação dos seus fortes fosse paga com recursos oriundos da Fazenda Real de Pernambuco, cujo governador, tendo a função de superintendente das fortificações, também administrava as obras.[4] Sendo assim, as decisões sobre esta matéria não estavam na esfera do poder da Paraíba, que tinha um papel subalterno nesta organização, cabendo aos seus governadores apenas fiscalizar as obras e informar o Reino sobre o andamento das mesmas.

Sobre a manutenção e reconstrução dos fortes da Paraíba havia opiniões divergentes. Por parecer datado de 1655, o então capitão-mor da capitania, João Fernandes Vieira, expôs sua posição: "*Na Cappitania da Parayba he necessario concervarse a força do Cabedello e a da Restinga*

1 - A.H.U. - ACL_CU_015, Cx. 6, Doc. 534.

2 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 1, Doc. 40. (DOC. 20)

3 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 1, Doc. 54. (DOC. 25)

4 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 1, Doc. 54. (DOC. 25)

que impede tambem a barra pela parte do sul e outra fortaleza de Santo Antonio que esta pela parte do norte e com ellas se fiqua impedindo a entrada das barras".[5] Para o mestre de campo e governador de Pernambuco, Francisco Barreto, apenas se justificava recuperar o Cabedelo e "*as mais fortificações que ha na ditta Parayba se devem arrasar, porque não sam de utillidade pera nos, e pera os hollandezes o erão, pera reparo do danno que lhe pudiam fazer da campanha*". Alegava Francisco Barreto, que as fortificações a serem mantidas deviam ser compatíveis com os recursos disponíveis para sustento das mesmas e das guarnições que comportavam, porque "*nam avendo cabedal pera petrechar as fortificações e soldados pera as guarnecer he o mesmo que edificar para o inimigo, e dar-lhe armas contra as de Vossa Magestade*".[6]

Constatavam que "*despois que os olandeses senhorearão aquellas praças acressentarão a do forte do Cabedelo, e a fiserão capaz de quinhentos homes de prezidio, por ser tão importante que de tudo isto necessitava naquelle tempo*".[7] De fato, quando os holandeses reconstruíram o sistema defensivo da Paraíba, fizeram modificações para atender às necessidades inerentes àquele momento e a uma organização militar com características diferentes das que inicialmente haviam sido definidas pelos colonizadores portugueses. No lugar do Cabedelo, construíram um forte mais espaçoso, pois mantinham ali uma importante base de apoio, e definiram para o de Santo Antônio um circuito menor, dando-lhe um papel secundário no conjunto do sistema. Na Ilha da Restinga, por sua associação com o Cabedelo, mantiveram um reduto com artilharia.

Considerando as definições apresentadas por Luís Serrão Pimentel, em seu "*Método Lusitânico*", caberia afirmar que os holandeses substituíram o "forte" do Cabedelo, por uma "fortaleza", pois como definiu o engenheiro português, "forte é uma praça de fossos, reparos e baluartes, dos quais se pode defender com pouca gente contra a força do inimigo". Por sua vez, a fortaleza "é um castelo ou cidadela mais forte, capaz e de mais baluarte que os ordinários, para segurança das províncias, portos ou semelhante intento".[8]

---

5 - A.H.U. - ACL_CU_015, Cx. 6, Doc. 534.

6 - A.H.U. - ACL_CU_015, Cx. 6, Doc. 534.

7 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 1, Doc. 64.

Considerava o capitão-mor Luís Nunes de Carvalho (1667-1670), que o Cabedelo era uma "*obra que o olandez fez muito dilatada, maiz para recolhimento da sua gente que para forteficação, porque bastava naquelle sitio a fortaleza que nos ali tinhamos mais abreviada e que se podia defender com menos fabrica e gente*". A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 1, Doc. 93. (DOC. 28)

8 - PIMENTEL, Luís Serrão - *Método Lusitânico de Desenhar as Fortificações das Praças Regulares e Irregulares*. Lisboa: Direcção da Arma de Engenharia, 1993. p. 15-16. Edição fac-símile.

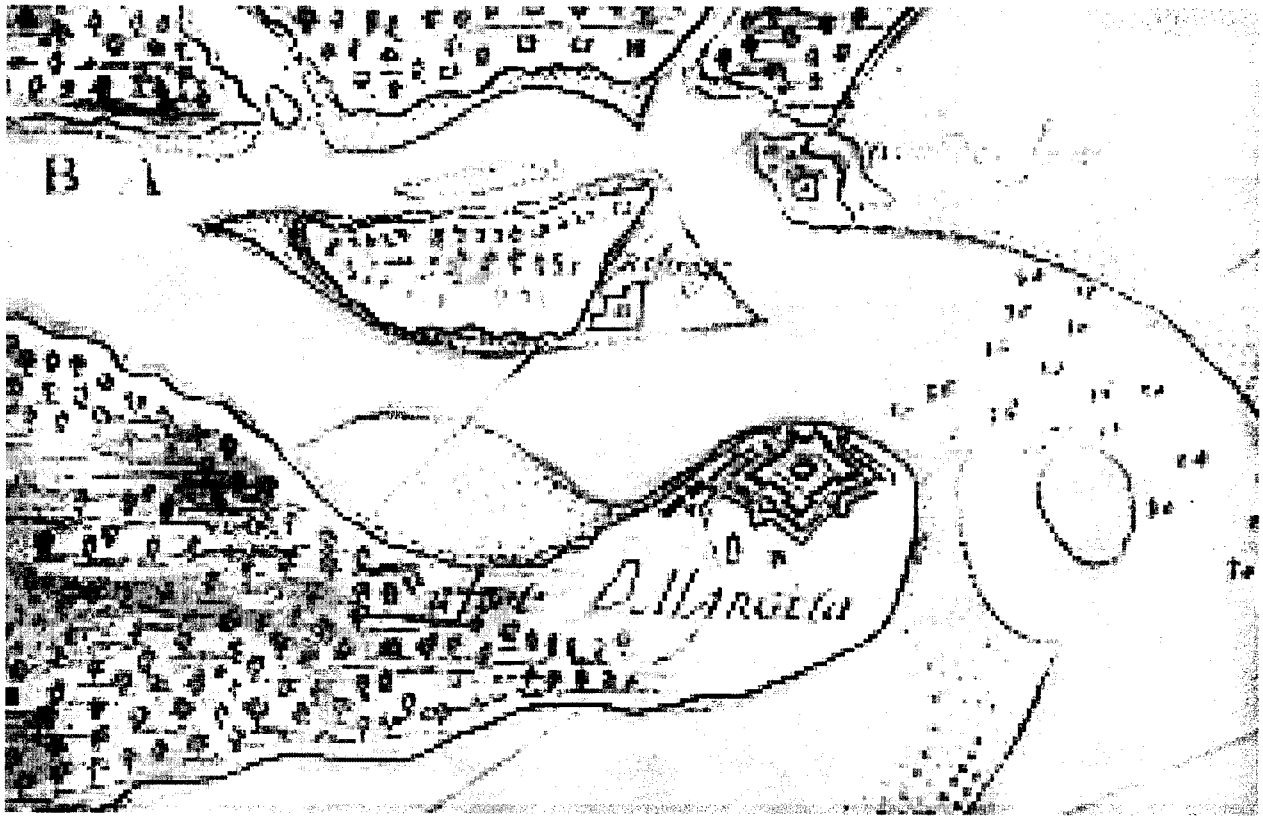


FIG. 43
O sistema defensivo da barra do Rio Paraíba, em detalhe da cartografia holandesa datada de c.1640. Observa-se o desenho dos fortes do Cabedelo, Restinga e Santo Antônio após a intervenção dos holandeses.
Fonte: REIS FILHO, Nestor Goulart. Imagens do Brasil Colonial...

Devido a este alargamento das dimensões do Cabedelo, e às circunstâncias em que ficou a Paraíba após a reconquista não foi possível "*prezidiar*" a fortaleza do Cabedelo "*com o mesmo numero de gente que elles* [os holandeses] *tinhão nella, nem menos conservala com a perfeição com que elles o podião fazer e pella impossibilidade dos moradores daquella Capitania, se foi o forte do Cabedello desfazendo e arruinando, e chegou a estado que as muralhas cairão por serem todas aquellas obras de taipa e faxina*".[9]

Passados mais de dez anos da retomada do poder sobre a Capitania da Paraíba, a reconhecida urgência na reconstrução do seu sistema defensivo esbarrava no intransponível obstáculo da decadência econômica. Pela vistoria que o capitão-mor, Luís Nunes de Carvalho, efetuou no ano de 1667, tem-se um balanço da precariedade em que se encontravam aqueles fortes, visto estar o do Cabedelo "*muito arruinado com toda a artelharia pelo cham, e sem reparo algum, o da Restinga, que hé o que faz mayor defensa a esta barra de todo arruinado, e a artelharia debaixo dagua, e o de Santo Antonio que estava da outra parte do rio sem sombras de que alli houvesse havido fortificação*". Também faltava infantaria para defesa da capitania

9 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 1, Doc. 64.

e "*havendo nella quatro cappitaes entre todos não tem mais que seis soldados, sendo que he muito necessario haver infanteria para a defensa della*".[10]

Sendo confrontado com esta situação, e considerando a mesma merecer uma "*atenção muito particular pello que importa ao serviço de Vossa Magestade e bem de seus vassalos*", o Conselho Ultramarino emitiu o seguinte parecer encaminhado ao rei D. Afonso VI:

> "*Paresse que em consideração de tudo deve Vossa Magestade mandar ordenar que dos dois mil Cruzados que os moradores daquella capitania da Parahiba estão obrigados a pagar cada ano em decurso de 24 annos na forma que Vossa Magestade o tem rezoluto para o dote da Serenissima Senhora Raynha da Grão Bretanha e paz de Olanda, se aplique para a fortificação do forte do Cabedello, o que for necessario para ella ate com effeito se acabar e aperfeiçoar*".[11]

Apesar desta contraditória situação, polarizada entre a necessidade de fazer e a falta de meios para o fazer, algumas providências iam sendo tomadas. Durante o seu governo, Luís Nunes de Carvalho (1667-1670) mandou desenterrar e resgatar a artilharia que ainda encontrou na Restinga, colocando-a "*em lugar mais acomodado*". No Cabedelo, recuperou os parapeitos, as estacadas, algumas plataformas e esplanadas. Como o forte "*com a comtenuação das mares quasy se hia aruinando*", mandou construir para proteção do mesmo "*hum caes de pedra emsonsa*". No entanto, estas não passavam de medidas paliativas, pois apontava o capitão-mor as muitas dificuldades que encontrava para manutenção do Cabedelo, que por ser "*tao dilatado e de terra cada dia ha nelle ruinas que reparar*".[12] Havia uma grande distância entre o que era possível a Luís Nunes de Carvalho executar e o que considerava adequado para a defesa da capitania, opinião que deixou registrada e deve ser vista com relevância, devido à longa experiência militar que possuía. Assim propôs:

---

10 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 1, Doc. 68. (DOC. 26)

11 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 1, Doc. 64.

Confirma Vilma Monteiro que para além do estado de pobreza que a guerra impôs, outros fatores econômicos pesaram negativamente para recuperação do sistema defensivo da Paraíba, entre os quais, conta-se o fato da capitania ter arcado com o ônus de dois mil cruzados anuais, pelo espaço de 24 anos, em benefício da Rainha da Gran-Bretanha e do acordo de paz com a Holanda. MONTEIRO, Vilma dos Santos Cardoso - *História da Fortaleza de Santa Catarina*. João Pessoa: Imprensa Universitária/UFPB, 1972. p. 208.

12 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 1, Doc. 93. (DOC. 28)

Apesar das obras executadas no Cabedelo por Luís Nunes de Carvalho, o seu sucessor, Inácio Coelho da Silva (1670-1673), ao assumir o governo disse ter encontrado "a *Fortaleza da Barra, unica deffença da cidade e cappitania, não menos aruinada, e de tudo emcapas della, como constara a Vossa Alteza pela certidão dos officiaes da Camara que com elles a fuy vizitar, faltando de armas, como muniçoins, artilheyros, e soldados que necessitando ao menos para a guarnição ordinaria de cem homens, tem outo*". A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 1, Doc. 80.

"No particular do que he necessário com forme a esperiencia que tenho para a boa defença desta capitania e pello que vy obrado nella no tempo da guerra dos flamengos, no lugar aonde esta a forsa do Cabedello, por ser muito dilatada, pareseme basta hum forte muito mais abreviado do que hoje esta e mais avansado hum pouco pera o mar capas de se defender com sincoenta ou sessenta infantes, e quinze ou dezaseis peças de artelharia, que se pode obrar com a fabrica e terra do Cabedello.

No lugar da Restinga por ser a principal defença daquella barra, se deve fazer outro, comforme o que aly já tivemos e os olandeses comservarão por conhecerem sua utillidade para o que no mesmo lugar estão dez ou onze peças de artelharia de bronze e ferro de boa qualidade e calibre, para o que só bastão vinte sinquo ou trinta soldados, e este forte comvem muito será de pedra e cal; com estas duas fortalezas nesta forma, ficará esta barra quasy emposivel de ser emtrada".[13]

Sendo a defesa da Paraíba fundamentada nos fortes do Cabedelo e da Restinga, desapareceram as referências ao forte de Santo Antônio, datando de 1675, a última notícia encontrada, apontando estar o mesmo arrasado, havendo apenas vestígios do que fora.[14] Desde então, este forte não volta mais a comparecer nas correspondências trocadas entre as instâncias do poder, indicativo de que não se tratava de uma praça fundamental para defesa da capitania, sendo definitivamente abandonado o projeto de re-construí-lo. De fato, nunca a margem norte da barra do Rio Paraíba fora priorizada para a implantação de um forte, o que se justificava pelo fato de estar mais afastada do canal principal de acesso para os grandes navios, como já foi demonstrado anteriormente.

Persistiram os projetos de recuperação dos fortes do Cabedelo e da Restinga, mas cabia encaminhar essas obras *"sem pedir nem vexar o povo"*, uma vez que a população da Paraíba mal podia com o próprio sustento. Ao mesmo tempo, era preciso sempre, fazer *"pouca despeza da Fazenda de Vossa Alteza"*, pois esta padecia com os parcos recursos possíveis de arrecadar em uma capitania que tinha sua economia em processo de reconstrução.[15]

Diante desta constante falta de verbas para as obras, era válido tirar partido de todos os meios disponíveis e aceitar as contribuições de quantos quisessem colaborar. Em 1675, o Conselho Ultramarino analisou a

---

13 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 1, Doc. 93. (DOC. 28)

14 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 1, Doc. 92. (DOC. 27)

José Luís da Mota Menezes, em trabalho publicado sobre as fortificações portuguesas no Nordeste do Brasil, não faz qualquer referência à reconstrução dos fortes da Restinga e Santo Antônio após o período holandês, deixando subentendido que estes teriam desaparecido naquele tempo. MENEZES, José Luiz Mota e RODRIGUES, Maria do Rosário - *Fortificações portuguesas no Nordeste do Brasil, séculos XVI, XVII e XVIII*. 2ª Ed. Recife: Pool Editora, 1986. p. 72 e 77.

15 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 1, Doc. 93. (DOC. 28)

idéia de formar uma aldeia de índios junto ao Cabedelo, a fim de garantir a mão-de-obra para o transporte do torrão necessário às obras do forte, que assim podia "*se conservar sem mayor dispendio da fazenda de Vossa Alteza que de oito mil reis cada cazal por anno*". Esta proposta foi aprovada no ano seguinte pelo poder metropolitano, devendo o superintendente das fortificações, João Fernandes Vieira, ordenar que se fizesse "*hua barcassa raza*" para viabilizar a execução daquele serviço.[16]

Caixas de açúcar e mercês eram moeda corrente para o pagamento de serviços prestados, quando o dinheiro, literalmente, não existia. A mercê do cargo de sargento-mor da Paraíba, foi a recompensa dada a João Ferreira Batista, em 1676, em reconhecimento dos serviços prestados e recursos pessoais que investiu no Cabedelo. Tendo "*praça de soldado pago*" naquele forte, trabalhou na construção da "*estacada que se lhe fes pella parte do rio carregando para ella torrão e fachina, ajudando a cavalgar des pessas de artelharia de bronze que nella se puzerão*". Por não haver ordem para o pagamento destas obras pela Fazenda Real, "*se offereceo por serviço de Deos a faze-las a sua custa*".[17]

Da mesma forma, o poder metropolitano convencido da necessidade de reconstruir o forte da Restinga que já havia perdido "*de todo a forma por se nam reparar*"[18], cogitou aceitar a oferta de um morador da Paraíba, por nome Antônio Cardoso, para financiar esta reconstrução desde que o rei fizesse a mercê de lhe dar a capitania daquele forte "*em sua vida e de seu filho*".[19] Sendo ambos indivíduos "*capazes*" e de "*cabedal*", foram iniciadas as negociações, oferecendo-lhe o rei "*mais algua honra*", caso tivessem recursos para sustentar a guarnição durante seis anos, "*em quanto as rendas reaes daquella Capitania não tem mayor crescimento para pagar a guarnição de hum Capitão, seu Thenente Sargento e trinta soldados, que são as prassas que o Concelho entende pode haver nesta forsa*".[20]

Nestas circunstâncias, foi transcorrendo a recuperação dos fortes da Paraíba. Por portaria de 1676, D. Afonso VI apresentou as condições para Antônio Cardoso fortificar a Restinga, a princípio, com obra executada em torrão, mas "*com declaração que dentro em seis annos a vão cobrir de pedra e cal na forma que a desenhar o capitão engenheiro João Coutinho*".[21] No ano seguinte, estavam iniciadas as obras e Antônio Cardoso solicitava que lhe fossem disponibilizados "*doze soldados para com outros doze a que*

16 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 1, Doc. 92. (DOC. 27) e A.H.U. - ACL_CU - Códice 256 - fl. 13-13v. (DOC. 34)

17 - I.A.N./T.T. - Chancelaria de D. Pedro II - Liv. 28 - fl. 209v.

18 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 1, Doc. 54. (DOC. 25)

19 - A.H.U. - ACL_CU - Códice 256 - fl. 13-13v. (DOC. 34)

20 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 1, Doc. 92. (DOC. 27)

21 - A.H.U. - ACL_CU - Códice 256 - fl. 17. (DOC. 35)

paga poderem acodir ao trabalho da fabrica da fortaleza da Restinga que de novo se fez na Paraíba".[22]

Quanto ao Cabedelo, o forte que ia sendo reconstruído, certamente, guardava uma forma bem próxima daquela deixada pelos holandeses, cuja estrutura edificada pode ser minimamente subtraída a partir dos registros documentais datados do final do século XVII. Este forte foi descrito, em 1663, tomando por referência as plataformas onde se assentava a artilharia, as quais eram assim denominadas: plataforma do sino, da cruz, da bandeira de Santo Antônio, de Santo Alberto e de São Benedito, ficando esta última voltada para a *"banda do rio"*, enquanto três das demais estavam viradas para o lado da terra.[23] Na praça de armas havia *"os coarteis dos soldados e outras muittas cazas de alojamenttos e despejos do ditto fortte"*, enquanto entre as obras externas, foram referidas as estacadas, a ponte e as esplanadas.[24]

O processo de reconstrução desse forte era agravado por uma série de fatores, e as informações que ficaram das décadas de 1680 e 1690, dão um prenúncio do que vai ser a trajetória do Cabedelo ao longo do próximo século. Sendo de maiores proporções, este exigia mais investimento de recursos, os quais eram provenientes, principalmente, do pagamento da imposição de *"oitenta reiz que paga cada caixa de asucar que se embarca"* para o Reino, através do porto da capitania. No entanto, por ser restrita, e por vezes inexistente, a comercialização do açúcar naquele porto, não se recolhia aquele imposto na alfândega da Paraíba. Esta situação foi agravada quando, por decisão do Reino, ficou liberado o comércio do açúcar paraibano através do porto do Recife, sendo a mesma imposição cobrada na alfândega de Pernambuco.[25]

Pelas notícias que pontuam a documentação oficial durante todo o século XVII e XVIII, a imposição do açúcar, quando retida na alfândega de

---

22 - A.H.U. - ACL_CU - Códice 256 - fl. 22v.

23 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 1, Doc. 54. (DOC. 25)

Segundo definição dada por Luís Serrão Pimentel, "Plataforma he terra levantada em forma quadrangular (como Bateria) posta sobre o Reparo, da qual se resiste, e offende o inimigo com a Artilheria". Por sua vez, "Reparo he hum terreno levantado à roda da Praça revestido de muros de pedra e cal, ou de formigão, adobes, tepes, terra battida, salchichas, ou semelhante modo, com escarpa proporcionada para bem se sustentar, sobre o qual terreno se assenta o parapeito". PIMENTEL, Luís Serrão - Op. cit. p.17-18.

24 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 1, Doc. 54. (DOC. 25)

25 - Informa Elza Regis de Oliveira que foram várias as ordens reais sobre os recursos para as obras das fortificações. "Em uma delas, o Rei ordena que se pague por caixa de açúcar que sair da Capitania, quatrocentos réis e, por feixe, duzentos réis, para a obra da fortaleza do Cabedelo". Também houve determinação que sobre todas as mercadorias que entrassem no porto da capitania, fossem recolhidos dez por cento do valor para a alfândega, tendo a mesma aplicação. Outra ordem especificava que o rendimento da dízima se destinava ao forte do Cabedelo. OLIVEIRA, Elza Regis de - Op. cit. p. 81.

Pernambuco, raramente chegava aos cofres da Fazenda da Paraíba, fato que reduzia os recursos destinados para as obras do Cabedelo. Diante desse procedimento indevido, em 1688, o Conselho Ultramarino emitiu um parecer quanto à obrigação que tinha o governador de Pernambuco de repassar para a Paraíba aquele imposto, visto que "*como tambem pagavão esta impozição as caixas que da Parahiba vem embarcar ao Recife, rezão hera que o seu procedido se aplicasse para o reparo deste forte* [do Cabedelo], *e para que esta obra se continue com mayor fervor*".[26] Esta questão vai ser constantemente retomada, com freqüentes advertências do poder central para que a alfândega de Pernambuco observasse a regularidade desse obrigatório repassasse de verbas para a Paraíba.[27]

Além das dificuldades financeiras, havia a falta de técnicos especializados que acompanhassem as obras das fortificações, uma vez que somente em 1716, foi criado o posto de capitão engenheiro da Paraíba, e até então, era de Pernambuco que vinham os engenheiros.[28] Sendo assim, devido ao estado miserável em que se encontrava e pela pouca assistência que vinha recebendo a fortaleza do Cabedelo, em 1681, o Conselho Ultramarino ordenou "*ao Engenheiro João Alves Coutinho va assistir a ella para que disponha e dezenhe o de que necessita esta obra, e com a sua assistensia se fassa como convem*".[29] A partir de 1689, surge o nome do engenheiro José Pais Esteves intervindo na "*reedificação da fortaleza*", sendo considerável a sua atuação nesta capitania, até o ano de 1692, quando foi remanejado para a Bahia.[30] Nos últimos anos do século XVII, o sargento-mor engenheiro, Pedro Correia, passou a assistir às obras do Cabedelo. Constantemen-

---

26 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 2, Doc. 158. (DOC. 38)

27 - A.H.U. - ACL_CU - Códice 256 - fl. 178.

28 - I.A.N./T.T. - Registro Geral de Mercês - D. João V - Liv. 8 - fl. 43. (DOC. 79)

29 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 2, Doc. 114.

Em 1676, o engenheiro João Alves Coutinho foi enviado para servir na capitania de Pernambuco e demais do Norte, a pedido do superintendente das fortificações, João Fernandes Vieira, "*pella falta que me representastes havia de enginheiro nessas capitanias*". Na Paraíba, João Alves Coutinho foi encarregado de desenhar o forte da Restinga a ser edificado por Antônio Cardoso e apontou soluções para a reconstrução do Cabedelo. A.H.U. - ACL_CU - Códice 256 - fl. 16v. e A.H.U. - ACL_CU - Códice 256 - fl. 17. (DOC. 35)

Antecedendo a João Alves Coutinho no cargo de engenheiro de Pernambuco, há registro dos seguintes nomes. Cristóvão Álvares, natural da "*villa do Redondo*", prestou serviços naquela capitania e "*nas mais circunvezinhas*", desde 1620 até 1654, recebendo a confirmação do mesmo cargo a 17 de Junho de 1656. I.A.N./T.T. - Chancelaria de D. João IV - Liv. 28 - fl. 77. e A.H.U. - ACL_CU_015, Cx. 6, Doc. 515.

No ano de 1654, o francês Pedro Gracim, foi nomeado capitão engenheiro de Pernambuco, pelo valor com que havia trabalhado "*no por das baterias e plataformas donde se combaterão e renderão as prassas do Recife de Pernambuco*". I.A.N./T.T. - Chancelaria de D. João IV - Liv. 23 - fl. 78v.

30 - B.A. - 51-V-49 - fl. 135.

Em 1692, o engenheiro José Pais Esteves foi remanejado para a Bahia, mas deveria vir outro engenheiro de Lisboa para ocupar o posto em Pernambuco. B.N.L. - Reservados - PBA 239 - fl. 212-213.

te, o governo da Paraíba apresentava queixas ao Reino quanto a pouca colaboração que recebia dos engenheiros de Pernambuco, fato que era justificado pelo grande volume de trabalho que os mesmos tinham na capitania a qual estavam vinculados, onde se concentrava um maior número de fortificações.

Como se não bastassem todas as deficiências que a Paraíba tinha que superar para ter seu sistema defensivo reconstruído, até mesmo a natureza conspirava contra o Cabedelo, pois a mudança que há algum tempo vinha ocorrendo no curso das águas do rio e do mar, estava pondo em risco a sobrevivência daquela edificação, como consta da seguinte informação encaminhada para o Reino, em 1687, pelo capitão da fortaleza:

> *"por quanto a vay o mar comendo toda, e eu de contino ando com os soldados caregando fachina, e pedra botando a pela parte da ponte, que he por donde o mar lhe fas o mayor damno, e lhe tem levado duas plataformas, e a vay pondo tão raza, que para emtrar dentro na fortaleza lhe não falta uma brasa; pao a pique, não tem nenhu, os parapeytos todos razos, e as outras tres plataformas estão de sorte, que se não pode disparar artilharia nenhua nellas, em rezão de estarem podres".*[31]

Vivenciando no cotidiano este arruinamento do forte, solicitava o mesmo capitão para *"que Vossa Real Magestade ponha seus olhos de piedade no dezamparo da dita fortaleza pois he a chave de toda esta Capitania".*[32] De fato, a margem sul da barra do Rio Paraíba, no Cabedelo, sempre foi o sítio priorizado para a implantação do forte, desde a fundação da capitania, porque melhor atendia às estratégias de defesa e ataque em casos de invasão. No entanto, do ponto de vista técnico veio o engenheiro-mor do Reino, Manuel de Azevedo Fortes, demonstrar que fortificações como estas, colocadas à borda do mar, ou de algum rio grande, exigiam difíceis e onerosas soluções de projeto a fim de obter resultados satisfatórios.

Considerando algumas das observações feitas por Manuel de Azevedo Fortes, em seu tratado de engenharia militar, se identifica um erro de execução que vai condenar o Cabedelo a um crônico processo de arruinamento e reconstrução, ainda quando lhe foi dada a solidez da alvenaria de

---

31 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 2, Doc. 158. (DOC. 38)

Este era um problema que já se apresentava há algum tempo, pois em 1663, os oficiais da Câmara e o capitão-mor, João do Rego Barros, em vistoria ao forte do Cabedelo observaram que as plataformas da banda do rio estavam *"muito danificadas do mar, o qual tem comido athe cheguar ao pe da estacada e da mesma maneira comtinua pera deantte para a partte donde tem o forte".* A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 1, Doc. 54. (DOC. 25)

32 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 2, Doc. 158. (DOC. 38)

Em uma carta Régia datada de 28 de Novembro de 1689, encaminhada ao capitão-mor da Paraíba, Amaro Velho Cerqueira, escrevia o rei: *"Me pareceu dizervos, ao Governador de Pernambuco se torne a recommendar mande acudir a esta obra do Cabedello pois se reconhece ser tão necessária para a defensa e conservação dessa Capitania".* PINTO, Irineu Ferreira - Op. cit. p. 84.

pedra. Em sua origem, os alicerces do forte foram assentados sobre a areia, e não aproveitando rochedos ou terreno firme como recomendava "*O Engenheiro Português*". Por isso, suas fundações vão estar sujeitas a danos constantes, causados pela instabilidade do solo e pela ação das águas, comprometendo toda a estrutura edificada. E por ser de taipa, o Cabedelo não possuía a "fortaleza de que necessitão as obras à borda do mar, e dos rios para resistir à violencia das agoas, quando são impetuosas".[33] Este sistema construtivo era vulnerável às pesadas "invernadas" próprias da região e ao impacto das águas do rio e do mar, não sendo forte o suficiente para resistir a estas condições do ambiente.

A busca de soluções para estes problemas vai ser uma tarefa constantemente exigida aos engenheiros. Assim, para remediar os estragos que as águas do rio estavam causando em mais de um terço da circunferência do forte do Cabedelo, foi enviado o engenheiro José Pais Esteves, que propôs a construção de uma "*estacaria de pao a pique terraplenada pella parte de dentro de terra e faxina desviada do reparo principal a modo de Berma, o que se vai dando a execução*". Entretanto, verificou o engenheiro que os estragos no forte eram bem maiores, porque os parapeitos e esplanadas voltados para o lado da terra também estavam danificados, faltava armazém e casa da pólvora, os quartéis feitos de madeira estavam muito estragados, e a casa do capitão ameaçava ruína.[34]

Seriam elevadas as despesas para a recuperação e incerta a durabilidade da edificação, pois o rio cada vez mais avançava sobre o forte requerendo constantes reparos, fato agravado pela inexistência de fundações sólidas. Enfrentava José Pais Esteves os mesmos problemas que o capitão-mor Luís Nunes de Carvalho já buscava solucionar há cerca de vinte anos atrás, apresentando ambos uma mesma solução: a construção de um novo forte.

Era unânime a opinião, de que o Cabedelo por ser de torrão, "*todas as despesas que nelle se fazem são inuteis por pouco duráveis*".[35] Vendo estas dificuldades, José Pais Esteves desenhou um novo forte, a ser construído em alvenaria de pedra e cal, situando-o em "*lugar mais conviniente*

---

33 - Manuel de Azevedo Fortes analisou em seu tratado, as vantagens e dificuldades de cada situação, observando os aspectos construtivos e os da estratégia militar. Sobre os sítios à borda do mar, ou de algum rio grande, tomou como vantagem haver, ordinariamente, "rochedo, ou terreno de pissarra duro", para suporte dos alicerces, mas colocou como desvantagem, não ser possível, em geral, fortificar apropriadamente uma praça deste gênero fazendo pouca despesa, devido às pontes e estacarias que são necessárias, e também "pela muita fortaleza" que deveriam ter os fortes construídos em sítios deste gênero. FORTES, Manoel de Azevedo - *O Engenheiro Portuguez*. Tomo II. Lisboa: Direcção da Arma de Engenharia, 1993. p. 45-46. Edição fac-símile do original publicado em 1729 na Officina de Manoel Fernandes da Costa.

34 - A.H.M. - 2ª Divisão - 1ª Secção - Nº 7. [I] (DOC. 40)

35 - A.H.M. - 2ª Divisão - 1ª Secção - Nº 7. [III] (DOC. 42)

para a deffença", e onde fosse possível evitar os problemas que comprometiam o forte velho.[36] Por isso, previu *"lhe dar bom firme artificial"* para assegurar as fundações, e optou por levantá-lo em um sítio *"afastado deste aroinado mil e quatrocentos ou mil quinhentos palmos pouco mais ou menos, em huma ponta de area, que por noticias que tomei não a come o mar, e neste lugar fica muito bem situada"*.[37]

Em oposição ao forte do Cabedelo, redefinido pelos holandeses com excessiva dimensão, projetou o engenheiro a *"menor fortaleza que se pode fazer para defença daquella barra"*, em forma de *"pentagono regular"* e com *"capacidade bastante para terrapleno, quarteis, porta, armazem e caza de polvora, e a praça de armas bastante para usos militares"*.[38]

Sob diversos aspectos diferia este momento daquele no qual havia sido inicialmente construído o Cabedelo, período classificado por Carlos Lemos como o "pioneiro" na história da arquitetura militar brasileira, por tratar-se da fase inicial de ocupação e tomada de conhecimento do território.[39] Neste final do século XVII, as circunstâncias permitiam atuar com perspectiva de maiores acertos no projeto das fortificações. Estava a terra conquistada e as tribos indígenas locais pacificadas, conquanto fosse sempre esperada uma invasão inimiga. Era maior o conhecimento sobre a realidade local dando mais segurança para a escolha dos sítios onde construir. A presença dos engenheiros, possibilitava elevar a qualidade dos projetos a serem executados, os quais estavam em sintonia com o avanço que a engenharia militar vinha alcançando no Reino.

Tudo estava favorável à renovação das antigas estruturas defensivas da capitania, no entanto, o alto custo que importaria uma obra como esta proposta por José Pais Esteves, inviabilizava este tipo de iniciativa. Sendo assim, apenas se tratou de reparar *"a ruyna que o mar e o tempo tem feyto na velha"* fortificação, com a construção da estacada entulhada de pedra.

---

36 - A.H.M. - 2ª Divisão - 1ª Secção - Nº 7. [IV] (DOC. 43)

37 - A.H.M. - 2ª Divisão - 1ª Secção - Nº 7. [I] (DOC. 40)

38 - A.H.M. - 2ª Divisão - 1ª Secção - Nº 7. [I] (DOC. 40)

Ver as críticas e recomendações feitas por Tristão Guedes de Queirós, sobre o projeto de José Pais Esteves para o novo forte em: A.H.M. - 2ª Divisão - 1ª Secção - Nº 7. [IV] (DOC. 43)

39 - Por opção metodológica, Carlos Lemos estabeleceu quatro grandes períodos para o estudo da arquitetura militar brasileira. O primeiro, desde os primeiros tempos da colonização até a união das coroas ibéricas e a invasão holandesa; o segundo, correspondendo à permanência dos holandeses no Nordeste do Brasil. O terceiro, abrangendo os últimos anos do século XVII e todo o XVIII, o qual divide em dois principais focos: os planos de fortificação do Amazonas e a defesa do litoral sul contra os argentinos. LEMOS, Carlos - O Brasil. In: MOREIRA, Rafael (org) - *História das Fortificações portuguesas no Mundo*. Lisboa: Alfa, 1989. p 236-237.

Continuava a defesa da capitania restrita apenas ao forte do Cabedelo, precário devido ao seu estado de arruinamento e à falta de homens e armamentos, condições sempre reclamadas pelo governo local. Provavelmente, foi este quadro que fez germinar a idéia de fortificar a cidade da Paraíba, na expectativa de lhe dar alguma segurança, decidindo Sua Majestade ordenar ao engenheiro José Pais Esteves que tirasse uma planta da cidade para com base nesta "*desenharlhe a fortificação*".[40]

No cumprimento da sua tarefa, o engenheiro constatou que a cidade estava em sítio conveniente para ser fortificada, com boas pedreiras de onde extrair matéria prima, e apresentou a seguinte proposta:

> "*Desenhei a fortificação que se ve na planta restringidoa o mais que foi pocivel por evitar mayor despeza com balluartes da parte da Campanha; e da parte do ryo sem elles em rezão do scitio por atainelado não permitir balluartes, o que suppro com os flancos ou redentez.*
>
> *Custara esta fortificação sendo de pedra e cal, e pagandosse a braça de alvenaria a sinco mil reis que he o menos por que se podera fazer quatrosentos e oitenta, athe quinhentos mil cruzados, pouco mais ou menos fazendo lhe os angollos dos balluartes, cordão, pavimento para jugar a artelharia de pedra de cantaria, parapeito da estrada de rondas de pano de tijolo, tres portas, hua da parte da fonte, outra para o Varadouro, e outra na Rua de São Gonsallo, guaritas nas partes em que se custumão por que he nos angollos da espalda, flanqueados, e no meyo das cortinas e de tudo o mais de que nececita huma praça fortificada*".[41]

Como as palavras apenas complementam a principal forma de expressão dos arquitetos e engenheiros, que são os desenhos, se torna difícil na falta destes, situar onde e como seria implantada esta fortificação. Possivelmente, na cidade alta, uma vez que uma das suas portas estava dirigida para o Varadouro, e próximo à encosta, cujo desnível impedia a construção de baluartes voltados para o lado do rio. Remedia tal lacuna o fato desta fortificação não ter sido executada, pois o próprio engenheiro era de parecer que diante da limitação de recursos, não deveria ser prioritária a fortificação da cidade, mas sim, investir na melhoria do forte do Cabedelo, muito mais "*importante para a defença daquelle porto, e assim deve ser o primeiro em se fabricar como comvem e não a Cidade*".[42]

---

40 - A.H.M. - 2ª Divisão - 1ª Secção - Nº 7. [V] (DOC. 45)

Paralelamente, parece que havia uma necessidade de maior conhecimento daquela realidade para poder direcionar as intervenções, pois o mesmo engenheiro foi encarregado de fazer "*a descripção do rio, barra, e porto, calidade do fundo, as braças de agoa para navegarem as embarcaçois, os portos que há ao pe do ditto porto capazes de navios, e se ce pode botar gente em terra a qualquer tempo de verão e inverno*".

41 - A.H.M. - 2ª Divisão - 1ª Secção - Nº 7. [V] (DOC. 45)

42 - A.H.M. - 2ª Divisão - 1ª Secção - Nº 7. [V] (DOC. 45)

As incertezas recaem, da mesma forma, sobre os documentos e suas palavras, mas tudo leva a crer que havendo desistência na execução daquela fortificação, em 1692, foi proposta a construção de uma bateria no "*trapixe do Varadouro*". Acredita-se que se tratavam de dois projetos distintos, pois uma bateria pressupõe uma edificação de menores dimensões, na qual não há baluartes.[43] Quanto a esta bateria, José Pais Esteves também não era favorável à sua construção, e assim justificava sua posição:

> "*A bateria que se manda fazer no trapixe do Varadouro da cidade da Paraiba, aonde tenho estado muitas vezes, a qual podera custar a meu intender mais de oito mil cruzados, me parece inutil e sem serventia, e intendo que de nenhua utilidade sera a tal obra senhoreando os inimigos o rio, pois tem nelle onde ancorar sem hir a cidade, e quando va se escuza a bateria, e os soldados da praça os podem ofender, e tambem defender algum navio nosso se alli estiver por ser o ancoradouro a menos de tiro de pedra da terra, e nestes termos com qualquer reparo capaz de se lhe plantar artelharia, fará o mesmo effeito que com a bateria que se manda fazer, ou tambem o mesmo trapixe onde se recolhem as caixas na ocazião he muito capaz de poder servir e deste modo se escuza tão grande despeza em semelhante obra que he mais para se fabricar de terra na ocazião, e quando a necessidade o pedir, que para se obrar de propozito de pedra e cal; e so poderia esta obra ter algum lugar em cazo que as partes mais capazes que há para se defender a entrada do porto para cidade estiverão ocupadas com as obras que lhe fossem necessarias, pois então não importaria que esta se fizesse tão bem no trapixe para multiplicar as defenças, e dar mais que fazer ao enemigo, mas estar o Forte do Cabedello todo arruynado sem nenhum modo de resistencia e a Restinga tambem de nada, sendo muito precizo ocuparse para fechar a entrada, me não parece conveniente, e que primeiro se havia de segurar esta, e depois fazer o que mais fosse necessario*".[44]

Mais uma vez, José Pais Esteves reforçava a importância de recuperar os fortes da barra do rio em detrimento de uma nova edificação na cidade, por considerar que estando aqueles em condição de defesa, "*ainda que o inimigo venha intentar a entrada* [do rio], *he serto lhe não sera muito facil o conseguilla e se resolverá a hua retirada*", pois estaria à mercê de fogo cruzado.[45]

---

43 - "Bateria he hum parallelogramo sobre citio conveniente em que se faz hum leito sólido com massame de pedra e cal, ou de pranchoens para jugar a artelharia por canhoneiras abertas no seu parapeito". FORTES, Manoel de Azevedo - Op. cit. p. 16.

44 - A.H.M. - 2ª Divisão - 1ª Secção - Nº 7. [VI] (DOC. 47)

No mesmo ano de 1692, José Pais Esteves recebeu ordem do governador de Pernambuco para ir à Paraíba "*dar ordem a desenhar e fazerse no trepiche donde se carregão as cayxas, hua plataforma para segurança dos navios que alli carregão*". B.N.L. - Reservados - PBA 239 - fl. 212-213. (DOC. 46)

45 - A.H.M. - 2ª Divisão - 1ª Secção - Nº 7. [VI] (DOC. 47)

Por isso propunha que o Cabedelo "*se podia fazer de pedra, e cal*" porque diante do estado de arruinamento em que se encontrava, colocá-lo em condição de defesa era "*o mesmo que fazello de novo, e sendo de terra que no tal scitio he muito rohim por ser barro será ocazião de grandes e continuas despezas da fazenda de Vossa Magestade em rezão do tempo que ameudo lhe estará fazendo ruynas, como mostra a esperiencia em todas as obras que se fazem de terra ainda sendo boas*".[46] Quanto ao forte da Restinga, ao que parece, sua reconstrução não foi levada adiante, segundo o acordo firmado com Antônio Cardoso, visto que José Pais Esteves disse, em 1692, ter encontrado ali "*no chão desmontadas sette pessas de artelharia grossa de bronze*".[47]

Em 1699, o capitão-mor Manuel Soares de Albergaria (1697-1699), considerando que a defesa da capitania e da cidade da Paraíba não estava assegurada apenas com a fortificação da barra do rio, levantou a hipótese de se construir um forte na Baía da Traição, "*que distava daquella cidade quatorze para quinze legoas*", justificando este procedimento com base em dois argumentos. O primeiro, por ser aquele sítio apontado como o lugar onde os holandeses haviam desembarcado na Paraíba, e guiados pelo gentio, tomaram posse da capitania. O segundo, por ser um ancoradouro propício ao desembarque e abrigo de tropas inimigas, pois aquela baía "*era capaz de recolher huma grande armada, com hum recife que pegava em hua ponta da terra firme, e corria para o norte distancia de hua legoa, ficando o reconcavo da Bahia em tres quartos de legoa com o mar morto por estar coberto com o recife, com hum riacho que dezembocava nella, de excellente agoa*".[48]

Na desembocadura deste riacho, apontava ser o "*sitio muy acomodado para se fazer hum fortim, aonde pudia estar hum cabo com quinze ou vinte soldados, com quatro peças de artelharia, para que no caso que fosse algua armada, fizesse sinaes e avisos para se acudir a impedirlhe o desembarque*". Portanto, este funcionaria como um ponto de vigia do litoral, e não propriamente como um forte, cujo porte pudesse assegurar uma ofensiva a possíveis invasores.

Sendo o assunto apresentado ao Conselho Ultramarino, este concluiu ser de pouca utilidade a construção daquele fortim, levando em conta um parecer apresentado pelo anterior capitão-mor da Paraíba, Manuel Nunes Leitão (1692-1696), no qual alegava que "*ainda que se fizesse hua fortaleza de grande porte neste sitio da Bahia da Traição, de nenhua maneira se puderia impedir ao inimigo o desembarque em terra por ter muitas*

46 - A.H.M. - 2ª Divisão - 1ª Secção - Nº 7. [V] (DOC. 45)

47 - A.H.M. - 2ª Divisão - 1ª Secção - Nº 7. [VI]. (DOC. 47)

48 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 3, Doc. 227. (DOC. 58)

partes em que puderia fazer muy livremente sem que o possão ofender desta fortaleza, e que neste caso se viria a fazer hua consideravel despeza sem aquella utilidade conviniente".[49]

Mas reconhecendo Manuel Nunes Leitão, ser a Baía da Traição um dos pontos mais vulneráveis do litoral paraibano, durante o seu governo não havia negligenciado a defesa do lugar e *"formou na vizinhança della hua companhia de cavallos da ordenança que actualmente existe, para acudir aos rebates e a embaraçar aos contrarios quando se offerecesse algum acidente pello tempo adiante e darem parte ao Capitão mor de qualquer sucesso e novidade que acontecesse".*[50]

Parecendo aos conselheiros do rei ser aquela medida apropriada para a guarda da Baía da Traição, determinaram que apenas fosse reforçada com a construção de uma atalaia para abrigo de *"hua peça de artelharia com tres soldados com seus mosquetes para darem avizo, assim ao capitão mor, como a mesma companhia de cavallos, e aos mais moradores daquella campanha para se ajuntarem e acomodarem a sua defensa".*[51]

A construção deste fortim na Baía da Traição, bem como a proposta de fortificar a cidade, vão ser questões posteriormente retomadas por outros governadores, sempre sob a alegação de reforçar a defesa da capitania, retirando a exclusividade desta função do forte do Cabedelo. No entanto, ao findar o século XVII, este continuava sendo a única estrutura defensiva da Paraíba, apesar da sua precariedade, da constante ameaça de invasão das águas e das infindáveis obras de reconstrução que vão se prolongar por todo o século XVIII.

Evitando incúria na questão defensiva, novas propostas vão surgir, ainda no final do século XVII. Em 1698, o capitão-mor Manuel Soares de Albergaria, informou ao reino sobre as providências que tomava para *"accodir ao danno"* em que achara a fortaleza do Cabedelo, e que juntamente com o engenheiro de Pernambuco Pedro Correia, trabalhava para definir a *"forma e sitio em que se deve fazer a nova fortaleza"* da capitania, havendo aviso do governador de Pernambuco de que *"tinha arrematado esta obra, dandose bastante dinheiro adiantado, para ter principio em setembro"*. O poder metropolitano, em aprovação a todas as medidas tomadas por Manuel Soares de Albergaria, recomendou empenho *"para que se ponha em sua ultima perfeição o maes depreça que for possivel para que essa capitania em qualquer accidente que possa succeder esteja prevenida para sua conservação".*[52]

---

49 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 3, Doc. 227. (DOC. 58)

50 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 3, Doc. 227. (DOC. 58)

51 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 3, Doc. 227. (DOC. 58) e PINTO, Irineu Ferreira - Op. cit. p. 93.

52 - A.H.U. - ACL_CU - Códice 257 - fl. 1v. (DOC. 57) e PINTO, Irineu Ferreira - Op. cit. p. 92.

De 28 de Agosto de 1699, data outra carta régia encaminhada a Manuel Soares de Albergaria, dizendo: "*Vi a vossa carta de 9 de Janeiro deste anno, em que dais conta do principio que se tem dado a nova fortaleza do Cabedello a que determinaes asestir em pessoa emquanto durar a obra dos alicerces*".[53] Este documento, por referir ao princípio das obras da "nova fortaleza do Cabedelo", foi adotado por alguns autores como o marco inicial da reconstrução desse forte. Com base nesta informação, vista de forma isolada, afirmou Vilma Monteiro com "irrefutável certeza", que esta "grandiosa obra arquitetônica foi iniciada no século XVII". Da mesma forma, disse José Luís Mota Menezes: "Finalmente, a 9 de Janeiro de 1699, muitos anos depois de retomada aos holandeses, estava em reedificação a fortaleza de Santa Catarina".[54]

Em desabono à afirmativa destes autores, cita-se a seguinte observação contida em consulta do Conselho Ultramarino, na qual recomendava brevidade na conclusão das obras do Cabedelo "*cuja reedificação teve principio há muitos annos desde o principio, e tempo em que Joam Fernandes Vieyra começou a correr com a superintendência destas mesmas fortificaçoens*".[55] Na verdade, a referida iniciativa do capitão-mor Manuel Soares de Albergaria se tratava de mais uma etapa do processo de reconstrução do forte do Cabedelo, há muito iniciado e ainda distante da sua conclusão, a vista do que disse, em 1704, o provedor da Fazenda Real da Paraíba, em informação sobre o estado da defesa da capitania:

> "*O forte do Cabedello da barra desta Capitania se faz com tantos vagares, fazendo sinco annos que se principiou a fazer, não esta feita nem a quarta parte delle, por falta de officiaes, porque somente são coatro os que nelle trabalhão com a poca fabrica de escravos que tem, e como esta sem defença algua a dita barra, a qual avendo nella antigamente tres fortes, que erão o de Santo Antonio, Restinga e Cabedello, conservandosse este somente, esta no mesmo estado dos outros dous, e pello modo com que se fabrica, nem em vinte annos se acabará*".[56]

Entre os diversos fatores que justificavam esta morosa obra do Cabedelo, era apontado o fato dela continuar a cargo da superintendência das fortificações de Pernambuco, implicando na pouca assistência prestada às questões defensivas da Paraíba. Diante disso, considerou o Conselho Ultramarino ser conveniente entregar a direção das obras do Cabedelo ao

---

53 - PINTO, Irineu Ferreira - Op. cit. p. 93. O autor não cita a fonte do documento original.

54 - MONTEIRO, Vilma dos Santos Cardoso - Op. cit. p. 210 e MENEZES, José Luiz Mota - *A Fortaleza de Santa Catarina do Cabedelo...* p. 11.

55 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 4, Doc. 266. (DOC. 61)

Observar que João Fernandes Vieira assumiu o cargo de superintendente das fortificações em 1671. Ver A.H.U. - ACL_CU_015, Cx. 10, Doc. 927.

56 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 4, Doc. 263.

governo da Paraíba, que mais diretamente poderia fiscalizar o trabalho e os recursos investidos, sendo o então capitão-mor, Fernando de Barros de Vasconcelos (1703-1708), uma pessoa reputada para assumir tal encargo, pois era "*hum soldado com grande intilligencia, e com grande attenção ao serviço de Vossa Magestade*", além de ter uma vasta experiência por haver servido nas províncias do Minho e do Alentejo, onde trabalhou na fortificação das cidades de Évora e Beja.[57]

Tendo jurisdição sobre a obra do Cabedelo, propôs Fernando de Barros e Vasconcelos trabalhar pessoalmente "*com as ordenanças e enfantaria*" para o "*fortificar de torrão e calvagar toda a artelharia em forma que quando haja ocazião de inimigo possa ter algua defença porque o estado em que ella esta não tem nenhua*". O inimigo ainda era esperado, por isso o Conselho Ultramarino estando constantemente informado do estado miserável do forte, considerava "*que he rezão se acuda logo na conjunctura presente, em que os inimigos desta coroa podem invadir os dominios de Vossa Magestade*".[58]

Mas estava patente que reconstruir o Cabedelo com torrão era sujeitar-se a um constante embate com as adversidades do ambiente, e já há algum tempo, a alvenaria de pedra vinha sendo apontada como a alternativa para obter uma construção mais sólida e estável, embora alguns problemas continuassem existindo, uma vez que na base permanecia a velha edificação.[59] É difícil precisar a partir de quando a pedra passou a predominar nas obras do forte, certamente, antecedendo a 1713, porque neste ano o capitão-mor João da Maia da Gama (1708-1716) solicitou ao Reino, que o lajedo necessário para aquele forte fosse mandado como lastro dos navios que vinham para o porto da Paraíba, por ser a pedra que havia na capitania de pouca duração e de custo muito elevado. Respondeu

---

57 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 4, Doc. 266. (DOC. 61)

Data de 14 de Outubro de 1704, a Carta Régia entregando ao capitão-mor da Paraíba a superintendências das obras do forte do Cabedelo. PINTO, Irineu Ferreira - Op. cit. p. 99.

58 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 4, Doc. 266. (DOC. 61)

O Conselho Ultramarino recomendava também, que fosse designado um engenheiro para a Paraíba, uma vez que Luís Francisco Pimentel, engenheiro de Pernambuco, "*não pode repartirse para tantas partes*". Ver. A.H.U. - ACL_CU - Códice 257 - fl. 165v.-166.

De 10 de Janeiro de 1702, data uma Carta Régia determinando que quando estivesse concluída a fortaleza do Cabedelo, deveria ser iniciada a da Baía da Traição, conforme informação do engenheiro Francisco Pimentel, considerando ainda não ser mais conveniente construir esta na Baía Formosa, por ser muito larga e funda. PINTO, Irineu Ferreira - Op. cit. p. 95.

59 - No Brasil, as fortificações a princípio edificadas em terra, foram sendo recobertas ou reconstruídas com pedra, visando maior solidez e durabilidade, embora a engenharia militar da época fizesse restrições a este sistema construtivo, visto que a pedra provocava o ricochete dos projéteis, enquanto as alvenarias de terra ou de tijolos, absorviam melhor o impacto dos mesmos. MENEZES, José Luiz Mota e RODRIGUES, Maria do Rosário - Op. cit. p. 26.

o rei: "*se fica tratando deste lagedo, que por hora não vai por não haver navio em que se possa transportar*".[60]

A partir de então, vai começar a se consolidar na alvenaria de pedra, o resultado da ação de diversos agentes intervenientes: o poder central sempre vigilante sobre as questões defensivas, os governadores da capitania, alguns dos quais com grande experiência na "arte da guerra", e os engenheiros, incluindo nomes que viriam depositar ali um conhecimento que estava sendo sedimentado na metrópole, através do ensino e da tratadística da engenharia militar desenvolvida pelos profissionais portugueses.

Com a pedra, ganhava o forte do Cabedelo uma forma e uma vestimenta mais atualizada, segundo os ditames da arquitetura militar da época. Sua imagem era redefinida sem perder a referência ao passado, pois se intervinha sobre a edificação pré-existente com o intuito de assegurar com a solidez da pedra a manutenção daquele forte para um tempo longo.

No entanto, persistiam os velhos problemas e entre os anos de 1709 e 1713, as obras por vezes foram paralisadas. Faltavam os recursos provenientes de Pernambuco, bem como a assistência dos engenheiros para "*desenhar o que for necessário para a dita fortaleza*". O forte continuava sob ameaça de ir a ruína por "*bater o mar na muralha que lhe podia comer a area pelo alicerce não ser feito sobre grade*", problema cujo "*remedio havia ser custozo, mas percizo*".[61]

Assinala-se que em 1716, foi criado o posto de capitão engenheiro na Paraíba, assumindo-o o capitão Luís Xavier Bernardo.[62] Entretanto, no ano de 1718, o Brigadeiro João Masse esteve na Paraíba encarregado de "*desenhar as fortificações que erão necessárias para ficar mais defensável*" aquela capitania. Executou então, "*hua planta exacta do que se acha feito e se intenta fazer*" no Cabedelo, avaliada no Reino pelo engenheiro

---

60 - A.H.U. - ACL_CU- Códice 258 - fl. 18. (DOC. 76)

Data de 28 de Janeiro de 1713, uma Ordem Régia mandando que não se faça qualquer obra de fortificação na Restinga, enquanto não houver melhor avaliação sobre esta matéria. PINTO, Irineu Ferreira - Op. cit. p. 107.

61 - I.H.G.P. - Doc. Coloniais Manuscritos - Ordens Régias - Liv. 2 - n/fl. (DOC. 64) e I.H.G.P. - Doc. Coloniais Manuscritos - Ordens Régias - Liv. 2 - n/fl. (DOC. 74)

Em 1709, era novamente considerada a possibilidade de construir um forte na Baía da Traição e mais dois fortins que estariam situados na ponta de Lucena e na entrada do Rio Jaguaribe, havendo referência que as plantas dos mesmos chegaram a ser executadas nesta época. I.H.G.P. - Doc. Coloniais Manuscritos - Ordens Régias - Liv. 2 - n/fl. (DOC. 67)

Segundo Irineu Pinto, por determinação de uma Carta Régia de 4 de Junho de 1715, foi posta em pregão a obra do forte da Baía da Traição, que deveria ser executado em pedra e cal, a custa da Fazenda Real. PINTO, Irineu Ferreira - Op. cit. p. 109.

62 - I.A.N./T.T. - Registro Geral de Mercês - D. João V - Liv. 8 - fl. 43 (DOC. 79)

José da Silva Pais.[63] Registrou José da Silva Pais em seu parecer, que estavam *"as muralhas da mesma Fortaleza acabadas e a mayor parte das contra muralhas como mostra a planta"*, recomendou a conclusão de *"três obras tão principais como he desentulho de fossos, terraplenos e parapeitos"* bem como a execução de *"sisterna e armazém para a pólvora, ambos a prova de bomba; acabadas estas se farão as contra escarpas, estradas cobertas e esplanadas e o mais do que necessitar o interior da praça"*.[64]

Com base neste parecer, ordenou D. João V ao capitão-mor da Paraíba *"que se acabe a obra do Forte do Cabedelo que se acha tão adiantada"* pondo em *"sua ultima perfeição"* as obras já iniciadas e executando a cisterna, o armazém para pólvora e *"o revellim como vai apontado para melhor defensa do mesmo forte"*.[65] Era pertinente a recomendação feita para que a cisterna e a casa da pólvora fossem projetadas de modo a resistir a bombas, pois com o avanço dos artefatos bélicos havia a necessidade de proteger partes vitais das fortificações, cobrindo-se com abóbadas de tijolo os quartéis para proteção dos soldados, os reservatórios de água, os armazéns de pólvora e demais partes que eram fundamentais para manutenção da corporação.[66]

Nesta mesma época, voltava a ser cogitada a construção do forte da Baía da Traição, pois estava D. João V incentivado com a oferta do capitão Antônio Afonso de Carvalho que *"se obrigava a fazer a dita fortificação a sua custa"*, desde que lhe fossem dados *"alguns officios que estão vagos ou vagarem que facão o rendimento de dous mil cruzados"*. Diante disso, foi ordenado ao capitão-mor, Antônio Velho Coelho (1716-1719), que tratasse da execução de uma planta para este forte, sobre a qual trabalhou Luís Xavier Bernardo, sendo seu projeto conferido pelo Brigadeiro João Masse.[67] Buscando definir o melhor local para edificá-lo, bem como a forma mais adequada para sua planta, o projeto foi avaliado no Reino pelo engenheiro José da Silva Pais, que recomendou implantar o forte em um

---

63 - I.H.G.P. - Doc. Coloniais Manuscritos - Ordens Régias - Liv. 2 - n/fl. (DOC. 83)

64 - Documento transcrito em PINTO, Irineu Ferreira - Op. cit. p. 119-120. O autor não cita a fonte do documento original.

65 - A.H.U. - ACL_CU_ Códice 258 - fl. - 204. (DOC. 85)

O brigadeiro João Massé, voltava então, a recomendar a construção de uma bateria na *"ilha do Alferez"* - certamente, a Ilha da Restinga - *"visto não chegar a artelharia do forte a defender toda a barra"*. Era prioridade a conclusão do Cabedelo e construção dessa bateria, recuperando parte do sistema defensivo que anteriormente guardava a barra do rio. A.H.U. - ACL_CU_ Códice 258 - fl. - 204. (DOC. 85)

66 - Este avanço dos artefatos bélicos levou o engenheiro-mor do Reino, Manuel de Azevedo Fortes, a recomendar que "depois que há uso das bombas, não só he necessario fortificar contra as balas, levantando reparos, e parapeitos; mas tambem he necessário (por assim dizer) fortificar os telhados contra o terrível effeito das bombas". FORTES, Manuel de Azevedo - Op. cit. p. 309-311.

67 - I.H.G.P. - Doc. Coloniais Manuscritos - Ordens Régias - Liv. 2 - n/fl. (DOC. 80)

lajedo sobre os arrecifes, advertindo também que seu desenho, "*em lugar de ser circullo prefeito como mostra a planta seja ovado sendo o maior diametro de 120 palmos incluindosse as grossuras da muralha e o menor de 100, porque assim da mais capacidade tanto para as batarias, como para os comodos interiores*".[68] O resultado desta iniciativa, mais uma vez, foi a já conhecida recomendação do Reino, para que esta obra não fosse posta em prática enquanto não estivesse concluído o Cabedelo.[69]

As décadas de 1720 e 1730, foram de avanço na construção do Cabedelo, apesar das dificuldades econômicas que a capitania enfrentava, em parte, decorrentes dos períodos de seca nos anos de 1724 e 1729, que arrasaram plantações e provocaram a morte de muitos escravos. Entre estes mesmos anos de seca, uma relação das receitas e despesas da Fazenda Real da Paraíba, demonstra os gastos feitos com materiais e mão-de-obra, entre os quais comparecem constantes pagamentos para os empreiteiros, soldos do capitão engenheiro e soldos do apontador das obras.[70]

Por carta de 20 de Março de 1728, o capitão-mor João de Abreu de Castelo Branco (1722-1729), comunicou ao Reino que estava "*acabado todo o cordão da muralha, e posta esta na sua ultima altura, e o corpo da guarda se principiara, e se vay concluindo e se fizerão as abobedas sobre a porta de que falta pouca parte*".[71] No mesmo ano, ordenou o rei que com a conclusão do "*corpo da guarda*", fosse feita a medição das obras a fim de proceder ao pagamento dos empreiteiros, porque estavam estes desfalcados de meios para trabalhar, principalmente de mão-de-obra, devido à "*muita mortandade de escravos que tem sentido*". Mais uma vez, o poder metropolitano cobrava que fossem remetidas de Pernambuco as "*consignações ordenadas para as ditas obras o que athe agora não tem feito*".[72]

---

68 - I.H.G.P. - Doc. Coloniais Manuscritos - Ordens Régias - Liv. 2 - n/fl. (DOC. 86)

69 - Informa José Luís Mota Menezes que a atalaia edificada em 1699 na Baía da Traição, foi substituída, em 1715, por um forte construído em pedra e cal. MENEZES, José Luiz Mota e RODRIGUES, Maria do Rosário - Op. cit. p. 72.

70 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 7, Doc. 570. CARTA do provedor da Fazenda Real da Paraíba, Salvador Quaresma Dourado, ao rei D. João V, remetendo relação da receita e despesa do Almoxarifado, de 1723 a 1729.

1724 - "*dispendeo com a caza da polvora da Fortalleza do Cabedello 24$200*".

1724 - "*pelo que maes dispendeo com as explanadas da artilharia do dito Cabedello 32$000*".

1725 - "*pelo que maes dispendeo com tijolo para a caza da polvora do Cabedello 50$000*".

1728 - "*dispendeo com a caza da polvora da Fortalleza do Cabedello 38$280*".

1728 - "*pelo que maes dispendeo com o entulho da mesma fortaleza 443$010*".

1728/29 - "*pelo que dispendeo o dito tesoureyro com as carretas da artilharia do Cabedello e com as madeiras para a caza da pólvora dele 151$955*".

71 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 7, Doc. 577. (DOC. 96)

72 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 7, Doc. 577. (DOC. 96)

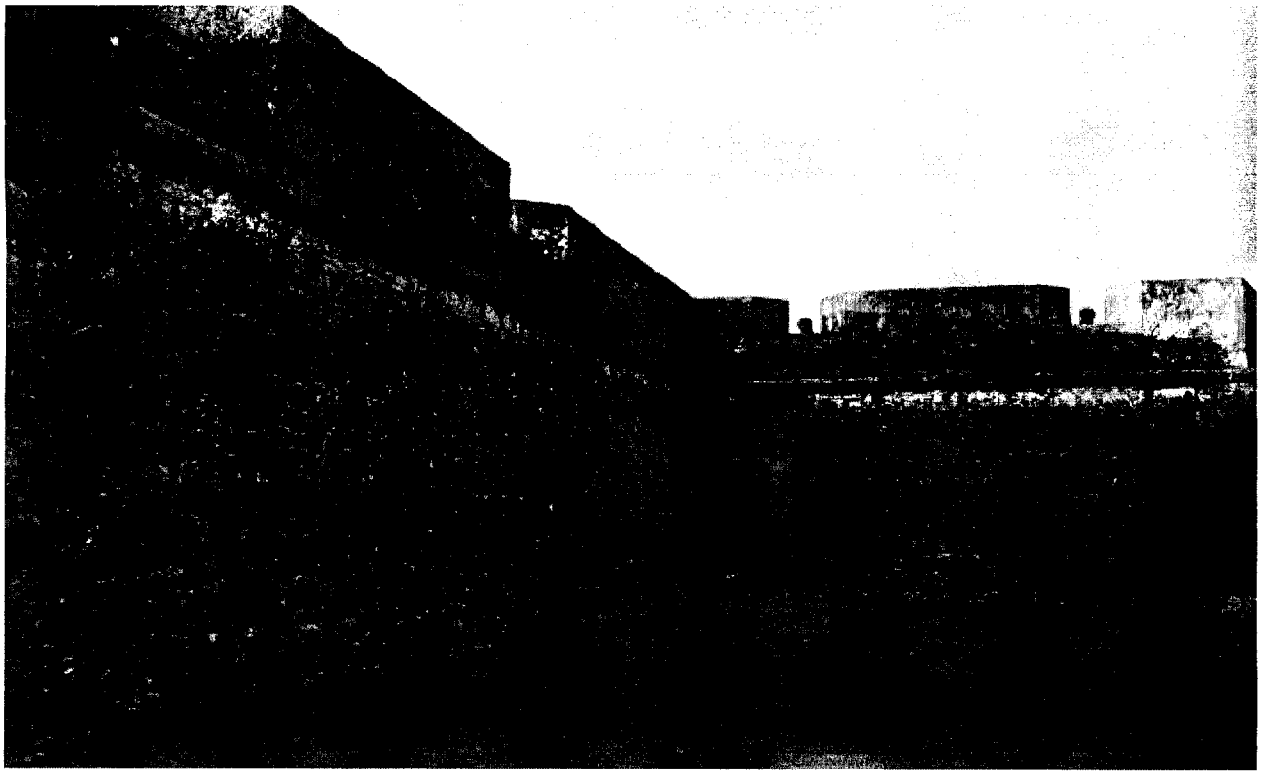


FIG. 44
Muralhas do Forte do Cabedelo
Foto: Berthilde Moura Filha

Em 1729, tendo início o entulho dos baluartes da fortaleza, fazia-se necessário assentar os lajedos para colocação das peças de artilharia, os quais deveriam vir de Portugal, como lastro dos navios, retomando-se uma solicitação que tinha precedente no ano de 1713. Mas sendo feito um pedido de "*duas mil e oitocentas varas*" de lajedo, foram remetidas apenas "*duzentas varas que não chegão para hum baluarte*".[73] Não sendo viável aguardar pelo envio dessa alvenaria, decidiu o capitão-mor Francisco Pedro de Mendonça Gorjão (1729-1734), procurar alternativas na própria capitania, encarregando o empreiteiro Antônio Afonso, de buscar "*parte onde a podese haver boa*". E considerando ser a qualidade da pedra satisfatória e seu custo final inferior ao daquela proveniente de Portugal, decidiu arrematar a extração da pedra, ainda esperando do Reino uma decisão sobre seu procedimento. Foi aprovada a resolução que tomava, desde que tivesse qualidade o lajedo.[74]

Seguindo sempre em ritmo lento, no início da década de 1730, estava ainda em construção a casa da pólvora e os quartéis da fortaleza, segundo consta da declaração do oficial de carpinteiro Bernardo Martins que

73 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 7, Doc. 577. (DOC. 96)

74 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 8, Doc. 694. (DOC. 100) e I.H.G.P. - Doc. Coloniais Manuscritos - Ordens Régias - Liv. 4 - fl. 14. (DOC. 105)

"trabalhou com hum seo escravo na caza da polvora da fortalleza do Cabedello fazendo o tecto della e alguns quarteis por tempo de tres mezes pouco mais ou menos", pelo que *"lhe pagou por cada dia para elle e o dito seo escravo oito centos reis o sargento mor Inginheiro Luis Xavier Bernardo por mão do qual recebeo elle a dita importancia por cada dia sem que fosse por rematação"*. Subjacente nesta citação, está a organização do modo de trabalho, na qual o engenheiro atuava não só como um técnico, mas como o administrador da obra executada pelo oficial de carpinteiro e seu escravo, sob regime de jornada e não de arrematação, como deveria ser.[75]

Ainda observando o modo de trabalho empregado na época para possibilitar erguer edificações do porte de uma fortaleza, se torna curioso o seguinte relatório apresentado por Francisco Pedro de Mendonça Gorjão, em 1733, comunicando ao rei o procedimento que adotara para continuidade das obras do Cabedelo, diante da crônica falta de recursos. É interessante perceber nesta narrativa a forma como o capitão-mor recrutou e organizou as companhias de infantaria e as de ordenança, o que abrangia não só os soldados pagos, mas grande parte da população que era obrigada a este serviço militar.

> *"Na fortaleza do Cabedello se precizavão fazer os masames para sobre elles asentar o lagedo para jogar a artelharia, os quaes se não podião principiar sem primeiro se acabar de entulhar a dita fortaleza, e como não ouvese dinheiro por ter faltado de Pernambuco a consignação pertencente a esta Capitania, para a custa de Vossa Magestade se mandar fazer, me rezolvi a hir para a dita fortaleza, e mandar marchar para ella as companhias de infantaria desta cidade, e tres da ordenança, para com ellas comessar o refferido entulho, cumutando a cada pessoa quinze dias de asistencia que principiarão em dez de novembro, e acabados se seguirão as mais companhias de toda a ordenança, sem exceptuação de pessoa algua, nem official, por lho mandar expressar asim por hum bando; e para que não tivessem alguas pessoas opressão nesta asistencia, lha cumutei aos que não podesem hir, para poderem mandar hum seu escravo; e se ajuntarão em tanta quantidade que fizerão luzir hum tão grande trabalho que durou athé vinte e tres de dezembro, que para exemplo dos homens brancos asesti pessoalmente a esta faxina que constou pellos dias de trabalho, de treze mil e duzentos homens, com os quaes se entulharão dous balluartes, e tres tenalhas, ficando só o lugar da porta falça por não estar acabada, que no verão prezente se ha de concluir. Fiz sahir o entulho da parte de fora da muralha, ficando logo desempedido o lugar do fosso, no que ouve grande trabalho por se levar a terra por estradas para a parte do mar onde se fez*

75 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 8, Doc. 674. (DOC. 99)

Nestas obras da casa da pólvora e dos quartéis, trabalharam ainda os oficiais de carpinteiro Jerônimo Rodrigues da Rocha, Manuel Rodrigues, Antônio Borges dos Santos e André Fernandes, durante o tempo que decorreu entre os governos de João de Abreu de Castelo Branco (1722-1729) e Francisco Pedro de Mendonça Gorjão (1729-1734)

o entulho, e terem os balluartes, e tenalhas setenta palmos de largo, e em muitas partes vinte e sinco de alto".[76]

Esta narrativa também demonstra o esforço que era exigido para construção da fortaleza do Cabedelo, cujo porte dos baluartes e tenalhas, certamente, não era proporcional à capacidade de investimento da Fazenda Real da Paraíba que angariava tão poucos lucros com o restrito desenvolvimento econômico da capitania. Todavia, o Cabedelo ia ganhando forma, e no mesmo ano de 1733, foram arrematadas as seguintes obras: a cobertura do corpo da guarda, as abóbadas da porta, quatro quartéis, uma casa para o capitão da fortaleza e outra a ser usada pelo governador quando fosse assitir no Cabedelo. Estas, por ordem do capitão-mor, foram levadas para arrematação "*em praça separadamente cada hua sobre sy para que se animassem a lançar varios officiaes nellas*" visando assim reduzir o custo final que havia sido muito elevado quando as mesmas obras foram lançadas à praça "*pro indivizo*". Ao final, importaram todas em três mil cruzados, e cento e oito mil reis.[77]

FIG. 45
Casa da pólvora e quartéis do Forte do Cabedelo
Foto: Berthilde Moura Filha



76 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 8, Doc. 694. (DOC. 100) e I.H.G.P. - Doc. Coloniais Manuscritos - Ordens Régias - Liv. 4 - fl. 9. (DOC. 103)

Embora o regimento que regulamentava as companhias de ordenança isentasse deste serviço os homens que tivessem cargos de oficiais - tabeliães, escrivães, meirinhos, alcaides, etc. - determinou o capitão-mor, através de um "bando", a inserção dessas pessoas na obra que pretendia executar, mas facultando-lhes o direito de serem substituídos com o envio de um escravo. Ver SILVA, Maria Beatriz Nizza da - Organização Militar. In. *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*. Op. cit. p. 598-602.

77 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 8, Doc. 705. (DOC. 102) e I.H.G.P. - Doc. Coloniais Manuscritos - Ordens Régias - Liv. 4 - fl. 7.

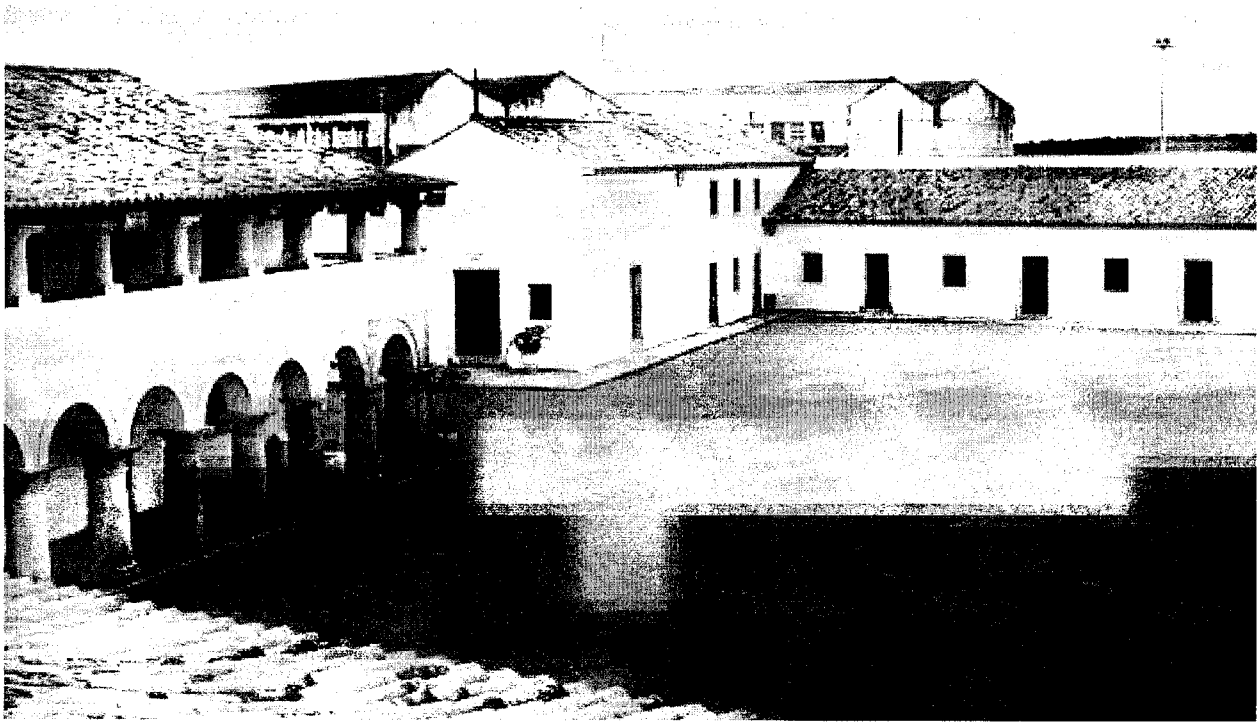


FIG. 46
Casa do capitão-mór, capela e quartéis do Forte do Cabedelo
Foto: Berthilde Moura Filha

Avançava a construção, mas persistiam os problemas que há muito tempo já traziam prejuízos para o Cabedelo. Em 1735, alertou o capitão-mor Pedro Monteiro de Macedo (1734-1744), para o fato de estar a fortaleza "*quazi sercada de agoa, e se lhe ter encostado a corrente do rio pela parte da terra ameassava em breve annos huma total ruína, e tambem o prejuizo de se fechar a entrada desse porto com as áreas*". Como solução, tratou de encontrar o sítio mais conveniente para fazer "*hua estacada de fachina, e pedras fortíssimas, para que batendo a corrente nella possa a rezistencia a que encontrar mudala para o seu antigo caminho*".[78] Resultou que foi construída "*huma ponte de settenta braças de comprimento, treze palmos de largura, e de alto no mais fundo vinte e cinco palmos*". Corria o ano de 1736, e constatava-se que esta estacada vinha afastando a correnteza do rio das proximidades da fortaleza, e formando ao seu pé um banco de areia, apontando Pedro Monteiro de Macedo que para obter maior êxito com esta obra, era preciso "*adiantala mais pelo rio dentro*".[79] Sendo consultado o engenheiro-mor do Reino, Manuel de Azevedo Fortes, este

78 - I.H.G.P. - Doc. Coloniais Manuscritos - Ordens Régias - Liv. 4 - fl. 31. (DOC. 109) e A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 18, Doc. 1432. (DOC. 145)

79 - I.H.G.P. - Doc. Coloniais Manuscritos - Ordens Régias - Liv. 4 - fl. 50. (DOC. 114) e A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 18, Doc. 1432. (DOC. 145)

considerou ser a solução adotada pelo governador da Paraíba, a mais apropriada para aquele tipo de situação.[80]

Obtendo sucesso nessa empreitada, no mesmo ano, Pedro Monteiro de Macedo deu início à construção do fosso aquático com que pretendia cercar toda a fortaleza, "*entulhando em sircunferencia 200 braças, e em partes altura de 20 palmos, e de largo 33 e 40*", trabalho que foi executado em "*4 meses, fazendo de despeza com o comer dos indios e soldados 250 mil reis*". Com esta medida, pretendia o capitão-mor acrescentar ao Cabedelo mais um elemento de defesa, considerado pela engenharia militar da época como essencial em uma fortificação, visto afirmar Manuel de Azevedo Fortes em seu tratado, que "o foço he a principal defença de huma Praça, e se não pode chamar Praça a que não tem foço".[81] Mas a opção do capitão-mor por construir um fosso aquático - o qual não era o mais recomendado pela tratadística - foi contrária ao objetivo que desejava alcançar, pois em vez de contribuir para a defesa do Cabedelo, aumentou sobre ele a ameaça das águas. Criou assim, um problema que vai ser alvo de grandes discussões dentro de mais alguns anos.

Problema era o que não faltava ao governo da capitania, esbarrando em todo tipo de obstáculo para chegar à conclusão do forte do Cabedelo. Ainda em 1736, o engenheiro Luis Xavier Bernardo foi designado para o posto de "*tenente de mestre de campo general de Pernambuco*", pelo que solicitou ao Reino o envio de um substituto, apontando o nome de Inácio Diogo, ou alguém que "*tenha aquella pratica de que se necessita por estas partes, para reparo da ignorância que todos tem do servisso mellitar*".[82] Em 1738, Pedro Monteiro de Macedo, apresentando com orgulho o andamento dos trabalhos que executava, também informou sobre os conflitos que tinha com os empreiteiros da obra, porque continuavam atuando "*com a mesma lentidão, com que gastarão quarenta e oito annos, na fortalleza, que ainda está por acabar*" e das dificuldades econômicas, visto que "*de Pernambuco não há esperança de vir dinheiro algum da consignação*".[83]

---

80 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 18, Doc. 1432. (DOC. 145)

81 - FORTES, Manuel de Azevedo - Op. cit. p. 139.

Sobre a questão disse também: "Entre os Engenheiros houve huma disputa sobre se he melhor o foço secco, se o aquatico: mas esta há muito tempo, que se decidio a favor dos foços seccos, principalmente havendo obras exteriores; porem se a agoa for corrente, e o foço se puder encher, e vazar à vontade dos defençores, esse será o melhor". Id. ibid. p. 142. Talvez, nesta observação feita por Manuel de Azevedo Fortes esteja a justificativa para a opção do governador da Paraíba.

82 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 10, Doc. 815. (DOC. 115) e I.H.G.P. - Doc. Coloniais Manuscritos - Ordens Régias - Liv. 4 - fl. 51.

83 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 18, Doc. 1432. (DOC. 145) e I.H.G.P. - Doc. Coloniais Manuscritos - Ordens Régias - Liv. 4 - fl. 72.

Assegurar minimamente a defesa da Paraíba constituía uma verdadeira batalha, travada contra estes obstáculos, enquanto nos bastidores decorria um conflito alimentado pela vaidade e necessidade de afirmação de alguns protagonistas: o capitão-mor Pedro Monteiro de Macedo, homem formado na prática da guerra à serviço da Coroa portuguesa e os engenheiros, com conhecimentos da "arte de fortificar" adquiridos nas academias de engenharia militar.

CAPÍTULO 5.2

A defesa da Paraíba na segunda metade do século XVIII:

uma guerra de "conhecimentos" para uma defesa "imaginária".

Durante seu governo, Pedro Monteiro de Macedo pôs em grande evidência a necessidade de reforçar o sistema de defesa da capitania, empenhando-se não só nas obras da fortaleza do Cabedelo, mas idealizando fortificar a própria cidade da Paraíba e a Baía da Traição. Suas propostas foram polêmicas e geraram acirrados embates com o poder metropolitano.[84]

Antes de assumir o governo da Paraíba, Pedro Monteiro de Macedo havia servido nas províncias de Trás-os-Montes, Beira, Alentejo e no Reino do Algarve, podendo ser considerado como uma figura emblemática para compreensão do perfil de muitos dos homens indicados pela Coroa portuguesa para os postos de governo em seus territórios ultramarinos, onde atuavam não só como administradores, mas principalmente, como chefes militares.[85] Sua trajetória profissional bem exemplifica a idéia desenvolvida por Russell-Wood, quanto a ser o império português um "mundo em movimento", por onde esses homens circulavam e se qualificavam, e se tornavam portadores de um "modo de fazer" apreendido nos mais diversos campos de batalha, acumulando conhecimentos que muitas vezes os incitava a contrapor-se aos técnicos formados nas aulas de engenharia militar, e até mesmo a desafiar os mais insígnes engenheiros de Portugal.[86]

---

84 - A atenção do capitão-mor Pedro Monteiro de Macedo para com a defesa da capitania, foi expressa, também, através da reforma e reorganização que fez na corporação militar. A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 10, Doc. 815. (DOC. 115)

Para alcançar um serviço militar mais eficaz, os soldados deveriam cumprir exercícios militares regularmente, bem como receber instruções teóricas e práticas sobre o uso de armamentos e métodos de guerra, sendo preparados para manejar a artilharia da fortaleza. Assim, a partir de 1737, muitas modificações foram feitas pelo capitão-mor: os corpos auxiliares e os terços foram reorganizados, foi criado um corpo de granadeiros, sendo todos obrigados à instrução regular, que acontecia aos domingos, em frente à Igreja Matriz, após a missa, também obrigatória. MONTEIRO, Vilma dos Santos Cardoso - Op. cit. p. 214.

85 - I.A.N./T.T. - Chancelaria de D. João V - Liv. 88 - fl. 114.

Segundo António Manuel Hespanha, as figuras dos governadores "estão muitas vezes rodeadas de uma imprecisão, que decorre, finalmente, da projecção sobre o passado de uma imagem do cargo do governador que é uma imagem do século XIX, a de um governador político. Quando, na maior parte dos casos, os governadores do período pré-contemporâneo da época do Antigo Regime eram tipicamente governadores militares, ao lado dos quais havia, mais ou menos desenvolvida, uma administração civil." HESPANHA, António Manuel. Os modelos institucionais... Op. cit. p. 66.

86 - RUSSELL-WOOD, A. J. R. - Op. cit.

Em 1736, retomando uma idéia que havia sido descartada pelo engenheiro José Pais Esteves, no final do século XVII, Pedro Monteiro de Macedo apresentou ao Reino sua proposta para:

> *"em hum pontal proximo a esta sidade, formar huma sidadella de fachina, e estacas, tanto para freio dos moradores, quanto para devidir as moniçoins, que não era rezão estarem expostas todas em a fortaleza, porque sercada esta, ficava impossebellitado o seu socorro, e perdida, o seria tambem toda a capitania, por não aver outras moniçoins, nem defensa alguma para segundo oposito; allem de que, ficando a cidade distante so da costa, duas legoas pequenas, era forsozo ter algum abrigo, em que segurassem os moradores os seus moveis, de alguma invasão repentina, para o que basta dous navios de piratas".*[87]

Esta cidadela seria construída *"de saibro, e barro, a pillão, com o menos despeza da fazenda"*, e estaria situada em *"hum sitio dos Padres da Companhia, que com grande vontade offerecião"* em troca de alguma recompensa. O custo desta fortificação não excederia um conto de réis, visto que seria utilizada a mão-de-obra de soldados e índios, com a eventual colaboração dos *"negros dos moradores"*, o que possibilitaria executar a obra com poucos recursos e com grande brevidade. Decidiu o capitão-mor submeter a sua proposta à apreciação do poder metropolitano, pedindo fosse a mesma avaliada pelos engenheiros de Pernambuco e do Reino.

No Reino, Manuel da Maia foi o primeiro a apreciar a proposta apresentada por Pedro Monteiro de Macedo, atendo-se nos três pontos que o capitão-mor utilizara para justificar a fortificação da cidade, e sobre estes desenvolveu o seguinte parecer:

> *"E fazendo reflexão sobre os tres pontos da dita proposta, e para satisfação dos quaes se aponta a dita cidadella, que são, o guardar as munições divididas, o pôr freyo aos moradores, e o recolher os seus moveis em occazião de algum assalto repentino: respondo ao primeiro ponto, que me parece muyto justo se dividão as munições, principalmente a da polvora; porque como não há cautella, que infalivelmente possa livrar a hum armazem de incendio por tantos accidentes, que se não podem evitar, só lhe fica servindo de remedio avella divisão; porque succedendo incendio em huma parte, fique outra, ou outras, livre delle; e hé o que lhe aplica Fritach.*
>
> *Na segunda cauza, porque se quer fazer a dita cidadella, encontro alguma impropriedade; e vem a ser, que a cidadella suppoem praça fortificada, de cujas obras se podem os moradores senhorear, lançando fóra a guarnição, ou matando-a, e fazendose nella fortes contra os seus soberanos; o que no cazo presente não concorre; porque não sei que aquella cidade tenha fortificação alguma, que a cidadella haja de dominar para pôr freyo*

87 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx.10, Doc. 799. (DOC. 113)

aos moradores; nem aquelles moradores parecem dignos de tal sospeita, ainda no cazo de ser fortificada a cidade; porque não são povos estrangeiros conquistados de novo, e costumados a rebelarse, que são as gentes para quem, e contra quem se inventarão as cidadellas.

Contra a 3ª rezão de servir a dita cidadella de refugio aos moradores para guardarem os seus moveis em hum assalto repentino, se me offerece a difficuldade de que naquelle repente possão os moradores mudar com tanta promptidão os moveis para a cidadella, como os pyratas lho poderão impedir; pois não se conduzem os moveis de huma Igreja Matriz sumptuoza, Caza de Misericordia, quatro conventos, e huma outra Igreja, alem dos demais de mil moradores, em que não falta nobreza, e comercio, com tanta facilidade e presteza, como a de hum assalto repentino".[88]

Todavia, por achar conveniente fortificar a cidade, Manuel da Maia sugeriu a construção de "*huma boa trincheira de campanha*" com baluartes, dentro dos quais se defenderia a população de um ataque repentino e ficariam os armazéns para munição, distribuindo-a em mais de um sítio. Recomendou que fosse deixado "*de propozito hum baluarte por fabricar, em parte competente, para alli se arrimar a cidadella no cazo de que se ache conveniente esse arbitrio, que me parece será desnecessario*". Ao fim do seu parecer, solicitou que o mesmo fosse submetido à apreciação do engenheiro-mor do Reino, Manuel de Azevedo Fortes.[89]

Este engenheiro pouco acrescentou ao que disse Manuel da Maia, concordando com sua proposta de fortificar a cidade e aconselhando que o engenheiro de Pernambuco, Diogo da Silveira Veloso, fosse "*aquela cidade para deliniar a dita fortifficação com hum exagono, ou pentagono da grande fortifficação pello methodo dos tres-guias, para que a todo o tempo se possa revestir, e acrescentar de revelins; e no interim basta hua boa estacada no parapeito da estrada cuberta, não lhe deixando mais portas, que as percizas para a serventia do povo, e dispozição para portas falças nas partes convenientes*".[90]

---

88 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx.10, Doc. 799. (DOC. 113)

89 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx.10, Doc. 799. (DOC. 113)

90 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx.10, Doc. 799. (DOC. 113)

Em seu tratado "*O Engenheiro Português*", Manuel de Azevedo Fortes observou que "o modo de fortificar as praças com baluartes he sem duvida o melhor, que se tem inventado até o presente". Esclareceu que o método português de fortificar estava fundamentado nas experiências de três engenheiros: Antonio de Ville, "que com melhores regras, particularidades, e acerto, escreveo da Fortificação, tirando-a da estreiteza em que a tinhão posto os Holandezes". O francês "Conde Pagan", cujo método era oposto ao de Ville, mas considerado muito melhor, e o "Monsieur de Vauban" consagrado então, como "o Engenheiro de maior fama, bem merecida pela maior perfeição a que adiantou a arte de fortificar". Os conhecimentos desenvolvidos por estes três engenheiros foram usados por um "autor moderno Anônimo" que compôs um novo método de fortificar as praças, a que denominou "o método dos três guias". Este foi seguido por Manuel de Azevedo Fortes, por considerar que o autor anônimo "soube fazer escolha do que cada hum delles trás mais accomodado à melhor deffença, ajuntando-lhe as suas próprias refleçoens militares" pelo que apresentava grandes vantagens sobre os três autores mencionados. FORTES, Manuel de Azevedo - Op. cit. p. 57-71.

Não agradou a Pedro Monteiro de Macedo, ter a sua proposta colocada em causa pelos engenheiros do Reino, e logo tratou de se defender, dando início a um "duelo de conhecimentos" com aqueles engenheiros, particularmente com Manuel da Maia, que o criticou pelo uso impróprio do termo "*cidadela*" para a obra que estava propondo. A este, o capitão-mor se desculpou dizendo: "*não nego para credito da siencia do Coronel que por ser tão conhessida, como a minha ignorancia, era escuzado luzir com questão de nome*".[91]

Continuou censurando a Manuel da Maia por opinar sem ter o devido conhecimento da realidade local, e contrapôs os argumentos daquele engenheiro quanto a ser a população da Paraíba isenta de suspeitas de sublevação, referindo-se a fatos do gênero ocorridos há pouco tempo em Pernambuco. Informou que estavam aquelas capitanias divididas em dois bandos "*hum que se intitulla de marinheiros, nome que por desprezo chamão os naturaes aos filhos de Portugal*" e outro constituído por indivíduos nascidos no Brasil, que se autodenominava a "*Nobreza*", e arvorava não ter dependência do Reino. Este era, na sua opinião, um ponto de instabilidade que justificava medidas de precaução.[92] Ainda considerava preocupante para a segurança do Brasil, as recentes desavenças com os espanhóis, devido aos conflitos gerados em torno da Colônia do Sacramento, e com os franceses, por lhes terem tomado a ilha de Fernando de Noronha, fatos que poderiam ter como revanche, possíveis ataques sobre o território brasileiro.[93] Diante deste contexto, encontrava justificativa para reforçar os investimentos na defesa do litoral brasileiro, entre os quais estava a Paraíba, onde se deveria trabalhar para concluir a fortaleza do Cabedelo, além de

---

91 - Segundo Manuel de Azevedo Fortes, "cidadellas são humas praças menores, ordinariamente quadrados, ou pentágonos, que se erigem nas Praças em citio mais conveniente, e servem para ter em sogeição, e obediência os moradores, para que se não revoltem, e queirão entregar a Praça; e são mais necessárias nas Praças de próximo conquistadas: o mesmo uso tinhão antiguamente os castellos". FORTES, Manuel de Azevedo - Op. cit. p. 16.

92 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx.10, Doc. 833. (DOC. 118)

Pedro Monteiro de Macedo, se referia a Guerra dos Mascates, resultado de um conflito de interesses entre os moradores da Vila de Olinda e do porto do Recife. Olinda era a sede da capitania de Pernambuco, onde residia a nobreza local constituída pelos senhores de engenho que defendiam seus privilégios, cargos civis e eclesiásticos, em meio a uma crescente crise da economia do açúcar. Estes senhores, não aceitavam a reivindicação dos mercadores e comerciantes do Recife, para a elevação daquele porto à condição de vila, com jurisdição e câmara própria, pois se sentiam ameaçados pelo crescente poder daquela classe dos "mascates". Com o apoio do governador da capitania, Recife foi elevada a vila, gerando o conflito armado. Provavelmente, as idéias de república e independência não eram alheias aos participantes do movimento. CARVALHO, Marcus - Guerra dos Mascates. In. *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*. Op. cit. p. 387.

93 - Entre 1735 e 1737, Portugal e Espanha estavam em guerra pela posse da Colônia do Sacramento, saindo vitoriosos os portugueses. MARQUES, A. H. de Oliveira - Op. cit. p. 418.

Por sua vez, a Ilha de Fernando de Noronha servia de porto para os navios franceses, sendo este acesso bloqueado em 1737, por intervenção do governo português. A.H.U. - ACL_CU_015, Cx. 51, Doc. 4489.

dar "*grande callor a da Bahia da Trayção, e não menos a que se necessita ainda que de fachina nesta cidade*".[94] Apetrechada com estas estruturas defensivas a Paraíba, certamente, recuperaria a condição de ponto estratégico/militar que justificou a sua fundação.

Pedro Monteiro de Macedo ainda contestou Manuel da Maia, por considerar inviável que a fortificação proposta servisse de refúgio para os moradores da cidade em caso de invasão. Aqui, confrontou a posição técnica do engenheiro com o seu conhecimento prático, relatando que sua vivência em campos de guerra, lhe dera "*a experiencia que basta como se dão asaltos, e fazem invazoins*", e aprendera que "*sempre ha tempo para recolher os moveis de mais popollozas cidades, que a da Parahiba, que não he o terço que pinta o tal autor da América*". E no caso particular daquela cidade, este tempo era ampliado pelas características do sítio onde estava implantada, como passou a fornecer detalhes, dizendo:

> "*não pode aparesser navios na costa, de que se não tenha pronto noticia, ou por fogos de noute, ou por fumasas de dia, ou avisos a toda a delligencia como tenho disposto, e a muito tardar quero consentir quatro horas para chegar esta noticia, devo tambem supor que para o dezembarque se gasta tempo, e o mesmo para a marcha, e como o Pais he todo coberto de matas não se caminha com a pressa que se imagina, por que o receio das emboscadas fas marchar com cautella, e bater todas as paragens de suspeita, mas quero consentir em toda a brevidade, e que o inimigo possa chegar sequer tres oras depois do primeiro avizo, não me podera negar o Coronel, que estas bastão para se por em salvo todo o pressiozo, por que os mais trastes so servem de embarasso, e de força os hade deixar ao inimigo, e paresse que fica demostrado que não ha asalto repentino de que se possa ter notissia duas oras antecedentes, que não de lugar para se recolher com a gente, e mais persiozo para huma fortalleza*".[95]

Através destes argumentos utilizados para defender sua proposta de fortificar a cidade, Pedro Monteiro de Macedo não escondia o orgulho que tinha da experiência acumulada com sua longa folha de serviços prestados à Coroa portuguesa, e se julgava em posição de questionar a formação dos engenheiros, que considerava eminentemente teórica, os distanciando da realidade. Opinião que assim expressou:

---

94 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 10, Doc. 829.

Na opinião do capitão-mor Pedro Monteiro de Macedo, a construção de um forte na Baía da Traição tinha por objetivo servir de freio ao gentio, que considerava de pouca confiança, muito mais que de defesa do porto. Tendo este entendimento, um seu antecessor havia construído ali um pequeno forte com quatro peças de artilharia, o qual estava em ruína e danificada a artilharia exposta sobre a areia. Mesmo diante dos argumentos deste capitão-mor, o parecer do Conselho Ultramarino não foi favorável, determinando antes a continuação das obras do Cabedelo. A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 9, Doc. 757. (DOC. 107)

95 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx.10, Doc. 833. (DOC. 118)

"Não posso deixar de responder, que se a arte de engenheiros fora gratia gratis data, he sem duvida que seria virtude particullar conçedida a poucos, mas sendo virtude sientifica que todos podem adquirir, e darse a sy, me admira muyto, que suponho o Coronel que achandome governando esta capitania ainda que a falta de homens, não pudesse a forsa de annos ter sequer o conhessimento para saber se pode, ou não forteficarse esta cidade, o que se fora possivel, não propuzera a fortalleza, ou cidadella que apontei, seguro a Vossa Magestade que reconhesso ao Coronel Manoel da Maya por hum dos grandes engenheiros e doto em todas as siencias que tem Portugal, porem premitame que diga, ainda que seja a custa de romper a modestia, que sedendo lhe em tudo a primazia especullativa, não posso seder lhe na pratica, que adqueri a forsa de servisso, e experiencias como ja outra conta disse a Vossa Magestade que para obras de fachinas de minas, e bombas não necessitava de enginheiros, e o general de Batalha Manoel de Azevedo Fortes, podera em Elvas ser testemunha do que obrei com os morteiros".[96]

Por fim, Pedro Monteiro de Macedo foi afirmativo ao dizer que não era possível fortificar a cidade da Paraíba da forma como apontava Manuel da Maia, devido à *"sua irregular situação"*, sendo a única alternativa viável aquela que apontara. Assim, negou-se a dar cumprimento à ordem do Reino, não apresentando o orçamento solicitado para a construção da fortaleza proposta pelo engenheiro português, por a considerar inexeqüível. Concluiu: *"este he o meu paresser, em que a forsa de rezão, me fas o por ao voto dos dous mais veneraveis mestres da profição de engenheiros que conhesso tem Portugal, e que so se enganão no que apontão, por não verem a situação da terra, a vista do que Vossa Magestade mandará o que for servido".*[97]

Diante do impasse, em 1738, o Conselho Ultramarino recomendou a D. João V adotar as seguintes medidas: solicitar aos engenheiros Manuel da Maia e Manuel de Azevedo Fortes, um novo parecer sobre a matéria, considerando os argumentos apresentados pelo capitão-mor da Paraíba, e ordenar ao engenheiro de Pernambuco, Diogo da Silveira Veloso, que estudasse a viabilidade do projeto de Manuel da Maia.[98] O Conselho Ultramarino também expôs ao rei, que deveria autorizar a Pedro Monteiro de Macedo que desse início à fortificação proposta por ele, *"vista a pouca despeza, que poderá importar"* a construção, e por não ser *"conveniente perder tempo, emquanto asiste naquella Cappitania o mesmo Cappitão mor, em quem concor-*

96 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx.10, Doc. 833. (DOC. 118)

97 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx.10, Doc. 833. (DOC. 118)

98 - Na mesma época, o engenheiro Diogo da Silveira Veloso recebeu ordem de D. João V para fazer uma nova planta e orçamento para o forte da Baía da Traição. I.H.G.P. - Doc. Coloniais Manuscritos - Ordens Régias - Liv. 4 - fl. 84. (DOC. 122)

rem as circunstançias de zello, e actividade no serviço de Vossa Magestade, e sciençia militar".[99]

A decisão de D. João V veio a dar crédito à "ciência militar" do capitão-mor, como demonstra o seguinte despacho:

> *"Me pareceo ordenarvos por Rezolução de vinte tres de Dezembro do anno passado em consulta do meu Conselho Ultramarino façaes logo esta forteficação na mesma forma que vós parece, e se vos declara que ao Governador de Pernambuco ordeno mande para essa Cappitania ao Tenente General Diogo da Sylveira Velozo para assistência, cuidado e segurança da mesma obra, por não haver prezentemente Enginheiro nessa Cappitania".*[100]

Estando iniciada a obra, Pedro Monteiro de Macedo informou ao rei que os moradores da capitania reiteravam a decisão tomada, pois aceitavam colaborar *"para ella com as suas pessoas, e escravos"* e depois, conscientizados da utilidade da mesma, *"pedirião se revista de pedra e cal"*. Demonstrando-se convicto quanto aos benefícios que alcançaria com aquela fortificação, solicitou autorização para acrescentar-lhe um terceiro baluarte, *"para milhor defensa e magnificencia da obra"*, no que estava de acordo o engenheiro Diogo da Silveira Veloso, *"que para deliniação dessa obra nomieis"*. Aprovou o rei o acréscimo do novo baluarte, desde que fosse observado sempre o custo da obra, *"que foi o principal motivo porque se mandou fazer esta nova fortificação"*, e ao capitão-mor louvava *"o zello, cuidado e actividade, com que vos empregais nesta materia".*[101]

Entre os anos de 1742 e 1744, a construção desta fortificação vai transcorrer sob constantes discordâncias. Questões técnicas referentes à execução da obra, eram utilizadas como pretexto para camuflar o verdadeiro motivo da polêmica, alimentada pela demonstração de vaidade e necessidade de afirmação profissional de todos os envolvidos naquele projeto, fato que ao final, vai ser confirmado pelo engenheiro-mor do Reino, Manuel de Azevedo Fortes.

---

99 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx.10, Doc. 865. (DOC. 119)

100 - I.H.G.P. - Doc. Coloniais Manuscritos - Ordens Régias - Liv. 4 - fl. 82. (DOC. 121)

Data de 18 de Março de 1739 a Ordem Régia declarando que tendo de ir à Paraíba o engenheiro Diogo da Silveira Veloso, vá "a Bahia da Traição e tire huma planta topographica do recinto que occupa o terreno a roda configurado, apontando os materiaes que há naquelle sitio e o que será necessário hirem de fora e orçamento de que poderá custar esta obra". PINTO, Irineu Ferreira - Op. cit. p. 143.

101 - I.H.G.P. - Doc. Coloniais Manuscritos - Ordens Régias - Liv. 4 - fl. 113. (DOC. 123)

O rei continua ordenando ao governador de Pernambuco para remeter a Paraíba *"a importância que se devia das consignações atrazadas a essa mesma Cappitania"*. I.H.G.P. - Doc. Coloniais Manuscritos - Ordens Régias - Liv. 4 - fl. 116.

Ocorria que após tantas discussões, foram apresentados cinco projetos para a execução desta fortificação, nos quais trabalharam os engenheiros de Pernambuco, Diogo da Silveira Veloso e Luís Xavier Bernardo. Entre estas *"tantas plantas escuzadas"*, havia uma sempre referida como *"anônima"*, mas que na verdade, era da autoria de Pedro Monteiro de Macedo.[102] Uma vez que esta planta anônima foi preterida, sendo aprovada a proposta delineada por Diogo da Silveira, ofendia-se o capitão-mor com seu incontido orgulho e vaidade.

Desta longa controvérsia, ficou um saldo positivo nos registros documentais que demonstram como os conhecimentos da engenharia militar que estavam sendo aprofundados na metrópole, circulavam por todos os domínios de Portugal, evidenciando também, uma busca de sintonia com o que havia de mais atual na arte de fortificar desenvolvida na Europa.

Atendo-se aos aspectos técnicos, Pedro Monteiro de Macedo apontava a impossibilidade de adaptar o projeto delineado por Diogo da Silveira ao sítio escolhido para a fortificação, além do mesmo ser considerado pouco eficiente para a defesa da parte baixa da cidade. No entanto, sendo consultados os engenheiros do Reino, estes foram favoráveis à execução desse projeto, expondo soluções para acomodá-lo ao terreno e melhor adequá-lo à defesa da cidade. Através da avaliação desses dois engenheiros, parcialmente transcrita em uma consulta do Conselho Ultramarino, é possível apreender com mais clareza os motivos da polêmica, bem como extrair algumas informações sobre o desenho da fortaleza que estava sendo executada, pelo que cabe citá-la:

> *"e que toda a duvida, e teima fora sobre não chegar a planta primeira a descobrir a ponta daquelle terreno, pello que conviera o seu autor em lhe acrescentar hum hornaveque, de que nascera nova duvida sobre o tal hornaveque exceder em alguma couza a demarcação do terreno, terminada a roda pella sua declevidade; porem que esta objecção se desvanecia, por que, do que precizamente se há de pentiar da ponta do terreno, se suprem largamente as explanadas do hornaveque, ficando a fortificação em hum pentagono regular, e sem inconveniente algum, e que era sem duvida, que a baixa, que se dezeja descobrir ficava muito maes bem flanqueada, e defendida do hornaveque, pella sua grande capacidade, do que do baluarte da planta anonima, que he muito menos capax, do que o hornaveque, e que asim lhe parecia se devia ordenar se siga a dita primeira planta sem*

102 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx.11, Doc. 945. (DOC. 124)

Sobre estas diversas propostas para a fortificação, sendo consultado o Brigadeiro Manuel da Maia, considerou que entre elas *"so de duas se podião fazer cazo"*: o primeiro projeto executado por Diogo da Silveira, e uma outra planta *"chamada anonima, ou sem autor, a qual por todas as suas circunstancias, mostra ser feita pello mesmo Governador"*, e riscada por Luís Xavier Bernardo.

receyo de que falte terra, porque alem da que há de sahir da ponta do terreno, da baixa, que se pertende descobrir, pode sahir tanta quanta for necessaria, asim para terraplenos (quando não saya a bastante dos fossos) como para se suprirem as explanadas nos lados do hornaveque, que será facil levantar debaixo para sima por meyo de hum sarilho, ou guindaste".[103]

Os engenheiros do Reino, atualizados com a arquitetura militar da Europa naquele período, ainda fizeram duas recomendações: primeiro, que não fossem colocadas artilharias nas obras exteriores *"o que se está praticando nas princiPais praças da Europa"*; e segundo, que as guaritas não deveriam ser de pedra, mas sim em tijolo, *"por que a mayor parte das praças da Europa, e muitas do nosso Reino, tem as guaritas de tijolo, que não tem menor duração, que as de pedra se há cuidado de as revestirem das intemperias do tempo, e que pezão muito menos sobre os reparos".*[104]

Diante disso, ordenou D. João V, por carta de 29 de Agosto de 1742, que Pedro Monteiro de Macedo, desse continuidade à construção da fortificação, *"seguindosse a primeira planta do Tenente general Engenheiro Diogo da Silveira Vellozo na forma que aponta o Enginheiro-mór do Reyno Manoel de Azevedo Fortes".*[105] Em resposta, informou o capitão-mor que estava procedendo-se à condução de barro para a execução dos parapeitos e contra escarpa, e solicitou a assistência de Luís Xavier Bernardo, pela falta que havia de um engenheiro, embora os empreiteiros demonstrassem ter *"grande pratica destas obras".*[106]

Mas no ano seguinte, Pedro Monteiro de Macedo voltou a contestar a decisão dos engenheiros do Reino, quanto a pôr em execução a planta de Diogo da Silveira, e que esta o fazia *"tetubiar, entre o impossivel de execução, e o perigo de me opor a dous tão grandes mestres".* No entanto, enquanto governador daquela capitania, lhe cabia demonstrar a impossibilidade de adaptar o dito projeto ao terreno e que se lhe *"fora façil mudar a ponta do tal monte, como foi façil a Diogo da Silveira falseficallo em papel para acomodar a impropriedade da sua figura, sem duvida a custa de todo o trabalho, se dera, sem a menor controversia, por cançado de esperito de tanto debate".*[107]

Tendo o objetivo de reforçar seu ponto de vista, solicitou a Luís Xavier Bernardo que avaliasse o projeto em questão, concordando o engenheiro que o mesmo não estava de acordo com a forma do terreno, e não

103 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx.11, Doc. 945. (DOC. 124)

104 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx.11, Doc. 945. (DOC. 124)

105 - I.H.G.P. - Doc. Coloniais Manuscritos - Ordens Régias - Liv. 4 - fl. 138. (DOC. 127)

106 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx.11, Doc. 950. (DOC. 125)

107 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx.12, Doc. 1023. (DOC. 131)

oferecia meios de atacar um inimigo situado na área abaixo da encosta. Ainda apontou ser a altura das muralhas incorreta, visto que "*são reprovadas as muralhas altas (...) como ingenhozamente o mostra o nosso Vauban portuguez a quem seguindo faço este justo reparo*".[108]

Sentindo-se respaldado com o parecer do engenheiro Luís Xavier Bernardo - embora viesse a tecer severas críticas sobre a capacidade profissional do mesmo - Pedro Monteiro de Macedo insistia que a "planta anônima" era a mais adequada à defesa da cidade. E para dar credibilidade à sua opinião, reafirmava a sua experiência na arte de fortificar, confrontando-a com a formação dos engenheiros de Pernambuco, tendo o objetivo de desmerecer a Diogo da Silveira. Assim, relatou:

> "*Por dezejo de saber, aprendi a arte da fortificação da qual me não prezo de expecullativo, porem tenho a practica, que me basta, para conhesser a perfeição ou defeito das obras, entrei de poucos annos no servisso, e acheime em asedios ofença, e defença de prassas, em que derramei o meu sangue, vi em França algumas, muitas na Espanha, e quazi todas no Reino, em Africa assisti dous annos na de Seuta; e passando a Parahiba, topei dous enginheiros, ambos tirados pella mesma fieira, porque não tendo visto, nem ainda as prassas de Portugal, porque da aulla se transportarão nesta America, sem mais esperiençia que as obras da fortalleza do Cabedello, ou os fortes de Pernambuco, que todos são redicullos, prezumem exsederem na arte aos mais sabios, e só seguro, que exsedem em profias aos mais contenciozos*".[109]

Ao fim, solicitava ao rei que novamente mandasse ver com atenção os projetos que enviara a Corte, e assim sendo, Manuel de Azevedo Fortes voltou a tecer comentários sobre aquela questão, abordando dois pontos cruciais: o técnico e o ético. Sobre o comportamento de Pedro Monteiro de Macedo, considerando-o arrogante e prepotente, disse: "*se não satisfaça a sua invencivel teima, permita-lhe Vossa Magestade de levantar hua estatua, cuja inscripção, o declare autor daquella fortaleza*".

Manuel de Azevedo Fortes, embora reconhecesse a capacidade e os méritos do capitão-mor, utilizou seu procedimento para exemplificar um problema que constantemente acontecia e que considerava prejudicial aos interesses da Coroa: "*O que eu sei, por experiencia he, que a mayor parte dos governadores, assim das armas, como das praças, enfarinhados de alguas maximas da arte de fortificar, tem hua forte tentação de quererem*

---

108 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx.12, Doc. 1023. (DOC. 131)

Cabe observar que todos estes comentários foram feitos sobre uma segunda planta executada por Diogo da Silveira, e não sobre aquele primeiro projeto aprovado no Reino, pois não se dispunha de cópia deste. Entre os dois projetos, havia diferenças no desenho da fortificação, reclamando Luís Xavier Bernardo que "*sem que se remetta a primeira planta, como posso obrar por ella?*"

109 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx.12, Doc. 1023. (DOC. 131)

passsar por enginheiros, o que tem cauzado hum grande prejuizo á Real fazenda de Vossa Magestade, e ainda, he muito mais perniciozo este danno, para a defença do Reino". Achava que Pedro Monteiro de Macedo, apesar da sua vaidade, era uma exceção a esta regra, pois com a experiência que possuía, deveria deixar aquela *"fortaleza igualmente bem defendida"*.[110]

Sobre a questão técnica, concluiu o engenheiro-mor do Reino que a polêmica centrava-se no tipo de obra externa com a qual se deveria *"acabar de occupar o terreno, para a ponta do monte"*, havendo opção de fazer um hornaveque ou outra obra qualquer, *"á escolha e arbitrio do mesmo governador"*. No entanto, tal decisão não poderia ser tomada *"sem estar á vista do terreno"*.[111] Sendo assim, resolveu o Conselho Ultramarino ser indispensável enviar à Paraíba *"algum homem capax de ponderar na mesma face do lugar os ditos projectos, e suas deficuldades, e de escolher o maes oportuno para que se não balde a despeza, ou se não acrecente desnecessariamente"*. E ordenou:

> *"he o Concelho de parecer que se avize ao Governador de Pernambuco faça passar a Parahiba para este effeito a Francisco Estavão do Loreto, e que a este se escreva remetendo lhe as plantas, cartas e pareceres, que tem havido para que elle com assistencia do ditto cappitão mor observe tudo o que se tem discorrido, e escolha das plantas a que melhor lhe parecer, ou forme outra se o reputar maes conveniente, e fique esta planta servindo de final rezolução para na sua conformidade se executar a obra, e que deste expediente se faça o respectivo avizo ao dito cappitão mor"*.[112]

Sendo esta decisão coerente com o problema que se apresentava, é relevante o fato de Francisco Estevão de Loreto, ser um monge beneditino residente em Pernambuco, certamente, com conhecimentos que o habilitava a receber plenos poderes para resolução daquele impasse, sendo autorizado, até mesmo, a fazer alterações no projeto da fortificação. Assim, sairia das mãos de um religioso a decisão final dessa questão, sobrepondo o frei aos engenheiros Diogo da Silveira Veloso e Luís Xavier Bernardo, cuja capacidade técnica ou postura ética, estavam sendo postas em causa nas entrelinhas dessa ordem vinda do Reino.

A 26 de Março de 1744, D. João V determinou que Pedro Monteiro de Macedo desse continuidade à construção da fortaleza *"que mandey fazer nessa cidade"*, seguindo a primeira planta apresentada por Diogo da Silveira Veloso e aprovada pelo engenheiro-mor Manuel de Azevedo Fortes, e quanto

110 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx.12, Doc. 1023. (DOC. 131)

111 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx.12, Doc. 1023. (DOC. 131)

112 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx.12, Doc. 1023. (DOC. 131) e A.H.U. - ACL_CU - Códice 260 - fl. 391v.

às dúvidas levantadas sobre as obras externas, cabia seguir o que determinasse o Frei Estevão do Loreto sobre a matéria.[113]

No entanto, Frei Loreto não chegou a ir à Paraíba nesta época. Naquele mesmo ano, faleceu Pedro Monteiro de Macedo, depois de quase uma década no cargo de capitão-mor. Para substituí-lo, interinamente, foi nomeado João Lobo de Lacerda (1744 - 1745), que dando cumprimento às suas obrigações de governante, informou ao Reino sobre o estado em que encontrava a capitania. Quanto à fortaleza que estava sendo edificada na cidade relatou o seguinte:

> *"Passei com effeito a ver, e examinar esta obra, e nella achei sómente hum pequeno vallado de terra, e areya, continuado por huma linha recta, que me paresse hera huma das cortinas da dita fortificação, e nos angullos ou lados desta dous montes de terra, algumà couza mais ellevados, aonde devião ser os balluartes, mas sem forma, pois não mostrão façe, nem flanco, partes de que se compoem o dito balluarte, e so sim em hum deles, na parte em que devia ser o angulo flanquiado, lhe achei hum pequeno revestimento de tyjollo, metido na terra exteriormente a mão, sem allicerse, nem fundamento, e sim somente asentado sobre o plano orizuntal.*
>
> *Rezão, porque me paresse, que estes balluartes, devem ser construhidos de novo, buscandose lhe fundamento sollido, sobre que assentem, e allem de muitas sircunstançias, que ponderei na dita obra, que me paressem erros, não haver conçinação alguma, por onde esta se possa fazer, pois me consta que meu anteçessor gastou nella o conto de reys, em que a Vossa Magestade a orsou, e asim mais sinco, ou seis mil cruzados, que tirou de condenaçoins destes povos, e varios pedidos, que mandou fazer, pellos sertoins desta capitania".*[114]

João Lobo de Lacerda ainda informava que aguardava a vinda do Frei Loreto, para opinar sobre a utilidade daquela fortificação ou confirmar os *"descaminhos que da dita obra se seguem a real fazenda e serviço de Vossa Magestade"*. Após um processo confuso e conflituoso, que se estendeu desde 1736 até 1744, foi este o desfecho do projeto de fortificar a cidade da Paraíba, idéia defendida pela importância que teria para defesa da capitania e segurança dos seus moradores, mas que em nada resultou.

Terminava assim, a história de uma obra que envolveu o conceituado capitão-mor Pedro Monteiro de Macedo, cuja folha de serviços prestados justificava ser indicado por Sua Majestade para este posto, e os dois engenheiros de Pernambuco, pagos pela Fazenda Real para prover a defesa da colônia. Sobre as informações fornecidas por estes homens, debateram os engenheiros e conselheiros do Reino, e D. João V emitiu as suas ordens.

---

113 - I.H.G.P. - Doc. Coloniais Manuscritos - Ordens Régias - Liv. 4 - fl. 181. (DOC. 132)

114 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx.13, Doc. 1068. (DOC. 134)

Mas a grande distância que separa o Brasil de Portugal, ocultava a verdade dos fatos, manipulados de acordo com os interesses daqueles que detinham o poder na colônia, enquanto as meias verdades que ficaram registradas nos documentos, subsidiam hoje, a reconstrução do nosso passado.

O saldo de todo este episódio, foi extremamente negativo para a Paraíba. Há muito tempo, a precariedade do seu sistema defensivo, reduzido à inconclusa fortaleza do Cabedelo, fazia a capitania perder a importância militar que tivera no passado. Esta proposta de fortificar a cidade, acabando por ser uma "obra fantasma", possivelmente motivava o poder metropolitano a julgar as praças da Paraíba como secundárias no conjunto das estruturas defensivas da região, reduzindo ainda mais o investimento de recursos para as mesmas.

Ao fim, restava apenas a fortaleza do Cabedelo para defesa da Paraíba, e como sempre, estava em condições precárias. Nela, encontrava-se "*tudo na mayor consternação que se pode considerar*", porque sobre as plataformas e cortinas, faltavam os lajedos "*para effeito de poder laborar a artelharia*", estava "*sem parapeitos para a parte da terra, nem ainda para o mar*" e arruinadas "*outras obras interiores precizas e necessarias para a defença*" da fortaleza. A casa da pólvora por "*mal delineada, e com muitos defeitos*", havia motivado a perda de todas as "*machinas millitares*". Em resumo, a imagem do Cabedelo, em 1744, não inibiria qualquer inimigo.[115]

Com a assistência do engenheiro de Pernambuco Diogo da Silveira Veloso, o capitão-mor Antônio Borges da Fonseca (1745-1753), encaminhou as obras da fortaleza, condicionadas pelas restrições financeiras que não lhe permitiam fazer os massames, lajedos, nem avançar com outros tantos reparos necessários.[116] Mas naquele momento, o principal problema que se apresentava, era conter os danos causados na estrutura da fortaleza pelo fosso aquático que havia sido construído pelo capitão-mor Pedro Monteiro de Macedo.

No ano de 1745, os engenheiros Diogo da Silveira Veloso e Luís Xavier Bernardo, já haviam determinado que "*se fechace, e entulhace o fosso, e que a obra fosse bem fundada com pedra de cantaria*". Não sendo executada, talvez pela grande despesa que representaria para a Fazenda Real, continuou a existência do fosso a comprometer a fortaleza.[117] Quase

115 - I.H.G.P. - Doc. Coloniais Manuscritos - Ordens Régias - Liv. 5 - fl. 11-11v.

116 - I.H.G.P. - Doc. Coloniais Manuscritos - Ordens Régias - Liv. 5 - fl. 40.

Sobre as obras propostas pelo capitão-mor Antônio Borges da Fonseca, deram parecer favorável o Padre Francisco Estevão do Loreto e o Brigadeiro Manuel de Azevedo Fortes.

117 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 18, Doc. 1448. (DOC. 147)

dez anos depois, em 1754, o engenheiro de Pernambuco Antônio José de Lemos, também considerou ser *"não somente conveniente, maiz precizo fecharce o fosso da sobredita fortalleza, de sorte que nella não entrace o mar, poiz nunca fora feyta para ter fosso aquatico, por ser no seo principio fundada muito em terras"*.[118] Portanto, apesar das inovações feitas no Cabedelo, dotando-o de fosso aquático, com estrada encoberta e esplanadas, atualizando a velha fortificação segundo os ditames da engenharia militar do século XVIII, as deficiências técnicas que permaneciam em sua base, não davam a devida sustentação.

O problema se agravava continuamente, detectando o governador Luís Antônio de Lemos de Brito (1753-1757), que ocorria *"algum principio de ruina na sapata do alicerce da face de huma tenalha, a qual escavava o mar tirando lhe a cal e alguma pedra miuda"*, mas sem maior comprometimento da muralha. Solicitou ao engenheiro de Pernambuco, Antônio José de Lemos, *"que cuidasse no remedio não só a evitar a ruina que ja havia mas a impedir o que poderia seguirce para não andar com remendos todos os dias por ser continuada a despeza e pouca a utilidade"*.[119]

Em 1755, o governador e o engenheiro procederam a uma vistoria no Cabedelo, e elaboraram um termo no qual historiavam que aquela fortificação não fora feita *"para ter fosso aquatico por que foi fabricada muyto distante do mar; porem, com a continuação dos annos extenderão as agoas os seos limites e comerão de sorte a terra, que vem hoje baterlhe na muralha na maré cheya, ou em agoas vivas"*. Para evitar este avanço da água *"no tempo antigo"*, havia sido feito um entulho de pedra com que se alcançou o objetivo pretendido.[120] Mas quando o capitão-mor Pedro Monteiro de Macedo decidiu cercar a fortaleza com fosso aquático, mandou retirar grande parte daquela pedra a fim de facilitar a entrada do mar, não prevendo que com isto estava expondo os alicerces das muralhas à ação das águas que com o tempo lhe causaram ruína. Sendo assim, a solução mais viável era fechar o fosso e consertar a sapata, obra que não estava concluída por falta de barcaças que transportassem pedra do Varadouro até o Cabedelo. O governador, precavendo-se para não incorrer em novos erros que viessem a trazer mais prejuízos ao Cabedelo, decidiu solicitar ajuda ao Reino, assim dirigindo-se ao rei D. José:

---

118 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 18, Doc. 1448. (DOC. 147)

119 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 18, Doc. 1432. (DOC. 145)

120 - Já em 1698, o Reino ordenava que fosse posta em prática a proposta do engenheiro Pedro Correia para *"que a pedra que levão os navios que vão a essa capitania por lastro se lance pella parte do rio ao redor da muralha a granel onde o mar costuma a escavar maes porque por este meio se fara maes perduravel tudo o que se obrar, e virá pello tempo adiante a resistir as bravezas do mesmo mar sem que se offenda o principal da fortaleza"*. A.H.U. - ACL_CU - Códice 257 - fl. 1v.

"Pareceme que a vista desta conta, do termo e da planta que se sirva Vossa Magestade de mandar ouvir os profeçores da architetura melitar principalmente o sargento mor de Batalha Joze da Sylva Pays sobre a obra do fosso, porque ja em outro tempo foi ouvido a respeyto da mesma Fortalleza, de que tem grande conhecimento, e tenho visto pareceres seos acerca da obra principal, porque ainda que reconheço que o capitão Antonio Joze de Lemos hé hum bom official de infantaria, e bom geometra, não sey se hé consumado na arte de fortificar, nem se tem patente de Vossa Magestade para Enginheiro".[121]

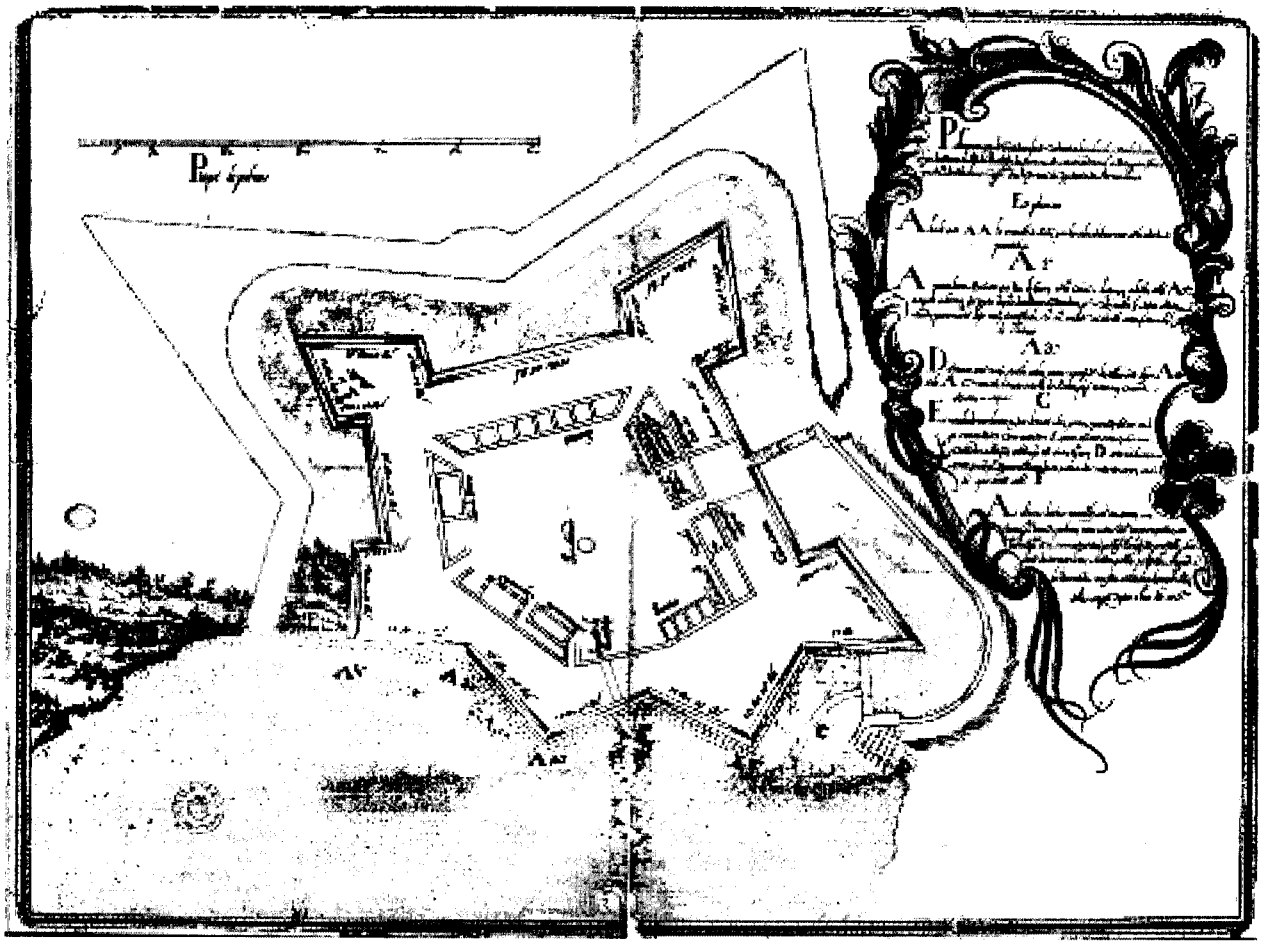


FIG. 47
Planta da Fortaleza do Cabedelo, executada pelo capitão de Infantaria Antônio José de Lemos.
Fonte: A.H.U. - Cartografia Manuscrita - n. 885

A atitude do governador Luís Antônio de Lemos de Brito, solicitando que os "*profeçores da architetura melitar*" do Reino avaliassem a questão, pode ser vista como um parâmetro para aferir a maior credibilidade que ganhavam os projetos analisados por estes profissionais. Em contrapartida, consideravam os mestres da engenharia a maior contribuição que os governantes poderiam dar, caso tivessem melhor formação téc-

121 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 18, Doc. 1432. (DOC. 145)

nica, idéia que está explicitada no seguinte comentário do engenheiro José da Silva Pais, revelando a crescente importância que o conhecimento científico ganhava em meados do século XVIII:

> *"A planta feita por este Capitam dá hua idea imforme da dita Fortaleza, e hé certo que se fora emginheiro não a mandaria sem o perfil, e configuração do terreno para se saber a grossura de muralha as suas alturas e terraplenos e a sua cituação escuzaria por pôr algarismo os comprimentos das partes de que se compoem a mesma forteleza, porque trazendo o petipe que vem nesta, e que elle supoem de palmos, não pode ser se não de braças, como calculei e nestas faltas se conhece o quanto era precizo ouvesse ofecial emginheiro capas naquellas capitanias para estes incidentes e para os mais de mayor ponderação, e o quanto seria conveniente ao serviço de Vossa Magestade que os governadores fossem instruidos na architectura militar para na falta dos emginheiros e ainda havendoos advertirem milhor o que lhe era precizo para a concervação e defença das capitanias e praças de que os encarregão suposto que o governador actual tem sem duvida hua grande aptidão para obrar com acerto no seu governo".*[122]

Sobre a obra em si, José da Silva Pais foi de parecer que com entulhos de pedra e a construção de estacarias se defenderia a sapata da muralha e se impediria o acesso da água ao fosso, mas recomendava que fosse previsto um meio para que *"se a necessidade o pedir se possa fazer abertura para que fique o fosso aquatico que hé mais defençavel que o seco"*.[123] Dando cumprimento ao que estava assim determinado, o comandante da fortaleza, Manuel Gonçalves Ramalho prestou a seguinte informação:

> *"Em março de 1755 por ordem do Coronel Governador o Senhor Luiz Antonio de Lemos de Brito, se tem emtulhado a parede pella parte de terra da contra escarpa do foço que se vay fazendo a roda desta fortaleza, e se tem carregado treze barcas de pedra na barca de Sua Magestade para massames, e parapeitos desta dita fortaleza.*
>
> *Carregace mais a barca de Sua Magestade quarenta e oito barcadas de pedra a saber da pedreira da salina de Manoel Gonçalvez vinte e sinco de pedra miuda e cabeços, e da cidade vinte e tres de cabeços e pedra de cantaria tudo para massames e mais obras desta fortaleza.*
>
> *Mandou o dito Senhor concertar o portão e coarteiz desta fortaleza que tudo se achava muito aruinado".*[124]

---

122 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 18, Doc. 1448. (DOC. 147) e I.H.G.P. - Doc. Coloniais Manuscritos - Ordens Régias - Liv. 5 - fl. 174.

123 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 18, Doc. 1448. (DOC. 147) e I.H.G.P. - Doc. Coloniais Manuscritos - Ordens Régias - Liv. 5 - fl. 174.

124 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 19, Doc. 1482. (DOC. 149)

Por esta época, continuava em pauta a necessidade de fortificar a Baía da Traição, sobre o que escreveu o governador Luís Antônio de Lemos de Brito, ao rei D. José:

> *"São muytos os portos de mar que necessitão de guarnição de tropas porem como no Brazil hé inpocivel guarnecerem se todos se costuma acudir aos mais emportantes dos quaes hé hum a enseada da Ponta de lucena, e outro a Bahya da Trayção na distancia hum do outro de dez legoas que tantas há de costa aonde se preciza de grande vigillancia pella capacidade de receber avultado numero de toda a qualidade de embarcações e pella frequencia com que costumão aportar, ou buscar abrigo navios de varias nações como tem sido constante a Vossa Magestade nas contas dos meos antecessores para haver de se reformar hum fortim, que havia na dita Bahya com guarnição propria, aonde ainda hoje existem os vestigios".*[125]

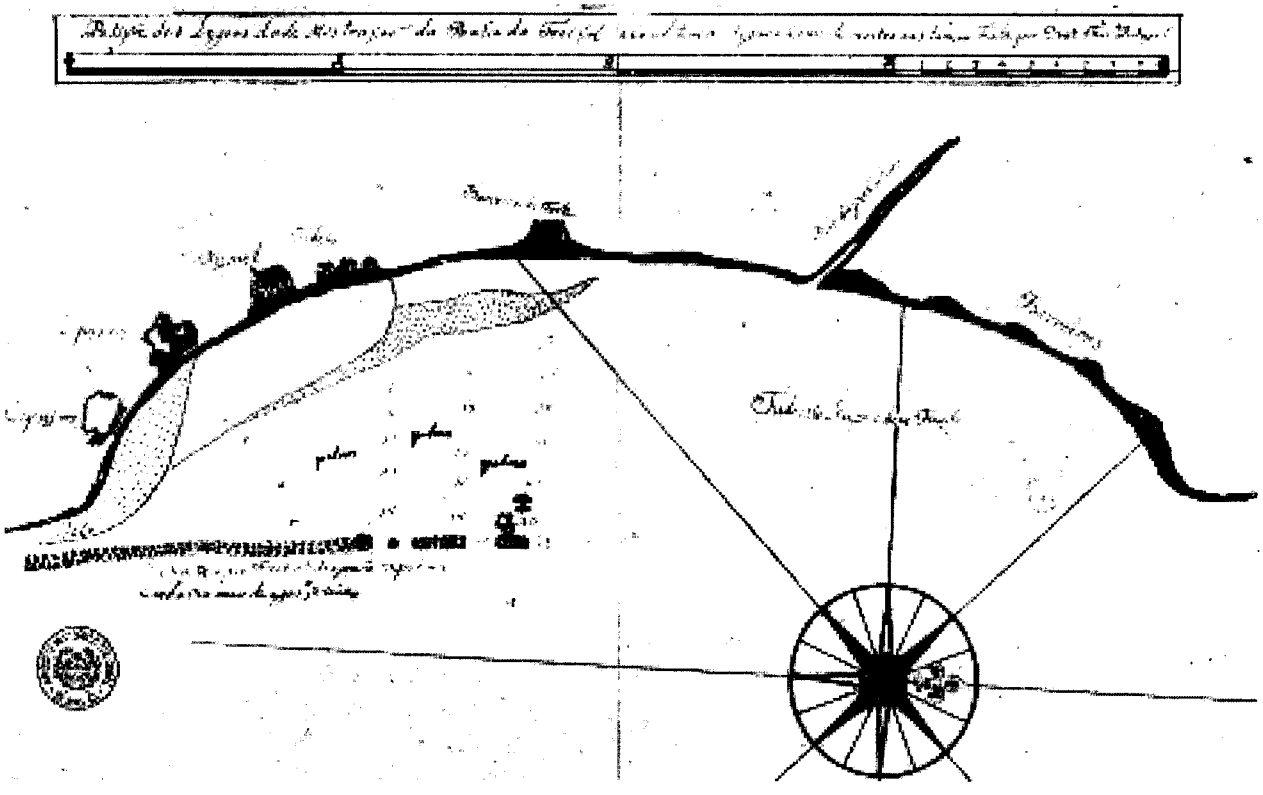


FIG. 48
Carta da Baía da Traição, feita por Dionízio Ferreira Portugal, c.1755.
Fonte: A.H.U. - Cartografia Manuscrita - n. 883

A partir de 1756, a perda de autonomia do governo da Paraíba, decorrente da anexação à capitania de Pernambuco vai gerar um período de total decadência e de maiores restrições nas infindáveis obras do Cabedelo. Entre os anos de 1757 e 1759, o comandante da fortaleza, Manuel Gonçalves

125 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 17, Doc. 1389.

A construção desse fortim da Baía da Traição é assunto que vai continuar comparecendo na documentação trocada com o poder metropolitano até as últimas décadas do século XVIII. A exemplo ver: A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 25, Doc. 1967.

Ramalho, dava conta que as obras estavam reduzidas a consertos na casa do corpo da guarda e quartéis, sem "*outra algua obra, por não haver dinheiro com que esta se faça, não obstante a grande necessidade que há de se fazerem os leytos para laborar a artelharia, e o mais de que se necessita para ficar na sua ultima perfeição como determinou o Tenente General Diogo da Silveira Vellozo*".[126]

Mas não eram apenas as questões decorrentes do contexto político e econômico local que determinavam o andamento das obras do Cabedelo. Por esta época, alargara-se o território da colônia e os conflitos gerados em torno da definição dos seus limites exigia a criação de novas estruturas defensivas. Assim como a Paraíba havia sido fundada como parte de uma estratégia de conquista e ocupação do território brasileiro, no século XVI, novas estratégias estavam agora sendo definidas para assegurar as fronteiras Norte, Sul e Centro-Oeste do Brasil.

Ao Norte, eram postos em prática planos de fortificação, visando proteger a área da bacia amazônica, particularmente contra os franceses, que ali desejavam estabelecer domínios. Ao Sul, a definição dos limites entre os territórios de Castela e Portugal desenvolvia-se entre guerras e tratados diplomáticos. Por isso, novas estruturas defensivas eram projetadas para essas regiões, para onde o poder metropolitano direcionava o grosso dos seus investimentos destinados à defesa.[127]

Além disso, todas as mudanças administrativas, econômicas e políticas ocorridas no Brasil na segunda metade do século XVIII, implicaram para a Paraíba uma situação cada vez mais secundária no quadro geral da colônia. Esvaziava-se a capitania das principais funções que, a princípio, haviam justificado a sua fundação, entre estas, a primordial posição de elemento de defesa do litoral brasileiro nos séculos XVI e XVII.

A Paraíba, subordinada administrativa e economicamente aos "generais pernambucanos", pouco podia fazer para impedir o abandono em que caíra o forte do Cabedelo, sobrevivendo em suas ruínas como registro edificado - e inacabado - de um passado de guerras. Em 1774, lastimava o governador Jerônimo José de Melo e Castro (1764-1797), que "*a fortaleza do Cabedelo, principal defeza desta Capitania, se acha em huma decadencia lamentável, por se lhe faltar com o reparo precizo*" nos parapeitos e em partes principais, enquanto "*o furiozo combate do mar lhe vai fabricando concavidades que em breve tempo aruinarão*". E acrescentava:

126 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 20, Doc. 1556. e A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 21, Doc. 1606.

127 - LEMOS, Carlos - O Brasil. In: MOREIRA, Rafael (org) - *História das Fortificações portuguesas no Mundo...* p 246-253. Devido a estas novas estratégias de defesa dos limites do Brasil, foram construídos o forte de São José de Macapá (1764), o Real Forte do Príncipe da Beira (1776), as fortalezas de Santa Cruz de Anhatomirim, São José da Ponta Grossa e Santo Antônio de Raton Grande em Santa Catarina, e a fortaleza de Nossa senhora dos Prazeres da Ilha do Mel (1767), no litoral do Paraná.

"Estes reparos que em algum tempo corrião pelo disvelo dos governadores desta capitania, estão hoje fora da mesma jurisdição, porque o meu general arogou assi ainda a que privativamente me concede Sua Magestade na patente que me conferio, contra ordem junta, que incumbe a superintendencia. Esta rigoroza subordinação, que me tem privado da mais minima acção, hé penoza a quem como eu procura distinguir se no Real Serviço, e devo esperar que Sua Magestade tanto a este fim como a Fortaleza dê as providencias de que se necessita".[128]

Corria o ano de 1777, quando o governo da Paraíba reclamando a execução das obras necessárias ao Cabedelo, obteve de Pernambuco a resposta que estas ficavam adiadas *"para depois que se principiar a reedificação da fortaleza"*,[129] iniciativa que até o final do século XVIII não vai acontecer, pelo que revela a seguinte correspondência enviada pelo governador da Paraíba, Fernando Delgado Freire de Castilho (1797-1802), ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Rodrigo de Sousa Coutinho, em Novembro de 1798.

"Ordenando-me Sua Magestade pelas Instrucçoens que foi servida mandar-me dirigir por Vossa Excelencia com dacta de 23 de Outubro de 1797, que examinando eu o Forte do Cabedelo debaixo dos dois pontos de vista mais excenciaes, isto he, se pode servir a defender o Paiz no cazo de huma invazão estranha, ou de hum movimento interior, informe do seu estado, das reparaçoens que necessita, e das despezas que as mesmas podem custar, assim que sobre este ponto depois de hum maduro exame Sua Magestade decida o que julgar mais util para o seu Real Serviço.

Depois de proceder as precizas averiguações, e necessario exame achei que esta Fortaleza, cituada sobre a ponta da margem austral do Rio Paraiba, he a unica que há em toda esta Capitania, e por isto impossivel que ella só possa servir para obstar a huma invazão estranha, em hum Paiz, que tem vinte e sete legoas de costa, desde o Rio Guajú, que o devide da Capitania do Rio Grande, athe a barra do Rio Abiai, chamado Porto dos Francezes, que o devide da de Pernambuco, e onde há diversos lugares, em que por hum, ou outro modo se pode fazer qualquer dezembarque, e que ja mais pode ser impedido, que pelos nacionaes, que devem fazer a principal defeza de todo o Paiz, desputando passo a passo qualquer irrupção que nelle se queira tentar. A cituação da mesma Fortaleza, o seu estado, a sua figura, e capacidade, como deixa ver a planta que remeto a Vossa Excelencia, pouco, ou nada pode servir tambem no cazo de qualquer movimento interior com tudo como ella defende a entrada do Rio Paraiba, onde ancorão todas as embarcaçoens que vem a este Porto, e concorre igualmente para a existencia, e augmento da povoação, que ha no mesmo lugar onde ella esta cituada, e que ja não he muito pequena intidade, parece-me que Sua Magestade a deverá conservar, determinando, não que ella seja acabada, e

128 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 25, Doc. 1955. (DOC. 162)

129 - A.P.E.P. - Período Colonial - Cx. 001. (DOC. 166)

reedificada completamente, mas que seja reparada de modo que possa subsistir, e o que jamais poderá ser se prontamente se não acudir as ruinas que passo a referir, e que caminhão a largos passos para a sua total destruição".

Dando continuidade à sua avaliação, o governador passava a apontar todos os danos que identificara na fortaleza, e a imagem de ruína predominava por toda parte: nas muralhas que estavam sem parapeitos, na ponte do fosso cuja madeira estava podre tornando arriscado seu uso, no fosso em partes entulhado de areia, no portão principal de todo arruinado, na capela onde as sepulturas estavam desbaratadas e as paredes denegridas, no corpo da guarda destelhado, nas casas dos governadores e dos comandantes que apresentavam danos nos madeiramentos. Danos eram apontados também, nos quartéis, na casa da pólvora, nas guaritas, cortinas, esplanadas e rampas internas visto que apenas duas delas estavam "*lageadas, e outras duas totalmente escavadas, pelas inundaçoens, conduzindo as mesmas águas entulhos para a praça d'armas*".[130]

O Cabedelo, única estrutura defensiva que resistira ao longo percurso de dois séculos, desde a fundação da capitania da Paraíba, encontrava-se numa precária subsistência, ameaçada pela destruição causada devido à invasão das águas e das infindáveis obras de reconstrução que se prolongaram por todo o século XVIII, sem nunca ter fim. Estava o forte do Cabedelo, cada vez mais, reduzido a um elemento de "defesa imaginária", ficando no passado a sua condição de principal "chave" da segurança da Paraíba, função que bem desempenhara no século XVI.

130 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 34, D. 2458. (DOC. 174) Documento publicado em PINTO, Irineu Ferreira - Op. cit. p. 187-189.

CAPÍTULO 6

De Filipéia à Paraíba: uma cidade sob o signo da (re)construção



Fonte: Acervo C.P.D.C.H. - João Pessoa

"É habitada de quasi tres mil visinhos, com uma sumptuosa Igreja Maior, Misericórdia, sete templos convento de S. Bento, S. Francisco, Carmo e Collegio da Companhia, que tem annexo um magnifico seminario, onde se dão estudos de latim e philosophia e nos conventos de S. Francisco e Carmo, philosophia e theologia. O parocho desta freguezia é vigario da vara e tem a freguezia mais de dez mil pessoas de confissão, por se estender o seu districto fora da cidade. No seu termo habitão mais de vinte mil pessoas, tem muitos engenhos reaes, sumptuosos templos e ricas Capellas".

Padre Domingos Loreto Couto - Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco... 1754.

CAPÍTULO 6.1

Renascer das cinzas: reconstruir o pré-existente

Em documento de época ficou registrado que, no ano de 1657, estavam os moradores da capitania da Paraíba "*padecendo muitas mizerias*", chegando ao extremo "*que não havia vinho nem farinha para se poder celebrar missa*", sendo esta falta a que mais sentiam, mas acreditavam "*que sempre Deos dará remedio, que o demais não he tão insofrivel*".[1] É evidente que após a retomada aos holandeses, naqueles primeiros tempos de reconstrução da Paraíba, as medidas mais emergenciais incidiam sobre a reorganização econômica, administrativa e militar da capitania. Mas em meio à recuperação do sistema defensivo e dos engenhos de açúcar, cabia voltar os olhos também para Deus, pois pouco seria alcançado se faltasse à população o amparo da Igreja.

Ao entrar a década de 1660, a Paraíba enfrentava a pobreza decorrente da improdutividade dos seus engenhos, brigava para se manter administrativamente independente de Pernambuco e reconquistava sua autonomia eclesiástica. Ao mesmo tempo, D. Afonso VI enviava ordem ao capitão-mor Matias de Albuquerque Maranhão (1657-1663) para que tomasse as medidas cabíveis visando reconstruir a Igreja Matriz com brevidade. Informou o capitão, em 1662: "*antes que Vossa Magestade me mandasse esta ordem já se tinha obrado neste particular, e se vai obrando com todo o calor esta reedificação, comforme a possibilidade desta Praça, com o cabedal deste povo*". Se mais não havia feito Matias de Albuquerque, era por causa da limitação de verba para investir na reconstrução daquela igreja, porque "*dos oitenta mil reis que Vossa Magestade aviza se pagão pera a fabrica da dita Matriz*" apenas constava nas folhas de despesa do Governo Geral oito mil réis, "*couza tão limitada*" diante da obra que era necessária.[2]

Tendo observado o holandês Elias Herckman que ao tempo do seu governo na Paraíba a igreja matriz era uma obra inacabada que estava se "arruinando cada vez mais de dia em dia", é possível imaginar qual seria seu estado de conservação após todo o percurso vivido pela cidade durante a guerra de restauração.[3]

Ao assumir o governo da capitania, Luís Nunes de Carvalho (1667-1670) ainda encontrou a Matriz "*de todo aruinada do tempo dos flamengos*".

---

1 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 1, Doc. 41. (DOC. 21)

2 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 1, Doc. 49. (DOC. 23)

3 - HERCKMAN, Elias - Op. cit. p. 89.

Vendo o quanto *"comvinha ao serviço de Deos"* a reedificação daquele templo, procurou dar continuidade às obras se valendo dos limitados recursos arrecadados com o subsídio dos vinhos, destinado pelo rei para tal fim. Uma vez que este subsídio pouco rendia para a capitania, reuniu *"toda a nobreza e povo"* para contribuir com esmolas para a Matriz, mas comunicava à metrópole que não seria possível *"lograrse este intento"* caso não mandassem *"consignar algua esmola para ajudar a comtenuar a obra"*.[4]

Seu sucessor, o capitão-mor Inácio Coelho da Silva (1670-1673), escreveu ao principe regente D. Pedro, em 1671, informando o estado em que encontrou a capitania. Disse: *"A Camara desta cidade, como Vossa Alteza mandou, me deu posse do guoverno della e sua Cappitania em o primeiro de Novembro passado. Achando so ruinas do que foy cidade, luzindo pouco sua milhora, em tantos annos que ha foy restaurada dos innimigos"*. Atentava, ainda, que a capitania estava completamente desprotegida, com as fortificações destruídas e faltando soldados para guarnece-la, pois o Cabedelo *"necessitando ao menos para a guarnição ordinaria de cem homens, tem outo. A cidade necessitando ao menos de duzentos, tem sincoenta e outo, como tudo constara a Vossa Alteza pelas certidoins que remeto"*.[5]

Apesar da primazia da questão defensiva, continuamente recomendada pelo poder régio, havia lugar para ordens referentes, também, à Matriz. Cumprindo determinação contida em carta régia de 6 de Outubro de 1667, esta igreja foi parcialmente demolida em 1671, restando dela apenas a nave.[6] Inácio Coelho da Silva trabalhou na sua reedificação, assistindo a obra pessoalmente e investindo recursos próprios, obtendo o reconhecimento da população que voltava a encontrar ali um espaço para o culto divino. Em carta enviada ao reino, em 1673, os oficiais da Câmara da Paraíba reforçavam o empenho do capitão: *"E oje vemos seja deos louvado se selebrar na matriz della que principiou e tem acabado com toda a perfeição que o estado da terra deu lugar"*.[7] A Câmara reiterava o pedido de esmolas a fim de dar continuidade à construção e ornato da igreja, que foi aberta à comunidade ainda inconclusa.[8]

Entretanto, quando estava a Matriz em obras, era para a Igreja da Santa Casa da Misericórdia que se dirigia a população e da *"caza della se servia com todo o decoro e luzimento"* compartilhando-a com os irmãos da

4 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 1, Doc. 93. (DOC. 28)

5 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 1, Doc. 80.

6 - MOURA NETO, Aníbal Victor de Lima e; MOURA FILHA, Maria Berthilde; PORDEUS, Thelma Ramalho - Op. cit. s/p.

7 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 1, Doc. 86.

8 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 1, Doc. 78.

irmandade composta por "*muytos homens nobres, e outros de segunda condição*", que assistiam tanto ao "*culto devino como nas obras de caridade*".[9]

Era patente a todos que embora a Igreja Matriz gozasse "*da protecção de Vossa Alteza*", tinha sido da população e dos capitães-mores, grande parte do esforço até então empreendido para a sua reconstrução, demonstrando o quanto esta tinha significado para o povo. Em 1675, estava a "*Igreja acabada das portas para dentro, porem falta de ornamentos, e imperfeita a torre dos sinos, e por fazer o adro, e para esta obra concorrerão os moradores com o que puderão de suas fazendas*", bem como o governo local que havia aplicado o arrecadado com "*todas as condenações dos bandos e editaes*". Mas não havendo meios de concluí-la, foi a vez da população solicitar ajuda ao rei. Submetido o pedido à burocracia do governo central, o Conselho Ultramarino pediu informação sobre o custo das obras do campanário, do adro e ornamentos para a Matriz.[10]

Contraditoriamente, uma carta régia datada de 1698, ordenava que "*visto estar já acabada a obra*" da Igreja Matriz, os "*effeitos que estavão applicados*" para esta fossem disponibilizados para que mais depressa se concluisse a fortaleza do Cabedelo, enquanto uma outra carta emitida pelo provedor da Fazenda Real da Paraíba, em 1708, informava ao Reino que as obras da "*cappella mor e a torre ficavam ainda para se arematar*" e não tinha a população condições para arcar com a continuidade daquelas. Em resposta, ordenou o rei que levasse tal obra a pregão e voltasse a informar sobre o orçamento para executá-la, apontando que não se eximiria dos deveres "*a que sou obrigado*".[11]

É desta época o único registro gráfico que ficou da Igreja Matriz no século XVII. A mesma foi representada em um mapa esquemático executado pelo Capitão Manuel Francisco Grangeiro, em 1692, com o fim de demarcar terras pertencentes ao Mosteiro de São Bento. A Matriz aparece como uma edificação de um só corpo, com coberta em duas águas e uma pequena torre sineira. A fachada, muito simples, está composta de uma porta, duas janelas e um óculo no centro do frontão triangular. Acreditando na veracidade da representação do Capitão Grangeiro, esta seria a imagem aproximada da igreja ao findar a centúria de seiscentos.

Fazendo referência à reconstrução da Matriz, em 1709, disse D. João V em carta encaminhada ao capitão-mor João da Maia da Gama:

> "*Os officiaes da Camara dessa Capitania em Carta de 20 de Agosto do anno passado me reprezentarao acharse de toda aruynada a Igreja Matriz*

9 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 1, Doc. 99. (DOC. 32)

10 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 1, Doc. 96. (DOC. 30)

11 - A.H.U. - ACL_CU - Códice 257 - fl. 1v. (DOC. 57) e A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 4, Doc. 298. (DOC. 65)

de Nossa Senhora das Neves e ser percizamente necessario fazersse de novo, e que por se não demorar a obra, seus antecessor e a requerimento do povo a mandara arematar para se pagar com as esmollas do mesmo povo, e que com effeito se arematara em catorze mil cruzados a obra de pedra, alem da de madeira sendo feita a ditta Igreja nova pella mesma planta da velha".[12]

Diante dessas duas informações - a representação feita pelo capitão Grangeiro, em 1692, e a observação da *"mesma planta da velha"* igreja para fazer *"a ditta Igreja nova"*, em 1709, cogita-se qual seria a imagem da Matriz ao entrar o século XVIII. Não havendo meios para a visualizar, a única certeza é que suas obras continuavam sendo pagas com a pouca arrecadação da imposição dos vinhos que chegavam à capitania e com as caixas de açúcar doadas pelo povo e entregues aos pedreiros como pagamento pelos trabalhos realizados. Este constituía o único meio de contribuição da população, mediante a escassez de dinheiro e por serem as esmolas angariadas *"em o tempo de recolherem os seus fruitos de canas, sem fazerem outro dezembolço por se acharem muito pobres".*[13]

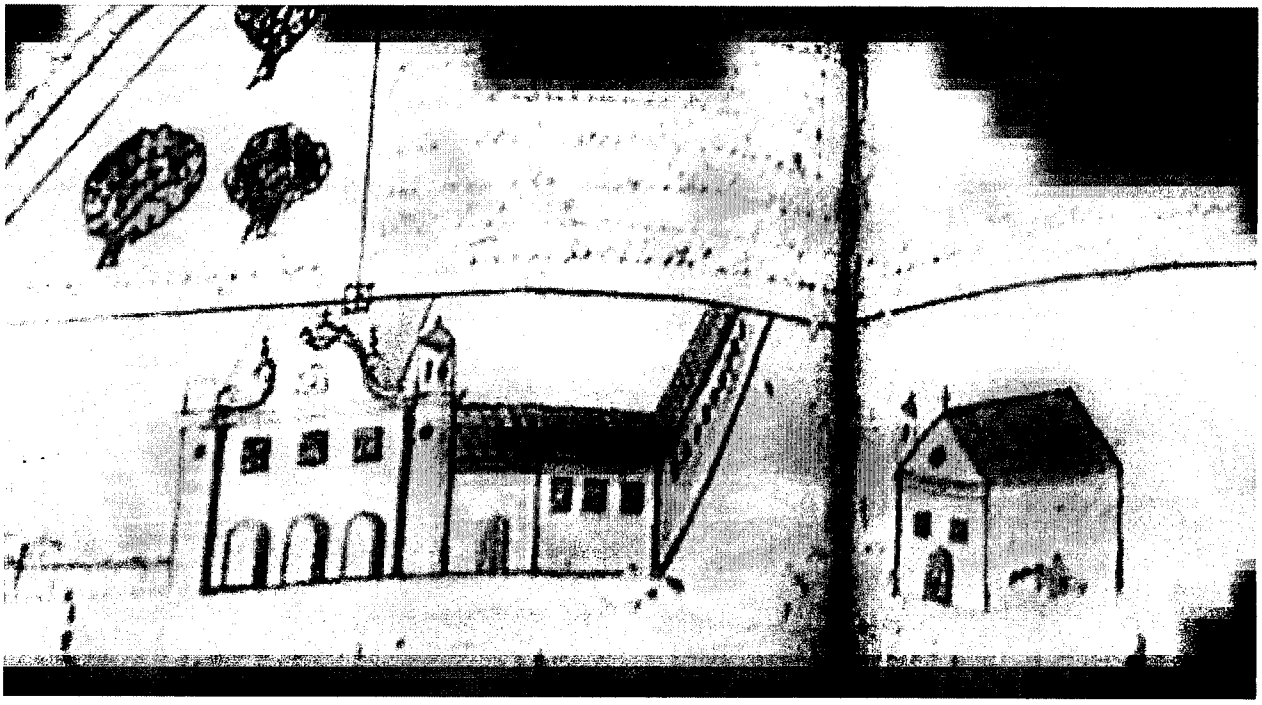


FIG. 49
A Igreja Matriz e o mosteiro de São Bento, representados pelo Capitão Manuel Francisco Grangeiro, em 1692.
Fonte: LINS, Eugênio de Ávila - Arquitectura dos Mosteiros Beneditinos no Brasil...

12 - I.H.G.P. - Doc. Coloniais Manuscritos - Ordens Régias - Liv. 02 - n/fl. (DOC. 68)

Documento transcrito também em PINTO, Irineu Ferreira - Op. cit. p. 102.

13 - I.H.G.P. - Doc. Coloniais Manuscritos - Ordens Régias - Liv. 02 - n/fl. (DOC. 68)

Ao palmilhar esta documentação, ressaltam alguns aspectos que permitem melhor apreender a realidade da Paraíba na segunda metade do século XVII. Observa-se o descompasso que havia entre as expectativas da população em ter, minimamente, atendidas as suas necessidades de vida em sociedade na colônia e a pouca disponibilidade do poder régio para suprilas. As restrições financeiras, tanto no Reino quanto na capitania, faziam com que todas as ações decorressem a longo prazo, sendo este ainda mais alargado pela morosidade nas decisões, sempre emperradas na burocracia e na demorada tramitação de cartas e ordens que cruzavam o Atlântico em movimento condicionado pelas monções e pelos precários meios de navegação. Portanto, cabe entender o processo de reconstrução da cidade de Nossa Senhora das Neves levando em conta a noção de tempo própria daquela época.

Perante tantas dificuldades financeiras, e pouco podendo contar com recursos enviados pela metrópole, cabia ao governo da Paraíba assegurar a coleta dos seus impostos. Sendo a maior arrecadação da capitania obtida com a exportação do açúcar, a Fazenda Real tratou de ter meios para melhor fiscalizar a circulação desse produto, encontrando obstáculo no fato desse comércio ser controlado a partir do "*paço do Tibiri distante da cidade tres legoas*", onde estava situada a balança de pesar o açúcar. Atendendo a solicitação dos oficiais da Câmara, por carta régia datada de 7 de Novembro de 1675, esta função foi transferida do Tibiri para a cidade, sendo instalados "*a balança e trapiche*" no "*paço do Varadouro*", edificado com aprovação da câmara a custa de um particular, Afonso de Albuquerque Maranhão.[14]

Isto gerou polêmica, reclamando os lavradores e senhores de engenho que a mudança da balança para o Varadouro lhes causava prejuízo, onerando o comércio do produto com novos tributos, pelo que exigiam a permanência do "*paço do Tibiri*", como fora desde a fundação da capitania. Em oposição, alegava o poder público que a mesma deveria estar no Varadouro, visto que "*em todo o estado do Brazil está a balança donde se pesão os asucares nas povoações e nellas he sempre donde há o comercio e não nos matos*", onde os proprietários de engenho mais facilmente podiam descaminhar a produção ou burlar o pagamento dos impostos.[15]

Em 1697, veio a confirmação de que as rendas aumentaram depois que a Câmara determinou a instalação do paço do Varadouro, o qual deveria ser mantido "*por convir asy ao bem comum dos moradores dessa capitania pella expedição da carga dos navios, como tambem por ser em utilidade da renda desse Cenado que ja crecera depois desta conceção*".[16] Os oficiais da

14 - PINTO, Irineu Ferreira - Op. cit. p. 65. e A.H.U. - ACL_CU - Códice 256 - fl. 235v. (DOC. 51)

15 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 1, Doc. 93. (DOC. 28) e A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 1, Doc. 96. (DOC. 30)

16 - A.H.U. - ACL_CU - Códice 256 - fl. 245-245v. (DOC. 53)

Câmara abriam caminho para restituir à cidade a sua condição de "centro de poder" no âmbito da economia e da administração da Paraíba. Fazia-se necessário tratar de reedificar os "baluartes" que abrigavam e representavam este poder.

Entre os anos de 1689 a 1697, eram constantes os avisos sobre a necessidade de reconstrução da cadeia e da Casa de Vereação e Audiência.[17] Em 1693, informavam os oficiais da Câmara que estava "*arruinado de todo a cadea e casas da câmara*" e havia necessidade de acrescer à cadeia novos compartimentos para as funções de enxovia, cela livre e fechada.[18] Perante a falta de verba para executar as obras, determinavam o capitão-mor Manuel Nunes Leitão e o ouvidor geral da Paraíba, Cristóvão Soares Reimão, que fossem angariadas contribuições voluntárias junto à população. Esta idéia foi contrariada pelo poder metropolitano, justificando que em "*semilhante caso e necessidade publica*" deveria o poder local recorrer ao rei. Ordenou D. Pedro II que lhe fosse enviada "*a planta desta obra para se tomar neste particular a resolução que parecer mais conveniente*".[19] A planta seguiu para o Reino em 1694.

Ao que tudo indica, esta recomendação régia não excluía totalmente a contribuição da população, pois no ano seguinte os oficiais da Câmara comunicavam que as obras da casa da câmara e cadeia não estavam iniciadas porque era tanta a "*miseria em que vivem os moradores dessa capitania*" que não havia condições "*pera se lhe lançar finta*".[20] Tramitando a questão nas instâncias do Reino, recomendou o Conselho Ultramarino que as despesas fossem, em parte, supridas com verbas provenientes da arrecadação feita na capitania, reduzindo a "*finta*" a ser paga pelo povo. Foi ordenado ao provedor da Fazenda da Paraíba que "*feita a planta, se ponha em pregão, e da quantia porque se arrematar, fizesse o mesmo Provedor lançar finta abatendo so della, o que achar há de sobrar nos bens do Concelho*" visto que "*o estado em que diz está a cadea não sofria dilação*".[21]

Em 1697, o ouvidor geral da Paraíba voltou a referir sobre o "*mizeravel estado em que se acha a cadea daquella cidade*". Passados tantos anos, desde os primeiros pedidos para a execução das obras, era grande a precariedade em que viviam os presos. Muitos usavam grilhões para evitar fuga, embora os crimes de que eram acusados não os obrigasse

17 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 3, Doc. 210. (DOC. 54)

18 - Sobre a disposição espacial das casas de câmara e cadeia no Brasil e o fim a que se destinava cada uma dessas salas ver: BARRETO, Paulo Tedim - Casas de Câmara e Cadeia. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. N. 26. Rio de Janeiro, 1997. p. 362-443.

19 - A.H.U. - ACL_CU - Códice 256 - fl. 161v.-162. (DOC. 48)

20 - A.H.U. - ACL_CU - Códice 256 - fl. 202v.

21 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 3, Doc. 210. (DOC. 54)

a isso. Outros morriam pelo fato de "*entrar o sol do meyo the a noute, e não entrar vento, nem ter limpeza algua*" na cadeia.[22]

Ao mesmo tempo, o ouvidor Cristóvão Soares Reimão apontava os inconvenientes de manter a cadeia e casa da câmara naquele mesmo sítio, alegando não ter "*chãos para ella fazendosse sobre ella caza para sala fechada, e para o carcereiro estar, e caza de audiencia e de vereaçoens, porque todo o comprimento consta de setenta e sinco palmos que so para audiencia e caza de camara são necessarios e não se pode alargar mais por ser na praça*". Considerava que a melhor solução seria fazer novo edifício para a cadeia e expôs a sua proposta:

> "*com bom commodo se podia fazer onde chamão a baixa da parte do poente ficando as grades para o nascente donde regularmente correm os ventos, e sem muita decida para canos de limpeza, ficando quasi no meyo da rua principal que tem essa cidade na passagem donde todos os que vem a ella passão para os socorrerem com suas esmolas, e passagem dos que vão buscar agoa, e finalmente defronte de hua igreja de Nossa Senhora do Rozario dos pretos que se anda fabricando donde podem ouvir missa, porque ha prezo que a sinco annos outros dous que o estão sem lograr este bem*".[23]

Nesse momento, o Largo da Câmara, aberto em 1610, parecia não estar mais proporcional à função que havia justificado a sua criação, pois o edifício da câmara e cadeia precisando ser reformado para atender às necessidades de então, requeria uma dimensão superior àquelas definidas pelo largo. Ao mesmo tempo, sendo acatada a proposta do ouvidor, ficariam desmembradas as funções de cadeia e câmara que sempre estiveram associadas, permanecendo na praça "*os chãos para asougues de carne e peixe*" e a "*caza de camara, e audiencia*" ambas reformadas com obras que "*podera custar dous mil cruzados pouco mais ou menos*", enquanto o novo edifício a ser construído para a cadeia teria espaços mais apropriados e salubres, e "*podera custar quatro mil cruzados pouco mais ou menos*".[24]

No entanto, divergia o capitão-mor da proposta apresentada pelo ouvidor geral, por achar o sítio escolhido para a nova cadeia muito "*afastado da povoação dessa cidade e impróprio para o intento*". Diante do impasse, ordenou D. Pedro II "*que com os homens bons da governança,*

---

22 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 3, Doc. 210. (DOC. 54)

Uma Carta Régia, datada de 11 de Setembro de 1697, autorizava a serem fintados os moradores da cidade, a fim de auxiliarem na construção da casa para Câmara, cadeia e audiência. PINTO, Irineu Ferreira - Op. cit. p. 90.

23 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 3, Doc. 210. (DOC. 54)

Esta denominação "*a baixa*", foi popularmente aplicada ao tramo da Rua Direita que principiando em frente à Igreja da Misericórdia, descia em direção ao Sul. Este nome perdurou até o século XX, embora toda a rua tivesse oficialmente o nome de Rua Direita, e depois Rua Duque de Caxias.

24 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 3, Doc. 210. (DOC. 54)

officiaes que servirem na câmara confira a obra da cadea, e que o que se asentar por mais votos, e se tiver por mais conveniente se dê a execução".[25] Por fim, a obra foi arrematada, em 1699, por *"quatro mil novecentos e noventa cruzados"*, devendo ser feita pela *"planta que se mandou no anno de 694 a este Reyno"* e *"no mesmo citio em que estava a velha"* por se entender que *"baste para recolhimento dos prezos que houver nessa capitania".*[26] Assim, a cidade ia sendo reconstruída sobre as estruturas pré-existentes, não se expandindo para além do pequeno núcleo de "povoação" definido no passado. Certamente, os orçamentos apresentados para as duas propostas de reconstrução da câmara e cadeia tiveram, também, um peso sobre esta decisão.[27]

Vale observar ainda, que não tendo o poder metropolitano informações suficientes que o levasse a optar entre as duas propostas apresentadas, emitiu ordem para que fossem ouvidos os *"homens bons da governança"* da Paraíba, que certamente, não eram instruídos sobre questões técnicas referentes à engenharia e arquitetura. Entretanto, foi levada em conta uma planta executada na Paraíba e enviada ao Reino, em 1694. Desta forma, se repetiam velhos procedimentos, continuando os homens da terra a ter voz ativa nas decisões referentes ao domínio das técnicas de construir, enquanto crescia a valorização do "projeto" e do "profissional" formado no campo da engenharia, solicitado não só nas obras de fortificação, mas no planejamento de outros edifícios vinculados ao serviço de Sua Majestade.[28] Eram os primeiros sinais de novos tempos na construção das cidades.

Por esta época, a política de centralização que Portugal definia para o Brasil, se refletia numa "política urbanizadora" diferente, tendo a Coroa um controle mais direto sobre a vida colonial e sobre as inter-

---

25 - A.H.U. - ACL_CU - Códice 256 - fl. 272v. (DOC. 56)

26 - A.H.U. - ACL_CU - Códice 257 - fl. 14. e A.H.U. - ACL_CU - Códice 256 - fl. 274v.-275.

27 - Irineu Pinto, refere-se a um documento de época - não identificado pelo autor - que contém a seguinte descrição da casa da câmara e cadeia, no ano de 1703. "Este edifício era de dous andares, constava de quatro prisões, sala livre, seguro dos homens, das mulheres e enxovia. A sala livre abrangia metade do primeiro andar, tinha duas janellas com grades, collocadas uma ao nascente e a outra ao poente para onde deitavam as frentes do edifício. O seguro dos homens e das mulheres occupava a outra parte que era subdividida em duas: pequeníssimas estas prisões, pouco arejadas, porquanto a dos homens somente por uma janella recebia ar. A prisão das mulheres occupava o lado de frente (poente) e tinha uma janella com grade; soffria estas prisões o tormento do fumo e mão cheiro que exalavam as tinas de despejo. Não era salubre. A enxovia abrangia todo o pavimento térreo do edifício arejado por duas janellas que tinha nas frentes do mesmo. O terceiro andar servia para as sessões da Camara uma sala; a outra para audiência dos Juizes e Governador". PINTO, Irineu Ferreira - Op. cit. p. 97

28 - Esta prática ainda era incipiente na primeira metade do século XVIII, tendendo a ser cada vez mais comum com o avançar da centúria, uma vez que crescia o corpo de engenheiros atuantes no Brasil. Sobre isto ver: CURADO, Silvino da Cruz - Contributo dos engenheiros militares para a estruturação do Brasil na segunda metade do século XVIII. In. *Actas do IX Colóquio "Os Militares na Sociedade Portuguesa"*. 1999. p. 159-175.

venções no espaço urbano. Consolidava-se em meados do século XVII, uma tendência que já tinha suas raízes na administração das capitanias reais, desde o final do século XVI. Mas agora, começava a haver maior disponibilidade de mão-de-obra especializada, e transformavam-se as bases do processo de colonização e o sistema social da colônia.[29]

Um "projeto" e um "engenheiro" também foram requisitados quando se cogitou da construção de um novo edifício para a alfândega. Em 1696, o provedor da Fazenda Real da Paraíba, Salvador Quaresma Dourado, escreveu ao Reino informando sobre a ruína da "*caza que ahy serve de fazenda e alfandega*". Alegava ser necessário "*fazerse outra de novo de mayor grandeza, por se exprimentar o dano que se exprimenta no comodo das fazendas que levão os navios que vão a esse porto, como tambem o mudarse de citio para o do Varadouro por ser este o mais conveniente a respeito de ficar em menos distancia para a carga e descarga dos navios, e se não poder divertir a fazenda*". Em resposta recebeu a seguinte ordem:

> "*E pareceume dizervos que visto hir o capitão engenheiro a ver a defença dessa cidade e sua barra (como tenho ordenado) pode tambem desenhar a nova caza da Alfandega no Varadouro onde for mais conveniente, e pella planta que elle fizer, vos ordeno ponhais a obra em pregão a quem menos der, e a aremateis, como tambem poreis em pregão a caza da Alfandega velha a quem mais der, para que seu preço ajude o gasto da nova, e o custo que essa mais fizer se pagarão pella fazenda Real*".[30]

A falta de um engenheiro vinculado à Paraíba retardou a execução do projeto solicitado, decorrendo mais de um ano até que "*veyo a esta Capitania da de Pernambuco o Capitão enginheiro, e desenhou a obra da caza da Alfandega no sitio do Varadouro desta cidade*". E "*pella planta que della fes*", o provedor da Fazenda mandou "*logo por em praça a dita obra, a qual se rematou a quem por ella menos deu, com condição de ser paga em tres quarteis*".[31]

Em 1698, o provedor informou ao poder metropolitano que tudo isto decorreu "*depois de ter partido a frota para este Reino o anno paçado*". Neste ínterim, enfrentava ele desavenças com o arrematador da obra, que não aceitou receber o pagamento dos serviços em açúcar, por arrecadar com

---

29 - REIS FILHO, Nestor Goulart - *Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil*... Op. cit. p. 186. Ver tb. DELSON, Roberta Marx - O início da profissionalização no exército brasileiro... Op. cit. p. 205-224.

30 - A.H.U. - ACL_CU - Códice 256 - fl. 221 (DOC. 50)

Este engenheiro, provavelmente, era o sargento-mor Pedro Correia, que servia na capitania de Pernambuco nos últimos anos do século XVII e dava assistência às obras do Forte do Cabedelo, na Paraíba.

Irineu Pinto faz referência a uma Carta Régia datada de 4 de Setembro de 1696, ordenando a construção de uma casa para alfândega na capitania. PINTO, Irineu Ferreira - Op. cit. p. 88.

31 - A.H.U. - ACL_CU - Códice 256 - fl. 244v. (DOC. 52) e A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 3, Doc. 236. (DOC. 55)

a venda deste um valor inferior ao que constava do contrato, pois estava o preço do produto em baixa no mercado. Mas não havia nos cofres da Fazenda Real "*dinheiro com que se pagasse*" e por este motivo a obra se encontrava paralisada. O provedor da Fazenda solicitou uma decisão do Reino sobre a questão, insistindo que era "*esta obra tão necessaria, que pella pequenhes e velhisse da caza que serve de Alfandega, não cabem nella as fazendas que vem a este porto para se despacharem, alem dos descaminhos que podem ter vindas do porto do Varadouro para esta cidade por matos, e despovoado*".[32]

Não há informações sobre a continuidade da obra da alfândega, não sendo possível saber quando a mesma foi concluída. Somente em meados do século XVIII voltam a surgir referências sobre esta edificação que precisava então de "*reparos*". No entanto, o processo que transcorreu sob a administração do provedor Salvador Quaresma Dourado, evidencia novamente, as dificuldades financeiras e burocráticas enfrentadas na reconstrução da cidade, e em particular, dos edifícios que sendo os "baluartes" do poder da Coroa portuguesa na Paraíba, dependiam dos recursos provenientes da metrópole e dos cofres públicos da capitania que se encontravam vazios. Em excesso, apenas o tempo decorrido para o encaminhamento das obras que se faziam necessárias, sendo este sempre em desproporção com os resultados obtidos.

Pode-se extrair outras informações sobre a cidade, contidas nas entrelinhas dessa exígua documentação da época. Observa-se que a proposta feita pelo ouvidor geral Cristóvão Soares Reimão, para construção de uma nova cadeia no sítio denominado "*a baixa*", localizado "*quasi no meyo da rua principal*" da cidade, não foi aceita pelo capitão-mor Manuel Nunes Leitão que considerou aquele tramo da Rua Direita muito "*afastado da povoação dessa cidade*". Por sua vez, o provedor da Fazenda, Salvador Quaresma Dourado, insistiu na construção da nova alfândega, temendo o descaminho de mercadorias transportadas "*do porto do Varadouro para esta cidade por matos, e despovoado*". Estas duas informações, levam a ver o quanto ainda estava limitado o repovoamento da cidade nos últimos anos do século XVII, quando parte da Rua Direita foi considerada afastada do núcleo então ocupado, e o espaço que separava o Varadouro da cidade alta, permanecia despovoado.

Este fato fica confirmado com a descrição deixada pelo capitão engenheiro de Pernambuco, José Pais Esteves, enviado à Paraíba, em 1691, a fim de traçar uma fortificação para a cidade. Assim a descreveu: "*Tem sento e setenta vizinhos, e a mayor parte das cazas terreas fabricadas de madeira, e barro; poucas de pedra e cal, e muitas menos de sobrado tãobem*

32 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 3, Doc. 236. (DOC. 55)

feitas da mesma materia. As que avia nobres de pedra e cal ficarão queimadas do tempo dos olandezes. Não tem dentro agoa de beber nem de serviço de fonte, ou poço, nem capacidade para se fazer".[33] Percebe-se que quase quarenta anos após a retomada da Paraíba aos holandeses, as condições da cidade eram muito precárias, e as cicatrizes do passado ainda estavam presentes.

Um ano depois, parte da cidade foi representada pelo Capitão Manuel Francisco Grangeiro, abrangendo a área compreendida entre o Rio Sanhauá e a Rua Nova, onde estavam sendo demarcadas as terras do Mosteiro de São Bento. Através deste, é possível visualizar um pouco o estado em que estava o processo de reocupação e formação da cidade nessa época, embora a difícil leitura das anotações contidas neste mapa faça com que muitos dados fiquem perdidos.

No Varadouro, o Capitão Grangeiro situou o porto e a "*alfândega velha*" visto que, em 1696, o novo edifício ainda estava por construir. Registrou, também, a existência de um "*passo ou armazém*", que certamente, era o "*paço do Varadouro*", construído em 1675, para instalação da "*balança e trapiche*" de comercialização do açúcar. Em um ponto que assinalou como "*alto do Varadouro*", estava a "*capelinha de São Pedro Gonçalves*" sobre a qual não foi possível coletar nenhuma outra informação na documentação de época trabalhada.[34]

Quanto às ruas, assinalou a "*rua do Varadouro para a cidade*", partindo do porto e desembocando na Rua Nova, à esquerda do mosteiro de São Bento, tendo um traçado que pouco se assemelha às vias de ligação representadas na anterior cartografia holandesa. Nesta, as ruas que vinham do porto chegavam à cidade alta nas proximidades da Matriz ou ao lado direito do mosteiro.[35] Três novas vias foram representadas neste mapa: a "*estrada* [que] *vai das cacimbas ate a porta da igreja do Rosário*

33 - A.H.M. - 2ª Divisão - 1ª Secção - Nº 7. [V] (DOC. 45)

34 - Esta capela é muitas vezes associada à Igreja de Nossa Senhora do Ó, também situada no Varadouro. No entanto, a construção desta foi posterior ao ano de 1721, quando foram concedidas ao Padre Dionísio Alves de Brito, as terras necessárias para a mesma. A.P.E.P. - Período Colonial - Doc. Manuscritos - Sesmarias Liv. 6 110 - fl. 119-122. Esta carta foi copiada no Livro 6 111, havendo no alto da primeira folha da transcrição a seguinte nota: "hoje S. Pedro Gonçalves".

35 - Em 1721, através da carta que concedeu ao Padre Dionísio Alves de Brito terras no Varadouro para construção da Capela de Nossa Senhora do Ó, se tem alguma notícia sobre a ocupação e as ruas desta parte da cidade. Recebeu o padre sobras de terras na "*estrada velha do Varadouro*", as quais estavam "*por detraz da caza do Capitão Rodrigues Henriques e os mais moradores que morão no varadouro que vae para esta dita Cidade pela estrada acima a mão direita cuja terra são quarenta braças que tem os herdeiros os Irmãos de Domingos Luiz da Cunha pegando junto ao pé do Outeiro junto a Alfandega pela dita estrada velha acima da parte do Salgado athé se encher das ditas quarenta braças não passando da estrada para cima*". A.P.E.P. - Período Colonial - Doc. Manuscritos - Sesmarias Liv. 6 110 - fl. 119-122.

dos Pretos", a "*estrada ou caminho do carro para a cidade e da cidade para o Varadouro*" e a "*rua do Varadouro para as cacimbas e portinho*".[36]

Cabe lembrar que em 1697, o ouvidor geral da Paraíba ao propor a construção de um novo edifício para a cadeia, recomendava erguê-lo na parte "*baixa*" da Rua Direita, "*defronte de hua igreja de Nossa Senhora do Rozario dos pretos que se anda fabricando*", sendo este um lugar de "*passagem dos que vão buscar agoa*" nas cacimbas referidas pelo Capitão Grangeiro.[37] Esta referência, confirma a consolidação dessa nova via de ligação. Quanto à "*estrada ou caminho do carro*" que passava a ligar o Varadouro à cidade alta - hoje Rua da Areia - seu traçado resultava da necessidade de um acesso menos íngreme para a subida dos carros que levavam mercadorias do porto até o alto da encosta. Estradas e ruas definidas a partir da interligação de pontos distintos da cidade - a igreja, as cacimbas, o portinho - entre os quais alguns moradores circulavam em seu cotidiano.

Segundo representou o Capitão Grangeiro, estas ruas ou estradas ainda eram pouco habitadas, verificando-se apenas algumas sequências de casas nas imediações do Varadouro e da cidade alta, estando as margens desses caminhos, em grande parte, despovoadas. Esta ocupação rarefeita foi confirmada com a observação do provedor da Fazenda da Paraíba, quando em 1698 insistia na edificação da nova alfândega, a fim de evitar o desvio de mercadorias "*vindas do porto do Varadouro para esta cidade por matos, e despovoado*".[38] Todos estes registros documentais demonstram que ao fim do século XVII, eram pontuais as áreas da cidade povoadas e muito ainda estava por reconstruir, enquanto o preço do açúcar, principal recurso da Paraíba, enfrentava oscilações decorrentes da crise na comercialização do produto no mercado internacional.

36 - A denominação de "*portinho*" era aplicada a determinada área junto ao Rio Sanhauá, e a mesma permanece no século XVIII. Em 1754, João Gonçalves dos Santos foi designado para o posto de Capitão das Ordenanças do distrito de Varadouro, Portinho, Trincheiras e Marés. PINTO, Irineu Ferreira - Op. cit. p. 155.

37 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 3, Doc. 210. (DOC. 54)

38 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 3, Doc. 236. (DOC. 55)

É pertinente observar ainda a abrangência das terras pertencentes ao mosteiro de São Bento, que definiam uma grande área sem ocupação, com extensão que ía desde os mangues na margem do Rio Sanhauá, até a cidade alta e fazia limite com a "*cerca dos padres capuchos*".

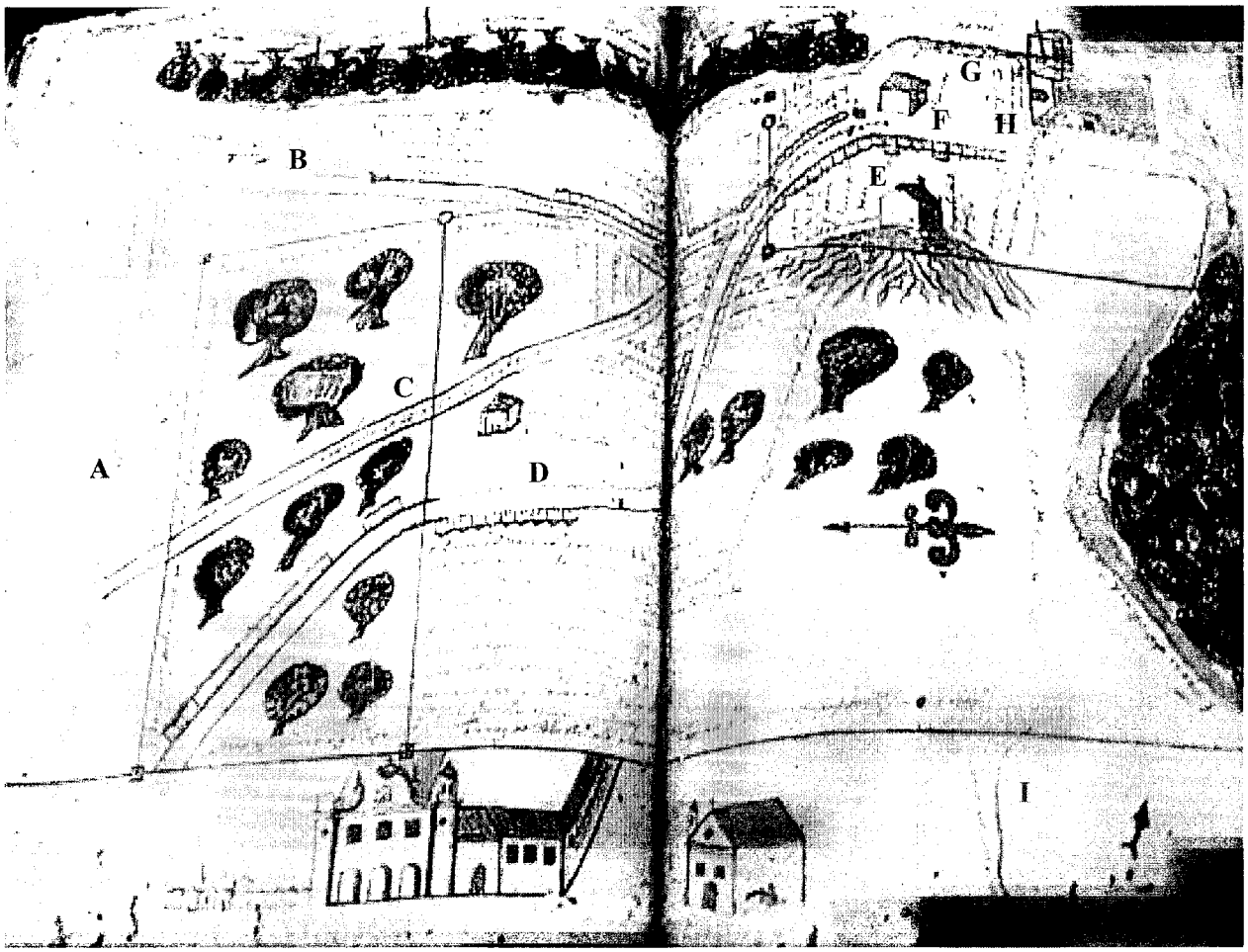


FIG. 50
Planta executada pelo Capitão Manuel Francisco Grangeiro, em 1692, com o objetivo de demarcar terras pertencentes ao mosteiro de São Bento. Das anotações que contém se extrai as seguintes referências.

A *- "Esta estrada vai das cacimbas ate a porta da igreja do Rosario dos Pretos"*
B *- "Rua do Varadouro para as cacimbas e portinho"*
C *- "Estrada ou caminho do carro para a cidade, e da cidade para o Varadouro"*
D *- "Rua do Varadouro para a cidade"*
E *- "Alto do Varadouro" e "Capelinha de S. Pedro Gonçalvez"*
F *- "Alfandega"*
G *- "Porto do Varadouro"*
H *- "Passo ou armazem da (**)"*
I *- "Cerca ou muro dos Padres Capuchos"*

Fonte: LINS, Eugênio de Ávila - Arquitectura dos Mosteiros Beneditinos no Brasil...

Diante dessa realidade, em 1696, o ouvidor-geral da Paraíba, Cristóvão Soares Reimão, fazendo um balanço da administração e da economia da capitania, procurou justificar a situação em que se encontrava a cidade e o estado de ruína das suas casas, apontando alguns meios para sanar o problema. Disse:

> *"Como tambem a ruina das cazas da cidade, cauzada de os mesmos senhores dos engenhos, e juizes e vereadores e procurador do Concelho não tem cazas suas, excepto hu vereador actual, por cuja cauza, desde que*

tomei posse thé o presente não ouve almotaceis nessa cidade, e os juizes muitos mezes, sendo dous, nenhum delles se acha na cidade quinze e vinte dias, e quando vão fora he necessario mandalos chamar, e o remedio para se tornarem a reedificar era que todos os engenhos tivessem nessa cidade caza terrea, ou de sobrado, e os juizes que entrarem a servir, e vereadores o mesmo sem o que se lhe não desse posse, porque com 20 ou 30 reiz se reedifica por terem as paredes feitas, e não serem forradas, e as madeiras de grassa. Vossa Magestade mandará o que for servido".[39]

Associando a falta de estrutura urbana com a ausência da população, Cristóvão Soares Reimão propôs formas de obrigar os funcionários da Coroa e os senhores de engenho a assumir residência na cidade, bastando para tanto, reconstruir aquelas casas em ruína que tinham "*as paredes feitas*". Porém, ao Conselho Ultramarino não pareceu viável "*este arbitrio*" apresentado pelo ouvidor, acrescentando que "*para se remediar as ruinas das cazas, se devem noteficar os donos que as concertem e reparem ou que serão obrigados a vender o sittio para que os compradores lhe fação o benefficio necessario*".[40]

Observa-se que entre as poucas cartas de doação de lotes urbanos hoje conhecidas, datadas dos primeiros anos do século XVIII, é constante a referência ao aproveitamento de "*chãos devolutos e desaproveitados*". Estes, em sua maioria, tinham tido ocupação anterior, mas eram desconhecidos os seus proprietários, porque "*com a guerra que fez o Holandez neste estado se perderão os livros antigos*".[41] Em uma dessas cartas lê-se: "*não consta que houvesse senhorio dos chãos que os Supplicantes tratão mas parece que o tiveram porque n'elles se veem algumas paredes arruinadas de pedra e cal*".[42]

Constata-se também, que diversos "*suplicantes*" estavam na cidade exercendo alguma função pública. O Alferes Diogo Pereira de Mendonça "*sem ter caza nem Quartel aonde more*", recebeu o lote que solicitou. Em 1707, João de Luna da Rocha, proprietário do ofício de Meirinho da Correição e o Capitão Paulo de Almeida, Escrivão da Ouvidoria e Procuradoria da Capitania, também foram beneficiados, pois eram "*moradores nesta Cidade em razão de servirem os ditos Officios sem terem cazas próprias ao que hera em prejuízo e como Sua Magestade que Deos Guarde havia ordenado se dessem de sesmaria todos os chãos que estivessem devolutos por ser conveniente para ornato desta Cidade*".[43] Por ser útil reedificar as casas,

39 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 3, Doc. 197.

40 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 3, Doc. 210. (DOC. 54)

41 - A.P.E.P. - Período Colonial - Doc. Manuscritos - Sesmarias Liv. 6 108 - fl. 102-104v.

42 - A.P.E.P. - Período Colonial - Doc. Manuscritos - Sesmarias Liv. 6 108 - fl. 122v.-124v.

43 - A.P.E.P. - Período Colonial - Doc. Manuscritos - Sesmarias Liv. 6 108 - fl. 122v.-124v.

visando o "*augmento d'esta Cidade*" ou "*para ornato*" da mesma, os lotes eram doados na condição do beneficiado "*levantar cazas em termo de seis mezes, e não o fazendo se darão a quem as levante*".[44] Nestes casos, o cumprimento dos prazos era condição imposta, sendo conveniente assegurar o investimento feito por particulares para reconstrução da cidade uma vez que dos cofres públicos pouco era possível extrair.

No início do século XVIII, são diversas as cartas de doação de lotes devolutos na Rua Direita, com referência ao trecho compreendido entre o convento franciscano e a Santa Casa da Misericórdia. A exemplo, em 1707, João de Luna da Rocha e o Capitão Paulo de Almeida receberam lotes que estavam situados na "*rua direita hindo para São Francisco*" na vizinhança dos "*chãos do morgado que instituio Duarte Gomes da Silveira*".[45] Na mesma rua, Domingos Fernandes, sendo oficial de pedreiro, pôde "*com facilidade fazer nelles cazas de que resultará augmento e ornato a mesma Cidade*".[46]

Em 1711, lotes eram doados na Rua Nova observando ser "*em utilidade a dita Cidade o reformar-se a despovoada rua*".[47] Entretanto, ainda nesse ano permaneciam "*chãos sem senhorio, nem noticia alguma de quem fossem desde o tempo do flamengo*", embora fosse evidente que "*n'elles houve já caza de pedra e cal*" porque "*ainda mostrão os alicerces que tiverão*".[48] Da mesma forma, na Travessa do Carmo, em 1701, foi dado um lote ao Capitão Paulo de Almeida com "*seis braças para mais ou menos de testada pela rua a baixo com o quintal que tiver para atraz*", chãos também habitados antes da invasão holandesa.[49]

Todas estas ruas definidas desde os primeiros tempos da Filipéia, só voltavam a ter seus lotes reocupados quando decorridos, em média, cinqüenta anos da expulsão dos holandeses da Paraíba. Torna-se significativa esta observação que traduz as dificuldades enfrentadas para a reconstrução da cidade, acrescentando-se que na Travessa do Carmo, em 1719, havia "*humas cazinhas de taipa*" de propriedade do capitão Jacome Rodrigues Santos, indicativo de que o sistema construtivo da taipa ainda estava em uso, pois nem todos tinham meios de custear edifícios de pedra

---

44 - A.P.E.P. - Período Colonial - Doc. Manuscritos - Sesmarias Liv. 6 111 - fl. 111-113.

45 - A.P.E.P. - Período Colonial - Doc. Manuscritos - Sesmarias Liv. 6 108 - fl. 102-104v. e A.P.E.P. - Período Colonial - Doc. Manuscritos - Sesmarias Liv. 6 108 - fl. 122v.-124v.

46 - A.P.E.P. - Período Colonial - Doc. Manuscritos - Sesmarias Liv. 6 108 - fl. 122v-124v.

47 - A.P.E.P. - Período Colonial - Doc. Manuscritos - Sesmarias Liv. 6 109 - fl. 79-82. e A.P.E.P. - Período Colonial - Doc. Manuscritos - Sesmarias Liv. 6 109 - fl. 82-84v.

48 - A.P.E.P. - Período Colonial - Doc. Manuscritos - Sesmarias Liv. 6 109 - fl. 91-94v.

49 - A.P.E.P. - Período Colonial - Doc. Manuscritos - Sesmarias Liv. 6 111 - fl. 113-115v.

e cal.[50] O mesmo já observara o capitão engenheiro de Pernambuco que descreveu a cidade em 1691, vendo ser "*a mayor parte das cazas terreas fabricadas de madeira, e barro; poucas de pedra e cal, e muitas menos de sobrado*".[51]

Por se tratar de um processo de reconstrução sobre o pré-existente, permaneceu a estrutura urbana herdada da Filipéia, bem como o parcelamento dos lotes que não teve maiores alterações. Na Rua Nova, em 1702, foi concedido um lote com testada de "*quatro ou cinco* [braças] *que são as que ordinariamente tem os chãos das cazas que ha n'esta Cidade*".[52] Por sua vez, o Capitão Jacome Rodrigues Santos possuindo "*uma morada de cazas de seis braças de ponteiras sitas na rua direita*", recebeu em 1717, mais uma porção de terra que confrontava com sua propriedade, observando a carta de doação que o seu quintal passaria a ter a dimensão que era "*o costumado em tôdas as mais cazas desta Cidade que são quinze braças pegando a medir na porta da rua athé o fundo do dito quintal tudo na forma da planta desta Cidade*".[53] Portanto, mantinham-se as dimensões anteriormente padronizadas para os lotes, mas fica uma questão: existia uma "*planta desta cidade*" a que faz referência este documento?

Também permaneceu inalterada a distribuição dos lotes no interior dos quarteirões. Na Rua Nova, em 1709, foi doado um lote "*junto a caza da pólvora com fronteira para o Oeste, e a trazeira para Leste com fundo ate intestar com os quintaes das cazas de Luiz de Souza*".[54] O oficial de pedreiro, Domingos Fernandes, recebeu um lote na Rua Direita, tendo "*quatro ou cinco braças pela parte da rua*" com as mais braças de quintal "*thé entestar com os da outra rua*".[55]

Verifica-se, portanto, a permanência da estrutura urbana da antiga Filipéia, ao mesmo tempo em que começavam a se formar algumas novas ruas e estradas na cidade de Nossa Senhora das Neves, entre o final do século XVII e princípio do XVIII.

Há referência que o fim da Rua Nova, à altura da confluência com a Travessa da Misericórdia, marcava o "*principio da rua da ladeira, que corre para o Sul*". Em 1713, o desembargador Christóvão Soares Reimão ganhou "*6 braças de terras na rua da ladeira, que era no fim da rua nova*

50 - A.P.E.P. - Período Colonial - Doc. Manuscritos - Sesmarias Liv. 6 106 - fl. 46v.-48.

51 - A.H.M. - 2ª Divisão - 1ª Secção - Nº 7. [V] (DOC. 45)

52 - A.P.E.P. - Período Colonial - Doc. Manuscritos - Sesmarias Liv. 6 111 - fl. 136-137v.

53 - A.P.E.P. - Período Colonial - Doc. Manuscritos - Sesmarias Liv. 6 108 - fl. 13-15v. e A.P.E.P. - Período Colonial - Doc. Manuscritos - Sesmarias Liv. 6 108 - fl. 60-62v. (DOC. 81)

54 - A.P.E.P. - Período Colonial - Doc. Manuscritos - Sesmarias Liv. 6 109 - fl. 51v.-54v.

55 - A.P.E.P. - Período Colonial - Doc. Manuscritos - Sesmarias Liv. 6 108 - fl. 45-45v.

para fazer cazas", obtendo ainda mais onze braças "*pegadas*" ao lote que já possuía, e estas iam "*correndo para o Norte*" até fazer limite "*com a fronteira das cazas da travessa que vem da Mizericordia*".[56]

A "*estrada* [que] *vai das cacimbas ate a porta da igreja do Rosário dos Pretos*", representada na planta do Capitão Grangeiro, em 1692, voltou a ser citada em carta de doação de lotes no ano de 1715. Por esta, o capitão Miguel Alves de Brito recebeu para construção de "*sua morada e augmento desta Cidade*", um lote na "*rua nova entre os chãos do Meirinho do Mar Manoel Pereira Lisboa e os dos Reverendos Padres de Sam Bento cinco brassas pouco mais ou menos pela testada e de fundo athé a estrada que vai para as cacimbas*".[57]

Outras ruas que estavam em formação nesta época, já tinham sido indicadas na cartografia da cidade produzida pelos holandeses. A exemplo, consta nessa cartografia um caminho que partindo do convento dos franciscanos seguia em direção ao sítio denominado de Tambiá Grande, onde os beneditinos possuíam uma propriedade. Em 1701, surge a referência à "*rua que vai de Sam Francisco para o caminho do Tambiá*", onde havia terras devolutas que estavam sendo reaproveitadas.[58] Nesta, José Ribeiro Pinto e Manuel da Silva Simão receberam chãos com "*sete braças de terras de largo pela fronteira da rua, e treze de comprido té intestar com o muro de Sam Francisco*".[59] Em parte, tratava-se da reocupação de uma rua anteriormente habitada, mas que por esta época começava a se definir como um eixo de expansão da cidade, o qual vai se consolidar ao longo do século XVIII.

A mesma cartografia holandesa registrou um caminho que dando continuidade à Rua Direita, seguia em direção ao Sul. Em carta de doação de chãos, datada de 1709, este vai ser referido como a "*estrada que vai para os Engenhos*", na qual o Padre Manuel dos Santos, "*administrador da Caza de São Gonçalo d'esta Cidade*" solicitou a posse de umas sobras de terra existentes entre a cerca da casa dos jesuítas e a propriedade de Floriano Bezerra, "*juntos da dita forca antiga*".[60]

---

56 - A.P.E.P. - Período Colonial - Doc. Manuscritos - Sesmarias Liv. 6 109 - fl. 111v.-114.

57 - A.P.E.P. - Período Colonial - Doc. Manuscritos - Sesmarias Liv. 6 108 - fl. 8v-10.

58 - A.P.E.P. - Período Colonial - Doc. Manuscritos - Sesmarias Liv. 6 111 - fl. 111-113.

59 - A.P.E.P. - Período Colonial - Doc. Manuscritos - Sesmarias Liv. 6 111 - fl. 123v.-126.

60 - A.P.E.P. - Período Colonial - Doc. Manuscritos - Sesmarias Liv. 6 109 - fl. 48v.-51v.

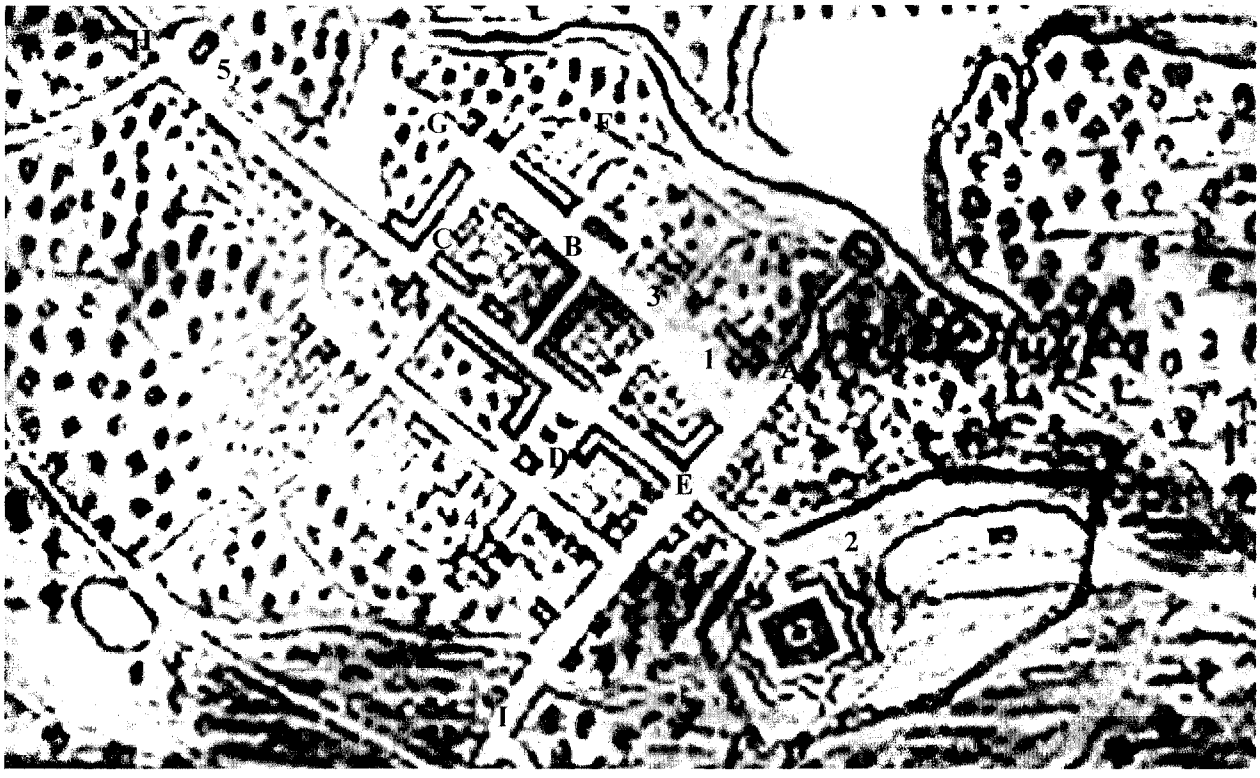


FIG. 51
Localização de algumas vias em formação no início do século XVIII, identificadas sobre cartografia holandesa de c. 1640.

EDIFÍCIOS REFERENCIAIS

1 – *Igreja Matriz* **2** – *Convento Franciscano* **3** - *Mosteiro de São Bento*
4– *Convento Carmelita* **5** – *Capela de São Gonçalo e casa dos jesuítas*

MALHA URBANA PRÉ-EXISTENTE

A - *Rua do Varadouro* **B** - *Rua Nova* **C** - *Rua da Misericórdia*
D - *Travessa do Carmo* **E** - *Rua Direita*

RUAS EM FORMAÇÃO NO INÍCIO DO SÉCULO XVIII

F - *Estrada ou caminho do carro para a cidade, e da cidade para o Varadouro*
G - *Rua da Ladeira*
H - *Estrada que vai para os engenhos*
I - *Rua que vai de São Francisco para o caminho do Tambiá*

Fonte: REIS FILHO, Nestor Goulart – Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial

Observa-se que estas novas ruas e estradas, iam sendo definidas a partir de caminhos anteriores surgidos de forma aleatória, ou atendiam apenas à necessidade de deslocamento da população em sua vivência cotidiana. Sendo assim, não obedeciam a qualquer princípio de regularidade, como havia ocorrido quando da formação inicial da cidade, apontando que o poder local, embora empenhado em repovoá-la, nesse momento, tinha pouca atenção em manter as diretrizes que haviam ditado tal regularidade. Isto se torna contraditório perante a "política" que estava sendo introduzida

pela Coroa portuguesa no Brasil nesta época, caracterizada por uma maior vigilância sobre os núcleos urbanos.[61]

É certo, que alguma atenção recebia a Paraíba, visto que havia ordenado Sua Majestade que "*se dessem de sesmarias todos os chãos que estivessem devolutos por ser conveniente para ornato desta Cidade*".[62] Assim fez o poder local, na expectativa de atrair a população com a doação de lotes e promover o "aumento da cidade". No entanto, os resultados atingidos não foram na proporção do esperado, a considerar pelo teor da seguinte carta do rei D. João V, datada de 1715:

> "*Faço saber a vos Capitão Mor da Capitania da Parahiba que se vio a vossa carta de honze de Setembro do anno passado em que dais conta de que tendo noticia da ordem que se passou ao Ouvidor dessa Capitania para mandar notificar aos donos das cazas cahydas que se achavão nessa Cidade para que as levantassem ou vendessem dentro em hum anno e que nam o fazendo se dessem por datta a quem as levantasse. Mandastes ao Ouvidor actual desse a execução a tal ordem por entenderes ser assim conveniente para formosura da Cidade e para se evitar os desmandos que nos taes pardieyros se cometião de noute; porem que executando o assy o dito Ouvidor se hya passando o anno sem nenhum effeito e que vos achaveis inrezoluto para a execução da dita ordem o que farieis quando eu o houvesse assy por util e conveniente. E pareceu ordenar vos procedais neste particular na forma da Ley*".[63]

Urge lembrar, novamente, que na Paraíba os objetivos almejados apenas eram alcançados após longos anos depois de decorridas as ações. Sendo assim, era preciso esperar pelos resultados que vinham lentamente, dando à cidade alguma vida. Como um indicativo de crescimento se pode considerar o fato de que alguns serviços começavam a ser novamente necessários. Privados da assistência do hospital da Santa Casa da Misericórdia, em 1694, os moradores da Paraíba apelavam para "*a piedade de Vossa Magestade*" dizendo que "*aquella Capitania tem crescido em grande numero de gente, e muitos delles morrem ao desamparo por falta de terem medico*". Pediam que "*lhes mande hum deste Reyno de toda a sufficiencia permitindolhe que lhe possão dar dos subsidios da Camara hum ordenado conveniente, com que ajudado das suas curas possa sustentarse*".[64]

---

61 - Sobre esta questão ver: AZEVEDO, Paulo Ormindo de - Op. cit. p. 65. e REIS FILHO, Nestor Goulart - *Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil*... Op. cit. p. 131.

62 - A.P.E.P. - Período Colonial - Doc. Manuscritos - Sesmarias Liv. 6 108 - fl. 122v.-124v.

63 - A.H.U. - ACL_CU - Códice 258 - fl 69v. (DOC. 78)

64 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 3, Doc. 189.

Segundo o ouvidor geral da Capitania da Paraíba, a Câmara poderia pagar ao médico 50 mil réis tirados do subsídio das carnes. Mas havendo na capitania mais de 16 engenhos com muitos lavradores que desejavam um médico para dar assistência a suas famílias, poderia com estas "*curas*" ampliar sua renda, além das "*quatro fardas, que são quarenta mil reiz*" que poderia receber da Fazenda Real para assistir também aos homens da infantaria.

A cidade voltava a ser o lugar para onde convergiam todos os moradores da capitania a fim de participar dos principais eventos do calendário litúrgico. Entre os anos de 1684 e 1697, realizavam-se anualmente as festas do dia de São Sebastião e a procissão do Corpo de Deus, para as quais contribuía a Câmara custeando a "*sera, muzica e pregação*". Os gastos com estas festas eram necessários, mas deveriam ser feitos dentro do que arbitrava o ouvidor geral da Paraíba: "*para a festa de São Sebastião bastavão quatro vellas no altar e quatro tochas para a procição, para a do Corpo de Deos lhe parecia que em honra de Deos e augmento da fee se desse sera a todos os clérigos, e relligiosos, e quatro mil reiz a muzica*".[65]

Lentamente, a cidade reavia alguma importância enquanto "centro de poder" a partir do qual emanavam decisões referentes a toda a capitania. Como exemplo, o crescimento da população implicou na definição de "*posturas*" que regulassem o comportamento dos moradores da Paraíba, medida que teve origem na cidade, por iniciativa dos oficiais da Câmara. Estes, em 1672, lançaram posturas que foram revistas no ano de 1704.[66]

Na cidade, este controle da população incidiu com mais peso sobre os escravos. Em 1701, mediante a ocorrência de alguns roubos praticados durante a noite, o capitão-mor Francisco de Abreu Pereira, lançou "*hum bando em que prohibi aos negros, e mulatos, e gente de mau viver não andassem de noite das nove horas por diante*". Esta decisão foi motivada por um pedido do Padre Bernabé Soares, superior da Companhia de Jesus, para que "*mandasse prender os seus negros, que de noite sahiam do convento*". O primeiro a desobedecer a ordem foi um escravo dos franciscanos, que "*prendeo a ronda achando o de noite*".[67]

Os negros e mulatos sendo discriminados na estrutura colonial, constituíam grupos que naturalmente desencadeavam o processo de segrega-

---

65 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 3, Doc. 209.

66 - Em 1747, estas posturas foram novamente revistas, tomando por base aquelas instituídas em 1704, segundo consta do seguinte documento: "*No anno de mil seis sentos setenta e dous para o bom regimem da governansa deste povo, e por se distruhir varios abuzos, e pôr forma em que devião estabeleser se os moradores por evitar danos e prejuizos, foi util fazerem os officiaes da camara posturas para as quaes forão as pessoas da governansa da Republica que moravão pellos engenhos. E sendo no anno de mil sete sentos e quatro aos 27 dias do mes de mayo, convocandosse a pregão do porteyro, os moradores e as pessoas da governansa pera (ex vi?) de hum provimento do dezembargador ouvidor geral Manoel Velho de Miranda, se fazerem novas posturas para o bom regimem desta capitania, pellas antigas, diminuindo e acressentando o que parecesse util e conviniente, a voto uniforme por todos se fizerão essas, e como sempre se observarão, e por ellas tiverão principio varios stillos e izençoens que constão dos capitullos dellas. Para que essas fiquem estabelecidas em todo, ou em parte revogadas, nos rezolvemos mandar a copèa dellas que junto se offeresse, para que Vossa Magestade nos determine o que for servido*". A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 14, Doc. 1222.

67 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 3, Doc. 248.

ção da sociedade, embora seja curioso observar que até o início do século XVIII, camadas sociais distintas compartilhavam as mesmas ruas da cidade. Na Rua Nova, em 1711, residiam o provedor da Fazenda Real, Salvador Quaresma Dourado, e a crioula forra Antônia da Silva. Na Rua Direita, que se afirmava como o principal logradouro da cidade, moravam militares, religiosos, funcionários e o oficial de pedreiro Domingos Fernandes.

MORADORES DA CIDADE NAS DUAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XVIII

1700	Rua que vai para o Tambiá	José Ribeiro Pinto Comandante do Presídio
1700	Rua que vai para o Tambiá	Manuel da Silva Simão, soldado
1700	Rua que vai para o Tambiá	Dona Izabel de Albuquerque
1701	Rua que vai para o Tambiá	Diogo Pereira de Mendonça, alferes
1701	Rua que vai para o Tambiá	Capitão Leonardo de Albuquerque
1701	Travessa do Carmo	Capitão Paulo de Almeida
1706	Rua Direita	João Ferreira Batista, sargento-mor
1706	Rua Direita	Capitão Hipólito Bandeira
1706	Rua Direita	Dionísio Alves Brito, padre
1707	Rua Direita	João de Luna da Rocha, Meirinho
1707	Rua Direita	Paulo de Almeida, Escrivão
1708	Rua Direita	Antônio de Souza, padre
1708	Rua Direita	Capitão Antônio Velho Gondim
1708	Rua Direita	*"caza da pólvora antiga"*
1711	Rua Nova	Gonçalo Rodrigues de Crasto, tenente coronel
1711	Rua Nova	Manuel Pereira Lisboa, meirinho do mar
1711	Rua Nova	Antônia da Silva, crioula forra
1711	Rua Nova	Salvador Quaresma Dourado, Prov. da Fazenda
1712	Rua da Ladeira	Christóvão Soares Reimão, desembargador
1712	Rua da Ladeira	*"caza da prêta Antonia"*
1713	Rua Direita	Domingos Fernandes, oficial de pedreiro
1715	Rua Nova	Capitão Miguel Alves de Brito
1715	Rua Nova	Manuel Pereira Lisboa, meirinho do mar
1717	Rua Direita	Jacome Rodrigues Santos, sargento-mor
1717	Rua Nova	Inácio Ferreira de Albuquerque, alferes

Este pequeno apanhado sobre a população permite perceber que a cidade mantinha uma das funções que justificara no século XVI a sua fundação. Era, prioritariamente, um centro que reunia os homens a serviço do poder régio, exercendo cargos da administração, da justiça e os militares. Apesar de todos os percalços, permanecia este caráter da cidade, acentuado pela centralização administrativa e maior fiscalização da Coroa sobre a colônia que fez crescer seu corpo de funcionários. Ao mesmo tempo, não surgiu qualquer referência a comerciantes e mercadores,

fato decorrente da grande dependência comercial da Paraíba em relação a Pernambuco, tanto na exportação da sua produção açucareira quanto no abastecimento dos gêneros necessários à população.[68]

Percorrendo as mesmas fontes documentais que permitiram traçar o perfil dos moradores da cidade, localiza-se no lado poente da Rua Direita, em meio às residências, a "*caza da pólvora antiga*", situada bem próximo a esquina do "*beco que vai para São Bento*".[69] Em 1694, tramitava um pedido para a construção de um armazém para pólvora e munições, visto que servia a tal função "*huas cazas de pedra e cal*" de propriedade de um particular a quem não se pagava o aluguel há 16 anos.[70] Esta situação representava um perigo para a cidade que se reestruturava, cabendo atentar para as questões de ordem e segurança da população.

Por não estar a Fazenda Real com capacidade para arcar com a construção de uma nova casa para este fim,[71] dez anos depois o perigo que implicava a existência daquele armazém em meio à cidade voltou a ser denunciado:

> "*O Capitão mor da Parahiba Fernão de Barros Vasconcellos em carta de 26 de março deste anno da conta a Vossa Magestade em como a caza da polvora daquella praça era no meyo da cidade de pedra e barro coberta de telha van rodeada de fogos, em que não pode haver reparo e tinha por milagre não ter voado aquella cidade; pela qual rezam reprezentava a Vossa Magestade foce servida mandar fazer caza para a ditta polvora fora da povoação e a despeza pelo que lhe dizião os mestres importaria pouco mais de dous mil reiz, e se poupava o aluguel que se pagava todos os annos, e ficava a polvora livre da corrução que recebia por cauza da humidade*".[72]

---

68 - Observou Nestor Goulart Reis Filho que em meados do século XVII, com a queda nos preços do açúcar, os interesses dos proprietários rurais e os da Metrópole passaram a divergir, tornando-se necessário, por parte da Coroa, um controle mais direto da administração e do comércio no Brasil. Com isso, cresceu o número de funcionários a serviço do poder metropolitano os quais vinham para substituir os senhores de engenho nas funções que lhes eram retiradas. REIS FILHO, Nestor Goulart - *Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil*... Op. cit. p. 186.

69 - A.P.E.P. - Período Colonial - Doc. Manuscritos - Sesmarias 6 109 - fl. 146-149.

Segundo consta nesta carta, o lote doado ao requerente estava "*de fronte as cazas do Padre Antonio de Souza na rua direita em o canto que vai para São Bento*". Tinha por limite as "*paredes da caza da pólvora antiga ate o canto pela frente da rua direita, e dáhi correndo pelo beco que vai para São Bento ate intestar com chãos do Capitão Braz Alves*".

70 - A.H.U. - ACL_CU - Códice 256 - fl. 105v. (DOC. 39)

Uma Carta régia de 9 de Janeiro de 1693, solicitava ao capitão-mor da Paraíba, informações sobre o custo para construção de um armazém de pólvora e munições. PINTO, Irineu Ferreira - Op. cit. p. 85.

71 - A.H.U. - ACL_CU - Códice 256 - fl. 165v. (DOC. 49)

72 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 4, Doc. 268 (DOC. 62)

Em oposição àquela casa comum onde se guardava a pólvora, "*com paredes de groçura ordinaria de pedra e cal*", a nova edificação deveria ser projetada para bem atender o fim a que se destinava, tendo "*paredes de boa groçura*" e coberta em abóbada, ficando a pólvora e armamentos devidamente acondicionados e a cidade resguardada do perigo de explosões.[73]

Em instância superior do governo metropolitano, esta obra foi considerada necessária devendo o engenheiro que ía a Paraíba para acompanhar a construção do Forte do Cabedelo, ser encarregado de escolher o sítio e fazer "*a planta para a caza da polvora, poes nesta elleição e fabrica consistia a conservação da cidade e da polvora*".[74] Em 1706, estava feita a planta, a obra "*se havia arematado*" e "*das terras pertencentes ao patrimônio*" do mosteiro de São Bento, os padres "*largarão territorio para se fazer a Caza da Polvora da mesma cidade em serviço de Vossa Magestade*".[75]

Mas as limitações financeiras continuavam a retardar todas as obras na capitania, e através de correspondência trocada em 1709, entre D. João V e o capitão-mor da Paraíba, se revela a dificuldade em concluir a casa da pólvora por falta de verba para fazer o segundo pagamento devido ao empreiteiro. Recomendou o rei ao capitão-mor João da Maia da Gama (1708-1716) que procurasse a forma de colocar aquela obra "*em sua ultima perfeição*".[76] No ano seguinte, D. João V agradecia o zelo com que o mesmo capitão havia trabalhado na obra da "*Caza da Pólvora e Armazém de Armaz que se fabricou de novo*", e estava concluída.[77]

Em poucos anos de uso, a casa da pólvora demonstrava problemas de incompatibilidade entre o projeto e a função a que se destinava, "*porque de ser de abboboda fechada mostrava a experiência que a humidade e callor*" danificava a pólvora, sendo preciso abrir "*frestas junto ao tecto*

---

73 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 4, Doc. 268. (DOC. 62)

Eliminar a existência de armazenamentos de pólvora em meio às cidades foi medida comum do poder público, "cujo fim era evitar o perigo que existia na venda de pólvora em casas particulares". FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. - *O Porto no tempo dos Almadas. Arquitectura. Obras Públicas*. Vol 1. Porto: s/ed., 1988. p. 209.

74 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 4, Doc. 268. (DOC. 62) e A.H.U. - ACL_CU - Códice 257 - fl. 156.

Carta Régia de teor semelhante, datada de 18 de Agosto de 1704, foi transcrita por PINTO, Irineu Ferreira - Op. cit. p. 98.

75 - I.H.G.P. - Doc. Coloniais Manuscritos - Ordens Régias - Liv. 2 - n/fl. e A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 10, Doc. 869 (DOC. 120)

76 - A.H.U. - ACL_CU - Códice 257 - fl. 174v. (DOC. 63) e A.H.U. - ACL_CU - Códice 257 - fl. 244v. (DOC. 66)

77 - I.H.G.P. - Doc. Coloniais Manuscritos - Ordens Régias - Liv. 2 - n/fl. (DOC. 69)

Em inscrição localizada na fachada deste edifício, lê-se: "Reinando em Portugal o muito alto e poderoso Senhor Nosso D. João V e governando esta capitania João da Maia da Gama se fez este armazém. Anno 1710". PINTO, Irineu Ferreira - Op. cit. p. 104.

da caza" para arejar e fazer circular o ar, eliminando a umidade.[78] Persistindo o problema, em 1722, o capitão-mor João de Abreu Castelo Branco comunicou:

> *"Examinando as muniçoins de guerra que ha nesta capitania, e os armazeins em que se guardão, achey hua caza da polvora, que se fez junto a esta cidade, em hum sitio baixo e humido, e com tão pouca arte, que quasi toda a polvora que se acha nella esta perdida, e he a perda concideravel. E vendo que estava principiado hu muro para guarnecer a mesma caza, mandey suspender esta segunda obra por igualmente inutil, parecendome que havendose precizamente de fazer outra no Cabedello, era superflua a dezpeza do ditto muro, com o qual se não emendará nunca a impropriedade do sitio da dita caza de polvora".*[79]

Achava por bem concluir o mais rápido possível a casa da pólvora do Forte do Cabedelo e para lá transferir essa função, pois *"nesta cidade me parece por muitas rezoins militares se não deve edeficar, nem conservar caza de polvora".*[80]

Segurança e ordem, certamente, foram também os fatores que levaram a cogitar sobre a construção de um quartel para recolhimento dos soldados, proposta lançada pelo capitão-mor João da Maia da Gama, segundo consta da seguinte carta emitida por D. João V, em 1710:

> *"João da Maya da Gama Eu El Rey vos envio muito saudar. Viosse a vossa carta de 6 de Junho deste anno em que representaes o quanto convem que se fação quarteis para recolhimento dos soldados dessa praça apontando que se podem mandar fazer do dinheyro procedido dos asucares dos dizimos (...) E pareceo me ordenar vos me informeis que sobejos há nos dízimos, e quanto se pode aplicar de consignação todos os annos para as obras destes quarteis que se tem por muito necessaria".*[81]

Três anos depois, a questão continuava pendente, mas *"por se julgar ser conveniente dar se principio a esta obra"*, ordenou o rei ao governador de Pernambuco que enviasse à Paraíba *"hum dos Emgenheiros para delinear e escolher citio em que se possão edificar os quarteis, orsando o que fará de custo esta obra, e fazendo della planta para se remeter a este Reyno, e conforme ella se poder dispor o que se houver por mais conveniente".*[82]

---

78 - I.H.G.P. - Doc. Coloniais Manuscritos - Ordens Régias - Liv. 2 - n/fl. (DOC. 73)

79 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 5, Doc. 387. (DOC. 90)

80 - Sobre a casa da pólvora ver: BARBOSA, Cônego Florentino - A Casa da Pólvora. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Paraiba*. N. 7. João Pessoa, 1932. p. 45-53. LINS, Cel Ávila - A primitiva casa da pólvora. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Paraiba*. N. 9. João Pessoa, 1937. p. 21-24.

81 - I.H.G.P. - Doc. Coloniais Manuscritos - Ordens Régias - Liv. 02 - n/fl.

82 - A.H.U. - ACL_CU - Códice 258 - fl. 8v. (DOC. 75)

Confirma esta informação uma Carta Régia datada de 17 de Maio de 1713. PINTO, Irineu Ferreira - Op. cit. p. 107.

Após um intervalo de tempo ainda maior, em 1717, chegou à Paraíba a informação sobre a "*nova planta que se fez pelos Emgenheiros de Pernambuco, e do da Parahiba para os quarteis que se devem obrar nessa Praça para os soldados que nella Me servem, que segundo o que se entendeo ser necessario para nelles se recolherem athe o numero de trinta, por que os mais como são cazados, naturaes da terra, se poderão acomodar em suas cazas*".[83]

Como reflexo da crescente política de centralização administrativa de Portugal, os projetos a serem executados na colônia eram submetidos à apreciação dos engenheiros do Reino, e este já havia sido "*aprovado pelo Lente da Aulla desta Corte Domingos Vieyra e pelo Coronel Emgenheiro Joseph da Sylva Pays*". Na seqüência, ordenou D. João V ao capitão-mor da Paraíba, Antônio Velho Coelho (1716-1719), que "*façães por em pratica a obra dos dittos quarteis pela ditta planta, e antes que a ella se de principio se ponha em pregão arematandose a quem a fizer mais barata*".[84]

Foi então colocada a dúvida quanto a ser mais conveniente construir o quartel na cidade ou no Forte do Cabedelo, devendo o capitão-mor da Paraíba observar se havia "*algum incoveniente, ou pela distancia em que podem ficar, ou por outra consideração que vos ocorra, e do que nisto achardes Me dareis conta na primeira occazião que se offerecer de embarcação para este Reino*".[85] Decorridos dezessete anos, o quartel não foi edificado, pois em 1735 há notícias sobre a falta de "*disciplina militar*" por não haver quartel na cidade, e no Cabedelo, somente nesta mesma década constam gastos feitos com este fim.

Constata-se que nessas primeiras décadas do século XVIII, a reestruturação da cidade e da sua população já implicava na necessidade de dar ordem e disciplina à sociedade e ao uso do espaço urbano. Para tanto, foram projetados estes edifícios destinados a funções bem específicas: a casa da pólvora e o quartel. O contexto econômico da capitania ditou a execução ou não dos mesmos.

Ao mesmo tempo em que eram propostos esses novos edifícios, consolidava-se o passado na contínua obra da Igreja Matriz. Em 1716, escreveu o capitão-mor João da Maia da Gama ao Reino, pedindo que fosse paga pela Fazenda Real "*a obra da Capella da Igreja de Nossa Senhora das Neves, que se tinha arrematado pelo Provedor della em outo mil cruzados, cuja falta tinha feito demorar a ditta obra e como as sanchristias são encostadas a*

83 - I.H.G.P. - Doc. Coloniais Manuscritos - Ordens Régias - Liv. 02 - n/fl. (DOC. 82)

84 - I.H.G.P. - Doc. Coloniais Manuscritos - Ordens Régias - Liv. 02 - n/fl. (DOC. 82)

85 - I.H.G.P. - Doc. Coloniais Manuscritos - Ordens Régias - Liv. 02 - n/fl. (DOC. 82)

Capella mor se não podia fazer da Igreja sem se levantar a ditta capella mor".[86]

Até então, o capitão-mor havia "*feito com que se cobrisse o corpo da Igreja*" o qual "*se ficava forrando*" custando essas obras, aproximadamente, dezenove mil cruzados, sem que houvesse qualquer participação da Fazenda Real. Para estas contribuía o povo, no desejo de ver reconduzida para a Matriz a imagem da padroeira da cidade que se encontrava na Igreja da Misericórdia há muitos anos. Novamente era alegado que estava a Fazenda Real "*tam pobre, que de nenhuma sorte podia dar os dittos oitto mil cruzados porque se arrematara a Capella Mor*", no entanto, ao provedor da Fazenda foi ordenado que dos recursos da capitania destinasse "*hum mil Cruzados para se acabar a ditta obra por tempo de trez annos, a mil Cruzados por anno*". Antevia-se mais uma empreitada de obras a ter muito tempo de duração.[87]

De fato, o desejo do capitão-mor João da Maia da Gama e da população de ver retornar à Matriz a imagem da padroeira, só se concretizou em 1724, época em que a Paraíba atravessava uma grave crise econômica decorrente de uma prolongada seca, calamidade que acirrava a fé e fazia o povo buscar esperanças ao pé da sua santa protetora.[88] Naquele ano, dava conta o capitão-mor João de Abreu Castelo Branco:

> "*Sem embargo de que a estes castigos do ceo não pode ser reparo a providencia dos homens, não deixei de aplicarme quanto pude a remediar parte do mal. Em primeiro lugar procurei se fizessem geralmente preces, e novenas em todas as igrejas, e ultimamente a Nossa Senhora das Neves, cuja imagem mudei no fim da novena com hua procissão solemne, para a sua propria Igreja Matriz de que estava fora ha desasseis annos, isto se executou em quatorze de fevereiro com tanta fee de todos estes povos, que brevemente começarão a entrar alguas chuvas que derão lugar a cultivarse a terra, e plantarse as poucas sementes que se acharão*".[89]
>
> ...

---

86 - I.H.G.P. - Doc. Coloniais Manuscritos - Ordens Régias - Liv. 02 - n/fl. (DOC. 84)

Através da carta de doação de um lote concedido ao sargento-mor Jacome Rodrigues Santos, em 1717, ficou registrado que o mesmo estava voltado para "*a porta do pulpito da Matriz desta Cidade e vão correndo na rua nova de sul para o norte como quem vai para as cazas do Padre Vigario*". Uma informação fragmentada, mas que permite alguma leitura da Igreja Matriz. A.P.E.P. - Período Colonial - Doc. Manuscritos - Sesmarias Liv. 6 108 - fl. 60-62v. (DOC. 81)

87 - I.H.G.P. - Doc. Coloniais Manuscritos - Ordens Régias - Liv. 02 - n/fl. (DOC. 84)

88 - Nos anos de 1723/24, consta entre as despesas feitas pela Fazenda Real da Paraíba "*esmolas dadas para ajuda da capela mor da matriz desta cidade 200$000*". A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 7, Doc. 570.

Sobre a atuação do capitão-mor João de Abreu Castelo Branco para continuidade das obras da Matriz e transferência da imagem de Nossa Senhora das Neves para a mesma, trata uma Carta Régia datada de 12 de Outubro de 1722, transcrita por: PINTO, Irineu Ferreira - Op. cit. p. 118/119.

89 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 5, Doc. 416.

Devido àqueles anos de tanta calamidade, mesmo na presença da Senhora das Neves, a Igreja Matriz não deixava de expressar o sofrimento da terra. Sobre isso escreveu o vigário da Paraíba a D. João V:

> *"O serviço de Deos e o de Vossa Magestade me precisão a reprezentar o estado em que se acha esta Igreja de Nossa Senhora das Neves orago desta freguezia e capitania, para que sendo lhe prezente possa por os olhos da sua Real attenção e grandeza em tão notoria necessidade.*
>
> *Estava a Virgem Sanctissima das Neves fora de sua caza na Igreja da Mizericordia dezoito annos pouco mais ou menos, e a clamores do povo pello castigo do ceo, que padecia, se restituhio ao seo novo templo e caza com tão evidente prodigio, que depoes que se colocou no seo bendito assento, sem embargo de estar tudo ainda informe, logo acodio com o remedio, atribuhindosse esse beneficio da terra a piedade da Mãe de Deos sua Padroeira.*
>
> *Com o decurso dos annos, calamidades do tempo, e da terra fiquou a dita Igreja nova tão despida, e destituhida de ornatos, e ornamentos que se fazem as festas nella com algua indecencia, em consideração do que prostrados aos Reaes pes de Vossa Magestade em nome deste povo lhe pesso hum todo para esta Igreja ou o que Vossa Magestade por sua Real grandeza e piedade for servido, para que nella se celebrem os officios Divinos com edificação destes meus freguezes, e com a exaltação e veneração que se deve a Deos, que nos guarde a Real pessoa de Vossa Magestade".*[90]

O retorno da "Virgem das Neves" à sua casa vai ser o fato simbolicamente tomado como marco final do primeiro período de reconstrução da cidade que detinha o nome daquela Senhora. No decorrer deste processo, começavam a surgir os meios para empreender obras mais significativas e novas construções que vão fazer a "imagem" da cidade do século XVIII, em sintonia com os padrões estéticos, com o ideário e com o modo de vida da sociedade daquele tempo.

Entre as permanências surgiam as renovações, entre as limitações financeiras e de poder, abria-se espaço ora para "monumentalizar", ora para "aformosear" ou "modernizar" as estruturas edificadas que iam dando novo "caráter" à cidade.

90 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 6, Doc. 535.

CAPÍTULO 6.2

Interações entre o patrimônio edificado e a estrutura social:

a cidade do século XVIII.

Na segunda metade do século XVIII, Pernambuco tinha sob a sua tutela as demais capitanias que por decisão régia haviam sido subordinadas àquele governo - Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Itamaracá. Em 1774, José César de Menezes, sendo governador e capitão general de Pernambuco, apresentou um balanço no qual relatava sobre a população, povoações notáveis, freguesias, engenhos e fazendas existentes na área que abrangia o seu poder, demonstrando ainda, que cresciam por esta época os "*Rendimentos Reaes*".[91]

Ao tratar sobre a Paraíba, registrou a divisão da capitania em freguesias e enumerou as vilas então existentes em seu território, mostrando as mudanças que ocorrera desde o tempo em que o holandês Gaspar Barleus observou que na Paraíba não havia outras povoações a não ser a Filipéia.[92] Nessa estrutura a primazia cabia, logicamente, a "*Freguezia da Senhora das Neves*" que atendia a uma população distribuída por 2.437 fogos. Sobre esta, disse José César de Menezes: "*Tem Hospital, Alfândega, Caza de Contos, e da Companhia, Mizericordia, outo Igrejas e a da Matriz*", além dos três conventos "*do Carmo, de S. Francisco, e de S. Bento e hum que foi dos denominados Jezuitas*". Dentro da abrangência dessa freguesia computou ainda a existência de trinta e três "*capelas filiaes*" e dezessete engenhos.[93]

Pelo relatório do governador Pernambucano, vê-se uma desproporção entre o número das estruturas edificadas pertencentes ao poder público e o patrimônio referente à Igreja, ficando explícita a capacidade construtiva que estas duas instâncias detiveram na cidade do século XVIII. No presente, deitando os olhos sobre o acervo edificado remanescente da cidade da Paraíba de setecentos, bem como sobre os registros fotográficos

---

91 - I.A.N./T.T. - Capitanias do Brasil - Liv. 703. *Idea da População da Capitania de Pernambuco, e das suas annexas, extensão de suas costas, Rios e Povoaçoens notáveis Agricultura numero dos Engenhos, Contractos e Rendimentos Reaes, augmento que estes tem tido desde o anno de 1774 em que tomou posse do Governo das mesmas Capitanias, o Governador e Capitam General Joze Cezar de Menezes.* (Manuscrito n/fl.)

92 - BARLEUS, Gaspar - Op. cit. p. 71.

93 - I.A.N./T.T. - Capitanias do Brasil - Liv. 703. *Idea da População da Capitania de Pernambuco, e das suas annexas...* Ms. cit. n/fl.

que perenizaram a imagem de outros edifícios religiosos não mais existentes, fica evidente o peso que os "baluartes do poder de Deus" tiveram no conjunto urbano daquela época.

Tendo de antemão esta constatação, vale acompanhar a trajetória que os ministros de Deus trilharam na cidade do século XVIII, e observar o produto edificado que legaram como marco da atuação da Igreja, atentando que na Paraíba, esta instituição foi o principal veículo de transmissão dos padrões estéticos vigentes na época e do ideal de monumentalidade que caracterizou a arquitetura no Brasil de então.

Ficou patente que desde o século XVI, a presença dos jesuítas, beneditinos, franciscanos e carmelitas, foi um dos esteios da formação da Filipéia, pois contribuíram enquanto meio de propagação da fé católica, mas também, com suas estruturas edificadas que tiveram uma forte presença na formação do arruamento e definição da organização espacial da cidade, como já foi analisado anteriormente.

Na segunda metade do século XVII, vencidos os holandeses, essas ordens religiosas trataram de voltar à Paraíba e reaver o patrimônio que haviam deixado quando da invasão e tomada da capitania. O estado em que os padres encontraram as suas casas, não diferia muito da imagem de ruína que predominava na cidade. Assim como estava procedendo toda a população, era momento de retomar a construção de edifícios que haviam ficado por concluir e de resgatá-los do abandono.

É certo que os superiores das ordens monásticas não tardaram em dar início à tarefa que os esperava. No entanto, a recuperação do patrimônio edificado que lhes pertencia também vai decorrer em um tempo longo, regido pelos mesmos obstáculos econômicos e dificuldades que marcaram o ritmo da reconstrução de toda a capitania.

6.2.1. – Um diagnóstico de vitalidade: o papel da Igreja

Foram os padres de São Bento os primeiros a retornar à cidade. Frei Paulo do Espírito Santo, abade do mosteiro da Paraíba, encontrava-se na Bahia quando se encerrou o domínio holandês, e de lá partiu, em 1654, para tomar posse da sua casa. Trazia consigo "*hum Religiozo*" e "*parte das pessas do Convento, e couzas pertencente, a sanchristia*". Passando pelo Recife, lá recebeu mais um irmão para o acompanhar à Paraíba e "*entrando nesta cidade, sem aver nella morada alguma: O que achou forão matos de onze ou doze annos*".[94]

94 - Arquivo Distrital de Braga - Congregação de São Bento de Portugal - Códice 141. p. 05. Apud. LINS, Eugênio de Ávila - Op. cit. p. 625.

Em seguida, vieram os franciscanos, sendo mandado o Frei Manuel dos Martírios, em 1656, a fim de restaurar o convento da Ordem na Paraíba, o qual fora ocupado pelos holandeses em 1636. Os primeiros tempos devem ter sido destinados à recuperação das estruturas pré-existentes, pois somente na guardiania do Frei Hilário da Visitação, entre os anos de 1702 e 1703, ficou registrado o início de obras mais significativas.

Por fim, o percurso dos carmelitas na Paraíba é acompanhado, invariavelmente, através de informações muito rarefeitas. Das poucas fontes documentais disponíveis se pode apreender que estes padres retornaram à cidade por volta de 1692, pois o capitão-mor João da Maia da Gama em carta a D. João V, em 1712, disse que "*estando a vinte annos nesta cidade os da observancia, sem assistirem mais que dous, athe tres religiozos, estavão vivendo em huas cazas terreas de barro e taypa, e deixarão o convento empenhado, so de missas semanarias ficarão nove centos e sincoenta*".[95]

O capitão-mor fazendo menção aos carmelitas "*da observancia*", se referia aos padres que haviam se desligado dos "*carmelitas da Reforma*" criando um ramo da Ordem que teve pouco aumento e apenas ocupou os conventos de Goiana, Recife e Paraíba. Os "*carmelitas da Reforma*" recebiam a proteção dos reis de Portugal, amparo que faltava aos da "*observância*", havendo desavenças entre os dois grupos.[96] Deixando à parte os méritos de ambos, e atendo-se apenas ao que declarou o capitão João da Maia da Gama, o convento da Paraíba só começou a ser reconstruído quando foi entregue aos padres da "*Reforma*", que "*com dous para tres annos de assistencia, levantarão hum dormitorio, desempenharão o convento, assistindo actualmente nelle quatorze ou quinze religiozos, que comtinuamente se empregão em o serviço de Deos*". Considerava o capitão-mor que estes padres muito trabalhavam "*pello serviço de Vossa Magestade, e pello de Deos, sendo os unicos que nesta capitania fazem a quaresma, os sermões, e os que pregão missão por toda esta capitania, e assistem as confições de dia, e de noute, e doutrinão os indios das suas aldeas*".[97]

Enfrentando dificuldades comuns, estas três ordens se beneficiavam do fato de estarem retornando para as casas que haviam começado a edificar antes da invasão holandesa, e sobre o pré-existente trabalhavam para resgatar o que restara do passado. Trajetória mais difícil tiveram os jesuítas para retornar à Paraíba, pois como haviam sido expulsos da capitania em 1593, apenas podiam voltar mediante permissão do poder régio português.

---

95 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 4, Doc. 333. (DOC. 72)

96 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 4, Doc. 327. (DOC. 71)

97 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 4, Doc. 333. (DOC. 72)

Este processo teve início em 1671, quando a pedido da população, os oficiais da câmara solicitaram ao rei uma ordinária oriunda dos dízimos da capitania para o sustento de padres da Companhia de Jesus na Paraíba. O povo demonstrava o quanto precisava da assistência dos jesuítas, pois *"athe o presente nem a terra hera capaz para o que pretendemos nem o estrondo das armas inimigas"* dava lugar a tal solicitação. Mas naquele tempo de paz e reconstução encontravam espaço para requerer aquela *"doctrina espiritual, e temporal, a qual com particular Dom de Deus sabe admitir esta sagrada Companhia"*.[98]

Durante o governo do capitão-mor Inácio Coelho da Silva, novo pedido foi apresentado, insistindo no pagamento de uma ordinária para os jesuítas, assim como foi concedida pelo rei *"aos Capuchos, que aly tem convento"*. A esta seria somada a oferta de um morador da capitania, Antônio Cardoso de Carvalho, *"que com bom zello offerecera naquella occazião tres mil cruzados de sua fazenda para se principiar a Igreja"*. Deliberando o Conselho Ultramarino sobre a questão, emitiu o seguinte parecer, em 1675:

> *"Ao Concelho parece, que suppostas as couzas da Parahiba, nestes principios, que primeiro deve Vossa Alteza mandar tratar de sua forteficação, defença e augmento. E pello tempo adiante, crescendo aly o rendimento da Fazenda Real, terá então lugar o requerimento destes moradores, mandandolhe Vossa Alteza escrever, que fica com atenção a elle para lhes defferir, quando aquella Cappitania vá em augmento e seus moradores, para poderem assistir a obra tão pia, e Vossa Alteza lhes mandar nomear ordinaria, e dar licensa para formarem Collegio"*.[99]

Esbarrava o pedido dos moradores na invariável prioridade da reconstrução das estruturas defensivas da capitania e na pobreza da Fazenda Real. Mas por fim, em 1676, foi dada a autorização régia para que os jesuítas se instalassem na cidade, com a condição de não lhes ser destinada uma ordinária, apenas consentindo D. Afonso VI que *"se o povo e officiaes da Camera quizerem ahi os ditos Relligiozos não terey a isso duvida; mas será nessesario que contribuão para sua sustentassão, com o que lhes for nessesario"*.[100]

Cabe observar que todas essas Ordens religiosas, anteriormente, estavam muito voltadas para suas missões de catequese nas aldeias que administravam, porque assim exigia o contexto da capitania quando da sua

---

98 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 1, Doc. 78.

99 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 1, Doc. 94. (DOC. 29)

Cabe observar que Antônio Cardoso de Carvalho, também se propunha a reedificar o forte da Restinga, processo que tramitava para aprovação do poder metropolitano, no ano de 1675.

100 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 15, Doc. 1281. (DOC. 140)

fundação. Tinham suas casas estabelecidas na cidade, embora a intervenção da Igreja fosse, prioritariamente, dirigida para fora do espaço urbano. Nesta retomada de funções, em meados do século XVII, a catequese vai continuar sendo um dos pontos focais da ação religiosa, com limitações, pois por esta época, as aldeias não estavam mais sob a jurisdição exclusiva da Igreja, passando a ter administradores nomeados pelo poder metropolitano e perdendo os religiosos a autonomia em sua ação de doutrina do gentio.[101]

Percebe-se que a ação da Igreja, progressivamente, se foi moldando às necessidades próprias e ao ideário desse novo momento de construção da cidade, e tomando outros caminhos no sentido de se fazer mais presente onde era requisitada pela população. Analisando sob esta ótica, identifica-se campos distintos de atuação que podem ser assim definidos: as Ordens religiosas, beneditinos, franciscanos e carmelitas, vão estar voltadas para reestruturação e consolidação de seus mosteiros, o que exigia esforço acrescido em tempo de austeridade. Com um percurso diferenciado, os jesuítas vão alcançar uma estabilidade e crescimento para sua casa, recebendo o apoio da população que via com bom grado o desempenho dos padres no ensino e formação da juventude, no que havia sido carente a população até então. Sendo assim, a Companhia de Jesus participava mais da realidade daquela sociedade que estava em formação.

Um terceiro percurso trilhado pela Igreja na cidade da Paraíba do século XVIII vai estar associado, também, às mudanças sociais da época, porque perante uma população que crescia e se estratificava, a palavra de Deus devia chegar a tantos quanto a solicitavam. Assim, vai ocorrer uma proliferação de casas fundadas por grupos específicos da população que se segregavam em irmandades de acordo com seu estrato social ou econômico: homens brancos e ricos, pardos forros, negros escravos. Neste processo de segregação, era preciso atender também aos menos favorecidos: os condenados e as mulheres convertidas de um passado promíscuo. Para os condenados, uma pequena capela ligada à cadeia, e para as convertidas, uma

---

101 - Em 1676, os moradores da capitania da Paraíba consideravam ser conveniente que as *"duas aldeas mahores dos indios mistiços que ha no destrito da dita capitania"* tivessem seu *"capitam e ademenistrador"* indicado pela Coroa portuguesa. Perante esta representação da população, o príncipe regente D. Pedro fez *"merce do cargo de capitam dos ditos indios"* a João Ribeiro, tendo em conta ser ele *"muito pratico na lingoa dos ditos indios, que os governa e emsina a todos"*. I.A.N./T.T. - Chancelaria de D. Afonso VI - Liv. 46 - fl. 355v.-356.

Estando esta posição dos moradores da capitania em consonância com a política de controle mais direto da vida colonial que vinha sendo introduzida no Brasil, outras ordens régias foram emitidas com o mesmo teor. A rainha regente D. Catarina, em 1702, determinou que *"para o bom governo das aldeyas dos indios naquella capitania se creasse em cada hua dellas hum governador dos mayores de sua nação e que este para a administração do governo della fosse regullado pello seu missionario que lhe asistisse como tutor e curador dos indios della"*. Na seqüência, nomeou o índio Bartolomeu da Silva para o posto de *"governador da aldeya da Preguiça de Mamanguape"*. I.A.N./T.T. - Chancelaria de D. Pedro II - Liv. 30 - fl. 92v.

casa de recolhimento. A Igreja assumia cada vez mais a sua função assistencial, essencial a uma realidade de colônia onde eram gritantes as diferenças sociais.[102]

Estas vertentes seguidas pela Igreja podem ser claramente observadas no espaço urbano e na imagem da cidade da Paraíba no século XVIII. Por um lado, beneditinos, franciscanos e carmelitas, vão representar a "permanência", pois retomam do passado as estruturas edificadas que já haviam vincado na imagem da cidade a presença dessas Ordens religiosas. Sobre estas bases, constroem suas novas casas, com um sentido de "modernidade", uma vez que assumem uma linguagem arquitetônica própria dos novos tempos e atendem a um ideário de "monumentalidade" que caracterizou os edifícios públicos e religiosos erigidos no Brasil do século XVIII.[103]

Por sua vez, as igrejas construídas pelas irmandades, vão ter este mesmo sentido de "modernidade" e "monumentalidade", proporcional às possibilidades dos grupos sociais que as financiava. Porém, em termos urbanos, vão constituir os novos referenciais da cidade, fazendo surgir outros espaços públicos, balizando a formação de ruas e definindo eixos de crescimento da malha urbana, os quais vão ficar consolidados como percursos a serem seguidos na centúria de oitocentos. A mesma observação se aplica ao conjunto arquitetônico erguido pelos jesuítas: colégio, igreja e seminário.

Diante destas constatações e para proceder a uma análise mais objetiva, definem-se três grupos: aquele que expressa a relação entre "a permanência e a monumentalidade", no qual se enquadram as casas das ordens religiosas; o segundo, representando um segmento do "ideário" da época, através da ação formadora dos jesuítas que justificou a construção do seu conjunto arquitetônico; e por fim as igrejas das irmandades, associando-as à "estratificação social e construção do espaço" urbano/arquitetônico, somando-se a estas as demais estruturas criadas com o fim religioso/assistencial, uma vez que estas também eram resultado das diferenças sociais.

---

102 - Observou Nestor Goulart que a partir de meados do século XVII, o meio urbano no Brasil adquiriu novas significações para os diferentes agentes sociais: "para a Metrópole, é um recurso de controle da vida local, através dos quadros de comerciantes e administradores; para estes é o local onde devem residir - as vezes em condições piores do que as da Metrópole - e exercer atividades de ganho e dominação; para os grupos menores, como artesãos e pequenos comerciantes, uma oportunidade de afirmação e desenvolvimento; para os escravos, um ensejo de contato com um mundo menos rigidamente estratificado e, para os grandes proprietários, uma área de competição com os novos grupos dominantes, assim como continua a ser de contato com a civilização". Assim, essa nova complexidade da vida colonial implicou na diversificação dos grupos sociais urbanos e revelou-se através da multiplicação das irmandades religiosas, em torno das quais esses se reuníam. REIS FILHO, Nestor Goulart - *Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil*... Op. cit. p. 188.

103 - Sobre esta questão ver: REIS FILHO, Nestor Goulart - *Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil*... Op. cit. p. 187.

As Ordens Monásticas – a permanência e a monumentalidade

As dificuldades enfrentadas pelos beneditinos nos primeiros anos em que regressaram à cidade, estão registradas nos relatórios das Visitas dos Padres Provinciais ao mosteiro da Paraíba. Frei Paulo do Espírito Santo encontrou uma edificação por concluir, tal como estava quando os holandeses a ocuparam em 1634. Permanecia o mosteiro apenas com as paredes levantadas, sem coberta nem divisões internas, e acrescido do desgaste de tantos anos em desuso.

No relatório referente aos anos de 1657 a 1662, consta a referência à falta de recursos para executar a coberta sobre as antigas paredes dos dormitórios, pelo que os monges residiam em uma pequena casa em frente ao mosteiro.[104] Esta obra só teve início em 1660, enfrentando o abade Frei Antônio dos Reis grandes limitações na sua execução.[105] Em 1679, observou o Provincial: "*He este Mosteiro, huma limitação nos edifícios, e muyto mais limitado nas rendas, não tem mais que 24 mil reis de renda*". Dos seis padres residentes na cidade, dois andavam a maior parte do tempo a pedir esmolas.[106]

Mas ao que tudo indica, teve prioridade a recuperação da estrutura pré-existente da igreja e entre os trabalhos realizados até o ano de 1657, consta que "*a Igreja toda se cobrio, e retelhou, que não tinha mais que as paredes em pedra e toda se renovou por dentro e por fora*". Estes deviam estar concluídos em 1692, como se observa na representação do conjunto monástico contida na planta executada pelo Capitão Manuel Francisco Grangeiro. A igreja também foi ladrilhada com tijolos, e foram feitos um "*púlpito novo de grades*", um altar mor "*de madeira uzada*" e dois altares colaterais "*de madeira nova*", entre outras obras no coro e sacristia.[107]

No início do século XVIII, o mosteiro continuava em construção. Constam no relatório trienal de 1700/1703, pagamentos feitos a um carapina que executou forros e soalhos na sela do Abade e "*asoalhou a metade do choro, e parte do dormitório*".[108] Provavelmente, a partir de 1703, as

104 - PINTO, Irineu Ferreira - Op. cit. p. 63.

105 - PINTO, Irineu Ferreira - Op. cit. p. 63.

106 - Arquivo Distrital de Braga - Congregação de São Bento de Portugal - Códice 37 - fl. 57v. Apud. LINS, Eugênio de Ávila - Op. cit. p. 631.

107 - Arquivo Distrital de Braga - Congregação de São Bento de Portugal - Códice 141 - p. 07-08. Apud. LINS, Eugênio de Ávila - Op. cit. p. 643.

108 - Arquivo Distrital de Braga - Congregação de São Bento de Portugal - Códice 141 - p. 14-15. Apud. LINS, Eugênio de Ávila - Op. cit. p. 631-632.

obras incidiam sobre a construção de um dormitório novo, que já estava na altura do vigamento por volta de 1713, e sobre um "*refeitório com muytas janellas de taboas, que o fazem muyto claro*". A precariedade das instalações é exposta pela seguinte informação: "*fezse huma caza de taypa para cozinha, com sua dispensa*".[109] Os trabalhos iam correndo com lentidão. No início da década de trinta dava-se continuidade à construção do dormitório. O Abade de então "*levantou as tres paredes de distancia de coatro cellas que se haviam começado a fazer pello Fr. Bernardo de Jezus, e assim estiveram as taes paredes vinte e dous anos, sem haver, quem para ellas olhasse, cheias de mato, e servindo de munturo*".[110]

Entre 1733 e 1736, registra-se a inclusão de uma portaria nova, "*hum refeitorio, novo ladrilhado de tijollo, e huma cozinha nova*", e "*fizerão-se dous dormitórios acabados*".[111] Entre a lateral da igreja e os dois blocos de dormitórios, o claustro tomava forma, e no período de 1740 a 1743, foi construída uma varanda com cobertura de telha, ligando a porta lateral da capela-mor até a portaria do mosteiro, mas a ala poente não chegou a ser construída. Levantaram um muro de pau a pique com portão e telhado por cima, por estar aberta a quadra do claustro para o lado da encosta, onde provavelmente, deveria situar-se a sacristia, a sala do capítulo e parte dos dormitórios.[112] No mais, iam sendo feitas obras de manutenção e complementação dos edifícios. Somente na entrada da década de 1780, ocorreram outras intervenções significativas: foram levantadas duas galerias cobertas no claustro, com colunas de pedra e parapeito em toda a volta, mas a clausura nunca chegou a ser fechada. Em 1786, o antigo muro de pau a pique foi substituído por outro de pedra e cal. Estava edificada a estrutura do mosteiro que vai ser resultado dos investimentos ao longo do século XVIII.

---

109 - Catálogo dos Abades e mais Prelados deste Mosteyro de N. S. de Monserrate da Ordem de S. Bento na cidade da Parahyba. In. *Revista do Instituto Arqueológico, Historio e Geográfico de Pernambuco*. Vol. 37. Recife, 1941-42. p. 86. Apud. LINS, Eugênio de Ávila - Op. cit. p. 632.

Informa Irineu Pinto que em 1712, este abade mandou fazer parte do dormitório do Mosteiro, no lado Norte. PINTO, Irineu Ferreira - Op. cit. p. 106.

110 - Catálogo dos Abades e mais Prelados deste Mosteyro de N. S. de Monserrate... Op. cit. p. 92. Apud. LINS, Eugênio de Ávila - Op. cit. p. 633.

111 - Arquivo do Mosteiro de São Bento da Bahia - Códice 338 - fl. 88v. Apud. LINS, Eugênio de Ávila - Op. cit. p. 634.

Irineu Pinto, marca no ano de 1733: "Frei Bernardo da Incarnação, abade de São Bento, mandou concertar radicalmente o dormitório da frente do mosteiro, fazendo-o todo de novo. Fez transferir o refeitório para outro lugar e ocupou-se da obra da portaria". PINTO, Irineu Ferreira - Op. cit. p. 134.

112 - LINS, Eugênio de Ávila - Op. cit. p. 640.

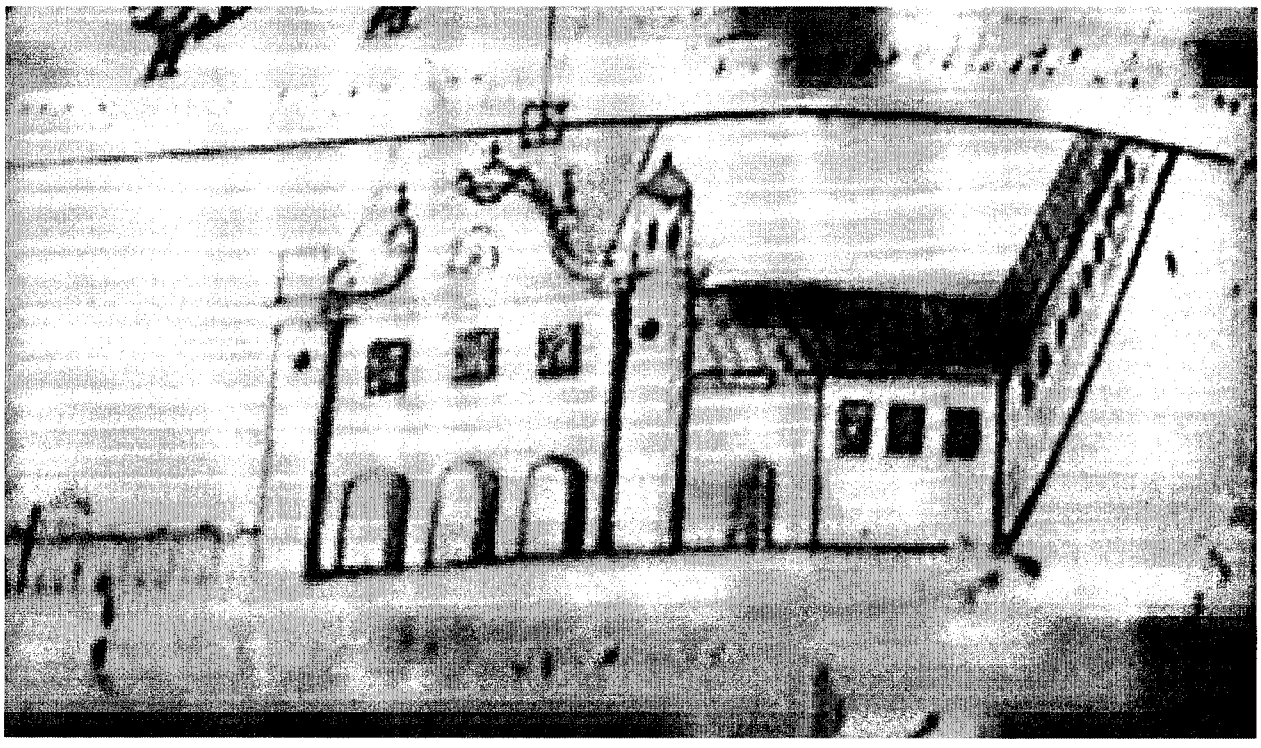


FIG. 52
Igreja e mosteiro de São Bento, representados pelo Capitão Manuel Francisco Grangeiro, em 1692. Observa-se que a fachada da igreja guarda muita semelhança com aquela da nova igreja, cujo início da construção só ocorreu no triênio de 1718/1721.
Fonte: LINS, Eugênio de Ávila - Arquitectura dos Mosteiros Beneditinos no Brasil...

Entretanto, no triênio de 1718/1721, teve início a construção da nova igreja. "*Botou ce a primeyra pedra na Igreja nova e se fizerão os alicerces do corpo da Igreja e frontespicio e da porta que faz de comprido com o portico cento e trinta e dois palmos com largura de coarenta e seis comtenuando pera a capella mor quinze palmos e os alicerces da torre que tem de vam dezaseis palmos com a dentadura para a segunda torre*".[113] Irineu Pinto registrou que em 1722, o abade Frei Álvaro da Madre de Deus mandou fazer os alicerces da capela-mor, obra que estava em andamento em 1724, quando as paredes atingiam a altura de 20 palmos.[114]

Durante alguns anos os trabalhos na igreja estiveram paralisados, sendo retomados durante o período de 1736 a 1740, ficando a capela-mor praticamente concluída. O frontispício e arco cruzeiro dessa capela foram feitos em "*boa pedra de cantaria*" fechando o arco "*huma grande pedra, em*

113 - Arquivo Distrital de Braga - Congregação de São Bento de Portugal - Códice 141 - p 141. Apud. LINS, Eugênio de Ávila - Op. cit. p. 644.

O mesmo informou Irineu Pinto, tratando das obras do Frei Cipriano da Concição: "1721: Mandou no corrente anno abrir os alicerces da nova igreja de S. Bento, na Capital, deixando-os promptos até a superfície". PINTO, Irineu Ferreira - Op. cit. p. 117.

114 - PINTO, Irineu Ferreira - Op. cit. p. 119 e 121.

que curiozamente estão lavradas as armas de Nosso Padre São Bento, e no frontispício deste arco se fizerão dous arcos tambem de pedra de cantaria para servir de altares colaterais".[115] Em Abril de 1740, ocorreu a benção da capela-mor e segundo Irineu Pinto, "estando prompto o altar-mor da Igreja de S. Bento, neste dia de quinta feira santa [20 de Abril de 1740] se disse a primeira missa, armou-se o sepulchro e fez-se todos actos da Semana Santa".[116]

Entre os anos de 1743 a 1747, continuaram sendo levantadas as paredes laterais da nave da igreja. Estas alcançaram a altura das seis tribunas e foram inseridos os dois púlpitos de pedra lavrada Deu-se início à construção do pórtico da igreja em cantaria e fizeram as paredes da torre encostada ao mosteiro até a altura de *"29 palmos"*, bem como o alicerce da outra torre *"com 20 palmos de alto e 12 palmos de largo"*.[117]

Ao se aproximar o ano de 1750, a nave estava recebendo as cantarias que lhe deram uma sóbria beleza: a cornija que contorna toda a nave, os elementos decorativos sobre as vergas das tribunas, o óculo sobre o arco cruzeiro. A coberta foi preparada com cambotas para sustentar um forro em abóbada de berço. O frontispício ia se formando, alcançando a altura da *"primeira cornija inclusive"*.[118] Em paralelo com as obras, o espaço era enobrecido com cortinas confeccionadas de chamalote e damasco, as quais estavam colocadas nos nichos dos altares, nas tribunas, nos púlpitos e nas portas da capela-mor. O forro da nave foi uma obra do triênio 1777/ 1781 e a capela lateral do lado do Evangelho, dedicada ao Senhor do Bomfim, executada em data anterior a 1786. Ao findar o século XVIII a igreja estava concluída, faltando o campanário do lado do Evangelho que nunca foi edificado. Regozijavam-se os beneditinos com a monumentalidade do seu conjunto monástico.

Segundo Eugênio Lins, a igreja dos beneditinos da Paraíba, projetada no início do século XVIII, "deve ter apresentado para época, no Brasil, uma grande novidade, pois seguiu, em alguns aspectos, o modelo das novas igrejas que estavam sendo construídas nos mosteiros beneditinos portugueses".[119]

---

115 - Arquivo Distrital de Braga - Congregação de São Bento de Portugal - Códice 141 - p 139. Apud. LINS, Eugênio de Ávila - Op. cit. p. 646.

116 - PINTO, Irineu Ferreira - Op. cit. p. 143.

117 - Arquivo Distrital de Braga - Congregação de São Bento de Portugal - Códice 141 - p 141. Apud. LINS, Eugênio de Ávila - Op. cit. p. 647.

118 - Arquivo Distrital de Braga - Congregação de São Bento de Portugal - Códice 141 - p. 206. Apud. LINS, Eugênio de Ávila - Op. cit. p. 647.

Segundo Irineu Pinto, entre 1747 e 1750, foram concluídas as paredes da igreja, levantados os três arcos do pórtico, forrado o teto da capela-mor em abóbada. PINTO, Irineu Ferreira - Op. cit. p. 150.

119 - LINS, Eugênio de Ávila - Op. cit. p. 653.

Mas para atingir este objetivo os obstáculos vencidos foram muitos. Em 1738, a falta de recursos econômicos levou os beneditinos a solicitar ajuda ao poder central para concretização do projeto de modernização do espaço monástico, "*respeitando ao grande dispêndio de que necessita a obra*". Para reforçar o pedido, o abade da Paraíba lembrava ao Reino que havendo aquela Ordem iniciado a sua casa na cidade no ano de 1599, "*tem passado cento e trinta e sette annos da sua erecção athé o prezente, por cuja antiguidade está todo arruinado em tal forma que hé precizo fabricarsse de novo*". Por esta época, residiam na Paraíba apenas dois ou três monges, cujo sustento era assegurado por uma pequena ordinária consignada pela Câmara e pelo governador.[120]

Para comprovar o custo da obra o "*mapa, ou risco della*" foi submetido à avaliação do Reino. Além da apreciação do projeto, foram tomados os pareceres do capitão-mor e do provedor da Fazenda Real da Paraíba, que consideraram ser o pedido de merecimento, uma vez que aqueles padres tinham bom procedimento:

> "*que se não intremetem em materias de governos, e só cuidão das suas duas aldeas donde poem missionarios, e que tem há muitos annos dado principio, a sua igreja, e por falta de rendimentos não tem passado da capella mor, e por todos estes respeitos, e pellos que mais largamente o dito provedor aponta lhe parecem dignos de toda a graça que Vossa Magestade for servido fazer lhe para que possão findar hua obra tão pia como hé a de erigir hua igreja donde roguem a Deos pella vida de Vossa Magestade e aumento do Reyno*".[121]

A informação do procurador da Fazenda acrescentava: "*Hé notorio o zello com que os Reverendíssimos Abades do Mosteiro de São Bento desta cidade pretendem augmentar as obras da sua igreja e convento para poderem ter religiosos que ajudem ao parocho nas confiçõens e administração dos mais sacramentos aos moradores desta capitania assim como o fazem os mais religiosos, e tambem para milhor perspectiva da mesma cidade*".[122]

Pelo procurador da Fazenda foi notada a contribuição que a renovação do conjunto monástico trazia para o "embelezamento" e "melhor perspectiva" da cidade. O mesmo se pode aplicar aos resultados que seriam obtidos com as reformas empreendidas pelos carmelitas em seu convento e igreja, cujo percurso de obras, é trilhado através de breves informações, tendo o mesmo sentido de renovação artística empreendida pelos beneditinos.

120 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 10, Doc. 869. (DOC. 120)

121 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 10, Doc. 869. (DOC. 120)

122 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 10, Doc. 869. (DOC. 120)

Em 1733, residiam no convento do Carmo dezoito religiosos que trabalhavam na administração dos sacramentos e nas "*missões deambulatórias*". Pela pobreza em que se encontrava a capitania - pelas calamidades da seca e depois das cheias - estavam reduzidas as esmolas com as quais a população contribuía para o sustento daqueles religiosos. Assim, não havia possibilidade de suprir algumas coisas necessárias ao culto divino como eram: ornamentos novos para os altares da igreja, um órgão para o coro adequado para as missas cantadas determinadas pela Regra da Ordem, e um sino grande "*para os dias duplices e solemnes*", pois apenas possuíam um pequeno.

Diante dessas carências, recorreram ao Reino. O pedido dos carmelitas foi abonado pelo capitão-mor testemunhando o bom comportamento e serviços prestados por esses religiosos, o que certamente influenciava a decisão do rei. Confirmou que eram os carmelitas assíduos nos sacramentos, nas pregações e confissões, que cumpriam as missas cantadas e demais funções e festas a que eram obrigados por sua Regra. E sendo dos primeiros religiosos que fundaram convento naquela cidade, "*se achão ainda com dous dormitorios terreos de taypa de barro, e só com hum de sobrado, novo feito de pedra e cal, e outro principiado*". Quanto a "*igreja que de prezente tem a qual tambem he muito antiga, e de barro e pedra*", se encontrava sem um ornamento festivo, pois o que utilizavam era muito velho e emprestado da capela de Nossa Senhora da Guia.[123]. Enquanto não encetavam obras de renovação arquitetônica tratavam de apetrechar o edifício com o indispensável ao culto.

É desconhecido o curso dos empreendimentos artísticos dos carmelitas, todavia, em 1778, foi concluída a Igreja de Nossa Senhora do Carmo, sob

---

123 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 8, Doc. 702. (DOC. 101)

A renovação artística passava não só pela arquitetura como também pelas demais alfaias litúrgicas, objetos que eram provenientes do Reino. Vejam-se as seguintes informações:

1736 - recebem do rei a mercê de receberem "*hum ornamento de damasco para as festas*" e um sino pequeno. Mas foi obrigado o procurador da ordem recorrer novamente ao rei para pediar "*ampliar lhe a ditta graça*" visto que a igreja também possuía "*mais tres altares dentro do cruzeiro, que tambem necessitão de frontaes, e cazullas para se selebrar nas festividades*". A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 10, Doc. 806.

1738 - chega a cidade da Paraíba, pelo navio Nossa Senhora Madre Deus e Almas, sendo entregue ao Almoxarife "*Hum ornamento que consta de hum frontal de altar mor hum pluvial duas dialmaticas hua cazulla hum veo de ombros hum paleo hum docel com suas sanefas hum pano de estante hua manga de cruz dous capellos para as dialmaticas dous cordoins para ellas duas estollas tres manipulos tres alvas com suas rendas tres amitos com rendas tres cordoins de alvas hua bolça com sua pala e seus corporais de cambrai guarnecidos de renda fina hum veo de calix dous panos de pulpito de faciais para o convento da reforma do Carmo*". A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 10, Doc. 835.

1738 - Em Lisboa, Clemente Gomes reclama o pagamento do órgão que fabricara por ordem do Conselho Ultramarino para os padres de Nossa Senhora da Reforma da Paraíba, o qual "*se lhe encomendou em Janeiro de 1737 e foi entregue, e enviado a dita terra, e fazendo requerimento para aver seu pagamento; athe ao prezente não está satisfeito da importancia do dito orgão que são quatrosentos e oitenta mil reis*". A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 10, Doc. 854.

a iniciativa do prior Frei Manuel de Santa Tereza, que durante os quinze anos do seu priorado, conseguiu fazê-la inteiramente. Segundo informou Irineu Pinto, "empregou este prelado na obra a maior solicitude, despendendo não pequena somma de dinheiro do convento, avultados donativos que pôde adquerir entre os moradores, assim como de seus paes, bastante favorecidos de fortuna".[124]

Renovada a igreja, cabia atualizar também a imagem do velho convento. No entanto, tal empreendimento levou a casa a exaustão. Em 1781, o prior Frei José de Santo Elias, escreveu a rainha D. Maria I com o intuito de obter uma esmola para continuar com as obras do convento. Especificava: "*O objecto de minha pertensão é remediar este Convento, que pela Igreja novamente erecta ficou tão vexado de dividas crescidas, que não so se vê exausto de bens para a satisfasão do empenho, mas ainda totalmente debilitado para proseguir as obras mais precizas, e preparar do adorno necesario para o Culto Divino o Sagrado templo*". Reiterando o pedido dos carmelitas informaram os oficiais da Câmara sobre o empenho do referido prior, dizendo:

> "*desde o primeiro dia que ocupou o referido emprego, tem feito praticar todas as funçoins do Culto Divino, ainda contra a grande penuria em que se acha o seo Convento, que certamente está empenhado, e sem ornamentos precisos e dessentes para as festividades. Isto por cauza da Igreja que novamente se fez, que suposto esteja na sua ultima perfeição, não se vê mais que hua torre ainda que completar se, faltando de tudo a segunda, e tão bem os dormitorios, que por antigos necessariamente se hão de deitar abaixo, para subirem a corresponder o risco da mesma Igreja*".[125]

Por seu turno, os franciscanos trilhavam o mesmo caminho em busca da monumentalidade da sua casa monástica. Em 31 de Dezembro de 1734, foi sagrada a Igreja de Santo Antônio dos franciscanos, com cerimônia que teve a assistência do Bispo de Pernambuco, D. José Fialho, e a presença do governador da capitania e prelados das demais ordens. Sobre esta igreja disse o Frei Jaboatão: "É tambem nova esta Igreja e ainda que não tenha assento do anno, em que se lhe deu principio, sabemos comtudo certamente que pelos annos de 1718 e seguintes se trabalhava na sua fabrica". Jaboatão assim a descreveu:

> "Nesta da Parahyba se foram continuando os seus prelados até o presente, como tão bem as obras do convento, que vemos ser todo fabricado de novo, assim em igreja, como em corredores. Destes não temos assento, quando se lhe desse principio. São de um só sobrado, e sem demasia de grandesa dos mais amplos, e bem proporcionados da Província. Fora da sua quadra principal, tem outro corredor sobre si o qual pegado findo o que

124 - PINTO, Irineu Ferreira - Op. cit. p. 169.

125 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 27, Doc. 2095. (DOC. 168)

vai ter a capella-mor e dahi busca a parte do nascente. A par deste se fez os annos passados de 1751 a 1752 a sacristia nova, que até então era para baixo do corredor, que busca a capella-mor. Está fabricado pela mesma idea e architectura da que tem o Convento de Olinda".[126]

Obras de vulto eram previstas já no início do século XVIII, havendo o guardião dos franciscanos persuadido um mestre que trabalhava no Forte do Cabedelo a ir prestar serviço no convento "*para riscar huma obra*", em 1701. Esta deveria ser de alguma envergadura, porque considerou o capitão-mor, Francisco de Abreu Pereira, "*que em muitos mezes não lhes acabaria o mestre empreteiro do forte o que elles querião*".[127] Mas a delonga da construção é talvez a nota mais dominante, pois só em 1779, ficou terminada a fachada da igreja, e quatro anos depois foi concluída a torre sineira.

A esta demora não deve ter sido estranho os hábitos comportamentais dos franciscanos denunciados pelo capitão-mor Pedro Monteiro de Macedo, em 1738, dizendo: os franciscanos eram muitos "*a caza he abundante, o destrito donde tirão esmollas he muy dillatado, porem o seu procedimento muy alheo do seo instituto*". Viviam com "*escandalo e rellaxação*", desrespeitando o hábito que trajavam, prezando-se "*de terem todos concubinas, e viverem escandalozamente*", de andarem portando pistolas e facas e "*terem cavallos de regalo em que montão com botas e esporas de prata*".[128]

Nesta denúncia, o capitão-mor fez também um balanço sobre as casas monásticas da cidade, dizendo que eram poucos os monges beneditinos na Paraíba e assitiam em duas aldeias de índios. Os padres da Companhia eram apenas três e se dedicavaam ao ensino, à doutrina e administração dos sacramentos. Os padres do Carmo da Reforma eram em "*bastante numero*", sendo os mais disponíveis para as confissões, trabalhando em duas aldeias de índios no Rio Grande.

Dentro dessas limitações e num tempo mais ou menos longo iam renovando e monumentalizando a arquitetura religiosa da cidade.[129]

---

126 - JABOATÃO, Frei Antonio de Santa Maria - Op. cit. p. 372.

127 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 3, Doc. 248.

O capitão-mor Francisco de Abreu Pereira, não permitiu que os franciscanos continuassem ocupando aquele mestre e "*lhes disse buscassem outro mestre que não tivesse o impedimento deste, que eu não podia tirar da fortaleza*". O capitão-mor ofereceu-se para pagar outro mestre, mas o guardião insistia em obter o trabalho do primeiro. Esta polêmica leva a pensar que os melhores profissionais estavam no forte, sendo que este referido mestre tinha formação que lhe permitia riscar uma obra. Talvez por isso a insistência do guardião em dispor do seu trabalho.

128 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 10, Doc. 862.

129 - Sobre a arquitetura religiosa na Paraíba do século XVIII, remete-se às seguintes obras: BARBOSA, Cônego Florentino - *Monumentos Históricos e Artísticos da Paraíba*. João Pessoa: A União Ed., 1953. NÓBREGA, Humberto - *Arte colonial da Paraíba: Igreja e Convento de Santo Antônio*. João Pessoa: Ed. Universitária / Universidade Federal da Paraíba, 1974.

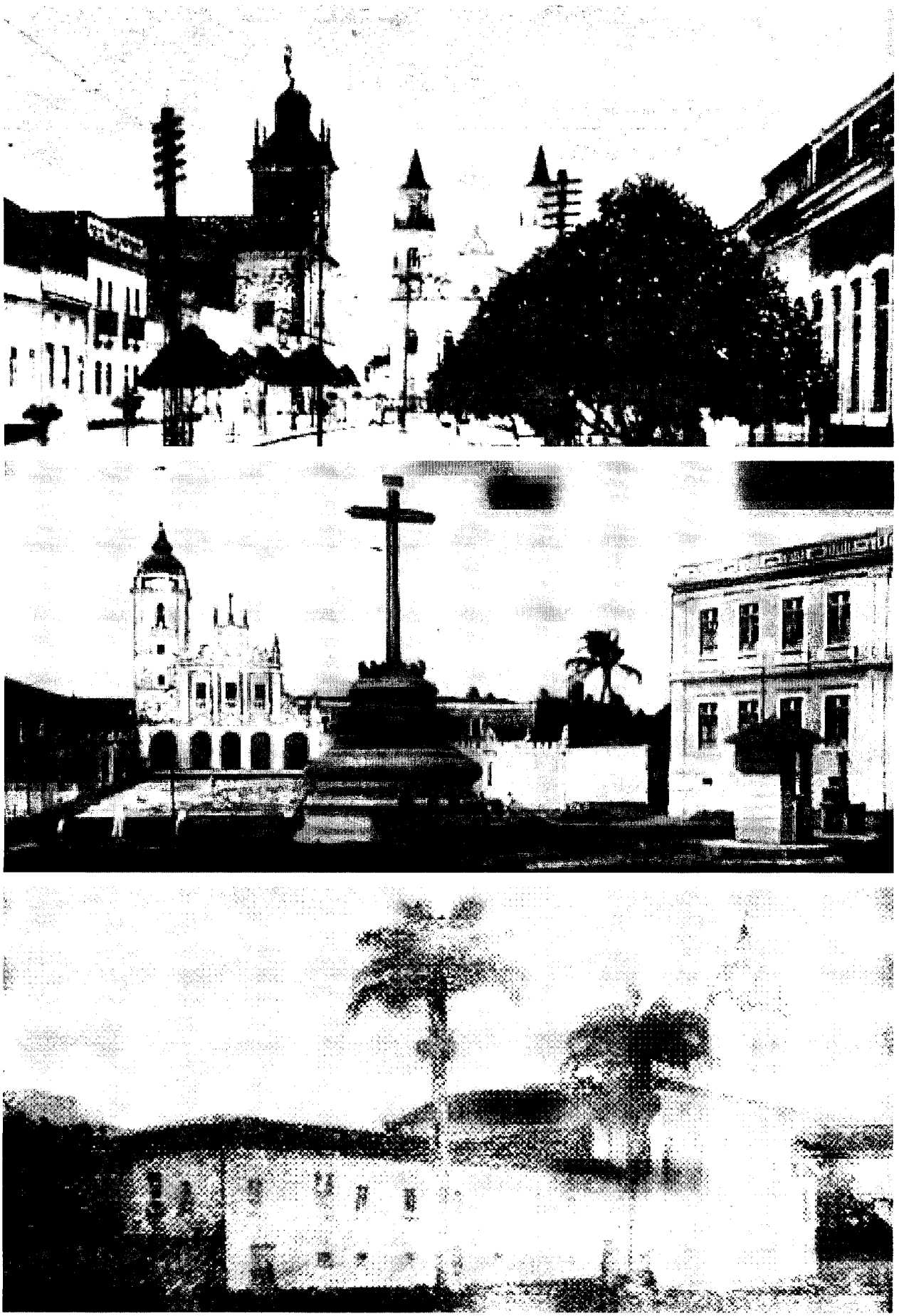


FIG. 53
A arquitetura monástica do século XVIII: beneditinos, franciscanos e carmelitas
Fonte: Acervo fotográfico Walfredo Rodriguez, e acervo fotográfico Anibal Moura Neto.

Os Jesuítas - "o ideário"

Com informações recolhidas em documento datado de 1729, é possível conhecer o percurso dos jesuítas em seu retorno à Paraíba. Neste, relatou o capitão-mor João de Abreu Castelo Branco, que após insistentes pedidos do povo e do vigário da época, Antônio de Viveiros, o padre Provincial do Brasil havia mandado, no ano de 1679, dois jesuítas em missão à Paraíba, no que trabalharam por cerca de dois anos. Antônio de Viveiros, em 1682, testemunhou os bons serviços prestados por estes padres que assistiam na cidade, observando que embora "*avendo muito poco tempo que aquí entrarão se acha este povo muito melhorado nos costumes por meyo de suas doutrinas, praticas e pregaçoens, e outras industrias espirituaes*".[130]

No mesmo ano de 1682, o Provincial Antônio de Oliveira, enviou mais dois religiosos para averiguar se havia meios para fundar uma casa nessa cidade, a qual deram princípio com quatro irmãos, ficando sujeita ao colégio de Olinda.

> "*Morarão primeiro em huas cazas de sobrado na Rua Nova que os mesmos religiozos fabricarão com ajuda do povo treze annos, despois escolherão sitio para fundarem hum hospicio, ou caza religioza no lugar chamado Boa Vista junto a hua ermida do gloriozo São Gonsalo, que, como foi a primeira igreja que houve nesta terra estava tão aruinada que quazi estava cahindo. Esta deu o povo com o vigario que então era Antonio de Viveyros aos religiozos da Companhia para que a consertasse, e ficasse sendo igreja do seu hospicio como de facto o fizerão.*
>
> *Despois de reedificada a igreja derão principio as cazas, ou hospicio com as esmollas do povo, e do collegio de Olinda. Fizerão o primeiro corredor com coatro cubiculos, e com estas mesmas esmollas forão cada hum dos superiores acressentando the que fizerão hua coadra de des cubículos*".[131]

Animados com o desempenho dos jesuítas, a população demonstrou o desejo de ter elevada a casa da Paraíba à condição de colégio, esperando que "*seus filhos gozem do ensino nos estudos de que athe agora totalmente carecerão*". Da mesma forma, poderiam ser melhor assistidos os "*escravos e o gentio que está cituado pello certão de toda aquella Capitania por falta de missionarios que os cultivem e reduzão á fé*".[132]

No entanto, a elevação de uma residência à condição de colégio implicava na formação de um patrimônio próprio, deixando Pernambuco de custear o sustento dos padres da casa da Paraíba. A questão gerou uma

130 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 1, Doc. 123. (DOC. 36)

131 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 7, Doc. 560. (DOC. 95)

132 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 1, Doc. 123. (DOC. 36)

troca de correspondências com avaliações sobre os meios possíveis para viabilizar aquela fundação, sendo cogitadas as alternativas de ampliar a residência existente para tranformá-la em colégio ou fazer uma nova edificação.[133] Todos se manifestaram: o capitão do Forte da Restinga, Antônio Cardoso de Carvalho, era favorável a ser feita a ampliação da residência juntando-lhe terras que os nobres doariam na região circunvizinha.[134] Os moradores da capitania se disponibilizavam a colaborar com a formação do patrimônio necessário ao colégio e Manuel Mizn. (?) Vieira e sua mulher Inês Neta, ofereceram uma doação para fundação do colégio que constava de casas na cidade, terras, cabeças de gado, escravos e mais algum dinheiro, tudo avaliado em 16 mil cruzados.[135]

Sempre vigilante sobre os interesses econômicos da Coroa portuguesa, o Conselho Ultramarino, em 1683, analisou a questão e foi contrário ao pedido da população, apresentando os seguintes motivos:

> *"E dandosse de todas vista ao Procurador da Coroa respondeu que ainda que da piedade catholica de Vossa Magestade pudessem os moradores da Capitania da Parahiba do Norte esperar lhes fizesse a merce que pertendião, com tudo parecia que se lhes não devia diffirir pellos inconvenientes que se seguião destas fundações que de ordinario costumava Vossa Magestade prohibir, o principal dos quaes hera o dano que se ceguia aos vassallos de Vossa Magestade deminuindosse os seos patrimonios que se havião devertir não só para o sustento dos rellegiozos, mas para a fundação, ficando por este modo a fazenda dos vassallos feita ecleziastica e Vossa Magestade com grande detrimento".*[136]

Mas a idéia não vai ser abandonada e em 1685, o padre Barnabas Soares, fazendo visitação à Paraíba, escreveu sobre a fundação do colégio.[137] Somente no final da década de 1720 o assunto foi retomado e em requerimento ao rei D. João V, os padres da Companhia demonstraram seus préstimos junto à população. Naquele ano de 1728, havendo na residência da Paraíba apenas cinco religiosos, assim se distribuíam nas tarefas que desempenhavam: um superior, um pregador, um mestre de latim, um mestre de ler e escrever e um irmão que tratava da casa. Portanto, os jesuítas já atuavam no exercício espiritual e no temporal, tendo aula pública de latim, de ler e escrever. Apesar das limitações enfrentadas, assistiam na educação da população sendo recompensados com as esmolas que permitiam dar continuidade à construção das suas instalações, como relataram:

---

133 - A.R.S.I. - Brasilia Epistolae 1661-1695 - Bras. 3 II - fl. 169. e A.R.S.I. - Brasilia Epistolae 1661-1695 - Bras. 3 II - fl. 170.

134 - A.R.S.I. - Brasilia Epistolae 1661-1695 - Bras. 3 II - fl. 171.

135 - A.R.S.I. - Brasil - Fundationes Collegio Bahiense 11.II - fl. 491. (DOC. 37)

136 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 1, Doc. 123 (DOC. 36)

137 - A.R.S.I. - Brasilia Epistolae 1661-1695 - Bras. 3 II - fl. 206-207.

"Mas como erão muito pequenas as cazas, que no principio lhes derão, forão os religiozos com sua industria, ajudados das esmollas dos moradores, fazendo moradia capas, e se achão ao prezente com hum corredor acabado, e capas de 10 sugeitos todos necessarios para acudirem aos ministerios da Companhia naquella cidade, e seos contornos, em que há varios engenhos e fazendas, com muitos negros que necessitão de doutrina, a que não faltão indo em missão. Porem como não tenhão rendas para se sustentarem, e a dita Igreja de São Gonçallo seja muito antiga de pedra e barro, e já quazi de todo aruinada, supplicão humildemente a Vossa Magestade seja servido dignarsse tomar debaixo de Sua Real protecção a dita caza, fazendose della fundador, com titulo de collegio, dandolhes renda sufficiente, e annual para se sustentarem, e juntamente para se edificar de novo igreja, em que com decencia se celebrem os officios divinos, por ser já muito velha, e quazi de todo aruinada a antiga de São Gonçallo, de que athe agora uzarão".[138]

Atendendo a pedido de D. João V, o capitão-mor Francisco Pedro de Mendonça Gorjão, também forneceu informações sobre os jesuítas na Paraíba, com as quais se constata que até então, ainda não se encontrava fechada a "*coadra de des cubiculos*" que os padres estavam edificando, "*por ser necessario levantar a igreja, que a que tem actual he de pedra e barro*". Acrescentou: "*He esta caza rezidencia, e não collegio por não ter fundador e esta sugeita ao collegio de Olinda o qual actualmente lhe assiste com o vestuario, e o mais necessario para poderem passar*".[139]

Considerando os bons serviços prestados pelos jesuítas e a falta de recursos dos moradores da capitania "*para poderem com suas esmollas suprir aos relligiozos*", recomendou o Conselho Ultramarino a D. João V, em 1730, que emitisse a seguinte ordem:

---

138 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 7, Doc. 560. (DOC. 95)

Neste requerimento, os padres fizeram um breve relato sobre a presença dos jesuítas no Brasil e Maranhão, mostrando que com ordem dos reis de Portugal e a custa da Fazenda Real, haviam sido fundadas casas e colégios nas principais cidades e povoações, bem como aldeias e residências nos lugares que fossem mais necessários para a catequese do gentio e amparo espiritual dos moradores. As aldeias e residências eram anexas aos colégios em cujo distrito se encontravam, os quais forneciam o vestuário para os religiosos, bem como cera, vinho e hóstia para as missas. Este era o caso da Paraíba.

139 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 7, Doc. 560. (DOC. 95)

Pela mesma informação do capitão-mor ficaram registrados os bens que os jesuítas possuíam na Paraíba e as dificuldades que enfrentavam para se manter: "*Os bens que tem estes religiozos são legoa e meya de terra com dous curraes de gado vaccum que lhe deixou Leonardo de Albuquerque a muitos annos hum com noventa e sinco vacas, outro com sessenta e coatro, e não ha duvida que estes com as suas mutiplicaçoes ajudavão muito esta caza, porem com o levante do Tapuya Caninde na Ribeira do Mamanguappe ficarão destruidos estes curraes, e com a seca de mil e settecentos e vinte e dous ficarão quazi extinctos, e a residencia de todo necessitada. Comprarão estes religiozos meya legoa de terra ao pe desta cidade para lavouras de seus escravos, e como a terra he de area não produz, por cuja cauza a mayor parte do anno comprão farinha para se sustentar. Tem estes religiozos coatro moradas de cazas que lhe deixarão, e lhe rendem todas coatro setenta mil reis cada anno*".

> *"que aquella rezidencia possa passar a ser collegio em que assistão dez ou doze relligiozos, e lhes mande consignar nas rendas dos dizimos daquella capitania duzentas arrobas de assucar branco todos os annos com obrigação de terem mestres de ler, escrever e contar, e tambem de latim e moral para ensinarem os filhos daquelles moradores, com declaração que não vencerão esta ordinaria sem terem os ditos mestres".*[140]

Depreende-se, portanto, que o apoio dado aos padres da Companhia de Jesus na Paraíba estava condicionado a manutenção e ampliação da atividade de ensino que lhes diferenciava entre as demais casas religiosas instaladas na cidade. E não descuidaram no desempenho dessa função. Em carta de 1744, os oficiais da Câmara demonstravam a grande utilidade da presença destes para assegurar a educação e formação da população, ao mesmo tempo em que solicitavam ajuda para a nova empreitada a que se propunham os jesuítas. Pediram:

> *"Vossa Magestade lhes queira conceder e aumentar a graça de que possão da quadra da igreja que de novo erigirão com esmolas dos mesmos moradores fazer commodo, em que se possão recolher alguns filhos dos moradores de fora da mesma cidade, que não tem moradia para nella poderem ser ensinados dos ditos padres, que espontaneamente se convidão a fazer o dito commodo concedendo lhe tãobem huma ordinaria annual e mandandolhe alguns ornamentos para a sua igreja por estarem faltos delles e hum sino".*[141]

Sendo consultados o governador da capitania, o procurador e o provedor da Fazenda Real, este último opinou ser válido atender a tal pedido, acrescentando que deveriam ser criadas *"claces superiores em que possão os naturaes daquella terra aprender Philosofhia, Theologia e moral sem que tenhão o descommodo de hir aprender estas sciencias a Pernambuco"*. Mas para tanto, era preciso prever a ordinária para os jesuítas, assim como *"Vossa Magestade tem concedido aos maes conventos daquella cidade"*. E justificou sua posição:

> *"porque he sem duvida que muitos mossos de admiravel indole e habelidade se perdem naquella terra por falta de doutrina, o que não sucederá havendo nella hum seminario em que se criem, aprendendo as siencias e bons costumes, que os Religiozos da Companhia costumão ensinar nas outras praças daquelle Brazil com notavel utilidade da Republica e do Real serviço de Vossa Magestade para o qual se fazem maes capazes, sendo instruidos".*[142]

A 28 de Novembro de 1746, D. João V oficializou a licença para a construção do seminário anexo à igreja da Companhia de Jesus, esclarecen-

140 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 7, Doc. 560. (DOC. 95)

141 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 14, Doc. 1177. (DOC. 136)

142 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 14, Doc. 1177. (DOC. 136)

do que por ser o este de grande utilidade para os moradores da capitania, deveriam "*concorrer para as despezas necessarias, e não a fazenda Real, que não tem nessa Provedoria com que fazer as despezas precizas*". Receberiam os padres uma "*porsão annual dos paes dos seminaristas para o sustento destes*", e com tais propinas deveriam "*tambem sustentar os Mestres, como se pratica no Seminario de Bellem junto a Cidade da Bahia*".[143]

O povo não se furtava de prestar amparo aos jesuítas. Uma vez que o colégio da Paraíba havia sido fundado sem destinação de bens, não possuía um patrimônio próprio, e para sanar esta falta os padres receberam uma oferta de Manuel Antunes Lima, "*natural da villa de Vianna do Minho e morador na cidade da Bahia*" e de sua mulher Luzia do Espírito Santo, que se propunham a "*ser fundador da Caza chamada de São Gonçallo que nesta cidade tem os padres da Companhia de Jezus*". Para tanto, dotariam o colégio "*com trinta mil cruzados para que empregados em bens de raiz do rendimento deste se sustentassem os Religiozos e do de seis mil cruzados se satisfizessem as dispoziçõeS perpetuaz, que constão da escritura que offerecião*". A condição colocada para obterem os jesuítas esta doação era "*acrescentar a classe de latim, que já tem, outra de philosofia, e huma escola em que possão ser ensinados os estudantes, assim seminaristas como de fora, e os meninos*".[144]

Encontravam os jesuítas os meios para continuar trabalhando na Paraíba, formando uma juventude mais culta e sem os descaminhos a que estavam suscetíveis, contribuindo para construção da "*Republica*" e para o "*Real Serviço de Vossa Magestade*", como reforçou o governador da Paraíba, Antônio Borges da Fonseca.[145] Assim permaneceram até 1759, quando a Companhia de Jesus foi definitivamente expulsa de todo o território brasileiro, por não estar em sintonia com as diretrizes políticas de D. José e do Marquês de Pombal.

Neste espaço de tempo, edificaram o seminário.[146] Quando partiram, deixaram um conjunto arquitetônico constituído pela casa e colégio da

---

143 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 15, Doc. 1281. (DOC. 140)

144 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 15, Doc. 1281. (DOC. 140)

Em 1746, ao tramitar o processo de aprovação da construção do seminário dos jesuítas, surgiu a dúvidas quanto a terem estes o estatuto de colégio na Paraíba. Esclarecendo a questão, o Procurador da Coroa apontou que a licença para esta elevação já estava dada por carta de 8 de Fevereiro de 1676. Portanto, embora sem destinação de rendas da Fazenda Real, desde então era considerado como colégio, a casa dos jesuítas.

Em 1750, D. João V voltou a confirmar a elevação da casa da Paraíba à condição de colégio, visto possuir então meios para sua sustentação, mediante o dote de trinta mil cruzados recebido de Manuel Antunes Lima e sua mulher. I.A.N./ T.T. - Registro Geral de Mercês da Cancelaria de D. João V - Liv. 40 - fl. 619.

145 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 15, Doc. 1281. (DOC. 140)

146 - Entre os anos de 1755 e 1757, da folha de despesas feitas pela Fazenda Real da Paraíba constam gastos com o "*seminário desta cidade*". A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 18, Doc. 1454. e A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 20, Doc. 1539.

Companhia, a Igreja de São Gonçalo reedificada já em 1746, e o seminário encostado a "*quadra da igreja*", à sua esquerda.[147] Trilharam um percurso que teve por esteio o ensino e educação da população, atividade da qual resultaram edifícios proporcionais à importância do papel que desempenharam na formação da sociedade da época. No colégio e seminário, foram fiéis às normas da pobreza religiosa impostas pela Companhia de Jesus, que limitava a ambição de requinte e suntuosidade na arquitetura, no entanto, não deixaram de trabalhar para dar à sua igreja a mesma monumentalidade que caracterizou as casas erguidas pelos franciscanos, beneditinos e carmelitas na mesma época.[148] Os jesuítas aliaram um "ideário" ao desejo de ter "monumentalizada" a presença da Companhia na Paraíba do século XVIII.

Em termos urbanos, a presença dos jesuítas também representou mudanças para a cidade. Se instalaram no "*lugar chamado Boa Vista*", junto à antiga e arruinada "*ermida do gloriozo São Gonsalo*", área de arrabalde na cidade do século XVII. Embora afastados do núcleo mais adensado da malha urbana, se beneficiavam pelo traçado da Rua Direita que seguia em direção à casa da Companhia, assim como da formação da "*rua da ladeira*", que em 1713 ia dando continuidade à Rua Nova, correndo para o sul e constituindo outro acesso àquele lugar.[149]

Tendo ali o colégio, igreja e o seminário, os jesuítas foram um fator de atração da população e da ocupação da cidade naquela direção. À frente deste conjunto arquitetônico, formou-se um novo espaço público de

---

147 - Segundo o Prof. Fausto Sanches Martins, obedecendo aos critérios definidos pela Companhia de Jesus, "o objectivo primordial da construção de um colégio consistia em criar um conjunto harmonioso e equilibrado que incluísse espaços específicos para os diversos grupos que o habitavam". Este conjunto era organizado em função das atividades que abrigava e dos grupos que o habitava. A igreja era inserida no conjunto e considerada como a peça mais importante, embora ocupasse uma área reduzida. As áreas reservadas à comunidade religiosa e à escola estavam distribuídas entre os dois pavimentos de um bloco edificado em torno de um pátio central quadrangular, espaço reservado aos mestres e estudantes que freqüentavam a escola. No colégio da Paraíba, um segundo bloco similar a este descrito foi erguido ao lado esquerdo da igreja para ser o seminário. MARTINS, Fausto Sanches - *A Arquitectura dos primeiros colégios Jesuítas de Portugal: 1542-1759. Cronologia, artistas, espaços.* Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1994. p. 884-885. Tese de Doutoramento.

148 - Ainda observou o Prof. Fausto Sanches Martins, que a Companhia de Jesus sempre definiu critérios para a construção de suas casas, colégios e igrejas, os quais não tinham por fim criar uma identificação estilística, mas ser fiel a um "Modo Nostro" dos jesuítas projetarem sua arquitetura. Seguindo estes critérios, os edifícios a construir deveriam ser "aptos para a habitação, úteis para o exercício dos Ministérios, higiênicos, sólidos e, ao mesmo tempo, fiéis às normas da pobreza religiosa, pelo que não seriam sumptuosos, nem de estilo requintado". MARTINS, Fausto Sanches - Op. cit. p. 883.

Sobre a arquitetura dos jesuítas no Brasil ver: CARVALHO, Anna Maria Fausto Monteiro de (coord.) - *A Forma e a Imagem: arte e arquitetura jesuítica no Rio de Janeiro Colonial.* Rio de Janeiro: Pontifica Universidade Católica do Rio de Janeiro, s/d.

149 - A.P.E.P. - Período Colonial - Doc. Manuscritos - Sesmarias Liv. 6 109 - fl. 111v.-114.

grandes dimensões e de traçado regular. Partia daí, a antiga "*estrada que vai para os engenhos*", referida anteriormente, a qual saindo da cidade levava para a área rural e para Pernambuco. Posteriormente, esta "*estrada*" vai ser habitada, gerando a rua que na centúria de oitocentos conduzirá a formação do Bairro das Trincheiras. (ver Fig. 55 e 56)

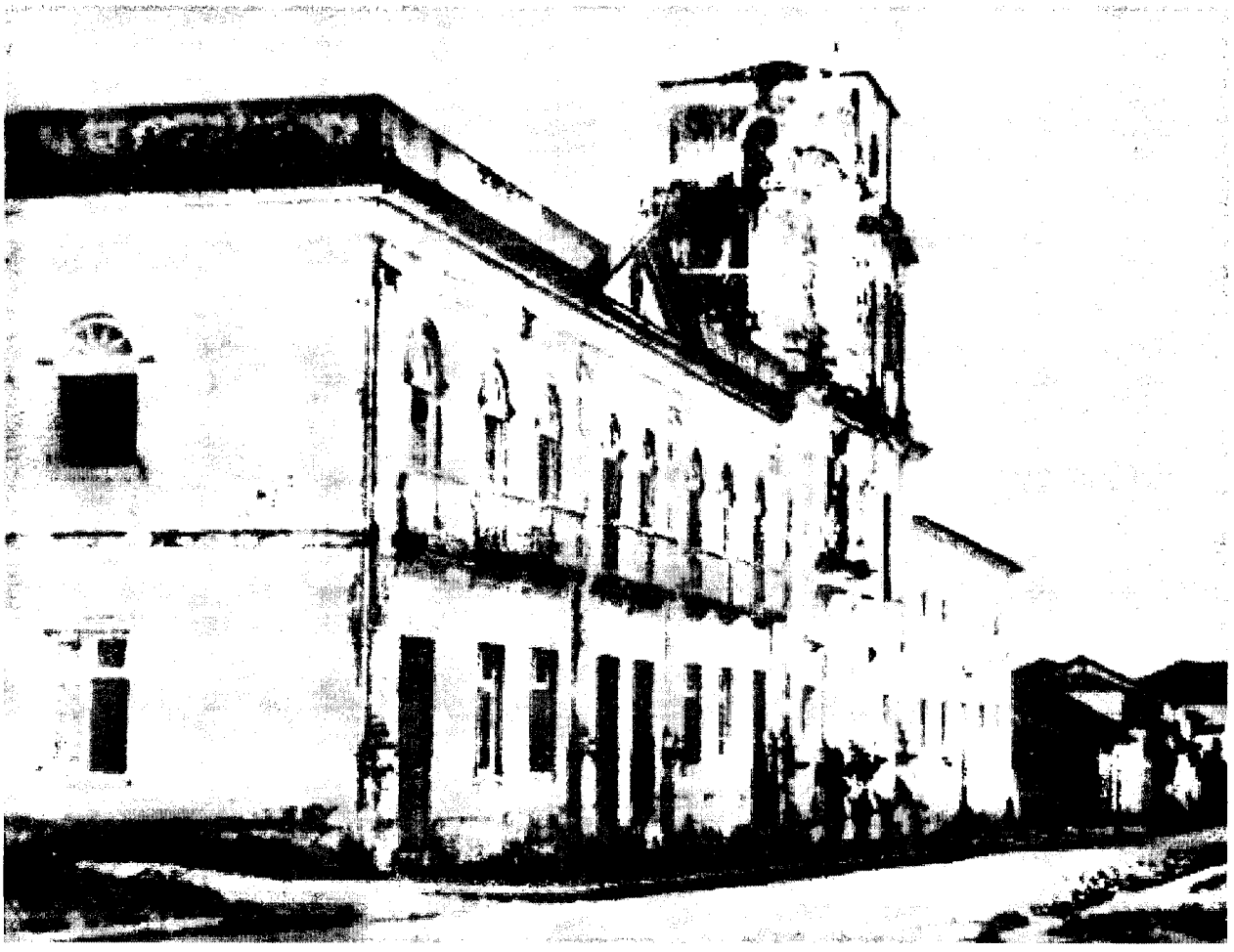


FIG. 54
Conjunto arquitetônico dos jesuítas fotografado em 1890. À esquerda, a casa e colégio da Companhia, aqui já com alterações em sua fachada primitiva. Ao centro a Igreja de São Gonçalo, seguida do seminário.
Fonte: Acervo fotográfico Walfredo Rodriguez.

Deixaram os jesuítas a marca da sua passagem pela Paraíba entre os anos de 1679 e 1759. Sob o aspecto da formação de uma sociedade moldada ao contexto do século XVIII, plantaram uma semente que não floresceu após a expulsão da Companhia. Em 1765, o governador da Paraíba, Jerônimo José de Melo e Castro escreveu ao Reino dizendo:

> "*As principaes pessoas desta cidade, me expoem que a total falta de Mestres de Gramatica desde que forão expulsos os Padres que se denominarao*

da Companhia de Jesus, tem feito crescer a occiozidade da mocidade em damno gravissimo da utilidade publica, e em poucos tempos se reduzira tudo a huma ignorancia lastimoza quando se fazem precizos homens doutos para christianizar a barbara gentilidade que abunda nestes sertoens".[150]

Em todo o Brasil, a expulsão dos jesuítas representou uma grande perda para a educação. A fim de remediar a situação, o Marquês de Pombal criou o Subsídio Literário (1772) com o objetivo de "*se pagar respectivamente, em cada capitania, aos mestres das escolas, menores e mayores, até filozofia*". Mas levou tempo para que aparecessem os resultados.[151] Em 1778, os oficiais da Câmara da Paraíba escreveram a rainha D. Maria I, denunciando que a capitania continuava sem assistência de "*escolas menores e maiores*". Apesar de estar sendo pago o imposto há cerca de quatro anos, "*até o prezente, Senhora, ainda as portas estão fexadas, e ainda os professores se não proverão*".[152]

As Irmandades – estratificação social e construção do espaço urbano.

Em 1697, a referência à "*igreja de Nossa Senhora do Rozario dos pretos que se anda fabricando*", constitui o primeiro indício de estratificação da população no espaço urbano, processo que avançará ao longo do século XVIII. Sendo os negros e mulatos naturalmente segregados na estrutura colonial, estes se viam impelidos a criar seus lugares específicos de reunião e, não por acaso, os negros foram os primeiros a erguer igreja própria para a sua irmandade.

A casa da Senhora do Rosário ficava "*quasi no meyo da rua principal*" da cidade, a Rua Direita, confrontando sua porta com a "*estrada*" que levava até as "*cacimbas*" localizadas próximo ao Rio Sanhauá, sendo lugar de "*passagem dos que vão buscar agoa*". Embora estivesse em sítio então considerado "*afastado da povoação dessa cidade*", observa-se que a igreja do Rosário logo virou um ponto de referência, sendo mencionada na documentação de época, ora para situar o lugar da "*baixa*" onde a mesma se encontrava, ora para dar as coordenadas da "*estrada das cacimbas*" que se formava.[153] Era a Igreja do Rosário um sinal das mudanças sociais e espaciais na cidade da Paraíba.

150 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 23, Doc. 1759.

151 - MARQUES, A. H. de Oliveira - Op. cit. p. 415.

152 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 26, Doc. 2023.

153 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 3, Doc. 210. (DOC. 54)

Enquanto se união os negros para edificar uma igreja própria, os homens "nobres" da terra também formavam suas confrarias e instituíam seus lugares privados de culto. A 3 de Setembro de 1704, foi assentado em Mesa da Ordem Terceira de São Francisco, que se fizesse uma capela exclusiva para a dita ordem, a qual foi agregada à estrutura monástica dos franciscanos, com ligação à nave da igreja conventual através de um grande arco. Segundo o Frei Jaboatão, "Não consta, porém, quando se lhe desse principio, nem se dicesse nella a primeira missa".[154]

Em situação semelhante se estabeleceram os Terceiros do Carmo. No dia 17 de Janeiro de 1722, encontrava-se o tabelião da cidade no convento de Nossa Senhora do Carmo da Reforma, perante o padre Prior Frei Bernardo de Jesus Maria e o Prior da Ordem Terceira do Carmo, Frutuoso Dias da Silva, a fim de celebrarem uma escritura que concedia à irmandade, licença para "*que na Igreja deste Convento, das grades do Cruzeiro para baixo, da parte da Epistola* (**) *possão abrir, e romper a parede da dita Igreja, para faserem a sua Capella de Terceiros, fundada em largura que lhes for necessária*".[155]

Certamente, a condição social dos irmãos Terceiros de São Francisco e do Carmo, propiciava a estes encontrar acolhimento junto às respectivas Ordens Primeiras, e seus espaços privados de culto foram erguidos de forma a compor dois grandes conjuntos edificados que enobreciam a devoção em comum de religiosos e leigos. Ganhavam em qualidade arquitetônica esses conjuntos monásticos, pois tinham os "nobres" irmãos terceiros cabedal para investir em suas capelas.[156] No entanto, perdia a cidade de ter novas estruturas edificadas com porte para se tornarem pontos referenciais perante uma imagem urbana de dimensões tão diminutas. Ficava a cargo dos estratos sociais menos favorecidos propiciar esta renovação do espaço urbano da Paraíba.

Assim, em 24 de Setembro de 1729, foi lançada a primeira pedra da Igreja de Nossa Senhora das Mercês, com solenidade de estilo que ficou registrada em termo lavrado a 14 de Outubro do mesmo ano, noticiando a

---

154 - Assim descreveu o Frei Jaboatão a capela dos Irmãos Terceiros de São Francisco: "É esta de bastante corpo, com arco de talha e grades para a nossa igreja, á parte do Evangelho. Tem sacristia por detraz da capella mor e por cima uma boa varanda, que lhe serve de consistório. Para este se sobe por uma escada pela parte de fora, que responde ao convento e por ali hão de levantar ainda a sua Via Sacra a communicar-se com a nossa, pela qual entramos para a sua Igreja por uma porta travessa que para ella dá passagem aos religiosos quando vão á assistência das suas funcções". JABOATÃO, Frei Antonio de Santa Maria - Op. cit. p. 387.

155 - I.H.G.P. - Doc. Coloniais, Imperiais e Republicanos - A3 G4 P1 - 1.4. (DOC. 88)

156 - Para situar o estrato social e econômico dos irmãos Terceiros de São Francisco, cabe a seguinte citação: a 19 de Fevereiro de 1749, ocorreu a "primeira procissão de *Cinsas* da Ordem Terceira de São Francisco, com quatorze andores, muito bem preparados". PINTO, Irineu Ferreira - Op. cit. p. 151.

presença do governador Francisco Pedro de Mendonça Gorjão e do Vigário Dr. Antônio da Silva Melo.[157]

Esta era a casa de uma irmandade de pardos, cujos objetivos da iniciativa e as dificuldades para concretizá-la são conhecidos através da carta de doação que lhes concedeu uma casa devoluta na Rua Direita para patrimônio dessa confraria.[158] Em tal carta, disse o governador da Paraíba, Francisco Pedro de Mendonça Gorjão:

> *"a mim me enviou a dizer por sua petição por escripto o Juiz Procurador e mais Irmãos de Nossa Senhora das Mercês, confraria dos Pardos d'esta Cidade da Parahyba, que elles supplicantes estavão continuando na obra da Igreja, que estavão edificando n'esta mesma Cidade com o titulo das Mercês, para maior honra e consolação do povo, e como as esmolas com que concorrem os fieis de Deos para a meritoria obra hé mui deminuta, e sem duvida pararia, se Vossa Senhoria como tão propicio lhes (não) fizer Data de sesmaria de huns chãos, e paredes que se achão muito antigos, edificadas ditas paredes na rua direita d'esta Cidade, devolutos pela incerteza do dono".*[159]

A irmandade recebeu a mercê solicitada e é surpreendente que dependendo das diminutas esmolas arrecadadas entre os fiéis, tenham conseguido erguer uma igreja de proporções consideráveis para a realidade da cidade na época. A 21 de Setembro de 1741 foi dada a benção à Igreja de Nossa Senhora das Mercês, e segundo termo lavrado pela irmandade "no

---

157 - PINTO, Irineu Ferreira - Op. cit. p. 127.

Além da multiplicação das igrejas na cidade pela ação das irmandades que iam se formando, registra-se a iniciativa do Padre Dionísio Alves de Brito de construir no Varadouro uma capela dedicada a Nossa Senhora do Ó. Para edificá-la, requereu e obteve, em 1721, a posse de sobras de terras na *"estrada velha do Varadouro"* as quais serviriam *"não somente para fazer a dita Capella mais tambem para patrimonio da dita Capella"*. A.P.E.P. - Período Colonial - Doc. Manuscritos - Sesmarias Liv. 6 110 - fl. 119-122.

Em 1725, o Padre Dionísio escreveu a D João V pedindo que intervisse a seu favor, pois havendo o capitão-mor João de Abreu Castelo Branco, lhe dado posse das terras no Varadouro onde deu princípio à construção da capela, depois *"mandou citar pera a não continuar"*. Pelo que vinha pedir a interferência do rei em favor da Senhora do Ó *"mandando se faça a dita igreja"*. A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 6, Doc. 485 (DOC. 93) e A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 6, Doc. 512. (DOC. 94)

158 - Sobre a denominação de "pardos", esclarece Maria Beatriz Nizza da Silva: "A prática de miscigenação tornava difícil a discriminação racial e por isso se usava, nas listas de população, sempre a palavra «pardo», pois aqui se incluíam não só mulatos (branco e negro), como os mamelucos (branco e índio) e os cafuzos (conhecidos também como cabras), resultantes da mestiçagem entre negros e índios". SILVA, Maria Beatriz Nizza da - A Estrutura Social. In. *O Império Luso-Brasileiro 1750-1822*. Lisboa: Editorial Estampa, 1986. p. 224.

159 - A.P.E.P. - Período Colonial - Doc. Manuscritos - Sesmarias Liv. 6 111 - fl. 11v.-15.

Sendo solicitado pelo governador que os suplicantes esclarecessem sobre a localização exata da casa que pediam doação responderam: *"confrontão os chãos pretendidos com as cazas do Tenente Coronel Manoel Rodriguez da Fonseca e partem essa a de João Cardozo da parte do Sul, e da parte do Norte com chãons dos Padres da Companhia, tudo existente na rua direita d'esta Cidade"*.

dia vinte e trez do dito mez e anno se passou Nossa Senhora em procissão da Matriz onde estava, para sua santa Casa".[160]

Esta igreja, se não possuía o requinte arquitetônico das casas dos Terceiros de São Francisco e do Carmo, foi em contrapartida, um dos referenciais urbanos de maior significação na cidade do século XVIII. Definiu um espaço urbano próprio, o Largo das Mercês, no qual tinha fim a rua que partindo em frente ao convento do Carmo, corria paralela à Rua Direita e vinha dar à porta da irmandade dos pardos. Uma rua não muito extensa, que estava balizada por duas casas religiosas: o convento do Carmo, implantado em 1600, e a Igreja das Mercês, iniciada em 1729. Registro do limitado crescimento urbano da cidade em desproporção com seu tempo de existência.

Vale observar que a estratificação da sociedade respeitava diferenças que distanciava homens de uma mesma "cor", mas de condições sociais distintas. Enquanto os homens pardos se reuniam na Igreja das Mercês, somente em 1767, os "pardos sujeitos" tinham em construção a igreja da irmandade a qual pertenciam: a de Nossa Senhora Mãe dos Homens Pardos Cativos. Em requerimento que enviaram ao rei D. José, pedindo esmolas para conclusão da casa da irmandade, se tem algumas informações sobre a trajetória desses irmãos:

> *"Dizem o Juiz e Irmaons da Irmandade da Senhora May dos homens dos Pardos cativos da cidade da Parahiba do Norte que elles por tanto zello e devosão extabeleserão e levantarão sua Irmandade com o Soberano titulo da Senhora May dos Homens a qual Irmandade esta cita na Igreja dos Pretos do Rozario da mesma cidade, e procurando elles depozitar em seu templo propio a dita Senhora detriminarão com o comflito o fizerão levantar huma capella com as esmolas que os fieis comcorrião e como para a tal obra carece de mais aventajadas esmolas a terra não o permite e estão os suplicantes com o pezar de não terem templo em que depozitem a sua Imagem, e por não estar este acabado e faltar lhes a elles suplicante poses para a fazerem".*[161]

Depreende-se que a condição de cativos, havia aproximado os pretos e os pardos, que a princípio, tinham sua Irmandade da Mãe dos Homens abrigada na igreja do Rosário dos Pretos. Estes homens diferenciavam-se

---

160 - PINTO, Irineu Ferreira - Op. cit. p. 144-145.

Observa-se que este processo de estratificação da sociedade estava em caminho entre as décadas de 1740 e 1750, embora a Igreja Matriz ainda fosse o centro que abrigava irmandades diversas em seus seis altares laterais. Entre estes se identifica a Irmandade de São Gonçalo Garcia, santo protetor do Tribunal da Fazenda Real, cujos irmãos fazendo uso desta condição solicitavam esmolas ao rei D. José, pois se encontrava a irmandade *"sem bens para continuar o culto ao dito santo que não só não tem igreja propria mas nem altar com ornato precizo"* para o culto. A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 17, Doc. 1409. (DOC. 143)

161 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 24, Doc. 1830. (DOC. 155)

na cor, mas compartilhavam o mesmo peso da escravidão. Em contrapartida, deixa transparecer uma das cláusulas do Compromisso da Irmandade da Mãe dos Homens, que a mesma estava aberta a aceitar pessoas brancas e pardos de qualquer qualidade, mas sem haver referência aos negros. No entanto, somente os pardos cativos tinham direito a voto "*para as desposisoens*" da instituição, e dessa forma, resguardavam o seu poder de mando sobre a Irmandade.[162]

A construção da Igreja da Mãe dos Homens foi mais um reflexo do processo de estratificação da população da cidade da Paraíba. Homens que a princípio louvavam a Deus sob um mesmo teto, progressivamente, foram buscando lugares seletivos para suas orações. Mas a estratificação também era espacial. Em termos urbanos, essa Igreja, provavelmente por pertencer a uma irmandade de cativos, foi edificada no arrabalde do Tambiá, afastado do núcleo principal da cidade. No entanto, era sítio de fácil acesso. porque naquela direção seguia a "*rua que vai de Sam Francisco para o caminho do Tambiá*", à margem do qual estava a igreja com seu pequeno largo. Novamente, um trecho de rua não muito extenso tinha por pontos referenciais edifícios de tempos tão distintos: o convento franciscano implantado no final do século XVI e a Igreja da Mãe dos Homens, ainda em construção, no ano de 1767.

Em 1785, este arrabalde foi valorizado pela construção da Fonte do Tambiá, que desde 1736, era obra prevista pela Câmara por ser "*tam necessaria*" ao abastecimento da população. O caminho levando à igreja da Mãe dos Homens e à Fonte do Tambiá, aos poucos foi povoado e no século XIX, se transformou em lugar preferencial de moradia de famílias abastadas. Aqui, cabe traduzir em uma imagem a relação que é possível estabelecer entre a implantação dessas Irmandades e a definição de alguns espaços urbanos e vias da cidade do século XVIII.

---

162 - A.H.U. - ACL_CU - Códice 1287. fl. 4. Vale fazer referência a três capítulos do Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora Mãe dos Homens da Paraíba, datado de 1766, a fim de esclarecer sobre estas limitações impostas a alguns irmãos.

"Cap. 1 - Primeiramente nesta Sancta Irmandade se admitiram para Irmãos della toda a gente parda, e de qualquer qualidade que seja homens e molheres.

Cap. 2 - Nesta Sancta Irmandade poderão tãobem assistir e entrar por Irmãos pessoas brancas com advertência, tanto homens quanto molheres e não terão votto algum para as desposisoens della.

Cap. 3 - Nesta Sancta Irmandade entrarão a servir para Irmãos da meza, os Irmãos homens pardos sogeitos e se pelo tempo adiante houverem Irmãos que se ajão libertados poderão destes servir na dita meza athe seis somente com seis sogeitos e em cada anno alternadamente servirá hum juiz forro e no outro anno seguinte hum sogeito e quando o juiz for forro o escrivam há de ser sogeito, cuja igualdade tãobem se goardara nos juizes e juizas o que se fará por eleição e votto".

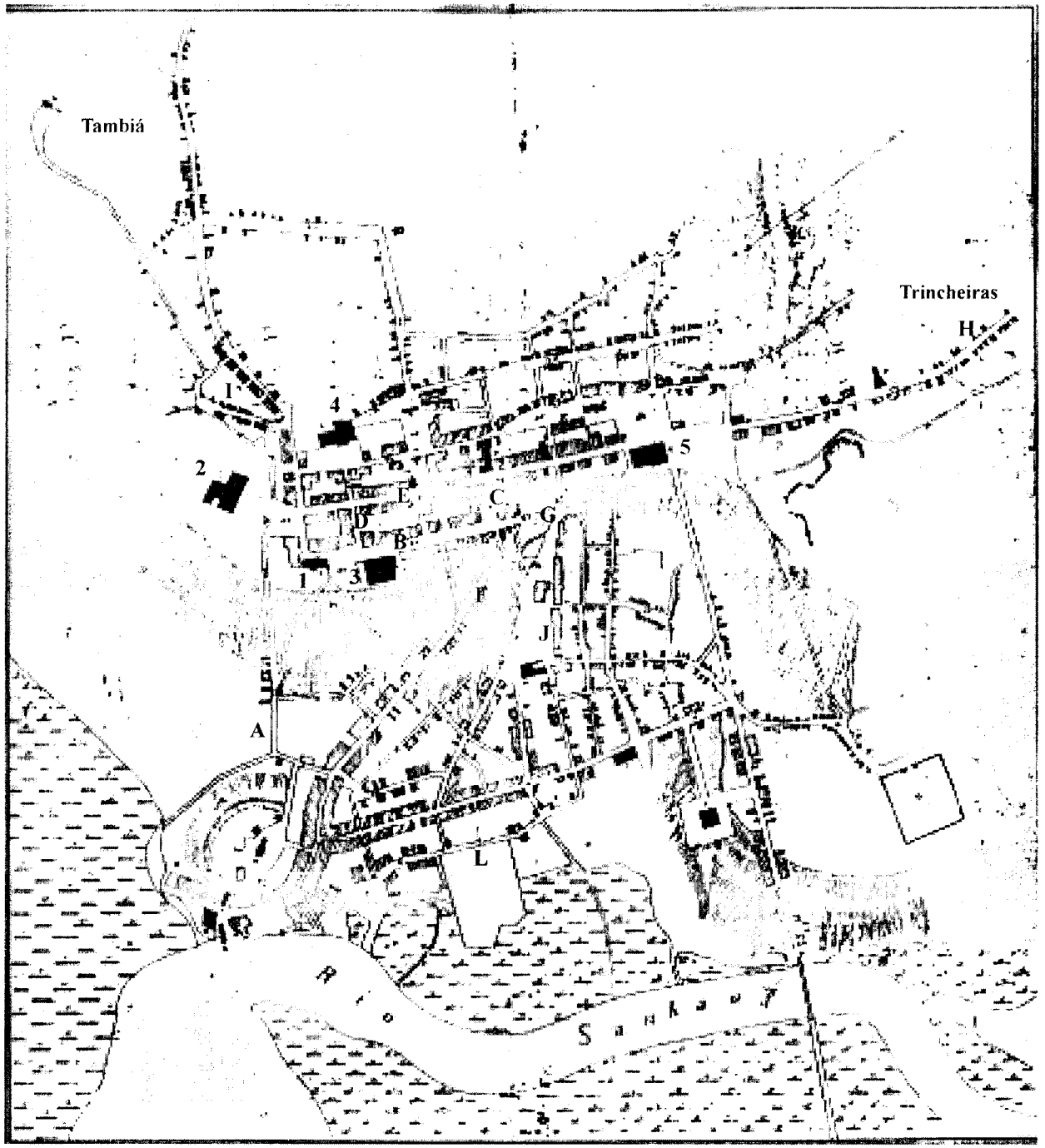


FIG. 55
Identificação das ruas da cidade no século XVIII, sobre uma cartografia datada de 1855.

EDIFÍCIOS REFERENCIAIS
1 – *Igreja Matriz* **2** – *Convento Franciscano* **3** - *Mosteiro de São Bento*
4– *Convento Carmelita* **5** – *Capela de São Gonçalo e casa dos jesuítas*

MALHA URBANA PRÉ-EXISTENTE
A - *Rua do Varadouro* **B** - *Rua Nova* **C** - *Rua da Misericórdia*
D - *Travessa do Carmo* **E** - *Rua Direita*

RUAS EM FORMAÇÃO NO INÍCIO DO SÉCULO XVIII
F - *Estrada ou caminho do carro para a cidade..* **G** - *Rua da Ladeira*
H - *Estrada que vai para os engenhos* **I** - *Rua que vai de São Francisco para o caminho do Tambiá*
J - *Estrada que vai das cacimbas a Ig. do Rosário* **L**- *Rua do Varadouro para as cacimbas e portinho*

Fonte: Planta levantada por Alfredo de Barros e Vasconcelos... Acervo I.H.G.P.

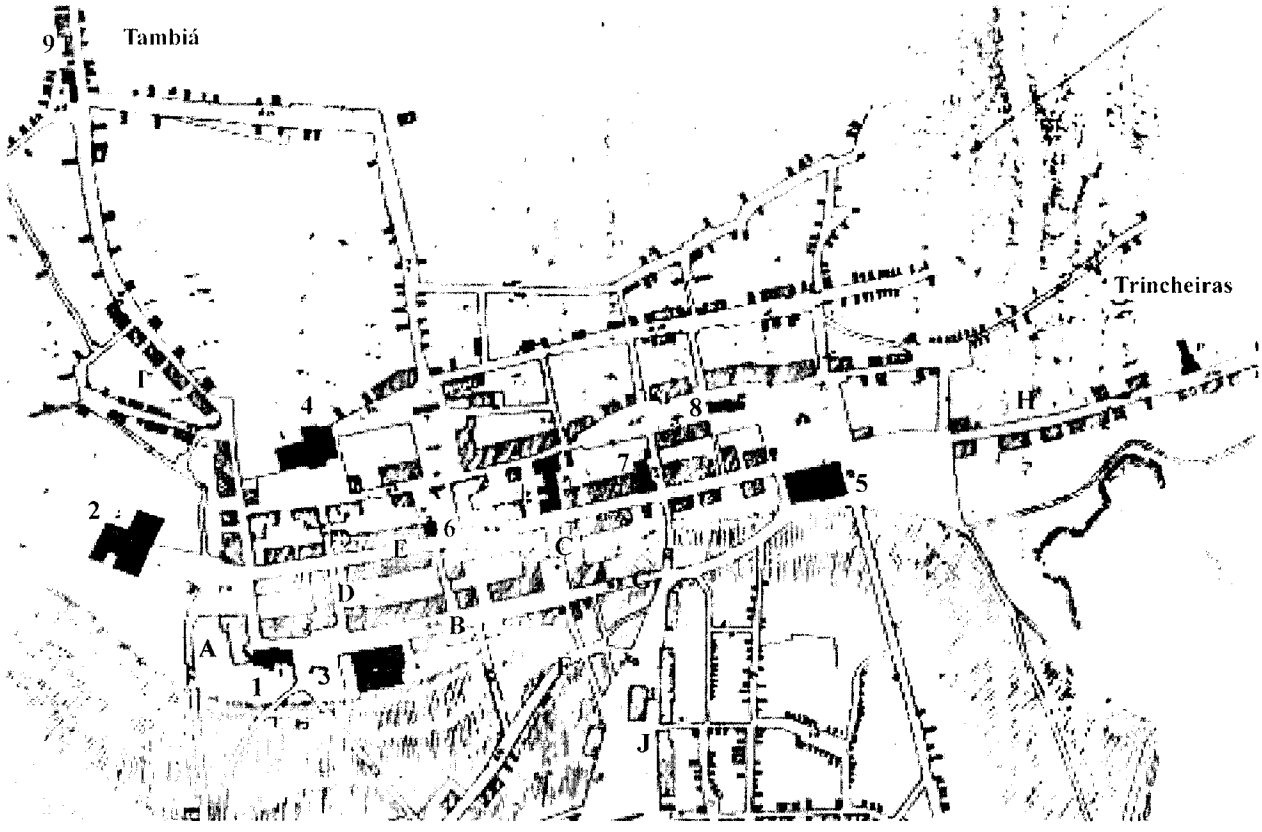


FIG. 56
Identificação das ruas e novos edifícios referenciais da cidade no século XVIII, sobre uma cartografia datada de 1855.

EDIFÍCIOS REFERENCIAIS
1 – *Igreja Matriz* **2** – *Convento Franciscano* **3** - *Mosteiro de São Bento*
4– *Convento Carmelita*

EDIFÍCIOS REFERENCIAIS DO SÉCULO XVIII
5 – *Conjunto arquitetônico dos jesuítas (edificados no mesmo sítio o colégio e seminário)*
6 – *Casa dos Contos*
7 – *Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos*
8 - *Igreja e Largo das Mercês*
9– *Igreja de Nossa Senhora da Mãe dos Homens*

MALHA URBANA PRÉ-EXISTENTE
A - *Rua do Varadouro* **B** - *Rua Nova* **C** - *Rua da Misericórdia*
D - *Travessa do Carmo* **E** - *Rua Direita*

RUAS EM FORMAÇÃO NO INÍCIO DO SÉCULO XVIII
F - *Estrada ou caminho do carro para a cidade, e da cidade para o Varadouro*
G - *Rua da Ladeira*
H - *Estrada que vai para os engenhos*
I - *Rua que vai de São Francisco para o caminho do Tambiá*
J - *Estrada que vai das cacimbas ate a porta da Igreja do Rosário dos Pretos*

Fonte: Planta levantada por Alfredo de Barros e Vasconcelos... Acervo I.H.G.P.



FIG. 57
As igrejas das irmandades: Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, Nossa Senhora Mãe dos Homens Pardos Cativos e Nossa Senhora das Mercês. A concretização da devoção religiosa dos irmãos dessas irmandades legou à cidade um patrimônio edificado que não foi respeitado pelos homens do século XX.
Fonte: Acervo fotográfico Walfredo Rodriguez.



FIG. 58
Interior da Igreja de Nossa Senhora das Mercês: nave, capela-mor e coro alto. A expressão artística possível a uma irmandade de homens pardos.
Fonte: Acervo fotográfico I.H.G.P.

Esta estratificação da sociedade que se concretizava através da ação empreendedora das irmandades, era oficializada pela Igreja. A exemplo, a 4 de Setembo de 1711, foi aprovado pelo Papa Clemente XI o Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da cidade da Paraíba.[163] Em 1766, foi apresentado ao "Régio Tribunal", o Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora Mãe de Deus e dos homens pardos sujeitos.[164] A 19 de Fevereiro de 1783, foi aprovado em Portugal o primeiro Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês.[165]

Entretanto, estas diferenças que os homens estabeleciam entre si não eram visíveis apenas perante a Igreja e se revelava em outros patamares das relações sociais. A exemplo, cita-se esta carta que o governador da Paraíba, Jerônimo José de Melo e Castro, enviou ao rei D. José, em 1766:

> *"Na Praça e recinto desta cidade ha innumeraveis pardos que mal satisfeitos de servirem no Regimento dos Henriques, e de serem desprezados nas ordenanças dos brancos, me requerem com grandes instancias, que para evitarem o abatimento que tem na Companhia dos pretos, e desprezo que experimentão nas dos brancos, lhe crie hum corpo de Companhias que os comprehenda, onde haja officiaes e postos a que elles possão aspirar, assim como se pratica em Pernambuco e Bahia.*
>
> *Cujo requerimento me parece muito justo, por se evitarem dissensoens continuas, e ficarem na separação satisfeitos os Brancos, os Pardos, e os Pretos, e na emolação de qual das suas classes se faça mais estimavel, obrarem acçoens que lhe faça distinguir com vantagem os merecimentos como se está experimentando no Regimento dos Henriques".*[166]

Aos brancos, pardos e pretos era saudável essa separação dos regimentos militares, pois assim estariam atuando entre iguais evitando constrangimentos de todas as partes. Tratava-se de dar ordem às corporações militares que cresciam e se diferenciavam. A esta atitude de estratificação, opunham-se situações de segregação de grupos.

---

163 - PINTO, Irineu Ferreira - Op. cit. p. 106.

164 - A.H.U. - ACL_CU - Códice 1287. Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora Mãe dos Homens...

165 - PINTO, Irineu Ferreira - Op. cit. p. 170.

166 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 23, Doc. 1778.

Segundo Irineu Pinto, por Carta Régia de 22 de Março de 1766, foram criados os seguintes *Terços Auxiliares*: dois de cavalaria, um de infantaria, o de pardos e os de *Henriques* de pretos. Foram reorganizados os Terços de brancos, elevando-o a dez companhias que até então era de quatro. PINTO, Irineu Ferreira - Op. cit. p. 163.

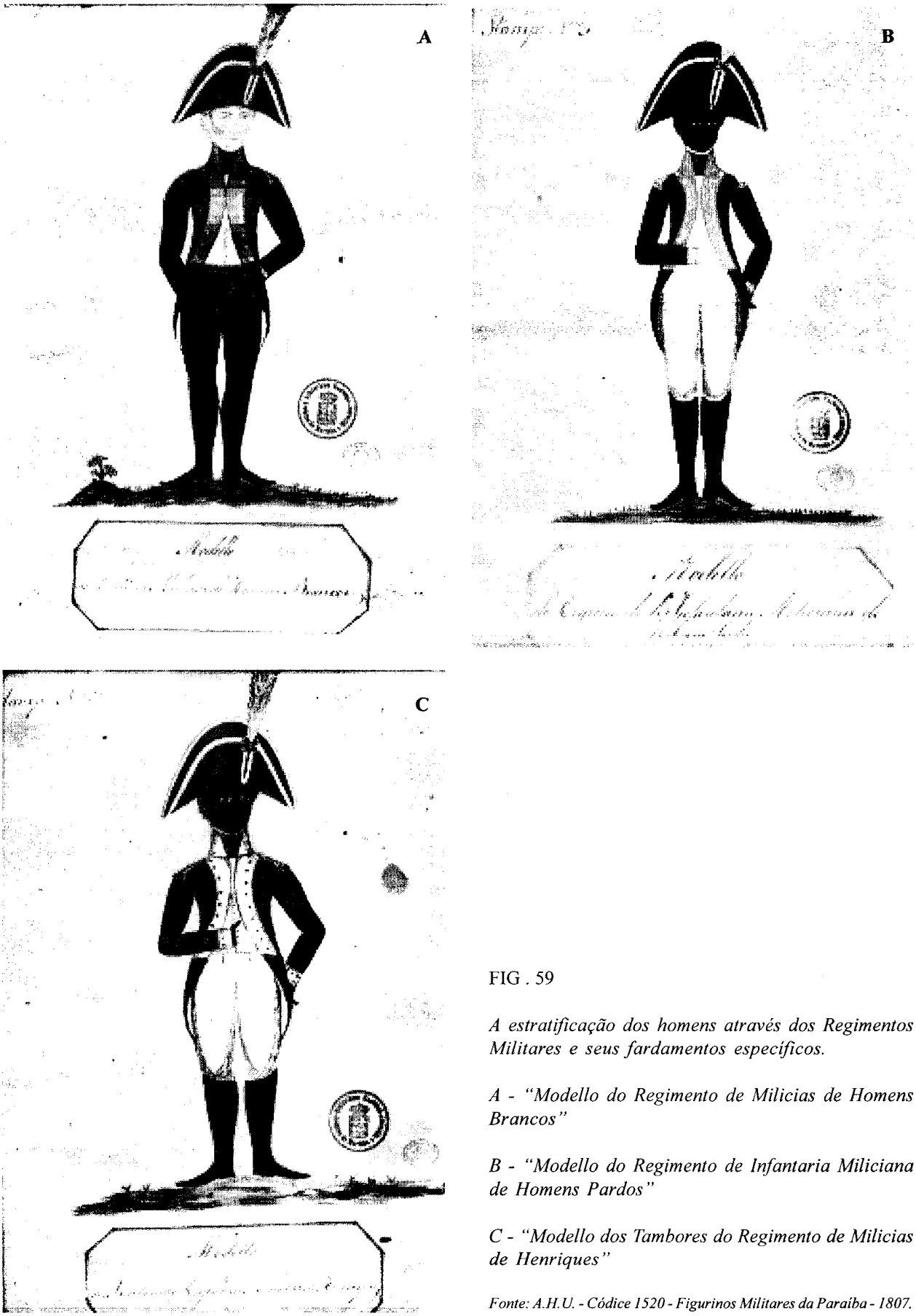


FIG . 59

A estratificação dos homens através dos Regimentos Militares e seus fardamentos específicos.

A - "Modello do Regimento de Milicias de Homens Brancos"

B - "Modello do Regimento de Infantaria Miliciana de Homens Pardos"

C - "Modello dos Tambores do Regimento de Milicias de Henriques"

Fonte: A.H.U. - Códice 1520 - Figurinos Militares da Paraíba - 1807.

A ordem jurídica determinava a separação de indivíduos de conduta contrária às leis estabelecidas, mas para ampará-los no castigo, tratou a Câmara de edificar junto à cadeia uma pequena capela para que os presos assistissem as missas dominicais. Por outro lado, os padrões morais da sociedade excluíam as "mulheres de vida fácil", as quais em busca da "conversão" se uniram formando um recolhimento feminino.

A estes dois grupos de excluídos a Igreja levou seu apoio contribuindo para a melhor ordem daquela sociedade. Recorde-se que a Santa Casa da Misericórdia sempre trabalhou na assistência aos marginalizados, mas no século XVIII perante uma população que crescia, esta assistência ultrapassou as portas da Santa Casa e tomou forma em espaços que demarcavam as diferenças sociais. Neste aspecto, tanto as igrejas das irmandades, quanto a capela dos presos ou o recolhimento de mulheres, eram indicadores das mudanças na sociedade urbana da Paraíba.

Sobre a condição em que se encontravam os presos, relatou o ouvidor geral da Paraíba, Manuel da Fonseca e Silva, em 1722:

> *"No mesmo dia em que tomey posse deste lugar, de que Vossa Magestade me fez merce, ao descer da caza da camera cita sobre a cadea, perguntei muito ao acazo donde ouvião os prezos missa, e certeficandome logo ali, que havia vinte annos que hera feita, e que tinha prezos de doze annos de recluzos, sem terem capella onde a ouvissem, estranhey muito aos officiaes aquella falta, dizendolhes, que se Vossa Magestade o soubesse havia de ter os moradores desta cidade por pouco catholicos".*[167]

Diante disso, determinou que fosse edificada "*hua cappellinha, ou hu arco de pedra e cal com reconcavo bastante para hu altar pella urgente necessidade, e falta de tantos annos, que tinhão os prezos do culto e veneração de hu misterio principallissimo de nossa fé*".[168]

No mesmo ano, informaram os oficiais da Câmara que a capela para os presos "*a mandarão fazer por planta por dous officiaes de pedreyro para depois de feita se pagar por sua avaliação, para o que lhes mandarão dar no dito anno cem mil reiz*". Contudo, a execução da mesma ficava onerada pela necessidade de "*comprar hua morada de cazas de taypa de hum morador que estam de fronte da cadeya em chãos foreyros ao convento do Carmo desta cidade*" por ser este o "*lugar unico conveniente*" para edificá-la.[169]

Como alternativa de menor custo, havia o recurso de reduzir a capela a "*hum oratorio com seu arco lizo de pedra e com a menos despeza que poder ser tendo a suficiencia necessaria para se dizer missa com os*

167 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 5, Doc. 391. (DOC. 89)

168 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 5, Doc. 391. (DOC. 89)

169 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 5, Doc. 391. (DOC. 89)

ornamentos precizos". Sendo assim, este oratório poderia ser entalhado "*na parede da dita caza, sem que seja necessario comprar mais da caza que o precizo para o oratorio, pagandosse ao dono so o prejuizo que tiver, pois se fica servindo dellas*".[170]

Até 1725, este oratório ainda não havia sido executado, mas em 1733, há a notícia de que para a construção do mesmo os padres do convento do Carmo foram "*de tanta piedade, e charidade, que deram terras suas sem porção alguma pera se fazer a capella para os prezos ouvirem missa*".[171] Também por caridade, o Padre João Nunes de Bulhões, sem receber qualquer ajuda de custo, rezava missa aos domingos e dias santos para os presos, que na época contavam "*setenta pessoas pouco mais ou menos*" estando entre estas umas poucas mulheres, "*so negras fugidas*".[172]

Enquanto as negras eram encarceradas por fugir da servidão, outras mulheres haviam se recolhido em uma casa da cidade buscando "*seguir o caminho da virtude e desprezando os enganos do mundo*". Em 1754, diversos homens do poder público e eclesiástico testemunharam que estas viviam "*como em clausura, sugeitas ao seu Reverendo Parocho*" e "*guardando voluntariamente alguns estatutos da terceyra ordem do Serafico padre São Francisco*". Confirmou o Vigário que estando na cidade há cerca de quatro anos, encontrou aquele recolhimento estabelecido, tendo "*vizitado algumas vezes a dita caza, a qual sendo na modestia o convento mais reformado, em tudo o mais não tem forma de recolhimento, por ser tão grande a pobreza destas devotas molheres, que não podem fazer as obras que são necessarias, e somente se sustentão das limitadas esmollas que se tirão nesta freguezia*".[173]

---

170 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 5, Doc. 391. (DOC. 89)

171 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 5, Doc. 391. (DOC. 89) e A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 8, Doc. 702. (DOC. 101)

Até 1725, ainda não havia sido entregue a quantia de cem mil reis destinada à construção da capela para os presos, devido a uma ordem do capitão-mor João de Abreu Castelo Branco suspendendo aquele repasse de verba até nova ordem de Vossa Majestade. A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 6, Doc. 463.

172 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 5, Doc. 391. (DOC. 89)

Em 1755, os oficias da Câmara escreveram ao rei expondo a necessidade de capelão para rezar missa para os presos da cadeia: "*Por ordem de Vossa Magestade se fes defronte da cadeya desta cidade, huma capella para os prezos ouvirem missa e por não haver nella capellão proprio lhes tem faltado muitas vezes esta consolação espiritual e como o Padre João Nunez de Bulhoens por sua devoção tem asistido muito tempo com as missas dos domingos e dias santos na dita capella, estando por pagar da mayor parte das esmollas dellas, e nos fes a petiçam incluza em que nos requer reprezentemos a Vossa Magestade o seu merecimento, o fazemos, pondo na prezença de Vossa Magestade a necessidade que há do dito capellão, e fundamento que tem o supplicante para a preferencia que pertende na dita capelania no cazo que Vossa Magestade por Sua Real grandeza e piedade se digne mandar estabelecer capelão para a dita capella*". No entanto, quando o Conselho Ultramarino deu parecer sobre esta matéria, favorável ao padre João Nunes de Bulhões, o mesmo já havia falecido. A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 18, Doc. 1455.

173 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 17, Doc. 1385. (DOC. 142)

A precariedade em que viviam foi relatada pela Regente da casa, Maria de Jesus, em 1754: "*nos achamos nesta pobre caza dezaseis molheres sem mais amparo que a Divina Providencia sem mais abrigo, que o nosso Parocho que nos dirige, e sem mais rendas, que algumas limitadas esmollas desta freguezia e por cujo motivo não podemos dar a forma devida a este recolhimento, e padesemos gravissimas necessidades e mizerias*". Por isso, vinham pedir ao rei D. José para favorecê-las com uma esmola, amparando-as para continuarem no "*caminho da virtude*".[174]

Ficou registrado que uma "*casa de pedra e cal*" foi iniciada para abrigar as recolhidas, mas por falta de recursos para continuidade das obras, novamente se dirigiram ao rei D. José, em 1771:

> "*Dizem a regente e mais recolhidas do Recolhimento da cidade da Parahiba do Norte, que a impulsos da vocação se acham congregadas, e vivendo como attestão os prelados em o Santo temor de Deos, rogando lhe pela conservação de Sua Magestade e dilatação de seus Estados, sustentandose das esmolas dos fieis, e suas custuras; e porque a caza da sua residencia he insufficiente para as acomodar e com as esmolas dos fieis hião principiando huma caza de pedra e cal, e se lhe intima não podem as supplicantes edificar a mesma caza de recolhimento sem licença de Vossa Magestade.*
>
> *Pedem humildemente a Vossa Magestade a graça de lhe conceder a referida licença para continuarem a caza de recolhimento, attendendo Vossa Magestade que este não so he conveniente para as chamadas de Jesus Christo, mas para todos os acontecimentos de mulheres cazadas, e solteiras, que ali se recolhem interinamente por ordem do governo e justiças em quanto se compoem as disençoens dos maridos, e as opoziçoens dos vadios com que inquietão as moças honestas*".[175]

Cumpria o recolhimento feminino a dupla função de amparar as mulheres convertidas e de recolher por determinação judicial as senhoras e moças vítimas de homens transgressores. Uma casa que reunia mulheres julgadas sob as leis de Deus e outras assistidas pelas leis dos homens. Desta forma, Igreja e Estado trabalhavam para impor ordem à sociedade.

Entretanto, em meio a estas mudanças, a cidade não dava as costas ao seu passado nem àquela edificação que fora a sua referência maior: a Igreja Matriz. Em 1734, os oficiais da Câmara denunciavam ao Reino que

---

174 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 17, Doc. 1385. (DOC. 142)

Noticiou Irineu Pinto que, em 1746, Frei Luís de Santa Tereza, Bispo da Diocese de Pernambuco, iniciou a edificação de uma casa para recolhimento de convertidas "no local onde se acha hoje o quartel da Rua do Fogo". Em princípios do século passado ainda existiam os paredões do dito edifício, sendo aproveitados pelo governador Antônio Caetano Pereira para edificação do mesmo quartel. Por este fato ficou aquela zona com o nome de *Convertidas*. Sendo esta iniciativa do Bispo de Pernambuco anterior às notícias da precariedade das instalações do recolhimento que existiu na cidade, fica a dúvida sobre a relação existente entre ambas as casas. PINTO, Irineu Ferreira - Op. cit. p. 150.

175 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 25, Doc. 1910. (DOC. 159)

"*se parou com a dita obra da capella mor*" da Matriz, arrematadas e principiadas em 1710, por não haver esmolas devido a impossibilidade dos seus moradores. Solicitavam que D. João V ordenasse a liberação de recursos para a conclusão da mesma "*obra de que tanto se necessita*".[176]

O provedor da Fazenda Real da Paraíba, Jorge Salter de Mendonça, apreciando a questão considerou que "*attendendo as grandiosas esmollas com que tem comcorrido estes moradores tanto para as obras do corpo da igreja como para a torre e cappella mor*" era altura do rei "*ser obrigado mandalla fazer por comta da sua Fazenda*", dando cumprimento a ordem emitida em 1710. Sobre o estado em que se encontrava a Matriz, relatou o provedor, estar acabada a torre e a capela-mor "*com a sua talha, faltando lhe só o forro do teto, e a meu ver a quarta parte do corpo da igreja e consertar os telhados, que se acham bastantemente aruinados*". Sendo assim, deveria o rei concorrer com o que faltasse para concluir essas obras e "*ordenar se faça a talha do altar do Invicto Mártir São Sebastiam*", por ser este o patrono do senado da Câmara.[177]

Enquanto isso não ocorria, o Reino contribuía para ornamentar a Igreja Matriz. A bordo do navio Nossa Senhora Madre Deus e Almas, chegou à cidade em 1738, "*Hum ornamento de damasco verde que consta de hum frontal de altar mor hua cazulla duas dialmaticas hum pluvial hum veo de ombros hum pano de estante hum pano de pulpito hua manga de cruz duas estollas tres manipulos hua bolça de corporais pala e veo de calix todos os ditos guarnecidos cujos ornamentos sam para a igreja matriz de Nossa Senhora das Neves*". Estas alfaias entregues ao Almoxarife deveriam ser um verdadeiro tesouro a enobrecer com ares metropolitanos uma capela-mor que ainda não tinha sua ornamentação concluída, por faltar dinheiro para "*se findar a obra de entalha e o mais que era necessario*".[178]

Notifica-se que no distante ano de 1662, havia o capitão-mor Matias de Albuquerque Maranhão respondido às ordens de D. Afonso VI sobre a reconstrução da Igreja Matriz da Paraíba, informando que o andamento das obras estava condicionado "*a possibilidade desta Praça*", ao "*cabedal deste povo*" e aos poucos recursos destinados pela Fazenda Real para

176 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 9, Doc. 755. (DOC. 106)

177 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 10, Doc. 792. (DOC. 112)

São Sebastião era o protetor de um dos seis altares laterais que possuía a Igreja Matriz, "*e se achavão os sinco já ornados com decencia e de entalha com as esmolas dos fieis, excepto, o do gloriozo Mártir*", cuja festa anual se celebrava na capela-mor da igreja devido "*a pouca decencia em que se achava o altar*" daquele santo. Em 1742, a Fazenda Real liberou a verba para a talha do altar de São Sebastião, mas dois anos depois diziam os oficiais da Câmara que na execução dessa obra viam "*tanta frouxidão que se não alcanssa nem ainda esperanssa algua de que se venha a fazer*". A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 11, Doc. 956. (DOC. 126) e A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 13, Doc. 1085.

178 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 10, Doc. 835. e I.H.G.P. - Doc. Coloniais Manuscritos - Ordens Régias - Liv. 04 - fl. 148. (DOC. 130)

aquela Igreja, ao qual referiu ser *"couza tão limitada"*.[179] Decorrido um século, em 1767, o vigário da Igreja Matriz, Antônio Soares Barbosa, lembrava ao rei D. José que havendo ele mandado dar três mil Cruzados da Fazenda Real para ajudar na conclusão da capela-mor daquela igreja, apenas uma pequena parcela daquele montante havia sido empregada na obra. Lembrava o vigário que sendo aquela Matriz *"da Real protessão de Vossa Magestade"*, em grande parte fora feita com esmolas do povo, pelo que ainda se encontrava a capela-mor por concluir, porque *"do tempo desta ordem até agora em que se tem para perto de 30 annos se não tem dado se não hua limitada porção, e por este motivo se acha a dita Cappella Mor por acabar sem o ornato divido, e com grande indecencia, tanto asim que o teto he de telha van, sem forro algu, as paredes ainda não estão rebocadas nem cayadas com a pedra a vista em soço alem de outras faltas e imperfeições, de que se não pode Celebrar os Officios Divinos com aquella decencia que deve ser"*.[180]

Enquanto a Matriz simbolizava a permanência do passado, é possível dizer que a dispersão da Igreja, aqui constatada através do percurso feito por todas as casas religiosas da cidade, demonstra uma sintonia com as mudanças sociais e políticas próprias da época. Sob o amparo de Deus chegavam à Paraíba os ecos da política centralizadora e reformista que caracterizou o Império português da segunda metade do século XVIII. Esta política que incidiu não só sobre as questões administrativas e econômicas, se revelou vigilante, também, sobre o comportamento da população, e reformista, pelas mudanças impostas no âmbito da cultura, da religião, da educação e da ordem social. Apesar das divergências que então ocorriam entre a Igreja e o Estado português, a ambas as esferas interessava ter o apoio da população, e ao mesmo tempo, manter a ordem da sociedade que crescia, de forma a preservar o poder desses dois "baluartes" que sempre estiveram na base da construção do Brasil colonial.

6.2.2. - As clivagens dos poderes públicos perante a alteração da estratégia: resistências à decadência.

Um observador que olhasse para a estrutura edificada da cidade na primeira metade do século XVIII, detectaria a permanência de muitos dos problemas e deficiências que a mesma apresentava desde a centúria anterior, particularmente, naqueles aspectos cuja resolução era pertinente à alçada do poder público e dependia de recursos dos seus cofres. Alguns

179 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 1, Doc. 49.(DOC. 23)

180 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 22, Doc. 1655. e A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 24, Doc. 1829. (DOC. 154)

fatores pesavam para a continuidade dessa imagem, muitos dos quais eram decorrentes das baixas cifras alcançadas pela economia da capitania.

Sendo o açúcar a principal fonte de arrecadação para os cofres públicos, diversos obstáculos dificultavam o crescimento da produção, os quais eram gerados pela conjuntura do mercado internacional, pelas mudanças na economia interna do Brasil e por circunstâncias locais, visto que entre as décadas de 1710 e 1720, as secas castigaram a região a ponto de apenas serem fabricadas 95 caixas de açúcar na Paraíba, no ano de 1731. Por tudo isso, faltava aos senhores de engenho capital para investir nas suas fábricas e na aquisição de mão-de-obra escrava, baixando ainda mais a produtividade.

Se as dificuldades econômicas pesavam sobre a capitania como um todo, outros problemas de ordem administrativa emperravam o desenvolvimento da cidade. Em 1729, o juiz ordinário da Paraíba escreveu a D. João V, justificando que a Câmara não fazia "*obra algua publica de fontes, pontes, e calçadas, de que tudo muito nececita, nem ainda de hua capelinha que Vossa Magestade mandou se fizesse, para os prezos ouvirem missa*", porque o capitão-mor detendo maior poder, ordenava aos oficiais da Fazenda Real para lhe entregar as verbas destinadas à Câmara para pagamento das referidas obras.[181] Portanto, havia divergências e objetivos distintos definidos por estas duas instâncias de poder atuantes sobre a cidade: a Câmara e o capitão-mor que mais diretamente representava a Coroa portuguesa, fato que implicava em um fracionamento dos parcos recursos arrecadados na capitania.

Nesse sistema, incluía-se a Fazenda Real da Paraíba a quem cabia administrar a economia, olhando sempre pelos interesses de Sua Majestade. Com esta, o poder local tinha também diferenças. Em 1736, os oficias da Câmara reclamaram que por lhes terem retirado o direito de arrecadação do contrato dos subsídios das carnes, que passou a ser administrado pela Fazenda Real, "*nunca se acode as obras nessesarias e consertos presizos*".[182] Desde 1731, documentos circulavam pedindo providências para evitar o arruinamento "*das fontes e ruas publicas, da cadeia e caza de assogue, e do porto ou caes do Varadouro*".[183]

Seria o resultado deste somatório de problemas que o observador da cidade veria refletido em algumas edificações, a começar pelas próprias sedes das referidas instâncias do poder. Estavam todos instalados com

181 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 10, Doc. 813.

A mesma reclamação foi apresentada em 1744. A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 7, Doc. 600.

182 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 13, Doc. 1085.

183 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 30, Doc. 2212. (DOC. 172)

precariedade. Em 1749, dos rendimentos da Fazenda Real eram feitas despesas para "*reparos na alfandega*" e cinco anos mais tarde, ordenava D. João V que fossem averiguados os recursos existentes na Fazenda Real para finalizar a construção de um cais "*que antigamente tinhão dado principio os officiaes da Câmera dessa cidade para se dezembarcarem as fazendas dos navios e barcos*", pois achava conveniente concluí-lo. Estava evidente a deficiências das estruturas edificadas para dar suporte à economia da capitania e ao sistema que a fiscalizava.[184]

Também estavam mal instalados os capitães-mores da Paraíba. Em 1733, o capitão Francisco Pedro de Mendonça Gorjão (1729-1734) solicitou resolução do Reino sobre a construção de uma nova casa, justificando: "*As cazas em que assistem os Governadores desta Capitania por informações e instancias dos Mestres dos officios de carpinteyros e pedreyros se achão tão arruinadas que ameação evidente perigo a seus habitadores, e como são muito velhas e as paredes feitas com cal, e barro, não permitem que se lhe faça o menor concerto sobre os muitos que se lhe tem feito*".[185] Até então, estes governantes continuavam, provavelmente, ocupando o antigo "*palácio*" que ficava próximo à Igreja Matriz e "*na rua, que vae d'este Palacio para o Carmo*".[186]

Apontava o capitão-mor que "*muita parte da Nobreza*" daquela capitania oferecia donativos para a construção dessa nova casa e o incentivava a dar princípio a obra por estarem convencidos do "*pouco custo, com que se lhe farão, porque huns concorrerão com donativos de dinheiro e outros com bois e carros para a condução dos materiaes; os senhores das mattas com as madeyras e muitos com seos escravos pra trabalharem*".[187] Diante do exposto, ordenou D. João V: "*mandeis fazer huma planta desta obra, e a mandareis pôr em lanços com assistencia do Provedor e Procurador da Fazenda; e me dareis conta do ultimo lanço*".[188]

Em cumprimento a esta ordem, respondeu o governador Pedro Monteiro de Macedo: "*se fes a planta que remeto, e se pôs em lanços, e não ouve the*

---

184 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 15, Doc. 1258. e I.H.G.P. - Doc. Coloniais Manuscritos - Ordens Régias - Liv. 05 - fl. 167. (DOC. 148)

Da folha de despesas feitas pela Fazenda Real da Paraíba, entre os anos de 1755/57, constam gastos com o "*aluguel do Armazém do Trem Real*". A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 18, Doc. 1454. e A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 20, Doc. 1539.

185 - A.H.U. - ACL_CU - Códice 260 - fl. 122v. (DOC. 104)

186 - A.P.E.P. - Período Colonial - Doc. Manuscritos - Sesmarias Liv. 6 106 - fl. 46v.-48.

Nesta carta de doação de lote na cidade, datada de 1719, lê-se: "*Carta de data de vinte e oito palmos de chãos para cazas na rua, que vae d'este Palacio para o Carmo*". Pela forma de expressar fica entendido que a mesma carta estava sendo lavrada a partir do mesmo palácio.

187 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 24, Doc. 1835. (DOC. 156)

188 - I.H.G.P. - Doc. Coloniais Manuscritos - Ordens Régias - Liv. 04 - fl. 13.

o prezente quem desse lanço algum". E esclarecia: "*todos desconfião dos pagamentos pella falta que padesse a fazenda*", acrescentando que por "*ser a terra muy pobre, e mizeravel*" não havia nenhum empreiteiro com capital para assumir uma obra orçada em 3500 cruzados.[189] Quanto aos donativos prometidos pela população, a crise no preço do açúcar fez com que todos recuassem em suas ofertas, e assim permaneceu o antigo "*palácio*" em ruína, obrigando os capitães-mores a residir em casas alugadas.

Por sua vez, os oficiais da Câmara não corriam menos riscos em sua sede, porque estavam "*muito arruinados os telhados, e madeiramentos da Caza da Câmera e da audiência que tudo estava cahindo*" e dos concertos apontados para a cadeia, em 1736, apenas havia sido reparada a escada que subia para a casa das audiências "*e se não fizera outra obra por falta de dinheiro*".[190]

Entre os anos de 1736 a 1755, a documentação de época registrou que, constantemente, fugiam os presos da cadeia, bastando para tanto pôr fogo no assoalho, "*como de prezente o tem feyto por duas vezes humas prezas, que no dito seguro se achão para que sahindo os prezos da enxovia possam unidos levar a porta do dito seguro, e fugirem*". Para evitar estas fugas era necessário que "*se unão as ditas vigas* [do assoalho] *para que se façam inpraticaveis semelhantes arombamentos, como tambem mandar re-forçar as grades da cadea por se fazerem com piquena fortaleza*".[191] Uma solução óbvia, mas tecnicamente complexa e inviável de ser custeada pela Câmara, privada dos rendimentos do contrato da carne. Os oficiais, em 1742, insistiam junto ao Reino que este direito lhes fosse restituído, para que pudessem executar os concertos necessários, tanto na cadeia quanto na Fonte de Tambiá.[192]

> "*Da mesma reedificaçam se necessita na fonte chamada do Tambiá que há nos arebaldes desta cidade e sem a qual se nam pode passar por se estar bebendo de hum charco exposto as immundicies de que nam pode deixar de rezultar perjuizo a estes moradores que nam duvido comcorram tambem com os seus escravos pella utillidade que se lhes segue*".[193]

---

189 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 24, Doc. 1835. (DOC. 156)

De um parecer que consta anexo a uma carta do capitão-mor Francisco Pedro de Mendonça Gorjão, datada de 1733, é possível retirar algumas informações sobre como seria executada, em pedra e cal, a nova casa para os governadores: "*O Doutor Provedor da Fazenda Real mande por em praça a factura das cazas, para asistirem os Governadores que Sua Magestade manda fazer de novo, as quaes hande ser feitas, na forma da planta junta, com a condição de se lhes dar, os desmanchos das cazas actuaes, e serem feitas as paredes, de pedra e cal, e as devizoens das cazas e repartimentos, escada, e portaes de pedra, e com estas declaraçoens, mandara thomar os lanços, de quem por menos a fizer, para se levantar. Paraiba, 7 de Julho de 1734*".

190 - I.H.G.P. - Doc. Coloniais Manuscritos - Ordens Régias - Liv. 04 - fl. 146.

191 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 10, Doc. 791. (DOC. 111) e A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 18, Doc. 1428. (DOC. 144)

192 - I.H.G.P. - Doc. Coloniais Manuscritos - Ordens Régias - Liv. 04 - fl. 146.

193 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 10, Doc. 791. (DOC. 111)

Em 1736, era esta a avaliação do provedor da Fazenda Real e dos oficiais da Câmara, mas até 1744, a crônica falta de recursos da Câmara e da Fazenda ainda retardava a "*redeificaçam da fonte do Tambiá tam necessaria aquelle povo*". Esta obra, da mesma forma que a da cadeia, "*jamais se podia por em execução nem ainda o principiaremse por não passar o rendimento certo que tem o dito Senado todos os annos de quarenta mil reis que não chegavão para pagamento do carcereiro da cadea e para as mais despezas annuaes*". Restava aguardar que a Fazenda Real entregasse para a Câmara a parte da "*aplicação do contrato das carnes*" destinada às obras públicas, o que nem sempre chegava.[194]

Ocorria que os rendimentos da Fazenda Real eram reduzidos, incertos e empregados para fins específicos. Dificilmente havia sobras que pudessem ser destinadas a novas finalidades ou para atender a imprevistos. Em 1749, do contrato das carnes era repassado para a Câmara "*dois coarteis deste contrato em cada hu anno*", empregados para o pagamento do Ouvidor e para as obras públicas. No entanto, "*por não chegar esta dita consignação das carnes para estas ditas despezas anuais e mais obras a que esta aplicada se não tem acabado a obra da Fonte do Tambiá, e nem a entalha do altar do Martir São Sebastião nem satisfeito ao Capellão dos prezos de que inssessantemente se queixão os officiais da Camara a Sua Magestade que manda se aplique todo o dinheiro que puder ser para estas obras*".[195]

Sobre os demais rendimentos da capitania, apontou o capitão-mor Antônio Borges da Fonseca (1745-1753) que a consignação dos direitos dos escravos não tinha "*rendimento certo, porque huns annos vay hua embarcação a Costa da Mina, outros duas, e outros nenhua*", e que a parte desta receita que cabia a Paraíba era gasta "*tanto para fortificaçoins como para Filhos da Folha*".[196] Por sua vez, da "*décima do açúcar*" era reduzido o lucro que se tirava, motivo pelo qual não estavam sendo feitas as obras do Cabedelo. Sendo o açúcar, nesta época, comercializado em exclusivo com o Reino, a falta de navios para o transporte do produto prejudicava a Paraíba, pois "*como com a frota de Pernambuco vem dessa Corte hum unico navio para este porto, que quando muito leva quatro centas caixas fabricandosse nesta terra commumente em cada hum anno mais de mil caixas de asucar*" era considerável a perda do açúcar produzido.[197]

Perante estas limitadas rendas disponíveis para cobrir todas as despesas da capitania, é compreensível que pouco se avançasse com as

194 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 13, Doc. 1060. (DOC. 133)

195 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 15, Doc. 1258.

196 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 15, Doc. 1258.

197 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 16, Doc. 1328. e A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 18, Doc. 1434.

obras públicas, mesmo aquelas mais essenciais como a Fonte do Tambiá, necessária para suprir o abastecimento de água à população. Tornava-se ainda mais difícil inserir neste limitado orçamento qualquer das novas edificações que há algum tempo a reestruturação da cidade e o crescimento da população vinham solicitando, a exemplo da construção de um quartel, como fora proposto pelo capitão-mor João da Maia da Gama, em 1710. Sobre esta questão voltava a ser comunicado o Reino, em 1735:

> *"Diz o Sargento Mayor da cidade da Parahiba que naquella praça estando duas companhias de guarnição de 40 homens cada hua os quaes por não terem quarteis asistem cada hum em sua caza que por serem em distancias não acodem com a prontidão devida nas occazioes precizas, e porque isto he contrario a deciplina millitar pois os soldados devem estar promptos a qualquer hora e occazião do serviço de Vossa Magestade o que será tendo quarteis em que assistão como se pratica neste Reino e nas mais partes da America sendo que a construção dos ditos quarteis poderá ser commoda fabricando se de taypa como são a mayor parte das cazas da dita cidade.*
>
> *Pede a Vossa Magestade lhe faça mercê mandar para o aquartelamento das ditas companhias se fação quarteis em que possão assistir na forma do estillo".*[198]

Ainda não era altura da cidade ter este benefício e como alternativa a esta proposta, por esta época estavam em construção os quartéis do Forte do Cabedelo, viabilizando suprir tal necessidade utilizando recursos já destinados àquela fortificação. Mas outras solicitações acabavam por obrigar o poder régio a ceder e abrir os seus cofres, uma vez que colocavam em jogo as obrigações que tinha enquanto "protetor e senhor" dos seus colonos.

Em 1754, comunicavam os irmãos da Santa Casa da Misericórdia da Paraíba que motivados pelo crescimento da população e pelo número de pessoas que morriam a falta de assistência médica conveniente, haviam eles decidido que "*se reedificasse*" o hospital da irmandade destruído desde o tempo dos holandeses, "*e com effeyto se lhe deu principio estando já parte das paredes levantadas e pedra pronta para a mais obra*".[199] No

198 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 9, Doc. 775. (DOC. 108)

199 - Em 1744, os irmãos da Misericórdia reclamavam a D. João V que estavam empobrecidos, pois embora a irmandade tivesse um bom patrimônio em bens de raiz doado pelo seu fundador, Duarte Gomes da Silveira, não havia como conhecer judicialmente esses bens, porque haviam desaparecido os seus livros do tombo. Diante dessa situação, as obras necessárias na igreja da Irmandade tardavam, e somente "*a quatro pera sinco annos que pera ella tem olhado os provedores da ditta Caza fazendo a reedifiquar, e de prezente se esta fabricando a capella mayor da igreja*". Mas como esta "*reedificação, he alem das forças do Provedor, que nos promette findar este anno*", os irmãos da Misericórdia solicitaram ao rei D. João V que lhes fizesse a doação do "*paramento do altar mor, e dos dous collateraes*". A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 13, Doc. 1094. (DOC. 135)

entanto, para a continuidade da mesma, solicitavam ajuda à metrópole, pois "*esta obra he de custo, o rendimento nenhu e as esmollas menos, e não pode suprir com tudo os nossos impossebilitados*". E por ser o rei "*protector desta Sancta caza e Senhor nosso*", achavam os irmãos da Misericórdia que o soberano lhes devia dar "*hua esmolla para esta meritoria obra, a qual tambem he de grande utilidade para a infantaria que experimenta a mesma calamidade*".[200]

Confirmou o "*medico do partido desta Capitania e suas infantarias*" que a reconstrução do hospital era uma obra de mérito "*para conservação das vidas e remedios de tantos pobrez*", beneficiando toda a população e os soldados da infantaria.[201] O capitão-mor Luís Antônio de Lemos de Brito (1753-1757), analisando a questão em favor da população, mas principalmente do rei a quem servia, apresentou a seguinte proposta para viabilizar a edificação do hospital da Misericórdia:

> "*O Provedor e maiz Irmãos da Santa Caza da Mizericordia desta cidade reprezentão a Vossa Magestade a precizão que há de hospital que seja admenistrado pella mesma Irmandade para nelle se curarem os pobres paizanos, e soldados desta guarnição (...) e por saber que em Pernambuco se curão os soldados no hospital da Mizericordia ficando pertencendo aquella Santa Caza os soldos que vencem os soldados doentes desde o dia que entrão athe que sahem, como consta do traslado da certidão da vedoria daquelle governo me pareceo dar esta conta a Vossa Magestade para satisfazer ao capitullo sexto do regimento dos governadores, em que Vossa Magestade recomenda tenhamos particular cuidado das Cazas de Mizericordia e hospitaes que houver nas nossas respectivas capitanias*".[202]

Solicitou D. José que o capitão-mor averiguasse quais seriam os meios necessários para construção e manutenção daquele hospital, pelo que respondeu estar avaliado em um conto de réis o "*orsamento da obra ou do que emportaria o complemento, por ter já principio*". E para seu sustento necessitaria de uma esmola de "*treze mil setecentos e cincoenta reiz cada*

---

200 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 18, Doc. 1437. (DOC. 146)

Em 1755, os irmãos da Misericórdia voltaram a tratar das dificuldades financeiras que enfrentavam, porque "*desde o tempo da invazão do olandez ficou esta Sancta Caza tão destrohida*", por ter sido usurpado grande parte do seu patrimônio, se reduzindo o mesmo aos "*foros de algunz citios de terras, e cazas*", suprindo maior parte das despesas daquela casa, as esmolas dos irmãos. I.H.G.P. - Doc. Coloniais Manuscritos - Ordens Régias - Liv. 05 - fl. 133.

201 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 18, Doc. 1456.

Contém o documento: "*Jozé Diaz Tourinho medico do partido desta Capitania e suas infantarias por ordem de Sua Magestade etc. Certifico que pella summa pobreza que há nesta cidade e Capitania, tem morrido numero de pessoas a necessidade por falta de sustento e medicamentos, e tratamento de que caressem os enfermos, e a mesma necessidade padecem as enfantarias, pella multidam de gente della viverem sem acommodação de hospital para conservação das vidas e remedios de tantos pobrez que mizeravelmente passam sem remedio de que vem a morrer, o que juro aos Sanctos Evangelhos. Parayba 8 de março de 1754*".

202 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 18, Doc. 1437. (DOC. 146)

mez, á proporção do hospital de Olinda; e que o pão de munição que em Pernambuco fica na Real Fazenda que fique pertencendo a este hospital atendendo a pobreza delle; e que o medico e o cirurgião sejão obrigados a asestir aos doentes no mesmo hospital porque ambos tem ja partido de Vossa Magestade". Este era o modo que via para a conclusão e subsistência daquela casa.[203]

Decidiu o rei dar "*outo centos mil reis de ajuda de custo por hua vez somente para se acabar o edificio*", obrigando-se a Santa Casa a tratar dos soldados na forma como se praticava no hospital de Pernambuco.[204] Fazendo-se aliado à iniciativa da irmandade, D. José promovia a assistência de que precisava a população da Paraíba sem disponibilizar de uma maior contribuição dos seus cofres, fator fundamental naquele tempo de crise e contenção de despesas que marcou o início do seu reinado. Em Julho de 1765, o provedor da Paraíba, Manuel Martins Grangeiro informou a D. José:

> "*Aos dous do prezente mes dia da vizitação de Santa Izabel, se deu principio a entrada dos pobres para o novo Hospital Invocação Santa Anna, devendo a Vossa Magestade Fidelissima a perfeição desta obra tam pia que se finalizou com os oito centos mil Reis que Vossa Magestade Fidelissima foi servido mandar dar de ajuda de custo pela Sua Real Grandeza e Summa piedade*".[205]

Ao que tudo indica, a cidade da Paraíba, em meados do século XVIII, voltou a reunir um número de moradores que justificou a reconstrução do hospital da Misericórdia, o qual permanecera em ruína desde o tempo dos holandeses. Entretanto, a consolidação das estruturas edificadas da cidade estava ocorrendo em um momento de crise econômica, no Reino e na colônia, que em muito impediu que a mesma prosperasse. Nesse momento, a Paraíba com sua inexpressiva produção açucareira, estava à margem dos interesses do governo português, e pouca atenção recebia, vivendo em uma condição bem distinta daquela que justificou, no século XVI, os investimentos feitos para sua fundação e construção.

Sendo a agricultura e o comércio a base da economia da capitania, as circunstâncias daquele momento em nada estavam favoráveis à Paraíba. Este relato de época demonstra as dificuldades enfrentadas para manter a produtividade dos engenhos de açúcar e a falta de meios para prover os gêneros alimentícios necessários à população:

---

203 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 18, Doc. 1437. (DOC. 146)

204 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 18, Doc. 1456. e I.H.G.P. - Doc. Coloniais Manuscritos - Ordens Régias - Liv. 05 - fl. 164.

Informação confirmada por PINTO, Irineu Ferreira - Op. cit. p. 157.

205 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 23, Doc. 1763. (DOC. 153)

> *"Os generos comestiveis da primeira subsistencia que produs a terra nunca chegão para a sustentação dos seus habitantes; e quando não seja o motivo a má qualidade do terreno como elles dizem não pode deichar de ser pella falta de escravos para a sua cultura. Pois hé serto que havendo na Paraiba, vinte e dois engenhos de asucar, que hé o genero que mais lhe athraé o seu cuidado; produzirão em outro tempo dobrado do que rendem actualmente; e a rezão hé por não terem os senhores delles o nomero competente de escravos de que cada hum necessita, e deste modo não lhe restão trabalhadores que possão determinar a outro emprego, e o mais que fazem, e podem fazer, hé somente beneficiar aquella porção de terra meramente preciza para a subsistencia propria, e dos escravos".*[206]

Quanto ao comércio, as dificuldades enfrentadas, em grande parte, eram decorrentes da decisão régia de proibir o embarque do açúcar produzido na Paraíba através do porto de Pernambuco. No entanto, esta restrição imposta por D. João V, em 1722, com o intuito de proteger a economia paraibana, acabou por ter um resultado contrário ao esperado, porque poucos navios iam à Paraíba, não havendo o escoamento da produção local nem o abastecimento dos gêneros necessárias à população. Como conseqüência, os mercadores da cidade *"para fornicimento das suas logeas"*, íam se abastecer em Pernambuco levando para lá o pouco dinheiro que havia em circulação na Paraíba.[207]

Portanto, estava a economia da capitania em grande estagnação e sem perspectivas de recuperação, quando D. José decidiu extinguir o governo da Paraíba, em 1756, justificando tal medida como uma forma de

---

206 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 20, Doc. 1578.

207 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 16, Doc. 1337.

Anexo a este documento encontra-se a provisão real, datada de 24 de Outubro de 1722, na qual são apontados os motivos pelos quais o comércio com Pernambuco não era autorizado: *"Me pareceo dizervos não tem logar deferirce a esta vossa reprezentação por que se se vos permitice esta licença de poderes transportar os asucares que se fabricão ali pera Pernambuco seria este o meyo de se fechar esse porto e não haver nenhum navio que quizece hir a elle faltandolhe carga, e por este meio vos seria mais sencivel este damno sendo o maior que os generos que vos focem necessarios pera uzo destes povos os compratiez por muito maior valor".*

A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 20, Doc. 1578.

Em carta de 1757, enviada pelo governador da Paraíba, Luís Antônio de Lemos de Brito, ao rei D. José, lê-se: *"Os generos, que produs a Cappitania da Paraiba, e servem ao comercio são, asucar, couros, e paó Brazil, dos quaes por ordem de Vossa Magestade hé prohibida a extração de huns para outros portos, porque estes são os que fazem a carga dos navios, que os devem transportar a este Reyno em cada hua das frotas"*

A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 16, Doc. 1328.

Sobre a saída do dinheiro em circulação na Paraíba, através dos mercadores, esclareceram os oficiais da Câmara, em 1752: *"como lhes hé prohibido transportarem os effeitos da terra, levão o dinheiro della para comprarem fazendas, e isto fazem varias vezes no anno do que tem rezultado estar esta terra muita falta de dinheiro porque não há negocio algum, pello qual entra nella dinheiro, sendo continua a distração delle"*. Ver tb. A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 18, Doc. 1434.

conter gastos para a Fazenda Real e como parte do seu projeto de centralizar em capitanias-gerais a administração de outras de menor porte. Esta decisão, atingiu a Paraíba sob todos os aspectos, pois perdia a autonomia administrativa e econômica que tivera desde a sua criação, mas principalmente, feria os brios de um povo que sempre se orgulhou de prestar vassalagen apenas a Sua Majestade.[208]

Submetida às decisões dos governadores de Pernambuco, entre 1756 e 1799, a Paraíba vai viver uma outra fase difícil, a qual ficou cravada na imagem de ruína que a cidade apresentava, salvo iniciativas pontuais que não dependiam da intervenção do poder público. Administrativamente, esta subordinação restringia o acesso da capitania ao poder central, emperrando decisões e ações que se arrastavam indefinidamente. Economicamente, cabendo à Junta da Fazenda de Pernambuco toda a distribuição de verbas, ficava ainda mais reduzida a possibilidade de investimento em obras públicas na Paraíba. Nessas condições, a decadência da cidade chegou a ponto de despertar, em 1789, o seguinte comentário:

> *"parese extranho axar-se aquella cidade com a fonte publica, e outras agoas, que servem ao uso comum perdidas, com as ruas descalçadas e escavadas, com a cadeia encapas de se lhe meterem homens, sem caza de asougue publico, e com o porto quazi emtupido considerando comtudo, que as ditas ruinas são de qualidade, que tendem a fazer mizeravel e despovoada aquella terra".*[209]

A rainha D. Maria I, ordenou providências para remediar tal situação *"a fim de que o aumento da ruina não faça depois mais importantes os reparos com prejuízo da Fazenda Real"*, devendo a Junta da Fazenda de Pernambuco ter *"hum particular cuidado em saber do estado e progresso daquellas obras, sem dar de tudo conta pelo Real Erário, evitando o*

---

208 - Perante tal decisão, os oficiais da Câmara em carta enviada a D. José, em Maio de 1756, alegaram que a mesma não representaria uma significativa economia de recursos. No entanto, através da documentação da época, é possível detectar que era cada vez maior o número dos "filhos da folha" da Fazenda Real da Paraíba. Se este argumento não era fundamental para a extinção do governo autônomo da Paraíba, provavelmente, teve também o seu peso. A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 19, Doc. 1495.

Entre os anos de 1755 e 1757, foram identificados os seguintes gastos feitos através da Fazenda Real. Pagamento de pessoal administrativo: Coronel General, Provedor da Fazenda Real, Escrivão da Fazenda Real, Almoxarife e recebedor da Dizima, Oficial dos Contos, Escrivão da abertura da Alfândega, Meirinho do mar e execuções, Escrivão das execuções e guarda livros da casa dos contos, Ouvidor Geral, Senado da Câmara, porteiro das Audiências, médico. Gastos com a Igreja: Vigário da Matriz, Vigário de Mamanguape, Religiosos Capuchos do Convento de Santo Antônio, Religiosos de Nossa Senhora do Carmo, dois missionários clérigos, três missionários da Reforma do Carmo. Pagamento de militares: Capelão da Fortaleza do Cabedelo, Sargento mor das Ordenanças, Armeiro, Limpador das armas, Ajudante apontador da Fortaleza do Cabedelo. A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 18, Doc. 1454. e A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 20, Doc. 1539.

209 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 30, Doc. 2212. (DOC. 172)

descuido, a inércia e falta de zelo que se notão quanto ao passado, de que se não dão razons que concludentes sejão".[210]

As razões para aquela ruína, bem as conhecia Jerônimo José de Melo e Castro (1764-1797), que governou a Paraíba durante mais de trinta anos, sob a sujeição de Pernambuco. Em 1773, este governador despachou um ofício referente à excução de obras na cadeia da cidade, dizendo:

> *"Pelo Conselho Ultramarino expedio Sua Magestade huma ordem para o acrescentamento da cadeia desta cidade, reparação da existente e socorrer a consternação dos prezos, que partecipando das infectadas paredes da mesma cadeia vão exalando a vida huns tisicos, outros ipiematicos.*
>
> *As minhas instancias, nem ainda as dos Ministros tem podido mover a Junta do Erario de Pernambuco para a executar, porque de longe se não chega a ver o lastimoso objeto dos mizeraveis prezos".*[211]

O governador solicitava ao destinatário desta correspondência, o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, que levasse a questão à presença do rei, para que fossem tomadas as medidas cabíveis perante a *"ponderável consternação"* em que se encontravam os presos na cadeia da cidade.

Antecedendo esta correspondência, em 1770, havia Jerônimo José de Melo e Castro recebido ordem para executar obras na cadeia. Para tanto, deveria mandar *"tirar uma planta della, e pola a lanços, dando conta do mais baixo, e seguro que houver"*, tendo atenção *"não só a brevidade da informação, como a pronta execução das providencias ja recomendadas".*[212] Apesar da brevidade reclamada, dois anos depois, o governador comunicou ao reino que estavam paralisados os consertos da cadeia, embora estes fossem urgentes *"porque huma das janelas da cadeia por onde respiravão"* os presos havia se fechado por falta de reparo.[213]

Em 1776, continuava o edifício em *"estado lastimoso"*, morrendo muitos presos de tuberculose, o que representava um risco para o bem estar de toda a população da cidade, porque *"sendo este mal tão pegadiço, e estando a cadea no coração da cidade com cazas propinquas, e conjuntas receão os moradores não passe a estas, conceguintemente a outras, e por isso Vossa Magestade como tão pio, e tão mizericordiozo, refletindo nesta tão justa reprezentação permitirá a sua reforma, e maior acrescentamento"*, obra que já aguardava execução há longo tempo.[214] Ao mesmo tempo,

---

210 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 30, Doc. 2212. (DOC. 172)

211 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 25, Doc. 1946. (DOC. 161)

212 - I.H.G.P. - Doc. Coloniais Manuscritos - Ordens Régias - Liv. 07 - fl. 6.

213 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 25, Doc. 1921. (DOC. 160) e I.H.G.P. - Doc. Coloniais Manuscritos - Ordens Régias - Liv. 07 - fl. 89.

214 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 25, Doc. 1976. (DOC. 157)

Jerônimo José de Melo e Castro justificou, que apesar da ordem que tinha para intervir na cadeia, se via impossibilitado de cumprí-la *"por que dependem todas as providencias da determinação do meu General"*, assim se referindo ironicamente à dependência que tinha do governo de Pernambuco, situação que não lhe dava margem a decisões e ações próprias.[215]

Somente em 1782, a *"Junta da Administração e arrecadação da Real Fazenda de Pernambuco, em virtude das Reaes ordens que lhe forão derigidas"* mandou dar princípio *"á construção das obras públicas, como fossem cadea, fontes, asougue, caes do Varadouro, e as mais que indispensavelmente se fazião necessarias, pelo contagio de hua, e total deterioração de todas, pela despeza da Real Fazenda"*.[216] Mas em 1789, como já referido, continuava *"a cadeia encapas de se lhe meterem homens"*.

Estando a Paraíba governada sob uma total limitação de ações, tudo leva a crer que o poder local adotou estratégias no sentido de não permitir que a capitania caísse no esquecimento frente ao poder metropolitano. Assim induz a pensar as correspondências trocadas entre Jerônimo José de Melo e Castro e o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, o seu primo Martinho de Melo e Castro, bem como as cartas emitidas pelos oficias da Câmara. Ao que parece, esta estratégia seguia duas vertentes: a primeira, tinha por meta exaltar o rei através de festas ou solenidades, sempre demonstrando que os paraibanos continuavam a ser leais ao soberano. A segunda, consistia em trabalhar para construir uma "imagem" para a cidade da Paraíba que demonstrasse alguma prosperidade, e o discurso dos governantes começou a ser pontuado pela idéia de *"aformosear"* as *"perpectivas urbanas"*. Em meio a decadência em que a mesma se encontrava, dar-lhe um aspecto de prosperidade era uma forma de resgatar alguma credibilidade perante o Reino e abrir caminho para reaver a autonomia da capitania.

Seguindo essa estratégia, em 1781, Jerônimo José de Melo e Castro fez lembrar ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, que na Paraíba a pessoa do rei sempre era reverenciada. Escreveu:

> *"Assim que tomei posse deste governo tratei de inspirar a todos o amor, respeito e fidelidade que devião ter a suberana Magestade, e para*

215 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 25, Doc. 1978.

216 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 28, Doc. 2112.

Em total deterioração estava também o prédio da Alfândega. Por determinação do provedor da Fazenda Real, em 1763, foram arrematadas as obras de *"pedreiro e carapina"*, que eram *"perciza e necessária"* por estar *"a Alfandega amiaçando perigo evidente"*. Em 1781, novamente o provedor da Paraíba mandou *"reparar a ruina da Alfandega della, de jornaes por conta da mesma Real Fazenda por não haver quem arematasse, aremendandose os buracos do subrado, e mettendose alguas taboas e traves novas, consertandose as raichas da parede da frente, e reparando o oitam da parte do mar"*. A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 22, Doc. 1691. (DOC. 151) e A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 27, Doc. 2096.

que huma grande parte de nacionaes fosse instruida e animada com o exemplo, introduzi vir nos annos de Sua Magestade a camara, nobreza e prelados á sala deste governo aplaudirem os annos de Sua Magestade donde sahia com elles a assistir á missa, e de noute ao Te Deum que fazia celebrar na Igreja da Mizericordia, em acção de graças a Deos por nos conservar, e prosperar a precioza vida de Sua Magestade, e nesta pratica se conservão ha dezasete para desouto annos, que os governo".[217]

Por sua vez, os oficiais da Câmara informavam que o monarca também era o alvo das atenções nas festas que celebravam os dias do Patrocínio de Nossa Senhora e de São Francisco de Borja. Por decreto régio, D. José havia instituído que todos os prelados do Reino e domínios ultramarinos festejassem esses dois dias como forma de agradecer o "*especial favor que esta Soberana Senhora, e o mesmo Sancto fizerão a este Reino em livrar illeza a Real pessoa de Vossa Magestade inda do mais leve prejuizo, e a toda a Real familia do terremoto do 1° de novembro de 1755*".[218]

Para estas festas, em nada contribuía a Fazenda Real, cumprindo determinação do próprio D. José. Mesmo assim, havia obediência na realização das mesmas, e isto chegava aos ouvidos do rei, enfatizando o empenho dos religiosos e a assitência dos oficiais da Câmara para atender a vontade de Sua Majestade.[219] Em 1759, os oficiais da Câmara informavam sobre a realização dessas duas festas a que estavam obrigados, dizendo:

"*Nesta materia certeficamos a Vossa Magestade que o Parocho desta cidade, sempre tem feito a dita procição no dia do Patrocinio de Nossa Senhora, sem que lhe pedice nem esta Camera concorrese com algua despeza. Os Padres da Companhia, tão bem ja fizerão a festa de São Francisco de Borja, e estão promptos para sempre fazella, sem nenhua duvida; e a todas estas funções tem asistido, e ha de asistir a Camera com o mayor zello e*

217 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 27, Doc. 2091.

A "política de festas" que foi desenvolvida por D. João V teve continuidade no reinado de D. José. Assim, as festas eram promovidas "para marcar desde o nascimento à morte os acontecimentos relacionados com a Família Real". FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. - *O Porto no tempo dos Almadas*... Op. cit. p. 9. Ver tb. FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. - A Festa Barroca no Porto ao serviço da Família Real na segunda metade do século XVIII - subsídios para o seu estudo. *Revista da Faculdade de Letras*. II Série. Vol. V. Porto, 1988. p. 9-67.

218 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 20, Doc. 1538. e A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 20, Doc. 1552.

Nesta época, continuavam sendo celebradas as festas de São Sebastião e do Corpo de Deus, há muito tempo instituídas. A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 16, Doc. 1327.

219 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 20, Doc. 1566. e A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 21, Doc. 1611.

Estabeleceu D. José que para a festa de Nossa Senhora, "*a despeza da cera*" deveria ser feita pela Igreja Matriz, onde a mesma se realizava. "*Para a festa de Sam Francisco de Borja, tão bem não deve a Camera concorrer, mais que com a sua asistencia, sem despender couza algua, hindo sem falta a Igreja do Collegio da Companhia asistir a missa que se disser na mesma Igreja com a solenidade que aos Padres parecer, sem embargo de não haver a Imagem do Sancto, quando não haja quem por devoção a queira fazer*".

com o mayor cuidado, sem nenhum emolumento, por que todos dezejão observar as ordens de Vossa Magestade com a mays fiel obediencia".[220]

Quanto a intenção de criar uma "imagem" de prosperidade para a cidade, esta vai ter como caso exemplar a proposta de construir uma nova casa para os governadores da Paraíba, idéia retomada por Jerônimo José de Melo e Castro, que certamente, também desejava com esta edificação alimentar a auto estima de um governador sem poder de mando.

Durante todo o século XVIII, foram diversas as propostas para construção de um "palácio" para os governadores, porém, considerou Jerônimo José de Melo e Castro, em 1768, que seus antecessores haviam descuidado da questão em prejuízo da Fazenda Real que ficava obrigada ao pagamento de casa alugada para este fim, sem que houvesse na cidade uma com a *"comodidade proporcionada ao lugar e os governadores que servem a Vossa Magestade".*[221]

Devido as diversas propostas anteriores para a construção de uma casa para os governadores da Paraíba, sendo apresentados vários projetos e orçamentos sem que a obra nunca fosse executada, a mesma era vista com desconfiança pelo poder metropolitano.[222] Já em 1746, um conselheiro do

---

220 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 21, Doc. 1611.

Através do decreto que criou essas festas, também determinou D. José: *"Hey por bem ordenar que todas as Camaras deste Reyno, e dos Dominios Ultramarinos da minha Coroa, acompanhe as sobreditas prociçoens, na mesma forma com que costumão asistir em funçoens semelhentes".* A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 20, Doc. 1576.

221 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 24, Doc. 1835. (DOC. 156)

222 - Sobre as propostas anteriores para a construção de uma casa para os governadores, há as seguintes referências.

1735 - Ordem de D. João V para que fosse novamente remetida ao Reino a planta da casa dos governadores executada, *"porquanto esta se não recebeo, e juntamente hum orsamento do que poderá importar esta obra".* I.H.G.P. - Doc. Coloniais Manuscritos - Ordens Régias - Liv. 04 - fl. 32. (DOC. 110)

1737 - Carta de D. João V informando sobre o recebimento da planta *"que fes o enginheiro dessa praça"* para a casa dos governadores e seu orçamento que importaria em cinco mil e quinhentos Cruzados. Acrescentava: *"Me pareceo dizervos, que por se reconhecer, que a planta que remetestes se não acha conforme as regras da Arquictetura Civil, se mandou fazer a planta, que novamente se vos remete, para que na conformidade della, mandeis fazer hum orsamento de tudo, o que poderá custar esta obra, mandando por editais para ella se arematar, dando me conta do ultimo lanso que houver, por quanto de jornal, se não deve fazer esta obra".* I.H.G.P. - Doc. Coloniais Manuscritos - Ordens Régias - Liv. 04 - fl. 71. (DOC. 117)

1738 - Carta de D João V ao capitão-mor da Paraíba, Pedro Monteiro de Macedo: *"Me pareceo dizervos que ao Provedor da Fazenda Real dessa mesma Cappitania ordeno faça pagar pela mesma Provedoria os quarenta mil reis do aluguer das cazas, em que prezentemente assisty, enquanto se não toma a ultima rezolução sobre a factura das novas cazas".* I.H.G.P. - Doc. Coloniais Manuscritos - Ordens Régias - Liv. 04 - fl. 77.

1738 - Informou Pedro Monteiro de Macedo que o engenheiro Luís Xavier Bernardo, com base no projeto executado no Reino, havia feito *"o orsamento do custo a que podia chegar a dita obra, e asentou que custaria com pouca diferença sete mil cruzados, porque lhe acresseu mayor fabrica que a que continha a planta que remeteu para o Conselho".* A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 24, Doc. 1835. (DOC. 156)

rei levantou dúvidas quanto a construção dessa casa, dizendo: "*Sempre me parece necessario mandar se informar o Governador e Provedor da Fazenda sobre a necessidade desta obra porque depois da conta do governador Francisco Pedro* [1728-1734] *tem passado mais de doze annos sem se falar nella do que infiro que não deve ser tão perciza como na mesma conta se dizia*".[223]

A primeira tentativa de Jerônimo José de Melo e Castro para erguer uma sede própria para o seu governo, em 1768, foi frustrada sob uma alegação que bem demonstrava a pouca importância dada a esta questão na realidade da colônia. Disse o Conselho Ultramarino em seu parecer:

> "*Porque só não havendo cazas de aluguer em que os governadores assistão com a decencia de vida, hé que se lhe deverão logo mandar fazer proprias; mas não porque assim o pessa a utilidade da Fazenda Real que me parece impossivel que na obra faça dezembolço, que não seja excessivamente mayor que o que corresponde ao de 40 mil reis, que hé o que creio fará ainda cada anno nesses alugueres*".[224]

Por sua vez, em 1775, o provedor da Fazenda Real da Paraíba apresentou à Junta de Pernambuco a necessidade que havia na cidade de "*hua Caza de Contos, pela insuficiencia da em que existia a contadoria para as funções respectivas a mesma Real Fazenda, e guarda dos cofres*". Apontou como lugar mais conveniente para esta casa "*os chãos da Rua Direita frente a praça e cadeia*", por considerá-los "*os milhores que havia em toda essa cidade pela a ária e terrreno, e puder ser feita com as comodidades que ponderou*".[225]

Na altura, foram apresentadas alternativas para erguer a casa dos contos "*junto ao palácio velho, em terreno próprio*", próximo à Igreja Matriz, ou a instalar no "*ciminario do Colégio* [dos jesuítas] *por nececitar unicamente de madeiras, e alguas pedras mais*". Estas duas propostas implicavam em redução de gastos para a Fazenda Real, mas o aproveitamento da estrutura já existente do seminário foi uma idéia descartada por ser este um edifício de "*diferente natureza*", não se adequando ao novo uso.[226] Também foi revogada a ordem da Junta de Pernambuco para arrematação dos "*terrenos próprios do Palácio Velho*", que estavam sendo destinados à casa

---

223 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 14, Doc. 1151.

O capitão-mor Antônio Borges da Fonseca apresentou os resultados da arrematação da obra da casa dos governadores o qual importava em "*quinze mil Cruzados, por ter lançado Domingos Baptista Sirqueira dez mil Cruzados em toda a obra que toca ao officio de pedreyro, e Bernardo Martins, sinco mil Cruzados em tudo o que pertense ao officio de carapina*".

224 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 24, Doc. 1835. (DOC. 156)

225 - A.P.E.P. - Período Colonial - Cx. 001. (DOC. 163)

226 - A.P.E.P. - Período Colonial - Cx. 001. (DOC. 163)

dos contos, entretanto, deveria ser aproveitada "*toda a pedra e mais materiais dispersos que nele houver para a nova que se manda edificar dos contos*".[227] Decidiu a Junta de Pernambuco autorizar a construção da Casa dos Contos no Largo da Câmara, expedindo ordem ao provedor da Paraíba para adquirir o terreno e dar início às obras.[228]

Em 1776, Jerônimo José de Melo e Castro discordando da decisão de construir a casa dos contos, denunciou ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, ser inadmissível o gasto feito com aquela obra, enquanto o Forte do Cabedelo se encontrava reduzido "*a hum estado quase inútil*", porque até mesmo pequenos reparos estavam condicionados às ordens da Junta de Pernambuco, o mesmo ocorrendo com a reconstrução da cadeia, requerida desde 1769. Disse o governador paraibano:

> "*Mandouse fazer hum sumptuozo Erario de que se não necessitava como de reparar a fortaleza, correu a obra delle pela determinação de hum Provedor filho da terra, sem o zelo que devem ter os operarios de semelhantes obras por que não permetio a Junta de Pernambuco que eu tivesse intendencia na mesma obra e assim se da a obra a quem quer o*

---

227 - A.P.E.P. - Período Colonial - Cx. 001. (DOC. 164)

Na documentação consultada, constam diversas referências a existências de uma casa dos contos da Paraíba. No entanto, as informações não permitem concluir onde a mesma se situava, nem qual era sua real condição de instalação.

1744 - Situa-se a existência da "*Caza dos contos por esta se achar contigua a caza do governador desta Cappitania*". Observa-se que nesta época o antigo "palácio" dos governadores junto a Igreja Matriz estava em ruína e os mesmos residiam em casas alugadas na cidade. I.H.G.P. - Doc. Coloniais Manuscritos - Ordens Régias - Liv. 05 - fl. 13.

1746/47 - Em provisão, referia-se D. João V que o provedor da Fazenda Real da Paraíba, discordava de "*pagarce cada anno vinte mil reis aos Almoxarifes de aluger das cazas, para terem nellas o trem; porque mistico com a caza dos contos, está sobre si hum armazem meo, onde muyto bem cabem, todos os petrexos, estando nelle a mayor parte, e que com o que se faz de gasto com os taes alugueis em seis annos, ou menos, se levanta de sobrado a tal caza de contos, virão a ficar todas as loges para armazem sobre si, com muyta largueza, e caza de contos mais capaz do que he hua loge, para nella poderem estar com segurança os cofres, e se não andarem fazendo mudanças delles a cada paço, ficando mais decorozo, ir o Provedor a caza dos contos, quando se tira, ou mete dinheyro nos cofres, do que andar a ir as cazas dos almoxarifes todas as vezes, que he necessario*". A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 14, Doc. 1218. (DOC. 137) e I.H.G.P. - Doc. Coloniais Manuscritos - Ordens Régias - Liv. 05 - fl. 23.

1747 - O governador Antônio Borges da Fonseca considerou não ser "*conveniente que se faça esta obra; asim pello pequeno terreno, e má situação em que estão estas cazas, como porque os officiais de carpinteyro, e pedreyro a orção com muyto mais, do que supunha o Provedor da Fazenda*". Fez referência que a antiga casa de residência dos governadores "*estão em terra*" e apresentou a hipótese de colocar a casa dos contos no andar térreo da nova casa dos governadores que estava sendo proposta, onde "*se pode fazer decente caza de contos em hum dos quartos baixos das ditas cazas, ficando com a goarda, que nellas costuma haver, mais seguros os cofres da Fazenda de Vossa Magestade*". Observa-se que a casa para os governadores então proposta, não foi executada. A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 14, Doc. 1218. (DOC. 137)

228 - Segundo Irineu Pinto, por ordem da Junta da Fazenda de Pernambuco, de 4 de Setembro de 1775, foi autorizada a construção da Casa dos Contos na Paraíba. PINTO, Irineu Ferreira - Op. cit. p. 168.

Provedor e não a quem a faria mais comoda e melhor, prejuizos que não posso contrariar".[229]

Esta denúncia apresentada por Jerônimo José de Melo e Casto, ainda que cabível, deve ser vista tendo em consideração que a casa dos contos representava a concretização do seu desprestígio enquanto governador da capitania, que não via seus pedidos de obras essenciais atendidos, mas era obrigado a assistir à construção de uma obra suntuosa, erguida por decisão da Junta de Pernambuco. Inquestionável era a suntuosidade da Casa dos Contos, único edifício do poder público que se destacou perante a modesta arquitetura da cidade, estando a *"par e passo"* com as igrejas e conventos que constituíam as singulares expressões de monumentalidade naquela realidade.

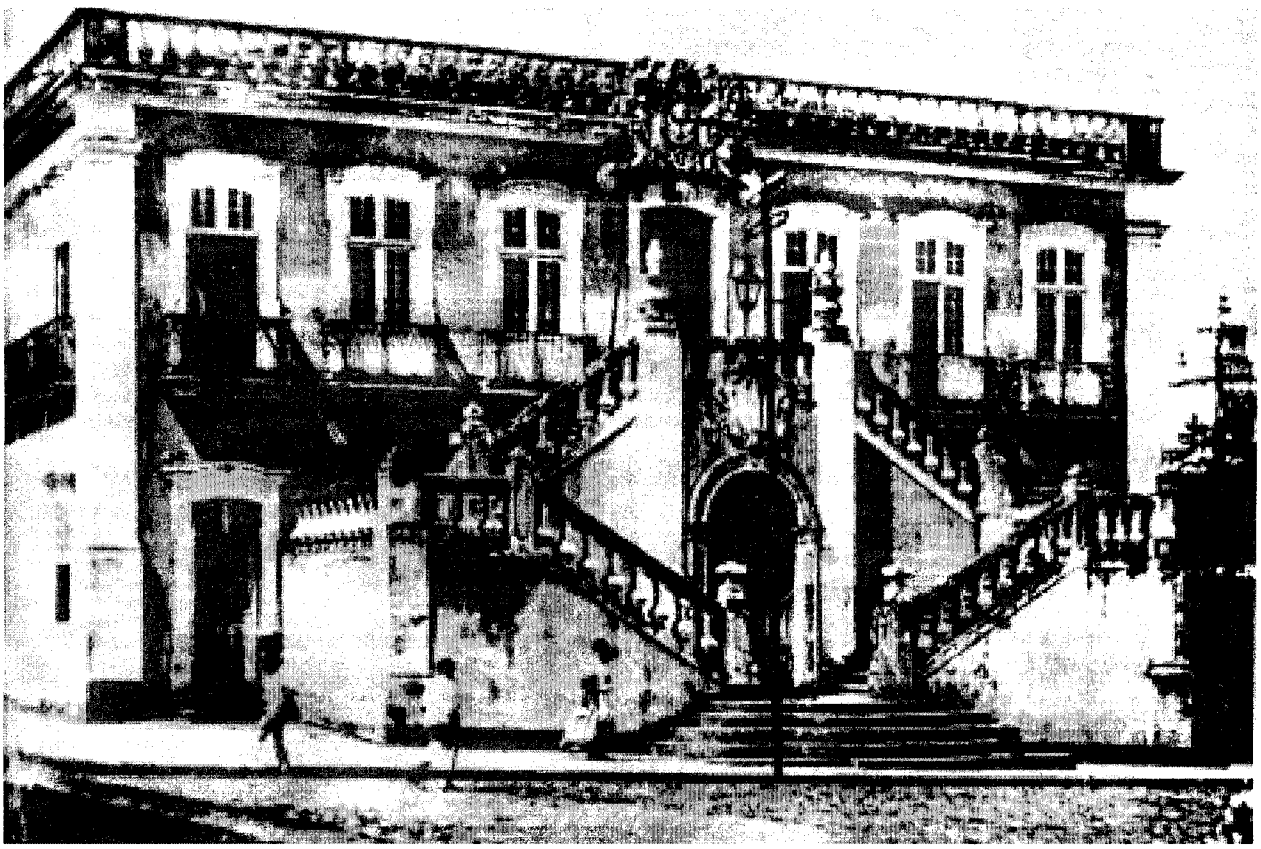


FIG. 60
A Casa dos Contos, edificada no Largo da Câmara.
Fonte: Acervo fotográfico Walfredo Rodriguez

229 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 25, Doc. 1978.

Apesar das denúncias do governador, as obras da casa dos contos tiveram continuidade, e em 1781, surge na documentação referência à mesma. A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 27, Doc. 2096.

Em 1782, Jerônimo José de Melo e Castro voltava a denunciar o provedor da Fazenda, José Gonçalves de Medeiros, que *"hia praticando alguns descaminhos"* do dinheiro público: *"assim observou na obra do Erario, que correo toda pela sua intendencia, e administração, já ajustando alguns materiais por exorbitantes preços, já metendo e pagando a alguns officiaes com excessivos jornaes, como fosse ao pedreiro Luis Gonsalves, por ser este de sua caza, e alguns serventes seus escravos, e de seus parentes".* A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 28, Doc. 2112.

Argumentando que outras obras públicas "*totalmente indispensaveis para o aumento e subsistência desta cidade*" estavam sendo executadas, assim também deveria ser retomada a idéia de construir um novo palácio para os governadores. Como reforço ao seu pedido, o governador expôs as condições em que habitava:

> "*Pela ruina em que estavão as mais comodas cazas em que rezidia eu por aluguer, e que com effeito se achão em terra, procurei passar-me para o colegio desta cidade no qual rezido a des para onze annos, e porque este depois da expulsa dos nominados Jezuitas, ficou sem habitadores, athe o tempo da minha passagem para elle, cuja assistencia fas os edificios prezistiveis, por cujo principio se acha bastantemente detriorado, o asualho, e algua madeira do ar, cuja reedificação, tanto para conservação do mesmo colegio, como para se poder nelle rezidir, sem embargo de ser inpropria habitação de governadores, por ser construida para diferente corpuração*".[230]

Portanto, após a expulsão dos jesuítas do Brasil, em 1759, ficando sem uso o seminário e colégio que lhes pertencia e não havendo na cidade casas em condições para abrigar um governador, Jerônimo José de Melo e Castro se instalou no colégio, por volta de 1772. Mas sendo aquele edifício destinado a "*diferente corporação*", alegava não adequar-se a sua residência, da mesma forma que o seminário tinha sido considerado impróprio para servir de Casa dos Contos devido a "*diferente natureza*" da edificação. Fazendo uso do mesmo argumento que havia justificado a construção do suntuoso erário, esperava o governador ter seu pedido atendido e apontou o sítio que considerava mais conveniente para o novo palácio:

> "*Na praça desta cidade a que chamão dos quatro cantos ao lado esquerdo do Erario, se achão huns chãos, ainda sem cazas, somente com hua de pouca entidade, com area para a mesma praça, e com terreno muito sufficiente para se poder levantar nelle hu Palacio para rezidencia dos Governadores, quando Sua Magestade se digne attender á necessidade que ha delle, assim como binigna, e liberalmente foi servida attender ás mais obras publicas, pela despeza de sua Real Fazenda, cujo terreno e area indica a planta junta.*
>
> *Sem embargo, que na frente da Matris se conservão ainda os chãos, em que antigamente foi palacio, he de mais utelidade a sua edificação no terreno que mostra a mesma planta, porque alem de aformuziar com sua prespectiva a praça ficando rodeada do Erario pela parte do norte, pelo*

230 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 28, Doc. 2115. (DOC. 169)

Ver tb. NÓBREGA, Humberto - *De convento a palácio*. João Pessoa: A União Ed., 1965.

Data de 19 de Abril de 1771, uma Carta Régia permitindo ao governador da capitania residir no colégio dos extintos jesuítas. Este edifício passou a pertencer à Fazenda Pública através de um Breve do Papa Clemente XIV, datado de 21 de Julho de 1773. PINTO, Irineu Ferreira - Op. cit. p. 164.

poente com a Caza da Companhia, pelo sul com o asougue, e pelo nascente com a cadea, obras estas novamente construidas, ficando deste modo o palacio ao lado esquerdo do Erario, nos chãos indicados, provem á Real Fazenda maior utelidade por que com a proxima assistencia dos Governadores em quem como principaes fiscaes se conserva puro o desenteresse, e zello da Real Fazenda, ao Erario, para onde se pode fazer interior passagem, cessarão tantos descaminhos e prejuizos que agora se experimentão em alguns de seus fiscaes, observando as oras que o Escrivão e Escreventes que nelles se ocupão, entrão e sahem de seus exercissios, e o modo como cada hú dos mais officiaes cumpre com suas obrigaçõens e mais deveres, o que tão facilmente se não pode observar em outro lugar, por ficar em distancia delle.

Todas estas, e outras muitas utelidades que provem da sua erecção naquelle lugar, e a comodidade com que se pode fazer o dito palacio, me movem a reprezentar a Vossa Excelencia a necessidade que ha delle, e rogarlhe queira polla na prezença de Sua Magestade de quem espero a providencia preciza sobre o mesmo objecto".[231]

Fica evidente que Jerônimo José de Melo e Castro, não só se achava mal instalado no antigo colégio dos jesuítas, mas também se sentia deslocado do centro onde estavam reunidos todos os edifícios ligados ao poder. Os mesmos rodeavam o Largo da Câmara: o erário pela parte do Norte, ao Sul o açougue e a "Casa da Companhia", a câmara e cadeia pelo nascente. Ainda observou o governador que estes haviam sido "novamente construídos" há pouco tempo com recursos da Fazenda Real, tentando com este argumento inibir um parecer negativo para o seu pedido.

Ao enumerar as vantagens do sítio por ele indicado, sutilmente lembrava seu papel enquanto "principal fiscal" dos interesses de Sua Majestade naquela capitania. Assim, sendo o novo palácio erguido ao lado esquerdo do Erário, ficaria o governador vigilante sobre o funcionamento da Fazenda Real, para que não ocorressem os "*descaminhos e prejuizos que agora se experimentão*". Em paralelo, seu olhar se lançava no sentido de tirar partido do palácio para valorizar aquela praça que era o "centro do poder" estabelecido na cidade. Tendo sua proposta concretizada, o governador alcançaria os objetivos que desejava: primeiro, reforçaria a idéia de que a Paraíba mantinha e renovava suas estruturas de poder; e segundo, serviria o palácio para "*aformuziar com sua prespectiva*" o Largo da Câmara, criando ali um "cenário" contrário à imagem de decadência que estava associada à cidade da Paraíba.

Entretanto, sentiu Jerônimo José de Melo e Castro, novamente, a amargura do desprestígio de ser governador de uma capitania sem autonomia. Não teve seu pedido atendido e faleceu em 1797, sem obter resultados

231 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 28, Doc. 2115. (DOC. 169)

na sua meta de livrar a Paraíba da sujeição a Pernambuco.[232] Mas é preciso ter em conta que sua estratégia de valorização da imagem urbana estava coerente com as idéias que começavam a ser plantadas no Brasil em finais do século XVIII, e que vão germinar na centúria seguinte, quando começaram a surgir outros indícios de mudanças no comportamento social, nas idéias e no estado de civilização da população das principais cidades brasileiras.

Com uma visão que se pode classificar de progressista, Jerônimo José de Melo e Castro, a pretexto da construção da Fonte do Tambiá, em 1785, criou em seu entorno um passeio público, beneficiando a cidade da Paraíba com um espaço que constituía uma inovação ainda por vir em grande parte das principais cidades da época. A este passeio público se referiu o governador, esclarecendo que nem mesmo em Pernambuco havia um igual. Disse:

> *"Na fonte nova que Sua Magestade permittio se fizesse de Sua Real Fazenda, admirão todos a incançavel assistencia que diariamente faço na mesma obra, de que a nobreza, e povo estão muito satisfeitos por verem hum chafariz de sete bicas de agoa abundantes, em hum lugar que antes era hum paul e charco indecente onde os escravos brigavão pela pouca agoa de huma casimba, servindo hoje de passeio publico pela situação amena e mais delicioza, pelas arvores silvestres que na melhor ordem mandei plantar ficando a melhor obra que tem a cidade e ainda Pernambuco".*[233]

Se a iniciativa de construção deste passeio público colocava a Paraíba na vanguarda das nascentes propostas de valorização dos espaços públicos urbanos, por outro lado, é certo que a cidade da Paraíba, em meio às desventuras da economia da capitania, não voltou mais a reaver sua importância enquanto "centro de poder" ou "ponto estratégico de defesa" como teve em sua origem. Sendo assim, Jerônimo José de Melo e Castro foi previdente ao procurar traçar um outro caminho para a cidade, observando

---

232 - Seu sucessor, Fernando Delgado Freire de Castilho (1797-1802) continuou residindo, precariamente, no antigo colégio dos jesuítas, sobre o qual enviou ao Reino a seguinte notícia, em 1798: *"As cazas da rezidencia do Governador, que fazem parte do colegio dos ex jesuitas, achandosse em total dezarranjo e indecencia, precizão ser compostas, arranjadas da forma que pede a decencia do lugar, e da pessoa, e muito mais despois d'assim não estarem aquelas onde assiste o Ouvidor, e que fazem a outra parte do mesmo colegio, que por ordem da Junta de Pernambuco, foram renovadas, não obstante elle receber quarenta mil reis annualmente para renda delas"*. A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 34, Doc. 2472.

233 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 29, Doc. 2144. (DOC. 171)

Segundo Marcelo Almeida Oliveira, "A capacidade do homem para multiplicar e disseminar essenciais vegetais, conciliada à sua destreza para organizar o espaço em terrenos urbanos de uso coletivo, foram importantes fatores para recriar a natureza, mesmo naqueles locais considerados insalubres ou pestilentos, como os charcos ou paús situados na maioria das vezes nos arredores de cidades, em áreas de expansão da malha urbana". Neste contexto, situa-se o caso desse passeio público da Paraíba, iniciativa contemporânea à da construção do passeio do Rio de Janeiro, inaugurado em 1785, ano em que Jerônimo José de Melo e Castro apresentava o resultado da sua obra. OLIVEIRA, Marcelo Almeida - *Os espaços públicos brasileiros no século XVIII*. Belo Horizonte, 2004. (texto inédito)

um "ideário" que estava em construção no Brasil de finais do século XVIII, o qual imprimia aos centros urbanos um outro "caráter", desvinculado das anteriores premissas de poder e defesa que davam afirmação às cidades no sistema colonial.[234]

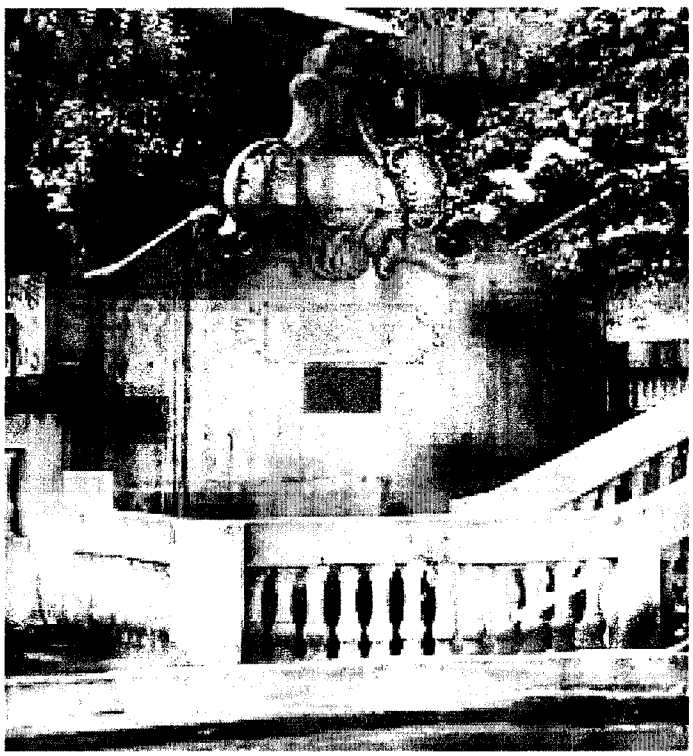


FIG. 61
A Fonte do Tambiá, inaugurada em 1785.
Foto: Berthilde Moura Filha

A idéia de cidade passava, então, a ser associada ao lugar onde o progresso e civilização se manifestavam, fosse através dos "cenários" urbanos ou da "vivência" da sua população que começava a adotar hábitos que vão caracterizar a sociedade "moderna" do século XIX: uma sociedade que progressivamente, foi se fazendo "ver e ser vista" nos passeios públicos, nos teatros e nas reuniões sociais.[235]

---

234 - Sobre a construção deste ideário urbano que transita entre o final do século XVIII e o século XIX, consolidando-se ao final deste e nas primeiras décadas da centúria seguinte, ver: MOURA FILHA, Maria Berthilde - *O Cenário da Vida Urbana: a definição de um projeto estético para as cidades brasileiras na virada do século XIX / XX.* João Pessoa: Centro de Tecnologia da Universidade Federal da Paraíba / Editora Universitária, 2000.

235 - A exemplo, observa-se a forma como foi vivenciada na cidade da Paraíba, a festa que Jerônimo José de Melo e Castro promoveu para celebrar o nascimento da Princesa da Beira, em 1794: "*Destinei tres dias para a minha custa applaudir huma ventura tam ponderavel. No 1° illuminada toda a cidade se celebrou huma famosa comedia no 2° continuada a mesma iluminação se encheu o dia e noute com marchas e exercicios, e repetidos vivas. No 3° dia se celebrou missa cantada* (...) Depois das discargas das tropas, e artelharia fis convocar os pobres que são innumeraveis e distribui com elles e com os prezos as esmolas possiveis de tarde juntandose a nobreza comunidades irmandades e mais confrades e se formalizou huma decente procissão (...) *Recolhida a procissão se passou ao cantico do Te Deum com toda a musica da cidade e era geral a todos encheu se a noute com huma academia bem abundante e com muitos vivas e fogo do ar que permitte a terra*". A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 32, Doc. 2307.

Sobre as festas promovidas em reverência à Família Real em Portugal na mesma época ver: FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. - A Festa da Vida, a Festa da Morte e a Festa da Glória: três exemplos em 1793. *Poligrafia*. N. 2. Arouca: Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 1993. p. 103-142.

Era já evidente que a cidade precisava trilhar novos rumos, mas até o final do século XVIII, as circunstâncias da economia continuaram sendo desfavoráveis para a Paraíba. A Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba, extinta em 1780, esvaziara os cofres da capitania. Em 1781, informaram os oficiais da Câmara à Rainha D. Maria: "*Esta capitania tem augmentado vizivelmente, tanto nos povos que se tem orsado haver noventa mil almas, como nos reditos da Real Fazenda*".[236] Jerônimo José de Melo e Castro confirmou este crescimento, em 1787, mas o período de seca ocorrido entre os anos de 1791 e 1793, fez declinar novamente a economia e a fome tomou conta da Paraíba.[237]

Em 1798, ao assumir o governo, Fernando Delgado Freire de Castilho (1798-1802) expôs ao Reino a sua perplexidade frente à realidade que encontrava: "*Vendo esta cidade com todas as proporçoens de vir a ser huma grande terra tanto pelas amenidade e fertilidade do seu clima como pela comodidade do seu porto* (...) *e vendo ao mesmo tempo o mizeravel estado, e a total ruina a que ella vai caminhando, cuidei indagar com toda perspicacia que me foi possivel a cauza primaria da sua decadencia*". Concluiu dever-se tal quadro ao fato de ficarem todos os lucros da produção paraibana nas mãos de Pernambuco, situação pontualmente agravada pela "*grande seca que houve em 1791, 92, e 93, e que ocazionou huma infinita mortandade de gados, e escravos extinguio em consequencia a maior parte das forças que se encaminhavão para o seu aumento*".[238] Poucos meses depois, D. Maria I restituiu a autonomia ao governo da Paraíba.

Mas na imagem da cidade havia ficado impressa toda essa trajetória vivida. Em 1810, chegou à Paraíba Henry Koster. Um inglês de 25 anos que há cerca de um ano havia fixado residência no Recife, em busca de um clima mais saudável para amenizar a tuberculose que lhe consumia a juventude. Integrando-se no cotidiano e na vida social pernambucana, Henry Koster foi senhor de engenho em Itamaracá, mas a curiosidade o levou a empreender viagens pela região, chegando até ao Maranhão.[239]

---

236 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 27, Doc. 2100.

237 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 30, Doc. 2175.

A calamidade na Paraíba, em 1792, exigia medidas que assegurassem o mínimo de alimentação para a população. Disse Jerônimo José de Melo e Castro: "*Não posso dispensar me de participar a Vossa Excelência o lamentavel estado do Paiz, e o quanto tenho trabalhado sobre a conservação dos habitantes. Para que as tropas, e povo se alimentassem alguns mezes mais, fis reservar nos contornos da cidade alguns maiores roçados distribuindo a farinha com mais exacta economia conservando a no preço de 1280 o alqueire*". A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 31, Doc. 2268.

238 - A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 33, Doc. 2428.

239 - KOSTER, Henry - *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Recife : Fundação Joaquim Nabuco : Editora Massangana, 2002. Em 1810, Henry Koster viajou por terra à Paraíba e Ceará, e retornando ao Recife seguiu para o Maranhão, desta vez por mar, partindo de São Luís com destino à Inglaterra em Abril do ano seguinte. Em Dezembro de 1811 regressou ao Recife. Retornou à Inglaterra em 1815, onde escreveu seu livro, publicado em Londres em 1816, ano que voltou a Pernambuco, mais uma vez, devido a seus problemas com a tuberculose. Morreu no Recife em 1820.

Enquanto estrangeiro, tinha uma visão diferenciada e sem preconceitos sobre os costumes e desenvolvimento do local, e seus relatos demonstram o quanto deveria ser um observador perspicaz. Ao deparar-se com a cidade da Paraíba, traçou um diagnóstico que resumia aquela realidade. Disse:

> "A cidade da Paraíba (lugares de menos população nesse nosso país gozam deste predicamento) tem aproximadamente dois a três mil habitantes, compreendendo a parte baixa. Há vários indícios de que fora mais importante que atualmente. Trabalham para embelezá-la mas o pouco que se realiza é à custa do Governo, ou melhor, por querer o Governador deixar uma boa lembrança de sua administração. A principal rua é pavimentada com grandes pedras mas devia ser reparada. As residências têm geralmente um andar, servindo o térreo para loja. Algumas delas possuem janelas com vidros, melhoramento há pouco tempo introduzido no Recife. O convento dos Jesuítas é utilizado como palácio do Governador e o Ouvidor tem aí também sua repartição e residência. A igreja do convento fica ao centro e tem duas alas. Os conventos das Ordens Franciscana, Carmelita e Beneditina são amplos edifícios quase desabitados. O primeiro tem quatro ou cinco frades, o segundo dois e o terceiro apenas um. Além destes, a cidade possui seis igrejas. (...)
>
> As fontes públicas na Paraíba foram as únicas obras desse gênero que encontrei em toda a extensão da costa por mim visitada. Uma foi construída, creio, por Amaro Joaquim, Governador recente, tem várias bicas e é muito bonita. A outra que se está fazendo, é bem maior. A fiscalização das obras públicas era a melhor ocupação do Governador. (...)
>
> As casas que podem ser consideradas excelentes comparando-as na região, foram erguidas pelos ricos proprietários dos arredores, para residência durante o rigor do inverno, ou estação das chuvas".[240]

Quanto ao aspecto econômico, a Henry Koster não passou despercebida a estagnação em que continuava a capitania sobre o que observou: "o açúcar dessa província é proclamado igual a qualquer outro doutra parte do Brasil", no entanto, "o comércio da Paraíba é pouco considerável não obstante o rio permitir que navios de 150 toneladas transponham a barra. (...) Existe a regular alfândega, raramente aberta".[241] Mas logo encontrou um dos motivos que gerava tal situação: "os habitantes do Sertão, do interior, vão mais ao Recife por este apresentar pronto mercado aos seus produtos. O porto do Recife recebe navios maiores, oferecendo facilidades para embarque e desembarque de mercadorias, conseqüentemente, obtém a preferência".[242]

---

240 - Id. ibid. p. 131-133.

241 - Id. ibid. p. 132.

242 - Id. ibid. p. 132-133.

Em visita ao governador da capitania, Antônio Caetano Pereira, instalado no antigo colégio dos jesuítas, Henry Koster vislumbrou das janelas do palácio um panorama da cidade e do seu entorno.

> "A paisagem vista das janelas [do palácio do governo] é uma linda visão peculiar do Brasil. Vastos e verdes bosques, bordados por uma fila de colinas, irrigados pelos vários canais que dividem o rio, com suas casinhas brancas, semeadas nas margens, outras nas eminências, meio ocultas pelas árvores soberbas. As manchas dos terrenos cultivados são apenas perceptíveis (...)
>
> A parte baixa da cidade é composta de pequenas casas, e situada ao lado de uma espaçosa baía ou lago, formada pela junção de três rios, fazendo a descarga de suas águas no mar por um longo canal. As margens dessa baía, como as de todos os rios salgados da região, são recobertas de mangues, tão unidos e compactos que parece não haver saída".[243]

Captou neste olhar o resultado da intervenção dos homens sobre a natureza peculiar da região. Apreendeu e registrou uma paisagem que acumulava mais de duzentos anos de construção, a qual tinha por substrato a "mui longa terra" coberta de arvoredo, que desde os primeiros tempos despertou a curiosidade dos portugueses. Uma paisagem luso-brasileira.

243 - Id. ibid. p. 132.

CONCLUSÃO



Fonte: Acervo fotográfico Olívio Pinto

"Sem expressão demográfica, com sinais visíveis de burgo provinciano, a Cidade de Parayba, no ano da Independência, ocupava estreita área territorial. Numa direção, de Tambiá, com seus sítios enormes e residências bucólicas, razão por que recebia a denominação geral de "Sítio do Tambiá", ao porto do Capim, no Sanhauá, com as alvarengas, os trapiches de algodão e peles, o "Passo" e depósito de açúcares dispostos nas imediações da Alfândega Velha, (...) No rumo oposto, do Largo de São Francisco, já ostentando o belo parque barroco hoje atração turística até às históricas "Trincheiras", na altura da Igreja do Bonfim ou Bom Jesus dos Militares, atual Matriz de Lourdes".

Archimedes Cavalcanti - A Cidade de Parayba na época da Independência...

CONCLUSÃO

Por questões estratégicas do poder central foi fundada a cidade de Filipéia no século XVI. Cidade que nasceu num contexto defensivo das possessões portuguesas, agilizando-se com um programa de proteção da costa, apoiado em fortificações que, embora precárias, eram os sinais materiais dessa estratégia. Cidade vincada, também, pela função de "centro" a partir do qual o governo metropolitano alargava seus tentáculos sobre aquela região.

Este contexto justificou a edificação de um núcleo populacional que brotou em terra virgem, observando as suas ruas uma regularidade de traçado que apenas em situações muito específicas era adotado no Brasil de quinhentos.

Ser "centro de poder" e ponto estratégico de "defesa" de uma terra cobiçada por muitos, foram funções que definiram o "caráter e espírito" da Filipéia.

Como cidade chave e após sucessivas tentativas foi tomada pelos holandeses que aí se instalaram cumprindo uma outra estratégia: controlar a produção açucareira da região. Durante os 20 anos de domínio, os holandeses usaram as estruturas construídas da cidade, transformaram em baluartes os seus conventos, renovaram o sistema defensivo da capitania. Mas ao fim deste tempo, tudo era ruína.

Se a conquista e colonização da Paraíba, no final do século XVI, havia movido armadas e exércitos de Sua Majestade no combate à presença francesa no Brasil, a retomada desta região aos holandeses no século XVII, por diversos motivos, não provocou maiores movimentos no reinado de D. João IV. No entanto, um ponto em comum tinha estes dois momentos da história, o desejo da Coroa portuguesa de manter a unidade territorial do Brasil. O fato de haver um núcleo de outra potência européia incrustado no meio da colônia, enfraquecia o domínio português, facilitando as investidas de outras nações.

Expulsos os holandeses, retomado o poder português sobre a Paraíba, urgia fazer renascer a cidade. E sobre a Filipéia constrói-se a cidade de Nossa Senhora das Neves, ou cidade da Paraíba. A palavra chave desse cenário conjuntural - finais do século XVII e primeiro quartel do século XVIII - é a reconstrução do patrimônio edificado, da Igreja e do Estado.

Mas os tempos são outros. A dinâmica macro-econômica do Brasil passava por significativas mudanças. A exploração do ouro e dos diamantes

incutia nova orientação na política colonial portuguesa. Na Paraíba, a produção açucareira continuava sendo a base do seu sistema econômico, entretanto, acometida por sucessivos anos de improdutividade e pela alteração geopolítica, ficava aquela capitania à margem dos focos de maior interesse do poder metropolitano.

Este contexto alterou a importância da cidade de Nossa Senhora das Neves, símbolo da primeira fase da política colonizadora. Seus governantes tentaram encontrar uma razão para a sua permanência. Perderam-se num novo presente, em debates sobre sistemas defensivos, numa luta burocrática entre a colônia e o Reino, procurando resgatar do passado o princípio que lhe justificou a gênese: uma cidade de estratégia militar, um centro de poder administrativo. Esta realidade, definitivamente, havia ficado no passado.

Enquanto isto, ocorria a consolidação das estruturas religiosas que cada vez mais incutiam caráter à cidade. Por seu turno, surgiam as assimetrias entre as estratégias do Reino e as estratégias do poder local, lançando este mão de todos os artefatos para que a cidade resistisse aos choques de orientação política e econômica.

Como alternativa, tentaram renovar os baluartes do poder público, observando a nova orientação estética que começava a germinar, valorizando princípios de "aformoseamento" das perspectivas urbanas. Reafirmando a imagem da cidade, procuraram adaptar-se a um novo ideário de vivência urbana e a uma outra noção de cidade que viria a se consolidar a partir da centúria seguinte. Reflexo crucial desta orientação foi a construção do passeio público da cidade da Paraíba, no mesmo ano em estava sendo inaugurado o primeiro passei público do Brasil, no Rio de Janeiro, capital do governo português na colônia.

Incertezas, ambigüidades, clivagens foram palavras chave do contexto vivido por esta cidade que ficara à margem da pujança econômica portuguesa da primeira metade do século XVIII. Vai ser preciso decorrer o século XIX, para que a cidade da Paraíba encontre novamente suporte econômico que permita algum desenvolvimento das suas estruturas edificadas e da sua malha urbana.

Por imagens e por relatos, visualiza-se em princípios do século XIX, uma cidade que tinha ares de "burgo provinciano". Nas suas principais ruas, Nova e Direita, as casas de sobrado eram em número reduzido e a maior parte dos prédios era de proporções modestas com "beirais se projetando sobre calçadas descontínuas e mal cuidadas". As fontes públicas continuavam sendo os meios de abastecimento de água à população. Heranças do passado.

Mas esse tempo não pertence mais ao âmbito do presente estudo, pois constitui uma outra fase da história dessa cidade, a qual será construída sobre o substrato daquela que se concretizou entre os séculos XVI e XVIII, como expressão das políticas e estratégias que a Coroa portuguesa delineou para a sua colônia durante três séculos.

ANEXO 1

CAPITÃES-MORES E GOVERNADORES DA CAPITANIA DA PARAÍBA COM INFORMAÇÕES SOBRE OS SERVIÇOS PRESTADOS ANTERIORMENTE À COROA PORTUGUESA

NOME	DATAS DE REFERÊNCIA
João Tavares	1585 - 1588

Escrivão da Câmara e juiz dos órfãos de Pernambuco, participou das expedições de conquista da Paraíba, entre os anos de 1579 e 1585, assumindo a capitania quando da sua fundação por determinação do Ouvidor Martim Leitão.

Frutuoso Barbosa	1588 - 1591

Através de Alvará de 25 de Novembro de 1579, foi nomeado "capitão da gente da povoação da Paraíba", por dez anos. Não consolidando a conquista da capitania, este alvará foi considerado sem efeito, mas reclamando seus direitos no Reino, obteve o cargo de capitão.

André de Albuquerque (1)	1591 - 1592

Não foram especificados os serviços prestados anteriormente pelo mesmo.

Feliciano Coelho de Carvalho	1592 - 1600

Serviços prestados na conquista e governo da Paraíba durante nove anos.

Francisco de Sousa Pereira	1600 - 1603

Era fidalgo da Casa Real. Não especifica os serviços prestados anteriormente.

Francisco Nunes Marinho de Sá (2)	1603 - 1607

Não especifica os serviços prestados anteriormente

Francisco de Albuquerque Coelho de Carvalho	1608 - 1612

Recebe o cargo por ser filho de Feliciano Coelho de Carvalho, a quem acompanhou durante quatro anos prestando serviços na Paraíba.

João Rebelo de Lima	1612 - 1616

Serviu no Reino e nas armadas. Foi capitão de uma companhia de ordenança em Cascais. Recebe o cargo, por casar com D. Luiza de Figueiroa, filha de um fidalgo do Rei D. Henrique e orfã do Recolhimento do Castelo de Lisboa.

NOME	DATAS DE REFERÊNCIA
João de Brito Correia	1616 - 1618

Entre outros serviços prestados no Brasil, trabalhou como capitão em Itamaracá. Recebe o cargo por casar com D. Isabel de Sequeira, orfã do Recolhimento do Castelo de Lisboa.

Afonso de França	1618 - 1622

Já prestava serviços no Brasil, desde o ano de 1602, não havendo especificação dos mesmos.

Antônio de Albuquerque Maranhão (3)	1622 - 1633

Serviu na conquista do Maranhão, ao lado do seu pai, Jerônimo de Albuquerque, o qual foi capitão-mor daquela capitania. Provido a 9 de Agosto de 1622, assumiu em 1628 e ainda governava em 1633.

PERÍODO DO DOMÍNIO HOLANDÊS (DEZ/1634 - JAN./1654) (4)

João Fernandes Vieira	1655 - 1657

Um dos líderes da guerra de restauração de Pernambuco, governou a Paraíba à espera que vagasse o posto de Capitão general de Angola, cargo com o qual foi recompensado por sua atuação na referida guerra.

Antônio Dias Cardoso	1657

Assume interinamente o cargo, entre 19 de Agosto a 17 de Outubro de 1657, devido ao afastamento de João Fernandes Vieira.

Matias de Albuquerque Maranhão	1657 - 1663

Combateu durante 19 anos na conquista do Maranhão e guerras do Brasil. Entre os anos de 1642 e 1655, trabalhou no Rio de Janeiro. Serviu na restauração do Reino de Angola.

João do Rego Barros	1663 - 1667

Não foram especificados os serviços prestados anteriormente pelo mesmo

Luís Nunes de Carvalho	1667 - 1670

Trabalhou no Algarve e nas províncias do Alentejo e Minho. Combateu nas praças de Elvas, Valença, Caminha, Barcelos, Monção e Salvaterra.

Inácio Coelho da Silva	1670 - 1673

Combateu nas guerras do Reino contra a Espanha, atuando em Olivença, Valença, Badajoz, Mourão e Évora.

NOME	DATAS DE REFERÊNCIA
Manuel Pereira de Lacerda	1673 - 1677

Serviu nas províncias da Beira, Minho e Alentejo. Combateu em Olivença, Badajoz, Elvas, Guarda e Mourão. No Minho, assistiu às obras de fortificações em Gaião, Vila Nova de Cerveira e Portela.

Alexandre de Sousa e Azevedo	1678 - 1683

Serviu na província do Minho e na ocupação da Galiza. Combateu em Valença, Salvaterra, Guarda e nos fortes de Belém e Gaião. Acompanhou obras de fortificação de algumas praças.

Antônio da Silva Barbosa	1683 - 1686

No Brasil, combateu contra os holandeses na Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Lutou no Cabo de Santo Agostinho, Goiana, Itamaracá, na 2ª batalha dos Guararapes e na tomada de redutos do Recife.

Amaro Velho Cerqueira	1686 - 1692

Serviu nas guerras do Brasil e Reino de Angola. Combateu no sítio que Maurício de Nassau fez à Bahia. Em 1639, embarcou para Pernambuco, lutando contra os holandeses nesta capitania e no Rio Grande do Norte.

Manuel Nunes Leitão	1692 - 1696

Serviu na província do Minho. Combateu na tomada do forte de Gaião, do forte e vila da Guarda. Em 1669, acompanhou D. Afonso VI a Ilha Terceira, onde prestou serviços até o ano de 1674. Trabalhou em Sintra, Leiria, Ourem e Coutos de Alcobaça.

Manuel Soares de Albergaria	1697 - 1699

Serviu no Reino, nas províncias da Beira e Alentejo. Participou das batalhas de Castelo Rodrigo e de Montes Claros, e na Espanha, da tomada de Ansina e campanha de Arronches.

Francisco Abreu Pereira	1700 - 1703

Serviu na província do Minho. Combateu nas praças de Valadares, Valença, Vila de Guarda e Barcelos. Assistiu nas obras dos fortes da Conceição e do castelo de Lindoso.

NOME	DATAS DE REFERÊNCIA
Fernando de Barros e Vasconcelos	1703 - 1708

Serviu no Minho e Alentejo. Combateu em Valença, Alcantara, Ericeira e na batalha de Montes Claros. Trabalhou na fortificação das cidades de Évora e Beja. No Brasil, atuou na Bahia. Em serviços de mar, esteve em Mazagão, Cadis e nos Açores

João da Maia da Gama	1708 - 1716

Serviu na Índia por espaço de 15 anos, nas praças de Chaul e em diversas fortalezas da costa norte. Em Portugal, trabalhou nas praças de Castelo de Vide, Portalegre, Extremós. Em 1705, embarcou em uma armada inglesa para Gibraltar, a fim de combater contra os franceses.

Antônio Velho Coelho	1716 - 1719

Natural de Ponte de Lima. Trabalhou na província do Minho e Beira, combatendo nas praças de Salvaterra, Badajoz e na restauração do castelo de Monsanto. Participou de muitas batalhas em território espanhol, no principado da Catalunha e Reino de Aragão. Faleceu em 1719, governando a Câmara até Janeiro de 1720.

Antônio Fernão de Castelo Branco	1720 - 1722

Segundo dado fornecido por HENIGE, este governou a Paraíba durante os referidos anos. No entanto, não há outros documentos que confirmem seu nome como capitão-mor

João de Abreu de Castelo Branco	1722 - 1729

Serviu nas províncias de Trás os Montes, Beira e no principado da Catalunha. Combateu nas praças de Alcântara, Albuquerque, Badajoz, Toledo e Saragoça. Posteriormente, foi governador da Ilha da Madeira, e em 1737, foi designado para o governo do Maranhão.

Francisco Pedro de Mendonça Gorjão	1729 - 1734

Serviços prestados na província do Alentejo e principado da Catalunha, combatendo por muito tempo em território da Espanha. Trabalhava na praça de Peniche, quando foi designado para o governo da Paraíba.

Pedro Monteiro de Macedo	1734 - 1744

Serviu nas províncias de Trás os Montes, Beira, Alentejo e no Reino do Algarve. Trabalhou nas praças de Serpa e Peniche. Faleceu na Paraíba.

NOME	DATAS DE REFERÊNCIA
João Lobo de Lacerda	1744 - 1745

Foi Capitão-mor interino, assumindo o cargo devido ao falecimento de Pedro Monteiro de Macedo.

Antônio Borges da Fonseca	1746 - 1753

Natural de Castelo Rodrigo, na Região da Beira. Serviu no Alentejo e no principado da Catalunha. Combateu em Alcântara, Badajoz, Valença, Vilhena e outras campanhas em território espanhol. Trabalhou em Pernambuco, na cidade de Olinda.

Luís Antônio de Lemos de Brito (5)	1753 - 1757

Serviços prestados na Corte em praça de soldado na cavalaria e infantaria, e no posto de tenente durante 25 anos ininterruptos. Trabalhou no Alentejo e na praça de Peniche.

José Henriques de Carvalho	1757 - 1761

Enviado pelo governador e capitão-general de Pernambuco - Luís Diogo Lobo da Silva - para governar a Paraíba interinamente, com subordinação a Pernambuco.

Francisco Xavier de Miranda Henriques	1761 - 1764

Cavalheiro professo da Ordem de Cristo. Moço Fidalgo da Casa Real. Governou anteriormente a capitania do Ceará e depois a Paraíba, ambas com subordinação ao governo de Pernambuco.

Jerônimo José de Melo e Castro	1764 - 1797

Não especifica os serviços prestados anteriormente. Foi designado para o governo da Paraíba, com a patente de Coronel de Infantaria, com subordinação ao governo de Pernambuco.

Fernando Delgado Freire de Castilho	1798 - 1802

Comendador da Ordem de São Bento e de Aviz. Cavalheiro professo na Ordem de Cristo, Fidalgo da Casa Real. Capitão de infantaria do regimento de Almeida.

NOTAS

(1) Não foi localizada documentação referente à atuação de André de Albuquerque como capitão-mor neste período. No entanto, adota-se esta informação recolhida em Varnhagen. Também no ano de 1603, a capitania da Paraíba teria sido entregue a André de Albuquerque Maranhão, por tempo de seis anos (I.A.N./T.T. - Chancelaria de D. Fillipe II - Liv. 7 - fl. 367v./368).

(2) Sobre os trabalhos prestados na Paraíba por Francisco Nunes Marinho de Sá, deve-se esclarecer: de acordo com os livros da Chancelaria de D. Filipe II (I.A.N./T.T. - Liv. 34 - fl. 107v./108), o mesmo foi designado como capitão-mor da Paraíba, no ano de 1603. Seu nome volta a comparecer na documentação avulsa da capitania da Paraíba - A.H.U. - entre os anos de 1616/1618, exercendo o cargo de provedor-mor.

(3) Durante o tempo do domínio holandês, desde que começaram as investidas de conquista do inimigo, até a retomada da capitania em 1654, consta que a Coroa portuguesa fez diversas nomeações para o cargo de capitão-mor da Paraíba. Cita-se: Francisco de Souto Maior, com carta de 19 de Setembro de 1631, sendo novamente nomeado por D. João IV, em 30 de Abril de 1642; Manuel Pires Correia nomeado a 20 de Julho de 1646 segundo consta no livro de registros do Conselho Ultramarino fl. 36v.; Lourenço de Brito Correia por carta de 1647 (I.A.N./T.T. - Chancelaria de D. João IV - Liv. 20 - fl. 28). Sendo imprecisas as informações sobre a atuação desses capitães, os mesmos foram excluídos da listagem aqui apresentada, embora seus nomes sejam referidos por VARNHAGEN, Francisco Adolfo - *História Geral do Brazil*... Tomo V. p. 324-325. Observa-se ainda que Lourenço de Brito Correia foi capitão do Forte de Santo Antônio na época da invasão holandesa, e Manuel Pires Correia edificou o Forte do Varadouro, do qual foi capitão.

(4) Os governadores holandeses da Paraíba foram: Servaes Carpentier (1634-1636), vindo em seqüência Ippo Eysens (1636), Elias Herckman (1636-1639), Gysbert With (1639-1645) e Paulus de Linge (1645-1654). Este último ficou todo o seu governo encurralado no forte do Cabedelo, sem ação de combate ou administração. Durante este tempo, a Paraíba foi administrada por uma junta governativa composta por Lopo Curado, Francisco Gomes Muniz e Jerônimo Cadena. NIEUHOF, Joan - Op. cit. p. 58.

(5) Durante o governo de Luís Antônio de Lemos de Brito, por provisão datada de 1 de Janeiro de 1756, foi determinado por D. José a extinção do governo da Paraíba, ficando a capitania sujeita ao governo de Pernambuco.

OBSERVAÇÕES

1 - As informações contidas neste quadro foram obtidas a partir das seguintes fontes :

I.A.N./T.T. - Livros das Chancelarias Régias e Registro Geral de Mercês.

A.H.U. - Documentação Manuscrita avulsa da Capitania da Paraíba

HENIGE, David P. - *Colonial governors from the fifteenth century to the present*. Londres : University of Wisconsin, 1970.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo - *História Geral do Brazil antes da sua separação e independência de Portugal*. Tomo V. 3ª Ed. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, s/d. p. 324-325.

OLIVEIRA, Elza Régis de Oliveira; MENEZES, Mozart Vergetti de; LIMA, Maria da Vitória Barbosa Lima. *Catálogo dos Documentos Manuscritos Avulsos referentes à Capitania da Paraíba, existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa*. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2002.

2 - Para a ordem cronológica, utiliza-se o termo "Datas de Referência", uma vez que entre as fontes consultadas há informações contraditórias, não sendo possível obter precisão nos anos de início e fim de cada governo. De modo geral, adotou-se o seguinte critério: os anos de início do mandato, são aqueles especificados nas cartas patente de designação do cargo, de acordo com os Livros das Chancelarias Régias e Registro Geral de Mercês do I.A.N./T.T. O limite final foi adotado considerando o último documento identificado com a assinatura do referido capitão-mor, segundo a documentação do A.H.U.

3 - Deste quadro, constam apenas as informações consideradas mais significativas sobre os trabalhos prestados pelos citados capitães-mores, havendo nos documentos outras referências.

BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO

BIBLIOGRAFIA

ABREU, J. Capistrano de - *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. s/l.: Sociedade Capistrano de Abreu, 1930.

ALARCÃO, Jorge - A Cidade Romana em Portugal. A Formação de "Lugares Centrais" em Portugal, da Idade do Ferro à Romanização. In. *Cidades e História*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992. p. 35-70.

ALCÂNTARA, Dora e DUARTE, Cristovão - O estabelecimento da rede de cidades no Norte do Brasil durante o período filipino. In. *Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001. p. 283-298.

ALCÂNTARA, Marco Aurélio - *Iconografia da Paraíba: cartas, fortificações, aspectos urbanos*. Recife: Pool Ed., 1983.

ALMEIDA, André Ferrand de - *A formação do espaço brasileiro e o projeto do Novo Atlas da América Portuguesa (1713-1748)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de - Urbanismo da Alta Idade Média em Portugal. Alguns aspectos e os seus muitos problemas. In. *Cidades e História*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992. p. 129-136.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de - Muralhas Românicas e Cercas Góticas de algumas cidades do centro e norte de Portugal. A sua lição para a dinâmica urbana de então. In. *Cidades e História*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992. p. 137-142.

ALMEIDA, Horácio de - *História da Paraíba*. Vol. I e II. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1978.

ANDRADE, Amélia Aguiar - A paisagem urbana medieval portuguesa: uma aproximação. In. *Colectânea de Estudos: Universo Urbanístico Português 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998. p. 11-38.

AQUINO, Aécio Vilar de - *Filipéia, Frederica, Paraíba - os cem primeiros anos de vida social de uma cidade*. João Pessoa: Fundação Casa de José Américo, 1988.

ARAÚJO, Renata Malcher de - Engenharia Militar e Urbanismo. In. MOREIRA, Rafael. (dir.) - *História das Fortificações portuguesas no mundo*. Lisboa: Alfa, 1989. p. 255-272.

ARAÚJO, Renata Malcher de - *As cidades da Amazónia no Século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão*. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 1998.

ARRUDA, José Jobson de Andrade - A circulação, as finanças e as flutuações econômicas. In. SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.) - *O Império luso-Brasileiro 1750-1822*. Lisboa: Editorial Estampa, 1986. p. 155-214.

AYMONINO, Carlo - *O Significado das Cidades*. Lisboa: Editorial Presença, 1984.

AZEVEDO, Aroldo de - *Vilas e Cidades do Brasil Colonial: ensaio de geografia urbana retrospectiva*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letas/ Universidade de São Paulo, 1956. Boletim n. 208. Geografia n. 11.

AZEVEDO, Paulo Ormindo de - Urbanismo de traçado regular nos dois primeiros séculos da colonização brasileira - origens. In. *Colectânea de Estudos. Universo Urbanístico Português 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998. p. 39-70.

BARBOSA, Cônego Florentino - *Monumentos Históricos e Artísticos da Paraíba*. João Pessoa: A União Ed., 1953.

BARLEUS, Gaspar - *História dos feitos recentes praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do ilustrissimo João Maurício Conde de Nassau*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1940.

BARRETO, Anibal - *Fortificações do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958.

BLUTEAU, Rafael - *Vocabulário Portuguez e Latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712.

BORROMEO, Carlos - *Instrucciones de la Fábrica e del Ajuar Eclesiásticos*. México: Universidad Nacional Autônoma de México, 1985.

BOSCHI, Caio - O advento do domínio filipino no Brasil. In. VENTURA, Maria da Graça (Coord) - *A União Ibérica e o Mundo Atlântico*. Lisboa: Edições Colibri, 1997. p.163-170.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes - *Diálogos das Grandezas do Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco / Ed. Massangana, 1997.

BUENO, Antônio Henrique da Cunha; BARATA, Carlos Eduardo de Almeida - *Dicionário das Famílias Brasileiras*. 2 vol. São Paulo: s/ed., 2000.

BUENO, Beatriz - De quanto serve a Ciência do Desenho no serviço das obras de el-rei. In. *Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001. p. 267-281.

BURITY, Glauce Maria Navarro - *A presença dos Franciscanos na Paraíba através do Convento de Santo Antônio*. Rio de Janeiro: G. M. N. Burity, 1988.

CARDIM, Fernão - *Tratados da terra e gente do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed da Universidade de São Paulo, 1980.

CARITA, Rui - Os engenheiros-mores na gestão do Império: a Provedoria das Obras dos meados do século XVI. In. *Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001. p. 393-405.

CARLOS, Érika Simone de Almeida - *O Fim do Monopólio: a extinção da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1770-1780)*. Recife: Centro de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade Federal de Pernambuco, 2001. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História.

CARTA de Pero Vaz de Caminha - Ericeira: Mar de Letras, 1999. MENDONÇA, Manuela; VENTURA, Margarida Garcez (org.) Prefácio de Joaquim Veríssimo Serrão.

CARTAS para Álvaro de Sousa e Gaspar de Sousa (1540-1627). Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses; Centro de História e Documentação Diplomática/Ministério das Relações Exteriores, 2001.

CARVALHO, Anna Maria Fausto Monteiro de (coord.) - *A Forma e a Imagem: arte e arquitetura jesuítica no Rio de Janeiro Colonial*. Rio de Janeiro: Pontifica Universidade Católica do Rio de Janeiro, s/d.

CASCUDO, Luís da Câmara - *Geografia do Brasil Holandês*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

CASCUDO, Luís da Câmara - *História da Cidade do Natal*. 3ª Ed. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1999.

CHOAY, Françoise - *A Regra e o Modelo*. São Paulo: Perspectiva, 1985.

CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte (org.) - *Doações e Forais das Capitanias do Brasil. 1534-1536*. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1999.

COSTA, Cláudio Santa Cruz - A Paraíba holandesa: aspectos econômicos e sociais. In. MELLO, José Octávio de Arruda (org.) - *A Paraíba das origens à urbanização*. João Pessoa: Fundação Casa de José Américo/Editora Universitária-UFPB, 1983. p. 55-64.

COUTO, Domingos Loreto do - *Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981. Apresentação e índice de José Antônio Gonçalves de Mello.

COUTO, Jorge - *A Construção do Brasil: ameríndios, portugueses e africanos no início do povoamento e finais de quinhentos*. Lisboa: Edições Cosmos, 1997.

COUTO, Jorge - As tentativas portuguesas de colonização do Maranhão e o projecto da França Equinocial. In. VENTURA, Maria da Graça. (Coord) - *A União Ibérica e o Mundo Atlântico*. Lisboa: Ed. Colibri, 1997. p. 171-194.

CRUZ, Glenda Pereira da - Rural & Urbano. Espaços da expansão medieval: origem da organização espacial ibero-americana. In. *Colectânea de Estudos: Universo Urbanístico Português 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998. p. 155-204.

CRUZ FILHO - Tempestade em copo d'agua. In. GIRÃO, Raimundo. et. all. - *O Fundador de Fortaleza*. Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza / Secretaria Municipal de Urbanismo, 1960. p. 14-18.

DELSON, Roberta Marx - *Novas vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no século XVIII*. Brasília: Ed. Alva-CIORD, 1997.

DELSON, Roberta Marx - O início da profissionalização no exército brasileiro: os corpos de engenheiros do século XVII. In. *Colectânea de Estudos. Universo Urbanístico Português 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998. p. 203-223.

DESCRIPÇÃO de todo o maritimo da terra de Santa Cruz chamado vulgarmente, o Brazil. Feito por João Teixeira cosmographo de Sua Magestade. Anno de 1640. Lisboa: I.A.N./T.T. / ANA, 2000.

DESCRIPÇÃO dos portos marítimos do Reino de Portugal por João Teixeira Cosmógrafo mor de S. Mgde. Anno 1648. In. *Tesouros Cartográficos da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 2002. (CD Rom)

DIAS, João José Alves - *Gentes e Espaços (em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI)*. Vol. I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1996.

DICIONÁRIO de História de Portugal. Vol. I. Lisboa: Iniciativas Editoriais, s.d. Dirigido por Joel Serrão.

FAORO, Raimundo - *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. Vol 1. Rio de Janeiro: Globo, 1987.

FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. - *O Porto no tempo dos Almadas. Arquitectura. Obras Públicas*. Vol 1. Porto: s/ed., 1988.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo - *Desenvolvimento da civilização material no Brasil*. Rio de Janeiro: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1944.

FRANS Post e o Brasil Holandês na coleção do Instituto Ricardo Brennand. Recife: Instituto Ricardo Brennand, 2003. Catálogo da Exposição. Organização e textos Bia Corrêa do Lago.

GALLO, Alberto. *La divisione del Brasile nel 1534-36*. Firenze: Leo S. Olschki Editore, 2000.

GALVÃO, Helio - *História da Fortaleza da Barra do Rio Grande*. Rio de Janeiro: MEC/Conselho Federal de Cultura, 1979.

GANDAVO, Pero de Magalhães - *Tratado da Terra do Brasil. História da Província Santa Cruz*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia ; São Paulo: Edusp, 1980.

GIRÃO, Raimundo et. all. - *O Fundador de Fortaleza*. Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza / Secretaria Municipal de Urbanismo, 1960.

GIRÃO, Valdelice Carneiro - Da conquista à implantação dos primeiros núcleos urbanos na Capitania do Siará Grande. In. SOUZA, Simone (Coord) - *História do Ceará*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995. p. 25-44.

GÓIS, Damião de - *Elogio da Cidade de Lisboa*. Lisboa: Guimarães Editores, 2002. Introdução de Ilídio do Amaral. Apresentação, edição crítica, tradução e comentários de Aires A. Nascimento.

HENIGE, David P. - *Colonial governors from the fifteenth century to the present*. Londres: University of Wisconsin, 1970.

HESPANHA, António Manuel - Os modelos institucionais da colonização portuguesa e as suas tradições na cultura jurídica europeia. In. VENTURA, Maria da Graça (Coord). - *A União Ibérica e o Mundo Atlântico*. Lisboa: Edições Colibri, 1997. p. 65-71.

HOLANDA, Francisco de - *Da Fábrica que falece à Cidade de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1984.

HOLANDA, Sérgio Buarque de - *Raízes do Brasil*. 26ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ILHA, Frei Manuel da - *Narrativa da custódia de Santo Antônio do Brasil 1584/ 1621*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1975.

IMAGENS da formação territorial brasileira. Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht, 1993. Pesquisa, textos e seleção cartográfica de Isa Adonias.

IÑIGUEZ, Diego Angulo - *Historia del Arte Hispanoamericano*. Tomo I. Barcelona: Salvat Editores, 1945.

JABOATÃO, Frei Antonio de Santa Maria - *Orbe Serafico Novo Brasilico*. Lisboa: Officina de Antonio Vicente da Silva, 1761.

JOHNSON, Harold e SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (coord.) - *O Império Luso-Brasileiro 1500- 1620*. Lisboa: Editorial Estampa, 1992. Coleção Nova História da Expansão Portuguesa. Vol. VI.

KOSTER, Henry - *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco /Editora Massangana, 2002.

LAMAS, José M. Ressano Garcia - *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*. 2ª Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia/ Ministério da Ciência e da Tecnologia, 2000.

LEAL, José - *Itinerário Histórico da Paraíba*. 2ª ed. João Pessoa: A União, s/d.

LEAL, Willis - *Memorial da Festa das Neves*. João Pessoa: Gráfica Santa Marta, 1992.

LEITE, Serafim - *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo I. Lisboa: Livraria Portugália; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938.

LEMOS, Carlos - O Brasil. In: MOREIRA, Rafael (org) - *História das Fortificações portuguesas no Mundo*. Lisboa: Alfa, 1989. p. 235-254.

LINS, Eugênio de Ávila - *Arquitectura dos mosteiros beneditinos no Brasil: século XVI a XIX*. Porto: Universidade do Porto/Faculdade de Letras, 2002. Tese de doutoramento em História da Arte.

LINS, Guilherme Gomes da Silveira d'Avila - *Um primitivo núcleo colonial na Paraíba (1578-1579), situado na ilha da Restinga, que nunca existiu*. João Pessoa: Fabulação, 2003.

LIVRO das plantas das fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental com as descrições do marítimo dos Reinos e Províncias onde estão situadas e outros portos principais daquelas partes. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1991.

LIVRO de Duarte Barbosa. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1996. Introdução, texto crítico e apêndice de Maria Augusta da Veiga Sousa.

LIVRO Primeiro do Govêrno do Brasil 1607-1633. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1958.

LIVRO 2º do Governo do Brasil. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses/Museu Paulista/ Universidade de São Paulo, 2001.

LIVRO do Tombo do Mosteyro de Sam Bento da Cidade de Olinda. Recife: Imprensa Oficial, 1948.

LYRA, A. Tavares - Sinopse histórica da Capitania do Rio Grande do Norte (1500-1800). In. IV Congresso de História Nacional. *Anais* ... Vol 2. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950. p. 159-210.

MACHADO, Maximiano Lopes - *História da Província da Paraíba*. Vol I. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1977.

MARCADÉ, Jacques - O Brasil e os Holandeses. In. MAURO, Frédéric (coord.) - *O Império Luso-Brasileiro 1620-1750*. Lisboa: Editorial Estampa, 1991. p. 21-52. Coleção Nova História da Expansão Portuguesa. Vol. VII.

MARIZ, Marlene da Silva; SUASSUNA, Luiz Eduardo B. - *História do Rio Grande do Norte colonial (1597-1822)*. Natal: Natal Editora, 1997.

MARQUES, Alfredo Pinheiro - *A cartografia dos descobrimentos*. Lisboa: Elo, 1994.

MARQUES, A. H. de Oliveira - *História de Portugal. Do Renascimento às Revoluções Liberais*. Vol. II. 13ª Ed. Lisboa: Editorial Presença, 1998.

MARTINIÈRE, Guy - A implantação das estruturas de Portugal na América (1620-1750) In. MAURO, Frédéric (coord.) - *O Império Luso Brasileiro 1620-1750*. Lisboa: Editorial Estampa, 1991. p. 93-264. Coleção Nova História da Expansão Portuguesa. Vol. VII.

MARTINS, Fausto Sanches - *A Arquitectura dos primeiros colégios Jesuítas de Portugal: 1542-1759. Cronologia, artistas, espaços*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1994. Tese de Doutoramento.

MARX, Murilo - *Nosso chão: do sagrado ao profano*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1988.

MARX, Murilo - *Cidade no Brasil. Terra de quem?* São Paulo: Nobel : Edusp, 1991.

MATTOSO, José - Introdução à História Urbana Portuguesa. A Cidade e o Poder. In. *Cidades e História*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992. p. 9-20.

MEIRELES, Mário M. - *História do Maranhão*. 3ª Ed. São Paulo: Siciliano, 2001.

MELLO, Evaldo Cabral de - *Olinda Restaurada. Guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

MELLO, Evaldo Cabral de - Os Holandeses no Brasil. In. HERKENHOFF, Paulo (org.) - *O Brasil e os Holandeses*. Rio de Janeiro: Sextante Artes, 1999. p. 20-41.

MELLO, Evaldo Cabral de - *O negócio do Brasil. Portugal, os Países Baixos e o Nordeste (1641-1669)*. Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

MELLO, Evaldo Cabral de - O açúcar. In. RODRIGUES, Ana Maria (coord.) - *A Construção do Brasil 1500-1825*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000. p. 23-29.

MENEZES, José Luiz Mota - *A Fortaleza de Santa Catarina do Cabedelo*. Recife: Pool Editora, 1984.

MENEZES, José Luiz Mota - *Algumas notas a respeito da evolução urbana de João Pessoa*. Recife: Pool Editora, 1985.

MENEZES, José Luiz Mota e RODRIGUES, Maria do Rosário - *Fortificações portuguesas no Nordeste do Brasil, séculos XVI, XVII e XVIII*. 2ª Ed. Recife: Pool Editora, 1986.

MENEZES, José Luís Mota - Instrumentos para a percepção do espaço da "escola portuguesa de urbanismo". Geometria prática. In. *Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001. p. 359-368.

MOITA, Susana da Nóbrega Brites - *O Conselho Ultramarino no Brasil (1750-1777) Contributo para o estudo do sistema administrativo no Brasil colonial*. Liboa: Universidade de Lisboa, 2002. Dissertação de Mestrado em História apresentada à Faculdade de Letras.

MONTEIRO, Vilma dos Santos Cardoso - *História da Fortaleza de Santa Catarina*. João Pessoa: Imprensa Universitária/UFPB, 1972.

MOREIRA, Rafael - *Um tratado português de arquitectura do século XVI*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1982. Dissertação de Mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

MOREIRA, Rafael - Arquitectura: Renascimento e classicismo. In. *História da Arte Portuguesa*. Vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995. p. 303-375.

MOREIRA, Rafael - A arquitectura militar. In. *História da Arte em Portugal*. Lisboa: Publicações Alfa, 1986. p. 137-151.

MOREIRA, Rafael - O engenheiro-mor e a circulação das formas no Império Português. In. *Portugal e Flandres. Visões da Europa (1550-1680)*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura / Instituto Português do Patrimônio Cultural, 1992. p. 97-107.

MOREIRA, Rafael e BUENO, Beatriz Siqueira - O desenho de arquitectura militar: tipologias e usos. In. V Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte. *Actas...* Faro: Universidade do Algarve / Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. p. 15-26.

MOURA FILHA, Maria Berthilde - *O Cenário da Vida Urbana: a definição de um projeto estético para as cidades brasileiras na virada do século XIX / XX*. João Pessoa: Centro de Tecnologia da Universidade Federal da Paraíba/Editora Universitária, 2000.

MOURA NETO, Aníbal Victor de Lima e; MOURA FILHA, Maria Berthilde; PORDEUS, Thelma Ramalho. *Patrimônio Arquitetônico e Urbanístico de João Pessoa: um pré inventário*. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 1985. Monografia de conclusão da graduação em Arquitetura.

NIEUHOF, Joan - *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*. 2ª Ed. São Paulo: Livraria Martins, 1951.

NÓBREGA, Humberto - *De convento a palácio*. João Pessoa: A União Ed., 1965.

NÓBREGA, Humberto - *Arte colonial da Paraíba: Igreja e Convento de Santo Antônio*. João Pessoa: Ed. Universitária/Universidade Federal da Paraíba, 1974.

NOVAIS, Fernando A. - Condições da privacidade na Colônia. In. SOUZA, Laura de Mello e (org.) - *História da vida privada no Brasil*. Vol I. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 13-39.

NUNES, António Lopes Pires - *Dicionário temático de arquitectura militar e arte de fortificar*. Lisboa: Estado Maior do Exército/Direcção do Serviço Histórico Militar, 1991.

OLIVEIRA - Elza Regis de - *A Paraíba na crise do século XVIII: subordinação e autonomia (1755-1799)*. João Pessoa: Banco do Nordeste do Brasil, 1985.

OLIVEIRA, Elza Régis de Oliveira; MENEZES, Mozart Vergetti de; LIMA, Maria da Vitória Barbosa Lima. *Catálogo dos Documentos Manuscritos Avulsos referentes à Capitania da Paraíba, existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Liboa*. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2002.

PEDREIRINHO, José Manuel - *Dicionário de Arquitectos activos em Portugal do século I à actualidade*. Porto: Ed. Afrontamento, 1994.

PIMENTEL, António Filipe - D. João V e a Festa Devota: do espectáculo da política à política do espectáculo. In: *Arte Efêmera em Portugal*. Lisboa: Museu Calouste Gulbenkian, 2000. p. 151-174.

PIMENTEL, Luís Serrão - *Método Lusitânico de Desenhar as Fortificações das Praças Regulares e Irregulares*. Lisboa: Direcção da Arma de Engenharia/ Direcção do Serviço de Fortificações e Obras do Exército, 1993.

PINTO, Irineu Ferreira - *Datas e notas para a história da Paraíba*. Vol I. João Pessoa: Ed. da Universidade Federal da Paraíba, 1977.

PITA, Sebastião da Rocha - *História da América Portuguesa*. Lisboa: F. A. da Silva, 1880.

PRADO JÚNIOR, Caio - *História econômica do Brasil*. 41ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PRADO, J. F de Almeida - *A Conquista da Paraíba*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964. Coleção Brasiliana Vol. 321.

PRIMEIRA Visitação do Santo Officio ás partes do Brasil pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça, capellão fidalgo Del Rey nosso Senhor e do seu Desembargo, deputado do Santo Officio. Denunciações de Pernambuco, 1593-1595. São Paulo: Homenagem de Paulo Prado, 1929.

REIS FILHO, Nestor Goulart - *Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil (1500/1720)*. São Paulo: Livraria Pioneira/Ed. da Universidade de São Paulo, 1968.

REIS FILHO, Nestor Goulart - *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado/Fapesp, 2000.

RELAÇAM annual das cousas que fezeram os padres da Companhia de Jesus nas partes da Índia Oriental & no Brasil, Angola, Cabo Verde, Guine, nos annos de seiscentos & dous & seiscentos e tres, & do processo de conversam & christandade daquellas partes, tirada das cartas dos mesmos padres que de lá vieram pelo padre Fernam Guerreiro da mesma Companhia, natural de Almodóvar de Portugal. Lisboa: Jorge Rodrigues impressor de livros, 1605.

RELAÇAM breve e verdadeira da memoravel victoria que ouve o Capitão mor da Capitania da Paraiba Antonio de Albuquerque, dos Rebeldes de Olanda, que são vinte naos de guerra e vinte e sete lanchas: pretenderão occupar esta praça de Sua Magestade, trazendo nellas pera o effeito dous mil homens de guerra escolhidos, e fora a gente do mar. Composta pello Reverendo padre Frey Paulo do Rosario Comissario Provincial da Provincia do Brazil da Ordem do Patriarcha Sam Bento, como pessoa que a tudo se achou presente. Lisboa: Jorge Rodrigues, 1632.

RESENDE, André de - História da Antiguidade da Cidade de Évora. In. *André de Resende. Obras Portuguesas*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1963.

REZÃO do Estado do Brasil (c. 1616). Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1999. Edição fac-similada do Códice da Biblioteca Pública do Porto.

ROSSA, Walter - A cidade portuguesa. In. *História da Arte Portuguesa*. Vol III. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995. p. 233-323.

ROSSA, Walter - *Cidades Indo-Portuguesas*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos descobrimentos Portugueses, 1997.

ROTEIRO de todos os sinaes, conhecimentos, fundos, baixos, alturas e derrotas, que ha na costa do Brasil, desde o Cabo de Santo Agostinho até ao estreito de Fernão de Magalhães. Lisboa: Tagol, 1988. Edição fac-similada do manuscrito da Biblioteca da Ajuda.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. - *Um Mundo em Movimento: portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*. Lisboa: Difel, 1998.

SÁ, Frei Manoel de - *Memórias Históricas dos Illustrissimos Arcebispos, Bispos, e Escritores Portuguezes da Ordem de Nossa Senhora do Carmo, reduzidas a Catalogo Alfabetico*. Lisboa: Officina Ferreyriana, 1724.

SALGADO, Graça (coord.) - *Fiscais e Meirinhos. A Administração no Brasil Colonial*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SANTA TERESA, Padre Gio Gioseppe - *Istoria delle Guerre Del Regno Del Brasile accadute tra la Corona di Portogallo e la Republica di Olanda*. Roma: Stamperia degl'Eredi Del Corbelletti, 1698.

SANTOS, Paulo - *Formação de cidades no Brasil colonial*. Coimbra, 1968. Separata do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros.

SANTOS, Ricardo Evaristo dos - *El Brasil Filipino. 60 años de presencia española en Brasil (1580-1640)*. Madrid: Mapfre, 1993.

SCHWARTZ, Stuart B. - *Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *História de Portugal [1495-1580]*. 2ª Ed. Lisboa: Verbo, 1988.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *O Tempo dos Filipes em Portugal e no Brasil (1580-1668)*. Lisboa: Ed. Colibri, 1994.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da - A Estrutura Social. In. *O Império Luso-Brasileiro 1750-1822*. Lisboa: Editorial Estampa, 1986. p. 215-260. Coleção Nova História da Expansão Portuguesa Vol. VIII.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da - *História da família no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

SILVEIRA, Luís - *Ensaio de Iconografia das cidades portuguesas de ultramar*. Lisboa: Ministério do Ultramar / Junta de Investigação do Ultramar, s.d.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al. - *Estrutura de Poder na Paraíba*. Vol. 4. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1999.

SILVEIRA, Simão Estacio da - *Relação Sumaria das cousas do Maranhão*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1911.

SMITH, Robert - Arquitetura colonial. In. *As artes na Bahia*. I Parte. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, 1954.

SOUSA, Gabriel Soares de - *Tratado Descriptivo do Brasil em 1587*. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1825.

SOUSA, Ivo Carneiro de - *Da Descoberta da Misericórdia à Fundação das Misericórdias (1498-1525)*. Porto: Granito Editores e Livreiros, 1999.

SOUZA, Simone (Coord) - *História do Ceará*. 4ª Ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995.

TAVARES, João de Lyra - *Apontamentos para a história territorial da Paraíba*. Vol 1. Coleção Mossoroense. João Pessoa, 1982.

TEIXEIRA, Manuel C. e VALLA, Margarida - *O Urbanismo Português. Séculos XIII-XVIII Portugal - Brasil*. Lisboa: Livros Horizontes, 1999.

TEIXEIRA, Manuel C. - A História Urbana em Portugal: desenvolvimentos recentes. In. *Colectânea de Estudos: Universo Urbanístico Português 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998. p. 547-566.

TELLES, Pedro Carlos da Silva - *História da Engenharia no Brasil séculos XVI a XIX*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Clavero, 1994.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo - *História Geral do Brazil antes da sua separação e independência de Portugal*. 2.Ed. Tomo I. Rio de Janeiro: E.& H. Laemmert,[18—]

VARNHAGEN, Francisco Adolfo - *História Geral do Brazil antes da sua separação e independência de Portugal*. Tomo V. 3ª Ed. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, s/d.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo - *História das Lutas com os Hollandezes no Brazil desde 1624 a 1654*. Lisboa: Typographia de Castro Irmão, 1872.

VASCONCELOS, Simão de - *Notícias curiosas e necessárias das cousas do Brasil*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

VIANNA, Hélio - *História do Brasil*. 15ª Ed. São Paulo: Melhoramentos, 1994.

VITERBO, Francisco Marques de Sousa - *Dicionário histórico e documental dos arquitectos, engenheiros e construtores portugueses ou ao serviço de Portugal*. 3 Vol. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988.

VITRUVIO, Marco Lucio - *Los diez libros de Arquitectura*. Madrid: Alianza Editorial, 1995.

PERIÓDICOS

ALEGRIA, Maria Fernanda. Representações do Brasil na produção dos cartógrafos Teixeira (c. 1586-1675). *Mare Liberum*. n. 10. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Dez. 1995. p.189-204.

ALMANACH do Estado da Parahyba. 5º Anno. 7ª Phase. João Pessoa: Imprensa Official, 1932.

BARBOSA, Cônego Florentino - A Casa da Pólvora. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba*. N. 7. João Pessoa, 1932. p. 45-53.

BARBOSA, Maria do Socorro Ferraz - O Arquivo Histórico Ultramarino: uma passível revisão historiográfica. *CLIO*. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. n. 17. Recife: UFPE, 1998. p. 105-113.

BARRETO, Paulo Tedim - Casas de Câmara e Cadeia. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. N. 26. Rio de Janeiro, 1997. p. 362-443.

BREVE discurso sobre o estado das quatro capitanias conquistadas de Pernambuco, Itamaracá, Parahyba e Rio Grande situadas na parte septentrional do Brazil. *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*. N. 34. Recife: Typographia Universal, 1887. p. 139-196.

CASTELLO BRANCO, José Moreira Brandão - Quem fundou Natal. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Vol. 200. Rio de Janeiro, 1950. p. 65-71.

CASTRO, Joaquim José da Silva (org.) - Chronica do Mosteiro de N. S. Do Mont-Serrat da Parahyba do Norte. *Almanach do Estado da Parahyba*. Ano X. 1912. p. 61-78.

CHICÓ, Mário T. - A "cidade ideal" do Renascimento e as cidades portuguesas da Índia. *Garcia de Orta*. Número Especial. Lisboa: Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar, 1956. p. 321-328.

COUTO, Jorge - O Brasil Pombalino. *Camões*. n. 15-16. Jan / Jun. 2003. p. 53-74.

CRISTÓVÃO, Fernando - Brasil: do "descobrimento" à "construção". *Camões*. n. 8. Jan / Mar. 2000. p. 94-113.

CURADO, Silvino da Cruz - Contributo dos engenheiros militares para a estruturação do Brasil na segunda metade do século XVIII. In. *Actas do IX Colóquio "Os Militares na Sociedade Portuguesa"*. 1999. p. 159-175.

DEFFONTAINES, Pierre - Como se constituiu na Brasil a rede de cidades. *Série Arquitetura e Urbanismo*. n. 10. Brasília: Instituto de Artes e Arquitetura da UNB, 1972. s/p.

Descripção da cidade e barra da Paraíba de Antonio Gonçalvez Paschoa, piloto natural de Peniche, que ha vinte annos reside na dita cidade. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba*. n. 3. Paraíba, 1911. p. 367-371.

ESPANCA, Túlio - Visitas de Embaixadores célebres, Reis, Príncipes e Arcebispos a Évora nos Séculos XV-XVIII. In. A Cidade de Évora. *Boletim da Comissão Municipal de Turismo*. n. IX. Jan-Jun, 1952. p. 139-147.

FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. - A Festa Barroca no Porto ao serviço da Família Real na segunda metade do século XVIII - subsídios para o seu estudo. *Revista da Faculdade de Letras*. II Série. Vol. V. Porto, 1988. p. 9-67.

FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. - A Festa da Vida, a Festa da Morte e a Festa da Glória: três exemplos em 1793. *Poligrafia*. N. 2. Arouca: Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 1993. p. 103-142.

GASPAR, Jorge - A propósito da originalidade da cidade muçulmana. *Finisterra*. Vol. III -5. Lisboa, 1968. p. 19-31.

GASPAR, Jorge - A morfologia urbana de padrão geométrico na Idade Média. *Finisterra*. Vol. IV - 8. Lisboa, 1969. p. 198-215.

HERCKMAN, Elias - Descripção Geral da Capitania da Parahyba. *Almanach do Estado da Parahyba*. Ano IX. Parahyba: [Imprensa Official], 1911.

JACOB, Salomão - A praça D. Ulrico. *Revista do Gabinete de Estudinhos de Geografia e História da Paraíba*. Ano III, n. 3. João Pessoa, Dez. 1933. p. 34-35.

LEAL, José - A evolução dos becos metropolitanos. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba*. N. 20. João Pessoa, 1974. p. 51-58.

LEAL, Vinícius Barros - Colonização e povoamento do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*. Tomo XIV. Fortaleza, 1990. p. 62-73.

LINS, Cel Ávila - A primitiva casa da pólvora. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba*. N. 9. João Pessoa, 1937. p. 21-24.

LIVRO dos Guardiães do Convento de Santo António da Paraíba (1589-1885). *STVDIA*. n. 19. Dez/1966. p. 173-207.

LIVRO do Tombo do Mosteyro de Sam Bento da Parahyba. Liv. 2. *Revista do Arquivo Público Estadual de Pernambuco*. Ano II. N. III. Recife: Imprensa Oficial, 1948.

LIVRO do Tombo do Mosteyro de Sam Bento da Parahyba. Liv. 3. *Revista do Arquivo Público Estadual de Pernambuco*. Ano II. N. IV. Recife: Imprensa Oficial, 1949.

MARQUES, Alfredo Pinheiro - *A cartografia do Brasil no século XVI*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1988. Série Separatas, nº 209.

MATOS, Artur Teodoro de - A importância do Brasil no Império Colonial Português. *Revista de História*. Tomo XXXIII. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra/Instituto de História Econômica e Social, 1999. p. 95-111.

MAURO, Frédéric - Do pau brasil ao açucar, estruturas económicas e instituições políticas, 1530-1580. *Revista de Ciências do Homem*. Vol. IV, Série A. Universidade de Lourenço Marques, 1972. p. 197-205.

MELO, Afonso Bandeira - O plano de D. João III - Ensaios e desilusões. In. VII Congresso Luso-Brasileiro de História. *Actas* ... Tomo I. Lisboa, 1940. p. 135-151.

MOREIRA, Rafael - Desventuras de João de Barros primeiro colonizador do Maranhão. *Oceanos*. n. 27. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Jul / Set. 1996. p. 101-111.

OCEANOS. O achamento do Brasil. n. 39. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Jul / Set. 1999.

OCEANOS. A Formação territorial do Brasil. n. 40. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Out / Dez 1999.

OLIVEIRA, Marcelo Almeida - *Os espaços públicos brasileiros no século XVIII*. Belo Horizonte, 2004. (trabalho inédito)

PAÇO, Afonso de - Fortaleza de Nossa Senhora da Assumpção da Capitania do Ceará Grande. *Brasília*. Vol. 5. Coimbra, 1950. p. 427-439.

PINTO, Luiz - O Rio Paraíba do Norte fixador humano. *Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*. Vol. LI. Rio de Janeiro, 1944. p. 76-87.

REGIMENTO que levou Tomé de Sousa, 1º Governador Geral do Brasil. In. IV Congresso de História Nacional. *Anais* ... Vol. 2. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950. p. 45-68.

REGIMENTO que o Capitão Mor Alexandre de Moura deixa ao Capitão Mor Hieronimo Dalbuquerque por serviço de Sua Magestade para bem do Governo desta Provincia do Maranhão. In. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*. Vol. XXVI. Rio de Janeiro, 1905. p. 229-234.

REIS FILHO, Nestor Goulart - Importância da vida urbana no Brasil colonial. In. V Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte. *Actas...* Faro: Universidade do Algarve/Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2002. p. 171-184.

RELAÇÃO das Capitanias do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo LXII, Parte I. Rio de Janeiro, 1900. p. 5-25. Transcrição de Francisco Adolpho Varnhagem.

SALVADOR, Frei Vicente do. História do Brasil. In. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*. Vol. XIII. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger & Filhos, 1888.

SMITH, Robert C. - *Urbanismo Colonial no Brasil*. Trabalho originalmente apresentado no II Colóquio Internacional de Estudos Luso-brasileiros (São Paulo, 1954), e publicado na revista Arquitetura, n. 50, 1967. s/p.

STUDART, Barão de - O mais antigo documento existente sobre a história do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*. Tomo 17. Fortaleza, 1903. p. 51-96.

SUMMARIO das armadas que se fizeram, e guerras que se deram na conquista do rio Parayba; escripto e feito por mandado do muito reverendo padre em Christo, o padre Chistovam de Gouveia, visitador da Companhia de Jesus, de toda a provincia do Brasil. *Iris*. Vol I. Rio de Janeiro, 1848. p. 19-102.

TAPAJÓS, Vicente - A união das coroas ibéricas: factor relevante na formação territorial do Brasil. In. IV Congresso das Academias da História Ibero-Americanas. *Actas...* Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1996.

THÉBERGE, Pedro - Esbôço histórico sôbre a província do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*. Tomo LXXXIV. Fortaleza, 1970. p. 104-118.

VERDONCK, Adriano - Descripção das Capitanias de Pernambuco, Itamaracá, Parahyba e Rio Grande. Memória apresentada ao Conselho Político do Brasil, em 20 de Maio de 1630. *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*. N. 55. Ano XXXIX. Recife, 1901.

WILLEKE, Frei Venâncio - Dois Arquitectos Franciscanos do Brasil Quinhentista. *Itinerarium*. Ano 13. n. 55. Lisboa, 1967. p. 65-76.

WILLEKE, Frei Venâncio - Atas Capitulares da Província Franciscana de Santo Antônio do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Vol. 286. Rio de Janeiro, 1970. p. 92-222.

WILLEKE, Frei Venâncio - As relações entre o governo português e os franciscanos do Brasil durante o século XVI. *Revista do Instituto do Ceará*. Tomo LXXXVI. Ano LXXXVI. Fortaleza, 1972. p. 221-234.

DOCUMENTAÇÃO

A.G.S. - Arquivo Geral de Simancas

A.G.S. - Secretaria Provincial - Liv. 1575 - fl. 6v.-9. RELAÇÃO apresentada ao Rei [Filipe II] dos rendimentos da Capitania da Paraíba e gastos que eram feitos pela Fazenda Real daquela capitania. 1605.

A.G.S. - Secretaria Provincial - Liv. 1575 - fl. 22. RELAÇÃO abreviada sobre a Capitania da Paraíba, apresentada ao Rei [Filipe II]. 1605.

A.H.U. - Arquivo Histórico Ultramarino

DOCUMENTAÇÃO AVULSA DA CAPITANIA DO MARANHÃO

A.H.U. - ACL_CU_009, Cx. 7, Doc. 761. CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre a nova povoação que se determina fazer no rio de Icatu. 1686, Novembro, 26, Lisboa.

DOCUMENTAÇÃO AVULSA DA CAPITANIA DE PERNAMBUCO

A.H.U. - ACL_CU_015, Cx. 1, Doc. 26. ALVARÁ do rei [D. Filipe II], ordenando a fortificação da cidade de Salvador e da fortaleza do Recife, da capitania de Pernambuco, e que as mesmas utilizem suas imposições para tal feito. 1607, Novembro, 02, Lisboa.

A.H.U. - ACL_CU_015, Cx. 5, Doc. 363. CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João IV, sobre os excessos de jurisdição dos mestres-de-campo, João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros, conturbando a tentativa de se estabelecer a paz por parte dos governos envolvidos. 1647, Outubro, 24, Lisboa.

A.H.U. - ACL_CU_015, Cx. 6, Doc. 515. - CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João IV, sobre o requerimento do engenheiro Cristóvão Alves, pedindo ajuda de custo para seu sustento. 1654, Dezembro, 24, Lisboa.

A.H.U. - ACL_CU_015, Cx. 6, Doc. 534. - CARTA do [mestre-de-campo geral da capitania de Pernambuco], Francisco Barreto, ao rei [D. João IV], sobre as fortificações que serão necessárias na capitania de Pernambuco. 1655, Maio, 23, Recife.

A.H.U. - ACL_CU_015, Cx. 10, Doc. 927. CARTA RÉGIA (cópia) do príncipe regente [D. Pedro] ao mestre-de-campo João Fernandes Vieira, nomeando-o superintendente das Fortificações da capitania de Pernambuco. 1671, Agosto, 26, Lisboa.

A.H.U. - ACL_CU_015, Cx. 51, Doc. 4489. CERTIDÃO do capitão de Mar e Guerra das fragatas da Coroa, João da Costa de Brito, atestando o desempenho do capitão de Infantaria do Terço da Guarnição da praça do Recife, João Rodrigues de Sousa, na retomada da ilha de Fernando de Noronha dos franceses. 1737, Novembro, 02. [Fernando de Noronha]

DOCUMENTAÇÃO AVULSA DA CAPITANIA DA PARAÍBA

A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 1, Doc. 35. CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao rei D. João IV, sobre o requerimento do capitão Domingos de Almeida, solicitando carta patente de sargento-mor da Paraíba, em remuneração dos serviços prestados, entre os quais constava o empréstimo de mais de 60 cruzados destinados à construção do forte de Santo Antonio na Paraíba. 1654, Julho, 07, Lisboa.

A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 1, Doc. 43. CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao rei D. Afonso VI, sobre a carta dos oficiais da Câmara da Paraíba, em que solicitam provisão para os moradores da capitania não serem executados em suas dívidas, por tempo de seis anos, para que tenham condições de administrar suas fazendas e engenhos danificados na época da guerra contra os holandeses. 1658, Fevereiro, 23, Lisboa.

A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 1, Doc. 50. CARTA do capitão-mor da Paraíba, Matias de Albuquerque Maranhão, ao rei D. Afonso VI, sobre a contribuição que coube à capitania para o dote da rainha da Grã-Bretanha e paz de Holanda. 1662, Junho, 12, Paraíba.

A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 1, Doc. 55. PARECER do Conselho Ultramarino sobre a carta dos oficiais da Câmara da Paraíba, pedindo isenção da contribuição dos três mil cruzados anuais do dote da rainha da Grã-Bretanha e paz da Holanda. 1663, Julho, 9, Lisboa.

A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 1, Doc. 64. - CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao rei D. Afonso VI, sobre a forma como se deve recuperar as fortificações da Paraíba, particularmente, o forte do Cabedelo. 1666, Maio, 25, Lisboa.

A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 1, Doc. 79. CARTA dos lavradores e senhores de engenho da Paraíba, ao príncipe regente D. Pedro, queixando-se dos oficiais da Câmara pela mudança da balança do açúcar de Tiberi para o passo do Varadouro e a necessidade de se fazer comércio com Pernambuco, pela falta de gêneros e navios do Reino e Angola, e escravos da Guiné. 1671, Setembro, 8, Lisboa.

A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 1, Doc. 80. - CARTA de Inácio Coelho da Silva, capitão-mor da Paraíba, ao príncipe regente D. Pedro, acerca da sua posse no governo, e o estado de conservação e defesa da capitania. 1671, Setembro, 11, Lisboa.

A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 1, Doc. 86. - CARTA dos oficiais da Câmara da Paraíba, ao príncipe regente D. Pedro, sobre os bons serviços prestados pelo capitão-mor da Paraíba, Inácio Coelho da Silva, e solicitando seja provido por outro triênio no governo da capitania. 1673, Agosto, 15, Paraíba.

A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 2, Doc. 114. - CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao príncipe regente D. Pedro, sobre a carta do capitão-mor da Paraíba, Alexandre de Sousa e Azevedo, acerca da ruína da fortaleza do Cabedelo e a falta de munições na praça, e necessidade de um engenheiro. 1681, Setembro, 06, Lisboa.

A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 2, Doc. 118. CONSULTA do Conselho Ultramarino ao príncipe regente D. Pedro, sobre o requerimento de Francisco do Rego Barros solicitando provisão de dez anos de liberdade, por ter reedificado o engenho São Gonçalo à sua custa. 1683, Fevereiro, 5, Lisboa.

A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 2, Doc. 136. CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao rei D. Pedro II, sobre a provisão do governador e capitão-geral do Estado do Brasil, D. Antônio Luís de Sousa, passada aos moradores da Paraíba para navegarem o seu açúcar para o porto de Recife. 1685, Outubro, 08, Lisboa.

A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 3, Doc. 197. - CARTA do ouvidor-geral da Paraíba, Cristóvão Soares Reimão, ao rei D. Pedro II, sobre não haver cadeia capaz na cidade nem casa de audiência para juízes e almotacés, propondo providências para a sua edificação. 1696, Maio, 03, Paraíba.

A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 3, Doc. 209. - CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao rei D. Pedro II, sobre a carta do ouvidor-geral da Paraíba, Cristóvão Soares Reimão, acerca das despesas desnecessárias feitas pelos oficiais da Câmara. 1697, Setembro, 06, Lisboa.

A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 3, Doc. 248. - CARTA do capitão-mor da Paraíba, Francisco de Abreu Pereira, acerca dos trabalhos indevidamente prestados pelos mestres do forte do Cabedelo, ao Convento de São Francisco, e das reclamações feitas pelo padre frei D. Felipe, religioso do mesmo convento, sobre a nova contribuição do cruzado por caixa de açúcar para a obra do forte do Cabedelo. 1701, Junho, 20, Paraíba.

A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 4, Doc. 263. - CARTA do provedor da Fazenda Real da Paraíba, Salvador Quaresma Dourado, ao rei D. Pedro II, sobre a demora com a construção da fortaleza de Cabedelo, por falta de oficiais, e da necessidade de aposentar o condestável, por ser ele já muito velho. 1704, Abril, 08, Paraíba.

A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 5, Doc. 416. - CARTA do capitão-mor da Paraíba, João de Abreu Castel Branco, ao rei D. João V, sobre a difícil situação da capitania, em conseqüência da seca. 1724, Junho, 25, Paraíba.

A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 6, Doc. 452. CARTA do capitão-mor da Paraíba, João de Abreu Castelo Branco, ao rei D. João V, sobre as dificuldades com a calamidade da seca e morte de mais da metade dos escravos, solicitando transportar escravos de Angola para a Paraíba. 1725, Julho, 21, Paraíba.

A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 6, Doc. 463. - CARTA do provedor da Fazenda Real da Paraíba, Salvador Quaresma Dourado, ao rei D. João V, sobre a ordem para dar, dos rendimentos dos dízimos da Paraíba, cem mil réis para construção de uma capela para que os presos possam ouvir missas. 1725, Julho, 27, Paraíba.

A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 6, Doc. 535. - CARTA do vigário da Paraíba, Antônio da Silva e Melo, ao rei D. João V, sobre o estado em que se achava a Igreja de Nossa Senhora das Neves; e solicitando um toldo para a referida igreja. 1726, Setembro, 20, Paraíba.

A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 7, Doc. 570. - CARTA do provedor da Fazenda Real da Paraíba, Salvador Quaresma Dourado, ao rei D. João V, remetendo relação da receita e despesa do Almoxarifado, de 1723 a 1729. 1729, Maio, 30, Paraíba.

A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 7, Doc. 600. - CARTA do juiz ordinário da Paraíba, Manuel Rodrigues Coelho, ao rei [D. João V], queixando-se que os poucos recursos existentes na Câmara da cidade são utilizados pelo capitão-mor, [Francisco Pedro de Mendonça Gorjão], impossibilitando a construção de obras públicas. 1729, Julho, 12, Paraíba.

A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 10, Doc. 806. - CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao rei D. João V, sobre o requerimento do prior da Reforma do Carmo do Convento da Paraíba, solicitando ornamento para os três altares da igreja. 1736, Junho, 26, Lisboa.

A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 10, Doc. 813. - CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao rei D. João V, sobre a carta dos oficiais da Câmara da Paraíba acerca da necessidade de obras na cidade e do fato de não disporem de rendas, em razão do contrato das carnes, que antes era administrado pela Câmara e passou à Fazenda Real. 1736, Outubro, 11, Lisboa.

A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 10, Doc. 829. - CARTA do capitão-mor da Paraíba, Pedro Monteiro de Macedo ao rei [D. João V], sobre a presença francesa na Paraíba, Rio Grande, Pirangi, Canabara, Maranhão e Pernambuco, e os procedimentos necessários a serem tomados no norte e sul da Colônia, no caso de uma guerra contra Castela e, ou França. 1738, Janeiro, 13, Paraíba.

A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 10, Doc. 835. - CARTA do provedor da Fazenda Real da Paraíba, Jorge Salter de Mendonça, ao rei [D. João V], sobre o recebimento e quanto importam os livros, ornamentos e apetrechos de guerra, enviados à Provedoria, matriz e Convento da Reforma do Carmo. 1738, Fevereiro, 18, Paraíba.

A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 10, Doc. 854. - CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao rei D. João V, sobre o requerimento de Clemente Gomes, solicitando um órgão para os padres de Nossa Senhora do Carmo da Reforma da Paraíba. 1738, Maio, 12, Lisboa.

A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 10, Doc. 862. - CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao rei D. João V, sobre a carta do capitão-mor da Paraíba, Pedro Monteiro de Macedo, acerca de como vivem os religiosos franciscanos e capuchos da capitania. 1738, Agosto, 23, Lisboa.

A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 13, Doc. 1085. - CARTA dos oficiais da Câmara da Paraíba, ao rei [D. João V], sobre o atraso das obras de decoração em talha dourada do altar de São Sebastião, na igreja matriz da cidade, bem como da cadeia, casa da Câmara e fonte de Tambiá, devido à falta de verbas, cujo pagamento, o provedor da Fazenda Real ainda não efetuou. 1744, Outubro, 15, Paraíba.

A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 14, Doc. 1151. - CARTA do capitão-mor da Paraíba, António Borges da Fonseca, ao rei [D. João V], sobre a arrematação e orçamento da obra das casas da residência dos governadores da capitania. 1746, Abril, 26, Paraíba.

A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 14, Doc. 1218. Levantamento do quantitativo e valor da alvenaria de pedra da casa que havia servido de palácio, documento anexo à CARTA do [capitão-mor da Paraíba], António Borges da Fonseca, ao rei [D. João V], sobre a hipótese de se levantar o sobrado da Casa dos Contos. 1747, Junho, 16, Paraíba.

A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 14, Doc. 1222. - CARTA dos oficiais da Câmara da Paraíba, ao rei D. João V, sobre as novas posturas que se realizaram na capitania para o seu bom funcionamento. 1747, Junho, 28, Paraíba.

A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 15, Doc. 1258. - CARTA do capitão-mor da Paraíba, António Borges da Fonseca, ao rei D. João V, remetendo a relação do rendimento e despesa da Paraíba. 1749, Fevereiro, 02, Paraíba.

A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 16, Doc. 1327. - CERTIDÃO do tabelião do Público Judicial e Notas da Paraíba, e escrivão da Câmara, Gonçalo da Rocha Carvalho, comprovando as despesas da Câmara com as festas religiosas. 1752, Maio, 18, Paraíba.

A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 16, Doc. 1328. - REPRESENTAÇÃO dos oficiais da Câmara da Paraíba, ao rei [D. José I], solicitando que defira o requerimento dos moradores da capitania, no qual pedem a abertura do porto para que possam comerciar o que produzem. 1752, Maio, 20, Paraíba.

A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 16, Doc. 1337. - REQUERIMENTO do capitão José Gomes da Costa e demais homens de negócios da cidade da Paraíba, ao rei [D. José I], solicitando que se recuse o requerimento da Câmara da cidade da Paraíba, o qual propõe que o açúcar produzido na Paraíba embarque por Pernambuco. [ant. 1752, Outubro, 13, Paraíba]

A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 17, Doc. 1389. - CARTA do governador da Paraíba, Luís António de Lemos de Brito, ao rei D. José I, atendendo a ordem de remeter as listas do número de oficiais e tropas auxiliares e dar informações sobre os portos de mar e costas que necessitavam de proteção. Faz referência às obras que eram necessárias para recuperação do forte da Baía da Traição. 1754, Abril, 25, Paraíba.

A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 18, Doc. 1434. - CARTA do governador da Paraíba, Luís António de Lemos de Brito, ao rei D. José I, remetendo a relação da receita e despesa da Fazenda Real, apontando os meios para se tirar alguma utilidade da capitania. 1755, Maio, 04, Paraíba.

A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 18, Doc. 1454. - CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao rei D. José I, sobre a carta do governador e coronel da Paraíba, Luís António de Lemos de Brito, remetendo a receita e despesa da Fazenda Real e apontando os meios de tornar útil a capitania. 1755, Setembro, 19, Lisboa.

A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 18, Doc. 1455. - CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao rei D. José I, sobre a carta do governador e coronel da Paraíba, Luís António de Lemos de Brito, informando sobre a necessidade que há de capelão, para rezar missa aos presos da cadeia. 1755, Setembro, 20, Lisboa.

A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 18, Doc. 1456. - CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao rei D. José I, sobre o requerimento do Provedor e Irmãos da Santa Casa da Misericórdia da Paraíba, solicitando ajuda para a reedificação do hospital, destruído com a invasão holandesa. 1755, Outubro, 01, Lisboa.

A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 19, Doc. 1495. - CARTA dos oficiais da Câmara da Paraíba, ao rei D. José I, sobre os motivos pelos quais não deve a capitania da Paraíba ficar sujeita à de Pernambuco, inclusive por possuir renda própria. 1756, Maio, 19, Paraíba.

A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 20, Doc. 1538. - CARTA do ouvidor-geral da Paraíba, Domingos Monteiro da Rocha, ao rei D. José I, sobre as festividades de São Francisco de Borja e Nossa Senhora serem feitas à custa do Senado da Câmara da capitania. 1757, Abril, 22, Paraíba.

A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 20, Doc. 1539. - CARTA do provedor da Fazenda Real da Paraíba, Manuel Rodrigues Coelho, ao rei D. José I, remetendo a relação anual da receita e despesa da Provedoria da Paraíba. 1757, Abril, 24, Paraíba.

A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 20, Doc. 1552. - CARTA dos oficiais da Câmara da Paraíba, ao rei D. José I, sobre a correspondência que mantiveram com o vigário e o vice-reitor do colégio da Companhia de Jesus da cidade, relativa à procissão de Nossa Senhora e à festa de São Francisco de Borja. 1757, Maio, 13, Paraíba.

A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 20, Doc. 1556. - CERTIDÃO do Capitão da Fortaleza do Cabedelo, Manoel Gonçalvez Ramalho, encaminhada ao capitão-mor da Paraíba, José Henriques de Carvalho, sobre as obras feitas na fortaleza do Cabedelo. 1757, Abril, 27, Paraíba.

A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 20, Doc. 1566. - CARTA do provedor da Fazenda Real da Paraíba, Manuel Rodrigues Coelho, ao rei D. José I, sobre não ter recebido ordem a respeito da procissão solene no dia do patrocínio de Nossa Senhora e da festa no dia de São Francisco de Borja. 1757, Junho, 04, Paraíba.

A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 20, Doc. 1576. - CARTA dos oficiais da Câmara da Paraíba, ao rei [D. José I], queixando-se da falta de atenção do vigário da igreja matriz da cidade da Paraíba, de esperá-los à porta da Igreja, no dia da festa do patrocínio de Nossa Senhora, para acompanharem a procissão. 1757, Novembro, 18, Paraíba.

A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 20, Doc. 1578. - CARTA do Governador da Paraíba, Luís António de Lemos de Brito, ao rei D. José I, sobre a carta dos oficiais da Câmara da Paraíba, solicitando para o porto continuar fechado para evitar que os mantimentos não saiam da capitania. 1757, Novembro, 24, Lisboa.

A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 21, Doc. 1606. - OFÍCIO do capitão-mor da Paraíba, José Henriques de Carvalho, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Tomé Joaquim da Costa Corte Real, sobre as munições que são necessárias à capitania; e sobre o estado em que se encontram as fortificações. 1759, Março, 16, Paraíba.

A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 21, Doc. 1611. - CARTA dos oficiais da Câmara da Paraíba, ao rei D. José I, sobre assistirem à festa de São Francisco de Borja e à procissão de Nossa Senhora, sem levarem propinas nem concorrerem com despesa alguma. 1759, Março, 26, Paraíba.

A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 22, Doc. 1655. - REQUERIMENTO do vigário colado da igreja matriz da cidade da Paraíba, António Soares Barbosa, ao rei [D. José I], solicitando mandar que a Fazenda Real aplique o resto da quantia dos três mil cruzados, doada como ajuda de custo à obra da mesma igreja, na conclusão da capela-mor. [ant. 1761, Agosto, 13, Paraíba]

A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 23, Doc. 1759. - CARTA do [governador da Paraíba, brigadeiro] Jerónimo José de Melo e Castro, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, reclamando da falta de mestres de gramática, tendo em vista a expulsão dos jesuítas. 1765, Junho, 16, Paraíba.

A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 23, Doc. 1778. - CARTA do [governador da Paraíba, brigadeiro] Jerónimo José de Melo e Castro, ao rei [D. José I], sobre a necessidade de se criar na Paraíba, a exemplo da Bahia e Pernambuco, uma Companhia de Pardos, já que estes se sentem desprezados nas Companhias dos Brancos e dos Pretos. 1766, Abril, 21, Paraíba.

A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 25, Doc. 1967. - OFÍCIO do [governador da Paraíba], brigadeiro Jerónimo José de Melo e Castro, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre o governo de Pernambuco não atender às suas reclamações para se fazer os reparos na fortaleza do Cabedelo e construção de um reduto na Baía da Traição. 1775, Junho, 12, Paraíba.

A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 25, Doc. 1978. - OFÍCIO do [governador da Paraíba], brigadeiro Jerónimo José de Melo e Castro, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, tratando, entre outros assuntos, sobre a fortaleza do Cabedelo e a construção do Erário. 1776, Novembro, 06, Paraíba.

A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 26, Doc. 2023. - CARTA dos oficiais da Câmara da Paraíba, à rainha D. Maria I, em que denunciam que as escolas continuam fechadas, apesar da arrecadação do imposto criado por ordem de D. José I, para pagar em cada capitania os mestres das escolas menores e maiores até filosofia. 1778, Outubro, 03, Paraíba.

A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 27, Doc. 2091. - OFÍCIO do [governador da Paraíba], brigadeiro Jerónimo José de Melo e Castro ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, informando a ausência do provedor, José Gonçalves, e o escrivão da Fazenda, Bento Bandeira de Melo, às homenagens de aniversário da rainha [D. Maria I] ; e alegando necessidade de um juiz de Fora. 1781, Julho, 20, Paraíba.

A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 27, Doc. 2096. - OFÍCIO do [governador da Paraíba], brigadeiro Jerônimo José de Melo e Castro, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, informando a insistência da Câmara em solicitar um juiz de Fora que sirva de provedor da Fazenda; acusando os descaminhos com a Fazenda Real; e refere-se, ainda, à necessidade de reedificar e consertar a Alfândega da cidade. 1781, Setembro, 25, Paraíba.

A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 27, Doc. 2100. - CARTA dos oficiais da Câmara, à rainha [D. Maria I], justificando a nomeação de um juiz de Fora, dado o aumento da cidade e o acúmulo de trabalho do juiz Ordinário. 1781, Setembro, 29, Paraíba.

A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 28, Doc. 2112. - OFÍCIO do [governador da Paraíba], brigadeiro Jerónimo José de Melo e Castro, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, queixando-se do provedor da Fazenda, bacharel José Gonçalves de Medeiros, por agir de má fé com as coisas da Fazenda e de ter evitado visitar o Senhor Bom Jesus, durante a procissão dos fogaréus, pois sabia que ele, governador, era fundador. 1782, Agosto, 08, Paraíba.

A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 30, Doc. 2175. OFÍCIO do [governador da Paraíba], Jerônimo José de Melo e Castro, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre os problemas econômicos da Paraíba, provocados pela subordinação. 1787, Maio, 02, Paraíba.

A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 31, Doc. 2268. - OFÍCIO do [governador da Paraíba], coronel Jerônimo José de Melo e Castro, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, informando da fome na capitania, com os mais sofridos a roubarem alimentos. 1792, Julho, 17, Paraíba.

A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 32, Doc. 2307. - OFÍCIO do [governador da Paraíba, brigadeiro Jerônimo José de Melo e Castro, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, informando do contentamento de todos, inclusive os preparativos de festa, com o nascimento da Princesa da Beira. 1794, Abril, 07, Paraíba.

A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 33, Doc. 2409. REQUERIMENTO do [governador nomeado para a Paraíba], Fernando Delgado Freire de Castilho, à rainha [D. Maria I], solicitando a autonomia do governo da Paraíba face ao de Pernambuco. [ant. 1798, Lisboa]

A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 33, Doc. 2428. - OFÍCIO do [governador da Paraíba], Fernando Delgado Freire de Castilho, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Rodrigo de Sousa Coutinho, informando das conseqüências das secas de 1791, 1792 e 1793, que arrasaram as plantações e mataram gados e escravos; e queixando-se de Pernambuco sufocar o comércio da Paraíba; publica edital, para se fazer o comércio direto com o Reino. 1798, Agosto, 01, Paraíba.

A.H.U. - ACL_CU_014, Cx. 34, Doc. 2472. - OFÍCIO do [governador da Paraíba], Fernando Delgado Freire de Castilho, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Rodrigo de Sousa Coutinho, informando do que precisa a capitania para o seu desenvolvimento: aumento dos regimentos militares; que a consignação da fortaleza do Cabelo deixe de ir para Pernambuco; nomeação de um oficial de ordens; que o secretário da capitania seja nomeado pelo rei e que se reforme a casa do governador, ex-colégio jesuíta. [post. 1798]

CÓDICES

A.H.U. - Códice 112. - fl. 80 a 81v. ALVARÁ do Rei D. Henrique, enviando Frutuoso Barbosa para conquistar a Paraíba, designando-o como capitão de mar e terra pelo tempo de dez anos. 1579, Novembro, 25, Almeirim.

A.H.U. - ACL_CU - Códice 256 - fl. 22v. - CARTA do príncipe regente D. Pedro, ao capitão-mor da Paraíba, solicitando parecer sobre a petição feita por Antônio Cardozo de Carvalho, na qual solicitava doze soldados para auxiliar na reconstrução do Forte da Restinga. 1677, Dezembro, 10, Lisboa.

A.H.U. - ACL_CU - Códice 256 - fl. 143v. PORTARIA passada para o capitão-mor da Paraíba, Manuel Nunes Leitão, autorizando os moradores da Capitania a transportar o açúcar que produziam para embarque no porto do Recife. 1692, Dezembro, 18, Lisboa.

A.H.U. - ACL_CU - Códice 256 - fl. 178. - CARTA RÉGIA de D. Pedro II, ao provedor da Fazenda da Paraíba, Salvador Quaresma Dourado, tratando sobre a falta de recursos para as obras do Forte do Cabedelo, por não ser recolhido na Fazenda Real da Paraíba, o imposto sobre as caixas de açúcar transportadas para Pernambuco. 1694, Outubro, 27, Lisboa.

A.H.U. - ACL_CU - Códice 256 - fl. 202v. - CARTA (cópia) dos oficiais da Câmara da Paraíba, ao rei D. Pedro II, denunciando a falta de verbas para excução das obras necessárias na casa de câmara, cadeia e audiência. 1695, Dezembro, 05, Paraíba.

A.H.U. - ACL_CU - Códice 256 - fl. 274v.-275. - CARTA do rei D. Pedro II, aos oficiais da Câmara da Paraíba, tratando sobre problemas que surgiram na arrematação das obras a serem feitas na cadeia. 1698, Dezembro, 05, Lisboa.

A.H.U. - ACL_CU - Códice 257 - fl. 1v.- CARTA do rei D. Pedro II, ao capitão-mor da Paraíba, Manuel Soares de Albergaria, tratando sobre as obras da Fortaleza do Cabedelo, e o desenho apresentado pelo sargento mor engenheiro Pedro Correa. 1698, Dezembro, 21, Lisboa.

A.H.U. - ACL_CU - Códice 257 - fl. 14. - CARTA do rei D. Pedro II, aos oficiais da Câmara da Paraíba, tratando sobre a arrematação das obras da cadeia e a decisão de construí-la no mesmo lugar do antigo edifício. 1699, Agosto, 28, Lisboa.

A.H.U. - ACL_CU - Códice 257 - fl. 156. - CARTA da Infanta regente de Portugal, D. Catarina de Bragança, ao capitão-mor da Paraíba, Fernando de Barros e Vasconcelos, tratando sobre a construção de uma nova casa da pólvora na cidade. 1704, Agosto, 18, Lisboa.

A.H.U. - ACL_CU - Códice 257 - fl. 165v.-166. - CARTA da Infanta regente de Portugal, D. Catarina de Bragança, ao capitão-mor da Paraíba, Fernando de Barros e Vasconcelos, tratando sobre as obras do Forte do Cabedelo. 1704, Outubro, 14, Lisboa.

A.H.U. - ACL_CU - Códice 260 - fl. 391v. - CARTA do rei D. João V, ordenando que fosse enviado à Paraíba o Frei Estevão de Loreto, beneditino residente em Pernambuco, a fim de dar solução ao impasse criado sobre o projeto a ser adotado na construção da fortificação da cidade da Paraíba. 1744, Março, 25, Lisboa.

A.H.U. - ACL_CU - Códice 1287. - Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora Mãe de Deus dos Homens Pardos sugeitos da Paraíba. 1766, Outubro, 20.

A.P.E.P. - Arquivo Público do Estado da Paraíba

A.P.E.P. - Período Colonial - Doc. Manuscritos - Sesmarias Liv. 6 106 - fl. 46v.-48. CARTA de data de chãos na rua que vai do "Palacio para o Carmo", concedidos ao capitão Jacome Rodrigues Santos, para edificar casas. 1719, Junho, 03, Cidade da Parahiba.

A.P.E.P. - Período Colonial - Doc. Manuscritos - Sesmarias Liv. 6 108 - fl. 8v-10. - CARTA de data de chãos concedidos ao Capitão Miguel Alves de Brito na Rua Nova, entre os chãos do Meirinho do Mar Manuel Pereira Lisboa e os padres de São Bento. 1715, Abril, 06, Cidade de Nossa Senhora das Neves.

A.P.E.P. - Período Colonial - Doc. Manuscritos - Sesmarias Liv. 6 108 - fl. 13-15v. CARTA de data de chãos na Rua Nova, concedidos ao Capitão Jacome Rodrigues Santos, para oficializar dote de casamento. 1715, Novembro, 13, Cidade de Nossa Senhora das Neves.

A.P.E.P. - Período Colonial - Doc. Manuscritos - Sesmarias Liv. 6 108 - fl. 45-45v. CARTA de data de chãos na Rua Direita, concedidos ao oficial de pedreiro Domingos Fernandes, com a finalidade de construir casas para aumento e ornato da cidade. 1713, Julho, 19, Cidade de Nossa Senhora das Neves.

A.P.E.P. - Período Colonial - Doc. Manuscritos - Sesmarias Liv. 6 108 - fl. 102-104v. CARTA de data de chãos, concedidos na Rua Direita ao capitão-mor Hipólito Bandeira e ao padre Dionísio Alves Brito. 1706, Junho, 15, Cidade de Nossa Senhora das Neves.

A.P.E.P. - Período Colonial - Doc. Manuscritos - Sesmarias Liv. 6 108 - fl. 122v-124v. CARTA de data de chãos, concedidos na Rua Direita a João de Luna da Rocha proprietário do ofício de Meirinho da Correição, Contador, Distribuidor e Inquiridor e ao Capitão Paulo de Almeida Escrivão da Ouvidoria e Procuradoria da Capitania. 1707, Outubro, 08, Cidade de Nossa Senhora das Neves.

A.P.E.P. - Período Colonial - Doc. Manuscritos - Sesmarias Liv. 6 109 - fl. 29-32. CARTA de data de chãos na Rua Direita, concedidos a Manuel Martim Grangeiro, morador na cidade de Nossa Senhora das Neves, para construir casas. 1725, Abril, (?), Cidade de Nossa Senhora das Neves.

A.P.E.P. - Período Colonial - Doc. Manuscritos - Sesmarias Liv. 6 109 - fl. 48v.-51v. CARTA de data de sobras de terra existentes entre a cerca da Casa de São Gonçalo e as terras de Floriano Bezerra, concedidas a Casa de São Gonçalo. 1709, Setembro, 17, Cidade de Nossa Senhora das Neves.

A.P.E.P. - Período Colonial - Doc. Manuscritos - Sesmarias Liv. 6 109 - fl. 51v.-54v. CARTA de data de chãos na Rua Nova, concedidos a Leonarda Pires de Gusmão, viúva do Doutor Dionísio Pires de Gusmão. 1709, Dezembro, 20, Cidade de Nossa Senhora das Neves.

A.P.E.P. - Período Colonial - Doc. Manuscritos - Sesmarias Liv. 6 109 - fl. 79-82. CARTA de data de chãos na Rua Nova, concedidos ao Provedor da Fazenda, Salvador Quaresma Dourado e ao ajudante Luiz Quaresma Dourado, visando reformar e povoar tal rua. 1711, Fevereiro, 27, Cidade de Nossa Senhora das Neves.

A.P.E.P. - Período Colonial - Doc. Manuscritos - Sesmarias Liv. 6 109 - fl. 82-84v. CARTA de data de sobras de chãos na Rua Nova, na parte do poente, concedidos ao Tenente Coronel Gonçalo Rodrigues de Crasto, para fazer casas. 1711, Maio, 22, Cidade de Nossa Senhora das Neves.

A.P.E.P. - Período Colonial - Doc. Manuscritos - Sesmarias Liv. 6 109 - fl. 91-94v. CARTA de data de sobras de chãos na Rua Nova, concedidos ao Capitão Francisco Pinto Correia, para fazer casas. 1711, Dezembro, 12, Cidade de Nossa Senhora das Neves.

A.P.E.P. - Período Colonial - Doc. Manuscritos - Sesmarias Liv. 6 109 - fl. 111v.-114. CARTA de data de seis braças de terras, provavelmente para fazer quintal de casas que ficavam na Rua da Ladeira, concedidas a Christovão Soares Reimão. 1713, Janeiro, 25, Cidade de Nossa Senhora das Neves.

A.P.E.P. - Período Colonial - Doc. Manuscritos - Sesmarias 6 109 - fl. 146-149. CARTA de data de sesmaria de chãos na rua Direita, concedidos ao capitão Antonio Velho Gondim, para levantar casas e aumentar a cidade. 1708, Outubro, 06, Cidade de Nossa Senhora das Neves.

A.P.E.P. - Período Colonial - Doc. Manuscritos - Sesmarias Liv. 6 110 - fl. 119-122. CARTA de data de sobras de terra na estrada velha do Varadouro ao Padre Dionísio Alves de Brito, para fazer uma Capela a Nossa Senhora do Ó. 1721, Junho, 30, Cidade de Nossa Senhora das Neves.

A.P.E.P. - Período Colonial - Doc. Manuscritos - Sesmarias Liv. 6 111 - fl. 11v.-15. CARTA de data de paredes e chãos na Rua Direita, concedidos à Irmandade de Nossa Senhora das Mercês, Confraria dos Pardos, para Patrimônio da Igreja de Nossa Senhora das Mercês. 1729, Outubro, 10, Paraíba.

A.P.E.P. - Período Colonial - Doc. Manuscritos - Sesmarias Liv. 6 111 - fl. 111-113. CARTA de data de chãos, concedidos ao Alferes Diogo Pereira de Mendonça, na rua que vai de São Francisco para o caminho de Tambiá, para edificar casas, no prazo de seis meses. 1701, Maio, 07, Cidade de Nossa Senhora das Neves.

A.P.E.P. - Período Colonial - Doc. Manuscritos - Sesmarias Liv. 6 111 - fl. 113-115v. CARTA de data de chãos na cidade de Nossa Senhora das Neves, concedidos ao Capitão Paulo de Almeida, para edificar casas. 1701, Maio, 07, Cidade de Nossa Senhora das Neves.

A.P.E.P. - Período Colonial - Doc. Manuscritos - Sesmarias Liv. 6 111 - fl. 123v.-126. CARTA de data de chãos, concedidos a José Ribeiro Pinto e Manuel da Silva Simão, na rua que vai para o Tambiá, para edificar casas. 1700, Dezembro, 03, Cidade de Nossa Senhora das Neves.

A.P.E.P. - Período Colonial - Doc. Manuscritos - Sesmarias Liv. 6 111 - fl. 136-137v. CARTA de data de chãos, concedidos a Ana de Morais da Câmara, viúva de Balthazar Pereira de Matos. 1702, Agosto, 15, Cidade de Nossa Senhora das Neves.

A.R.S.I. - Archivum Romanum Societatis Iesus (Roma)

A.R.S.I. - Brasilia Epistolae 1661-1695 - Bras. 3 II - fl. 169. CARTA do padre Machado Didacus tratando sobre os meios possíveis para a fundação do colégio da Paraíba. 1683, Junho, 27, Paraíba.

A.R.S.I. - Brasilia Epistolae 1661-1695 - Bras. 3 II - fl. 170. CARTA do padre Alexandre Pereira apresentando alternativas para a edificação de um novo colégio na Paraíba. 1683, Setembro, 24. sem local de origem.

A.R.S.I. - Brasilia Epistolae 1661-1695 - Bras. 3 II - fl. 171. CARTA do padre Machado Didacus expondo a posição favorável do capitão do forte da Restinga, Antônio Cardoso de Carvalho para a fundação de um colégio dos jesuítas. 1683, Setembro, 21, Paraíba.

A.R.S.I. - Brasilia Epistolae 1661-1695 - Bras. 3 II - fl. 206-207. CARTA do padre visitador Barnabas Soares sobre a fundação do colégio da Paraíba. 1685, Junho, 10, Paraíba.

B.A. - Biblioteca da Ajuda

B.A. - 51-IX-25. RELAÇÃO das capitanias do Brasil. (s.d. Séc. XVII). fl. 133-134v.

B.A. - 54-XIII-4. n. 86. DESCRIPÇÃO do Estado do Brasil politicamente considerado.

B.A. - 54-XIII-4. n. 52. PAPEL sobre o gentio que se rebelou nas capitanias do Siará, Rio Grande e Paraíba.

B.A. - 51-V-49 - fl. 135. - CARTA do rei [D.Pedro II] ao governador da capitania de Pernambuco, acerca de ter ido à Paraíba o engenheiro José Pais Esteves, tratar da reedificação da fortaleza do Cabedelo e que esta obra não foi executada. 1689, Março, 15, Lisboa.

B.N.L. - Biblioteca Nacional de Lisboa

B.N.L. - Reservados - PBA 644. Cópia de lembrança das capitanias do Estado do Brasil. [s/d.]

B.N.L. - Reservados - PBA 239 - fl. 212-213. ORDEM que levou o capitão engenheiro José Pais Esteves para ir visitar a fortaleza da Paraíba. 1691, Janeiro, 25

B.N.L - Reservados - Códice 475. - Geographia historica do Brasil, Africa, Asia, Portugal, etc. s.d. [Letra do século XVIII].

B.N.L. - Reservados - Códice 1552. Descrição do Brasil [sem identificação de autor ou data].

B.N.M. - Biblioteca Nacional de Madrid

B.N.M. - MSS 3015 - fl. 1-7. DISCRIPCION de la Provincia del Brasil. A Don Carlos de Aragon y Borja Duque de Villa hermosa conde Dicalho del Conselho de Estado de Su Magestade, su gentil hombre de Camara Veedor de Hacienda y Presidente del Consejo supremo de Portugal. 1629, setembro, 30, Madrid.

B.N.M. - MSS 2.365 - fl. 9-12v. RELACIÓN de cómo ganaron los holandeses en el Brasil la Parayba y el fuerte de Nazareth. 1634.

I.A.N./T.T. - Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo

I.A.N./T.T. - Ministério do Reino - Coleção de plantas, mapas e outros documentos iconográficos. *RELAÇÃO das praças fortes e coisas de importância que Sua Majestade tem na costa do Brasil por Diogo de Campos Moreno. 1609.*

I.A.N./T.T. - Capitanias do Brasil - Liv. 703. *Idea da População da Capitania de Pernambuco, e das suas annexas, extensão de suas costas, Rios e Povoaçoens notáveis Agricultura numero dos Engenhos, Contractos e Rendimentos Reaes, augmento que estes tem tido desde o anno de 1774 em que tomou posse do Governo das mesmas Capitanias, o Governador e Capitam General Joze Cezar de Menezes.* (Manuscrito n/ fl.)

I.A.N./T.T. - Núcleo Antigo. Registro de Leis na Chancelaria. Livro 3 de Leis dos Anos de 1613 a 1637. fl. 109v e 110. ALVARÁ para que os Governadores que forem do Estado do Brasil assistam na Bahia de Todos os Santos. 1620, Fevereiro, 21, Lisboa.

I.A.N./T.T. - Chancelaria de D. João III. Liv. 73. fl 27 a 28v. Carta de doação de uma capitania no Brasil a João de Barros. Carta incompleta, sem data e lugar de emissão.

I.A.N./T.T. - Chancelaria de D. Filipe II - Liv. 25 - fl. 159. CARTA do rei D. Filipe II, fazendo mercê do cargo de capitão-mor da Paraíba a João Rebelo de Lima pelo tempo de três anos. 1612, Julho, 18, Lisboa.

I.A.N./T.T. - Chancelaria de D. Filipe II - Liv. 26 - fl. 66. CARTA dando o cargo de contador da Fazenda Real da Capitania da Paraíba, a Antônio Lopes de Oliveira, em reconhecimento dos seus serviços prestados nas guerras de conquista da Paraíba e Rio Grande do Norte. 1609, Julho, 20, Lisboa.

I.A.N./T.T. - Chancelaria de D. Filipe II - Liv. 31 - fl. 223. CARTA do rei D. Filipe II, fazendo mercê do cargo de capitão-mor da Paraíba a João de Brito Correia pelo tempo de três anos. 1616, Janeiro, 28, Lisboa.

I.A.N./T.T. - Chancelaria de D. João IV - Liv. 16 - fl. 338-338v - CARTA do rei D. João IV, confirmando a mercê feita a Manuel Pires Correa da capitania da Paraíba, depois de tomada do poder do inimigo, em reconhecimento dos seus serviços prestados nas guerras contra os holandeses. 1645, Junho, 20, Lisboa.

I.A.N./T.T. - Chancelaria de D. João IV - Liv. 20 - fl. 28. - CARTA do rei D. João IV, fazendo mercê do governo da Paraíba a Lourenço de Brito Correa, em reconhecimento dos serviços que havia prestado na guerra contra os holandeses, combatendo em Pernambuco e no forte de Santo Antônio, na Paraíba. 1647, Maio, 08, Lisboa.

I.A.N./T.T. - Chancelaria de D. João IV - Liv. 21 - fl. 85 - 86. Carta do rei D. João IV, concedendo o cargo de Capitão do forte do Varadouro na Paraíba, a Manoel Pires Correa, e autorizando-o a ir prestar homenagem a Pernambuco e não à Bahia, como era de costume. 1648, Agosto, 30, Lisboa.

I.A.N./T.T. - Chancelaria de D. João IV - Liv. 23 - fl. 78v. - CARTA do rei D. João IV, fazendo a mercê a Pedro Gracim, do cargo de capitão engenheiro da capitania de Pernambuco, por indicação do mestre de campo geral do Estado do Brasil, Francisco Barreto. 1654, Maio, 30, Lisboa.

I.A.N./T.T. - Chancelaria de D. João IV - Liv. 28 - fl. 77. - CARTA do rei D. João IV, fazendo a mercê a Christóvão Álvares, do cargo de capitão engenheiro da capitania de Pernambuco. 1656, Junho, 17, Lisboa.

I.A.N./T.T. - Chancelaria de D. Afonso VI - Liv. 52 - fl. 269. CARTA Régia concedendo aos moradores da capitania da Paraíba que durante seis anos não possam ser executados por suas dívidas. 1683, Dezembro, 17, Lisboa.

I.A.N./T.T. - Chancelaria de D. Afonso VI - Liv. 46 - fl. 355v.-356. CARTA do príncipe regente D. Pedro, fazendo mercê a João Ribeiro do cargo de administrador de duas aldeias de índios existentes na Paraíba. 1676, Maio, 09, Lisboa.

I.A.N./T.T. - Chancelaria de D. Pedro II - Liv. 28 - fl. 209v. - CARTA do rei D. Pedro II, fazendo a mercê do cargo de sargento-mor da Paraíba a João Ferreira

Batista, em reconhecimento de serviços já prestados na mesma capitania, entre os quais constava obras realizadas na fortaleza do Cabedelo. 1676, Maio, 09, Lisboa.

I.A.N./T.T. - Chancelaria de D. Pedro II - Liv. 30 - fl. 92v. - CARTA da rainha D. Catharina, enquanto regente no impedimento do rei D. Pedro II, confirmando Bartholomeu da Silva como governador da aldeia de índios da Preguiça, em Mamanguape, na Paraíba. 1705, Junho, 09, Lisboa.

I.A.N./T.T. - Chancelaria de D. João V - Liv. 88 - fl. 114. CARTA do rei D. João V nomeando Pedro Monteiro de Macedo para o cargo de capitão-mor da Paraíba. 1734, Março, 23, Lisboa.

I.H.G.P. - Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba

I.H.G.P. - Documentos Coloniais, Imperiais e Republicanos - A3 G4 P1 - 1.1 - CÓPIA de uma carta de data de sesmaria na várzea do Rio Paraíba, concedida a João Afonso Pamplona, para construção de um engenho. 1595, Março, 13, sem local de emissão.

I.H.G.P. - Doc. Coloniais Manuscritos - Ordens Régias - Liv. 02 - n/fl. CARTA RÉGIA de D. João V, ao capitão-mor da Paraíba João da Maia da Gama, em que trata de questões financeiras referentes à construção de um quartel para os soldados daquela praça. 1710, Novembro, 25, Lisboa.

I.H.G.P. - Doc. Coloniais Manuscritos - Ordens Régias - Liv. 04 - fl. 7. - CARTA do rei D. João V, ao capitão-mor Francisco Pedro de Mendonça Gorjão, em que trata das obras da Fortaleza do Cabedelo. 1733, Novembro, 04, Lisboa Ocidental.

I.H.G.P. - Doc. Coloniais Manuscritos - Ordens Régias - Liv. 04 - fl. 13. - CARTA do rei D. João V, ao capitão-mor Francisco Pedro de Mendonça Gorjão, em que manda fazer a planta da residência dos governadores e pôr a obra em lanços. 1734, Janeiro, 12, Lisboa Ocidental.

I.H.G.P. - Doc. Coloniais Manuscritos - Ordens Régias - Liv. 04 - fl. 51. CARTA do rei D. João V, ao capitão-mor Pedro Monteiro de Macedo, tratando de questões relativas à nomeação do engenheiro Luís Xavier Bernardo para o posto de Tenente General de Pernambuco. 1736, Novembro, 03, Lisboa.

I.H.G.P. - Doc. Coloniais Manuscritos - Ordens Régias - Liv. 04 - fl. 72. - CARTA do rei D. João V, ao capitão-mor Pedro Monteiro de Macedo, em que trata do entulho da Fortaleza do Cabedelo. 1738, Agosto, 20, Lisboa Ocidental.

I.H.G.P. - Doc. Coloniais Manuscritos - Ordens Régias - Liv. 04 - fl. 77. - CARTA do rei D. João V, ao capitão-mor Pedro Monteiro de Macedo, sobre questões relativas ao orçamento da casa a ser construída para os governadores. 1738, Outubro, 18, Lisboa Ocidental.

I.H.G.P. - Doc. Coloniais Manuscritos - Ordens Régias - Liv. 04 - fl. 116. - CARTA do rei D. João V, ao capitão-mor Pedro Monteiro de Macedo, informando que ordenou ao Governador da Capitania de Pernambuco que o mesmo faça remeter para a Paraíba, a importância que se devia das consignações atrasadas a essa mesma Capitania. 1740, Agosto, 29, Lisboa Ocidental.

I.H.G.P. - Doc. Coloniais Manuscritos - Ordens Régias - Liv. 04 - fl. 146. - CARTA do rei D. João V, ao capitão-mor Pedro Monteiro de Macedo, ordenando ao Provedor da Fazenda que desse o dinheiro necessário para pagamento de dividas existentes e para execução de obras. 1742, Outubro, 08, Lisboa.

I.H.G.P. - Doc. Coloniais Manuscritos - Ordens Régias - Liv. 05 - fl. 11-11v. - CARTA encaminhada ao rei [D. João V] informando o estado de desordem em que se achava a Fortaleza do Cabedelo. 1744, Outubro, 06, Paraíba.

I.H.G.P. - Doc. Coloniais Manuscritos - Ordens Régias - Liv. 05 - fl. 23. - CARTA do rei D. João V, ao Mestre de Campo Governador da Paraíba, Antônio Borges da Fonseca, em que ordena que declare a conveniência de se fazer a obra da Casa dos Contos, e quanto poderá importar a mesma. 1746, Novembro, 23, Lisboa.

I.H.G.P. - Doc. Coloniais Manuscritos - Ordens Régias - Liv. 05 - fl. 40. - CARTA do rei D. João V, ao Mestre de Campo Governador da Paraíba, Antônio Borges da Fonseca, sobre a ordem passada para o governo de Pernambuco para que se remetam vinte mil cruzados aplicados a cada ano na despesa da Capitania da Paraíba. 1746, Novembro, 29, Lisboa.

I.H.G.P. - Doc. Coloniais Manuscritos - Ordens Régias - Liv. 05 - fl. 133. - CERTIDÃO de Manuel Falcão Freire, escrivão da Santa Casa da Misericórdia, testemunhando os problemas financeiros enfrentados pela Irmandade desde o tempo da invasão holandesa. 1755, Maio, 04, Paraíba.

I.H.G.P. - Doc. Coloniais Manuscritos - Ordens Régias - Liv. 05 - fl. 157. PROVISÃO do rei D. José, avisando ao governador da Paraíba, Luís Antônio de Lemos de Brito, que ao fim do seu mandato seria extinto o governo da Paraíba, ficando a capitania sujeita ao governo de Pernambuco. 1756, Janeiro, 01, Lisboa.

I.H.G.P. - Doc. Coloniais Manuscritos - Ordens Régias - Liv. 05 - fl. 164. - CARTA do rei D. José, ao Coronel Governador da Paraíba, Luís Antônio de Lemos de Brito, em que trata da reedificação do Hospital da Misericórdia. 1755, Dezembro, 16, Lisboa.

I.H.G.P. - Doc. Coloniais Manuscritos - Ordens Régias - Liv. 05 - fl. 174. - PARECER emitido por José da Silva Reis, sobre uma anterior representação enviada ao rei D. José, pelo Coronel Governador da Paraiba do Norte [Luís Antônio de Lemos de Brito], sobre as obras necessárias no Forte do Cabedelo. 1755, Agosto, 20, Lisboa.

I.H.G.P. - Doc. Coloniais Manuscritos - Ordens Régias - Liv. 07 - fl. 6. - CARTA do rei D. José, ao governador da Paraíba, [Jerônimo José de Melo e Castro] sobre as obras na cadeia.1770, Junho, 01, Lisboa.

I.H.G.P. - Doc. Coloniais Manuscritos - Ordens Régias - Liv. 07 - fl. 89. - CARTA da rainha D. Maria I, ao Governador da Paraíba [Jerônimo José de Melo e Castro] ordenando que deve dar conta no Conselho Ultramarino da receita, e despesa da Fazenda desta Capitania, assim como de se terem feito as obras do cais, e cadeia. 1778, Outubro, 26, Lisboa.